



**VNIVERSIDAD  
D SALAMANCA**

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

Facultad de Geografía e Historia  
Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea

TESIS DOCTORAL

**TORTOSENDO, UMA VILA DURANTE O «ESTADO NOVO» (1933-1974).  
HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM NÚCLEO INDUSTRIAL**

Autor:

Adélia Fernanda Craveiro Carvalho Oliveira Mineiro

Diretores:

Dra. Josefina Cuesta Bustillo  
(U. de Salamanca)

Dr. Manuel Redero San Román  
(U. Salamanca)

Salamanca, 2016



## *INDICE*

*Dedicatória* .....ix

*Agradecimentos*.....xi

*Capítulo 0 Introdução* .....xiii

---

*Capítulo 1* .....43

---

### *Vida Política e Administrativa de Tortosendo, no Estado Novo*

1. «Instalação do regime» a nível local 1926 – 1933. Emerge uma nova elite
  - 1.2 Na Covilhã, O Raio e O Trabalho apelam à unidade do operariado à volta do «Centro Republicano Covilhanense» - 1929
  - 1.1 Uma Comissão Administrativa substitui a Junta de Freguesia – 13 de julho de 1926
  - 1.3 Covilhã e Tortosendo aderem à União Nacional (UN): são empossadas as respetivas comissões. Destaca-se José Laureano Moura Sousa -1931
  - 1.4 Esquerda e Direita interessam-se pelo recenseamento
  - 1.5 Tomada de posse da nova Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Tortosendo
  1. 6 No Notícias da Covilhã teme-se a República em Espanha e em O Raio vibra-se com o caminho para a Democracia
  - 1.7 1933 - Promulgação da Constituição Política da República portuguesa; publicação do Estatuto de Trabalho Nacional
  
2. Tortosendo acompanha a Covilhã na Consolidação do Estado Novo - 1934 A 1939
  - 2.1 Administração Autárquica: freguesias, municípios e províncias
  2. 2 Eleições para a Assembleia da República e para o Chefe de Estado
  - 2.3 À Censura e Polícia Política juntam-se a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Esta instala-se na Covilhã e Tortosendo

- 2.4 A Guerra Civil de Espanha 1936-1939 Na Covilhã surge um movimento a favor dos nacionalistas espanhóis Um tortosendense lutou ao lado dos nacionalistas
- 2.5 Eleição da Assembleia Nacional –1938. A escrutínio, apenas a lista da UN
- 3. Segunda Guerra Mundial. A Frágil neutralidade de Portugal 1939-1945
  - 3.1 Início da Guerra
  - 3.2 Eleições em plena Guerra: corpos administrativos, presidente da República e deputados
  - 3.3 Tortosendo: em plena Guerra, desfilam os legionários
- 4. Do Pós Guerra ao Marcelismo 1946 – 1968
  - 4.1 Eleições Presidenciais e eleições legislativas entre 1946 e 1968. Olhos postos no recenseamento
  - 4.2 «Saneamento preventivo da função pública»
  - 4.3 Atividade da Junta de Freguesia
  - 4.4 Finais da década de 50 do século passado e início da de 60: Surgem dificuldades ao Regime
  - 4.5 Apoio e defesa do Regime: UN, LP, Censura e Polícia Política
  - 4.6 Novamente eleições
- 5. O Marcelismo: 1968-1974
  - 5.1 «Liberalização do regime»
  - 5.2 Ação da Junta de Freguesia
  - 5.3 Eleições legislativas
  - 5.4 União Nacional (UN) / Ação Nacional Popular (ANP)
  - 5.5 «A ala liberal» na Assembleia Nacional
  - 5.6 A questão ultramarina
  - 5.7 Últimas eleições do Estado Novo: do Presidente da República - 1972; da Assembleia Nacional – 1973

*A Economia tortosendense no Estado Novo*

1. A economia na década de 30
  - 1.1 Agricultura
    - 1.1.2 Atividades complementares da agricultura
    - 1.1.3 Criação de gado – Os pastores
  - 1.2 Comércio
    - 1.2.1 Comércio fixo
    - 1.2.2 Feiras e mercados
  - 1.3 A indústria de lanifícios na década de 30 do século passado
    - 1.3.1 Antecedentes: da indústria dispersa à industrialização
    - 1.3.2 Com a eletricidade, a mecanização - 1927
    - 1.3.3 A crise de 1929
    - 1.3.4 A Economia Corporativa: o Condicionamento Industrial
    - 1.3.5 Estrutura industrial dos lanifícios de Tortosendo
    - 1.3.6 Outras indústrias
2. Economia de Guerra: «Reforço do intervencionismo da administração central»  
1939/1945
  - 2.1 Agricultura
  - 2.2 Comércio e racionamento
  - 2.3 A questão do volfrâmio
  - 2.4 Efeitos da Guerra na indústria de lanifícios
3. Tortosendo no Pós Guerra: Abertura da economia - 1946 – 1974
  - 3.1. Agricultura
  - 3.2 Comércio
    - 3.2.1 Novos estabelecimentos comerciais
    - 3.2.2 Feiras
  - 3.3 Indústria de lanifícios no pós guerra. O planeamento económico
    - 3.3.1 A indústria em «maré alta»
    - 3.3.2 Os planos de fomento / tentativa de reorganização a nível nacional
    - 3.3.3 Papel do Grupo de Trabalho da Cova da Beira
    - 3.3.4 Situação da indústria de lanifícios em 1974

*A Sociedade Tortosendense do Estado Novo*

1. População

1.1 Evolução demográfica

1.2 Evolução da População Ativa:

1.3 Migrações: « de» e «para» Tortosendo

1.3.1 Migrações internas

1.3.2 Migrações externas

2. A Família

2.1 A autoridade do pai versus missão da mãe

2.2 A socialização da criança

3. O Ensino em Tortosendo

3.1 De 1933 a 1945

3.1.1 Ensino Primário: Inauguração da Escola Masculina

3.1.2 Ensino particular:

3.2 De 1945 a 1968

3.2.1 Ensino Primário:

■ Inauguração da escola feminina

■ Plano de Educação Popular: Alfabetização dos Adultos

3.2.2 Ensino particular

■ 1949 - O Seminário da Congregação do Verbo Divino inicia atividades

■ 1959 - Externato de Nossa Senhora dos Remédios inicia atividades

3.3 De 1968 a 1974

3.3.1 Criação do ciclo preparatório: grande aspiração dos tortosendenses

3.3.2 Liceu nacional noturno, na Covilhã

3.3.3 A criação da Secção Preparatório do Instituto Politécnico, na Covilhã

4. A estrutura social

4.1 Grupos sociais

4.2 A rígida hierarquia social

4.3 A mobilidade social

4.3.1 Mobilidade intrageracional

4.3.2 Mobilidade intergeracional

4.3.3 Mobilidade intergeracional – Investigação

---

*Lutas e Aspirações da Classe Operária Tortosendense*

1. Da Associação de Classe ao Sindicato Nacional 1922- 1933
  - 1.1 Antecedentes: os operários tentam organizar uma Associação de Classe; mesmo sem Associação reivindicam os seus direitos – início do Séc. 20.
  - 1.2 Finalmente: a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo recebe alvará e estatutos 1922.
  - 1.3 Tortosendo: Crise do trabalho – Crise da Associação de Classe 1927/1928
  - 1.4 Reorganização da Associação de Classe – 1929
  - 1.5 Modelo sindicalista da Associação de Classe
  - 1.6 Sindicatos Nacionais: a inevitabilidade
- 2 . Estabelecimento da Organização corporativa: Sindicatos Nacionais e Grémios 1934-1945
  - 2.1 Encerramento da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo
  - 2.2 Os Grémios: Organização corporativa dos industriais - 1936
  - 2.3 Ação do Sindicato
  - 2.4 Criação da Caixa de Previdência
  - 2.5 Conflitualidade social
  - 2.6 A Segunda Guerra Mundial
3. Situação operária no pós-guerra 1945-1968
  - 3.1 Luta pelos direitos: greves e prisões
  - 3.2 Sindicato: Ilusória abertura sindical
  - 3.3 Relação patrões/operários: relação
  - 3.4 O anticlericalismo operário versus JOC (Juventude Operária Católica) Masculina
  - 3.5 O Partido Comunista ganha terreno em Tortosendo
- 4 Atividade Sindical no Marcelismo 1968-1974
  - 4.1 Alterações na legislação sindical
  - 4.2 Discriminação da mulher operária
  - 4.3 Pretensão: que a Seção do SNPIL em Tortosendo passe a Delegação
  - 4.4 «Ocasionalmente», balanço em final de regime.

*Capítulo 5 Conclusões* ..... 511

---

*Anexos* .....521

---

*Fontes e Bibliografia* .....527

---



***DEDICATÓRIA***

*Aos meus netos:  
Mariana, Frederica, Manuel e Francisco  
Pela alegria que trouxeram à minha vida.*



## ***AGRADECIMENTOS***

Agradecemos:

Ao Bruno, ao Mico, à Ritinha B. e Ritinha M. e ao António José pela compreensão e apoio.

À Yolanda, nossa secretaria de Departamento, sempre disponível para nos apoiar

Aos funcionários do Arquivo Municipal, Senhora D. Elisabete, Senhor Pires e António Jorge, entretanto falecido, sempre solícitos e compreensíveis

Às Amigas Elisa Pinheiro, Edite Leitão e, especialmente, à Isabel Lopes que se dispuseram a ler

Ao Rodrigo, que não nos deixou desistir

Finalmente, agradecemos aos nossos Diretores, Senhora Professora Josefina Cuesta Bustillo e Senhor Professor Manuel Redero San Román por terem acedido orientar a Tese, o que muito nos honrou, e por toda a orientação, apoio e incentivo que nos deram, ao longo deste percurso

A todos o nosso bem-haja



**CAPÍTULO 0**  
**INTRODUÇÃO**



«Yo soy yo y mis circunstancias.»

José Ortega y Gasset, *El tema de nuestro tiempo*, 1923.

## 1. ESCOLHA DO TEMA

Ante a escolha de um tema para tese de doctorado, no início do curso, o meu interesse recaiu em um estudo sobre um núcleo industrial português – Tortosendo durante o período do Estado Novo. Esta eleição resultou de «circunstâncias de tempo e lugar»<sup>1</sup>, ou seja das nossas «circunstâncias de vida»<sup>2</sup>. Tortosendo foi a terra onde nascemos, um ano depois do final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial; onde nos criámos e passamos uma grande parte da juventude, precisamente, ao longo do período do Salazarismo. Tortosendo é o pequeno território (se o compararmos com Portugal) «donde la vida proyecta(ba) su fuerza creadora,» e nós fomos «el testigo excepcional del acontecer permanente,» cujo coração foi «agitado por las corrientes de emociones que se depositan y estallan en su interior, y van dejando un testimonio al impulso de motivaciones» Sob deste regime, era patente a falta de liberdade a vários níveis, a rígida estratificação social de uma sociedade com compartimentos estanques, entre a burguesia e as classes populares, com muito poucas possibilidades de qualquer mobilidade. Eram bem visíveis as desigualdades sociais, que se acentuavam ainda mais em relação às mulheres.

Além disso impôs-se ao longo do tempo, a proibição da livre associação política e sindical e a existência da censura prévia à imprensa, com o seu lápis azul. Assim, como era notória a impossibilidade de realização de eleições livres, logicamente, a impossibilidade de realização das normais campanhas eleitorais. O direito ao voto era privilégio somente de alguns, mas sobre os funcionários públicos exercia-se clara pressão para que o fizessem.

Também pudemos constatar que, em especial, os elementos da elite operária eram chamados de comunistas e que existia um grande fosso entre estes e os católicos, constatações para as quais não encontrávamos uma justificação razoável. Las greves eram duramente reprimidas e seguidas das posteriores detenções de operários.

Mas contra o imobilismo social, os operários tentaram aproveitar as oportunidades de alfabetização e outras oportunidades de valorização cultural perdidas desde la

---

<sup>1</sup> Luís Reis Torgal, *HISTÓRIA... Que História?* Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 68.

<sup>2</sup> *Idem, Ibidem*, 2015, p. 69.

extinção da Associação de Classe, em 1933, e cujo papel havia sido retomado pelo Clube Unidos (Unidos Futebol Clube Tortosendo-UFCT), a partir do início dos anos 50, pelo menos, e depois, principalmente, para que seus filhos homens prosseguissem os seus estudos para além da escolaridade obrigatória, com grande sacrifício para o parco vencimento familiar.

Com o amadurecimento pessoal, com o adentrar em documentação, principalmente, no Arquivo Municipal da Covilhã, de uma maneira intensiva e extensiva, também a indústria de lanifícios e seu respetivo patronato, especialmente, as elites patronais foram objeto de nossas interrogações. Somente podíamos conceber Tortosendo como un todo.

Devido a este bem definido interesse pelo “Estado Novo”, o tema do Trabajo de Grado foi “*Enseño Primário e valores no Estado Novo. Análise dos livros únicos (1ª, 2ª e 3ª classes)*”. Sem dúvida permitiu estudar o Estado Novo, estudo que deverá continuar, principalmente com a preocupação de refletir a respeito do regime político e à sua instalação a nível local. Assim, para Teses de Doctorado o tema escolhido é o seguinte: «Tortosendo, una villa durante el “Estado Novo” (1926-1974). Historia y memoria de un núcleo industrial.»

Além da documentação escrita, tanto manuscrita como impressa, continuámos o nosso trabalho de recolha das fontes orais; por nós mesmas, já tínhamos concluído que a história oral «permite uma fuga para atrás no tempo para, desvinculando-se do presente, apresentar a sociedade passada como atraente.»<sup>3</sup> Mas reconhecemos valor a esta metodologia, porque «se dio acceso por primera vez a la experiencia de grupos sociales que hasta entonces habían permanecido ocultos a la historia, excluidos durante mucho tiempo de los anales documentales (es el caso de las mujeres y de los niños, los trabajadores eventuales, los pobres y marginados, y a nivel más general los no organizados)»<sup>4</sup>; e porque «esta relación entre presente y pasado acentúa la continuidad social y sitúa en el presente la finalidad social de la memoria».<sup>5</sup> E porque, em continuação, contribuirá para o fortalecimento de relações identitárias que cada vez se consideram más importantes para a coesão social.

Depois de rever o estado da questão do “Estado Novo” e depois de uma busca cuidadosa, pudemos concluir que faltam estudos do seu funcionamento e a aplicação do

---

<sup>3</sup> Josefina Cuesta Bustillo, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, p. 56.

<sup>4</sup> Paul Thompson, «La Historia Oral y el historiador», in *Debats*, n.º 10, 1984, p. 53.

<sup>5</sup> Josefina Cuesta Bustillo, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, p. 56.



seu sistema político, económico e social em espaços mais reduzidos, especialmente a nível regional e local. Pelo qual se pode reconhecer o interesse deste tema.

## **2. OBJETIVOS DO TEMA**

Analizar como la Dictadura contribuye o non al desarrollo o estancamiento industrial de un núcleo industrial, como Tortosendo, y las fases por las que pasa.

- Examinar como la Dictadura contribuye al desarrollo industrial.
- Estudiar la movilidad social y los factores que la explican,
- Indagar el modelo cultural en Dictadura y su influencia en un micro-espacio, así como las resistencias.
- Investigar como la Dictadura ha incidido en los niveles económico, político, social y cultural, frenando o estimulando el desarrollo y como estos se actúan y las relaciones de autonomía o de dependencia entre ellos.

## **3. HIPÓTESES**

La tesis pretende el análisis a nivel local. El interés a nivel local es quíntuple:

- es un núcleo industrial, en contexto rural y montañoso que permite un análisis:
  - a) de la evolución económica y social
  - b) de la aplicación del modelo del «Estado Novo» en los conflictos que generaba en un pueblo industrial geográficamente marginal, con importante población obrera.
  - c) de la evolución cultural;
- presenta la educación como instrumento de socialización, movilidad social y de preparación profesional;
- posibilita un análisis de las relaciones de género bajo la dictadura;

No existen estudios de conjunto sobre pueblos portugueses, de nivel local, micro-histórico. Solamente surgen estudios sobre determinados aspectos. La originalidad radica en el análisis global, integrado de todos los aspectos que vive esa sociedad: económico, social y cultural de un núcleo industrial en contexto de sierra.

## 4. METODOLOGIA

*«Cada geração desfaz e refaz a história. Teia refeita não propriamente pelo contributo de novos dados, mas pelos fios de novas conceções. Cada geração, com efeito, busca a sua identidade no passado e projeta-se no porvir, confiscando a anamnésia ou restituindo a memória pertinente. Por isso a história, como constructo intelectual, é sempre e uma história contemporânea, para além de biográfica.»<sup>6</sup>*

Neste ponto do trabalho, é indispensável esclarecer a nossa posição como investigador. Aproximámo-nos da proposta de Miguel Beltrán, no seu trabalho «Cinco vías de acceso a la realidad social» que se adequava à nossa «realidade», que desde logo não era fácil de enfrentar. Para este autor, depois de escolhido o tema a estudar, «si la complejidad del objeto corresponde necesariamente un planteamiento epistemológico que he venido calificando de pluralismo cognitivo, ello impone como correlato necesario un pluralismo metodológico que permita acceder a la concreta dimensión del objeto a la que en cada caso haya de hacerse frente.» As nossas dificuldades eram acrescidas, na medida em que o nosso objeto de estudo, Tortosendo, iria ser enfrentado em mais do que uma «dimensão». Miguel Beltrán sugere algo que achámos ser útil ao desenvolvimento do trabalho: «La propuesta, pues, formulada es la adecuación del método a la dimensión considerada en el objeto, y ello no de manera arbitraria e intercambiable, sino con el rigor que el propio objeto demanda para que su tratamiento pueda calificarse de científico.»<sup>7</sup> Pelo que foi indispensável refletir sobre os vários métodos para procurar usá-los adequadamente nos vários tipos de história.

### **História Local**

Nesta tese pretendemos fazer uma aproximação à História Local de Tortosendo, no período do Estado Novo. Aceitamos a opinião de Pedro Carasa na sua obra «El giro local» «que, cuando hablamos de dimensión local no la entendemos solo en el sentido de un espacio muy reducido a una localidad, ni siquiera una perspectiva localista limitada a lo estrictamente vivido en ese ámbito, sino que más bien pretende lograr una concepción antropológica del espacio como construcción cultural propia de un sujeto,

---

<sup>6</sup> António de Oliveira, «As cidades e o poder no Período Filipino» *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, Universidade de Coimbra, p. 305.

<sup>7</sup> in Manuel García Ferrando, Jesús Ibáñez, y Francisco Alvira, *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación* (3.<sup>a</sup> edición), Madrid, Ciencias Sociales, Alianza Editorial, 2000.

un tiempo y un lugar.<sup>8</sup> Acrescentamos ainda a opinião de José-Luís Martín : «Cualquier historia que se precie de local pero no localista no puede aislarse del contexto general y de las interpretaciones sobre la historia política o económica que han debilitado la tesis del excepcionalismo hispano, acomodando el caso español al paso de otros países europeos.»<sup>9</sup>

Son abundantes las publicaciones que durante los últimos decenios han renovado la historia local, arrancándola del localismo y de las limitaciones que la encorsetaban. Como obras de referência para o estudo da historiografia da História local, consultámos entre outras: a anterior de Pedro Carasa; de Luís Reis Torgal, *HISTÓRIA... Que História?*<sup>10</sup>; de Margarida Sobral Neto, *Percursos da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais*; de Francisco Ribeiro da Silva, «História local: objetivos, métodos e fontes»<sup>11</sup>; de José Amado Mendes, «História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização»; de Alexandre António da Costa Luís, *Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural*.

Bem expressivo é o título da obra de Margarida Sobral Neto, que sugere os caminhos que devem seguir-se em uma investigação em História local. Do mesmo modo, na apresentação da documentação disponibilizada, on-line, na Torre do Tombo (Lisboa), sobre História Local, pode ler-se:

Para fazer a história de uma localidade ou de uma região, «antes mesmo de se procurar um documento de arquivo, e a fim de se obter uma visão de conjunto e se gizarem os contornos do estudo que se pretende fazer, importa conhecer, desde logo, a bibliografia já publicada sobre a localidade ou região, recorrendo, em primeira instância, a obras de índole geral, tais como enciclopédias e dicionários.»<sup>12</sup>

Assim sendo, começámos pelos dicionários: de Luís Cardoso, (P.e), *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*. [Manuscrito],1758, o noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas; de P.e António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topográfica*<sup>13</sup>, Augusto Soares d´Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Dicionário geográfico, estatístico, corográfico,

---

<sup>8</sup> in *Alcores* 3, 2007, p. 16.

<sup>9</sup> José-Luis Martín (director), *Historia de Salamanca, V, Siglo Veinte*, Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, 2001, p. 13.

<sup>10</sup> Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, 221 pp.

<sup>11</sup> <http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf>

<sup>12</sup> <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/historia-local>

<sup>13</sup> Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.

heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias.<sup>14</sup>; de Guilherme Rodrigues e João Manuel Esteves Pereira, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artístico*<sup>15</sup>; de Américo Costa, *Dicionário corográfico de Portugal Continental e Insular: hidrográfico, histórico, orográfico, biográfico, arqueológico, heráldico, etimológico*.<sup>16</sup>; de José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização*<sup>17</sup>; José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico e etimológico da Língua Portuguesa* (3 vols).<sup>18</sup> (Tienes que unificar la forma de poner las citas y los numeors de nota) Margarida Sobral designou este tipo de obras de: «Narrativa histórica-corográfica,<sup>19</sup> e destaca de entre elas, pelo seu valor, a primeira que referimos, o manuscrito conhecido por Memórias Paroquiais de 1758, do P.e Luís Cardoso, organizado alfabeticamente por freguesias». Tortosendo encontra-se no vol. 37, nº 81, pp. 917 a 922. Notes.<sup>20</sup>

Passámos depois a Histórias gerais e Dicionários de História, que não substituem a consulta de monografias; mas casos houve em que alguns autores apresentavam os seus trabalhos unicamente nestas obras de grande fôlego historiográfico. Passo a enumerar:

*Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão.<sup>21</sup>, António Barreto, 1942-, ed. lit.; Maria Filomena Mónica, 1943-, ed. lit.; Joel Serrão, 1919-2008, ed. lit., 6 vol. 9.º v. : Suplemento P-Z / coord. António Barreto, Maria Filomena Mónica. – 2000;  
*Dicionário de História do Estado Novo*, Fernando Rosas, 1946, dir.; Brito, José Maria Brandão de, 1947-, dir.; Rolo, Maria Fernanda, 1965-, co-autor, vol.1., A-L. - 527 pp. a 2 colns., vol. 2. : M-Z. - p. 533-1076 a 2 colns.,<sup>22</sup>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,

---

<sup>14</sup> Lisboa, Livraria Ed. Matos Moreira, 1873-1890. 12 vols.

<sup>15</sup> Lisboa, João Romano Torres e C<sup>a</sup>, 1904-1915. 7 vols.

<sup>16</sup> Porto, Livraria Civilização, 1929-1949. 12 vols.

<sup>17</sup> Lisboa, Imprensa Nacional, 1933-1975 6 vols.

<sup>18</sup> Lisboa, Livros Horizonte, 2003 (reedição).

<sup>19</sup> Margarida Sobral Neto, *Percursos da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais*, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 48.

<sup>20</sup> As Memórias Paroquiais, organizadas em dicionário pelo Padre Luís Cardoso, inquérito feito aos párocos após o terramoto de 1755, com respostas quase todas de 1758. Graça Maria Soares Nunes, «A história regional e local —contributos para o estudo das identidades locais», in *Cadernos de Sociomuseologia* nº 8, 1996, p. 71.

<sup>21</sup> Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1961-1971.

<sup>22</sup> Lisboa, Círculo de Leitores, imp. 1996. Lisboa, Círculo de Leitores, imp. 1996

*História de Portugal* / dir. José Mattoso, vol. 6: *O Estado Novo, 1926-1974* / Fernando Rosas.<sup>23</sup> *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, José Mattoso (dir.); Ana Nunes de Almeida (coord.),<sup>24</sup> *História de Portugal*, A. H. de Oliveira Marques, vol. 2: *Das revoluções liberais aos nossos dias*<sup>25</sup> Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal* / vol.12, Portugal e o Estado Novo (1930-1960) / coord. Fernando Rosas, 1992. - 571 p., [32] p. il.; *História de Portugal*, Joaquim Veríssimo Serrão, Vol. 15, «Da II Guerra à Morte do Marechal Carmona [1941-1951],» XVI, 1.<sup>a</sup> Parte História Política, Administrativa e Ultramarina, [1951-1960],<sup>26</sup>; *Portugal Contemporâneo*, António Reis, (dir.) Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa, 1990, 784 pp. *Geografia de Portugal*, Carlos Alberto Medeiros (Dir.), Teresa Pinto-Correia, «Paisagem e identidade: da Memória à Pós-Modernidade», Vol. 2, *Sociedade, paisagens e cidades*.<sup>27</sup>

Restituto Sierra Bravo aconselha que «en primer lugar, dado que la investigación científica y la tesis han de tener como punto de partida los conocimientos precedentes sobre el tema investigado, exige una labor previa de documentación para buscar primero las fuentes donde se encuentran dichos conocimientos precedentes y conocer después su contenido mediante lectura.»<sup>28</sup> E conhecer depois o conteúdo «del estado de la cuestión» como ponto de partida. Assim, procurámos obras sobre Tortosendo e encontrámos o seguinte: de José Apolinário Ramos, *Algumas notas sobre o topónimo da vila do Tortosendo*<sup>29</sup>; de António Madeira, Eduardo Esteves Morão, e Rui Brás Afonso, *Uma Vila Industrializada: Tortosendo, centro produtor de lanifícios, na área da Serra da Estrela*<sup>30</sup>; de Paulo Domingos Ramos Matos, *Tese de licenciatura do Curso de Arquitetura*; <sup>31</sup> Padre José do Vale Carvalheira, *Tortosendo Na história, na tradição e na lenda*<sup>32</sup>.

O P.e José Carvalheira, já falecido, foi pároco do Tortosendo, era nosso amigo desde de longa data, escreveu a monografia sobre Tortosendo, dada à estampa em 1981. Este autor partilhara connosco em 1975, quando ambos trabalhávamos na Escola Preparatória do Tortosendo (Hoje Escola EB 2/3 do Tortosendo) algumas notas

<sup>23</sup> - 589 p., [Lisboa], Estampa, D.L. 1993-1994.

<sup>24</sup> Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp.308-338.

<sup>25</sup> Lisboa, Palas Editores, 1973, pp. 291 - 448.

<sup>26</sup> Mem Martins, Editorial Verbo, 489 pp.

<sup>27</sup> Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

<sup>28</sup> Restituto Sierra Bravo, *op. cit.*, p. 28.

<sup>29</sup> Lisboa, 1977, 19 pp.

<sup>30</sup> Tortosendo, s.d, 11 pp.

<sup>31</sup> Porto, 1990.

<sup>32</sup> S. Mamede de Infesta, Edições Salesianas, 1981, 228 pp.

históricas que lhe haviam sido facultadas por Filipe Craveiro de Sousa, um estudioso da História do Tortosendo, falecido prematuramente, notas essas que ainda hoje conservamos. Quando após o 25 de Abril de 1974 nos começámos a interessar pela História Local na disciplina de Estudos Sociais.

O autor inicia a sua obra com uma «Apresentação» intitulada «Para Começar», de onde retirámos o seguinte: «Seja como for, o Tortosendo tem uma História que merece ser contada e conhecida. É certo que os elementos de que dispomos são escassos. Mas os que há, refletindo sobre eles, algo nos dizem e muito se pode adivinhar do que nunca se escreveu mas nos falam testemunhas mudas, que sempre se vão encontrando...»<sup>33</sup> A obra está dividida em três partes?<sup>34</sup>

Vários autores reconhecem o mérito das monografias locais. Margarida Sobral Neto, admite: a História Local que se configura como história particular das localidades, praticada fora dos meios académicos, constitui-se como um setor muito importante da historiografia portuguesa.<sup>35</sup>

Procurámos publicações monográficas a nível nacional e de Espanha que pudessem servir de orientação, encontramos entre outras: de João Marinho dos Santos, *O Concelho de Almeida: esboço histórico-sociológico*; de Manuel dos Santos Caria, *Pêga: uma aldeia tão antiga como a nação portuguesa sua estrutura económica e social e alguns padrões de cultura que a caracterizam*; de Robin Jenkins, *Morte de uma aldeia portuguesa*; de Fabio Botero Gómez, *Cien años de la vida de Medellín : 1890-1990*; de M. Mariano Fernández García, *Asociacionismo y vida política y social en Granollers a principio de siglo*; de Gregorio Canales Martínez, *El Bajo Segura: estructura espacial, demográfica y económica*; de Salustiano Casaseca Hernández, *Los Ancares : educación y subdesarrollo*, obras que serviram de reflexão para metermos ombros à nossa Tese.

Numa aproximação à história local, propusemo-nos consultar os arquivos: Arquivo Municipal da Covilhã (AMC); Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB); Arquivo da Junta de Freguesia de Tortosendo (AJFT); Arquivo do Sindicato Nacional

---

<sup>33</sup> P. 6.

<sup>34</sup> I Parte - Limites e Situação geográfica e Síntese Histórica; II Parte - A Instituição Paroquia; III Parte - NOVA ET VETERA (Coisas novas e velhas).

Na I Parte: Cap. I – As origens, Cap. II – O Topónimo, Cap. III Evolução do Tortosendo, Cap. IV Tortosendo em 1758, Cap. V Tortosendo nas Invasões Francesas, Cap. VI Tortosendo nos últimos dois séculos, Cap. VII Evolução demográfica e sociológica, Cap. VIII As feiras: S. Miguel e outras, Cap. IX Meios de Comunicação, Cap. X O problema da habitação.

<sup>35</sup> Margarida Sobral Neto, *Percursos da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais*, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 60

do Pessoal da Indústria de Lanifícios- Secção de Tortosendo (ASNPIL-ST); Biblioteca Municipal da Covilhã (BMC).

### **Arquivo Municipal da Covilhã (AMC)**

Este arquivo guarda três Fundos Documentais: o da Câmara Municipal, o do administrado do Concelho e o das Juntas de Paróquia. No conjunto destes três Fundos, possui um importante acervo documental, devidamente classificado, trabalho já realizado nas atuais instalações do Arquivo. No entanto, já vimos consultando documentos, desde cerca de 1990, ainda no antigo Arquivo, instalado num sótão do edifício da Câmara Municipal.

### **Fundo da Câmara Municipal**

Pudemos consultar: *Livros de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal e da Câmara Municipal*, ao longo de todo o período do Estado Novo; toda a *Correspondência Recebida e Expedida; Copiadores de Correspondência*, incluindo Correspondência Confidencial; *Livro de Registo de Minas; Copiador da Comissão de Estatística*.

Consultámos, ainda: Censos da população; Atas da Comissão do Recenseamento Eleitoral; Caderno para lançamento de Eleitores por Freguesia (Chefes de Família com direito a voto); Processos de emigração; Registo de licenças de estabelecimentos comerciais e industriais; *Livro de Expropriações*; Registo de matrícula de veículos do concelho; Habitação social - Bairros de casas de renda económica para operários; Contribuições municipais; Registo de vendedores; Atribuição de alvarás para estabelecimentos comerciais e industriais - Tabernas, Casas de Pasto, Restaurantes, Pensão, Cafés, Botequins, Cervejaria, Talho, Mercearia, Depósito de Pão, Pastelaria, Confeitaria, Barbearia, Drogaria, Cabeleireira, Carvoaria; *Livro de Registo de vendedores* de laticínios; Processos de obras (municipais e particulares); Documentação sobre Racionamento; Exploração de minas. Fontes de carácter confidencial. Toda esta documentação está devidamente discriminada em Bibliografia.

Reconhecemos valor historiográfico a toda esta documentação. Contribui para a caracterização das conjunturas, onde surgem os conflitos operários, em que Tortosendo é apresentado «como perigoso», para o tempo da 2.<sup>a</sup> Guerra que marcou profundamente as gerações que a viveram. Alguns dados puderam ser apresentados de forma quantitativa.

### **Fundo da Administração do Concelho**

*Livros de Correspondência Recebida e Livros de Correspondência Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco e vice-versa, para os regedores e Confidenciais.*

### **Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB) – Fundo do Governo Civil de Castelo Branco (GCCTB):**

*Correspondência Recebida de 1927 a 1936; Cópia da Correspondência Expedida do Governo Civil para Ministérios, Autoridades do distrito e para Autoridades Fora do distrito*

### **JUNTA DE FREGUESIA DE TORTOSENDO (JFT)**

*Livro de Atas da Junta de Freguesia do Tortosendo (sem n.º e faltam pág 1, 2, 87 e 88) de 20.9.1915 a 7.2.1927 (inc) até Livro de Atas da Junta de Freguesia do Tortosendo, n.º 6, de 27.3.1972 a 25.3.1977.*

### **SINDICATO NACIONAL DO PESSOAL DA INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS - SECÇÃO DE TORTOSENDO (SNPIL – ST)**

*Livro de Autos de Posse das Direções e Comissões Administrativas «deste Sindicato», Livro de Atas. Direção, Pasta de Correspondência Recebida e Expedida, - Dossier Controlo Operário, Livro de Registo «Sócios do sexo feminino», Livro Registo de operários, Livro Registo de empregados e técnicos, Pasta de «Dados Estatísticos», pasta «Assembleias / Reuniões Gerais de Sócios», um exemplar do Boletim O Sindicato, vários exemplares do Boletim Lanifícios.*

### **Biblioteca Municipal da Covilhã**

Consulta da imprensa local (discriminada adiante, neste ponto); do *Boletim do Trabalho Industrial*: n.º 9, Lisboa, Editorial Império, Lda, 1907; n.º 100, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914; n.º 136, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930; n.º 144, Lisboa, Editorial Império Lda., 1931; *Boletim dos Lanifícios*: n.º 69, abril 1955, n.º 68, agosto de 1955; Anuário de 1911; Francisco Xavier Proença de Almeida Garrett, «Tortosendo» in *Almanaque das Beiras*, 1932, pp. 113-118, Luís F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, Lisboa 1968, vols 4 e 5, p. 1692, 1603, 1655. Era muito difícil consultar esta obra na Biblioteca, há duas dezenas de anos. Desde 2011, Maria do Céu



Jordão e Paulo Carvalho Dias, respetivamente nora e filho do autor, vêm publicando, na Net, toda esta documentação. Em virtude do nosso apreço por essa obra, que se encontra esgotada, fizeram-nos a oferta da mesma.

**Bibliotecas da Universidade de Salamanca:**

- de Geografía e Historia
- de Educación
- de Francisco Vitória

**Biblioteca de la Universidad Pontificia de Salamanca**

**Hemeroteca de la Facultad de Geografía e Historia**

Consulta de várias revistas

## História Política

Propusemo-nos enfrentar a História Local desde diversas perspetivas. Começando pela dimensão política, pretendemos contribuir para o conhecimento da institucionalização e consolidação do Estado Novo, em Tortosendo, com o afastamento da elite republicana liberal e a subida de uma nova elite que pertence ao mesmo estatuto económico e social, mas que aderiu ao recém-formado Partido Único, a União Nacional.

Em relação à História das Elites, António Costa Pinto esclarece: «O estudo das elites, com grande tradição nas ciências sociais, não se restringe aos dirigentes políticos, abarcando o topo da hierarquia social em diversos campos. Também aqui o estudo dos critérios de recrutamento, dos perfis e das atitudes e comportamentos das elites sociais, económicas e outras é fundamental para perceber o funcionamento dos sistemas sociais e políticos.»<sup>36</sup> Por sua vez, Cláudia Santos entende «elite», «esta num sentido lato», como uma «minoría que dispõe, numa determinada sociedade e num dado momento, de prestígio, de privilégios resultantes de qualidades naturais, valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas.»<sup>37</sup>

Para a investigação sobre «elites», José Amado Mendes indica o recurso à biografia e à prosopografia. Felizmente, já pudemos contar com as obras: de José Manuel Tavares Castilho, *Os deputados à Assembleia Nacional, 1935-1974. Biografia e Carreira parlamentar*<sup>38</sup> e *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*, ambos da mesma Editora e ainda de Mário Matos e Lemos, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973) Um Dicionário*<sup>39</sup> Buscámos as fontes nos Arquivos e procedemos, ainda, ao levantamento de informação contida em vários jornais locais e obtivemos um arquivo muito significativo de biografias.

Socorremo-nos de obras sobre a ação das elites noutros pontos do país: de Eliana Brites Rosa, *A Elite Política Municipal e Distrital do Porto (1926-1945)*,<sup>40</sup> de Maria Antónia F. Pires de Almeida, «As Elites Municipais e a Revolução: Portalegre 1941-

---

<sup>36</sup> António Costa Pinto e André Ferreira, «Introdução», in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 1.

<sup>37</sup> Cláudia Santos, «“Dar a quem precisa” - O significado da caridade para a elite micaelense oitocentista: o exemplo da casa Fonte Bela», p. 193.

[http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia\\_Santos\\_p193-210.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia_Santos_p193-210.pdf) 14.1.2010

<sup>38</sup> Lisboa, Assembleia da República: Texto Editora

<sup>39</sup> Colaboração do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Texto Editores, 2009.

<sup>40</sup> Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais Trabalho Realizado Sob a Orientação do Prof. Doutor Manuel Loff Porto 2009.

1947<sup>41</sup>. Recorremos, então, ao método comparativo. Restituto Sierra Bravo esclarece que Durkeim denomina este método de «experimentación indirecta», que «consiste en la confrontación de hechos o fenómenos producidos espontáneamente y no artificial o voluntariamente, como en el caso del experimento.<sup>42</sup> Manuel García Ferrando acrescenta: utiliza-se o método comparativo «con objeto de obtener una visión más rica y libre del fenómeno perteneciente al ámbito o época del investigador, o de articular una teoría o explicación que convenga a fenómenos que trasciendan ámbitos o épocas concretos»<sup>43</sup>, o que se revelou de efetivo valor, fornecendo ferramentas para a análise.

Por sua vez, Regina Gouveia, na sua Tese de Doutoramento, *A interação entre o Universo Político e o Campo da Comunicação: A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)* pretendeu: i) estudar a história da imprensa local da região beirão entre 1900 e 1930; ii) analisar o movimento jornalístico na região; iii) e demonstrar como as elites utilizaram os periódicos regionais para se promoverem e alcançarem prestígio político e social. Para realizar esta investigação de cariz essencialmente interpretativo, Regina Gouveia, consultou vários periódicos beirões e privilegiou a análise do discurso. Este trabalho situa-se na dimensão da História Política e nos domínios da História da Imprensa e das Elites.

### **História Social**

Passamos à dimensão Social da investigação. Pedro Carasa defende que «incluso para un desarrollo cultural [e não só] de la historia social, la perspectiva local representa un avance metodológico de envergadura, al poder analizar los sujetos sociales en su experiencia más directa y cotidiana.»<sup>44</sup> Permite-nos analisar as relações que esses sujeitos sociais estabelecem entre si e as transformações sociais que provocam.

Para esta análise recorreremos a bibliografia sobre o tema, à análise de documentos escritos, alguns de caráter confidencial, à imprensa e, principalmente, aos testemunhos insertos em relatos de vida e publicados nos Boletins da LAT, ao longo dos anos.

Para a análise da sociedade tortosendense, utilizámos o modelo de classes sociais apresentado por Manuel Villaverde Cabral, «Classes Sociais», in *Dicionário de História*

---

<sup>41</sup> in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 9- 42

<sup>42</sup> Restituto Sierra Bravo, *op. cit.*, p. 85.

<sup>43</sup> Garcia Ferrando, Manuel, Ibáñez, Jesus y Alvira, Francisco (Comp.), *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación*, Alianza Editora, Madrid, 2000, p. 25.

<sup>44</sup> Pedro Carasa, «El giro local», in *Alcores* 3, 2007, p.27.

de Portugal,<sup>45</sup> elaborado em função da situação económica de cada uma delas<sup>46</sup>. Pela nossa própria experiência, podemos atestar: essa sociedade era muito hierarquizada e estática, opinião confirmada por Maria Filomena Mónica, em *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista (1926-39)*<sup>47</sup> e ainda por Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*<sup>48</sup>. Mas a mobilidade tanto intra como intergeracional vem a acontecer. Vários depoentes relataram que intervieram em proveito de outros ou em seu próprio proveito, para provocar a mobilidade social, em especial no seio do Clube Unidos Futebol Clube Tortosendo, vulgo, Unidos, para os operários. Aumenta a preocupação em mandar os filhos à escola para a obtenção de o diploma do Exame da 4.ª Classe e, em continuação, proporcionar o aumento da escolarização. Já as filhas nem sequer eram motivo de preocupação. Obras com interesse: Rufino Manuel Madrid Calzada, «La educación de las clases populares sevillanas: 1900-1975»,<sup>49</sup> Esther Varela Varas, *La educación como agente de cambio*<sup>50</sup> e Salustiano Casaseca Hernández, *Los Ancares: educación y subdesarrollo*.

Da sociedade, em geral passámos, à análise da estrutura familiar, como célula reprodutora da sociedade, em que cada elemento tem o seu papel bem definido. Da família mereceu destaque o papel da mulher<sup>51</sup>. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e operários* e Alice Ingerson, «Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave»<sup>52</sup> e, ainda, a socialização da criança de acordo com o modelo do grupo social a que pertencia. Falamos do ensino em Tortosendo, do seu evoluir, das lutas travadas para se conseguirem melhores edifícios para instalação do Ensino Primário, o Ensino Oficial e obrigatório, e da luta travada para a instalação do Ciclo Preparatório. De grande importância, se revelaram as atas da Câmara Municipal, a *Correspondência Recebida e Expedida*, por esta autarquia e mais documentação. Em relação ao Ciclo Preparatório, distinguiu-se no semanário *Jornal do Fundão*, o correspondente José Laço, graças à sua ação aguerrida. Jorge Craveiro de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo, Rui Pontífice Sousa, deputado à Assembleia Nacional, o

---

<sup>45</sup> António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 329.

<sup>46</sup> Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, p.48.

<sup>47</sup> Editorial Presença, Porto, 1978, 427 pp.

<sup>48</sup> Tese dout. Antropologia, Univ. Nova de Lisboa, 1998, p. 114.

<sup>49</sup> in Juan Ramón Medina Precioso, Antonio Rodrigo Torrijos (prólogo), *Industria y clases trabajadoras en la Sevilla del siglo XX*, Edición, Carlos Arenas Posadas, Sevilla, 1995.

<sup>50</sup> Salamanca, Tesina-Universidad Pontificia de Salamanca, 1982.

<sup>51</sup> Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

<sup>52</sup> in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp.1465-1500.

presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Borges Terenas, e ainda Duarte Simões, professor na Escola Campos Melo, que se distinguiu na criação do Ciclo Preparatório de Tortosendo e, em 1974, na criação do Instituto Politécnico da Covilhã.

Para o estudo da Vida Operária Tortosendense, foi muito útil a consulta da *Correspondência Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governador Civil de Castelo Branco e vice-versa*, para a Junta de Freguesia de Tortosendo, para a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Tortosendo, *As atas da Câmara Municipal*. Igualmente o Fundo do Arquivo do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo, já referido atrás, que se revelou de grande importância, mormente, no Marcelismo. Juntamos a esta documentação, periódicos, em especial *O Trabalho*, *O Raio*, *A Voz dos Trabalhadores* e o *AVANTE*.

Quanto a bibliografia, consultámos a obra de Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: II Os primeiros Congressos Operários 1865-1894*<sup>53</sup>, bem com a de Francisco Canais Rocha, «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical Português (1838 – 1970)»<sup>54</sup>, sobre a classe operária. Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*<sup>55</sup>, João Freire, com a sua obra, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*,<sup>56</sup> Esta última obra contribuiu decisivamente para que entendêssemos o papel da Associação de Classe e o empenho da elite operária tortosendense, em defesa desta. Fátima Patriarca escreve este livro cujo título é esclarecedor - «A institucionalização corporativa: das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)»<sup>57</sup> e José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar»<sup>58</sup> esclarece também aspetos do sindicalismo.

Rui Delgado, na *História da Covilhã (1800-1926): Vida Política*<sup>59</sup> publica a correspondência entre o administrador do concelho e o governador civil de Castelo Branco em altura de greves, no caso concreto de Tortosendo, no início do século XX.

---

<sup>53</sup> Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980

<sup>54</sup> in *Contributos para a história do movimento operário e sindical*, Coord. geral Manuel Carvalho da Silva ; autores Américo Nunes... [et al.], [Lisboa] : CGTP-IN : IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, p.95

<sup>55</sup> Lisboa, Coleção Seara Nova, 1970.

<sup>56</sup> Porto, Edições Afrontamento, 1992, 439 pp.

<sup>57</sup> in *Análise Social*, vol. 26 (110),1991 (1.º), p. 25.

<sup>58</sup> *Análise Social*, vol. 29 (125-126), 1994 (1.º-2.º), 287-317.

<sup>59</sup> Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã, 2001.

Também, o escritor Ferreira de Castro, no seu romance *A lã e a Neve*<sup>60</sup> descreve a vida dos operários da Covilhã, na 2.<sup>a</sup> Grande Guerra. Para Pedro Calheiros, «Este livro é um testemunho ousado e vigoroso sobre homens corajosos, e outros nem tanto, e até cobardes, injustos e maldosos nesse tempo de ditadura feroz.»<sup>61</sup>

O jesuíta tortosendense, Lúcio Craveiro da Silva (Padre), na obra *A Idade do Social*, procura explicar as relações entre patrões e operários e António Mendes Fernandes (Padre) escreveu um depoimento a nosso pedido; por sua vez Paolo Macry, em *La sociedad contemporánea: una introducción histórica*, [traducción Maribel Capmany]<sup>62</sup> dá a sua opinião sobre a proximidade entre patrões e empregados.

Prestámos atenção à situação, das mulheres, neste ponto à situação das mulheres trabalhadoras. Desde logo, às dificuldades para acumularem a vida da casa com o trabalho da fábrica, ou do campo, dificuldades acrescidas para criarem seus filhos numa terra onde não havia Infantário. Foi, principalmente, graças às entrevistas que pudemos obter sentidos relatos. Foi possível destacar as discriminações de que foram vítimas as metedeiras de fios, que trabalhavam em casa. E nem casos de assédio faltaram. A UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta), com o Projeto UMARtívismo - Rota dos Feminismos contra o «assédio sexual» ajudou a clarificar o assédio sexual, apresentado como uma forma de abuso de poder entre o perpetrador e a vítima, numa relação de desigualdade. Também tivemos mulheres que não se importaram de dar o seu testemunho, confirmando tais situações.

## **História Oral e fontes orais**

*“Um país sem memória é como uma folha em branco.”*  
Ouvi a Alçada Batista

Somos muito do que nos proporcionaram na criação. No nosso caso, o gosto pela oralidade deve-se às mulheres da família, as estórias contadas pela avó Carmo, aos cânticos sagrados ou profanos que ouvíamos cantar à mãe, enquanto trabalhava, aproximando-nos desta forma às tradições da nossa terra natal. Também à nossa tia Isaura Craveiro, que na adolescência, nos contou muitas estórias reais de Tortosendo,

---

<sup>60</sup> (Pórtico), Lisboa, Círculo de Leitores, 1985

<sup>61</sup> Pedro Calheiros, *A lã e a neve* testemunho corajoso sobre homens ousados  
[http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro\\_calheiros.htm](http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro_calheiros.htm)

<sup>62</sup> Barcelona, Ariel, 1997, p. 205.

ajudando-nos a penetrar no mundo «subterrâneo» da sociedade tortosendense, que incluía casos de assédio.

Depois, como professora do 2.º Ciclo, a lecionar as disciplinas de Português e História, no âmbito da ligação escola/meio houve a preocupação de que os alunos fizessem recolhas variadas, junto dos membros mais idosos das respetivas comunidades, como: lendas, jogos, tradições sociais e religiosas, toponímia, gastronomia, profissões antigas ou outras em vias de desaparecimento. Pensámos contribuir para a preservação da memória coletiva bem Ao fazê-lo, exploram-se memórias sociais esquecidas e valoriza-se o saber e vivência dos mais velhos; nesse processo, pode-se reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade. Para este trabalho recorreremos à obra de Luís Vidigal, *Os Testemunhos Oraís na Escola: História Oral e Projetos Pedagógicos*, publicada em 1996, a qual se revelou de grande utilidade e que continua atual. Este autor, no preâmbulo desta obra opina o seguinte:

O recurso aos testemunhos orais é particularmente adequado para se promover a aquisição, por parte dos aprendentes, de objetivos que favoreçam a preservação de aspetos importantes – mas descurados – da memória coletiva. A interiorização desses aspetos pode ainda contribuir para a formação pessoal e social dos alunos e para o reforço das identidades locais e nacional – o que é tanto mais importante quanto se vive em Portugal um processo de “modernização” económica decorrente da integração europeia, o qual gera efeitos perversos de descaracterização da memória e das identidades coletivas.<sup>63</sup>

Os resultados foram publicados em *O Recreio*, jornal trimestral da escola onde lecionávamos, a EB 2/3 do Tortosendo, e no *Boletim da LAT- Liga dos Amigos do Tortosendo*, divulgação que estimulava os discentes a prosseguir o seu trabalho e animava os depoentes a fazer novos testemunhos.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 80, integrámos a direção do Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade. Ao desejo e necessidade dos idosos de se fazerem escutar, de «transmitir una experiência de vida o una tradición»<sup>64</sup>, correspondeu a nossa disponibilidade e interesse em os escutar. Também numa primeira aproximação encarámos-os como porta-vozes de tradições seculares que são transmitidas de geração em geração, permitindo «reencontrar la voz del pasado» (Thompson, 1978).

Continuando, descobrimos que «la Historia Oral es particularmente útil para volver a trazar la historia de la gente corriente permitiendo penetrar en su estilo de vida,

---

<sup>63</sup> Luís Vidigal, *Os Testemunhos Oraís na Escola: História Oral e Projetos Pedagógicos*, Porto, Edições Asa, p. 11.

<sup>64</sup> Philippe Joutard, “Nuevas polémicas sobre Historia Oral. Algunos retos que se plantean a la Historia Oral del siglo XXI”, in *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n.º 19, 1999, 2ª Época, pp. 155 e 156.

sus sistemas de creencias y sus valores.» Mas que também «puede revelar procesos sociales... y añadir una nueva dimensión a los materiales que los historiadores han considerado tradicionalmente no pertinentes, sin hablar de su utilidad como base de cambio social...»<sup>65</sup>

Assim sendo, do Centro de Convívio e Apoio à 3.<sup>a</sup> Idade, passámos à Comunidade. Procurámos informantes como representantes da sociedade, que nos relataram as suas «histórias de vida», sentindo-se não só protagonistas da sua história, mas da história de Tortosendo. Mas, nem todos os que procurámos, acederam a prestar o seu testemunho, caso de industriais, por exemplo, que se mostraram relutantes, mesmo para fornecer pequenas informações.

Privilegiámos, em primeiro lugar, a Associação de Classe. Procurámos o depoimento de José Rodrigues Ribeiro, comerciante, um autodidata, que ainda muito jovem deu grande apoio à escola da Associação e que, muitos anos mais tarde, soube transpor para o UFCT, o que se praticava na Associação. Posteriormente, procurámos os testemunhos dos operários, filhos daqueles outros que frequentaram a Associação de Classe, alguns dos quais ainda os acompanharam nas idas à Associação.

Procurámos aqueles/as cujas profissões tinham desaparecido, porque já não se justificavam, mas que ainda puderam testemunhar (Condutora de malas, Chamiceiro, Guarda da CP, Funileiro, Bordadeira, Peixeira, Moleira); quando não foi possível, procurámos as filhas (Forneira, Parteira - «a Comadre», Lavadeira, Leiteira,), que acederam a fazê-lo.

Para as profissões, propriamente ditas, fomos junto de operários e operárias, do carpinteiro, do marceneiro, do cangalheiro, de costureiras, etc. Dos operários, destacamos os membros do Partido Comunista.

Quisemos ouvir quinteiras, ainda foi possível (quinteiros já não), que viveram com os seus uma vida muito sacrificada e conformada. Ouvimos filhas, que se libertaram, mas que revelaram a tal «nostalgia» que atrás foi referida.

Também procurámos, conhecedores dos efeitos benfazejos das ervas e da influência das superstições, membros da Ação Católica, a animadora do Bairro mais carenciado, a operária também figura caritativa, as velhas glórias do futebol, os contadores de histórias que, com muito humor, fizeram sátira social, as mulheres que trabalharam em favor do Partido Comunista (uma delas foi responsável por uma

---

<sup>65</sup> Alice Kessler-Harris citada por Alicia Altet Vigil, «El testimonio oral como fuente histórica (aproximación metodológica)», in *Perspectiva Contemporánea*, vol. I, 1988, p. 162.



«célula» na fábrica onde trabalhava). No decorrer do trabalho, em especial por parte das mulheres, ouvimos relatos pungentes, que não registámos (e foram alguns), assistimos a silêncios e lacunas, esquecimentos voluntários ou não. Alguns que a princípio se mostravam cautelosos e reservados, ultrapassavam essa situação, graças à empatia que se gerava no decorrer da conversa. Ganhámos boas amizades, não só por parte dos depoentes, mas também por parte dos familiares. Tem vindo a acontecer, que filhos mais jovens, só mostraram esse apreço mais tarde, por exemplo, na altura do falecimento de seus progenitores. Fomos alvo de muita incompreensão, quando, no início, publicámos as «histórias de vida» no Boletim da LAT, mesmo *inter pares*.

«Importa igualmente ter em conta que a fonte oral permite recolher as lembranças e as representações que as testemunhas conservam dos acontecimentos passados, e não o passado tal como ele foi vivido.»<sup>66</sup> Porque o trabalho da memória não é a recordação pura e simples do vivido. Um dos fatores que deve tomar-se em linha de conta é o esquecimento, consequência das naturais perdas de memória. Para Josefina Cuesta, «en torno al mecanismo del olvido afloran una serie de conceptos que pertenecen al mismo registro, pero que sin embargo expresan matices diversos. En esta órbita se sitúan, el silencio, la ocultación, lo no dicho, o indecible, los lapsus, todos ellos objetos de historia que deben ser analizados. (...)»<sup>67</sup> Para além de todos estes «matizes» do «esquecimento», que devem ser considerados, Eugenia Meyer chama ainda a atenção para um outro fator que não pode ser ignorado:

«No se olvide que en todas estas fuentes subyace la carga ideológica, la intención política, y es aquí precisamente donde está la tarea irrenunciable de desconstruir las memorias individual y colectiva a fin de *construir* la historia.»<sup>68</sup>

Com as entrevistas realizadas, elaborámos o quadro que se segue, que permite uma leitura muito mais fácil do resultado. Salientamos que, trabalhando em «histórias de vida», embora a entrevista tivesse um objetivo determinado, assinalado no Quadro como tal, permitia, no entanto, a obtenção de dados sobre muitos outros aspetos.

---

<sup>66</sup> António Pedro Manique, «Trabalho de projeto e o estudo da História Contemporânea», *O Estudo da História*, 1, Lisboa, AP.H., Abril 1996, 169-178

<sup>67</sup> Josefina Cuesta Bustillo, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, pp. 54, 55.

<sup>68</sup> Eugenia Meyer, «Desconstrucción de la memoria, construcción de la historia», in *Historia, Antropología y fuentes orales*, n.º 19, 1998, 2.ª época, p. 133.

**ENTREVISTAS REALIZADAS**

<b>Profissão</b>		<b>Nome</b>
Profissões desaparecidas	Alfaiate	José Calado ( - † ) / José Coelho Almeida ( - )
	Chamiceiro	Manuel Quelhas ( - † )
	Funileiro	António Simões dos Reis ( - † )
	Peixeira	Mª Joaquina dos Reis ( - † )
	Guarda da CP	Mª Ramos ( - † )
	Condutora de malas	Filomena Ferreira ( - † )
	Cozinheira de casamentos	Luísa de Jesus ( - † )
	Lavadeira	Nazaré Mendes ( - † ) / Ti Raposa ( - † Indiretas) ( - )
	Bordadeira à mão	Mª Beatriz Dias ( - † )
	Taberneira	Carmina Aires ( - † )
	Parteira (Indireto)	Ludovina Barata ( - † )
	Forneira (Indireto)	Maria Colega ( - † )
	Pasteleiros Bolo da Festa (Indireto)	Guilhermina Damas ( - † ) António Simões Ramos (1926 - †)
Operários: Tecelão	António Mateus ( 1930- † ) / António Rojão (1923 - ) / Germano Pombo ( - † ) / José Oliveira ( - † ) / José Carrola ( - † ) / João Rebelo ( - † ) / Mário Venâncio ( - † ) / Lino Barata ( - † ) António Calado Oliveira (1939- )	
Operárias	Urdideira	Alzira Venâncio (1919- † ) / Amália Pereira ( 1915 - † ) / Maria Feveireira ( - † ) / Palmira Antunes ( - † )
	Metedeira de fios	Mª Piedade Mendes ( - † )
	Passadeira	Lídia Proença ( - ) / Mª Helena Tourais ( - )
Serralheiro	Alfredo Francês ( - † ) / Américo Gil (1924 - )	
Agricultor / Agricultora	António Ascensão Roxo (1912 - ) / Celeste Almeida ( - † ) <u>Leiteira</u> ( - ) / Ti Cecília ( - † ) / Maria do Carmo Farda ( - † ) Quinteira ( - )	
Animador cultural	José Rodrigues Ribeiro ( - † )	
Professor	Vasco Leitão ( - † ) / Joaquim Dinis ( - † )	
Padre	António Mendes Fernandes ( - )	
Padeiro	António Costa ( - † ) / João Martinho ( - ) ( - )	
Marceneiro	José Pereira ( - )	
Carpinteiro e cangalheiro	José de Matos ( - † )	
Médica	Sara Cameira ( - † )	
Comerciantes	Gabriela Monteiro ( - ) / Jaime Diniz ( - † ) / Mª José Meireles ( - † )	
Barbeiro	Virgílio Dinis ( - ) / Júlio Mariano ( - )	
Operário construção civil	Francisco Teófilo ( - † )	
Cauteleiro	João Laço ( - † )	
Emigrante	Américo Fonseca (1913 - † ) / Carlos Miguel ( - ) / Francisco Ferreira ( - ) Armando Madeira ( 1936 - )	

Futebolista	Alfredo Pereira Craveiro (1921- ☩ ) / António Alfredo Benedito ( - ☩ Cavaca) ( - )	
Tuberculose	Alfredo Dias (1910 - ) / M <sup>a</sup> Fevereira ( - ☩ )	
Conhecedor das ervas	Alfredo Dias ( - ☩ ) / José Rebelo Alves ( - )	
Preso político	Joaquim Dias ( - ☩ ) / Apolinário Proença ( -☩ ) / Manuel Quinteiro ( - )	
Versejador	João Augusto Barata ( - ☩ )	
Figura caritativa / Operária	Natália Calado ( - ☩ )	
Bolo da Festa (Indireto)	Guilhermina Damas ( - ☩ ) / António Ramos ( - ☩ )	
Ócio	Caçador	Domingos Casegas ( - ☩ )
	Carnaval (Indir.)	Apolinário Barradas ( - ☩ )
	JOC /Patronato JOC	Antónia Gonçalves (1925 - ) Alberto Taborda Oliveira ( - )
	Sacristão	Manuel Brito ( -☩ )
	Organizadora excursões	M <sup>a</sup> Meireles ( - ☩ )
	Animadora	M <sup>a</sup> Menino Jesus ( - ☩ )
Mestre de banda de Música	José Quintela ( - )	
Artesãos	Costa ( -☩ ) / Alfredo Dias ( - )	
Fotógrafo	Sílvio Silva ( - )	

Estas fontes são, de facto, muito importantes para a compreensão do período histórico do Estado Novo, a nível local. Contribuem, desde logo, para a História local ou regional, para a História social (relações de trabalho, sindicais, relações familiares, classes, ócio), para a História institucional ou política, para História económica ( indústria, agricultura, comércio). A História Oral, no seu contributo para a História social, ao permitir penetrar« en el mundo de las representaciones y discursos del sujeto, colocado en su dimensión más concreta en el tiempo y en el espacio (...) ha llevado a la práctica la microhistoria casi hasta su extremo.»<sup>69</sup>

Facilmente se deprende, depois de toda uma reflexão sobre História Oral que «la memoria como fuente y como objeto de historia ha contribuido a cambiar y a ampliar el concepto de ésta, concepto que, desde esa perspectiva, se extiende al presente y las sociedades actuales desprovistas de memoria escrita.»<sup>70</sup> E, pudemos confirmar que, mesmo em sociedades com «memória escrita», ainda havia e há muitos a quem não era dado «voz» e nós conseguimos fazê-lo. Veja-se que a maior parte já faleceu.

<sup>69</sup> Pedro Carasa, «El giro local», in *Alcores* 3, 2007, p.27.

<sup>70</sup> Josefina Cuesta Bustillo, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, p. 47.

Concluimos: Las fuentes orales «non son excluyentes y no hay que convertirlas en un fin, (...) pero completan y equilibran la información.»<sup>71</sup> A «sua força» « es de cualquier historia que tenga una seriedad metodológica.»<sup>72</sup> «porque las fuentes documentales escritas non se nos han legado de manera tan inocente como podríamos creer».<sup>73</sup> Paul Thompson alerta: «El testimonio oral, al igual que cualquier otra evidencia, ha de ser evaluada tanto en términos de su contenido interno como en comparación con otras fuentes.»<sup>74</sup>

## Imprensa

No período em apreço, também merece destaque a imprensa como fonte documental. João Carlos Correia, na sua tese de Doutoramento apresentada em 2001 na Universidade da Beira Interior, intitulada «Comunicação e Cidadania» aprecia o valor da «produção noticiosa»:

É no interior do próprio processo de produção noticiosa, incluindo as respetivas rotinas, normas orientadoras e práticas discursivas que advém uma certa forma de abordar a realidade social. O jornalismo, desta forma, ao pretender dizer como o mundo é, contribui para conformar o mundo social que diz limitar-se a relatar.<sup>75</sup>

Para Amparo Moreno Sardá, a imprensa permite «conocer las propuestas ideológicas, las propuestas de lectura de la realidad social<sup>76</sup> (...) que en definitiva apelan en primero lugar a la formación social en la que se han producido las publicaciones y el segundo a las peculiaridades que presentan esas publicaciones, considerados como medios reproductores de la ideología de esa formación social».<sup>77</sup>

João Carlos Correia opina também a respeito do discurso jornalístico: [Este] surge-nos como uma prática institucional relacionada com uma certa configuração de sentido, pelo que constitui atitude ingénuo analisar as notícias como espelho da realidade e não enquanto configurações narrativas, dotadas de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si de acordo com a visão que prevalece na narração do quotidiano.<sup>78</sup>

---

<sup>71</sup> Maria Cármen García-Nieto Paris, «Fuentes orales e historia», in *Studia Histórica-Historia Contemporânea*, vol. 6, 7, 1988/89, p. 110.

<sup>72</sup> Gwyn Prins, «Historia oral», in Peter Burke (ed.), *Formas de hacer historia*, Madrid, Alianza editorial, 1993, p.172.

<sup>73</sup> Idem, *Idem*, p.167.

<sup>74</sup> Paul Thompson, «La Historia Oral y el historiador», in *Debats*, n.º 10, 1984, p. 54.

<sup>75</sup> João Carlos Correia, *O admirável Mundo das Notícias, Teorias e Métodos*, Covilhã, UBI, LabCom, 2011, p. 8. [www.livroslabcom.ubi.pt](http://www.livroslabcom.ubi.pt)

<sup>76</sup> Amparo Moreno Sardá, *op. cit.*, p. 288.

<sup>77</sup> Idem, *Idem*, p. 272.

<sup>78</sup> João Carlos Correia, *op. cit.*, p. 9.

José Extramiana defende que na análise de um periódico, deve ter-se em conta: «promotor, productor, público y demás circunstancias de publicación y difusión»<sup>79</sup>, bem como, terá de atender-se à paginação, ou seja, local escolhido para a localização do texto, títulos e ilustrações. É ainda importante prestar atenção à extensão da notícia. «A través de la extensión se está valorando cada noticia y se está induciendo al lector a que se fije más en unas que en otras, se le condiciona a que considere más ‘importantes’ unas que otras»<sup>80</sup> Independentemente, da sua própria extensão, pode influenciar o leitor, mesmo antes da sua leitura. Serão pois estes aspetos que atrás realçámos que deveremos ter presentes na consulta de periódicos.

Consultámos, os jornais publicados, em Tortosendo: *O Jornal, Alvor, Ecos do Tortosendo e Boletim da LAT*

Da Covilhã, consultámos: *o Notícias da Covilhã, O Trabalho, O Raio, O Covilhanense, A União, A Voz dos Trabalhadores, A Covilhan.*

Mais tarde: *Jornal do Fundão*, no Fundão.

### ***O Jornal*** (Tortosendo) 1927-1929

#### **TORTOSENDO, EQUIPA DE *O JORNAL* - 1927**



Fonte: *O Jornal*, 24.2.1927

Em Tortosendo, *O Jornal*, um semanário de cariz regionalista, iniciou a sua publicação, em 24 de fevereiro de 1927. O administrador era José Laureano de Moura e Sousa, industrial, o diretor e editor, Francisco Nabais da Cruz, empregado e secretário da redação, Adriano Peixoto, empregado. No seu número Um, apresenta-se o programa de ação:

É abraçando inteiramente a causa regionalista que este semanário será o seu baluarte no Tortosendo, a tribuna à disposição de todos os que queiram concorrer com o seu saber para o levantamento desta terra laboriosa e digna. E como ela é de todos, por todos e para todos, das suas colunas serão intransigentemente afastadas

<sup>79</sup> José Extramiana, *Prensa e historia*, p. 331.

<sup>80</sup> Antonio Rodríguez de las Heras, *La alteración de la información en la prensa. Un artificio metodológico*, p. 314.

as questiúnculas de carácter pessoal e ou de política no sentido restrito e o abandalhamento da terra.<sup>81</sup>

Mais tarde, no jornal de 15 de setembro do mesmo ano, define-se regionalismo: «O regionalismo é uma organização em que todos se devem sentir soldados, batalhando afincadamente pela causa comum, indiferentes às tricas mesquinhas e efémeras do mundo, que distinguiram, enfraqueceram e desacreditaram os partidos políticos.

A equipa de *O Jornal* era constituída pelos seguintes elementos: D. Sara Mesquita Cameira (médica)<sup>82</sup>, Dias de Oliveira (?), Dr. Crucho Dias (?), Dr. Francisco Peixoto (médico), José de Moura (industrial), D. Piedade Moura (professora do ensino primário), Francisco Nabais da Cruz (empregado) e José Laureano de Moura e Sousa (industrial).

De sobrelevar o facto de esta equipa incluir duas mulheres da burguesia Tortosendense e de Piedade Moura já estar casada com José de Moura. *O Jornal* mereceu de *O Raio* de a seguinte apreciação, apesar de nem sempre estarem de acordo:

Sem dúvida que a curta vida de *O Jornal* marcou uma época gloriosa. Não falando na propaganda que fez da sua vila (...) a ele deve-se a reparação do cemitério, produto duma subscrição aberta nas suas colunas e que vai além de 30 contos.

E continua-se: «Pertenceu a um grupo de tortosendenses dedicados e trabalhadores, a família Moura Sousa (de industriais), mas nele fica consagrado como combatente de recursos, o nome de Francisco Nabais da Cruz, que «obrigava o seu diretor [Laureano de Moura Sousa] a aceitar a sua firme ideia de republicano convicto e sincero.»<sup>83</sup> E prossegue: Nabais da Cruz, «Espírito inteligente e ativo deixa vincado em *O Jornal* que dirigiu, o seu nome e a sua ação em prol da vila que durante anos escolheu para instalar o seu lar. Tortosendo encontrou no seu talento um poderoso fator para serem atendidas as justas reivindicações.»<sup>84</sup>

Em boa verdade, para o fim de *O Jornal* deve ter contribuído a partida de Francisco Nabais da Cruz, para Lisboa, a representar a firma industrial João Afonso & C<sup>a</sup> e, aí, fixar residência e também a de Adriano Peixoto. De acordo com *O Raio* de 13 de janeiro de 1929, Adriano Peixoto, editor de *O Jornal*, «saíra para Coimbra, para trabalhar no *Diário de Coimbra*». Informa-se que, apesar disso, vai continuar a colaborar em *O Raio*.

---

<sup>81</sup> *O Jornal*, n.º1, 24.2.1927.

<sup>82</sup> Noutro ponto do nosso trabalho surge a sua biografia.

<sup>83</sup> 10 de março de 1929.

<sup>84</sup> *O Raio*, 24.3.1929.

Na opinião de José de Moura «O bairrismo dessa elite», que integrava a equipa de *O Jornal*, conseguiu [por ex.] «criar e sustentar a Conferência de S. Vicente de Paulo, instituiu o Patronato, se fundou uma filial dos Scouts, se instalou a luz elétrica».

Os Números 28 e 29 formaram um número especial de 20 páginas, publicado a 1 de setembro de 1929, comemorativo da elevação do Tortosendo a vila.

Este grupo empenhou-se na subida do Tortosendo a vila e desencadeia o processo para a subida a concelho.<sup>85</sup> *O Jornal* publicou-se até Março de 1929, num total de 127 números.

**ALVOR Tortosendo 1931** Tortosendo, número único. Em 27 de Outubro de 1931, publica-se o *Alvor*, «comemorativo» da Reorganização da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil, edição da mesma Associação. Destacamos a nota da redação, inserta na primeira página: «O jornal *Alvor* saúda toda a imprensa liberal e endereça a todos os defensores do proletariado as mais efusivas saudações, prestando-lhes a homenagem mais sincera de camaradagem.»<sup>86</sup>

O *ALVOR*, número único, publicado em Tortosendo, em 27.10.1931



Fonte: Exemplar de o *Alvor*, cedido por Ernesto Canhoto (filho de Leopoldo Canhoto), já falecido.

<sup>85</sup> Nós somos pela formação de pequenos concelhos. Concelhos que possam ser vistos pelos seus administradores e poderem sentir como os povos as suas faltas." *O Jornal*, 8.9.1927.

<sup>86</sup> *Alvor*, n.º único, Tortosendo 27 de Outubro de 1931 e Comemorativo. Administrador Leopoldo Matos Canhoto Diretor António Joaquim Gervásio Redação e Administração Tortosendo Composição e Impressão Casa do Povo – Covilhã Edição: Associação de Classe dos Operários da indústria Têxtil Tortosendo.

O operário Manuel dos Santos Fonseca sintetiza, assim, o espírito deste jornal: «*O Alvor*, para os operários do Tortosendo, será a Estrela de Alva, a sua aurora a despontar num novo horizonte, anunciando-lhes a aproximação de uma nova era de paz e amor.»<sup>87</sup>

***Ecos do Tortosendo 1951-??*** Boletim Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. *Ecos do Tortosendo*, Ano I, n.º 1, 23.12.1951. Na Biblioteca da Covilhã, consultei os exemplares ali existentes, do n.º 1 ao n.º 7. Estabelecia a ligação entre o pároco e os seus paroquianos. Era pároco do Tortosendo o Rev.do José Alves Ardérius. Compunha-se das seguintes secções: Saudação (nos n.ºs 1 e 2, que aparece substituída por «A Nota da Quinzena»), Palavra de Jesus, O Meu Cantinho, Calendário Litúrgico.

***Boletim da LAT 1991-*** *Boletim trimestral da LAT - Liga dos Amigos do Tortosendo*, que se vem publicando desde 1991. Colaborámos na sua fundação e durante vários anos na sua coordenação. Também, desde o seu primeiro número preenchemos a rubrica «Gente Nossa» com histórias de vida a partir de entrevistas individuais. Conseguimos muitos depoentes, mas a maior parte deles já faleceu, facto que se encontra assinalado no quadro. Dessas histórias de vida, retirámos grande número de testemunhos para ilustrar vários pontos do nosso trabalho. Pese embora o facto de que a este propósito entendemos que «importa igualmente ter em conta que a fonte oral permite recolher as lembranças e as representações que as testemunhas conservam dos acontecimentos passados, e não o passado tal como ele foi vivido».<sup>88</sup>

***Notícias da Covilhã 1919*** Teve o seu início em 1919 e ainda se publica atualmente. Nessa época, podia ler-se no seu cabeçalho a linha editorial: «Semanário católico e regionalista». O nosso interesse recaiu no período entre 1926 e 1974.

O governador civil de Castelo Branco, em 12 de janeiro de 1934, envia ao ministro do Interior uma lista das publicações existentes no distrito, da qual retirámos as do concelho da Covilhã. Para além da designação de cada órgão, eram ainda referidos os seguintes aspetos: título da publicação, localidade onde se publica, espécie de publicação, informação sobre a orientação, valor e expansão.

Do *Notícias da Covilhã* se afirmava: «Semanário. Jornal católico, com muitos leitores, dentro e fora da Covilhã. Defende a situação política atual e combate o socialismo.»<sup>89</sup> Em algumas notícias e artigos de opinião, a respeito dos mais variados

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, 10.31.

<sup>88</sup> António Pedro Manique, «Trabalho de projeto e o estudo da História Contemporânea», in *O Estudo da História*, 1, Lisboa, A.P.H., Abril 1996, 169-178.

<sup>89</sup> ADCB, Lista das publicações existentes no distrito de Castelo Branco enviada à entidade superior, em 12. 1.1934, da qual retirámos as do concelho da Covilhã.



assuntos, estavam bem patentes estes atributos. De salientar que, em períodos vários, esse jornal teve correspondentes em Tortosendo, figuras interessantes para o nosso trabalho. Desde o início da década de 30 do século passado até finais da década de 60 do mesmo século, destacou-se Alfredo Martins Oliveira, carteiro de profissão, um autodidata, com uma linguagem muito escorreita. Através da sua colaboração, vieram à luz do dia muitos dos problemas e necessidades, que se levantavam na vila, não esquecendo os mais fracos, caso dos trabalhadores rurais. Tanto a este respeito, como a respeito das greves dos operários, não se furtava a dar a sua opinião.

***O Trabalho Covilhã 1921-33*** *O Trabalho*, órgão da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã. De entre os jornais de propaganda anarquista inclui-se *O Trabalho*<sup>90</sup> A sua equipa apresentava a seguinte composição: diretor, José Caetano Júnior; secretário da direção, A. Lopes Jorge, editor: António Quintela, composição e impressão: Casa do Povo. Semanário, propriedade da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil e confederado na Confederação Geral do Trabalho. A respeito destes jornais [de propaganda anarquista], João Ferrão opina o seguinte:

Um dos aspetos mais relevantes e surpreendentes da existência do anarquismo (ou libertarismo) na cena social política portuguesa é, certamente, a dimensão e o vigor da sua imprensa. (...) A imprensa sindicalista, corporativa ou libertária, [foi] um excelente veículo para a sua propaganda e divulgação, tal como através de inúmeras iniciativas sociais e culturais.<sup>91</sup>

*O Trabalho* foi suspenso, temporariamente, pela censura, em 1926. Em Abril de 1927 foi substituído por «O Têxtil» e volta a publicar-se em 1928. Veio a ser definitivamente suspenso em 29 de Outubro de 1933. Em Março de 1932, por altura do seu 11º aniversário, *O Trabalho* lembra uma vez mais os objetivos que o animam:

nunca se valeu de outras armas, na luta que terçou contra as injustiças sociais, outras armas que não fossem as da justiça, as da verdade, as da razão. Preocupação dominante tem sido a ilustração da classe trabalhadora, porquanto está já demonstradíssimo que a classe operária será tanto mais forte, as suas conquistas serão tanto maiores, quanto maior for a sua cultura, a sua consciência associativa. Como meta final «integral emancipação»<sup>92</sup> da classe trabalhadora.

No ano seguinte, último ano da sua publicação, por força de circunstâncias extrínsecas aos seus responsáveis, retomam-se as ideias do ano anterior, e sempre presente a

---

<sup>90</sup> Para além do conhecimento pessoal da autora, *O Trabalho* é referido em João Ferrão, «Imprensa libertária», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, (dir), Maria Fernanda Rollo, (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. I, p.454.

<sup>91</sup> João Freire, «Anarco-sindicalismo», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 102.

<sup>92</sup> *O Trabalho*, 27.3.1932.

máxima: «Jornal de trabalhadores, escrito por trabalhadores e para trabalhadores, tem sabido substituir a literatura, a frase rendilhada, por prosa doutrinária, na fraseologia sincera do povo. Doze anos de luta em prol da emancipação não só proletária, mas humana. Numa luta ardorosa.»<sup>93</sup>.

É de salientar o importante papel desempenhado por *O Trabalho* não apenas junto dos operários da Covilhã, como também dos de Tortosendo. Para além de se bater pelas justas aspirações dos operários, os redatores e mais colaboradores procuravam exercer um papel formativo junto dos seus camaradas. Os próprios dirigentes operários do Tortosendo colaboravam também neste jornal da classe operária. Consultámos os números existentes na Biblioteca Municipal da Covilhã, correspondentes ao período entre 1926 e 29 de Outubro de 1933, data em que foi encerrado definitivamente.

Na já referida lista de janeiro de 1934, está dito em relação a *O Trabalho*: «Jornal de pequeno formato, editado pelos elementos da Casa do Povo, organismo sindical de tendências claramente avançadas [leia-se «comunistas»]. Tem muitos leitores entre os operários da indústria de lanifícios.»<sup>94</sup>

***O Raio Covilhã 1923 - 1937*** Iniciou-se na Covilhã, em 24 de Junho de 1923 pela publicação de bimensal e passou a semanal, tendo José Ramalho como diretor, editor e proprietário. Publicou-se, ininterruptamente, durante 14 anos. Norteava-se pela máxima «Pela Pátria – Pela República – Pela Justiça». Manifestamente anticlerical, foi palco de grandes polémicas. Também, neste aspeto, o Tortosendo vem à liça, principalmente enquanto Raul Ribeiro permaneceu em Tortosendo. No âmbito deste trabalho, consultámos todos os números que se encontram na Biblioteca Municipal da Covilhã, entre 1924 e a sua extinção. Oficialmente, foi dito sobre *O Raio*: «Semanário. Combate a situação e defende o regresso aos partidos. É muito combativo, sendo considerado um dos melhores jornais no género, existentes na província. Tem muita expansão fora da Covilhã.»<sup>95</sup>

***Covilhanense*** Ano I de 2.10.1927 e tem como diretor e editor: tenente Elias da Costa. Propriedade do Grémio Covilhanense. Sai em Lisboa. Este número foi visado pela Comissão de Censura. Interregno de 20.2.1929 até 12.9. 1929. Volta a publicar-se em 10.4.1932. *O Covilhanense* revela-se muito próximo da ideologia da ditadura militar.

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, 19.3.1933.

<sup>94</sup> ADCB, Lista das publicações existentes no distrito de Castelo Branco enviada à entidade superior, em 12. 1.1934, da qual retirámos os do concelho da Covilhã.

<sup>95</sup> *Idem*, *Ibidem*..

**A União Covilhã 1926-1929** Iniciou a sua publicação em 7 de janeiro de 1926, na Covilhã. Redação e administração do Centro Socialista, diretor José Bernardo Gíria. Publicou-se até 30 de maio de 1929. No n.º 51, de 13 de janeiro de 1927, numa peça intitulada «Recordando uma data», pode ler-se: «O Partido Socialista, fundado em 10 de janeiro de 1875, em virtude do influxo revolucionário que as doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores galgando fronteiras, arrastaram até nós.»

**A Voz dos Trabalhadores Covilhã 1932-1934** Propriedade do Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, teve início em 15 de Maio de 1932. O programa do jornal foi retirado da *Encíclica Rerum Novarum* de Leão XIII <sup>96</sup>:

Defender dentro das normas da justiça social e da caridade cristã, os legítimos interesses materiais, espirituais e profissionais de todos os trabalhadores. (...) Ninguém ignora que o regime atual do salariado, filho dileto do liberalismo económico, tem as características de negra servidão. (...) Nada vale o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital.

Foram consultados os 40 números existentes na Biblioteca Municipal da Covilhã e que se estenderam até Janeiro de 1934. O administrador do concelho, sobre *A Voz dos Trabalhadores*, comentou: «Órgão do Sindicato Católico dos Operários da Indústria Têxtil. Defende os princípios das organizações operárias católicas. Tem menos expansão que os três anteriores. (*Notícias da Covilhã, O Trabalho e O Raio*).<sup>97</sup>

**A Covilhan 1934 - ?** Semanário regionalista, iniciou a sua publicação em 8 de novembro de 1934, na Covilhã, tendo como diretor, proprietário e editor, o Dr. Aníbal Alçada. Apresentava-se como integrado na União Nacional, com o lema: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» (Salazar); «Tudo pela Covilhã, nada contra a Covilhã».

Das «Palavras de apresentação», em editorial, destacámos:

«*A Covilhan*», o jornal que se publica hoje pela primeira vez, é um jornal com ficção regionalista integrado nos princípios que enformam o Estado Novo. (...) afirma-se em política pela Representação Corporativa, em regionalismo, defensor dos interesses do concelho e no campo social, condenando o dissídio das classes, (...) Distingue-se na defesa do corporativismo, na implantação dos Sindicatos Nacionais.

Posteriormente, o conteúdo dos seus artigos de opinião confirmam que se bateu pelos princípios que defendidos neste editorial.

**Jornal do Fundão 1946** Publicou-se pela primeira vez em Janeiro de 1946. Consultámos este jornal, no período entre 1946-1974.

---

<sup>96</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 15.5.32.

<sup>97</sup> ADCB, Lista das publicações existentes no distrito de Castelo Branco enviada à entidade superior, em 12. 1.1934, da qual retirámos os do concelho da Covilhã.



Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Jornal-Do-Fund%C3%A3o/122193041237955>

Recolhido em 12.5.2015

Os objetivos deste jornal estão definidos no seu editorial, intitulado «Rumo» do qual retirámos o seguinte:

Sem ódios nem ambições, com a clara noção do que podemos querer, procuraremos servir o concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação das realizações materiais mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes. No nosso país estaremos, ao lado dos que trabalham e dos que sofrem, em fraterna compreensão que não é de hoje mas de sempre.<sup>98</sup>

A esfera de ação do *Jornal do Fundão* alargou-se do concelho do Fundão para uma região sucessivamente mais vasta. Nesta linha de atuação, teve vários correspondentes em Tortosendo. Por ordem cronológica, foram eles: professor Joaquim Salvado, Alfredo Costa, Américo Oliveira e José Laço Pinto. Mormente este último, ao longo de muitos anos, fez eco dos problemas do Tortosendo os quais a censura nem sempre permitia que se publicassem, conforme os arquivos do *Jornal do Fundão* podem comprovar. A ação deste correspondente, nas páginas do jornal, foi uma forma de pressão decisiva para se conseguir, por exemplo, o estabelecimento do Ciclo Preparatório, em Tortosendo, como teremos oportunidade de referir oportunamente neste trabalho. Escolhemos o *Jornal do Fundão* para falar de censura, atendendo ao muito que este jornal sofreu por esta forma de repressão, chegando ao extremo de ter sido encerrado. Oliveira Marques esclarece: «Nas redações dos jornais, por seu turno, antes de atuar o lápis do censor oficial, intervinha a censura interna, exercida pelos

---

<sup>98</sup> *Jornal do Fundão*, 27.1.1946.

responsáveis redatoriais, e a chamada autocensura, praticada pelos jornalistas. Era muitas vezes uma medida de antecipação ao *lápiz azul* ditada por razões de economia e eficácia, uma vez que os cortes acarretavam sempre despesas suplementares e, por vezes, atrasos na saída dos jornais, com as consequentes quebras de vendas.»<sup>99</sup>

«Escrevia-se, é certo, nas entrelinhas, que a sagacidade do censor não chegava a tanto!<sup>100</sup> Mas o espaço de opinião era limitadíssimo.» - Observa Fernando Paulouro, a este respeito, em 2010, na época ainda diretor do *Jornal do Fundão*, num testemunho que escreveu a nosso pedido sobre a atuação da censura no jornal que dirigia e que intitulou: «Viagem aos arquivos da Censura. Quando o gesto criador era destruído...»<sup>101</sup>

Apesar da censura prévia, vários jornais foram suspensos, ainda que transitoriamente, o que acabou por acontecer a *O Trabalho* e, muito mais tarde, ao *Jornal do Fundão*. Servimo-nos novamente de palavras de Fernando Paulouro:

Anotamos o tempo: 23 de maio de 1965. A publicação de um suplemento literário, dirigido pelo prof. Alexandre Pinheiro Torres, onde se noticiavam os prémios da Sociedade Portuguesa de Escritores (entre eles figurava o nome do escritor angolano Luandino Vieira, que estava entretanto detido no campo de concentração do Tarrafal por ser militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), acusado de conspirar contra o Estado, com o livro “Luuanda”) conduziu à apreensão da edição e suspensão do jornal, durante seis meses, e à criação de um regime especial de censura ao Jornal, em Lisboa.<sup>102</sup>

No *Jornal do Fundão*, tudo quanto o *lápiz azul* cortou foi arquivado e deu origem a oito grossos volumes. «Tudo era, então, suscetível de silenciamento.» Fernando Paulouro concretiza: «Desde a crítica a uma rua em mau estado até à mais leve referência a um qualquer órgão do Poder.» «Todo o noticiário com o mínimo conteúdo político é censurado com cortes parciais e totais e a crítica de televisão coluna do Mário Castrim (que utilizava o pseudónimo Marcos Ferreira), é um estendal de carimbos e de riscos, ficando muitas vezes impublicável.» «Um artigo sobre Cristo e o sentido da sua mensagem, de Rolão Preto, foi totalmente inutilizado, o mesmo acontecendo a uma crónica sobre o clero do nordeste brasileiro, de Arnaldo Saraiva.» «Toda a produção relacionada com atividades literárias é especialmente visada. Livros, para quê?» «Pardigmático o corte integral, em 1969, de uma pequena notícia, que dizia: “TV a cores em Madrid”. Sempre a velha filosofia: o que não é noticiado, não existe.» «Nada

---

<sup>99</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Palas Editores, 1973, p. 278.

<sup>100</sup> «Este estado de coisas provocou nos autores “uma autocensura permanente» (...) que levou, posteriormente, «ao surto de uma forma altamente original de criptotransmissão». Idem, *ibidem*, p. 301.

<sup>101</sup> Fernando Paulouro, «Viagem aos arquivos da Censura. Quando o gesto criador era destruído...» Recebido em 14.5.2010.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*.

traduzirá melhor o universo da Censura e o que ela representava de contrário aos interesses e direitos mais elementares das populações do que as duas páginas sobre a endemia do bócio, que flagelava boa parte da zona do pinhal, da autoria dos Drs. José Lopes Dias e Dias de Carvalho, e que ensinava como o mal poderia ser erradicado ou, pelo menos, atenuado. Foi tudo cortado.» Julgo ser este um dos documentos mais significativos da história da imprensa portuguesa e do carácter ominoso da Censura. Tem uma data: 25 de Janeiro de 1968

Na nossa investigação utilizámos a imprensa regional como fonte documental, mas «en la perspectiva del historiador, que sólo busca en la prensa una información complementaria».<sup>103</sup>

**Avante! 1931-** Órgão oficial do Partido Comunista Português. Começou a ser publicado na clandestinidade em 15 de Fevereiro de 1931, com saída irregular. A partir de 1941, começou a ser editado com mais regularidade, pelo menos uma vez por mês.

## **A literatura**

Maria Antónia Pires de Almeida afirma que a literatura «tem, como fonte, uma importância central, pois reflete imagens transmitidas, por mais filtradas que elas estejam por condicionalismos ideológicos ou outros».<sup>104</sup>

A literatura é considerada uma fonte muito pouco ortodoxa. De facto, muito poucos historiadores se lembram dessa fonte preciosa para o estudo de uma época, de uma região e de um modo de vida em relação ao qual todos somos naturalmente estrangeiros. Mas quem melhor do que os romancistas para nos levarem numa viagem a esses lugares estranhos e cujo ambiente não conseguimos abarcar apenas com a crueza das fontes atrás expostas?

Isto para lembrar apenas os mais óbvios. Basicamente, o que se pretende é que o cientista social não esteja desligado da realidade, seja ela mais erudita ou mais popular. E a voz populí sobre o presidente da câmara ou sobre o industrial do concelho também tem de ser considerada para a construção da sua imagem. A literatura tem neste aspeto uma importância central, pois reflete imagens transmitidas, por mais filtradas que elas estejam por condicionalismos ideológicos ou outros. Tal como nas fontes orais, também nestas encontramos representações sobre o poder e os indivíduos ou grupos que o exercem <sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> José Extramiana, *Prensa e historia*, p. 331.

<sup>104</sup> Maria Antónia Pires de Almeida, Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX, *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), 2008, pp.627-645, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n188/n188a07.pdf>.

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*.

Sergio Fernández Riquelme acrescenta:

el estudio y uso de fuentes literarias (...) nos permite acceder, siempre bajo criterios de selección y comprobación historiográfica, a dimensiones del «hecho histórico» negadas por la «fuentes primarias», y a realidades emocionales, espirituales y simbólicas, tanto individuales y como colectivas, de notable significado testimonial: ideas no reconocidas, creencias ocultas, relaciones secretas, personajes no siempre secundarios, motivaciones reales, ideologías subyacentes.<sup>106</sup>

Juntamos, ainda, a opinião de Valdeci Rezende Borges: «é indispensável refletir sobre as características específicas das diversas formas de ficção, das relações particulares que o texto literário, o autor e a escola, a que se filiam, estabelecem com a realidade e definem a representação que dela edificam.»<sup>107</sup>

Foi dentro destes pressupostos que nos aproximámos das obras de dois escritores portugueses, António Alçada Batista e Ferreira de Castro. Do primeiro, destacamos as obras: *Peregrinação Interior II – O Anjo da Esperança*<sup>108</sup>, *A pesca à linha: Algumas memórias*<sup>109</sup>, *O tecido do Outono*,<sup>110</sup> *Tia Suzana, meu amor*<sup>111</sup>, *A cor dos dias: memórias e peregrinações*<sup>112</sup>. O autor busca nas suas memórias e recordações e «fala de Deus, da morte, do suicídio, do corpo, da mulher, do provincianismo, dos preconceitos de uma sociedade conservadora», «deixou o testemunho de uma vivência coletiva, registada na década de 70 e 80 (do século passado), marcada por inquietações político-sociais»<sup>113</sup> ajudando a compreender alguns aspetos da sociedade covilhanense, à qual a sociedade tortosendense muito se assemelha. No caso do segundo, concretamente na obra, *A lã e a neve*, aproxima-nos à vida dos operários da Covilhã, durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>114</sup> Aceitamos que «Historia y ficción, géneros sujetos a distintas normas y, con frecuencia, a distintos resultados, pero en todo caso complementarios.»<sup>115</sup>

No final das reflexões sobre metodologia, e como é a História Local que nos move, reiteramos: «Seja qual for a resposta, o certo é que, também no processo da busca

---

<sup>106</sup> Sergio Fernández Riquelme, «Historia y literatura, disciplinas complementarias e instrumentos del discurso político. El caso del nacionalismo serbio», in *Hispania*, ISSN 0018-2141, N°230, CSIC, Madrid, 2008, págs. 787-818, p.788.

<sup>107</sup> Dr. Valdeci Rezende Borges, «História e Literatura: Algumas Considerações», pp. 94-109, *Revista de Teoria da História* Ano 1, Número 3, junho/ 2010, Universidade Federal de Goiás, p. 99.

<sup>108</sup> 1999.

<sup>109</sup> 1998.

<sup>110</sup> 1999.

<sup>111</sup> 1997.

<sup>112</sup> 2003.

<sup>113</sup> Adriano Miranda, «Morreu o escritor Alçada Baptista», in *Público*, 7.12.2008.

<sup>114</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Al%C3%A7ada\\_Baptista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Al%C3%A7ada_Baptista) Acedido 12.3.2014

<sup>115</sup> Enriqueta Vila Vilar, «Historia y Literatura: un largo debate para un caso práctico », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, p. 26 Mis en ligne le 31 janvier 2009, consulté le 30 avril 2015. URL : <http://nuevomundo.revues.org/52533> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.52533

ou do reforço da identidade, através do avivar da memória, a história local é chamada a desempenhar uma função insubstituível.»<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> José Amado Mendes, «História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização», in Revista Portuguesa de História t. XXXI V (2000), Universidade de Coimbra, p.368.



## 5. PARTES DO TRABALHO

O trabalho apresenta-se dividido em seis partes, fontes e bibliografia.

No capítulo introdução começamos pela escolha do Tema, continuamos apresentando as Hipóteses e Objetivos, Metodologia, Partes do Trabalho e «De Tortosendo» uma breve apresentação geográfica e histórica.

No primeiro capítulo, falamos da «Vida Política e Administrativa de Tortosendo no Estado Novo. Assim, entre 1926 e 1933, a nível local, é criada a União Nacional e emerge uma nova elite. Destaque para Laureano Moura Sousa e Francisco Almeida Garrett. Em 11 de abril 1933, após aprovação por plebiscito, é promulgada e entra em vigor a Constituição Política da República Portuguesa. A publicação do Estatuto de Trabalho Nacional, em setembro de 1933, cria os Sindicatos Nacionais e Grémios. Em 1936, é criada a Legião Portuguesa e esta estrutura ideológica vai ter a sua sede em Tortosendo.

A 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, 1939-1945, com a «frágil neutralidade de Portugal» - muitos sacrifícios são pedidos aos portugueses. No final da 2.<sup>a</sup> Grande Guerra, verificou-se alguma abertura e o regime «tolerou» a oposição, nas campanhas unitárias do MUD (1945) e campanha de Norton de Matos (1949) e, mais tarde, a de Humberto Delgado (1958). A 4 de fevereiro, de 1961, inicia-se a guerra de libertação em Angola. Em dezembro de 1961, a União Indiana «invade, ocupa e reintegra no seu território as cidades-enclave de Goa, Damão e Diu». No Marcelismo destaque para a Ala Liberal que criou muita expectativa. Fim do Regime pela força militar, a mesma que sempre o defendeu.

No segundo capítulo, sobre Economia, embora não coloquemos de parte a agricultura e o comércio, o estudo recai especialmente sobre a indústria, atividade predominante de Tortosendo. Recuámos no tempo para falarmos da evolução do tear, instrumento de trabalho, e das instalações industriais.

Fala-se muito em crise, apesar da proteção do governo, Pautas, Condicionamento, etc. Com a adesão à EFTA, impõe-se a primeira Reorganização.

No terceiro capítulo, «Sociedade tortosendense», à volta de «população», estudámos a evolução demográfica e atividades da população de Tortosendo. Para análise da sociedade, utilizámos o modelo de classes sociais defendido por Manuel Villaverde Cabral, elaborado em função da situação económica de cada uma delas. Pela nossa própria experiência, podemos atestar que essa sociedade era muito hierarquizada e

estática. Passamos à análise da estrutura familiar, como célula reprodutora da sociedade, em que cada elemento tem o seu papel bem definido; a socialização da criança é feita de acordo com o modelo do grupo social a que pertencia.

Falamos do ensino em Tortosendo, das lutas travadas para se conseguirem melhores edifícios para instalação do Ensino Primário - o Ensino Oficial obrigatório-, mais preocupado em educar do que instruir.

No quarto capítulo procurámos descobrir quais os papéis da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, criada em 1922, para além do papel reivindicativo, em virtude da importância que os operários lhe outorgavam.

Com o Sindicato Nacional, as direções são nomeadas, os Contratos Coletivos de Trabalho negociados entre a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da mesma Indústria. São proibidas todas as reivindicações operárias, mormente as greves. Mas com a crise social durante e o pós Segunda Guerra Mundial, estas regressam.

Interrogámo-nos sobre o «anticlericalismo» de homens da nossa família. Alguns operários eram chamados, à boca pequena, de comunistas, em clara oposição com elementos da JOC, estes mais jovens, mas que procuravam a todo o custo vencer o fosso ideológico que os separava.

Questionámos a ligação dos operários ao Partido Comunista Português, ao atribuir-lhe o importante papel de minorar a falta da Associação de Classe na defesa dos seus direitos. Analisámos, também, com particular interesse, «as relações entre patrões e trabalhadores».

Finalmente, no Marcelismo, assim que a legislação permite eleger as direções, operários e empregados aproveitam essa possibilidade e imprimem ao seu Sindicato a dinâmica há muito desejada. Constatamos que as operárias dos lanifícios são vítimas de grande discriminação

Sem que fosse sua intenção, os próprios operários fizeram um balanço em final do Estado Novo, precisamente, um mês antes do 25 de Abril, em Assembleia geral.

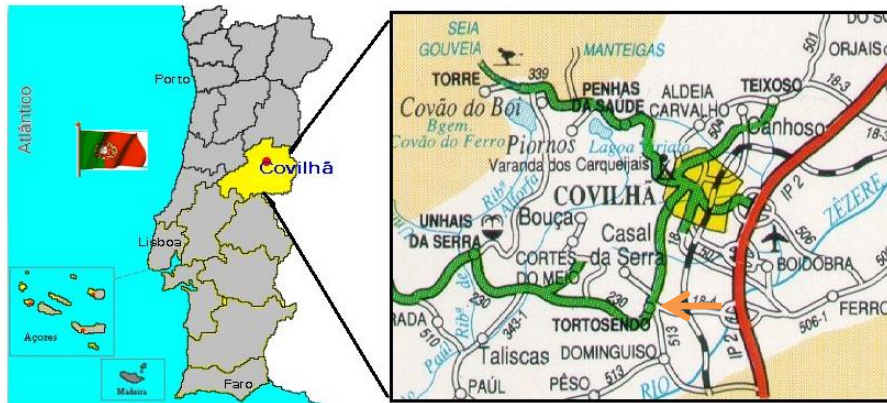
No quinto Capítulo, procuramos tirar conclusões, com base nos objetivos formulados.

## DE TORTOSENDO

«Las sociedades humanas están sujetas a sus ambientes naturales mediante relaciones de gran importancia, aunque no absolutas ni infranqueables. Existe entre ellas una antigua dialéctica hecha de continuas adaptaciones y continuas modificaciones recíprocas. Las prácticas sociales en los ecosistemas – a veces los desordenan – y al contrario, éstos los condicionan y moldean. ‘Las relaciones hombre-ambiente van en doble sentido y los fenómenos de feedback son regla, non la excepción’.»<sup>117</sup>

### PORTUGAL

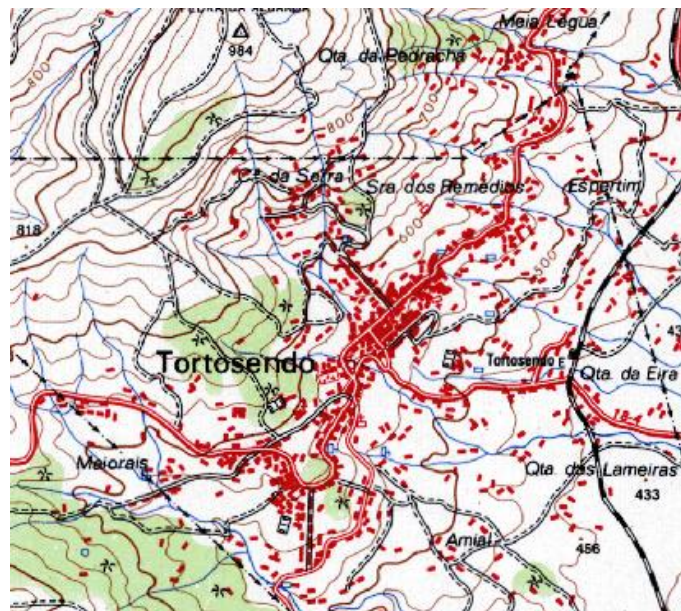
### CONCELHO - COVILHÃ



Fonte: [http://concursoarcos.no.sapo.pt/1\\_g.html](http://concursoarcos.no.sapo.pt/1_g.html) Latitude: 40.2375 // Longitude: -7.52672 @

Acedido em 13.11.2015

### MAPA DE TORTOSENDO



Retirado do *website* da Direção Geral do Território

<http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html>

Acedido em 13.11.2015

<sup>117</sup> Paolo Macry, *La sociedad contemporánea: una introducción histórica*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 1997, p.48.

Escolhido Tortosendo há que situá-lo e caracterizá-lo, porque «se tomarmos o território como unidade de partida temos à partida estabelecido o contacto com o cenário onde toda a ação se desenrolará».<sup>118</sup>

O fator geográfico, sem ser determinante, impõe condicionantes de ordem natural, económica, cultural e até política.

### **Situação geográfica**

Tortosendo é uma das freguesias do concelho e comarca da Covilhã, distrito de Castelo Branco e diocese da Guarda, paróquia de Tortosendo, orago de Nossa Senhora de Oliveira. O aglomerado desenvolve-se na encosta sudeste da Serra da Estrela,<sup>119</sup> na uma cota entre 500 e 600 m de altitude aproximadamente, apresentando o terreno acentuado movimento. Situa-se na bacia hidrográfica do rio Zêzere, próximo da sua margem direita (a 3 km), onde vão desaguar várias linhas de água (Ribeiro Grande). Dista 7 Km da sede de Concelho, SSO, e 55 km da sede distrito.<sup>120</sup> Com 17,75 km<sup>2</sup> de área. Compreende os lugares de Casal da Serra, Maiorais e Tortosendo. Nos censos de 2011 apurou-se cerca de 5 624 habitantes das quais 20,52% têm mais de 65 anos e 14,70% serão crianças e adolescentes (menos de 14 anos). Densidade: 317 hab/km<sup>2</sup>.

A função dominante do aglomerado é a habitacional, cuja expansão se ficou a dever à evolução da indústria de lanifícios que condicionava quase toda a vida do aglomerado, até algum tempo depois do 25 de Abril de 1974.

A função administrativa é desempenhada pela Junta de Freguesia, agora a funcionar no edifício dos Correios, que dirige a sua ação no sentido de uma melhoria de vida da população e da resolução dos principais problemas. Tem um posto de GNR, uma Escola Básica 2/3 ( pertencente ao Agrupamento de Escolas da Secundária Frei Heitor Pinto da Covilhã), dois Infantários, Estação dos Correios, Extensão de Saúde, duas Farmácias, duas Agências Bancárias, várias associações desportivas, recreativas e culturais.

---

<sup>118</sup> Graça Maria Soares Nunes, «A história regional e local - contributos para o estudo das identidades locais» in *Cadernos de Sociomuseologia* nº 8, 1996, p. 74

<sup>119</sup> A Serra da Estrela faz parte da Cordilheira Central que «deve à sua massa e altitude o poder ligar-se ainda às regiões atlânticas, de que forma uma espécie de promontório». Orlando Ribeiro, *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1993, p.179.

<sup>120</sup> AMC, Câmara, DMO 2, *Maço* 529.

Tortosendo é servido por comunicações rodoviárias e ferroviárias. É servida pela Estrada N. 18 e pela A23 (Auto Estrada da Beira Interior). É atravessado pelas estradas nacionais: EN 230, que liga Unhais da Serra a Tortosendo e Covilhã, e EN 18- 4. A primeira, ao atravessar Tortosendo, «é marginada em quase toda a extensão por construção e constitui assim um arruamento do aglomerado, com todos os inconvenientes daí derivados». A segunda passa pela estação de caminho-de-ferro, através de uma passagem superior, e dentro da vila tem um traçado sinuoso, entre casas, como a EN 230. Pela vila passa ainda a Estrada Municipal (EM) 512 que liga Tortosendo a Barco e Dominguiso; existe um Caminho Municipal entre o centro e o lugar de Casal da Serra.<sup>121</sup> Em 19 de junho de 1999, foi inaugurada uma variante, com a designação Eixo TCT (Teixoso, Covilhã, Tortosendo), que já havia sido sugerida, nos anos 60 do século passado, pelo arquiteto urbanista que trabalhou no Esboço do Plano de Urbanização.

Tortosendo é servido pela linha da Beira Baixa. A linha é de via larga, mas única, e está eletrificada.

As reservas de água para abastecimento público e para a indústria estão asseguradas por uma barragem nas Penhas da Saúde.

### **Caraterização do local**

A vila assenta sobre terrenos situados na região granítica e na vizinhança dos xistos-cristalizados. O clima pode incluir-se nos climas temperados de transição, da região climática setentrional portuguesa. O clima é mediterrânico (*Csa*, segundo a classificação climática de Köppen-Geiger), sendo que as precipitações são mais escassas no verão. Os verões apresentam temperaturas altas, enquanto os invernos têm temperaturas amenas durante o dia e mais baixas à noite. O mês mais quente é Agosto, com temperatura média de 22,2 °C, enquanto o mês mais frio é Janeiro, com média de 6,2 °C. A temperatura média é de 13,6 °C e a precipitação média anual é de 1 082 mm. Ventos-os dominantes procedem de sudoeste e reinantes de nordeste.<sup>122</sup>

No outono começa então o primeiro período de chuvas, que regulam o início dos trabalhos das sementeiras. As noites começam a arrefecer, mas os dias são límpidos e

---

<sup>121</sup> Ver ANEXO nº 1

<sup>122</sup> Climate, 2.9.2013

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Covilh%C3%A3> Acedido em 5.11.2015

soalheiros; o verão de S. Martinho pode entrar por novembro adiante.<sup>123</sup> A vila não é húmida e os seus terrenos apresentam-se escorridos, não levantando problemas à impermeabilização das casas.<sup>124</sup> Para Paolo Macry, «entre los elementos del contexto físico que más profundamente han condicionado las sociedades humanas y sus paisajes históricos, el clima ocupa un lugar destacado, ‘el factor primario de diferenciación de los ambientes continentales’ (...) año tras año, el frío o el calor, la lluvia o la sequía, influyen en la naturaleza del terreno y en la recolección de la siembra».<sup>125</sup>

À exceção das áreas mais elevadas, uma vegetação mediterrânea, de sobreiros, medronheiros e estevas, reveste o boleado das encostas de xisto que hoje se cobrem de oliveiras.<sup>126</sup> Rareiam os prados regados e a criação de gado miúdo é largamente preponderante na Serra da Estrela e quase exclusiva nas de xisto.<sup>127</sup>

Referimos estas características físicas de Tortosendo, porque com Teresa Pinto-Correia aceitamos que «a história está embebida na paisagem e que a paisagem integra as condições naturais com uma longa e específica ação humana, refletindo pois tanto a história natural como a cultural de um território, e resultando num conjunto que é único em cada caso». A autora acrescenta que pode falar-se assim em «espírito do lugar, que tem vindo a ser designado em estudos de paisagem por carácter de paisagem.» Este carácter «é dinâmico», é próprio de cada paisagem e integra-se na identidade local – e que também pode fazer parte da identidade regional.»<sup>128</sup>

### **Origem do topónimo Tortosendo**

O nome do aglomerado parece derivar de Troitosendo (de Tructesindus), possivelmente o nome do povoador após a concessão da carta de foral de 1186, de D. Sancho I à Covilhã e seu termo, que inclui Tortosendo. Este território foi também sujeito à passagem de povos invasores, depois do domínio Romano, a vinda de Alanos, Vândalos, Suevos e Visigodos, estes últimos formando um Reino, posteriormente os Árabes, vencedores, que foram até às Astúrias, defendendo alguns que o território ficou praticamente despovoado. Somos, no entanto, de opinião que nem todos os descendentes dos povos primitivos foram destruídos e que muitos dos seus elementos

---

<sup>123</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.60.

<sup>124</sup> AMC, Câmara, DMO 2 Eng Carlos Ferreira Pimentel. Este apresentou (esboceto) em 14.4.1967 e a Câmara enviou-o em 30.6.1967 à Direção Geral de Serviços de Urbanização.

<sup>125</sup> Paolo Macry, *op. cit.*, p.57.

<sup>126</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.179.

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>128</sup> Teresa Pinto-Correia, «Paisagem e identidade: da Memória à Pós-Modernidade», in, Carlos Alberto Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. Vol. 2: Sociedade, paisagens e cidades*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.151.

por cá ficaram, caso de Visigodos, e até de Árabes.»<sup>129</sup> É conhecida a preocupação de D. Afonso Henriques, o nosso primeiro Rei, para fazer o repovoamento da região, mas concretamente foi D. Sancho I, em 1186, que concedeu a carta de foral à Covilhã e seu termo.

Quanto à origem do topónimo Tortosendo, a este respeito, na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, o filólogo Joseph M. Piel afirma tratar-se de um nome pessoal, Troitosendo (Tructesindus), de origem germânica muito usado até ao início da monarquia e ainda nos séculos XII-XIII. Esclarece ainda que é um dos nomes formado com *draughts*: Tructesindus, Tructesendo, Troitesendo, Truitesindo... sécs X-XIII, que significa «expedição do exército». Na opinião de Joseph M. Piel, «Troitosendo, usado por um povoador do termo da Covilhã, após a concessão da carta de foral de 1186 por D. Sancho I, *volumus restaurare atque populare Covelianam*. Esse povoador seria «um vilão herdador, fosse ele cavaleiro ou peão -, talvez antes cavaleiro, como pessoa popular mais qualificada ou privilegiada, capaz de aplicar o nome ao local no tempo do repovoamento do séc. XII».<sup>130</sup> Até prova em contrário, aceitamos esta opinião.

Ver anexo 1.

---

<sup>129</sup> José Apolinário Ramos, *Algumas notas sobre o topónimo da vila do Tortosendo*, Lisboa, 1977, pp. 14 e 15.

<sup>130</sup> Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Enciclopédia, 1960, Vol. 32.





## **CAPÍTULO 1**

### **VIDA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE TORTOSENDO, NO ESTADO NOVO**



Neste Capítulo, pretendemos contribuir para o conhecimento da institucionalização e consolidação do Estado Novo, em Tortosendo, tanto pelas medidas políticas como pelas administrativas que ajudaram a implementar as primeiras. Da Revolução Militar de 28 de maio de 1926 ao 25 de Abril de 1974, a política foi determinante. Desde logo com a promulgação da Constituição de 1933, precedida pela criação da União Nacional cujo espírito é entendido, localmente, e aceite por uma elite; segue-se a publicação do Estatuto de Trabalho Nacional, em setembro do mesmo ano, com Sindicatos Nacionais e Grémios, para orientar a vida de operários e patrões, respetivamente.

Neste Capítulo, integramos a atividade da Junta de Freguesia, mas ocupar-nos-emos apenas de atividades da Junta de Freguesia exercidas no âmbito de competências, como sejam:

o recenseamento eleitoral e eleições, composição das várias juntas, administração de bens próprios ou de bens de logradouro comum da freguesia, caso de venda dos terrenos no cemitério ou venda e arrendamento de baldios.

Apesar do nosso trabalho se inscrever em História Local, não perderemos de vista a ligação a nível nacional.

## **1. «INSTALAÇÃO DO REGIME» A NÍVEL LOCAL 1926 – 1933. EMERGE UMA NOVA ELITE**

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 apresenta-se como «a profilaxia adequada» para remediar a instabilidade e debilidade governativas de vários e sucessivos executivos, pondo-se fim ao regime parlamentar republicano e dando lugar a um período de Ditadura Militar.

Na Covilhã, enquanto os elementos afetos ao Regime estão preocupados com a criação do partido único, anuncia-se a criação do «Centro Republicano Covilhanense» em 1929 e *O Raio*, em 19 de outubro de 1930, informa que também o Centro Socialista («esta coletividade política») iniciou os seus serões de Inverno.

Acompanharemos o percurso de alguns desses elementos pela análise de jornais e dos documentos no Arquivo Municipal. Mais concretamente, acompanharemos o percurso de José Laureano de Moura Sousa, como elemento dinamizador da UN, membro da Comissão Concelhia da Covilhã e dinamizador da instalação da UN, em Tortosendo.

Destacaremos a Promulgação da Constituição Política da República portuguesa, 1933 bem como a publicação do Estatuto de Trabalho Nacional.

Com o afastamento da elite republicana liberal, emerge uma nova elite que pertence ao mesmo estatuto económico e social, mas que aderiu ao recém-formado Partido Único, a União Nacional ou, alguns anos mais tarde, à Legião Portuguesa.

Na formação das equipas para a Junta de Freguesia, verificaremos que o presidente está ligado à Situação política, como membro da União Nacional (UN) ou da Legião Portuguesa. Acompanharemos o percurso dos elementos tortosendenses na Câmara Municipal ou na Comissão Administrativa Municipal. Destes elementos, um deles começou como vogal da Junta, depois presidente da mesma, vereador municipal, vice-presidente da Câmara Municipal e, finalmente, presidente da Câmara.

### **1.1 Uma Comissão Administrativa substitui a Junta de Freguesia – 13 de julho de 1926**

Para a Ditadura se poder impor e consolidar, implementaram-se algumas medidas restritivas das liberdades e garantias dos cidadãos. O governador civil de Castelo Branco, em 2 de julho de 1926, comunica ao administrador do concelho da Covilhã que «para evitar prejuízos e demoras, a censura deve ser feita na localidade em que são impressos os jornais».<sup>131</sup> A 5 de julho, em Lei de imprensa, subscrita pelo chefe do governo e seus ministros, diz-se no artº 1.º: «A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia.»<sup>132</sup> Apesar desta lei, aceitava-se a censura, embora com carácter transitório, como transitória se entendia a ditadura.<sup>133</sup> Contudo, a censura manteve-se até à queda do Estado do Novo.

Em Agosto de 1926, foi criada a Polícia de Informação com atribuições políticas. Em 1928, é organizada a Polícia Internacional como polícia de fronteiras, não lhe sendo atribuído o carácter de polícia política. Em Julho de 1931, a Polícia de Informação «vai ser profundamente remodelada e transformada na nova polícia política do regime».<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> ACM, Administração do Concelho, *Livro de Corresp. Recebida*, n.º 32, ano de 1926.

<sup>132</sup> José Barreto, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 279.

<sup>133</sup> Argumentava-se que «a ação censória visava declaradamente impedir a perturbação da ordem pública, sustentar o governo militar e neutralizar a voz dos seus opositores». José Barreto, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 279.

<sup>134</sup> Tinha à sua responsabilidade a deteção, prevenção e repressão de iniciativas contrárias aos «interesses do Estado e da Nação» e «a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos e agitadores estrangeiros» da espionagem. O Decreto n.º 20125 transfere para o Ministério do Interior a tutela desta polícia. João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 319.

Entretanto, *O Raio*<sup>135</sup> informa que os jornais dizem que o Governo publicará um decreto a dissolver a Polícia de Informação. E conclui-se: «Nem sempre estamos contra as medidas da Ditadura. Aqui está uma que merece o nosso apoio»<sup>136</sup>. Em 1932, todas as funções de polícia política são atribuídas à Polícia Internacional.

Uma das primeiras providências da Ditadura Militar foi a dissolução dos órgãos municipais, considerando que não seria lógico que após a Revolução de 28 de Maio (...) os corpos administrativos continuassem a funcionar com gerências saídas das últimas eleições, por não estarem integradas no espírito que as fez eclodir.<sup>137</sup> Seguiu-se a nomeação ministerial de comissões administrativas e, «esta situação demoraria dez anos a ser regulada pela nova legislação administrativa»<sup>138</sup>; o que foi pensado como situação transitória acabou por permanecer em funções até 31 de dezembro de 1937.

A Comissão Administrativa do Tortosendo ficou assim constituída:

Efetivos - José Almeida Vitória Cruz Dinis, presidente; João de Matos Cosme Pereira, César Laço Pereira (Proprietário), António Calado de Matos (Empregado) e José Joaquim Taborda.  
Substitutos - José Avelino Fernandes (Comerciante), António Joaquim Prazeres.

Ao chegar a maio de 1926, administrativamente, Tortosendo<sup>139</sup> incluía ainda a povoação de Dominguiso, apesar de uma tentativa desta povoação no sentido da sua emancipação<sup>140</sup>. Por sua vez, a desanexação de Cortes ocorrera em 3 de outubro de 1859.<sup>141</sup> A de Dominguiso será determinada a 29 de outubro 1926.<sup>142</sup>

---

<sup>135</sup> *O Raio* (Covilhã), 5.7.1931.

<sup>136</sup> *Ibidem*, 5.7.1931.

<sup>137</sup> Dec.-Lei n.º 11 875. César de Oliveira (dir. de), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 304.

<sup>138</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>139</sup> Este assunto está devidamente estudado por Rui Delgado na obra: *História da Covilhã (1800-1926): I Organização Judicial e administrativa*, Coutada, Centro Cultural e Desportivo da Coutada, 1991. Tivemos ocasião de colaborar com o autor, o que este achou por bem referir em «agradecimentos».

<sup>140</sup> Dominguiso, depois de um processo algo controverso, fora elevado à categoria de Paróquia por despacho de 19.2.1854 pelo que se determinou a eleição de cargos Paroquiais. (*Livros de Atas n.ºs 10 e 11*, de 2.1.1852 a 16.12.1855 9.3.1854). E a prová-lo está o facto de em 21.8.1861 Ofício do administrador do concelho de 1881 «em que declara novamente anexada a freguesia do Dominguiso à freguesia do Tortosendo». Atas de 2.1.1860, 26.12.1860 e 19.6.1861. Aires Pais Lima Castelo Branco pede que o Dominguiso seja anexado novamente ao Tortosendo por falta de pessoas que sirvam nos cargos paroquiais, razão das dificuldades.

<sup>141</sup> Em 10.12.1845, a tutela das Cortes que pertencia a Unhais, é mudada a freguesia das Cortes que era anexa de Unhais para a tutela do Tortosendo. (*Livro 8 1845-1846*). Prova da jurisdição da Paróquia de Tortosendo, sobre Dominguiso e Cortes. *Livro 8, 1845-1846* 10.12.1845 12.6.1850 Tortosendo e freguesias onde exerce a sua administração (Dominguiso e Cortes). Remete algumas posturas para manter a boa ordem e regime nas freguesias.

<sup>142</sup> Devido à implantação da República, a qual provoca a separação do Estado e da Igreja, é colocado em vigor o Código Administrativo de 1878, retirando, assim, a presidência das juntas de paróquia aos párocos. A Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, promove a organização das paróquias civis, numa clara distinção das paróquias eclesásticas, embora assuma o mesmo limite territorial. Finalmente, a Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, altera definitivamente a designação da «junta de paróquia» para «junta de

Em 1927, Tortosendo vive dois acontecimentos muito importantes: a eletrificação e a subida a Vila. Em maio, a eletricidade pública e particular é inaugurada. Foi um importante melhoramento pelo bem-estar da população, com a iluminação das casas e ruas, e também por permitir a mecanização da indústria de lanifícios. Em agosto seguinte, ganha o estatuto de Vila, acontecimento que foi motivo de alegria e de orgulho para a maior parte da sua população. Este título<sup>143</sup> foi conferido ao Tortosendo pelo decreto n.º 14 153, datado de 11 de agosto de 1927 e publicado no Diário de Governo, I série, n.º 186 de 26 de agosto do mesmo ano.

#### TORTOSENDO É ELEVADO A VILA - 1927

##### Decreto n.º 14:153

Atendendo ao que representou a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã, no sentido de que à respectiva circunscrição seja dada a denominação de vila;

Considerando que a freguesia de Tortosendo sob o ponto de vista industrial e comercial se tem desenvolvido poderosamente;

Considerando que o estado de aperfeiçoamento em que se encontram as suas fábricas de tecidos, que rivalizam com as melhores no género, justifica bem o esforço de actividade de um povo cioso do seu progresso;

Considerando que a sua população, cerca de 4:000 habitantes, excede a de muitas outras circunscrições de somenos importância que já gozam de semelhante regalia;

Considerando que o pagamento de contribuições é já muito superior ao de outras vilas do distrito, o que mais vem reforçar o estado de adiantamento da mencionada circunscrição;

Tendo em vista as informações favoráveis do competente governador civil de Castelo Branco;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É elevada à categoria de vila a povoação de Tortosendo, do concelho da Covilhã.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Agosto de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Fonte: O Jornal, 4.8.1927

freguesia», mantendo-se praticamente sem alterações até hoje as suas componentes políticas e administrativas. Jorge Afonso, [http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=211103](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=211103)

<sup>143</sup> Vila é definida na Enciclopédia Luso-Brasileira como «núcleo populacional que goza de categoria jurídica, sem nenhuma conotação administrativa, superior a aldeia e inferior a cidade» e o Grande Dicionário Morais acrescenta: «povoação sede de concelho que não é cidade ou povoação importante a que foi dada essa categoria».

A petição, datada de 31 de julho de 1927, foi enviada pela Comissão Administrativa ao governador civil, solicitando os seus bons favores<sup>144</sup>. A justeza da mesma justificava-se, nos seguintes termos<sup>145</sup>:

Está nestes casos o Tortosendo, que à custa de inúmeros sacrifícios dos seus habitantes, se conseguiu transformar, duma pobre e apagada aldeia que ainda era há meia dúzia de anos, num meio que se impõe pelo seu valor industrial e comercial, pela sua numerosa população, ordeira e trabalhadora; pelas suas fábricas onde se manufaturam tecidos que sem favor rivalizam com o que de melhor se possa fabricar no país; pelos seus prédios modernos; pela sua iluminação pública e particular, etc.

O acontecimento foi vivido com regozijo pela população quando, já tarde, a notícia chega a Tortosendo, através do jornal *O Século*. De imediato, subiram ao ar alguns foguetes e «às sete da tarde queimou-se muito fogo; repicaram os sinos da Igreja e as sirenes das fábricas. Pelas ruas da localidade notava-se um movimento desusado». Por sua vez, *O Raio* regozija-se igualmente com o facto e opina que foi da maior justiça atribuir o título «à laboriosa Vila do Tortozendo». Apesar disso, acrescenta-se para que não se pense que tudo são rosas: «*De mais urgente o Tortozendo precisa de um edifício escolar e dos telefones.*» Os responsáveis de *O Jornal* não deixaram de marcar posição e publicaram um número especial (edição conjunta dos n.ºs 28 e 29), em 1 de setembro, dedicado ao Tortozendo, no qual o governador civil e o ministro do Interior têm honras de primeira página, em virtude da ajuda efetivamente prestada.

Embora a referida petição tivesse sido, oficialmente, da iniciativa da Junta de Freguesia, acreditamos que os promotores dessa ideia tenham sido elementos da elite que se congregava à volta do semanário *O Jornal*, que já inclui o industrial José Laureano Sousa. A equipa de *O Jornal* completava-se com os seguintes elementos: D. Sara Mesquita Cameira (médica), Dias de Oliveira (?), Dr. Crucho Dias (?), Dr. Francisco Peixoto (médico), José de Moura (industrial), D. Piedade Moura (professora do ensino primário) e Francisco Nabais da Cruz (empregado). Este semanário, no seu n.º 1, de 24 de fevereiro de 1927 apresenta um conjunto de princípios programáticos, dos quais pode destacar-se:

É preciso que, de quando em vez, as suas aspirações e os seus serviços [da nossa terra] sejam apontados à consciência nacional para que criando opinião e ambiente, sejam olhados com o carinho merecido e para que embora muitas vezes tardiamente, lhe caiba uma ínfima parcela do que com toda a justiça lhe é devido.

---

<sup>144</sup>Adélia Carvalho Mineiro, «1927 - Elevação do Tortosendo a Vila: O direito à diferença», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1997. (Tortosendo, 20.6.1996).

<sup>145</sup> *O Jornal*, 4.8.1927.

Para Regina Gouveia, «nos jornais beirões [da época] em geral, ainda que com maior incidência em alguns, eram muito frequentes [por parte das elites locais], os artigos que pugnavam por melhoramentos locais, denunciando a inoperância das entidades administrativas, insistindo num problema até verem satisfeita a sua resolução». Tudo «em prol do desenvolvimento local».<sup>146</sup>

Após a outorga do título de Vila, e porque estava em estudo a alteração da divisão administrativa do País, esse mesmo grupo desencadeou o processo da passagem de Tortosendo a sede de concelho. Defendiam que, desta forma, os impostos pagos por Tortosendo, e que tinham um peso significativo na economia do concelho, reverteriam mais diretamente a seu favor. Por sua vez o jornal *O Raio*, da Covilhã, de 11 de setembro de 1927 dava conta da movimentação dos tortosendenses, tanto dos «*seus filhos como daqueles que se acolheram e começaram a tratar o Tortosendo como sua Pátria*» (caso de Nabaes da Cruz e Adriano Peixoto), no sentido de o elevarem a sede de concelho<sup>147</sup>, agregando-lhe as povoações rurais, que ficavam mais além, como: o Paul, Unhais da Serra, Cortes, Dominguiso. Ainda em *O Raio*, um articulista defendia que «no tempo dos políticos» a Covilhã chegou a ter, à frente do seu município, tortosendenses de categoria política alguns e respeitáveis cidadãos, entre outros: José Craveiro Júnior, Veríssimo de Sousa Braz e Dr. Nepomuceno e que, na Câmara dissolvida, estava como representante do sul do concelho José Álvaro Antunes de Morais.

---

<sup>146</sup> Regina Gouveia, *A interação entre o Universo Político e o Campo da Comunicação: A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*, Labcom-laboratório de comunicação on-line, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006. [www.livroslabcom.ubi.pt/livro.php?l=43](http://www.livroslabcom.ubi.pt/livro.php?l=43)

<sup>147</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «1927 Um sonho - Tortosendo a sede de Concelho: O direito à diferença» in *Boletim da LAT*, n.º 23, 3.º Trim., 1997.



#### **JOSÉ CRAVEIRO JÚNIOR (TORTOSENDO, 1880- 1953)**

Industrial. Era mais conhecido, em Tortosendo, pelo Padre Zé Craveiro, por praticamente ter terminado os estudos teológicos, que frequentou no Seminário do Piódão. Era filho de José Craveiro e de Maria Guilhermina Almeida e irmão de António, Maria José, Maria de Lurdes, Francisco, Maria Purificação, Maria Artemisa, Maria Piedade e Arnaldo Craveiro.

Foi importante industrial de lanifícios e incansável paladino da causa republicana. Além das atividades exercidas nas suas fábricas de Tortosendo, Unhais da Serra e Alvoco da Serra, entregava-se ardorosamente à propaganda política. À sua volta reuniu um grupo de excepcional craveira, gente de prestígio e idoneidade moral, isenta de interesses pessoais que atraíram às fileiras republicanas muitos cidadãos que pontificaram nas hostes monárquicas. Padre Zé, homem simples alegre e comunicativo, dotado de invulgar inteligência, mantinha relacionamento respeitoso e afetivo com toda a população de Tortosendo.

Em 1919, perante as grandes dificuldades de escoamento das fazendas manufaturadas, meteu ombros com outros industriais à constituição de um Trust, para se promover a venda das fazendas. Concretamente é, ainda, conhecida a sua ação nessa crise. Assim, como administrador da Concelho conseguiu do ministro do Trabalho a atribuição de um subsídio de 50 contos para dar trabalho aos desempregados, cinco dos quais se destinaram a Tortosendo.

Depois da proclamação da República exerceu várias funções públicas, entre as quais, as de presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo, de governador civil de Castelo Branco, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Covilhã e administrador do Concelho. Como presidente da Comissão Executiva, o seu nome anda ligado, em 1922, à emissão de cédulas (documentos representativos de moeda para obviar à falta de trocos), que reproduziam a sua assinatura. Foi também diretor do jornal *O Liberal* que pertencia ao Centro Republicano e Liberal da Covilhã, que se publicou cerca de 1921. Em 1926, instituída a ditadura militar, o nosso ilustre conterrâneo voltou pesaroso a gerir as suas fábricas. Já no fim da sua vida, mas ainda com plena lucidez, proferiu, no Unidos Futebol Clube de Tortosendo, algumas palestras de caráter histórico, que despertaram bastante interesse, principalmente, no meio operário. Receoso de complicações com a Pide, limitou-se a falar de história universal, focando sempre com ênfase épocas de maior humanismo. Fontes: Câmara Municipal da Covilhã, *Notícias da Covilhã*, *O Liberal* e *A Manhã* (Lisboa, nacional).

A Vila do Tortozendo alega, em favor da sua aspiração, o desejo de se desenvolver com os rendimentos de que dispõe, fazendo, ao mesmo tempo, progredir a região que lhe fica sujeita, por uma distribuição mais equitativa do quanto das suas contribuições, absorvidas na quasi totalidade pela Covilhã. Mas este assunto acabou por cair no esquecimento, depois de dar alguma polémica.

#### **O General António Óscar Carmona é Eleito Presidente da República**

A 25 de março de 1928, «num contexto de proibição da actividade política dos opositores à Ditadura militar, o candidato do Governo e da Nação, é eleito (plebiscitado), sem qualquer oposição, presidente da República Portuguesa.»<sup>148</sup> Em 27 de abril, toma posse o 4.º governo da Ditadura Militar, presidido pelo general Vicente de Freitas que convida Salazar para ministro das Finanças. Salazar aceita, mas, no discurso do acto de posse, faz depender o êxito do seu programa económico e financeiro de uma viragem política, de sentido autoritário e antiliberal e da «colaboração» de todos os ministros.

---

<sup>148</sup> João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 312.

## 1.2 Na Covilhã, *O Raio* e *O Trabalho* apelam à unidade do operariado à volta do «Centro Republicano Covilhanense» - 1929

Apesar do cercear das liberdades<sup>149</sup>, em março de 1929, *O Raio* anuncia a criação do «Centro Republicano Covilhanense», «sem quaisquer afinidades partidárias e onde caibam todos os que pretendem a prosperidade da sua Pátria e da República».<sup>150</sup> Mas precisa-se uma casa. Depois deve ir para outras terras do concelho.<sup>151</sup> No mesmo sentido, *O Trabalho* defende a necessidade de todas as correntes ideológicas que se desenvolveram no seio do operariado, abaterem as suas bandeiras e cerrarem fileiras junto do Centro Republicano. E no Centro Republicano um só pensamento: a República.<sup>152</sup> Prevê-se que se inaugure em 5 de Outubro.<sup>153</sup> Em outubro, fala-se novamente do Centro Republicano e informa-se que «são já muitas as inscrições. Gente de todas as categorias sociais irá para o Centro Republicano». (...) Em *O Raio*, insiste-se que «simplesmente se organiza para servir a República e orientar a política republicana»<sup>154</sup> Em continuação, afirma-se:

O Centro Republicano lançará as bases de uma procuradoria que servindo os representantes das freguesias do concelho junto das respectivas repartições públicas, em tudo o que for justo acabe com o caciquismo eleitoral.<sup>155</sup>

A comemoração do 5 de Outubro, com a organização do Centro Republicano, foi uma autêntica manifestação de fé republicana.<sup>156</sup> Recorde-se que em 1927, *O Covilhanense* destacou que, na comemoração do 5 de Outubro, apenas se ouviram alguns foguetes concluindo-se, erradamente, que «O povo desinteressou-se afinal das balelas com que o enganaram em 1910 os fanáticos da República»<sup>157</sup>.

Em novembro, a partir de Coimbra, o tortosendense Américo Ribeiro faz um apelo aos trabalhadores para que se filiem no Centro Republicano.<sup>158</sup> Neste mesmo número do jornal, divulga-se que, no Tortosendo, foi aberta a subscrição para a compra de uma

---

<sup>149</sup> A nova Lei de Imprensa havia sido publicada em 2.8.1926. No entanto, anteriormente, em 2 de julho, o governador civil de Castelo Branco, comunicara ao administrador do concelho da Covilhã que «para evitar prejuízos e demoras, a censura deve ser feita na localidade em que são impressos os jornais» AMC, Administração do Concelho, *Livro de Corresp. Recebida*, n.º 32, ano de 1926. Pelo que os jornais passaram a mostrar no seu cabeçalho um selo, que continha a inscrição: «Visado pela comissão de censura».

<sup>150</sup> *O Raio*, 10.3.1929.

<sup>151</sup> *Ibidem*, 24.3.1929.

<sup>152</sup> *Ibidem*, 29.9.1929.

<sup>153</sup> *Ibidem*, 29.9.1929.

<sup>154</sup> *Ibidem*, 5.10.1929.

<sup>155</sup> *Ibidem*, 13.10.1929.

<sup>156</sup> *Ibidem*, 13.10.1929.

<sup>157</sup> *Covilhanense*, 2.10.1927.

<sup>158</sup> *O Raio*, 17.11.1929.

Bandeira Nacional para o Centro Republicano. «Pela República, acima dos partidos.»<sup>159</sup> Américo Ribeiro congratula-se com a oferta da bandeira: «Estou convencido que os trabalhadores do Tortosendo não-de secundar a ideia do Centro Republicano.»<sup>160</sup>

*O Raio*, em 19 de outubro de 1930, informa que também o Centro Socialista («esta coletividade política») iniciou os seus serões de Inverno. Várias crianças e animadores disseram algumas poesias e monólogos.<sup>161</sup>

### **1.3 Covilhã e Tortosendo aderem à União Nacional (UN): são empossadas as respetivas comissões. Destaca-se José Laureano Moura Sousa -1931**

Em 1930, para contrariar a oposição partidária e a diferença de opiniões e conseguir o apoio da opinião pública ao regime, pensa-se na criação de uma «organização civil de apoio à ditadura». O governador civil de Castelo Branco, a quem vai caber um papel muito importante na divulgação e arregimentação, adere de imediato a essa ideia e, em 22 de julho, a pedido do ministro do Interior convida os presidentes das Câmaras para uma reunião a realizar, em Lisboa, no dia 30 do corrente, «a fim de tomar conhecimento dos princípios que servem de base à referida Organização» – a União Nacional.<sup>162</sup> Nessa reunião, em que esteve presente o ministro das Finanças Oliveira Salazar, o presidente do Ministério, General Domingos de Oliveira, apresentou um *Manifesto do Governo* em que «se definiu desde logo a natureza e as funções cívicas e políticas que eram cometidas à organização».<sup>163</sup> César de Oliveira afirma que a União Nacional «foi concebida como associação cívica não partidária, e que, como estrutura organizativa em completa subordinação ao poder, seria a única organização política autorizada até ao 25 de Abril de 1974.»<sup>164</sup> Em novembro, já o *Notícias da Covilhã* esclarece que «esta organização [a UN], que deverá incluir todos os portugueses interessados num período de paz, sob a inspiração de uma ideologia nacionalista, autoritária e corporativista, é um partido único em substituição dos antigos partidos».<sup>165</sup> Informa-se que está a ser criada a comissão organizadora da União Nacional. Em 7 de dezembro, quando da sua tomada de posse, o governador civil lança um veemente apelo

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, 17.11.1929.

<sup>160</sup> *O Raio*, 17.11.1929.

<sup>161</sup> *Ibidem*, 19.10.1930.

<sup>162</sup> Com o objetivo de garantir, oportunamente, a transição para uma normalidade constitucional que assegure a continuidade da obra iniciada em 28 de Maio [de 1926]». AMC, *Corresp. Recebida na Câmara Municipal da Covilhã*, Maço n.º 1450, 1930.

<sup>163</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 546.

<sup>164</sup> César Oliveira, «No Centenário do nascimento de Oliveira Salazar», *História*, Abril/Maio, 1989, p. 4.

<sup>165</sup> *Notícias da Covilhã*, 26.10.1930.

ao ingresso e participação na União Nacional. Mas salienta que «a missão da ditadura só ficará completa quando chegar a Portugal uma nova constituição política baseada nos princípios anunciados pelo governo, no dia 30 de julho passado».<sup>166</sup> Neste ato solene, esteve presente José Laureano de Moura e Sousa, como membro da comissão concelhia da União Nacional, que começa também a destacar-se, politicamente.

Em 11 de março de 1931, o administrador do concelho dá posse à Comissão da União Nacional da Covilhã: como presidente, ficou Francisco da Silva Ranito e José Laureano de Sousa ocupou o lugar de 2.º secretário.<sup>167</sup>

**JOSÉ LAUREANO DE MOURA E SOUSA (Tortosendo, 1889 -1971)**

Industrial de lanifícios e proprietário. Foi sócio-gerente de várias firmas: Sociedade de Fabricantes, Lda.; Empresa Industrial do Tortosendo, Lda.; e SOFABRIL-LÃ – Armazéns da Sociedade de Fabricantes, Lda..

Foi presidente do Conselho Geral e da Direção da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa, pelas entidades patronais; diretor e presidente do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã; membro da Comissão de Reorganização da Indústria de Lanifícios nomeada pelo Ministério da Economia.

Membro ativo da União Nacional, desde logo na sua organização na Covilhã e Tortosendo.

Quanto à sua carreira parlamentar, integrou a Legislatura VII (1957), na Seção VII-Indústrias transformadoras (3.ª Subsecção – Indústrias têxteis). No entanto, não subscreveu ou relatou qualquer parecer.

Fonte: [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/s/sousa\\_jose\\_laureano\\_de\\_moura\\_e.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/s/sousa_jose_laureano_de_moura_e.pdf)

José Laureano M. Sousa faz a ponte entre a Covilhã e Tortosendo. Anteriormente já dera provas do seu dinamismo. Foi administrador do periódico tortosendense *O Jornal* e era membro do Conselho Fiscal do Sindicato Agrícola.<sup>168</sup> *O Raio*, em 10 de Março de 1929, anuncia a suspensão de *O Jornal*. Acrescenta que, embora nem sempre estivessem de acordo (...) «Sem dúvida que a curta vida de *O Jornal* marcou uma época gloriosa. Não falando na propaganda que fez da sua vila (...) a ele deve-se a reparação do cemitério, produto duma subscrição aberta nas suas colunas e que vai além de 30 contos. Pertenceu a um grupo de tortosendenses dedicados e trabalhadores, a família Moura Sousa, mas nele fica consagrado como combatente de recursos, o nome de Francisco Nabais da Cruz.<sup>169</sup>

Em 9 de abril, foi empossada a Comissão da UN da vila do Tortosendo, constituída por elementos da sua elite, conforme quadro que se segue.

<sup>166</sup> *Ibidem*, 14.12.1930.

<sup>167</sup> *Ibidem*, 15.3.1931.

<sup>168</sup> *Ibidem*, 9.2.1930.

<sup>169</sup> *O Raio*, 24.3.1929 «Francisco Nabais da Cruz» Para Lisboa a representar a firma industrial João Afonso & Cª parte dentro de dias para Lisboa, a fixar residência. «Espírito inteligente e ativo deixa vincado através da coleta de *O Jornal* que dirigiu, o seu nome e a sua ação em prol da vila que durante anos escolheu para instalar o seu lar.»

QUADRO 1.1. COMISSÃO DA UNIÃO NACIONAL DA VILA DO TORTOSENDO – 1931

Names	Cargos	Profissão
José Galvão Videira	Presidente	Médico (Partido Municipal)
José Nunes Maricoto Monteiro	Vice-presidente	Industrial
Américo da Cruz Sousa	Secretário	Industrial
Cláudio Sousa Rebordão	Vogais	Industrial
José Mendes da Costa		Industrial
José Laureano Moura Sousa *		Industrial
Francisco Proença A. Garrett *		Proprietário

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 12.4.1931. (Quadro elaborado pela autora)

\* Embora não façam parte da Comissão da UN de Tortosendo, também neste momento já fazem parte da UN.

**CLAUDIO DE SOUSA REBORDÃO (Tortosendo, 1893 – 1951)**

Industrial de lanifícios. Era uma pessoa muito considerada. Casado com D. Laura de Matos Ferrão Rebordão, pai dos Drs Virgílio e Armando e do industrial Aurélio de Matos Rebordão e, ainda, da Srª D. Maria de Matos Rebordão.

Integrou a primeira Comissão da União Nacional da vila do Tortosendo que foi empossada em 9 de Abril de 1931. Foi vereador da Câmara Municipal da Covilhã.

Faleceu em Lisboa, onde há tempos residia.

*Notícias da Covilhã*, 14 de Julho de 1951

O ato da posse foi realizado em casa do proprietário dr. Francisco Proença Almeida Garrett, prova da adesão deste à UN e assistiram «os vultos de maior representação da vila». Usaram da palavra, enaltecendo os fins a que visa a União Nacional e a obra da Ditadura, o dr. Francisco Garrett, José Laureano de Moura e Sousa, em nome da Comissão Concelhia da União Nacional, como representante do respetivo presidente, o dr. Maricoto Monteiro (industrial) e, ainda, o administrador do Concelho.

Em idênticas circunstâncias, no Porto, segundo Eliana Brites Rosa, para além do «critério ideológico e político, existiam outros requisitos, igualmente importantes, no processo de seleção e recrutamento das elites para a administração local, tais como a riqueza, o prestígio, o respeito e a consideração social, as relações familiares e, acima de tudo, o ser uma figura capaz de gerar consenso».<sup>170</sup>

Em Tortosendo, utilizando o método comparativo, e de acordo com o quadro acima, a Comissão local da UN é composta por figuras gradas da elite local: um grande proprietário, reconhecido a nível nacional; cinco industriais, proprietários de unidades

<sup>170</sup> Eliana Brites Rosa, *A Elite Política Municipal e Distrital do Porto (1926-1945)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais Trabalho Realizado Sob a Orientação do Prof. Doutor Manuel Loff Porto 2009, p. 194.

fabris da época; e um médico, do Partido Municipal, cujo estatuto o tornava respeitado perante a população. Concluímos que, em Tortosendo, também estão implicados «os notáveis» da vila. Para a mesma autora, Eliana Brites Rosa, «as comissões locais da União Nacional eram compostas por notáveis da região, nomeadamente, os proprietários e os comerciantes (CALDEIRA, 1986: 234), tendo um papel importante na aglutinação das elites locais (RAMOS, 1986: 109-135)». De acordo com Costa Pinto, este foi o papel mais importante da União Nacional (PINTO, 1992).<sup>171</sup>

Para estarem presentes pela primeira vez em Lisboa a 18 de maio de 1931, convocados pelo Ministro do Interior, «saíram para Lisboa vários membros da União Nacional para tomar parte numa reunião de todas as Comissões<sup>172</sup> da UN. Aí se elegem as *Bases Orgânicas Provisórias*, bem como a Comissão Central (provisória). A 27 e 28 do mesmo mês, o Governo publica, respetivamente, os Estatutos da União Nacional e o projeto da nova Constituição. Em junho, no *Notícias da Covilhã*, justifica-se, uma vez mais, a existência da União Nacional, perante os perigos de «um lado o comunismo internacional, prenhe de violências e de puro materialismo selvagem, cego de ódios contra tudo quanto cheira a civilização, a Deus e a Moral social ou familiar; - do outro a mescla política de mãos dadas com elementos de toda a espécie sonhando, alvarmente alcançar o tão ambicionado poder». <sup>173</sup>

#### **1.4 Esquerda e Direita interessam-se pelo recenseamento**

Em maio, a Câmara Municipal da Covilhã divulga na imprensa, através de edital, o Decreto de 5 de março de 1931 sobre o recenseamento <sup>174</sup>. *O Raio*, no início de 1930, destacara que, no geral, as Câmaras Municipais, para darem cumprimento às disposições legais, estavam a anunciar as operações do recenseamento eleitoral para o ano de 1930. Mas que «a da Covilhã nada fez em tal sentido. Eleições para si não as desejam, porque estão ali por inspiração divina.»<sup>175</sup> O diploma de 5 de março é de grande importância por conceder, pela primeira vez, direito de voto a certas categorias de mulheres. O Art.1.º define o seguinte:

Os vogais das juntas de freguesia são eleitos pelos cidadãos portugueses de um e outro sexo, com responsabilidades de chefe de família (...) [Também] §1.º Têm responsabilidade de chefes de família (...) 2.º As mulheres portuguesas, viúvas,

---

<sup>171</sup> Eliana Brites Rosa, *op. cit.*, p. 194.

<sup>172</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.5.1931.

<sup>173</sup> *Ibidem*, 7.6.1931.

<sup>174</sup> *Ibidem*, 24.5.1931.

<sup>175</sup> *O Raio*, 5.1.1930.

divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro. (...)

Por sua vez, o Art.º 2.º diz:

Os vogais das câmaras municipais [também] são eleitos pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de vinte e um anos, que: 3.º que por diploma de qualquer exame público provem saber ler, escrever e contar (...)

4.º domiciliados no concelho há mais de 6 meses, coletados em quantidade não inferior a 100\$00 (...) 5.º Pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores de 21 anos, com curso secundário ou superior comprovado pelo diploma respetivo, domiciliados no concelho há mais de seis meses.

No Art. 4.º, define-se que serão eleitores do Poder Legislativo, todos os referidos no Art. 2.º. Até 1974 haviam de manter-se diferenças entre o sufrágio masculino e o feminino.

Segundo Luís Farinha, «a organização do recenseamento eleitoral fazia renascer a esperança de uma transição pacífica entre as forças republicanas e liberais.»<sup>176</sup> Assim e apesar da implantação, em força, da União Nacional e das medidas restritivas à liberdade de expressão, *O Raio* e a sua ala republicana alimentam, ainda, a esperança na organização das forças partidárias para tomarem parte ativa nas eleições, bem como na dissolução da polícia política ou seja «uma importante corrente de opinião manifestava-se, através da ainda existente imprensa republicana, apoiando uma transição pacífica para a democracia»<sup>177</sup>

O mesmo periódico, em 31 de maio de 1931, com vista ao recenseamento, informa «a todos, [especialmente «muitos republicanos, que assim se denominam presentemente todas as forças liberais] que, em breves dias, as forças políticas da Covilhã - partidos constitucionais, bem entendido – se reunirão.»<sup>178</sup> Na semana seguinte, informa que «não pôde realizar-se a reunião prevista, mas formou-se uma Frente Única.»<sup>179</sup> Com ela, «alegraram-se os republicanos e liberais do concelho. O pensamento que domina é o recenseamento eleitoral.»<sup>180</sup> Por isso, no jornal imediato, faz-se o seguinte apelo: «Pela República! Pela Liberdade! Cidadãos! Recenseai-vos! «No Centro Republicano (...) todas as noites se podem inscrever os cidadãos que o desejem.» Em 11 de junho, ainda em *O Raio*, o tortosendense Américo Ribeiro, a partir de Lisboa, alerta a «Consciência Republicana»: «Necessitamos, pois, de desenvolver uma acérrima doutrinação.

---

<sup>176</sup> Luís Farinha, «1931: A Ditadura face ao ‘perigo espanhol’», in *História*, Dezembro 1995, p. 11.

<sup>177</sup> Idem, *Ibidem*, , p. 4.

<sup>178</sup> *O Raio*, 31.5.1931.

<sup>179</sup> *Ibidem*, 4.6.1931.

<sup>180</sup> *Ibidem*, 11.6.1931.

Doutrinação republicana. Doutrinação católica. Doutrinação liberal»<sup>181</sup>. Passados dias, no mesmo jornal, teme-se pelo «fracio dos padres: as mulheres; numa aldeia do nosso concelho, todas as viúvas mesmo as que pedem esmola, foram para o recenseamento.»<sup>182</sup> Também no *Notícias da Covilhã*, surge novo apelo aos Católicos:

Recenseai-vos. (...) Saibam todos os que se prezam de ser católicos, cumprir o seu dever! Em defesa da Família e da Pátria, ameaçadas! (...) Na sede da Ação Católica prestam-se todos os esclarecimentos necessários.<sup>183</sup>

A seguir a esta publicação, aparecem, nos jornais, apelos ou alertas em relação ao voto. É de salientar que as mulheres surgem, de per si, como público-alvo. As mulheres têm agora direito ao voto e [mas] muitas há que acham este direito feminista, um atentado mesmo ao recato e pudor da mulher. (...) É um dever de toda a mulher que preze a sua honra, opor-se a essa corrente vermelha. (...) A abstenção pode levar-nos à ruína, à perda do que nós mais amamos: *Deus, Pátria, e Lar*. Avante!<sup>184</sup> Não faltaram instruções intimidatórias para os funcionários públicos:

O Governo vai proceder rigorosamente contra todos os funcionários públicos que se manifestem ostensivamente contra o Governo, fomentando o ardor da revolta. (...) Cumpra o Governo rigorosamente esta acertada determinação.<sup>185</sup>

O mesmo jornal relembra «aos católicos, aos conservadores» que o prazo do recenseamento foi prorrogado. Que não deixem de cumprir esse dever, porque «assim o exigem a defesa da Igreja e da Pátria, que o mesmo é dizer a manutenção da Ordem, da Autoridade e da sociedade civilizada.»<sup>186</sup> Na semana seguinte, surge idêntico apelo e acrescenta-se que o não cumprimento desse dever «é uma traição para com os interesses da Igreja e para com a integridade da Pátria.»<sup>187</sup>

## **1.5 Tomada de posse da nova Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Tortosendo**

De acordo com César de Oliveira, «s comissões administrativas quer nas câmaras, que nas freguesias, quer nas juntas distritais foram um instrumento por excelência, seja como campo de recrutamento e implantação da União Nacional, criada por decreto-lei, em 1930, seja sobretudo dos governadores civis, nomeados pelo ministro do Interior e

---

<sup>181</sup> *Ibidem*, 11.6.1931.

<sup>182</sup> *Ibidem*, 14.6.1931.

<sup>183</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.6.1931.

<sup>184</sup> *Ibidem*, 28.6.1931.

<sup>185</sup> *Ibidem*, 28.6.1931.

<sup>186</sup> *Ibidem*, 12.7.1931.

<sup>187</sup> 19.7.1931. Já não é necessária a certidão de exame para a prova de saber ler e escrever, basta que a letra e a assinatura do requerido sejam reconhecidas pelo notário.



da sua confiança exclusiva do mesmo passo que o próprio processo de constituição e composição das comissões criou a base indispensável, no plano político administrativo, de sustentação e apoio à construção do Estado Novo.<sup>188</sup>

Em 12 de junho de 1931 tomam posse os novos membros da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Tortosendo, com a presidência de José de Matos (empreiteiro), secretário, António Calado de Matos (empregado), vogal, Joaquim Taborda. Substitutos: António Carvalho Pereira (carpinteiro), José d'Almeida. Presentes: José de Almeida Vitória da Cruz Dinis (empregado?) e António de Matos Prazeres, este último como presidente e vogal da Junta demitida, e os primeiros como membros da atual Junta da Freguesia da Vila de Tortosendo, conforme alvará do governador Civil de Castelo Branco, com data de 9 de junho.<sup>189</sup> Atente-se no seguinte: José de Matos, empreiteiro, é o novo presidente. Uma profissão independente que lhe permite poder dispor da sua pessoa, caso seja indispensável a sua presença na Junta de Freguesia em horas de expediente. Não o conhecemos como estando inscrito na UN, mas posteriormente vai pertencer à Legião Portuguesa, como soldado.

Ainda *O Raio* insurge-se contra um ato de saneamento político, ocorrido no Tortosendo: a demissão do presidente da Junta de freguesia, José Vitória, velho republicano, sem filiação partidária.<sup>190</sup> E o jornalista continua:

O governador civil acaba de cometer a primeira violência. Presidia à Junta de Freguesia José Victória, velho republicano, sem filiação partidária. Os magnates reacionários, porque souberam que ele estava recenseando todos os cidadãos, sem se importar da sua filiação, conseguiram que fosse demitido. E para o lugar da Junta foram três monárquicos, com o encargo, ao que nos afirmam, de não inscrever os seus correligionários. -Senhor governador civil: o Governo disse que quer eleições sérias, honestas. É isto sério? É isto honesto?

Em novembro de 1931, a nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã tomou posse. A antiga Comissão, «depois de seis anos de gerência ativa e operosa»<sup>191</sup>, é alvo das mais significativas homenagens. O presidente da nova Comissão é o dr. Francisco de Almeida Garrett, proprietário, e a exercer pela primeira vez um cargo na Câmara.<sup>192</sup> Dessa Comissão, no correspondente mandato, fazia ainda parte

---

<sup>188</sup> César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, op. cit, pp. 304 e 305.

<sup>189</sup> Foi entregue o saldo de caixa, o mobiliário pertencente à Junta: uma prensa de copiar, um livro de registo de enterros, um livro de caixa, um copiador, um livro de atas e uma arca com documentos antigos. Foi também entregue o espólio do subposto (enumerada) «encontrando-se em péssimo estado de conservação, alegando os membros anteriores que apesar de não se fazer uso, como não existia um lugar próprio para serem guardados que tal era feito em lojas térreas.»<sup>189</sup>

<sup>190</sup> *O Raio*, 16.6.1931.

<sup>191</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.11.1931.

<sup>192</sup> *Ibidem*, 5.12.1931.

como vogal, outro tortosendense - Cláudio de Sousa Rebordão, industrial. Tanto um como o outro integravam a Comissão da União Nacional do Tortosendo.

Ao longo do ano, a União Nacional promove manifestações e sessões públicas de apoio ao Governo e à Revolução Nacional, «dando desse modo uma primeira ideia das funções a que prioritariamente os fundadores a votaram. Mas no ano seguinte, é orientada pelo Governo (...) para a preparação da aprovação e funcionamento da nova Constituição e para aplicação do novo direito administrativo e da nova legislação eleitoral e corporativa.»<sup>193</sup> Entretanto, o *Notícias da Covilhã* divulga que «têm-se registado importantes adesões à União Nacional, de vultos que predominaram na arena política dos partidos. (...) Porque desiludidos com os partidos não vislumbram outra solução.»<sup>194</sup>

Em 1932, logo em março, assiste-se a mais uma homenagem a Salazar, por parte de todos os municípios do País<sup>195</sup> e, em abril, assinala-se mais um aniversário natalício do ilustre ministro das Finanças. No 6º Aniversário do 28 de Maio de 1926, é apresentado o projeto da nova Constituição que virá a ser promulgada em 1933, após aprovação por plebiscito.

Entre 1928 e 1934, Salazar vai apresentando os célebres Discursos de cariz político - os «discursos fundadores»<sup>196</sup> - e, paulatinamente, vai-se revelando como mentor do regime. Não admira que a partir dos finais do verão de 1931 se comece a falar, aberta e insistentemente, na nomeação de Salazar para presidente do Ministério, o que vem a acontecer em 5 de julho de 1932. O governo do General Domingos de Oliveira apresentou a sua demissão ao presidente da República. Depois de ouvido o Conselho Nacional, foi convidado a formar governo o Dr. Oliveira Salazar.<sup>197</sup> O Governo de ditadura passa, assim, de um militar para um civil e todos os outros poderes vão ficar subordinados ao poder executivo. O Governo fica na dependência do presidente da República eleito por sufrágio universal, mas este só confiava em Salazar.

Em junho de 1932, no *Notícias da Covilhã*, defende-se que «as ditaduras são formas de governação de urgência, à semelhança da terapêutica, quando o mal invade à

---

<sup>193</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 547.

<sup>194</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.8.1931.

<sup>195</sup> *Ibidem*, 19.3.1932.

<sup>196</sup> Fernando Rosas, «Salazar» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 867.

<sup>197</sup> «É mais uma prova de confiança e bem inequívoca nos merecimentos do eminente estadista que conseguiu impor-se à consideração de todos os portugueses de boa vontade.» *Notícias da Covilhã*, 3.7.1932.

laia de epidemia dizimante, as fórmulas governativas parlamentares».<sup>198</sup> Novamente, em julho, e desta vez o correspondente do *Notícias da Covilhã*, em Tortosendo, a propósito das «Contas públicas» classifica de «verdadeiramente admirável o último relatório financeiro do Dr. Salazar.»<sup>199</sup> Em dezembro, também causaram grande sensação e agrado nos meios tradicionalistas as importantes declarações do Dr. Salazar no ato da tomada de posse dos altos cargos da União Nacional.<sup>200</sup>

*O Raio*, e já depois de criada a UN, defende a Aliança Republicano-Socialista, nos seguintes termos:

tem procurado e procura ainda dar às forças republicanas, como fundamento moral da sua organização, uma disciplina, quer na colaboração ativa de todos os correligionários, criar, em face das novas realidades que tão agitadamente preocupam a vida política de todas as nações, um corpo de doutrina que num meio democrático robusteça e firme uma mentalidade e uma disposição democrática.

O mesmo periódico sobreleva, ainda, a Aliança Republicano-Socialista pela sua preocupação em comemorar a proclamação da República.<sup>201</sup>

Em novembro, o *Notícias da Covilhã*, anuncia que «a nova Constituição da República Portuguesa» vai ser votada em plebiscito a 19 de março do ano seguinte. São obrigados a votar os chefes de família recenseados.<sup>202</sup>

### **1. 6 No *Notícias da Covilhã* teme-se a República em Espanha e em *O Raio* vibra-se com o caminho para a Democracia**

A evolução do regime político em Espanha interessa a Portugal e, em virtude da proximidade fronteiriça, é seguido com particular interesse, na região; os jornais regionais vão dando conta dos acontecimentos. Após o golpe de Estado militar de 1926, sendo Primo de Rivera chefe de Governo de Espanha, surgiu «um tempo de acalmia entre os dois países pela semelhança de política entre os dois países.»<sup>203</sup> Todavia, esse processo foi interrompido, em abril de 1931, pelo advento da 2.<sup>a</sup> República espanhola. Entre a proclamação da República, 14 de abril de 1931, e a subida da direita ao poder, no Outono de 1933, «as relações entre os dois países viveram um período de

---

<sup>198</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.6.1932.

<sup>199</sup> *Ibidem*, 10.7.1932.

<sup>200</sup> *Ibidem*, 4.12.1932.

<sup>201</sup> *Ibidem*, 5.10.1932.

<sup>202</sup> *Ibidem*, 12.11.1932.

<sup>203</sup> Carlos Gaspar, «Espanha» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 649.

resfriamento.»<sup>204</sup> A nova República seria assim «um regime exposto aos extremismos dos comunistas, socialistas avançados e anarquistas» e a política republicana «era perigosa para a Ditadura Nacional<sup>205</sup>». A nível local, o semanário católico *Notícias da Covilhã* empenha-se em divulgar «estes perigos», enquanto *O Raio*, republicano, chama a si a defesa da causa republicana espanhola. Em Tortosendo, o correspondente *Notícias da Covilhã*, Alfredo Martins Oliveira, é porta-voz deste sentir: «Centenas ou milhares de bárbaros incendeiam conventos e igrejas, escolas e bibliotecas, queimando imagens e coisas sagradas».<sup>206</sup> Tudo culpa do comunismo.

Segundo Luís Farinha, poderá dizer-se «que a República espanhola acabou por acelerar a institucionalização do Estado Novo Português, por um daqueles efeitos perversos de que a História tem sido fértil. (...) Mormente «porque o radicalismo da República lhe permitiu instrumentalizar o “perigo espanhol” em seu proveito através de ações de propaganda, conduzidas nos *média* afetos ao regime, com evidentes intuítos de aterrorizar as classes médias e os grupos possidentes, o que atrás ficou demonstrado.»

207

### **1.7 Promulgação da Constituição Política da República portuguesa; publicação do Estatuto de Trabalho Nacional - 1933**

Em Tortosendo, aumentam as adesões à UN; porém, continua a apelar-se à inscrição, o mesmo sucedendo na Covilhã. Em março de 1933, uma vez mais o correspondente do *Notícias da Covilhã*, em Tortosendo, (Alfredo Oliveira), informa que neste momento são «muitas as adesões» à UN. Do seu ponto de vista, «não admira. Melhoramentos públicos e obras de fomento, notabilíssima obra administrativa e financeira, acabaram-se as bombas nas ruas, a odienta luta de classes.» Conclui que «na UN devem inscrever-se todos os que amam verdadeiramente Deus e a Pátria, e que são contra o rancoroso e selvagem comunismo, que é o pior flagelo deste século.»<sup>208</sup>

Em 11 de abril 1933, após aprovação por plebiscito, é promulgada e entra em vigor a Constituição Política da República Portuguesa. Anteriormente, já próximo do plebiscito, na imprensa local afeta ao regime, surgem apelos, mais ou menos velados, ao voto, ao mesmo tempo que se defende o valor da Constituição:

---

<sup>204</sup> Hipólito de Las Torres Gómez, «Portugal frente ao perigo espanhol (1910- 1936)», *História Contemporânea de Portugal*, Camarate, Multilar, 199º, 300 pp.XXXX p. 283.

<sup>205</sup> Luís Farinha, «1931: A Ditadura face ao ‘perigo espanhol’», in *História*, Dezembro 1995, p. 12.

<sup>206</sup> *Notícias da Covilhã*, 31.5.1931.

<sup>207</sup> Luís Farinha, «1931: A Ditadura face ao ‘perigo espanhol’», in *História*, Dezembro 1995, p. 12.

<sup>208</sup> *Notícias da Covilhã* 11.3.1933.

Esta Constituição não nos satisfaz completamente. É, no entanto melhor, que aquela que tem estado em vigor. Aconselhamos, por isso, todos os nossos camaradas e todos os amigos da ordem a que no próximo domingo lhe deem o seu voto, escrevendo ou mandando escrever na lista esta simples palavra SIM. Que ninguém falte ao cumprimento do seu dever!<sup>209</sup>

De acordo com a «constituição natural da sociedade», defende-se a criação de corporações de diferentes tipos, «onde os interesses dos patrões e empregados se harmonizariam com vista a um interesse comum, ‘nacional’»<sup>210</sup>, para evitar a luta de classes. Na Covilhã, a *Voz dos Trabalhadores* faz a apologia da nova Organização Corporativa, ao longo de três números. No segundo, aprofunda-se a ideia da seguinte forma:

E ninguém pode negar que há uma certa comunidade de interesses entre todos os indivíduos da mesma profissão. Desde o patrão até ao mais modesto empregado de uma empresa todos interessados em que ela prospere e se desenvolva. E sendo assim, é evidente que a melhor reforma do Estado é aquela que promover a leal colaboração dos diversos elementos que constituem a profissão ou sejam os grupos corporativos.<sup>211</sup>

A publicação do Estatuto de Trabalho Nacional, em setembro de 1933, «marca o início da definição corporativa do Estado Novo, enformando as primeiras medidas do regime, com vista às transformações políticas e sociais preconizadas na Constituição do mesmo ano»<sup>212</sup>. O Estatuto de Trabalho Nacional cria as Corporações (a instituir só a partir de 1956), os Sindicatos Nacionais e Grémios (Industriais e de Lavoura). Criam-se, ainda neste âmbito, as Casas do Povo e o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e, assim, completar-se-á a organização corporativa. O princípio corporativo era, portanto, um princípio basilar do Estado Novo. Ainda em setembro de 1933, criaram-se os Sindicatos «Nacionais» (por referência à componente nacionalista da ideologia do regime<sup>213</sup>) e, ao mesmo tempo, foram proibidos os sindicatos livres - as «Associações de Classe». Estas, para poderem continuar, teriam de revogar os seus estatutos, caso contrário seriam dissolvidas.

Apesar disso, ainda no 5 de Outubro de 1933, *O Raio* edita um número especial dedicado à República. E comenta:

---

<sup>209</sup> *A Voz dos Trabalhadores*, 15.3.1933.

<sup>210</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, 1973, p. 295.

<sup>211</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 1.8.933.

<sup>212</sup> Rui Ferreira da Silva, «Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, vol. 1, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 319.

<sup>213</sup> José Carlos Valente., «Sindicatos Nacionais» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 916.

atualmente um forte vendaval açoita os arraiais da Democracia. Observam-se fundas clareiras nas hostes nos espíritos mais equilibrados. Pois há que reagir contra esse estado de coisas, ocupando cada um o seu lugar, ao toque de unir fileiras. O amanhã há de pertencer-nos, se formos perseverantes, se não nos deixarmos obcecar por um derrotismo criminoso, tão certo que, a seguir a uma noite de tormenta, vem quase sempre uma linda manhã de sol.<sup>214</sup>

Em outubro, na tomada de posse do novo governador civil, compareceu o presidente da Câmara da Covilhã e Tortosendo fez-se representar «por um numeroso grupo».<sup>215</sup>

**QUADRO 1.2 TORTOSENDEENSES COMPARECEM À TOMADA DE POSSE DO GOVERNADOR CIVIL - 1933**

Nome	UN/LP	Profissão	Nome	UN/LP	Profissão
José Laureano Sousa	UN	Industrial	Dr. José Videira		Médico
Cláudio Sousa Rebordão	UN	Industrial	José Laço Pinto		Industrial
José Mendes da Costa	UN	Industrial	José de Matos, <u>Pres. da Junta de Freg.</u>	LP*	Empreiteiro
António Arménio Sousa		Industrial	José Maricoto	UN	Industrial
José Craveiro da Silva		Funcionário	José Joaquim Taborda		
José Cândido Nunes			Armando Carvalheira		Empregado
António Joaquim Calado de Matos			Jaime Nunes Batista		Industrial
António Padez			R???? Pontífice e Sousa		
Américo da Cruz Sousa	UN	Industrial	António Gaspar	LP*	

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 8.10.1933

\*(Mais tarde)

Das atividades da União Nacional destacamos, ainda em 1933, em novembro, na sede da comissão, em Lisboa, reunião presidida pelo Dr. Salazar em que a última fora em 30 de julho.<sup>216</sup> Por sua vez, no mesmo mês, a Comissão concelhia da UN da Covilhã lança um apelo aos «habitantes da Covilhã, àqueles que amam o futuro do seu País, a Ordem, a Paz e a Autoridade, a unir fileiras em torno da União Nacional» pelo que devem inscrever-se no impresso oportunamente distribuído.<sup>217</sup>

Pelo final do ano, na *Voz dos Trabalhadores*, surge uma chamada de atenção: o comunismo, «nos desígnios da Providência, deve ser para nós um castigo, um aviso e uma lição»<sup>218</sup>

<sup>214</sup> *O Raio*, 5.10.1933.

<sup>215</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.10.33. As profissões foram acrescentadas pela autora e são da sua responsabilidade.

<sup>216</sup> *Notícias da Covilhã*, 12.11.1933.

<sup>217</sup> *Ibidem*, 12.11.1933.

<sup>218</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 15.12.1933.

## 2. TORTOSENDO ACOMPANHA A COVILHÃ NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO - 1934 - 1939

As eleições para a Assembleia Nacional e as do Presidente da República, realizar-se-ão praticamente com a periodicidade definida pelas disposições legais. Daremos destaques a nível local, principalmente nas primeiras, fruto da nossa investigação. Analisaremos a ação do governo e da UN em relação às eleições legislativas, na época pré-eleitoral e no controlo dos resultados. Continuaremos a usar o método biográfico, registando os dados biográficos mais importantes dos candidatos e com o método prosopográfico tentaremos definir o perfil dos candidatos da UN.

É publicado o Código Administrativo de 1936-40 que passará a reger e administração autárquica. Pelo receio do Comunismo, na Covilhã surge um movimento a favor dos nacionalistas espanhóis. A Legião Portuguesa instala-se em Tortosendo. É fraca a adesão operários ao Estado Novo. Os jornais locais continuarão a ser fontes muito importantes.

### 2.1 Administração Autárquica: freguesias, municípios e províncias

Convertida a Ditadura Militar em regime constitucional (após 1933), o presidente do Conselho incumbiu os professores de Direito Administrativo de Lisboa e Coimbra, de levar a cabo um trabalho de codificação que culminou com as freguesias que constituíam o nível inferior, os municípios, que integravam o Código Administrativo de 1936-40. Este Código estabeleceu três níveis de administração autárquica: a nível intermédio, e as províncias que compunham o nível superior.

De acordo com a Constituição de 1933 e com o Código Administrativo de 1936-40, as freguesias eram a única autarquia cujos titulares resultavam de sufrágio direto e esta eleição cabia às famílias, representadas pelos seus chefes.<sup>219</sup> Tinham como principais atribuições e competências:

a assistência social; as fontes e águas públicas; os caminhos vicinais; as matas e os arvoredos; os cemitérios; as instituições de carácter paroquial; administração e conservação de igrejas; os mercados; a atribuição de atestados de residência, administração de bens próprios e dos bens de logradouro comuns da freguesia e dos moradores.<sup>220</sup>

---

<sup>219</sup> Eduarda Marques da Costa, «Organização Administrativa» in Carlos Alberto medeiros, (Dir.), *Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 49.

<sup>220</sup> Idem, *Ibidem*.

As juntas tinham manifestas dificuldades em realizar obra por terem fracas receitas próprias. Pelo que «a carência de recursos próprios colocou as freguesias na dependência absoluta das câmaras».<sup>221</sup> A freguesia tinha também um regedor. «representava a autoridade concelhia, o administrador do concelho, funcionário que administrava o concelho em nome do governo, cabendo-lhe funções de natureza policial».<sup>222</sup> A nomeação destes funcionários pertencia ao Ministro do Interior, sob proposta do governador civil do respetivo distrito e subordinava-se ao presidente da câmara, que o nomeava. Era coadjuvado por cabos de ordens e de polícia. Em 1927 era regedor José Grisolvo, seguiu-se-lhe Nascimento Fonseca e nos finais do Salazarismo, António Matos.

Os vogais das câmaras municipais [também] são eleitos pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de vinte e um anos, que por diploma de qualquer exame público provem saber ler, escrever e contar. A figura mais importante era a do presidente da Câmara. Era nomeado pelo governo, apesar do Código Administrativo.<sup>223</sup> «Toda a estrutura administrativa municipal repousava num órgão, o presidente da Câmara, nomeado pelo governo que além de coordenar, orientar e superintender à execução das deliberações camarárias, era o representante corporativo no território municipal do poder central.»<sup>224</sup>

Os presidentes das Câmaras eram, a partir de 1926, nomeados pelo Governo. «Os nomeados possuíam características pessoais, sociais e políticas, que o Governo, no momento do recrutamento, pretendia no seu representante local.» Para Eliane Brites Rosa, «se de facto a elite administrativa do Porto era composta por homens que detinham status social, profissional e político, isto poderá significar que este grupo teria de levar o seu prestígio para a instituição que presidia e à administração da cidade, uma vez que, no caso em apreço, se tratava do segundo maior aglomerado populacional do País.» Mas estamos de acordo que, por outro lado, o cargo que desempenhavam também os prestigiava.<sup>225</sup>

---

<sup>221</sup> José António Santos, «Freguesias», in António Barreto, e Maria Filomena Mónica, (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.67.

<sup>222</sup> César de Oliveira (dir. de), *História dos Municípios...* *op. cit.*, p. 304.

<sup>223</sup> Idem, *Ibidem*, p. 304.

<sup>224</sup> Idem, *Ibidem*, p. 304.

<sup>225</sup> Eliana Brites Rosa, *op. cit.*, p. 99.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20364/2/mestelianarosaelitepolitica000085180.pdf>  
Acedido em 10.9.2015



## 2. 2 Eleições para a Assembleia da República e para o Chefe de Estado

Passado pouco tempo sobre a aprovação da Constituição, «a legislação de 1933 introduzia duas importantes novidades relativamente às principais leis eleitorais da I República: a concessão do voto, ainda que em termos restritivos, aos analfabetos e às mulheres»<sup>226</sup> que preenchessem as condições previstas no art. 4.º do Decreto-lei n.º 23 406 de 27.12.1933 que regulara essa matéria.

### ■ ELEIÇÃO para ASSEMBLEIA NACIONAL. UMA LISTA ÚNICA 1934 – Dr. Francisco Proença de Almeida Garrett é candidato

Continuamos com a publicação das biografias dos candidatos à Assembleia Nacional, pela UN. Publicaremos mais tarde, da mesma forma, as biografias dos candidatos pela Oposição, que estão à disposição na Assembleia da República. Publicaremos a biografia completa dos dois candidatos tortosendenses: Francisco Proença de Almeida Garrett e de Rui Pontífice Sousa e, dos restantes, destacaremos as intervenções a favor não só da Covilhã, como do distrito. Buscámos biografias de outros intervenientes, nos jornais regionais, principalmente.

A Comissão Administrativa da Câmara da Covilhã, na sua sessão de 1 de março de 1933, informara que a Direcção-Geral de Administração Pública e Civil pede «para serem tomadas as providências necessárias para que os cadernos eleitorais a distribuir pelas assembleias e secções de voto deste concelho [da Covilhã], sejam organizados tomando por base o recenseamento do eleitores, chefes de família, com aditamento de folhas suplementares, contendo os eleitores cidadãos que não forem chefes de família e as Associações de Classe.»<sup>227</sup> A União Nacional encarrega-se de preparar a eleição da nova Assembleia Nacional, que terá lugar em 16 dezembro de 1934 e o mesmo continuará a acontecer em eleições posteriores. Assim, desde o primeiro momento, começa a afirmar-se a fusão dos aparelhos administrativos e dos organismos da UN na organização e condução, indistintamente, por eleitores e da campanha eleitoral da UN.»<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Os que não sabendo ler nem escrever pagassem ao Estado e/ou aos corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00 por todos ou alguns dos seguintes impostos: contribuição industrial, contribuição predial, imposto Profissional e imposto sobre a aplicação de capitais. Finalmente, concedia-se ainda o direito de voto aos cidadãos do sexo feminino, maiores ou emancipados e inscritos nos cadernos eleitorais, desde que tivessem um curso especial do ensino secundário ou superior comprovado pelo respetivo diploma. Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, p. 38.

<sup>227</sup> ACM, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 59 de 11 de janeiro de 1933 a 6 de setembro de 1934.

<sup>228</sup> Fernando Rosas, *As primeiras eleições... op. cit.*, p. 66.

Para Fernando Rosas, «os sete anos quase ininterruptos de repressão, prisões, desterros e deportações entre 1927 e 1934 e a inexistência para as correntes de oposição política ou sindical ao regime do direito a qualquer forma de associação ou de expressão legal tinham reduzido a capacidade de resposta e intervenção das oposições durante a campanha eleitoral».<sup>229</sup> Apesar desta opinião, em *O Raio* de 7 de maio de 1933, pode ler-se que a oposição, por parte do Diretório da Aliança Republicana, a nível local, começa rapidamente a falar em eleições e lança um apelo:

Republicanos! Trabalhadores de ideias generosas! Pioneiros da liberdade e sacrificados às arremetidas dos partidários de tempos recuados! Vá – disponhamo-nos todos a dar, no campo legal, o combate que nos pedem! Inscrevamo-nos todos “VÁ! Decididos e firmes! Viva a República! per si, como público alvo.”<sup>230</sup>

De acordo com os novos princípios constitucionais, «consagradores de uma ideia de Nação como um todo orgânico superior e diferente dos indivíduos que a compõem, a eleição da Assembleia configurava a designação de um dos órgãos do Poder que promovem o interesse público e não um conjunto de forças partidárias preparadas e organizadas para a luta política.»<sup>231</sup> Este entendimento justifica a existência do princípio de uma lista única e completa de 90 candidatos para os 90 lugares de deputados, princípio esse consagrado pelo art. 9.º do Decreto-lei de 4 de novembro de 1934. Segundo o legislador, «assim se elimina a competição política, elemento perturbador de todas as assembleias».<sup>232</sup>

Fernando Rosas analisa a estrutura desta lista única. Quanto à estrutura socioprofissional, o «peso particularmente relevante é o dos «proprietários rurais»<sup>233</sup>, englobando criteriosamente ricos lavradores do Norte, grandes agrários da Beira Baixa e vinhateiros da Estremadura, etc.<sup>234</sup> O segundo grupo incluía Francisco Almeida Garrett<sup>235</sup>, residente em Tortosendo, presidente da associação dos proprietários rurais da Covilhã e ativo porta-voz dos interesses da grande agricultura cerealífera e oleícola. Em

---

<sup>229</sup> *Idem, Ibidem*, p. 77.

<sup>230</sup> *O Raio*, 7.05.1933.

<sup>231</sup> Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 35.

<sup>232</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>233</sup> São o terceiro grupo mais importante e já vimos como, em rigor, é superior ao que o critério adotado deixa entender – em n.º de 9 (10%); Representantes de «famílias tradicionais», normalmente ligadas à terra.

<sup>234</sup> Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 49. «Nas vésperas da organização corporativa das respetivas atividades, os vários sectores da grande agricultura têm já uma posição determinante no aparelho de Estado, perceber a força de pressão que sobre ele exercem e a importância da sua reação às investidas dos meios industriais nos primeiros anos da Ditadura Militar.»

<sup>235</sup> Finda a I Legislatura, afastou-se cada vez mais do poder instituído – de que aliás nunca fora muito próximo – e nas eleições legislativas de 1949 integrou a lista oposicionista independente, liderada por Pequito Rebelo e Cunha Leal [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/g/garrett\\_francisco\\_xavier\\_de\\_proenca\\_de\\_almeida.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/garrett_francisco_xavier_de_proenca_de_almeida.pdf)

relação ao problema do azeite, em 1936, Almeida Garrett dirige palavras de satisfação ao Governo, no período antes da ordem do dia, congratulando-se pela publicação do Decreto-Lei nº 26 295 que permitiu a concessão de créditos para a colheita da azeitona e fabrico do azeite.<sup>236</sup> (...) Entre outras consequências, «o conflito entre ruralistas e industriais ganhava um maior desenvolvimento.»<sup>237</sup>

Quanto à estrutura política desta mesma lista,<sup>238</sup> nela «descortina-se a presença monárquica, a dos políticos republicanos aderentes à nova situação e a de alguns elementos ligados à direita integralista...»<sup>239</sup> Garrett «Monárquico, de tendência integralista. Vinca sempre alguma distância em relação ao salazarismo.»<sup>240</sup> Em março de 1931, fora designado presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco da União Nacional.

Embora «sendo claro que nenhuma lista oposicionista se apresentaria ao sufrágio», é insistente o apelo ao voto «num crescendo que vai assumindo tonalidade claramente intimidatória.» A razão é simples: na situação de única concorrente, o sucesso da candidatura da UN dependia sobretudo do número de eleitores que ocorressem a subscrever, com o seu o significado consagratório da eleição, revestindo a abstenção um irrecusável significado político objetivo de desinteresse ou oposição relativamente a tal fim».<sup>241</sup>

**FRANCISCO XAVIER DE PROENÇA DE ALMEIDA GARRETT (Coimbra, 1883- 1971)**

Assentou praça em abril de 1901, como voluntário, para servir 15 anos e obteve imediatamente uma licença para estudos na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Matemática, Astronomia e Geofísica. O curso de Engenharia Militar foi concluído na Escola do Exército, sendo então promovido a cadete (1 de novembro de 1908). Em setembro de 1910, foi requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério da Marinha e Ultramar: chefe de via e obras dos Caminho-de-ferro de Lourenço Marques. Já tenente, voltou a Lisboa, em setembro de 1911, a fim de fazer o tirocinio para o posto imediato, mas requereu autorização para gozar no estrangeiro a sua licença disciplinar, tendo partido para Paris, onde se manteve até ao fim do ano, apresentando atestados médicos que lhe permitiram depois obter uma licença para tratamento. Regressou a Portugal, foi promovido a capitão em 1913 e, no ano seguinte, em 31 de outubro, o Ministério da Guerra deu ordem à Polícia Cívica para o capturar e pôr incomunicável no quartel do Carmo, «por se encontrar envolvido nos últimos acontecimentos» (tentativa revolucionária de 21 de outubro), mas não foi encontrado. Exilara-se em 5 de dezembro de 1914 e, completado o tempo de ausência necessário para constituir deserção, foi abatido ao efetivo do exército. Em junho de 1918, apresentou-se voluntariamente no Quartel-General da 1.ª Divisão do Exército, sendo então julgado como desertor, crime que o Tribunal Territorial de Lisboa considerou não existir. Pediu a demissão do

<sup>236</sup> Embora aproveite para manifestar que esses créditos deveriam ter um carácter permanente.

<sup>237</sup> Joaquim Croca Caeiro, *O Papel das Elites Políticas e Sociais na Evolução do Estado Novo*, Lisboa, Coleção Ensaio, 2009, p. 132.

<sup>238</sup> «Ao contrário da imagem de homogeneidade algo despolitizada que o discurso curso oficial pretendia dar da lista da UN».

<sup>239</sup> Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, p. 53. «deputados... de alto valor e integrados no espírito reformador do chefe, hoje admirado como um dos maiores estadistas contemporâneos.» *Notícias da Covilhã*, 2.12.1934. Foi também muito bem recebida a inclusão do Sr. Dr. Francisco Almeida Garrett, para a Assembleia Nacional. *Notícias da Covilhã*, 2.12.1934.

<sup>240</sup> Idem, *Ibidem*. p. 75.

<sup>241</sup> Idem, *Ibidem*.

exército em abril de 1919, alegando não só encontrar-se doente mas também pretender apresentar-se como candidato por Guimarães às eleições legislativas. Fixou residência em Tortosendo, dedicando-se à administração das suas propriedades agrícolas.

Em 1930, foi presidente da Comissão Reorganizadora do Sindicato Agrícola da Covilhã, em março de 1931 foi designado presidente da Comissão Distrital de Castelo Branco da União Nacional e, em novembro seguinte, foi presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal da Covilhã, cargo a que resignou em julho de 1934. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional em 1934, cumprindo o mandato até ao fim. Foi-se afastando progressivamente dos círculos do poder e candidatou-se à Assembleia Nacional na lista oposicionista independente, encabeçada por Pequito Rebelo.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/g/garrett\\_francisco\\_xavier\\_de\\_proenca\\_de\\_almeida.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/garrett_francisco_xavier_de_proenca_de_almeida.pdf)  
[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf)

No momento da votação, «naturalmente, o realce da ‘superioridade do novo regime sobre a I República foi um dos ‘pratos fortes da UN, em estreita ligação com os objetivos gerais definidos». Não terá havido uma só sessão em que à ‘anarquia’ ao ‘caos financeiro’, ao arraial parlamentar da I República se não tenha contraposto a política de salvação e de regeneração da Ditadura Militar e Estado Novo,<sup>242</sup> igualmente bem patente nos cartazes da propaganda. Propaganda essa a contemplar especificamente os operários, os militares e as mulheres e que contava ainda, na Covilhã, com o *Notícias da Covilhã* e o *Covilhan*.

Em maio de 1934, a Câmara da Covilhã, à semelhança da Câmara do Porto, proclama Salazar como «cidadão honorário». Na sua intervenção, o presidente, dr. Francisco Garrett, lamenta que «o operariado não tenha ainda sentido entusiasmo pela grande obra social de Salazar, cujo fim primordial tende a garantir à classe operária o maior e justo bem-estar».<sup>243</sup> Em nosso entender, estas palavras são um sinal da dificuldade de adesão dos operários ao Estado Novo. Em julho, o *Notícias da Covilhã* informa que na Covilhã «afinal continua a mesma comissão concelhia [da UN] e foi-lhe reiterada toda a confiança»<sup>244</sup>

Em maio seguinte, em *O Raio*, informa-se que a Aliança Republicana «continua a viver, por acordo estabelecido entre todos os partidos nela representados. Esta resolução deve satisfazer os republicanos, visto que a Aliança, neste período de regime, se propõe entrar em atividade, agindo, é claro, dentro da legalidade».<sup>245</sup>

Com vista à propaganda do Estado Novo, em julho de 1935, vem à Covilhã, ao Teatro-cine, proferir uma sessão, o professor da Faculdade de Direito de Lisboa, dr. Carneiro Pacheco. Do «notável discurso» o *Notícias da Covilhã* destacou, entre outras,

<sup>242</sup> Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, p. 72.

<sup>243</sup> Sessão 23.5.1934, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 59 de 11 de janeiro de 1933 a 6 de setembro de 1934.

<sup>244</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.11.1934.

<sup>245</sup> *O Raio*, 12.5.1935.

a ideia: «Salazar educador», «porque a origem da crise era intelectual e moral, ele aponta como remédio a revisão das ideias e a reforma dos costumes, para a formação do Homem Novo, isto é, de Portugueses com o ideal, a mentalidade e a mística do interesse nacional.»<sup>246</sup>

Segundo *O Raio*, em 13 de julho, em vários pontos do País, uma vez mais, realizaram-se, por organismos da União Nacional, sessões comemorativas do 3.º Aniversário da investidura do prof. dr. Oliveira Salazar na presidência do Conselho de Ministros. A nível local, «a sessão mais importante realizou-se na Covilhã.»<sup>247</sup>

O *Notícias da Covilhã* dá conta da atividade da Comissão Concelhia da UN a favor das eleições de 16 de dezembro bem como das Comissões de Freguesia no seu trabalho de «ativa propaganda».<sup>248</sup> Mais próximo do dia das eleições, no *Notícias da Covilhã*, opina-se que «votar é um dever para todos os amigos da Ordem, para todos os cristãos; devemos ser gratos aos homens que tiraram o país da ruína. É uma das melhores formas de combater o comunismo odiento e selvagem.»<sup>249</sup> «Vamos às urnas decididos a provar solenemente que Salazar vive no coração de Portugal.»<sup>250</sup>

A nível oficial, o governador civil responde ao solicitado pelo chefe de Gabinete do Ministério do Interior, através de circular confidencial<sup>251</sup> e informa, nos seguintes termos:

só hoje posso apresentar os elementos recolhidos por intermédio dos administradores dos concelhos, que são em número de onze. É a seguinte a situação provável do concelho da Covilhã, perante o próximo ato eleitoral: inscritos – 4085; a favor - 3900 (95%); abstenção - 185 (5%).

No próprio dia das eleições, surge um último apelo: «Nenhum bom português deve faltar.» Em Tortosendo, o presidente e presidente suplente da mesa eleitoral são, respetivamente: José Laureano de Moura e Sousa Cláudio de Sousa Rebordão, membros destacados da UN.<sup>252</sup>

No pós-eleições, procedeu-se a um controlo apertado da participação eleitoral em relação dos funcionários do Estado, para prevenir a atitude de funcionários menos fiéis.

---

<sup>246</sup> *Notícias da Covilhã*, 28. 7.1935.

<sup>247</sup> *O Raio*, 14.7.1935. Presume-se que possam ter ocorrido sessões, noutras povoações do concelho da Covilhã.

<sup>248</sup> *Notícias da Covilhã*, 18.11.1934.

<sup>249</sup> *Ibidem*, 2.12.1934.

<sup>250</sup> *Ibidem*, 6.12.1934.

<sup>251</sup> 13.12.1934, GCCTB, *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades dentro e fora do distrito*, 2ª Secção, 1934-36, Pasta 14, Cx 131 (Confidencial).

<sup>252</sup> *Notícias da Covilhã*, 16.12.1934. Of. do administrador do concelho, de 29.11.1934, GCDTB E/B *Corresp. Recebida*, 1ª Secção, 1933-1934, 01, Cx 009.

Em Tortosendo, de acordo com o correspondente do *Notícias da Covilhã*, «causou o maior regozijo a retumbante vitória para o Estado Novo, constituída pelas últimas eleições de Deputados à Assembleia Nacional». Os resultados foram os seguintes:

Foi muito reduzido o número de abstenções, tendo votado a lista da União Nacional 345 eleitores. A assembleia funcionou até às três horas da tarde, por aparecerem eleitores até esta hora. Foi grande o número de indivíduos que apareceram para votar e o não puderam fazer devido a não estarem inscritos nos respetivos cadernos. Se todos os que compareceram pudessem votar, o número de votos teria sido aproximadamente de 500.<sup>253</sup>

Em fevereiro de 1935, apesar do peso nulo da oposição, em tempo da operação de recenseamento eleitoral, *O Raio* apela, ainda, à inscrição nos cadernos eleitorais.<sup>254</sup> Em abril, faz a seguinte apreciação: «Não fizeram bem os indivíduos que podendo-o fazer, não requereram a sua inscrição nos cadernos de recenseamento eleitoral. Foram eles os próprios que se eliminaram.»<sup>255</sup>

Em maio seguinte, em *O Raio*, informa-se que a Aliança Republicana «continua a viver, por acordo estabelecido entre todos os partidos nela representados. Esta resolução deve satisfazer os republicanos, visto que a Aliança neste período de regime, se propõe entrar em atividade, agindo, é claro, dentro da legalidade».<sup>256</sup>

Em 1936, o *Notícias da Covilhã* informa que «foram modestíssimas as manifestações que a Covilhã entendeu prestar à data do 5 de Outubro.»<sup>257</sup> No mês seguinte, a UN promove mais uma manifestação de apoio ao governo, junto do Ministério das Finanças.<sup>258</sup> As «manifestações de apoio» continuarão a realizar-se com a costumada regularidade.

### **2.3 À Censura e Polícia Política, juntam-se a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Esta instala-se na Covilhã e Tortosendo**

Para além da legalização da Censura e da criação da Polícia Política, em 1936, surgirão a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. Esta última estrutura ideológica é instalada na Covilhã e Tortosendo.

No dia da entrada em vigor da Constituição é promulgada a lei da censura (Decreto-Lei n.º 22.469, de 11 de abril de 1933), devidamente salvaguardada pelas disposições constitucionais. Assim, *O Raio*, neste mesmo ano, não faz segredo, que o

<sup>253</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.12.1934.

<sup>254</sup> *O Raio*, 10.2.1935.

<sup>255</sup> *Ibidem*.14.4.1935.

<sup>256</sup> *Ibidem*, 12.5.1935.

<sup>257</sup> 11.10.1936.

<sup>258</sup> *O Raio*, 8.11.1936.

atraso verificado na sua publicação, ficou a dever-se à ausência do Censor de Castelo Branco.<sup>259</sup>

■ **POLÍCIA POLÍTICA** Em agosto de 1933, é criada a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), diretamente tutelada pelo ministro do Interior, será dotada «de amplas competências e funções que, como sublinha M. Braga da Cruz, a convertem no centro de um «sistema de justiça política», independente das justiças judiciais normais»<sup>260</sup> ou seja, desempenhando «atribuições de prevenção e repressão de crimes políticos». Cabiam-lhe ainda outras «competências fundamentais:

fornecimento de informações de natureza política às várias autoridades públicas; a fiscalização da institucionalização do corporativismo – função importante até 1945; a colaboração (eminentemente repressiva) com os serviços de censura às publicações; a violação da correspondência e as escutas telefónicas – meio frequente de «investigação»;<sup>261</sup> detinha ainda as funções da vigilância das fronteiras e dos estrangeiros e atribuições na área da emigração.

E vai-se estabelecendo uma apertada vigilância a nível social. O governador civil de Castelo Branco solicita ao administrador do Concelho da Covilhã, um relatório sucinto para ele poder prestar informações ao ministro do Interior, até ao dia 5 de cada mês.<sup>262</sup> Por isso, em 1935, o governador civil, zelosamente, manifesta uma grande preocupação ao ministro Interior: «neste distrito existe um dos mais perigosos e venenosos jornais de quantos são adversários do Estado Novo: o semanário *O Raio*, da Covilhã pediu para a censura lhe ser feita na delegação do Distrito dos Serviços de Censura à Imprensa. Depois «começou a perder notoriamente o azedume, a revolta e a perfídia que até então revelava». Volta a Lisboa, «justamente na altura em que vão ser postos em liberdade certos elementos comunizantes, há tempo presos na capital. «Os resultados não se fazem esperar: enquanto, por um lado, a célula comunista está já em pleno funcionamento, com regular cobrança de quotas, com reuniões em determinadas sociedades de recreio, arrastando centenas de operários para fora dos nossos, por outro

---

<sup>259</sup> *Ibidem*, 17.5.1933.

<sup>260</sup> Maria da Conceição Ribeiro, «Polícias Políticas», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 747.

<sup>261</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 748.

<sup>262</sup> O relatório deveria contemplar os seguintes pontos: «Situação económica (crédito; agricultura; comércio; indústria; trabalho; obras públicas); Situação Política (relação com a União Nacional; propaganda doutrinária; posição dos adversários); Situação social (atividade comunista; atividade nacionalista: organização de grêmios, sindicatos, casas do Povo, etc; condição de vida da família; assistência; estado sanitário, etc.); Relação com o poder central (aspirações locais dependentes e, de resto, todas as informações julgadas úteis). Circular do governador civil de Castelo Branco para os administradores do concelho do distrito, de 30.5.1935, ADCTB, Fundo GCCTB *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades dentro e fora do distrito, 2ª Secção, 1934-36, Pasta 14, Cx 131* (Confidencial).

lado o semanário em questão volta a alargar as asas, na sua missão de indispor, embrulhar, revoltar. E conclui: «É absolutamente necessário acabar com a formidável propaganda comunista naquela cidade duma dezena de milhares de operários.» Uma base é essencial inutilizar o semanário. Que a censura volte a fazer-se em Castelo Branco.<sup>263</sup>

Existiam censores, a nível distrital, que «interpretavam, a seu modo, a “instrução genérica” sobre os assuntos ditos “subversivos”, nos campos políticos e militares, obviamente, mas também morais, religiosos, normas de conduta.»<sup>264</sup> Após esta análise era aposta no documento a avaliação: «autorizado», «autorizado com cortes», «suspensão», «retirado» ou «cortado». Nos casos em que eram sujeitos a cortes, os textos deveriam ser reformulados de modo a que as marcas da censura ficassem invisíveis.

A partir de 1936, instala-se uma *censura de período de guerra*, «em sustentação do posicionamento português perante os conflitos espanhóis e europeus, enquanto por todo o continente iam desaparecendo os últimos bastiões da imprensa livre e da liberdade de expressão». <sup>265</sup> A Direcção dos Serviços de Censura<sup>266</sup>, em setembro de 1936, envia ao governador civil relação dos jornais do distrito onde podem ser publicados anúncios dos serviços das estações oficiais e empresas concessionárias. Em relação à Covilhã, indica: *Folhas Soltas*, *Notícias da Covilhã* e *A Voz da Paróquia*<sup>267</sup> e ignora *O Raio*. Em 1939, a mesma entidade (Direcção dos Serviços de Censura) indica somente os dois últimos.<sup>268</sup> Entretanto, em janeiro de 1938, o *Notícias da Covilhã*, anuncia «Que as provas [do jornal] têm de estar prontas à 5.ª feira, para irem para Castelo Branco para a censura.»<sup>269</sup>

Maria Filomena Mónica retrata, igualmente, a «censura» que se generalizou ao ambiente social: «Se o Estado Novo gostava dos resignados, o mesmo se não pode dizer dos rebeldes. Infelizmente, sobre eles há muito menos informação do que sobre os primeiros. A Censura encarregou-se de os esconder dos contemporâneos e, indirectamente, da posteridade. (...) A palavra “operário”, por exemplo, para sempre foi

---

<sup>263</sup> Of. de 10.7.1935, dirigido ao Ministro do Interior, ADCTB, Fundo GCCTB Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades dentro e fora do distrito, 2ª Secção, 1934-36, Pasta 14, Cx 131 (Confidencial).

<sup>264</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, p. 300.

<sup>265</sup> José Barreto, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 281.

<sup>266</sup> Nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto n.º 26 589, de 14 de junho de 1936.

<sup>267</sup> ADCTB, Fundo GCDTB E/B *Corresp. Recebida*, 1ª Secção, 1936, 01, Cx. 011.

<sup>268</sup> ACM, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, Maço 1633*, 1938, 1939, 1940.

<sup>269</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.1.1938.



banida do vocabulário autorizado. Durante a Guerra Civil de Espanha, os jornais foram proibidos de se referir às tropas do governo legal como “governamentais”, tendo de usar o termo “vermelhos”.»<sup>270</sup>

O *Notícias da Covilhã*, em nosso entender, para descartar algumas responsabilidades, apela à compreensão dos colaboradores: «como a censura não atinge os particulares, é necessário que da parte destes haja a máxima prudência na comentação de qualquer assunto político, e mormente, quando se tratar de política internacional.»<sup>271</sup> «Primeiro Portugal... Depois Portugal...Boatos» (...) a) Não discutir política já que é perda de tempo e de energia senão também comprometer a Pátria b) Não dar notícias sensacionais, nem levantar boatos porque é abalar a paz de espírito tão necessária ao bem-comum.»<sup>272</sup>

Uma circular do governador civil, que transcreve outra da Secretaria Geral do Ministério do Interior, dispõe que deve ser reprimido, o facto de mendigos e cegos cantadores usarem folhetos em que se faz referência a países estrangeiros em relação à Guerra actual. <sup>273</sup> Uma outra circular chama a atenção para a atitude de estrita neutralidade que todos os funcionários devem observar nas suas conversas, perante a Guerra Mundial.<sup>274</sup>

■ **1936 - MOCIDADE PORTUGUESA (MP)** A Mocidade Portuguesa foi criada em 1936 e pretendia abranger, inicialmente, a juventude escolar e não escolar. Posteriormente, ficou restringida aos jovens escolares, com idades compreendidas entre os 11 e 14 anos, com carácter compulsivo. Estava «organizada segundo rígida hierarquia, comportamento e simbologia, viria a tornar-se num grupo paramilitar, onde os valores da doutrinação política e educação cristã tinham grande relevo».<sup>275</sup>

■ **LEGIÃO PORTUGUESA (LP) EM TORTOSENDO** Em 28 de agosto de 1936, organizado pela UN e por outras estruturas governamentais e para governamentais, realiza-se na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, um comício de apoiantes do Estado Novo em que é solicitada a criação imediata de uma milícia «nacionalista e anticomunista».

---

<sup>270</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.455.

<sup>271</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.2.1942.

<sup>272</sup> *Ibidem*, 31.10.1943.

<sup>273</sup> AMC, *Atas das Sessões da Câmara Municipal n.º 54*, de 15.1.41 a 31.12.1941.

<sup>274</sup> Ata de 29.4.1942, AMC, Livro *Atas das Sessões da Câmara Municipal n.º 55*, 2.1.1942 a 28.10.1942.

<sup>275</sup> Manuel Pinto dos Santos, «Um governo forte sob a inspiração nacional-corporativa», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2 (2.ª parte), Edições Alfa, Lisboa, 1996, p. 478.

Em setembro, perante o agravamento da «instabilidade externa», o regime optou por diversificar as modalidades e aumentar os níveis de repressão exercida sobre os opositores internos e reforça os mecanismos de enquadramento e mobilização da população pelo aparelho de Estado. Para tal é criada a Legião Portuguesa (LP), por intermédio do Decreto-Lei n.º 27 058, de 30 de setembro de 1936.<sup>276</sup> Os seus objectivos consistiam em participar na «cruzada anti-bolchevista» e em defender «o património espiritual da Nação», bem como o Estado corporativo.<sup>277</sup> Ainda no mesmo ano, uma circular da Junta Central da Legião Portuguesa, pede «a todos os portugueses, mesmo aos que não podem «tomar parte activa», que contribuam desde já, com uma verba importante e, anualmente, com uma cota certa.»<sup>278</sup> Covilhã e Tortosendo aderem também a esse projecto. Na Covilhã, em dezembro, já se encontra «aberta a inscrição para esta patriótica organização anti-comunista e nesse momento é já de algumas dezenas o número de inscritos.»<sup>279</sup> Em fevereiro de 1937, na Covilhã, pela primeira vez, cerca de 250 legionários, das mais variadas procedências (advogados, operários, médicos, empregados das várias indústrias, funcionários públicos, etc.) receberam instrução militar no quartel de Infantaria 21.<sup>280</sup> Continuará posteriormente, sob o comando do tenente Matoso Pereira. Também em Tortosendo, em março, começou a ser ministrada a instrução aos legionários, sendo instrutor o furriel Américo Prazeres, desta vila.<sup>281</sup> O número de inscrições irá aumentando e este facto justifica-se «pelo conhecimento das barbaridades sem conta nem adjectivação pelos comunistas em Espanha.»<sup>282</sup> Pertenciam à UN e agora pertenciam à Legião Portuguesa. Em junho, Na Covilhã, pela primeira vez apareceram em público.<sup>283</sup> Desfilaram pela cidade. Ao jantar, abriu a série de discursos o tortosendense, Dr. Francisco Garrett, comandante, e também discursou outro tortosendense, o industrial, Cláudio de Sousa Rebordão, representante da Câmara.<sup>284</sup> Posteriormente, no *Notícias da Covilhã*, irão surgindo relações dos

---

<sup>276</sup> João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 329.

<sup>277</sup> A H. Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 299.

<sup>278</sup> As verbas são necessárias, embora o Governo forneça oficiais-instrutores, armamento e equipamento há despesas que terão de sair dos fundos angariados: custo do fardamento de milhares de legionários pobres, assistência médica a estes, entre outras, «requerendo a sua ajuda para defesa da actual situação social». (s/d-1936, pelo contexto). AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Maço n.º 1632*, 1935 e 1936.

<sup>279</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.12.1936.

<sup>280</sup> *Ibidem*, 7.2.1937.

<sup>281</sup> aos domingos pelas 9 h. *Ibidem*, 7.3.1937.

<sup>282</sup> *Ibidem*, 14.2.1937.

<sup>283</sup> À frente o Comandante Tenente Matoso Pereira.

<sup>284</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.2.1937.

contribuintes que vão entregando os seus donativos, em favor da Legião Portuguesa.<sup>285</sup> Em 1939, as dívidas continuarão em dinheiro e fazendas<sup>286</sup> e reverterão em favor dos legionários.

Em 5 de novembro de 1937 foi a tomada de posse da Junta de Freguesia. Elementos efetivos: José de Matos (empreiteiro), presidente; António Calado de Matos e José de Almeida Marques. Substitutos: António Carvalho Pereira (carpinteiro), Joaquim Pereira de Matos (operário) e Francisco Batista Proença (operário Têxtil). José de Matos fez parte do grupo que compareceu à tomada de posse do governador civil, em outubro de 1933.<sup>287</sup> José de Matos é reeleito.

**JOSÉ DE MATOS (Tortosendo, 1886 – 1972)**

Empreiteiro da construção civil. Casado com D. Maria Laurinda Moura Antunes e Matos, José de Matos, filho do Tortosendo, pertenceu à plêiade de homens que dedicaram à sua terra o mais sadio bairrismo e o interesse mais devotado pelo seu engrandecimento. Durante a sua longa vida foi um acérrimo defensor de todos os valores da sua terra. Assim, em 1914, fez parte da Comissão que restaurou a festa de N. S. dos Remédios que tinha sido suspensa com o advento da República, não mais deixando de participar em todas as comissões que lhe sucederam, sendo sempre o seu principal arauto até ao fim dos seus dias. Em 1926 fez parte das entidades que renovaram a Confraria das Almas. Em 1956 foi eleito juiz vitalício da Confraria do Santíssimo Sacramento, sucedendo nesse lugar a seu sogro, António Joaquim Antunes que ocupava o lugar desde 1910. Foi membro, durante muitos anos, da Conferência de S. Vicente de Paula à qual deixou de pertencer quando, por motivo de saúde de sua esposa, teve que se ausentar de Tortosendo.

Não só no plano religioso deixou o seu nome ligado à sua terra: foi presidente da Junta de Freguesia de 1930 a 1940 e nesta data ficou a fazer parte da nova Junta de Freguesia, como tesoureiro, durante mais um mandato. Foi presidente da Companhia de Auxílio aos Pobres no Inverno.

*Notícias da Covilhã*, 8.4.1972

Em março de 1938, noticia-se que, na Covilhã, estão quase prontas as obras de adaptação do quartel da Legião Portuguesa de Tortosendo.<sup>288</sup> No mês seguinte, realizou-se também na Covilhã uma sessão de propaganda e uma festa legionária, cujo produto reverteu para auxiliar a adaptação duma casa a quartel - Núcleo do Tortosendo.<sup>289</sup> Em Maio, em Caria, integrada nas diversas festividades, promovidas pelo Núcleo local da Legião Portuguesa, ocorreu uma concentração de Legionários de Caria, Belmonte e Tortosendo.»<sup>290</sup>

<sup>285</sup> *Notícias da Covilhã*, 25.3.1937 e 13.6.1937 LP Angariação de fundos continua. Vai em 72.150\$00 António Fernandes Calado, Américo de Sousa & Irmão, Cláudio Sousa Rebordão e Sousa & Rebordão. Também no *Notícias da Covilhã*, 15.8.1937.

<sup>286</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.1.1939. Despesas com 43 senhas distribuídas (géneros de mercearia de 1.<sup>a</sup> necessidade) no valor de 40\$00, cada uma, um subsídio extraordinário a um legionário que teve de se internar em Coimbra; as fazendas vão ser distribuídas pelos filhos dos legionários.

<sup>287</sup> *Notícias da Covilhã*, 18.6.1939.

<sup>288</sup> *Ibidem*, 20.2.1938.

<sup>289</sup> *Ibidem*, 10.4.1938.

<sup>290</sup> *Ibidem*, 8.5.1938. Sob o patrocínio da madrinha, a Sra. Condessa de Caria e com a presença do governador civil e comandante distrital.

O comandante da Legião pede o apoio da Câmara para concentração geral da Legião do distrito de Castelo Branco,<sup>291</sup> com vista a celebrar o 28 de Maio, com uma concentração dos núcleos da Legião, sob o comando distrital, cerca de 800 h.<sup>292</sup> Corresponderam os covilhanenses, os Legionários foram recebidos com entusiasmo e ardor nacionalista» Não faltou o núcleo de Tortosendo da Legião Portuguesa e foram condecorados os seguintes elementos:

**QUADRO 1.3. LEGIÃO DO TORTOSENDO – ELEMENTOS CONDECORADOS – Maio de 1939**

<b>Cargo</b>	<b>Nomes</b>	<b>Profissão</b>	<b>Condecoração</b>
Comandante de Lança	Rui Galvão Videira (Dr.)	Proprietário	Medalha Dedicação prata
Comandante de Lança	José Galvão Videira	Médico	Medalha de Bom Comportamento e Assiduidade – Prata
Chefes de Seção	Marcelino Jota da Cruz Figueiredo		Medalha de Bom Comportamento e Assiduidade
Chefes de Quina	António Alves Calado de Oliveira		
	Manuel Esteves Mocho	Carteiro	
	João Afonso	Industrial	
Soldados	José de Matos	Empreiteiro	
	José Alfredo Ascensão Prazeres		
	José da Cruz Dinis Esteves	Empregado	
	Joaquim de Matos Calado		
	Francisco Gaspar	Comerciante	

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 18.6.1939.

«A maioria dos filiados concentrava-se em Lisboa. A LP não tinha armamento próprio, recebendo instrução em instalações militares e o governo bloqueou o fornecimento de armas à milícia. Só em dezembro de 1938, após um “saneamento” político eficaz, é que esta milícia tem então direito a armamento e mesmo assim distribuído com lentidão e prudência.»<sup>293</sup> O Núcleo da LP da Covilhã retomou as suas actividades do ponto de vista da instrução. «De mais, depois que o núcleo da Covilhã é valorizado com armamento próprio, problema esse que resolve todas as dificuldades inerentes a tal matéria».<sup>294</sup> O mesmo aconteceu em Tortosendo, embora não

<sup>291</sup> *Corresp. Recebida Nos Avulsos* Maço com o n.º 1633 1938, 1939, 1940 Legião Portuguesa Comando concelhio da Covilhã 17.5.1939.

<sup>292</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.6.1939.

<sup>293</sup> António Costa Pinto, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 360 e 361.

<sup>294</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.5.1939.

conheçamos a data concreta. Pudemos, no entanto, ainda, testemunhar a existência de material desse tipo, na antiga sede.

**SEDE DA LEGIÃO, EM TORTOSENDO, LARGO 1.º de MAIO**



Fonte: Foto da autora

A LP apresenta-se, pois, como um «organismo de cariz político-militar», era a milícia oficial do Estado Novo, sendo apenas dissolvida em Abril de 1974. Para António Costa Pinto, «a LP foi organizada na conjuntura de radicalização do regime provocado pela vitória da Frente Popular em Espanha, (mas consagrou também uma das principais reivindicações da direita radical portuguesa desde a institucionalização do Salazarismo,»<sup>295</sup> como fosse o caso do Nacional Sindicalismo que fora reprimido.

Com regularidade, o *Notícias da Covilhã* continuava a chamar à colação os perigos do comunismo, com os mais variados títulos; também a Rússia é apontada como um perigo. «Comunismo e Rússia soviética são sinónimos, pelo que negar o primeiro significa necessariamente negar a segunda.» «O comunismo: eis o inimigo».<sup>296</sup> Em 1938, novamente o correspondente do *Notícias da Covilhã* no Tortosendo, Alfredo Oliveira refere não só o comunismo como também o nazismo, como «dois extremismos perigosos».<sup>297</sup>

Mas, na região, não se fica por palavras, em relação ao «fantasma do Comunismo». Das palavras, passa-se a atos públicos. Assim, em outubro de 1936, realiza-se, na Covilhã, um comício anticomunista.<sup>298</sup> Em dezembro seguinte, realiza-se também um comício anticomunista em Castelo Branco», promovido pela Brigada Doutrinadora da UN do concelho de Castelo Branco. Às 11 h parte um comboio

---

<sup>295</sup> António Costa Pinto, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 360 e 361.

<sup>296</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.12.1936.

<sup>297</sup> *Ibidem*, 16.1.1938.

<sup>298</sup> *Ibidem*, 18.10.1936.

especial cujo regresso será após o comício. A Covilhã far-se-á representar pela Câmara Municipal, Delegado do INTP, direções dos Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Legião Portuguesa, etc.<sup>299</sup> Também *O Raio* dá destaque aos discursos dos oradores.<sup>300</sup>

Em junho de 1937, regista-se o facto de que «o ilustre o presidente do Conselho saiu ileso dum vilíssimo atentado»<sup>301</sup> e a Covilhã «como o País inteiro fez ouvir a sua voz de indignação e protesto e celebrou um Te deum na Igreja de Santa Maria que «resultou em brilhante a manifestação». Não obstante, o *Notícias da Covilhã* salienta que «houve os que faltaram»:

Faltou o operariado da Covilhã e muito senhor burguês. E nem uns nem outros tinham o direito de faltar. (...) Apelamos daqui a quem compete zelar este campo de acção social e de segurança para que rapidamente inicie a depuração do meio operário e se limpem as nossas fábricas de umas dúzias de esperançosos que ainda... esperam outra coisa. (...) Faltaram senhores da plutocracia (...) Houve funcionários públicos que faltaram? Castiguem-se.

Para estes sugere-se, para uns «a depuração» e para outros «castigos». Também *O Raio* condena «o maquiavélico atentado» de que foi vítima o Presidente do Conselho, no Domingo dia 4.

Em 1938, «Ano XII da Revolução Nacional»<sup>302</sup>, assinalou-se, na Covilhã, o X Aniversário da posse Ministro das Finanças (dia 27 de abril), com comemorações próprias no Liceu, Colégio Moderno e Escolas Centrais<sup>303</sup>, rotuladas de «Comemorações solenes e entusiastas.»<sup>304</sup>

#### **2.4 A Guerra Civil de Espanha 1936-1939 Na Covilhã surge um movimento a favor dos nacionalistas espanhóis Um tortosendense lutou ao lado dos nacionalistas**

Perante a Guerra Civil de Espanha, apesar do acordo de Não-intervenção, Salazar temia uma ameaça revolucionária – uma «Espanha vermelha» e os perigos do federalismo republicano. A «escolha natural» seria colaborar com a revolta militar nacionalista e, entretanto, recebeu «um número crescente» de exilados espanhóis. Mas não esquecia que, neste caso, corria perigo de ameaça por parte do poder republicano. No entanto, sente essa ameaça diminuir a partir do momento em que se reúnem os exércitos franquistas em Badajoz. Suspende o reconhecimento oficial da República

---

<sup>299</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.12.1936.

<sup>300</sup> *O Raio*, 8.11.1936.

<sup>301</sup> *Ibidem*, 11.7.1937.

<sup>302</sup> *Ibidem*, 29.05.1938.

<sup>303</sup> *Ibidem*, 24.4.1938.

<sup>304</sup> *Ibidem*, 1.5.1938.

espanhola e aumenta o apoio logístico, político e diplomático aos nacionalistas.<sup>305</sup> Mas a partir de finais de 1936, verifica-se a internacionalização do conflito, com intervenções militares «indiretas». A favor dos nacionalistas, para além de Portugal, alinham a Alemanha e a Itália; do lado republicano, a União Soviética e as brigadas internacionais. Só a partir de finais de 1937, com as vitórias do exército franquista, que «dão» mais segurança, Portugal opta pelo reconhecimento, de facto, da junta de Burgos.

O *Notícias da Covilhã* inicia, em outubro de 1936, um programa de ajuda aos nacionalistas espanhóis: abre uma subscrição para os feridos e divulga outras iniciativas em jornais posteriores.<sup>306</sup> Por sua vez, o presidente da Câmara, Dr. Francisco Garrett, informa que senhoras de Tortosendo, mesmo mulheres humildes, estão a confeccionar camisolas e apela a que se siga o seu exemplo.<sup>307</sup>

Portugal acabou por se integrar no Comité de Não Intervenção de Londres, em setembro de 1936. Mas, apesar disso, em Espanha lutavam nas fileiras franquistas forças de voluntários, «os viriatos», e militantes da esquerda, nos exércitos republicanos. Era, portanto, difícil de cumprir o acordo da não intervenção. E Portugal, que deu à vitória o sangue de sete mil legionários, participa patrioticamente nesse júbilo.<sup>308</sup> Também o tortosendense Jaime Antunes de Matos lutou em Espanha ao lado dos nacionalistas. «Em 11 de janeiro de 1937 seguiu para Espanha, onde foi alistar-se no valoroso e glorioso exército do Tércio, ao serviço da restauração da Espanha Nova. Em 7 de fevereiro foi enviado para as frentes, fazendo parte da 10.<sup>a</sup> Companhia da 4.<sup>a</sup> Bandeira do Tércio, tomando parte nos combates de Aravaca, Cidade Universitária, Jarama, Manzanares e Cuesta de las Perdizes. Em 1 de Maio, voltou à Pátria, sem que tivesse recebido o mais ligeiro ferimento.»<sup>309</sup>

Em junho de 1938, depois da vitória de Teruel, o governo português completa o reconhecimento diplomático oficial do regime nacionalista. Na imprensa local, afirma-se que «estrategicamente pode dizer-se que a guerra não está só ganha, mas acabada.»<sup>310</sup>

António Alçada Batista na sua obra *Pesca à linha* recordou como na sua infância acompanhavam em casa o avanço das tropas franquistas: «À volta da telefonia, entre ruídos de frigideira, todos vibravam unânimes com o avanço do senhor general Franco a

---

<sup>305</sup> Na zona do Estoril, fixara residência José Sanjurjo.

<sup>306</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.10.1936.

<sup>307</sup> *Ibidem*, 18.10.1936.

<sup>308</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.4.1939.

<sup>309</sup> *Ibidem*, 5.8.1939.

<sup>310</sup> *Notícias da Covilhã*, 24.4.1938.

defender a civilização ocidental e cristã.»<sup>311</sup> Ao lado, em Espanha, desencadeara-se uma nova Cruzada do Bem contra o Mal e «entre orações em que forçosamente me empenhava para forçar a vitória, ia-me dando conta da sua eficácia, num extenso mapa da Península, onde me assinalavam, com bandeirinhas de ouro e sangue, o avanço constante das forças do Bem.»<sup>312</sup> Em julho de 1938, uma delegação da Cruzada Eucarística, de Tortosendo, vai a Fátima «tomar parte na peregrinação Geral da Cruz, pedindo à Santíssima Virgem o fim da Guerra de Espanha e a continuação da paz e proteção a Portugal»,<sup>313</sup> invocando assim a proteção divina.

Por outro lado, também «os Cegos andavam aí a cantar as coisas da Guerra de Espanha». Lídia Proença recordou o seguinte: «Vou-lhe a contar uma coisa desse tempo: Andavam aí os Cegos a cantar as coisas da Guerra de Espanha. E o Ti Manel Cú Vermelho era um homem muito revolucionário, muito progressista, era pequenito, mas já era assim muito vivaço. Ele estava a tecer ao pé do meu pai, lá nesse casão, o meu pai levou uns versos que os Cegos aí andavam a cantar, de um homem que queria entregar a mulher ao sogro. Mas por trás levava uns da Guerra de Espanha:

*Na Espanha andam em guerra  
Combatendo fortemente  
O luto já é demais  
Tem morrido muita gente.*

*Combatem os esquerdistas  
Que não desejam perder  
Com desejo de vencer  
Lutam também os fascistas.*

*Por cima da alta serra  
Manobram os aviões  
Depois de umas eleições  
Na Espanha andam em  
guerra (...)*

Mas lá falava qualquer coisa contra a Esquerda, que ele não gostou, e agarrou os versos e rasgou-os. E eu chorei, chorei, porque tinha lá os outros que eram muito «engraçados».<sup>314</sup>

Continua «o avanço dos nacionalistas espanhóis. O exército de Franco, depois da tomada de Barcelona, avança pela Catalunha.»<sup>315</sup> Neste momento abriu-se uma nova subscrição, «de socorros a favor das cidades libertadas da Catalunha» e, para o efeito,

---

<sup>311</sup> António Alçada Baptista, *A pesca à linha: Algumas memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 38.

<sup>312</sup> António Alçada Baptista, *A pesca à linha: Algumas memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 243 e 244.

<sup>313</sup> Acompanharam as jovens: o Prior Santos Figueiredo e Sra. D. Purificação Craveiro, da Ação Católica. *Notícias da Covilhã*, 12.06.1938.

<sup>314</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Lídia Proença: «metedeira de fios, passadeira e mestra» in *Boletim da LAT*, n.º 66, 1.º Trim., 2009.

<sup>315</sup> *Notícias da Covilhã*, 12.2.1939.



constituiu-se uma Comissão. A Legião aderiu.<sup>316</sup> Posteriormente, através das Atas da Junta de Freguesia do Tortosendo, tomamos conhecimento que a própria autarquia, sob a presidência de José de Matos, «decidiu-se custear as despesas com a grande manifestação aqui realizada com a tomada de Barcelona».<sup>317</sup> Na noite da entrada das tropas nacionalistas em Madrid, ocorreram «entusiásticas manifestações nacionalistas de regozijo [na Covilhã]». O presidente da Câmara proferiu as seguintes palavras: «Após dois anos e meio de luta, as forças do generalíssimo Franco venceram as hordas marxistas, Madrid rendeu-se. Sobre as ruínas da destruição e da perversão dos milicianos vermelhos vai renascer a nova Espanha – Nacionalista e Cristã. Todas as outras cidades da zona vermelha se renderam ou foram submetidas (negrito). A Espanha vive em delírio de alegria.<sup>318</sup> Também, «em ação de graças pela vitória das tropas do generalíssimo Franco», a colónia Espanhola da Covilhã mandou celebrar, em S.ta Maria, uma missa solene, seguida de *Te-Deum*.<sup>319</sup> Uma circular da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado prorrogou até 15 do corrente o recenseamento extraordinário dos espanhóis.<sup>320</sup>

No Tortosendo, para comemorar o fim da Guerra de Espanha e homenagear os portugueses que nessa luta deram desinteressadamente o seu sangue, realizaram-se, no dia 2, vários festejos promovidos pelo Núcleo da Legião. Nos lugares públicos foram afixados dez cartazes da autoria do legionário Marcelino Jota da Cruz Figueiredo e que diziam respeito ao término da guerra, com interessantes alegorias. O programa constou do seguinte:

às 6 h- repique de sinos, girândolas de foguetes e música; 9 h- distribuição de um budo aos pobres (Recebendo cada um 1 pão, 1kg de arroz, meio kg de bacalhau e 2,3 dl de azeite), no quartel da LP, foram contemplados 152 pobres para que todos compartilhassem das festas; às 11 h- a LP assistiu debaixo de forma, à missa, indo uma quina fazer guarda de honra ao altar; às 13 h- houve um almoço servido aos legionários, assistindo os chefes e outros graduados. Os brindes foram iniciados pelo Comandante deste Núcleo, dr. Rui Galvão Videira, seguindo-se o dr. Francisco Garrett e José Laureano. No fim do almoço, a Legião desfilou pelas ruas desta vila, levando à frente a Banda de Unhais da Serra. Também assistiram ao desfile, as crianças de ambos os sexos da escola primária. À tarde, visita do tenente João José Amaro, digno administrador e comandante da Polícia da Covilhã.<sup>321</sup>

---

<sup>316</sup> *Ibidem*, 26.3.1939.

<sup>317</sup> Ata de 30.4.1939, *Livro de Atas da Junta de Freg. da Vila de Tortosendo*, 31.10.1937 a 2.7.1951

<sup>318</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.4.1939.

<sup>319</sup> *Ibidem*, 7.4.1939.

<sup>320</sup> Ata de 11.10.1939, ACM, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, Abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941.

<sup>321</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.4.1939.

E noticia-se que continua a oferta de camisolas para os nacionalistas.<sup>322</sup> De modo a que a chama não se apague. Elogiam-se os legionários portugueses que «demonstraram... nobre atitude para com a Pátria», lutando em Espanha.<sup>323</sup> Ainda em 1939, Salazar assina com Franco um Tratado de Não agressão e Amizade. Também se estabeleceu «O primeiro convénio comercial assinado pela Espanha nova que regula as suas trocas com Portugal.»<sup>324</sup>

## 2.5 Eleição da Assembleia Nacional –1938. A escrutínio, apenas a lista da UN

Tendo em vista a eleição para a Assembleia Nacional, e de acordo com o *Notícias da Covilhã*, «realizou-se, no salão da Câmara Municipal, uma sessão de propaganda eleitoral em que o Estado Novo, os Presidentes da República e do Conselho foram vivamente vitoriados.»<sup>325</sup> Assim, a 30 de outubro, a nível nacional, com a normal regularidade, realizaram-se as eleições para a Assembleia Nacional. Apresentou-se apenas uma lista da UN que conquista todos os lugares elegíveis. Portanto, a oposição não participou nestas eleições. Nestas eleições, a Legião Portuguesa já participa na campanha.

### **ALEXANDRE DE QUENTAL CALHEIROS VELOSO (Covilhã, 1895- 1984)**

Advogado e Notário na Covilhã (1934-1957); Foi presidente da Câmara Municipal da Covilhã (1934-1937); provedor da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (1945-1951); presidente da Comissão Concelhia da Covilhã da União Nacional (1952-1957). Legislaturas: II (1938-1942), III (1942-1945).

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/v/veloso\\_alexandre\\_de\\_quental\\_calheiros.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/v/veloso_alexandre_de_quental_calheiros.pdf)

(Acedido em 11.7.2015)

### **JOSÉ ALÇADA GUIMARÃES (Covilhã, 1902 – 1985)**

Advogado; Conservador do Registo Predial; Ajudante do Procurador Geral da República; Secretário do Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues (1926-1928); Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Manuel Rodrigues (1932-1940); II Legislatura (1938-1942); III Legislatura (1942-1945); IV Legislatura (1945-1949).

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/g/guimaraes\\_jose\\_alcada.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/guimaraes_jose_alcada.pdf)

(Acedido em 11.7.2015)

<sup>322</sup> *Ibidem*, 15.11.1936.

<sup>323</sup> *Ibidem*, 23.4.1939.

<sup>324</sup> *Ibidem*, 24.12.1939.

<sup>325</sup> Presidiu a sessão o presidente da Câmara, secretariado pelo comandante da Polícia Tenente Amaro e pelo Juiz do Instituto de Trabalho. *Notícias da Covilhã*, 30.10.1938.

### 3. 2.<sup>a</sup> GUERRA MUNDIAL. A FRÁGIL NEUTRALIDADE DE PORTUGAL 1939-1945

Portugal declara imediatamente, no início da guerra a 1 de setembro, a sua neutralidade, de modo a evitar o envolvimento de Portugal no conflito. A imprensa local afeta ao regime parece apoiar esta posição. Desde logo, em todo o mundo católico, se reza pela paz. Em Fátima, a todo o momento se pede [a paz].<sup>326</sup>

#### 3.1 Início da Guerra

*O Raio*, em 10 de setembro de 1939, informa que «em 1 de setembro a Alemanha, surda a todos os apelos de conciliação e mediação feitos em base da justiça, invadiu a Polónia»<sup>327</sup> e a 3 desse mês, a Inglaterra e depois a França declaravam guerra ao III Reich. Em 17 de dezembro acrescenta-se a este respeito que «a Polónia foi invadida e dividida entre a Alemanha e a União Soviética, sem que a França tivesse tido sequer hipótese de reagir. Talvez a França vigilante no rio sangrento [Reno], tivesse evitado a queda da pobre Polónia.»

«A eclosão da Segunda Grande Guerra (1939) deu a Salazar uns cinco anos de trégua interna. A maior parte dos seus inimigos concordaram em pôr termo a quaisquer atos subversivos até findarem as hostilidades. Poucos, entre adeptos e opositores, acreditavam que o país se conseguisse manter fora do conflito armado.»<sup>328</sup> Para Avelãs Nunes, externamente, «o facto de Lisboa e Madrid adotarem posturas de “neutralidade geométrica” e de “não beligerância” e de estarem interessadas em negociar a venda (declarada ou clandestina) de concentrados de tungsténio, representou, para o Terceiro Reich, a hipótese de compensar, mesmo que parcialmente, as quebras sofridas. (...) Embora sem provas conclusivas é levado a crer que «pelo menos até ao início de 1943, o Terceiro Reich terá sido o parceiro externo mais beneficiado»<sup>329</sup>

No princípio de 1942, no *Notícias da Covilhã*, opina-se que a neutralidade portuguesa «é considerada como preciosa nos Estados Unidos»<sup>330</sup> e também elogiada

---

<sup>326</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.6.1941.

<sup>327</sup> *Ibidem*, 10.9.1939.

<sup>328</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal, vol. 2: Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, p.341.

<sup>329</sup> João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, pp. 264-265.

[http://books.google.pt/books?id=u\\_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs\\_toc\\_r&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=u_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false)

<sup>330</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.2.1942.

por um jornal inglês. Ao longo deste ano o conflito «continuava a alastrar e em 1942 quase todo o continente europeu se encontrava sob o domínio nazi». José Ribeiro [ - ] rememora:

Estávamos em 1942, já a Alemanha debaixo de bombardeamento devastador das fortalezas voadoras e com fortes revezes no Leste, ainda os germanófilos ligavam para a Rádio Berlim acreditando nas vitórias que ela propagandeava para todo o mundo.<sup>331</sup>

### 3.2 Eleições em plena Guerra: corpos administrativos, presidente da República e deputados

O ano de 1940 foi ano de recenseamento da população, cuja divulgação foi feita com todo o cuidado.<sup>332</sup>

#### ■ ELEIÇÕES PARA OS CORPOS ADMINISTRATIVOS - 1941

Em outubro de 1941, ocorreram eleições para os corpos administrativos. Em setembro, com as eleições à porta, o presidente da Câmara Municipal sugere ao presidente do conselho administrativo dos Serviços Municipalizados que comunique «aos seus subordinados que devem votar.<sup>333</sup> Porque «votar, é assim, um dever que é preciso cumprir.»

Em 10 de abril de 1942, tomam posse os novos membros da Junta desta Freguesia.

QUADRO 1.4. NOVOS MEMBROS DA JUNTA DE FREGUESIA DE TORTOSENDO - 1942

Nomes	Profissões	LP - cargos
Dr. Rui Galvão Videira	Proprietário	Comandante de Lança
José de Matos	Empreiteiro	Soldado
António Calado de Matos	Empregado	
José Ramos	Industrial	
José Alfredo Dias Pombo	Empregado	
Jaime da Cruz Dinis Esteves	Comerciante	

O presidente tomou a palavra e disse que esperava a melhor colaboração dos vogais, «a fim de que o Tortosendo consiga os melhoramentos de que muito precisa». Eles responderam «que podia o senhor Presidente contar com a sua boa vontade de trabalho para o progresso do Tortosendo». Há saldo negativo em virtude das obras do

<sup>331</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

<sup>332</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.11.1940.

<sup>333</sup> 9.9.1941, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1941, II.

matadouro e lavadouro público.<sup>334</sup> É o primeiro de quatro mandatos do dr. Rui Galvão Videira, Comandante de Lança da Legião Portuguesa (LP), que em 1939 fora agraciado com a Medalha Dedicção Prata. Os seis elementos que compõem a Junta de Freguesia, entre três efetivos e três substitutos, têm as seguintes profissões: um proprietário, um industrial, um empreiteiro, um comerciante e dois empregados.

No correspondente período, José Laureano de Moura e Sousa, industrial, acumula o cargo de vereador da Câmara Municipal.<sup>335</sup> Acumula, portanto, mais um cargo.

#### ■ REELEIÇÃO DE CARMONA E ELEIÇÕES DE DEPUTADOS 1942

No início de 1942,<sup>336</sup> ocorre a eleição do Chefe do Estado, a reeleição do General Carmona, pela terceira vez, o que provou, no entender do *Notícias da Covilhã*, que «já não há dúvidas: a Nação quer o Estado Novo, e a sua doutrina, e as suas realizações e os seus chefes.»<sup>337</sup>

Em novembro, é tempo de eleições de deputados à Assembleia Nacional. Em termos de História Comparativa, trazemos à colação a opinião de Braulio Gómez Fortes, que estabelece um paralelismo entre Espanha e Portugal:

Companheiros na onda democratizadora, ambos os países sofreram um regime ditatorial durante mais de três décadas, onde o parlamento não representava a vontade popular, mas era fruto de umas eleições manipuladas, e onde tanto o sufrágio como as ideias políticas eram restringidas ao máximo. Desta forma, nenhum dos dois tivera uma experiência parlamentar satisfatória antes do túnel ditatorial.<sup>338</sup>

Em outubro, mês precedente às eleições, no *Notícias da Covilhã*, defende-se a continuação da votação por lista, porque «o direito de voto do eleitor, nas condições da lei, não é um direito meramente individual, mas um direito de indivíduos como cidadãos, por meio dos quais a Nação manifesta a sua vontade soberana.»<sup>339</sup> «Por isso, todo o eleitorado deve, naquele dia, dar provas da sua educação cívica, votando e não permanecer indiferente perante um ato que se repercutirá além-fronteiras.»<sup>340</sup>

---

<sup>334</sup> Ata de 10.4.1942, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. da Vila de Tortosendo*, 31.10.1937 a 2.7.1951

<sup>335</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.12.1943.

<sup>336</sup> *Ibidem*, 18.1.1942.

<sup>337</sup> *Ibidem*, 22.2.1942.

<sup>338</sup> Braulio Gómez Fortes, «Elites Parlamentares de Espanha e Portugal Estrutura de oportunidades, formas e efeitos de recrutamento», in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora 2003, p. 217.

<sup>339</sup> *Notícias da Covilhã* 11.10.1942.

<sup>340</sup> *Ibidem*, 25.10.1942.

A lista da União Nacional integrava quatro candidatos da Covilhã, drs: Luís Mendes de Matos, Alçada Guimarães, Alexandre Veloso e José Ranito Baltazar (médico). Foram as últimas eleições em lista nacional «e tão confiadamente, ou seja sem receio de ofender a sua liberdade de consciência reta, quando é certo que são candidatos escolhidos com todo o escrúpulo pela UN e candidatos que hão de colaborar com o governo na obra da nossa Revolução.»<sup>341</sup>

**ALEXANDRE DE QUENTAL CALHEIROS VELOSO** (Covilhã, 1895- 1984)  
(Já integrou a II Legislatura)

**JOSÉ RANITO BALTAZAR** (Covilhã, 1903 - †)

Médico e Industrial. Monárquico e «grande nacionalista». Esteve presente quando Salazar tomou posse como chefe do Governo (1932); foi presidente da União Nacional da Covilhã; presidente da Câmara Municipal da Covilhã (1957). III Legislatura (1942-1945). 1.ª Sessão Legislativa (1942-1943) Refere-se ao Sanatório dos Ferrovieiros, na Covilhã, cuja história faz, e à necessidade de ser aberto. 2.ª Sessão Legislativa (1943-1944) Fala no agravamento do custo de vida e na situação da indústria dos tecidos, com interesse a nível regional.

**LUÍS MENDES E MATOS** (Barco, Covilhã, 1885-02-10-† ). Sacerdote católico. III Legislatura (1942-1945); IV Legislatura (1945-1949)

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/m/matos\\_luis\\_mendes\\_de.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/matos_luis_mendes_de.pdf) (Acedido em 11.7.2015)

**JOSÉ ALÇADA GUIMARÃES** (Covilhã, 1902 – 1985)

(Já integrou a II Legislatura)

#### ■ NOVAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS – 1945 O MUD DESISTE DAS ELEIÇÕES

Terminada a Guerra, foram marcadas eleições legislativas para dia 18 de novembro. Estas eleições foram antecipadas de um ano, após a dissolução do Parlamento, em 6 de julho de 1945. Neste momento, em virtude de «alguma abertura», a Oposição organizou-se e a 8 de outubro foi criado o *Movimento de Unidade Democrática* (MUD) para concorrer às eleições. Embora as eleições fossem antecedidas de um período de campanha eleitoral, supostamente «em que abrandava a censura e a repressão, sobre a oposição»<sup>342</sup>, faltava a liberdade de apresentação dos candidatos, bem como as indispensáveis liberdades de associação, de reunião e de expressão para que uma campanha eleitoral decorresse, com um mínimo de normalidade e pudesse atingir os seus objetivos. Por outro lado, os atos eleitorais assentavam em recenseamentos falseados, sem qualquer controlo, pois «até os mortos votavam». No próprio ato da votação, os indivíduos não tinham liberdade de voto. Os funcionários públicos eram coagidos a votar e sobre muitas outras pessoas se exerciam medidas intimidatórias.

<sup>341</sup> *Notícias da Covilhã*, 25.10.1942.

<sup>342</sup> Manuel Braga da Cruz, «Eleições», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 607.

Num ofício datado de 30 de outubro, o governador civil de Castelo Branco recorda ao presidente da Câmara de Covilhã a reunião havida no Governo Civil em que teve «ocasião de chamar a atenção de todos para a importância política que iriam ter as eleições de deputados à Assembleia Nacional, (...) perante uma oposição de sentido nitidamente negativo e destrutivo, desordenada e injusta, esquecida do respeito que deve ao interesse nacional, sacrificada à sua sanha partidária» e espera-se «pela nossa disciplina e pela nossa confiança ajudaremos o Governo da Nação a vencer este período de crise, não permitindo (...) uma agitação que lance o País na desordem e na anarquia».<sup>343</sup>

Em circular da mesma data ainda, o governador civil convoca todos os presidentes, vice-presidentes e vereadores das Câmaras Municipais, bem como: corpos diretivos da UN, LP, Organismos Corporativos (Sindicatos, Casas do Povo, Grémios, etc.). Sugere que «deverão ser dirigidos convites aos elementos nacionalistas que disponham de meios de transporte privados» e ainda «possibilitar meios de transporte a todos quantos pretendam vir tomar parte na reunião», uma «grande sessão de esclarecimento público e doutrinação», «a magna reunião dos nacionalistas do distrito», a realizar no dia 7 de novembro, em Castelo Branco, promovida pela UN, à qual presidirá o subsecretário de Estado das Obras Públicas. Serão também oradores os dois candidatos a deputados pelo círculo de Castelo Branco: eng. Araújo Correia e dr. José Alçada Guimarães. O governador civil lança ainda um apelo: «Para a grandeza da sessão projetada, conta-se com o entusiasmo e dedicado esforço de todos os elementos responsáveis do distrito, vencendo em muitos dos nossos a apatia e o comodismo que os adversários não conhecem».<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup> Circular do governador civil (confidencial), 30.10.1945, AMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos*, n.º 210, 1945-50.

<sup>344</sup> Circ. do governador civil (confidencial), 30.10.1945, AMC, *Câmara, Corresp. Recebida, Avulsos*, n.º 210, 1945-50.

JOSÉ DIAS DE ARAÚJO CORREIA (Fratel, Vila Velha de Ródão, 1894- †)

Licenciatura em Engenharia de Minas pelo Imperial College of Science and Technology de Londres. Banqueiro. Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1964). Ministro do Comércio e Comunicações no Governo de Vicente de Freitas, sendo Salazar Ministro das Finanças (1928). Intervenções parlamentares I Legislatura (1935-1938). 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (1936-1937) (...) Fala sobre a proposta de lei que trata da hidráulica agrícola. Discute a proposta de lei relativa ao condicionamento industrial. 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (1937-1938) Fala sobre a proposta de lei de povoamento florestal. III Legislatura (1942-1945) 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (1942-1943) (...) Discute, na generalidade, a proposta de lei relativa à eletrificação do País (Sessão extraordinária). Entra no debate, na generalidade, da proposta de lei de fomento e reorganização industrial do País. IV Legislatura (1945-1949) 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (1946-1947) Discute a questão da crise que atravessam os municípios, de que trata um aviso prévio. V Legislatura (1949-1953). 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (1950-1951) Fala sobre o aviso prévio relativo à execução da Lei de Reconstituição Económica. VI Legislatura (1953-1957). IX Legislatura (1965-1969).

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/c/correia\\_jose\\_dias\\_de\\_araujo.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/correia_jose_dias_de_araujo.pdf) Acedido 5.10.2015

No *Notícias da Covilhã*, em editorial, um industrial que «vai votar», defende que nenhum industrial «pode deixar de prestar o seu concurso ao Governo da Nação»<sup>345</sup>, pelo que deve votar. Por sua vez o Cardeal Patriarca, embora defenda que «na consulta ao país a Igreja não tem que responder», que «quem tem que responder são os católicos», não deixa de destacar os motivos pelos quais a Igreja tem de dar graças.»<sup>346</sup>

Mas, a 11 de novembro, o Movimento de Unidade Democrática (MUD) desistiu das eleições por considerar não haver condições para uma efetiva transparência do ato eleitoral e prever que os resultados eleitorais iriam ser manipulados e apelou à abstenção.

Não obstante existir uma única lista, o governador civil continua a considerar a abstenção, como «o maior perigo». Consideramos que estes receios se relacionam com a abertura que se vem verificando e que os situacionistas temem. Como tal, sugerem-se várias estratégias. Em primeiro lugar, a «necessidade de a Câmara em colaboração com a União Nacional, Legião Portuguesa e outros organismos, visitarem as freguesias do concelho para estabelecer contacto com os elementos responsáveis, solicitando colaboração, despertando entusiasmos e aplanando, onde as houver, dificuldades de natureza local. E, ainda, a mais flagrante «de alta conveniência a distribuição das listas aos eleitores, que poderiam ser acompanhadas dum pequena exortação lembrando-lhes o dever cívico de votar.»<sup>347</sup> Por isso, anteriormente, recomendara-se que «as freguesias

<sup>345</sup> *Notícias da Covilhã*, 4.11.1945.

<sup>346</sup> *Ibidem*, 11.11.1945. «À Igreja só compete neste hora, dar graças a Deus pelo milagre da Paz, pelos benefícios da ordem e do progresso, porque a amizade, a concórdia e a colaboração de todos os portugueses se firmem e desenvolvam, no acatamento da autoridade, no respeito de todas as legítimas liberdades, individuais e públicas, e na crescente elevação económica, intelectual e moral das classes mais desfavorecidas.»

<sup>347</sup> Of. do governador civil, 13.11.45. AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos*, n.º 210, 1945-50. Para exortação, sugerem-se palavras de Salazar: «Mas há circunstâncias em que [ao nosso povo] se lhe pedem sacrifícios graves. Poupámos-lhe o do sangue para defender a integridade, a honra e o direito da Nação; não podemos poupar-lhe o do voto que exprima a sua vontade com a clareza possível. Votar é assim um grande dever.»



onde seja de reear uma maior abstenção devem ser objeto de cuidados especiais e, talvez, convenha que no próprio dia da eleição alguém de confiança as visite para se neutralizarem, na medida do possível, a apatia e a desconfiança do eleitorado.»<sup>348</sup> No *Notícias da Covilhã*, retrata-se o ambiente eleitoral:

As eleições «deram lugar a um largo movimento de opiniões contraditórias, mais ou menos apaixonadas. (...) Tem-se dito verdades, e é necessário que as verdades se digam quando delas resulta o bem público, mas tem-se escrito também muita mentira e tolice. Apaixonou-se a opinião pública. [Inclusive] Os organismos do Estado viram-se transformados pela circunstância, de centros de trabalho útil em colmeias de zângãos e vespas – tratando de eleição, tratando de uma coisa que só veio, afinal, dividir a família portuguesa, criando discórdias e rivalidades e desconfianças entre amigos de véspera.»<sup>349</sup>

Tal como anteriormente, a UN assegurou a «eleição»<sup>350</sup> de todos os seus candidatos. Foram eleitos os 120 deputados da Assembleia Nacional.<sup>351</sup> Após as eleições, «Mulheres da Covilhã e Tortosendo», através de telegrama, «agradecem inestimáveis benefícios da Paz e da Ordem que Deus concedeu a Portugal, por intermédio da porfiada ação de V Ex.<sup>a</sup>». Seguem-se nomes e a lista continuará no jornal seguinte. As subscritoras, praticamente, são esposas de industriais e, entre estas, inclui-se D. Margarida Almeida Garrett, de Tortosendo.<sup>352</sup>

Já a nível distrital, ainda em novembro de 1945, foi organizada a Comissão distrital da União Nacional, presidida pelo Dr. Bartolomeu Franco Frazão, e que inclui o médico tortosendense, Dr. José Galvão Videira. A Comissão iniciou os seus trabalhos para a organização das Comissões de Freguesia e «não tem tido dificuldades em encontrar as pessoas, de sã consciência e perfeita moral, dispostas a servirem a Nação.»<sup>353</sup>

---

<sup>348</sup> Circ. n.º 186, 13.11.45, Confidencial, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210*, 1941-46.

<sup>349</sup> *Notícias da Covilhã*, 18.11.1945.

<sup>350</sup> Os eleitores recenseados, 909 456, constituem apenas 12% do total da população do país. João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 343.

<sup>351</sup> Com o passar do tempo, e apesar do disposto no art.º 91.º da Constituição, a Assembleia Nacional deixou de ser o órgão legislativo principal, remetendo-se «a uma função essencialmente política» e «predominantemente fiscalizadora» Primeiramente o Governo legislava por Decreto-lei, mas necessitava de autorização legislativa. A partir de 1945, essa autorização deixou de ser necessária, uma vez que os deputados eram da UN e esta era controlada por Salazar. Assim, o Governo passa a ser o órgão legislativo normal. Verifica-se, por conseguinte, segundo Fernando Rosas, o «reforço das competências legislativas do Governo, em detrimento da Assembleia Nacional». Pode, pois, concluir-se que «o esvaziamento dos poderes da Assembleia Nacional e do Presidente da República e a sua concentração no Governo (...) permitem, falar, não só de uma real ditadura do Executivo, mas de ‘uma ditadura pessoal do presidente do Conselho». Como «chefe do Governo (...) toda a decisão política compete a ele (chefe do Executivo), restando aos ministros uma competência sobretudo administrativa, ‘técnica’ e executória». Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *op. cit.*, pp. 271-273.

<sup>352</sup> *Notícias da Covilhã*, 25.11.1945.

<sup>353</sup> *Ibidem*, 4.11.1945.

### 3.3 Tortosendo: em plena Guerra, desfilam os legionários.

Por esta época «aumentam de entusiasmo as inscrições e as atividades de formação militar», caso da Legião Portuguesa<sup>354</sup>. Para António Costa Pinto, «a LP entrou muitas vezes em conflito com outras instituições do regime, particularmente com a União Nacional. (...) Ao concentrar a extrema-direita, a implantação da LP a nível local reavivou em muitos casos velhos conflitos, que já datavam da fase de institucionalização do regime. Os notáveis locais do UN viram com maus olhos a emergência desta milícia, particularmente, aqueles que tinham como origem o republicanismo conservador.»<sup>355</sup> Em Tortosendo, a esquerda não aceitava bem a Legião. Por um lado pela razão atrás apontada, por outro porque «a LP foi a única instituição do Salazarismo a tomar uma posição pública pró-nazi durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, contrastando com a neutralidade oficial do regime.»<sup>356</sup> Novamente, José Ribeiro, como testemunha da época, transmitiu-nos o seguinte:

Os legionários [do Tortosendo] influenciados pela Emissora Nacional tornaram-se fanáticos na defesa de regimes prepotentes no género do que Salazar nos impunha. Estávamos em 1942, já a Alemanha debaixo de bombardeamento devastador das fortalezas voadoras e com fortes revezes no Leste, ainda os germanófilos ligavam para a Rádio Berlim acreditando nas vitórias que ela propagandeava para todo o mundo.<sup>357</sup>

Mas, a partir de 1942, no entanto, este germanofilismo foi refreado ao mesmo tempo que o governo passa a conferir à LP um papel importante na organização da Defesa Civil do Território (DCT), tendo como objetivo a neutralização do seu ativismo político.<sup>358</sup> (...) Em julho de 1945, a LP vê a sua dependência do exército reforçada, transformando-se como que num serviço auxiliar deste, ao mesmo tempo que se prepara para a função primordial: auxiliar menor da repressão da política interna.<sup>359</sup>

Em 10 de julho de 1943, os exércitos aliados vindos do Norte de África desembarcam na Sicília e começam a libertação da Itália, acontecimento vivido em

---

<sup>354</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 546.

<sup>355</sup> António Costa Pinto, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 361

<sup>356</sup> Idem, *Ibidem*, p. 361.

<sup>357</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

<sup>358</sup> António Costa Pinto, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 361.

<sup>359</sup> António Costa Pinto, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 361.

Tortosendo a nível popular, na taberna do Ti Barradas, mesmo no centro da povoação, na Rua Almeida Garrett, segundo testemunho da época:

Quando as telefonias ainda eram raras no Tortosendo, o Ti Barradas equipou a sua taberna com o famoso invento. Contam a este a propósito que, quando as tropas americanas entraram na Itália, as notícias dadas pela BBC foram seguidas atentamente por muitas pessoas, graças a um altifalante colocado à porta da sua taberna. Gerou-se, espontaneamente, uma manifestação de regozijo pelas ruas do Tortosendo, que incorporou muita gente, aos vivas. Foram presos vários rapazes, entre os quais o Zé do Nascimento, o Zé Alves e o Américo Lopes. O Ti Barradas foi incomodado e o caso ficou-se pelo pagamento de uma boa multa. E, mais consequências não teve, pelo facto de ele ser analfabeto.<sup>360</sup>

A reação foi de tal maneira emotiva que esqueceram a proibição de manifestações públicas, arcando «os cabecilhas» com as respetivas consequências.

A expectativa de uma vitória aliada causa os seus efeitos nas «hostes contrárias ao regime e em largos sectores das massas populares» (grande número de operários de Tortosendo faz parte deste grupo), o que não era desconhecido do regime, que procuravam manter-se informados através de recursos ao seu alcance, mesmo correndo riscos. Uma vez mais, recorremos a um depoimento de José Ribeiro:

Conhecer o desenrolar exato da luta [Segunda Guerra], devemo-lo à BBC, apesar de estar proibida de ser ouvida. Por ela tivemos conhecimento das tenebrosas torturas inventadas pela barbárie Nazi, os horrores dos campos de concentração, das câmaras de gás, das destruições das cidades e seus valores artísticos. Nas horas das notícias em português, corria-se para casa, fechavam-se as janelas não fosse algum indiscreto ouvido, ter motivo para a denúncia. Os legionários, ameaçadores desfilavam, pelas ruas, de escopeta ao ombro, ao toque do clarim e rufar de tambores, gritando *slogans* no género de: “Quem vive? Salazar, Salazar, Salazar!”<sup>361</sup>

Em outubro de 1943, surge, no *Notícias da Covilhã*, uma nota oficiosa: «O governo Português e o Britânico concluíram um acordo relativo ao uso de facilidades nos Açores»<sup>362</sup>, notícia que o mesmo jornal já anunciara em julho<sup>363</sup>. Por sua vez, os americanos pretendem também beneficiar das facilidades concedidas aos ingleses, mas o Governo português a tal se opõe, pois não existe nenhuma aliança que ligue Portugal aos Estados Unidos. Finalmente chegam a acordo: os americanos terão o que pretendem, mas comprometem-se a ajudar Portugal na recuperação de Timor-Leste, que tinha sido ocupado pelos australianos (1941) e depois pelos japoneses (1942). Para

---

<sup>360</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Recordando... o Ti Barradas» in *Boletim da LAT*, n.º 5, 1.º Trim., 1993.

<sup>361</sup> José Ribeiro, «Aleluia», in *Boletim da LAT*, n.º 22, 2.º Trim., 1997.

<sup>362</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.10.1943.

<sup>363</sup> *Ibidem*, 11.7.1943

Oliveira Marques, «está fora de dúvida o hábil jogo diplomático realizado pelo próprio Salazar.»<sup>364</sup>

Mesmo no final de abril de 1945, anuncia-se que no dia 10 de maio se realizará a festa de Nossa Senhora dos Remédios. Para além do programa normal, procissão da Igreja Matriz para a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, sendo acompanhado por muitos fiéis e pela Banda da Covilhã, haverá missa solene e Comunhão geral. <sup>365</sup> No entanto, pela primeira vez, na véspera, às 9 horas da tarde, terá lugar procissão de penitência para implorar a paz ao mundo, saindo da capelinha de N. S. dos Remédios para a igreja Matriz. No ano seguinte, realizou-se novamente, na véspera, a procissão (da noite) de penitência e oração e «servirá para agradecer àquela excelsa Senhora os benefícios da Paz que dispensou a Portugal.»<sup>366</sup>

Em Tortosendo, de acordo com o testemunho de Maria Gabriela Monteiro, também alguns populares assinalaram o fim da Guerra, com o lançamento de foguetes, mas essa manifestação pública de alegria saiu-lhes caro:

Na festa de S. Sebastião, o meu pai fazia parte da mordomia e guardou, em casa, para aí meia dúzia de foguetes. No fim da Guerra, o Zé do Nascimento sabia que ele tinha os foguetes e deitaram-nos. Passados dois dias vieram prender os dois e levaram-nos para a cadeia do Fundão. <sup>367</sup>

Uma vez mais, uma manifestação popular de alegria foi alvo da atuação da polícia. Entretanto, internamente, tinham «redespertado» o descontentamento e a agitação social,<sup>368</sup> como resultado da economia e da política económica de guerra» e contava-se com os vencedores, principalmente, das democracias anglo-americanas no sentido de conseguirem que Portugal, pelo menos, fizesse «algumas reformas democráticas» Pelo que, ao terminar a guerra, muitos dos portugueses mais informados estavam expectantes em relação à mudança de regime. «E não obstante a dureza dos contenciosos, o regateio, os compromissos, a agitação interna, Salazar conseguira, em troca das cedências quanto aos Açores e quanto ao volfrâmio, atingir o essencial dos seus objetivos nas relações com os aliados: - Face à crise política do fim da guerra, eles manifestaram-se

---

<sup>364</sup> A. H de Oliveira Marques, *História de Portugal, vol. 2: Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, p.341.

<sup>365</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.4.1945.

<sup>366</sup> *Ibidem*, 19.5.46. Esta procissão manteve-se até hoje e é o maior sinal de fé dos Tortosendenses.

<sup>367</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Gabriela Monteiro: comerciante», in *Boletim da LAT*, n.º 29, 1.º Trim., 1999.

<sup>368</sup> Este ambiente é retratado no Capítulo A Sociedade tortosendense.

claramente a favor da manutenção do regime, até, como veremos, de forma ativa, e prestam garantias de salvaguarda das colónias portuguesas.<sup>369</sup>

Concluimos com palavras de José Ribeiro: «As esperanças de se alcançar a democracia, no fim da Guerra, saíram frustradas. A polícia da Salazar continuou firme a perseguir, prender, torturar e, até, matar todos os cidadãos que se manifestassem contra a sua caduca política ditatorial.»<sup>370</sup>

Da atividade da Junta de Freguesia destaca-se a defesa dos baldios. Em 8 de setembro de 1944, os membros da Junta reuniram com os regentes agrícolas Mário Vasques Costa do Couto e António Rogério Afonso «a fim de discutir o destino a dar aos baldios desta freguesia». Chegou-se à conclusão que, sobretudo, os baldios denominados Cabeço Redondo, Salgado e Baldio do Cabeço sejam alienados em hasta pública e os baldios denominados Tapado, Pedras Brancas e Baldio do Tortosendo sejam incluídos no perímetro florestal da Serra da Estrela. Decisão «de grande alcance e de grandes vantagens tanto para a freguesia como para o País, pois os baldios tal como se encontram não têm nenhuma utilidade. Mais se resolveu oficiar ao presidente da Junta de Colonização Interna, solicitando os poderes necessários para que esta Junta possa alienar os baldios acima referidos, assim como pedir a S Ex.<sup>a</sup> para que empregue os seus bons ofícios em todo o auxílio possível na execução das resoluções tomadas».<sup>371</sup>

---

<sup>369</sup> Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 370.

<sup>370</sup> José Ribeiro, «Aleluia», in *Boletim da LAT*, n.º 22, 2.º Trim., 1997.

<sup>371</sup> Ata de 8.9.1944, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. da Vila de Tortosendo*, de 31.10.1937 a 2.7.1951

<sup>371</sup> Idem, *Ibidem*.

#### 4. DO PÓS GUERRA AO MARCELISMO 1946 – 1968

No final da 2.<sup>a</sup> Grande Guerra, verificou-se alguma abertura e o regime «tolerou» a oposição, nas campanhas unitárias do MUD (1945) e campanha de Norton de Matos (1949) e, mais tarde, a de Humberto Delgado (1958). Apesar de toda a coartação, essas eleições mobilizaram um bom número de cidadãos, incluindo tortosendenses, que tentaram utilizar os meios disponíveis.<sup>372</sup>

A nível local, aumentam as recomendações em relação ao recenseamento, através de circulares e ofícios, para depurar os cadernos eleitorais de elementos desafetos ao Regime e, evitar, a sua inclusão, para que não pudessem votar.

Ocorrem as eleições para a Presidência da República e, por duas vezes, com candidatos pela Oposição. Em 1949, a Lista Concelhia de apoio a Norton de Matos integra dois elementos da elite tortosendense e esta candidatura conta com grande apoio por parte da classe operária e alguns técnicos da indústria de lanifícios, em virtude da sua adesão ao Partido Comunista. Em 1958, o general Humberto Delgado que passou em Tortosendo, a caminho da Covilhã, contou igualmente com o apoio dos operários; ainda foi possível recolher testemunhos sobre este acontecimento e consultar notícia em periódico nacional. Nós próprias nos recordamos desse acontecimento.

Nas eleições legislativas de 1949, a lista da Oposição inclui Francisco de Almeida Garrett. O seu perfil político-ideológico, nos documentos sobre deputados oposicionistas é o seguinte: «Monárquico, de tendência integralista. Vinca sempre alguma distância em relação ao salazarismo.»<sup>373</sup>

##### 4.1 Eleições Presidenciais e eleições legislativas entre 1946 e 1968. Olhos postos no recenseamento

As eleições foram marcadas «com uma notável regularidade constitucional, a partir de 1934, mas não se concedia o mínimo de condições para que elas se realizassem em clima de equidade»<sup>374</sup>. Até este momento, nas três já realizadas <sup>375</sup>, a Oposição não teve condições para manifestar os seus direitos cívicos.

---

<sup>372</sup> Francisco Canais Rocha in «Contributos para a história do movimento operário e sindical» / Coord. geral Manuel Carvalho da Silva ; autores Américo Nunes... [et al.], [Lisboa] : CGTP-IN : IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, p. 104.

<sup>373</sup> [http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf) Acedido 20.12.212.

<sup>374</sup> Mário Matos e Lemos, Coordenação e prefácio Luís Reis Torgal, *Candidatos da oposição à assembleia nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*, Lisboa, Divisão de Edições da

## ■ OLHOS POSTOS NO RECENSEAMENTO

Em 5 de janeiro de 1946, ocorre a verificação de poderes e posse dos vogais da Junta de Freguesia, para o exercício dos anos 1946-1948. Compareceram:

Rui Galvão Videira (proprietário), presidente eleito da nova Junta de Freguesia; os vogais efetivos - Carlos Augusto Rodrigues Ferreira (guarda-livros), secretário; Leonel de Sousa Rebordão (industrial), tesoureiro; vogais suplentes - Vasco Martins Leitão (professor primário), Jaime da Cruz Dinis Esteves (proprietário) e Joaquim Pereira de Matos (tecelão).<sup>376</sup>

Foi decidido mandar ofício à Câmara, manifestando as necessidades mais urgentes:

conserto do relógio da Torre da Igreja; compra da casa de Maria Augusta Pereira Vaz para ser eliminada e seguirem as obras de cobertura do Ribeiro; construção de uma retrete subterrânea; alargamento do cemitério; cobertura completa do Ribeiro; uma carroça para transporte da carne do matadouro; casa para Junta de Freguesia e Polícia e, ainda, um chafariz no Casal da Serra e lavadouro.

O presidente propôs uma divisão de pelouros.

Matadouro e Lavadouro: o vogal, Leonel de Sousa Rebordão; Limpeza e Obras: Carlos Augusto Ferreira Rodrigues; Instrução Escolar: Prof Vasco Martins Leitão; Cemitério: Jaime da Cruz Dinis Esteves; Baldios: Joaquim Pereira de Matos.

Vasco Martins Leitão propôs que a Junta criasse prémios para os alunos da Escola Primária (Feminina e Masculina e para cada um dos anos). Decidiu-se que se oficiasse ao presidente da Câmara para se interessar perante o governador civil para que sejam construídas as Casas Económicas.<sup>377</sup>

Também no início de janeiro, a Câmara Municipal da Covilhã manda publicar no *Notícias da Covilhã* um edital sobre Recenseamento Eleitoral. Aí pode ler-se que não podem ser eleitores (...) «os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social».<sup>378</sup> Em continuação, através de circular, o governador civil, invoca o Decreto-Lei n.º 325 426, de 31 de dezembro de 1945 que disciplina o recenseamento dos eleitores para o Presidente da República e da Assembleia Nacional, para «apenas sublinhar a importância política que o problema reveste, e ao qual, por isso, temos de dispensar o melhor interesse». E concretiza:

---

Assembleia da República e Texto Editores, Lda, 2009 - [http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

<sup>375</sup> 1934, 1938 e 1942.

<sup>376</sup> Tinham sido eleitos no dia 21.10.1945.

<sup>377</sup> Ata n.º 1, 5.1.1946, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. da Vila de Tortosendo*, de 31.10.1937 a 2.7.1951.

<sup>378</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.01.1946.

a) Há toda a conveniência em rever o antigo recenseamento, expurgando-o dos nomes de pessoas mortas, etc. b) Os trabalhos do recenseamento devem ser confiados a pessoas da maior confiança e escolhidas pelo presidente da Câmara. c) A inscrição oficiosa tem bastante latitude e com ela nos devemos assegurar da inscrição dos elementos que apoiam a Situação, deixando aos adversários o cuidado de requererem a sua inscrição. d) A Comissão Concelhia de recenseamento deve esclarecer e orientar as comissões de freguesia, pondo-se em contacto com a União Nacional de modo a assegurar a inscrição dos seus filiados.<sup>379</sup>

As circulares relativas ao recenseamento continuam. Depois de em uma delas se ter alargado o prazo de inscrição até final de abril<sup>380</sup> e passados dias, em uma outra, ao mesmo tempo que se chama a atenção, de forma especial, para o assunto «requerimentos»: É motivo de preocupação o facto «dos adversários da situação» apresentarem apreciável número de requerimentos dos seus correligionários «de forma a influir com expressão no cômputo geral de eleitores. Deverá ser-se rigoroso na apreciação dos requerimentos.<sup>381</sup> Aproveita-se, ainda, a oportunidade para mais uma vez salientar quanto importa usar do poder do recenseamento oficioso para inscrever os cidadãos com os quais a Situação possa seguramente contar nas futuras pugnas eleitorais. Relembra-se que a UN, LP, organismos da Ação Católica, etc., poderão prestar uma colaboração de evidente utilidade».<sup>382</sup> Entretanto, transcreve-se a circular n.º 120-S.S. da Polícia Internacional e Defesa do Estado, para que pessoas que exibem, nas lapelas, distintivos do «MUD», «organização de carácter político não reconhecido oficialmente, «que se proceda á sua apreensão; que não deve ser consentida a abertura de sedes ou autorizado o funcionamento de secretarias privativas do referido movimento», que deve ser comunicado bem como «quaisquer tentativas desse género ou qualquer outra forma da atividade oposicionista.»<sup>383</sup> Bem como deve dar-se atenção quando forem solicitadas «reuniões com carácter político<sup>384</sup> ou disfarçadamente cultural, nas quais a coberto de determinados temas se pretende fazer propaganda subversiva.<sup>385</sup> Essas orientações estendem-se às «conferências»<sup>386</sup>, (...) muitas vezes

---

<sup>379</sup> Circular (confidencial) de 1.2.1946, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210*, 1941-1946.

<sup>380</sup> AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210*, 1945-50 Circ. 33/46 (Confidencial), 20.2.1946.

<sup>381</sup> N.º 37, 11.3.46 do gov. civil (Confidencial), ACM, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210*, 1945-50.

<sup>382</sup> Circular n.º 65, 21.3.1946 (Confidencial), Idem, *Ibidem*.

<sup>383</sup> N.º 22/46, 2.2.1946 Gabinete (Confidencial), Idem, *Ibidem*.

<sup>384</sup> Circular confidencial do gov. civil, 9.4.1947, Idem, *Ibidem*.

<sup>385</sup> Nenhuma reunião deve ser autorizada sem que se tenha em conta: 1.º desde que os assuntos sejam declaradamente ou veladamente inconvenientes, V. Ex.<sup>a</sup> negara autorização; 2.º os casos duvidosos, ou ainda aparentemente sem inconveniente, serão sempre submetidos à decisão de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro a quem deverão ser presentes.

<sup>386</sup> Of. (Confidencial) do governador Civil (transcrição de outro do Ministro do Interior), 5.5.1947, Idem, *Ibidem*.



versando temas que não deixam perceber as intenções, mas quase sempre a levar a efeito por pessoas cuja orientação política merece cuidada vigilância, (...) que pretendem ser levadas a efeito nos clubes, sociedades de recreio e casas de espetáculos e ainda agremiações desportivas.» Esta última disposição suscitou uma ordem de serviço do ministro do Interior:

É expressamente proibida a realização de conferências, palestras ou sessões de estudo em edifícios onde se encontrem instalados serviços deste ministério, incluindo as dependências ocupadas por associações escolares, sem prévia autorização do ministro.

Novamente em janeiro de 1948, as Comissões Recenseadoras iniciam o seu trabalho anual e são notificadas pelo governador civil para que «usem de todos os meios no sentido de aperfeiçoar e atualizar o recenseamento do ano anterior. Chama-se a atenção para a necessidade de estreita colaboração com as Comissões da UN, com a LP, reverendos párocos e autoridades paroquiais para assegurarem a inscrição no recenseamento dos eleitores do Presidente da República e para a Assembleia Nacional.<sup>387</sup> Em final de janeiro, e em virtude do início das operações de recenseamento para a eleição para o Presidente da República, com vista ao recenseamento officioso, o presidente da Câmara solicita aos dirigentes de várias entidades se «dignem organizar as relações dos indivíduos a que se referem os n.ºs 1 e 2 do art.º 14 da referida lei (lei 2.015, de 28 de maio de 1946) <sup>388</sup>, prova do cuidado posto nesta operação. Com a devida antecedência, e de acordo com a legislação vigente, dão-se recomendações aos presidentes das assembleias: devem mandar sair os indivíduos presentes que não sejam eleitores; incorrem em responsabilidade criminal, «os que tentarem determinar um ou

---

<sup>387</sup> Of. n.º 20, 27.1.1948. AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210*, 1945-50. A Comissão recenseadora realizava 3 sessões no ano. A 1.ª geralmente em janeiro destinava-se a criar essa Comissão. A 2.ª, em finais de abril, apresenta o n.º de eleitores por freguesia. Da de 30 de abril de 1948, consta: foram presentes à Comissão os 27 processos respeitantes às freguesias do concelho, dos quais consta uma cópia do recenseamento anterior, devidamente anotadas com indicação dos falecidos e dos ausentes e bem assim de vários requerimentos apresentados pelos interessados nas respetivas comissões recenseadoras das freguesias. Na 3.ª ata, geralmente em junho, conclui-se o processo, depois de em todas se dizer «tendo a Comissão verificado não ter havido qualquer reclamação sobre omissão de inscrição no Recenseamento Eleitoral».

<sup>388</sup> Ofício de 28.1.1948, dirigido ao chefe da Secção Finanças do Concelho da Covilhã, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, 1948 I. Idêntico para as seguintes entidades: chefe da Secção de Finanças Concelho Covilhã; juiz de Direito; conservador do Registo Civil; presidentes dos Grémios: da Lavoura, do Comércio, dos Industriais de Lanifícios; presidente Albergue dos Inválidos do Trabalho; provedor da Santa Casa Misericórdia; presidente da Direção Creche Menino Jesus; diretor do Posto Médico da Caixa Previdência do Pessoal da Indústria Lanifícios; chefe da Agência Caixa Geral Depósitos; juiz do Tribunal Trabalho; chefe da Estação dos CTT; comandante de Segurança Pública; presidentes dos Sindicatos Nacionais: dos Operários da Indústria Têxtil, dos Operários Metalúrgicos, da Construção Civil, da Indústria de Panificação, dos Motoristas, dos empregados de Escritório e Caixeiros.

mais eleitores a absterem-se de votar»; «contam-se como votos positivos todas as listas entradas, ainda mesmo os daquelas cujos nomes hajam sido totalmente cortados».<sup>389</sup>

#### ■ REELEIÇÃO DE CARMONA - 1949

**NORTON DE MATOS É O CANDIDATO DA OPOSIÇÃO Na Covilhã, a Comissão Concelhia, inclui dois tortosendenses**

Em 1946, no *Notícias da Covilhã*, enaltecem-se uma vez mais o general Carmona e Salazar:

O General Carmona completou há pouco 20 anos de exercício na presidência; o dr. Salazar chefia a Nação há 14 anos. A obra é muito grande, grandes têm sido muitos dos seus colaboradores que servindo-o, servem melhor Portugal. Maior que tudo, porém, deve ser a gratidão a estima e o respeito de todos os portugueses, de todos o que amam a sua Pátria, a dignidade e o prestígio do seu País, acima de quaisquer considerações ou paixões partidárias.<sup>390</sup>

Apesar da idade avançada de Óscar Carmona e do seu envolvimento numa tentativa de derrube do presidente do Conselho, a necessidade de preservar a unidade do bloco social e político-ideológico de apoio ao regime frente à candidatura prestigiada (e unificadora de diversas oposições) de Norton de Matos,<sup>391</sup> leva Oliveira Salazar e a UN a propor a «recandidatura» do velho marechal às «eleições» para a Presidência da República.

Por sua vez, em julho de 1948, a Oposição lança a candidatura do general Norton de Matos; embora em tempo de alguma liberdade, levantam-se dificuldades à Oposição. O governador civil de Castelo Branco diz que chegou ao conhecimento da Direcção dos Serviços de Censura que está a ser distribuída, no País, uma circular da autoria de Norton de Matos dirigida à Nação, que não está visada pela censura. Roga-se a apreensão dessa circular na área de jurisdição da Câmara.<sup>392</sup> Em 5 de novembro de 1948, aproximando-se as eleições de 1949, realizou-se uma sessão «de trabalho» em Santarém, «para se poder aquilatar do futuro ambiente.»<sup>393</sup> «O presidente disse que ia ouvir os representantes de todos os concelhos e «lhes rogava que fossem breves, concisos e claros». Convinha que as informações se centrassem em três pontos principais, a saber:

---

<sup>389</sup> 20.6.1948, AMC, Câmara, *Maço de Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210, 1945-50.*

<sup>390</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.6.1946.

<sup>391</sup> António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 348.

<sup>392</sup> Of n.º 115, 1.8.1948, AMC, Câmara, *Maço de Corresp. Recebida, Avulsos, n.º 210, 1945-50.*

<sup>393</sup> Portugal. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no regime fascista*, C.L.N.F., Lisboa, 1979, pp. 35, 36.

a) quais as forças nacionalistas do concelho, designadamente as influências locais que polarizassem os votos nas próximas eleições; b) qual a força da oposição; c) quais os factores e circunstâncias que no concelho poderiam suscitar contratempos e obstáculos à propaganda nacionalista; e isto quer do ponto de vista directo (favorecendo a oposição nos votos) quer indirecto (fomentando as abstenções).

A Comissão Concelhia da UN da Covilhã fez-se representar pelo seu presidente, dr. José Ranito Baltazar, que informou estarem devidamente preparados os cadernos eleitorais e que «é possível ganhar». Não obstante, preveniu:

Mas deve contar-se com prováveis surpresas. O elemento operário, em geral, foi excluído dos cadernos eleitorais. (...) A massa operária é contra. Não se nota porém, comunismo nem socialismo entre os trabalhadores. A F.N.A.T. tem conseguido cativar alguns elementos trabalhadores. A visita à Exposição de Obras Públicas também teve bons resultados. O ambiente, embora não seja bom, não causa sérias preocupações. Há, contudo, descontentamento e notam-se sinais de crise.<sup>394</sup>

A abertura oficial da campanha eleitoral aconteceu a 1 de janeiro de 1949, com um rigoroso controlo. Para acelerar o processo de censura e provavelmente para aumentar a sua eficácia, o governador civil informa que «a fiscalização prévia dos termos e compostura de quaisquer panfletos ou cartazes de propaganda cultural e competente autorização convém ficar a cargo do presidente da Câmara Municipal, em lugar de serem enviados à Delegação dos Serviços de Censura.»<sup>395</sup> O governador civil, através de novo ofício, recomenda mais uma série de restrições<sup>396</sup>, às quais, mais tarde, se acrescentarão outras.<sup>397</sup> Por outro lado, levanta, ainda, dificuldades ao exame dos cadernos eleitorais por parte dos cidadãos.<sup>398</sup>

Já por final do mês de janeiro, «não é autorizada a afixação de novos cartazes, nem a circulação de manifestos, porque outros foram afixados sem serem visados ou

---

<sup>394</sup> O presidente da Câmara Municipal da Covilhã, dr. Carlos Coelho, concordou.

<sup>395</sup> Of. Do Governador Civil, 6.1.1949 ACM, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos com o n.º 210*, 1945-50.

<sup>396</sup> 1) proibição absoluta de quaisquer manifestações lugares públicos (ruas, cafés, casas espectáculos), devendo ser imediatamente reprimida qualquer tentativa nesse sentido; 2) apreensão imediata tudo que surgir com indicação Mud, Mud Juvenil, Munaf, etc. por serem organizações carácter clandestino: 3) as autoridades não deverão aceitar qualquer documento em nome destas organizações. Of. n.º 20, 4.1.1949, Idem, *Ibidem*.

<sup>397</sup> Indivíduos condenados a perdas de direitos políticos: não devem ser admitidos a falar em comícios, a fazer parte de comissões locais, a fazer parte das mesas, etc. II Intervenção dos trabalhadores: A oposição tenta organizar manifestações especiais de trabalhadores, ferroviários, mecânicos, sapateiros, etc. (...) Os comícios organizados para, ou organizados por, trabalhadores de tal ou tal profissão devem ser proibidos. 6.1.1949, ACM, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos*, n.º 210, 1945-50.

<sup>398</sup> Porque em seu entender essas diligências apenas revelam «o propósito de perturbar a administração e induzir em erro a opinião pública.» Os pedidos de certidão não devem ser deferidos sem prévia indicação. Circ. n.º 4 de 6.1.1949, Idem, *Ibidem*.

Só se fornecem cópias do recenseamento, quando pedidas por certidão. Não se consente o exame directo dos cadernos. As cópias existentes devem ser, apenas, aquelas que se tornem necessário para o próximo ato eleitoral. Of. n.º 9 (Confidencial), 20.1.1949 do gov. civil, Idem, *Ibidem*.

mesmo proibidos pela autoridade competente. Que pelos «agentes da autoridade (GNR, PSP, e a própria LP) seja de futuro impedida qualquer nova afixação ou distribuição, detendo-se quem a promova, apreendendo-se os panfletos e destruindo-se os que hajam sido afixados.»<sup>399</sup> Entretanto, o governador civil de Castelo Branco, por incumbência do Ministro do Interior pede que se proceda à constituição das diferentes comissões [de recenseamento] previstas na lei e «promover até 31 de março, a maior inscrição possível de novos eleitores.» E «lembra a conveniência de interessar para esse efeito os párocos das freguesias e de intensificar a inscrição de senhoras.»<sup>400</sup> E o governador civil pede, também, que sejam eliminados do recenseamento em vigor os indivíduos constantes da lista de recenseamento enviada pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, aos quais foi aplicada a pena de suspensão de direitos políticos ou contra os quais foi proferido despacho de pronúncia, com trânsito em julgado.<sup>401</sup> Da lista constam dois operários naturais de Tortosendo, a residir na Covilhã:

Alfredo Mendes dos Santos e Joaquim Dias Alves, residente o primeiro no Bairro do Rodrigo, Covilhã, e o segundo na Covilhã, data de julgamento - 17.6.1946, pena aplicada de suspensão de direitos políticos - dois anos para ambos.

Segundo Pacheco Pereira, todos os comícios realizados pela campanha de Norton de Matos foram «concorridos e emotivos». Aliás, para Pacheco Pereira, «é difícil, hoje, compreender o grau de emotividade destas reuniões. Elas eram em si tão excepcionais e um momento tão raro de encontro e afectividade para pessoas que viviam num ambiente de medo e intimidação que se imprimem profundamente na memória dos que a elas assistiram». Mas foi no Norte que as manifestações de apoio da população foram mais significativas, com verdadeiras multidões a encherem os recintos onde decorreram os comícios. O grande momento da campanha foi no Porto, no dia 23 de janeiro, quando terão estado presentes mais de 100 000 pessoas no comício do Centro Hípico da Fonte da Moura. A partir deste comício, o general parece ter-se convencido de que podia ganhar as eleições e que devia ir até às urnas com a sua candidatura.<sup>402</sup>

Também na Covilhã se organizou uma Comissão Concelhia da Candidatura do candidato oposicionista que incluía, entre outros, dois elementos da elite tortosendense: dr. José Afonso, advogado, e José Craveiro Júnior, industrial; e, ainda, o dr. João Figueiredo Versos, advogado, Covilhã; o dr. João Sá Lima, médico, Covilhã; João dos

---

<sup>399</sup> Circ. n.º 22, 29.1.1949 *Corresp. Recebida* Câmara Municipal Nos Avulsos com o n.º 210 1945-50.

<sup>400</sup> Of. n.º 7, 15.1.1949, Idem, *Ibidem*.

<sup>401</sup> Of. n.º 10, 20.1.1949, Idem, *Ibidem*.

<sup>402</sup> Ana Sofia Ferreira, «As Eleições no Estado Novo», in *Revista das Letras, História*, Porto, III Série, vol. VII, 2006, p.203.

Santos Neves, professor primário de licença ilimitada, João Borges Terenas Júnior, industrial, Covilhã; José Moura e Silva, empregado industrial, Covilhã; António Quintela, operário, Covilhã; Francisco Alves, operário, Covilhã.<sup>403</sup>

Da resposta dada pelo presidente da Câmara a um pedido colocado pelo governador civil, obtivemos dados importantes sobre a actuação da Oposição no concelho da Covilhã e comportamento do Tortosendo:

a grande massa da oposição encontra-se na classe operária e alguns técnicos da indústria de lanifícios, que apesar de ter atravessado um período eleitoral em calma e indiferença aparentes, compareceu em elevado número e manifestando-se ruidosa e ostensivamente na sessão de Oposição aqui realizada, que teve como único orador o dr. João Versos.<sup>404</sup>

Diligentemente, o presidente da Câmara continua:

É nossa firme convicção que o partido comunista português não perde de vista esta classe e já inclui nos seus quadros alguns destes operários. O *Avante* circula entre eles. Apesar de 22 anos de Governo do Estado Novo e dos altíssimos benefícios colhidos através da Organização Corporativa, os operários da indústria não estão connosco. Sem querer aprofundar-lhe as causas, apresento esta lamentável realidade, que deve ser objeto duma cuidadosa atenção do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e organismos sindicais nesta cidade. (...) Pelo contrário, os industriais de lanifícios, apesar da crise por que passam, e dos motivos de descontentamento pelos fortes encargos sociais que suportam, e da total e apertada fiscalização a que há tempos foram sujeitos, e que em suas mentalidades consideram afrontosas, e portaram-se dignamente, aparecendo em massa, à exceção de três ou quatro, a votar no Senhor Marechal Carmona, e em número de largas dezenas deram ótima colaboração aos presidentes da Câmara e da Comissão Concelhia da UN na preparação do ato eleitoral.»<sup>405</sup>

Termina-se com informações detalhadas sobre a organização dos cadernos eleitorais, que comprovam a forma como eram falseadas as eleições:

Os cadernos eleitorais foram organizados com razoável cuidado geral e especial atenção para os das freguesias da cidade da Covilhã. Nestes eliminou-se o maior número possível de operários, pois era deles que nos podiam surgir dificuldades. Tanto nas freguesias rurais como nas restantes, se deixaram, de propósito, inscritos alguns elementos que já antecipadamente sabíamos da Oposição. Incluíram-se nos cadernos, sobretudo, mulheres. O número de eleitores oficialmente anunciado corresponde rigorosamente à verdade nas freguesias rurais e na urbana de S. Pedro. Nas outras restantes freguesias urbanas, o número verdadeiro de eleitores é de

<sup>403</sup> Of. de 26.2.1949, AMC, *Corresp. Expedida*, Avulsos, n.º 1692, 1945-1958 (Confidenciais).

<sup>404</sup> Após as eleições, o governador civil através de circulares confidenciais pede aos presidentes das Câmaras, numa delas, relação dos funcionários do Estado ou funcionários municipais que de alguma forma se tenham implicado na Campanha de Norton de Matos. Circ. n.º 33, 19.2.1949, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Avulsos, n.º 210, 1945-50. E ainda que enviem relatório dando «ideia exacta da maneira como decorreu o acto eleitoral» «As maiores ou menores diferenças, a força real da Oposição (tal como se agremiou para esta eleição ou independentemente disso) a constituição das comissões concelhias, ou mesmo de freguesia, da Candidatura Norton de Matos, etc», de forma sucinta e objetiva de modo a fazer-se uma apreciação rápida. Circ. N.º 34, 19.2.1949, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Avulsos, n.º 210 1945-50.

<sup>405</sup> Of. de 26.2.1949, AMC, *Corresp. Expedida*, Avulsos, n.º 1692, 1945-1958 (Confidenciais)

menos aproximadamente 10% que os números oficialmente anunciados. (...) Se é certo que os cadernos eleitorais foram elaborados de molde a eliminar nomes que já se sabiam da Oposição, também é verdade, e isto é importante, que em todas as assembleias eleitorais se apresentaram, no conjunto, centenas de cidadãos que desejando votar no Senhor Marechal Carmona não o puderam fazer, por se não acharem inscritos. Outro ponto ainda a focar, foi a comparticipação apreciável que para o acto eleitoral deu o eleitorado feminino. Verificou-se a ausência no acto eleitoral de alguns funcionários públicos.<sup>406</sup>

No mês de março, ainda a PIDE pede informações sobre a actuação da chamada Oposição ao Estado Novo durante o último período eleitoral, dos funcionários públicos, dos corpos administrativos e dos organismos corporativos e ainda dos professores do Ensino Particular.<sup>407</sup>

No entanto, apesar de toda esta actividade, a divisão no seio da Oposição acabou com a unidade no seio da candidatura e, enquanto o Partido Socialista Português apelava à ida às urnas, o PCP apelava à abstenção. No dia 7 de fevereiro, a oposição promoveu uma reunião para decidir a ida ou não às urnas e, como as Comissões Distritais e Concelhias estavam, maioritariamente, nas mãos do PCP, foi a posição deste que prevaleceu, sendo decidido que a oposição se iria abster.<sup>408</sup>

No dia 13 de fevereiro, realizaram-se as eleições, das quais o regime saiu vitorioso, apesar de apenas 17% da população potencialmente recenseável ter podido votar, devido aos critérios do recenseamento, que apenas concedia o direito de voto aos homens maiores de 21 anos, chefes de família, que soubessem ler e escrever e contribuíssem com um determinado valor para o Estado, excluindo, desta forma, os analfabetos e as mulheres. Deste modo, estavam abertas as portas da vitória ao marechal Carmona que, dentro deste clima «fechado», foi empossado para novo mandato, que durou até 1951, altura em que veio a falecer.

#### ■ ELEIÇÕES LEGISLATIVAS. FRANCISCO DE ALMEIDA GARRETT INCLUI A LISTA DA OPOSIÇÃO 1949

No ano de 1949, realizaram-se também eleições legislativas. No Blogue de João Mendes de Matos, «Memória recente e antiga», em «Algumas notícias da Beira Baixa, em finais de 1949»<sup>409</sup>, obtivemos informações sobre as eleições de deputados, a nível

---

<sup>406</sup> Of. de 26.2.1949, Idem, *Ibidem*.

<sup>407</sup> N.º 55 PIDE Vilar Formoso 12.3.49, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos, n.º 210*, 1945-50.

<sup>408</sup> Ana Sofia Ferreira, «As Eleições no Estado Novo», in *Revista das Letras, História*, Porto, III Série, vol. VII, 2006, p. 203.

<sup>409</sup> <http://memoriarecenteeantiga.blogspot.pt/2006/12/beira-baixa-notcias-de-1949.html>  
Acedido em 23.7.2015

do distrito de Castelo Branco, e factos que ocorreram na capital de distrito. Assim, a 15 de outubro, foram divulgadas as listas. A Lista da UN era assim composta: Eng. José Dias Araújo Correia, administrador da C.G. Depósitos; Dr. António Pinto Meireles Barriga, professor; Dr. Luís Filipe Fonseca Morais Alçada, advogado; Monsenhor António dos Santos Carreto. E a «Outra» lista: dr. padre José Ribeiro Cardoso; dr. Francisco Almeida Garrett; eng. Cunha Leal, Marquês da Graciosa (filho). Esta é apresentada com «carácter regionalista». A 29 de outubro, surge uma «Carta aberta às eleitoras do Distrito de Castelo Branco», assinada por «Um grupo de leitoras de Castelo Branco», que termina assim: «*Filipas de Vilhena em todos os casos, Padeiras de Aljubarrota se for preciso.*» Presumimos que seja um apelo dirigido às mulheres para que votem na lista da UN. Na mesma data divulga-se um convite: «A União Nacional (Comissão Concelhia) convida para assistir a uma Sessão de Propaganda Eleitoral, no Cine Teatro Vaz Preto, dia 31 de outubro. É presidente o Dr. Pedro Geraldês Cardoso, que também é secretário da Comissão Distrital.» Posteriormente, a 5 de novembro, a Campanha Eleitoral comunica que «a sessão de propaganda da lista de deputados da UN, em 31 de outubro, foi extraordinariamente concorrida e vibrante de fé e entusiasmo».

A UN vai buscar declarações do deputado pela Oposição, Cunha Leal, *proferidas em 3 de janeiro de 1922 (!!!)* para o *ridicularizar* como candidato da Oposição atual.

Título:

-Foi com o coração alegre que os portugueses aceitaram os encargos impostos pelo Dr. Oliveira Salazar, cuja ciência, bom senso e honestidade tiveram o condão de realizar verdadeiros milagres. -afirmou o Cunha Leal, prestando justiça e dando a sua concordância à obra financeira do Presidente do Conselho.

Em 12 de novembro faz-se um último apelo: «Votar a lista da União Nacional é votar pelo Governo, é votar por Salazar.»

Candidatos da União Nacional:

**ANTÓNIO PINTO DOS SANTOS DE MEIRELES BARRIGA (Donas, Fundão, 1897- †)**

Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutoramento pela Universidade de Lisboa (1921). (...) Juiz do Supremo Tribunal Administrativo (1926); Procurador à Câmara Corporativa; V Legislatura (1949-1953) 1.ª Sessão Legislativa (1949-1950) (...) fala ainda sobre vencimentos do funcionalismo, situação da magistratura e professorado primário. Requer, pelo Ministério da Economia, nota das providências tomadas para a regularização do problema, tão grave para a lavoura beiroa, da batata de semental. Refere-se a alguns problemas (...) como sejam os da barragem da Idanha (...). 3.ª Sessão Legislativa (1955-1956) (...) expõe as aspirações da aldeia de Monsanto. Requer elementos relativos aos trabalhos realizados ou a realizar para abertura de estradas nas freguesias dos concelhos de Oleiros e Pampilhosa da Serra.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/barriga_antonio_pinto_dos_santos_de_meireles.pdf)

[1974/html/pdf/b/barriga\\_antonio\\_pinto\\_dos\\_santos\\_de\\_meireles.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/barriga_antonio_pinto_dos_santos_de_meireles.pdf) Acedido em 20.10.2015

**ANTÓNIO DOS SANTOS CARRETO (Aranhas, Penamacor, 1885-1961)**

Sacerdote católico. Intervenções parlamentares V Legislatura (1949-1953) 1.ª Sessão Legislativa (1949-1950). Refere-se à situação do trabalhador rural, lembrando certas medidas a tomar para acudir ao desemprego. 3.ª Sessão Legislativa (1951-1952) Discute o projeto de lei relativo ao abandono da família. VI Legislatura (1953-1957) 2.ª Sessão Legislativa (1954-1955) Agradece ao Governo o auxílio prestado às vítimas pobres dum tufão em Castelo Branco e apoia o pedido, por parte dos proprietários também atingidos, de concessões de empréstimos para reconstruírem os seus prédios. Ocupa-se da relação entre os vencimentos e salários (incluindo abono de família) e o custo da vida. Discute o aviso prévio do Sr. Almeida Garrett acerca da proteção à família.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/c/carreto\\_antonio\\_dos\\_santos.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/carreto_antonio_dos_santos.pdf), Acedido em 20.10.2015

**LUÍS FILIPE DA FONSECA MORAIS ALÇADA (Covilhã, 1910 - †)**

Licenciatura em Direito. Advogado. Presidente da Comissão Municipal de Assistência do Concelho da Covilhã. V Legislatura (1949-1953) 1.ª Sessão (1949-1950) Refere-se aos transportes ferroviários da linha da Beira Baixa, sob vários aspetos dignos de reparos. 3.ª Sessão (1951-1952) Refere-se à necessária conclusão da construção das Pedras Lavradas. VI Legislatura (1953-1957) 1.ª Sessão (1953-1954) Apela para o Governo a fim de que ponha termo à epidemia da febre-de-malta que grassa no Norte da Beira Baixa. Refere-se ao próximo centenário do nascimento de João Franco. 2.ª Sessão (1954-1955) Associa-se às considerações de Santos Carreto a propósito do tufão que assolou Castelo Branco. 3.ª Sessão (1955-1956) Requer informações sobre uma proposta de instalação de um teleférico na Serra da Estrela. Chama a atenção do Governo no sentido de ser incluída a brucelose na categoria das doenças profissionais.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/a/alcada\\_luis\\_filipe\\_da\\_fonseca\\_morais.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/alcada_luis_filipe_da_fonseca_morais.pdf) Acedido em 10.12.2015

Atentemos na explicação de Manuel Braga da Cruz: Cunha Leal, do sector liberal da oposição, que não pertencera ao MUD e criticara Norton de Matos, que se opusera à colaboração com os comunistas e defendia uma «oposição construtiva», decide apresentar-se às eleições, associando-se a alguns sectores mais conservadores da Oposição e a alguns grandes agricultores da Beira Baixa e Alto Alentejo de pendor monárquico e integralista. Formaram-se assim duas listas de «regionalistas independentes»: a de Castelo Branco (liderada por Cunha Leal e composta pelo Marquês da Graciosa, Almeida Garrett e o integralista José Ribeiro Cardoso, que fazia mais oposição ao governo do que ao regime<sup>410</sup> e a de Portalegre. Francisco Almeida Garrett, sem prejuízo das suas convicções monárquicas, candidatou-se a deputado pela Oposição, principalmente por discordar da política agrária do Governo.»<sup>411</sup> Recorde-se que este candidato já havia sido eleito, em 1934, pela UN.

A Oposição apresentou listas em Portalegre e Castelo Branco. «A lista de Castelo Branco pretendia opor-se à da União Nacional, com programa próprio, muito embora este se resumisse ao desejo de contribuir para «acabar com a burocracia que em Portugal nos esmaga», como afirmou, na sessão realizada em Castelo Branco, José Ribeiro Cardoso, um advogado, antigo sacerdote. Pretendia Ribeiro Cardoso ter na sua lista, de que era, confessada e orgulhosamente, o mentor, dois republicanos e dois monárquicos. Não o conseguiu: monárquicos eram ele próprio, o marquês da Graciosa e

<sup>410</sup> Manuel Braga da Cruz, «Eleições» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 609.

<sup>411</sup> [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/g/garrett\\_francisco\\_xavier\\_de\\_proenca\\_de\\_almeida.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/garrett_francisco_xavier_de_proenca_de_almeida.pdf) Acedido em 11.7.2015



o eng. Almeida Garrett; republicano, o eng. Cunha Leal que, não tendo sido aprovada a lista de Vila Real, se apresentava por Castelo Branco.

**FRANCISCO PINTO DA CUNHA LEAL ( Pedrógão, Penamacor, 1888-1970)**

Course de Engenharia Militar e de Engenharia Civil e de Minas. Em 1917, já capitão, fez parte do Corpo Expedicionário Português enviado para França.

Entre 1918 e 1919, foi deputado eleito pelo círculo da Covilhã. A partir do final dos anos 40, fez parte, (...) do Diretório Democrato-Social (que juntava republicanos, socialistas e social-democratas) e nas eleições de 1951 para a Presidência da República apoiou o almirante Quintão Meireles. Foi candidato a deputado nas eleições de 1953 mas recusou a candidatura à Presidência da República que, em 1958, lhe propuseram os comunistas e alguns sectores da esquerda. Em 1969, dirigiu um «Saudação» ao II Congresso Republicano de Aveiro.

Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 184.

[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

**FERNANDO AFONSO DE MELO GIRALDES DE P. DE FIGUEIREDO, 5.º Marquês da Graciosa, (S. Paio de Arcos, Anadia, 1924 - †).**

Engenheiro agrónomo, lavrador, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, Beira Baixa, e vice-provedor da mesma instituição de Idanha-a-Nova. Foi procurador à Câmara Corporativa, como representante dos trabalhadores, entre 1961 e 1965 (fez parte da 2.ª subsecção, Cereais, da III secção, Lavoura) e, como representante das entidades patronais, entre 1973 e 1974 (fez parte da 1.ª subsecção, Azeite, da III secção, Lavoura), quando era presidente da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa. Deputado pelo círculo de Castelo Branco, entre 1965 e 1969 (IX Legislatura), foi então vogal da Comissão de Política e Administração Geral e Local.

Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 169.

[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

### 4.3 Atividade da Junta de Freguesia

Nestas eleições legislativas foram eleitos os 120 deputados da Assembleia Nacional, todos pertencentes à União Nacional. O novo parlamento iniciou os trabalhos no dia 25 de novembro de 1949 e manteve-se em funções até ao termo do seu mandato, em 1953.

Em 5 de janeiro de 1951, ocorre a tomada de posse da nova Junta de Freguesia.

Efetivos: Dr. Rui Galvão Videira, (proprietário), presidente. Vogais, Jorge Craveiro de Sousa (gerente industrial); Leonel de Sousa Rebordão (industrial), secretário. Substitutos: Vasco Martins Leitão, Jaime da Cruz Dinis Esteves, António Saraiva da Costa (proprietário industrial), tesoureiro.

De acordo com o *Jornal do Fundão* de 21 do mesmo mês, o presidente da nova Junta de Freguesia, depois de destacar os melhoramentos realizados pela Junta transata: saneamento da Rua dos Loureiros, arranjo e saneamento da Rua de S. João, saneamento da Rua 28 de Maio<sup>412</sup>, propõe-se resolver o problema do saneamento local.

Em 2 de fevereiro de 1952, o presidente submeteu à apreciação da Junta os assuntos: orçamento para o novo ano; realização, por empreitada, do saneamento da rua

<sup>412</sup> *Jornal do Fundão*, 21.1.1951.

da Fonte de Cale e da Rua do Ribeirinho e ainda, o respetivo, calcetamento.<sup>413</sup> Na reunião de 2 de junho seguinte, foram estipuladas as condições para o cultivo dos baldios:

contrato anual, pagamento de um alqueire de centeio ou o valor correspondente em dinheiro, ao preço que estiver no mês de maio, por cada jeira de terreno a pagar no mês setembro; licença anual para os gados pastarem nos terrenos baldios, cada rebanho de cabras ou ovelhas, 50\$00 anuais.

Também foram concedidas licenças para cortar pedra na Pedreira da Salgueira ou Pedreira das Lascas para cobertura e para barro. Fica isento de pagamento, mas não de licença, o corte de pedra para as construções do Bairro do Cabeço.<sup>414</sup>

Na sessão de 2 de setembro de 1953, decidiu-se mandar fazer as plantas dos baldios da área de Tortosendo ao eng. Arménio Ferrer Lemos.<sup>415</sup>

Em 15 de abril de 1954, a junta de freguesia reuniu extraordinariamente para estudar a divisão dos baldios. Como desde «tempos imemoriais tanto os moradores das Cortes como os do Dominguiso estavam integrados na freguesia de Tortosendo e que só a esta freguesia pertenciam os baldios que, no entanto, eram de uso comum das três povoações». Mais tarde, quando separadas, permaneceu a comunidade primitiva de todos os baldios do Tortosendo com aquelas duas novas freguesias. Em virtude dos abusos por parte das Cortes, «é esta Junta de opinião de que deveria, quanto antes, ser feita a partilha dos baldios de modo a cada uma das três povoações ter o seu logradouro, a estabelecer em conformidade com a importância dos agregados populacionais em causa e que um antigo uso já estabelecera.» Pede-se permissão ao presidente da Câmara<sup>416</sup> para que «fosse exarado um voto de louvor e agradecimento ao Dr. Carlos Coelho, o que foi aprovado por unanimidade» para lembrar os grandes e valiosos serviços prestados ao Tortosendo quando presidente da Câmara, «em todos os melhoramentos pedidos tais como o abastecimento de águas, o Posto Hospitalar de Consultas, a luz elétrica e caminho vicinal para o Casal da Serra e tantas outras obras que Sua Ex.<sup>a</sup> sempre patrocinou com inesquecível carinho e a melhor boa vontade.

Também propôs votos de louvor:

ao dr. Francisco de Almeida Garrett «pela cedência gratuita de todo o terreno para a Escola Feminina, e parte do terreno para o Jardim [Público] além de muitos outros favores»; a João Afonso «pela boa vontade manifestada na cedência gratuita de duas minas de grandes caudais de água, na Quinta da Serra, e facilidades dadas

---

<sup>413</sup> Ata de 2.2.1952, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo*, de 15.7.1951 a 26.12.1957

<sup>414</sup> Ata de 2.6.1952, Idem, *Ibidem*.

<sup>415</sup> Ata de 2.9.1953, Idem, *Ibidem*.

<sup>416</sup> Ata de 15.4.1954, Idem, *Ibidem*.

pela passagem dos respetivos canos de água, nessa sua propriedade»; a José Laço Pinto «por ter igualmente oferecido todo o terreno necessário para os reservatórios da água, no sítio da Beja»; e ainda ao «Conde da Covilhã por ter também dado uma mina de água, na sua propriedade sita no Pião»; ao eng. e secretário da Câmara, pelo bom auxílio prestado à Junta de Freguesia para se conseguirem estes grandes melhoramentos»; «aos jornais do País e, em especial, ao *Jornal do Fundão* pelas suas reportagens em defesa dos interesses da vila de Tortosendo».

Foi aprovado.<sup>417</sup>

Em 2 de janeiro de 1955, teve lugar a sessão de verificação de poderes e posse dos vogais eleitos para a Junta de Freguesia de Tortosendo, para o exercício do quadriénio de 1955 a 1959. Compareceram: Rui Galvão Videira (proprietário), Jorge Craveiro Sousa (industrial) e Leonel Sousa Rebordão (industrial), respetivamente, presidente e vogais efetivos da Junta antecessora, e os vogais suplentes da mesma, Vasco Martins Leitão (professor primário) e Jaime Dinis Esteves (comerciante), também reeleitos para este quadriénio, e Francisco Gaspar (comerciante), agora eleito. Foi dito pelo presidente que, de harmonia com o art.º 258 do Código Administrativo em vigor, tinha convocado esta reunião a fim de todos os eleitos tomarem posse dos cargos para que foram nomeados. Assinam:

presidente, Rui Galvão Videira; vogais, respetivamente, secretário e tesoureiro, Jorge Craveiro Sousa e Leonel Sousa Rebordão.<sup>418</sup>

A Junta de Freguesia de Tortosendo reuniu em sessão extraordinária, em 15 de julho de 1956, e decidiu:

considerando de inteira justiça prestar pública e duradoura homenagem às altas virtudes cristãs da Ex.ma Sra D. Margarida Fernandes de Almeida Garrett, muito principalmente pela sua constante caridade para com os pobres e necessitados desta freguesia, resolveu por unanimidade denominar «Jardim D. Margarida Almeida Garrett», o Jardim público que acaba de ser construído.»<sup>419</sup>

Em 17 de maio de 1958, o presidente da Junta, Dr. Rui Galvão Videira aceita falar para o *Notícias da Covilhã*, sobre as obras feitas e a realizar na vila [Tortosendo].

Questionado em relação ao progresso, respondeu:

Nestes longos anos em que estive à frente dos destinos da vila e da freguesia, muito se fez; mas não foi tudo. Achámos muito que fazer, porque os tempos que antecederam o tempo da minha presidência não eram como agora são, de contínua realização. Muito se fez já e não é possível recordar neste momento tudo o que se realizou, desde a cobertura do ribeiro, que foi uma das mais úteis realizações. Só os que conheceram o Tortosendo antes podem avaliar o que isso representou. Pavimentou-se e alcatroou-se a estrada que vem da Estação de Caminho de Ferro;

---

<sup>417</sup> Ata de 15.4.1954, Idem, *Ibidem*.

<sup>418</sup> Ata 2.1.1955, Idem, *Ibidem*.

<sup>419</sup> Ata de 15.7.1956, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 15.7.1951 a 26.12.1957

fizeram-se as calçadas das ruas da vila e a estrada vicinal que vai para o Casal da Serra, construiu-se o edifício dos Correios, as Escolas e a Cantina, o edifício escolar do Casal. Mas a maior foi o abastecimento domiciliário de água.

Foi-lhe apresentada uma outra questão: «Acha que o ritmo é satisfatório?» O presidente respondeu:

Aqui como em tudo, quanto mais temos mais queremos. Tem-se feito alguma coisa, mas sempre parece pouco e sonhamos já com outras obras, sendo mais importante o saneamento, as calçadas, a praça fechada, além do alcatroamento de parte da estrada que vai para o Dominguiso. E quanto à praça fechada? Nada se pode fazer por agora. Esperamos que nos seja entregue o estudo para o Plano de Urbanização e depois tratar desse problema. Acreditamos, pelo que sabemos, que não deve demorar.

Da entrevista, destacamos a preocupação do presidente da Junta de Freguesia, em relação ao Plano de Urbanização, que funcionava como força de bloqueio a todas as obras da vila, preocupação que já vinha de tempos atrás.

Também o vereador tortosendense dr. Gabriel Boavida Castelo Branco, em 1955, na Câmara Municipal, chamou a atenção da vereação para a necessidade do Plano de Urbanização do Tortosendo. Em 1960, será a vez do vereador dr. José Eduardo Pontífice e trabalharão ambos nesse sentido.

Em 12 de junho de 1958, foi convocada outra sessão extraordinária pois, segundo o presidente, «por descuido não ficou exarado em qualquer ata de 1947, o oferecimento, no mesmo ano, que António Boavida Castelo Branco, fez à Junta de Freguesia de 329 m<sup>2</sup> de terreno, no sítio do Casal da Serra e destinado ao caminho vicinal do Casal da Serra; e nem a cedência que a Junta de Freguesia fez ao mesmo senhor de um logradouro com 74,5 m<sup>2</sup>, existente do lado sul da Avenida Montes Hermínios, junto da sua propriedade.»<sup>420</sup>

Logo no início de 1959, a 8 de janeiro, o ministro das Corporações, Veiga de Macedo, de visita à nossa vila fez uma visita ao Bairro Sindical, onde entrou na casa de António Rojão. Na parte baixa da vila, visitou o Centro de Assistência Social (Infantário e assistência materno- infantil). Anteriormente fora anunciado que a visita ao Bairro das Casas de Renda Económica de Previdência do Tortosendo seria seguida de estudo com as entidades locais, respeitante à construção de mais casas económicas.<sup>421</sup>

---

<sup>420</sup> com ressalva de quaisquer direitos particulares de serventia que possam existir», que fossem registados na ata desta sessão. Ata de 12.6.1958, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

<sup>421</sup> *Jornal do Fundão*, 8.1.1959.

Na sessão da Junta de Freguesia de 25 de junho de 1959, decidiu-se que fosse também lançado no orçamento um subsídio para atos de beneficência, de 1.000\$00, destinados à Conferência de S. Vicente de Paulo, para reparação dos prédios.<sup>422</sup> Em 4 de outubro seguinte, o presidente da junta de freguesia, Dr. Rui Videira, informou que convocou a presente reunião extraordinária para comunicar que não pode continuar à frente da Junta o que já comunicara ao presidente da Câmara. Ao mesmo tempo agradeceu «a maneira como sempre ali o tinham recebido e coadjuvado, durante o longo período de 18 anos». Agradeceu, igualmente, aos colegas «a colaboração, atenções e melhor compreensão dispensada durante os nove anos em que trabalhámos juntos. Creio que nos podemos regozijar por termos feito algumas obras que sabemos mereceram o apoio do Tortosendo». Agradeceu igualmente ao escrivão «os seus bons e leais serviços prestados». Falou de seguida o secretário, Jorge Craveiro de Sousa, que, depois de agradecer ao presidente e a Leonel Sousa Rebordão, disse entre outras coisas:

Todos lamentamos a decisão de V Ex.<sup>a</sup> embora compreendendo o seu cansaço depois de mais de 17 anos de dedicação e extenuante trabalho pela causa da nossa terra. Durante a maior parte desse período fui o mais direto colaborador de V. Ex.<sup>a</sup> e assim me foi possível avaliar o tremendo esforço que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolveu e verificar como o prestígio pessoal de V. Ex.<sup>a</sup>, a sua influência e a sua dedicação pelo Tortosendo, levaram à efetivação de muitas e valiosas obras na nossa terra, de que é justo destacar o abastecimento de águas sem prejuízo de outras homenagens públicas de que V. Ex.<sup>a</sup> é merecedor e que certamente se realizarão, mesmo contrariando a sua conhecida modéstia, eu não quero deixar passar esta oportunidade sem prestar a V. Ex.<sup>a</sup> a minha própria homenagem tão sincera quanto deriva do perfeito conhecimento do alto grau em que V Ex.<sup>a</sup> delas é merecedor».

O vogal, Leonel Sousa Rebordão informou, igualmente, não poder continuar.

**DR RUI G VIDEIRA (Caria, Belmonte, †)**

Inestimáveis serviços lhe fica a dever o progresso do Tortosendo. E a ação deste homem dinâmico e bondosíssimo não se confinou nunca ao campo estrito das suas funções oficiais, pois, permeável como é às dores alheias, fundou a Comissão Paroquial de Assistência e jamais negou ao mais humilde a sua palavra amiga e ajuda valiosa. Desde abril de 1942 serviu dedicada e proficuamente os interesses públicos locais, sem olhar a sacrifícios ou incompreensões, ficando melhoramentos de vulto a assinalar a sua passagem pela presidência da Junta de Freguesia: abastecimento domiciliário de água, jardim público e parque infantil, posto hospitalar e creche dos pequeninos, edifício escolar, da cantina, do matadouro e laboratório de análise de leite, cobertura do Ribeiro Grande; melhoria da iluminação pública; beneficiação das estradas, especialmente a que nos liga à sede do Concelho; alargamento e calcetamento de ruas; saneamento; bairro sindical; edifício dos CTT e serviço telegráfico permanente; lavadouros; sentinas públicas subterrâneas; nitreira; arranjo do Largo do Calvário; GNR; código de posturas, etc. Não esqueceu o dr. Rui Videira o delicado problema dos baldios confinantes com freguesias limítrofes em cuja demarcação muito se empenhou. Foi o impulsionador da construção do Bairro do Cabeço, hoje um aglomerado considerável e dispensou sempre a melhor atenção ao desenvolvimento da anexa do Casal da Serra que passou a dispor, de estrada, luz, edifício escolar, lavadouro além da concretização de outros anseios. Mais não se fez porque não há Plano de Urbanização. O mercado fechado, abertura de novas ruas, Posto da PSP, sede da Junta de Freguesia, desafogamento do Largo da Feira, local para feiras e mercados, entre outros.

*Jornal do Fundão, 25.10.1959*

<sup>422</sup> Ata de 25.6.1959, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

O presidente, em virtude de o seu mandato só terminar no final do ano, comunicou que continuará a resolver assuntos correntes da Junta de Freguesia. Informa, pois:

Que mandou arranjar o alvanel do Largo da Feira que tinha aluído; que fora reparada a Rua de S. Tiago e que haviam auxiliado os serviços Municipalizados; que chegaram as mangueiras destinadas ao Jardim e também para serviço de incêndios.

Apresentou, ainda, algumas propostas:

reparação do alvanel da rua junto ao Bairro de Santa Catarina; compra de dois bancos para o jardim e seis cadeiras para a sede da Junta; a modificação do candeeiro da fonte do Largo da Feira; compra, no Largo da Feira, de algumas casas para serem demolidas por estarem em mau estado e para se poder alargar o Largo; urgência do calcetamento dos passeios da Avenida Montes Hermínios.

Tudo foi aprovado exceto o último, por Jorge Craveiro não concordar, apresentando razões não expressas na ata. Pediu também o presidente para a Junta insistir, mais uma vez, com o presidente da Câmara no sentido de se fazer o estudo e aprovação das «Armas da Vila» e que não seja descurado o pedido da criação do Posto de Polícia de Segurança pública.<sup>423</sup> Foi apresentada uma carta da firma António Matias Batista & Irmãos informando que deixou de ser utilizada a água do chafariz do Cabeço,<sup>424</sup> que nessa água num máximo de cinco penas, tem essa firma direito às restantes cinco e também aos sobejos. Como a Junta já não utiliza, vêm propor indemnização a combinar e que seja justa a compra pelos mesmos de todos os direitos. O presidente encarregou-se de ultimar este assunto.<sup>425</sup>

O *Jornal do Fundão*, em dezembro de 1959, anuncia os nomes dos novos vereadores para a Câmara Municipal, sob a presidência do dr. José Ranito Baltazar, para o quadriénio 1960-1963. Entre os vereadores efetivos conta-se o dr. José Eduardo Monteiro Pontífice (industrial) e entre os substitutos: dr. Rui Pontífice de Sousa (industrial)<sup>426</sup>, ambos tortosendenses.

Entre os vogais do Conselho Municipal encontra-se Jorge Craveiro de Sousa (industrial), também do Tortosendo, que foi eleito secretário.

Em 2 de janeiro de 1960, tomam posse os novos elementos da Junta de Freguesia.

---

<sup>423</sup> Ata de 4.10.1959, (Ext) AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

<sup>424</sup> que é captada ao fundo da Serra da Salgueira, e conhecida pela Lomba.

<sup>425</sup> Ata de 4.10.1959, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961

<sup>426</sup> *Jornal do Fundão*, 6.12.1959.

Efetivos: Jorge Craveiro Sousa (industrial), presidente; Joaquim do Patrocínio da Cruz Dinis (Professor Primário), secretário; Álvaro Antunes de Matos (industrial), tesoureiro. Substitutos: Manuel Lopes Batista (proprietário), José Rodrigues (empregado) e José da Graça Júnior (empregado).

Conforme a ata da Junta de Freguesia, de 11 do mesmo mês, começam a estudar-se os problemas relativos a baldios, ao mercado fechado, ao cemitério, à instalação de um Posto de Polícia de Segurança Pública; e dos ciganos que invadem a povoação.<sup>427</sup> Na sessão de 30 de janeiro, o presidente propôs que ficasse lançado na ata o pesar que todos sentiam pela saída do Dr. Gabriel Boavida Castelo Branco de vice-presidente da Câmara Municipal da Covilhã<sup>428</sup> e que fora nomeado para vereador efetivo da Câmara Municipal, em dezembro de 1954.<sup>429</sup> Propôs igualmente que se oficiasse ao Bispo de Viseu, cumprimentando-o pelas Bodas de Ouro. Tudo aprovado.<sup>430</sup>

#### ■ BRASÃO DE ARMAS DO TORTOSENDO - 1955



Em fevereiro seguinte, no *Notícias da Covilhã*, apresenta-se o Brasão de Armas do Tortosendo. Segue-se a descrição histórico-económica:

As cores fundamentais são o vermelho e o ouro. O vermelho significa vigor no trabalho; o ouro simboliza a riqueza. Assim o escudo mostra que a riqueza da vila consiste no seu vigor no trabalho. Esse trabalho é feito na indústria de lanifícios (simbolizada por uma roda dentada, em conjunto com uma lançadeira) e na agricultura tradicional (representada por uma oliveira) a qual alude também à lenda de Nossa Senhora da Oliveira. Segundo as mais recentes investigações, o Tortosendo teve origem na quinta de um senhor celta (proveniente de uma antiga colónia existente na região de Castelo Branco). Esta origem está simbolizada em duas moedas célticas com uma estrela gravada, em alusão à Serra da Estrela. O escudo está encimado por uma coroa mural de prata, com quatro torres como pertence a uma vila.<sup>431</sup>

<sup>427</sup> AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

<sup>428</sup> Ata de 30.1.1960, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

<sup>429</sup> «Causou a maior satisfação a eleição.» *Jornal do Fundão*, 12.12.1954.

<sup>430</sup> Ata de 30.1.1960, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961

<sup>431</sup> *Notícias da Covilhã*, 20.2.1960.

#### ■ 1951 - MORTE DO GENERAL CARMONA. É ELEITO O GENERAL CRAVEIRO LOPES

Em 18 de abril de 1951, morre o presidente da República, Marechal António Óscar de Fragoso Carmona<sup>432</sup>. Segundo o *Jornal do Fundão*, a sua morte foi dolorosamente sentida em todo o País.<sup>433</sup> O *Notícias da Covilhã* reforça esta nota e acrescenta que «desapareceu da Vida Nacional o seu expoente máximo.»<sup>434</sup>

Nesse momento, sectores «modernizadores» do regime, liderados por Marcelo Caetano, defendem a necessidade de Salazar ascender à Presidência da República, mas este não se mostra interessado. Perante esta recusa, em 1 de junho, o governo e a UN aprovam o nome de Craveiro Lopes para candidato. A nível local, esta candidatura é anunciada em princípios de julho, numa reunião, na Câmara Municipal.<sup>435</sup> A propósito destas eleições, Manuel Braga da Cruz lembra que a campanha oposicionista de Norton de Matos «assustara o regime em 1949. [Em consequência] Salazar dissera na 2.<sup>a</sup> Conferência da União Nacional, no Porto, 1951, que devia ser ‘aquela a última vez em que é tecnicamente possível um golpe de Estado constitucional’. Por isso, a proposta de revisão que o governo apresenta à Assembleia, avança com a ideia de substituição do processo de eleição do Presidente da República, de sufrágio direto, para sufrágio orgânico, indireto e restrito»<sup>436</sup>, o que só viria a concretizar-se em 1959. No entanto, em 11 de junho de 1951, é promulgada a Lei n.º 2 048 que introduz alterações na Constituição. No que diz respeito ao processo de eleição do Presidente da República, a apresentação de candidaturas passa a ficar sujeita à apreciação seletiva do Conselho de Estado.<sup>437</sup>

Em 3 de junho, são anunciadas as candidaturas oposicionistas<sup>438</sup> do contra-almirante Quintão Meireles e do prof. Ruy Luís Gomes. O primeiro é apoiado pelas forças políticas mais moderadas<sup>439</sup> e o segundo tem o apoio do MND e do MUD

<sup>432</sup> Ocupava a presidência da República desde 1928.

<sup>433</sup> *Jornal do Fundão*, 22.4.1951.

<sup>434</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.4.1951.

<sup>435</sup> *Ibidem*, 14.7.1951.

<sup>436</sup> Esta proposta cairia na Câmara Corporativa. Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 552.

<sup>437</sup> decidindo este sobre a idoneidade política dos candidatos, sem possibilidade de recurso.

<sup>438</sup> Sobre propaganda eleitoral, a respeito das sessões eleitorais, para além da necessidade de autorização, não serão permitidas manifestações na via pública, etc. Quanto às formas de propaganda: são permitidas todas as formas usuais de propaganda – escrita e oral, por meio da Imprensa, folhetos, cartazes e transmissão radiofónica. Porém não será autorizada a divulgação de escritos, folhetos, cartazes, sem que previamente hajam sido visados pela censura ou de acordo com esta, pelas autoridades administrativas. Confidencial Circ 0-7/4 27.6.1951 Gov Civil Confidencial AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Avulsos*, n.º 207, 1951-1961.

<sup>439</sup> (entre os quais se contam individualidades como Cunha Leal, Mário de Azevedo Gomes, António Sérgio e Henrique Galvão).



Juvenil.<sup>440</sup> A 17 de julho, o Conselho de Estado declara inelegível Ruy Luís Gomes. A 19 de julho, Quintão Meireles retira a sua candidatura à Presidência da República «dada a ausência de garantias mínimas de democraticidade»<sup>441</sup> na realização do próximo ato eleitoral. Por isso, a Oposição «recomenda» a abstenção. O *Notícias da Covilhã* de 4 de agosto anuncia: O general Craveiro Lopes foi eleito Presidente da República, por sufrágio direto, em 22 de julho.<sup>442</sup>

Ao *Jornal do Fundão*, estas eleições mereceram a seguinte apreciação:

A eleição do General Craveiro Lopes, tal como decorreu significou plena concordância com os princípios fundamentais que têm orientado a nossa vida política.» «Esta é a nossa missão. A independência e o direito de crítica nunca até hoje nos foram negados ou diminuídos. Não o serão de futuro, firmemente o cremos. É quanto pedimos ao Estado; é o que julgamos indispensável para podermos continuar.<sup>443</sup>

Em 2 de fevereiro de 1952, o presidente submeteu à apreciação da Junta os assuntos: orçamento para o novo ano; realização, por empreitada, do saneamento da rua da Fonte de Cale e da Rua do Ribeirinho e ainda, o respetivo, calcetamento.<sup>444</sup>

#### ■ ELEIÇÕES LEGISLATIVAS PARA A VI LEGISLATURA (1953) e VII Legislaturas 1953

Em outubro de 1953, tendo em vista a eleição de Deputados à Assembleia Nacional, a realizar a 8 de novembro, a UN propõe pelo Círculo de Castelo Branco os seguintes candidatos: Prof. Dr. António Pinto Barriga, Monsenhor António dos Santos Carreto, Eng. José Dias de Araújo Correia e Dr. Luís Filipe Morais Alçada da anterior legislatura. A Oposição apresentou listas apenas em três distritos: Lisboa, Porto e Aveiro, com «conhecidos adversários da actual situação política.<sup>445</sup> Uma vez mais, não se descaram as eleições, embora no distrito de Castelo Branco não haja lista de oposição». Através de circular enviada às comissões eleitorais, regedores e presidentes de todas as freguesias, a Câmara Municipal não facilita e recomenda:

é indispensável que todas as freguesias ou secções de voto deste concelho, mostrem ao governo e até aos adversários o melhor interesse pelo acto eleitoral a traduzir o nosso reconhecimento pelos melhoramentos que a administração de Salazar nos tem proporcionado. É necessário que V. Ex.<sup>a</sup> use da sua influência

---

<sup>440</sup><http://ruyluisgomes.blogspot.com/2005/10/cronologia-das-eleies-de-1951.html>. Retirado em 8.11.2011.

<sup>441</sup> João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 355

<sup>442</sup> *Notícias da Covilhã*, 4.8.1951.

<sup>443</sup> *Jornal do Fundão*, 29.7.1951.

<sup>444</sup> Ata de 2.2.1952, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo*, de 15.7.1951 a 26.12.1957

<sup>445</sup> *Jornal do Fundão*, 11.10.1953.

junto dos eleitores dessa freguesia, lembrando-lhes o interesse de se apresentarem a votar.<sup>446</sup>

Às eleições para a Assembleia Nacional de 4 de novembro de 1957, apresentou-se lista composta unicamente por elementos da União Nacional.<sup>447</sup> Candidatos pelo distrito de Castelo Branco: Carlos Coelho, José Araújo Correia, dr. António Pinto Castelo Branco.

A Oposição ao regime, «de novo unificada», não concorreu, «devido à total ausência de condições que garantam um mínimo de democraticidade eleitoral.»<sup>448</sup>

Em jeito de avaliação, pode ler-se no *Notícias da Covilhã*: «Os portugueses cumpriram o seu dever de votar»<sup>449</sup>, embora tenhamos conhecimento de instruções intimidatórias para os funcionários públicos. Mário Soares reconhece que estas eleições «foram cinzentas, dado que a oposição tentou organizar listas em Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, mas, «as listas foram improvisadas à última hora, não conseguiram inspirar ao eleitorado qualquer interesse. A propaganda realizada foi mínima.»<sup>450</sup>

**CARLOS COELHO (Covilhã?, 1913 - †)**

Licenciatura em Medicina e Cirurgia; Especialização em Medicina Sanitária e Tisiologia Social. Médico. Diretor do Sanatório das Penhas da Saúde; Presidente da Comissão Regional de Turismo da Serra da Estrela. Vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco; Presidente da Câmara Municipal da Covilhã (1945-1956).

VII Legislatura (1957-1961) 1.ª Sessão (1957-1958) (...) Requer informações sobre a atividade do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos. Agradece ao Governo a criação da Escola-Quinta da Lajeosa e a inclusão da Covilhã no novo plano de construções liceais. 2.ª Sessão (1958-1959) Refere-se à visita que o ministro das Corporações e Previdência Social fez ao distrito de Castelo Branco. Faz considerações acerca do regime das perícias médico-legais nas comarcas e julgados municipais. Faz considerações sobre a indústria de lanifícios. Considera de novo o caso da instalação de uma fição-piloto. 3.ª Sessão (1959-1960) Refere-se à inauguração na Covilhã de uma unidade hoteleira de grande importância para o futuro do turismo na região. Faz considerações acerca dos prejuízos resultantes da nova modalidade de tributação para a indústria de lanifícios. Ocupa-se do problema do turismo na serra da Estrela. 4.ª Sessão (1960-1961) VIII Legislatura (1961-1965) 1.ª Sessão (1961-1962) Enaltece o patriotismo do tenente Alberto Santiago de Carvalho, morto em Damão.)

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/c/coelho\\_carlos.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/coelho_carlos.pdf) Acedido em 28.7.2015

**ANTÓNIO MARIA PINTO CASTELO BRANCO (Vale de Prazeres, Fundão, 1894 - †)**

Habilitações literárias Desconhecidas. Proprietário; Administrador de empresas. Carreira profissional Administrador-delegado da Companhia da Zambézia. 1945-1952 – Vogal da Comissão Distrital da União Nacional de Castelo Branco. Carreira político-administrativa Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Vale de Prazeres, em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa, representando os trabalhadores; Presidente da Junta Nacional do Azeite; 1936-1945 – Governador Civil de Castelo Branco; Presidente da Câmara Municipal do Fundão. VII Legislatura (1957-1961) [3] 3/VII – Projeto do II Plano de Fomento (1959-1964) METRÓPOLE – ANEXO I – Agricultura silvicultura e pecuária. 29/VII – Revisão do regime jurídico da colonização interna. 45/VII – Regime do contrato de trabalho.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/c/castelo\\_branco\\_antonio\\_maria\\_pinto.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/c/castelo_branco_antonio_maria_pinto.pdf) Acedido em 28.7.2015

<sup>446</sup>24.10.1953, AMC, Câmara, *Livro 2994 1953 Corresp. Expedida* pela Comissão de Recenseamento Eleitoral.

<sup>447</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.11.1957.

<sup>448</sup> João Paulo Avelãs Nunes, «1926-1974», in António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 355.

<sup>449</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.11.1957.

<sup>450</sup> [http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/eleicoes\\_portuguesas/1957.htm](http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/eleicoes_portuguesas/1957.htm), 30.11.2011.

■ ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958: AMÉRICO TOMÁS É O CANDIDATO DA UN.  
HUMBERTO DELGADO É CANDIDATO PELA OPOSIÇÃO

Temporariamente suspenso o «conflito que opunha a «ala conservadora» e a «ala modernizadora» do Estado Novo, a Comissão Central UN decide rejeitar a recondução de Craveiro Lopes e apresentar o contra-almirante Américo Tomás (ministro da marinha durante os 14 anos anteriores) como «candidato» às eleições para a Presidência da República.<sup>451</sup>

A divisão da Oposição deu origem a diferentes candidaturas. «A oposição centro esquerda escolheu, por pressão de António Sérgio, o general Humberto Delgado. A extrema-esquerda indicou o nome do advogado Arlindo Vicente. (...) A esquerda depressa se deu conta do carisma de Delgado, renunciando à sua candidatura à parte e alinhando atrás dele.»<sup>452</sup>

Em 10 de maio 1958, Humberto Delgado iniciava em Lisboa a sua campanha eleitoral e surpreendeu toda a gente ao declarar, em relação a Salazar, caso fosse eleito: «Obviamente, demito-o.» Tais palavras eram a prova de que estava disposto a tudo fazer para derrubar a ditadura. A campanha decorreu ao longo do país, com a realização de comícios nas principais cidades, que foram autênticos banhos de multidão, claro sinal da onda de esperança varria o Portugal. O gen. Humberto Delgado presidiu a uma sessão de propaganda na Covilhã e ao dirigir-se a esta cidade fez um desvio para passar por Tortosendo. Em *O Século* pode ler-se:

Foi recebido no Souto Alto, limite do concelho, por numerosas pessoas, que o aclamaram com vibração. Acompanhado de sua esposa e filha, a sra dra Alcinda Bastos; e os drs Teófilo Carvalho Duarte, Luís Pinto Garcia, Rolão Preto e Rodrigo de Abreu.

À saída da Ponte Pedrinha, o automóvel que conduzia o candidato e outros carros tomaram por um ramal que liga à vila industrial de Tortosendo, enquanto os restantes foram guiados por outro caminho. Em Tortosendo registaram-se manifestações, e tal como nesta cidade, em cujo salão nobre do teatro Cine, as comissões distritais e concelhias da candidatura, apresentaram cumprimentos. (...) No Teatro Cine completamente cheio, realizou-se depois a sessão.

---

<sup>451</sup> António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em datas*, Coimbra, Temas e debates, 1996, p. 355.

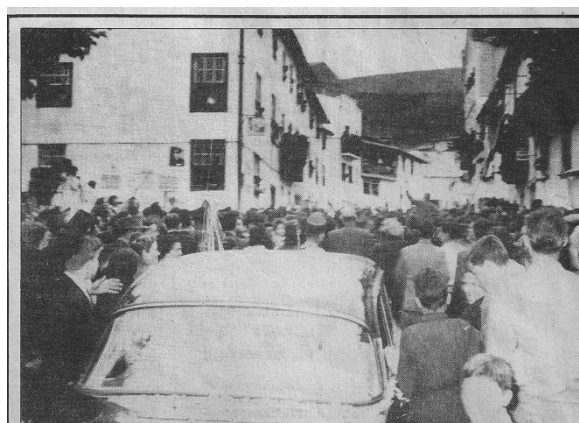
<sup>452</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal, vol. 2: Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, p. 349.

A passagem de Humberto Delgado empolgou o operariado, em geral, bem como outros democratas. Recordamos esse acontecimento tão significativo, através das palavras de José Ribeiro, um democrata que, apesar de todas as dificuldades, se implicou verdadeiramente nessa campanha:

Humberto Delgado atravessou, de carro aberto, a nossa Vila, em campanha eleitoral de Oposição à velha ditadura de Salazar. Um mar de gente veio à rua saudá-lo. Nunca o Tortosendo tinha presenciado tão grande manifestação. Uma multidão, vibrante de entusiasmo, aos vivas à liberdade, em frenético delírio, envolveu o carro do General, tornando a PIDE e a GNR incapacitadas de a conter.<sup>453</sup>

Nós também fomos à Praça [Almeida Garrett] com outras companheiras da classe escolar, para assistirmos à entrega de dois ramos de flores, por parte de outras duas companheiras.

**ACLAMACÃO DE HUMBERTO DELGADO, COMO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Praça Almeida Garrett - Tortosendo**



Fonte: *Século*, 31.5.1958. (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

No final da sessão, na Covilhã, no Teatro Cine, cantou-se o Hino Nacional e o público saiu em ordem. Entretanto, no Pelourinho, «a polícia entrou imediatamente em ação. Pretendia o impossível, ou seja que a Praça se esvaziasse instantaneamente. Lembro-me de grupos de operários do Tortosendo, que se salientavam pela veemência do seu entusiasmo e que teimavam resistir à ordem de dispersar. Para com eles a polícia foi particularmente zelosa.» (José Pinheiro da Fonseca)

Já depois deste importante acontecimento, no *Notícias da Covilhã*, em artigo de opinião intitulado - «O Dever de votar» -, apela-se ao voto com veladas recomendações sobre os candidatos. «Não votar, é trair a Pátria e trair a Deus.» «Temos de agir da forma íntegra e conscienciosa na escolha do candidato.» «Temos de votar naquele que

<sup>453</sup> José Ribeiro, «O velho Unidos», in *Boletim da LAT*, n.º 25, 1.º Trim., 1998.

seja capaz de defender e servir os interesses do Estado, da Igreja e da Família.» Uma vez mais se luta contra a abstenção: «Um voto a mais pode salvar; um voto a menos pode perder.» Depois destes considerandos, faz-se a apresentação dos candidatos à presidência da República. Américo Tomás é apresentado como «católico praticante e exemplar chefe de família». Humberto Delgado é apresentado com palavras do próprio:

Já disse que não cultivo religião nenhuma. Acho que Sua Exa. o Senhor Deus deve saber, visto ser um Príncipe soberanamente inteligente, que eu sou um homem de carácter, honrado, caritativo, que gostaria de ver o mundo melhor, ainda que para isso tivesse de me sacrificar materialmente. Logo não é com rezas e com pedidos – então seria ele um Príncipe Burro e não Inteligente – que conseguirei o favor de S Exa. olhar para mim cá na terra – este átomo do Universo...” “Que me importa a mim que o preto adore Deus ou adore o Sol? Que adore Deus ou um corno ou o Sol?

Quanto a Arlindo Vicente, depois de se assumir o desconhecimento do candidato, diz-se: «se é religioso ou não, só podemos avaliar da sua orientação religiosa pela declaração, na sua Conferência de Imprensa, da intenção de restabelecer o divórcio e chamar à Concordata uma ponte de imoralidade. Conclui-se: Se um católico tem o dever de votar e votar bem, é-lhe fácil escolher.<sup>454</sup> Sobre eleições, o presidente da Câmara comunica ao governador civil de Castelo Branco:

felizmente que até esta data e espero que assim possa continuar, ainda não houve após o último período de propaganda eleitoral qualquer feito que pudesse levar as autoridades a tomar as medidas de urgência que a mesma circular refere.<sup>455</sup>

Mas Humberto Delgado acabou por ser derrotado, apesar de tanto ele como a oposição em geral nunca terem aceiteado os resultados. Como o acto eleitoral não passou de uma burla, venceu Américo Tomás.

Em 17 de maio de 1958, o presidente da Junta, Dr. Rui Galvão Videira, aceita falar para o *Notícias*, sobre as obras feitas e a realizar na vila [Tortosendo]. Questionado em relação ao progresso, respondeu:

Nestes longos anos em que estive à frente dos destinos da vila e da freguesia, muito se fez; mas não foi tudo. Achámos muito que fazer, porque os tempos que antecederam o tempo da minha presidência não eram como agora são, de contínua realização. Muito se fez já e não é possível recordar neste momento tudo o que se realizou, desde a cobertura do ribeiro, que foi uma das mais úteis realizações. Só os que conheceram o Tortosendo antes podem avaliar o que isso representou. Pavimentou-se e alcatroou-se a estrada que vem da Estação de Caminho de Ferro; fizeram-se as calçadas das ruas da vila e a estrada vicinal que vai para o Casal da

---

<sup>454</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.6.1958.

<sup>455</sup> Of. de 14.7.1958 (Confidencial) dirigido ao Governador Civil de Castelo Branco, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida, Avulsos, n.º 1692*, 1945-1958 (Confidenciais). Neste ofício, o presidente da Câmara aproveita e dá informações sobre «problemas latentes [dos operários] e que constituem preocupação das autoridades». Referir-se em capítulo próprio.

Serra, construiu-se o edifício dos Correios, as Escolas e a Cantina, o edifício escolar do Casal. Mas a maior foi o abastecimento domiciliário de água.

Foi-lhe apresentada uma outra questão: «Acha que o ritmo é satisfatório?» O presidente opinou:

Aqui como em tudo, quanto mais temos mais queremos. Tem-se feito alguma coisa, mas sempre parece pouco e sonhamos já com outras obras, sendo mais importante o saneamento, as calçadas, a praça fechada, além do alcatroamento de parte da estrada que vai para o Dominguiso. E quanto à praça fechada? Nada se pode fazer por agora. Esperamos que nos seja entregue o estudo para o Plano de Urbanização e depois tratar desse problema. Acreditamos, pelo que sabemos, que não deve demorar.

Uma outra sessão extraordinária ocorreu em 12 de junho de 1958, pois, segundo o presidente, «por descuido não ficou exarado em qualquer ata de 1947, o oferecimento, no mesmo ano, que António Boavida Castelo Branco fez à Junta de Freguesia de 329 m<sup>2</sup> de terreno, no sítio do Casal da Serra e destinado ao caminho vicinal do Casal da Serra; e nem também a cedência que a Junta de Freguesia fez ao mesmo senhor de um logradouro com 74,5 m<sup>2</sup>, existente do lado sul da Avenida Montes Hermínios, junto da sua propriedade». <sup>456</sup>

Logo no início de 1959, a 8 de janeiro, o Ministro das Corporações, Veiga de Macedo, de visita à nossa vila fez uma visita ao Bairro Sindical, onde entrou na casa de António Rojão. Na parte baixa da vila, visitou o Centro de Assistência Social (Infantário e assistência materno-infantil). Anteriormente fora anunciado que a visita ao Bairro das Casas de Renda Económica de Previdência do Tortosendo seria seguida de estudo com as entidades locais, respeitante à construção de mais casas económicas.<sup>457</sup> Na ata de 25 de junho de 1959, decidiu-se que fosse também lançado no orçamento um subsídio para atos de beneficência, de 1.000\$00, destinados à Conferência de S. Vicente de Paulo, para reparação dos prédios.<sup>458</sup> Em 4 de outubro de 1959, o presidente da junta de freguesia, Dr. Rui Videira, informou que convocou a presente reunião extraordinária para comunicar que não pode continuar à frente da Junta o que já comunicara ao presidente da Câmara. Ao mesmo tempo agradeceu «a maneira como sempre ali o tinham recebido e coadjuvado, durante o longo período de 18 anos». Agradeceu igualmente aos colegas «a colaboração, atenções e melhor compreensão dispensada

---

<sup>456</sup> com ressalva de quaisquer direitos particulares de serventia que possam existir», que fossem registados na ata desta sessão. Ata de 12.6.1958, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

<sup>457</sup> *Jornal do Fundão*, 8.1.1959.

<sup>458</sup> Ata de 25.6.1959, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo*, de 26.12.1957 a 23.12.1961.

durante os nove anos em que trabalhámos juntos. Creio que nos podemos regozijar por termos feito algumas obras que sabemos mereceram o apoio do Tortosendo». Agradeceu igualmente ao escrivão «os seus bons e leais serviços prestados». Falou de seguida o secretário, Jorge Craveiro de Sousa, que, depois de agradecer ao presidente e ao Sr. Leonel Sousa Rebordão, disse entre outras coisas:

Todos lamentamos a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> embora compreendendo o seu cansaço depois de mais de 17 anos de dedicação e extenuante trabalho pela causa da nossa terra. Durante a maior parte desse período fui o mais direto colaborador de V. Ex.<sup>a</sup> e assim me foi possível avaliar o tremendo esforço que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolveu e verificar como o prestígio pessoal de V. Ex.<sup>a</sup>, a sua influência e a sua dedicação pelo Tortosendo, levaram à efetivação de muitas e valiosas obras na nossa terra, de que é justo destacar o abastecimento de águas sem prejuízo de outras homenagens públicas de que V. Ex.<sup>a</sup> é merecedor e que certamente se realizarão, mesmo contrariando a sua conhecida modéstia, eu não quero deixar passar esta oportunidade sem prestar a V. Ex.<sup>a</sup> a minha própria homenagem tão sincera quanto deriva do perfeito conhecimento do alto grau em que V. Ex.<sup>a</sup> delas é merecedor.

O vogal, industrial. Leonel Sousa Rebordão, informou, igualmente, não poder continuar.

**Dr Rui G Videira (Caria, Belmonte, ---, †)**

Inestimáveis serviços lhe fica a dever o progresso do Tortosendo. E a ação deste homem dinâmico e bondosíssimo não se confinou nunca ao campo estrito das suas funções oficiais, pois, permeável como é às dores alheias, fundou a Comissão Paroquial de Assistência e jamais negou ao mais humilde a sua palavra amiga e ajuda valiosa. Desde abril de 1942 serviu dedicada e proficuamente os interesses públicos locais, sem olhar a sacrifícios ou incompreensões, ficando melhoramentos de vulto a assinalar a sua passagem pela presidência da Junta de Freguesia: abastecimento domiciliário de água, jardim público e parque infantil, posto hospitalar e creche dos pequeninos, edifício escolar, da cantina, do matadouro e laboratório de análise de leite, cobertura do Ribeiro Grande; melhoria da iluminação pública; beneficiação das estradas, especialmente a que nos liga à sede do Concelho; alargamento e calçamento de ruas; saneamento; bairro sindical; edifício dos CTT e serviço telegráfico permanente; lavadouros; sentinas públicas subterrâneas; nitreira; arranjo do Largo do Calvário; GNR; código de posturas, etc. Não esqueceu o sr. dr. Rui Videira o delicado problema dos baldios confinantes com freguesias limítrofes em cuja demarcação muito se empenhou. Foi o impulsionador da construção do Bairro do Cabeço, hoje um aglomerado considerável e dispensou sempre a melhor atenção ao desenvolvimento da anexa do Casal da Serra que passou a dispor, de estrada, luz, edifício escolar, lavadouro além da concretização de outros anseios. Mais não se fez porque não há Plano de Urbanização. O mercado fechado, abertura de novas ruas, Posto da PSP, sede da Junta de Freguesia, desafogamento do Largo da Feira, local para feiras e mercados, entre outros.

*Jornal do Fundão, 5.10.1959*

#### **4.2 «Saneamento preventivo da função pública»**

«Desde os inícios dos anos trinta, a Ditadura Militar decretara disposições tendentes ao saneamento político do aparelho do Estado retomadas e alargadas pelo EN», de forma que «a depuração passou a partir de então a ser utilizada como punição sistemática para atos de oposição ao Governo», como sucederia em 1935, 1946 e 1947. Mas o Salazarismo introduziria o saneamento preventivo da função pública, isto é a seleção política dos seus quadros: quer pela obrigatoriedade imposta a todos os candidatos a funcionários públicos ou administrativos do repúdio formal do comunismo e da aceitação da «ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933» (Dec.

27 003 de 14.9.1936) quer pelo procedimento mais eficaz de sujeitar qualquer nova admissão nos serviços públicos à prévia informação da polícia política». <sup>459</sup> Assim, entre 1939 e 1946, surgem pedidos de informação para situações várias, por parte de várias entidades, oficiais <sup>460</sup> ou particulares, ou do próprio Governo. <sup>461</sup> Como por exemplo: «Se tem bom comportamento moral e civil e, ainda assim, sobre o seu passado assim como o de seus pais. O governador civil pede informação sobre a idoneidade moral e política de indivíduos, para cargos em associações. O comandante da Base Aérea, por motivos de casamento, pede informações sobre uma jovem e sua família. A delegação do INTP para o desempenho de cargos em Casas do Povo ou para inscrever um sócio num Grémio.» O inspetor do ensino particular solicita informações a respeito de uma professora residente na freguesia de Tortosendo. Na resposta ao ofício confidencial está dito: «é pessoa idónea sob o aspeto moral e político.» <sup>462</sup>

No entanto, parece que as informações nem sempre satisfaziam, pois, em 1949, o governador civil chama «a atenção da Câmara para que antes da passagem de atestados de «Bom comportamento moral e civil», exija informações rigorosas.» <sup>463</sup> Neste mesmo ano, o governador civil pede informações sobre: uma candidata a telefonista, um médico e sobre «a idoneidade moral e política» dos indivíduos da lista que se destina à distribuição das Casas Económicas do Bairro dos Penedos Altos. <sup>464</sup>

Em relação a Tortosendo, e já na década de 50, é pedida a mesma formalidade a respeito de um cidadão para fazer parte do conselho geral do Grémio do Comércio da

---

<sup>459</sup> Portugal e o Estado Novo (1930-1960) vol. 12, Coord de Fernando Rosas, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. 12, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 130.

<sup>460</sup> Vários, ACM, Câmara, *Corresp. Recebida*, Avulsos, n.º 210 1945-50. Of. n.º 40, 11.10.1946. Outras entidades pedem também idênticas informações.

<sup>461</sup> Pede informações a governadores civis de vários distritos, a presidentes de Câmaras, à polícia, outras entidades sobre indivíduos destinados a fornecer Beralt Tin & Wolfram Limited Minas da Panasqueira. Fundo GCCTB, *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades dentro e fora do distrito*, 2ª Secção, 1939.

<sup>462</sup> Of. de 22.10.1943, M<sup>ª</sup> Helena Pina Antunes, filha de António Elisiário Antunes e de Celeste Mendes Pina Antunes, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1943 III.

<sup>463</sup> N.º 125, 26/9. A ata n.º 15 12.10.1949 refere ofício do gov. civil, AMC, Câmara, *Livro n.º 64*, 18.8.48 a 11.5.1949. AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Avulsos, n.º 210, 1945-50. Circ. n.º 33, 19.2.49 do gov. civil (Confidencial). Entretanto, pede relação dos funcionários do Estado ou funcionários municipais que de alguma forma se tenham implicado na Campanha de Norton de Matos.

<sup>464</sup> Of. n.º 3.096, 31.12.1949, do gov. civil, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Avulsos n.º 210, 1945-50.



Covilhã<sup>465</sup> e de um outro para o lugar de delegado do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários.<sup>466</sup>

Mas não era apenas o Unidos Futebol Clube do Tortosendo que era «temido» pelo regime: era o próprio Tortosendo e os seus operários, como ressalta em outros pontos deste trabalho. Assim, em Junho de 1961, o presidente da Câmara em ofício confidencial ao governador civil de Castelo Branco reconhece que há que manifestar o reconhecimento ao Ministro do Interior «pelo interesse que põe nos problemas de ordem pública do concelho da Covilhã, pois verifica-se que S. Ex<sup>a</sup> está dentro do conhecimento total das realidades». Mas não deixa de realçar que o atual edifício [da GNR] não está em condições para eficientemente exercer as suas funções e é incapaz de conter o efetivo que muito justamente se propõe na informação. Pelo que a Câmara vai encarar de frente a construção de um edifício, «tanto no que diz respeito à cidade, como à vizinha e irrequieta freguesia do Tortosendo». <sup>467</sup> Em 31 de outubro de 1960, a PIDE envia ao presidente da Câmara uma circular confidencial, do seguinte teor:

Tendo esta Polícia necessidade absoluta de possuir os seus registos atualizados no intuito de poder fornecer às Entidades que as solicitam, informações acerca de concorrentes a diversos cargos<sup>468</sup> com o mínimo de demora nessas informações a prestar (...) se digne promover seja dado cumprimento ao determinado no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 39 749 de 1954 comunicando todas as ocorrências que possam interessar e verificadas nesse concelho. <sup>469</sup>

---

<sup>465</sup> A Câmara pede informações a respeito de Jaime Diniz Esteves, comerciante, à Junta de Freguesia do Tortosendo, 11.7.1950, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida, Avulsos, n.º 1692*, (Confidenciais), 1945-1958

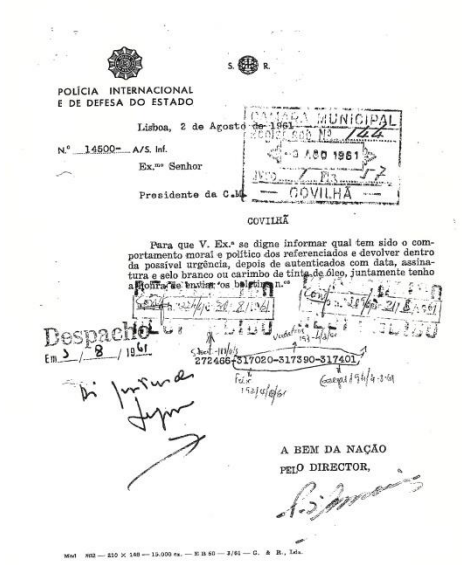
<sup>466</sup> A Câmara pede informações a respeito de João Amado Aguilar, gerente bancário, à Junta de Freguesia do Tortosendo, em 19.12.1950, Idem, *Ibidem*.

<sup>467</sup> Que não foi, porque no Plano de Urbanização os terrenos estão reservados ao desvio da Estrada Nacional. Aceite a localização do aquartelamento que se pretende para o Tortosendo. 14.9.1961, Idem, *Ibidem*, n.º 1690, 1959-1961.

<sup>468</sup> Apreciação ao livro: Diminuíram os que se enviam para Polícia e, anteriormente, para as Juntas. Para posto de venda de selos, para auxiliares de limpeza das escolas e depois informava-se o Diretor Escolar, Encarregada do posto de Correio, Telégrafo e telefone, encarregado do posto telefónico, se possui bens para ser fiador. Idem, *Ibidem*, n.º 1689, 1965-1972 (Confidencial).

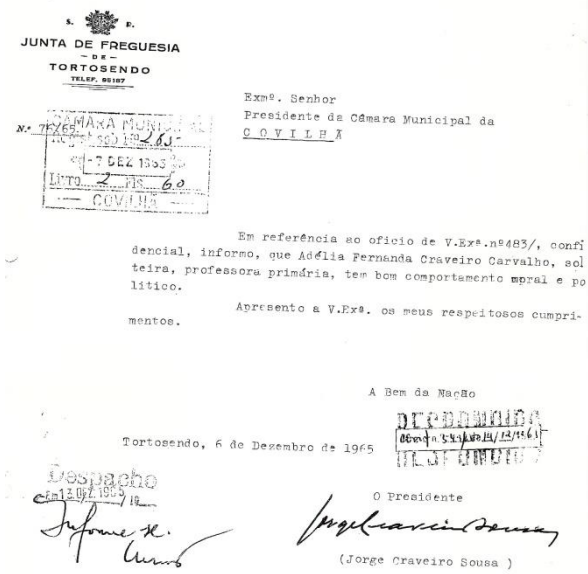
<sup>469</sup> AMC, Câmara, *Cópias de Corresp. Expedida, Maço 207*, 1951-1961, 30.10.1960.

**QUADRO 1.5. EXEMPLO DE UM PEDIDO DE INFORMAÇÕES DA PIDE – 1961**



Fonte: AMC, Câmara, *Correspondência Recebida, Maço 199*, entre 1961-1964.

**QUADRO 1.6. RESPOSTA DA JUNTA DE FREGUESIA DE TORTOSENDO – 1963**



Fonte: Documento da autora

Entre 1961 e 1964<sup>470</sup>, para além de outras entidades, a PIDE, através de impresso próprio, «para que V. Ex.<sup>a</sup> se digne informar qual tem sido o comportamento moral e político dos referenciados e devolver dentro da possível urgência, depois de autenticados com data, assinatura e selo branco ou carimbo de tinta de óleo.». Fez 510 pedidos de informações à Câmara. Presume-se que a autarquia, quando possui as necessárias informações, apõe a nota: «Informe-se favoravelmente». Mas, na maior parte dos casos, pede-as às Juntas de Freguesia ou, em menor número, aos párocos. Para além de outros maços, verificámos que uma outra Caixa, entre 1961 e 1964, continha 1 233 pedidos. Procurámos sistematizar os conteúdos das respostas fornecidos pelos presidentes das Juntas de Freguesia. Assim, as respostas mais comuns, dadas pela generalidade das freguesias do concelho da Covilhã, são as seguintes:

<sup>470</sup> AMC, Câmara, *Corresp. Recebida, Maço 199*, entre 1961-1964.

**QUADRO 1.7. RESPOSTAS FAVORÁVEIS DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA**

Bom comportamento moral e civil	Bom comportamento moral e político
Bom comportamento moral, cívico e político	Normal
Favorável	Nada consta em seu desabono
Nada consta em seu desabono, bem como seus pais	

Fonte: AMC, *Correspondência Recebida*, Maço 199, entre 1961-1964.

Algumas das Juntas preocupam-se em reforçar os aspetos positivos ou revelam as suas preocupações, em caso de dúvida. Uma delas refere também dificuldades sentidas na obtenção das informações.<sup>471</sup>

**QUADRO 1.8. PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA REFORÇAM ASPETOS POSITIVOS OU NEGATIVOS 1961-1964**

Juntas de Freguesia	Aspetos positivos
Barco 14.12.1964	«tem sido bem comportado conhecendo-se-lhe apenas uma política que é a da União Nacional » (duas pessoas) «é boa pessoa séria, os pais gozam de muita simpatia dentro da Freguesia cem por cento da UN»
Casegas	«e integrado nas instituições vigentes»
Erada	«não tenho conhecimento que haja da parte dele qualquer falta de moral, nem tão pouco tenho conhecimento que tenhas atividade política. Antes pelo contrário, é um operário de ótima honestidade.»
Orjais 9.2.1962	«pelas poucas vezes que aqui tem vindo, demonstra ser afeto à situação, não ter qualquer ideia política.»
Ourondo 17.10.1961	«são indivíduos cujo comportamento moral e político não oferece quaisquer dúvidas: absolutamente integrados nos princípios que orientam o País.»
Peso 2.1.1962	«nada consta a seu respeito <u>de ideias subversivas</u> sobre política» (2).
S.ta Maria	«concluí que o comportamento moral e político...são na verdade exemplares»
Unhais da Serra, 15.10.1963	«e perfeita integração na nossa atual situação política,»
<b>Aspetos negativos:</b>	
Aldeia do Carvalho 22.6.1964	«o seu comportamento político, sem que seja um indivíduo considerado perigoso, não o posso abonar»,
Orjais	Não merece confiança política (a respeito do membro de associação)
Teixoso 1962	«presentemente julgo ter bom comportamento moral e político; embora em tempos transatos, demonstrasse ideias um pouco avançadas»
Tortosendo 10.12.64	Quanto aos três restantes (não estão os nomes) parece-me que não são partidários da atual situação política, mas não consta que alguma vez tenham tomado parte em qualquer atividade contra o regime.
S.ta Maria	«um deles foi-me possível saber que em relação ao seu porte político não tem sido igual aos primeiros supondo mesmo ter já sido preso por atividades contrárias à política Nacional do Governo.»
S.ta Maria, 21.1.1964.	Refere dificuldades na obtenção das informações: (...) é meu dever informar v. Ex. <sup>a</sup> de que se torna por vezes difícil a esta Junta, responder concretamente, em relação a certos indivíduos, acerca do seu comportamento, dado que se tornam, em muitos casos completamente desconhecidos do meio e serem ainda naturais de outros lugares o que agrava mais ainda a situação.»
<b>Outras entidades</b>	

Liceu Nacional da Covilhã	«nada há de anormal a assinalar quanto ao <b>comportamento</b> moral e político dos empregados» (2 homens e 1 mulher)
LP-Comando Distrital Castelo Branco 17.10.1962	Favorável
Padre Morgadinho	Favorável
Sanatório das Penhas da Saúde, 3.11.1962	Favorável

Fonte: As fontes estão indicadas na coluna do lado esquerdo.

Na sessão de 20 de março de 1961, o presidente da Câmara Municipal informou que se realizara no passado dia 18 uma reunião conjunta das Juntas de freguesias rurais. Que nessa reunião, expôs «o momento difícil que a Nação portuguesa atravessa motivado pelos ataques que do exterior lhe têm sido dirigidos, frisando que é absolutamente necessário que todos nos compenetrems da situação crucial da nossa existência como nação livre e independente. Esclareceu ainda que era chegado o momento de se fazerem as maiores economias dos dinheiros da Nação para que ela tenha possibilidades de sobreviver a esses ataques, dizendo estar certo que esse sacrifício aliado a uma verdadeira união entre todos, constituirão um forte baluarte na defesa da pátria». Em nome dos presidentes falou José Soares da Rocha que afirmou «estar a sua população disposta a todos os sacrifícios em defesa da integridade da Pátria Portuguesa».<sup>472</sup> O Orfeão da Covilhã transmitiu igualmente o seu ativo repúdio contra os acontecimentos de Angola.<sup>473</sup>

Em fevereiro de 1962, à semelhança dos anos anteriores, procede-se ao recenseamento eleitoral. Destacamos, no entanto, algumas indicações:

Os chefes de família poderão requerer a sua própria inscrição de 1 de fevereiro a 15 de março. Conforme Código Administrativo, o recenseamento depois de organizado definitivamente será posto para exame e reclamação na sede da Junta de Freguesia. As reclamações dirigidas ao presidente da Câmara «só podem versar sobre inscrição indevida ou falta de inscrição.»

E aventa-se:

Bom era que todos aqueles que não estão inscritos e se reconheçam com idoneidade moral o fizessem agora no tempo legal, para se evitarem dissabores na devida oportunidade. Tendo o Tortosendo mais de mil fogos, outros tantos poderiam ser os eleitores numa futura eleição da Junta de Freguesia.<sup>474</sup>

Para 1960, foi possível obter elementos que demonstram a forma de seleção do recenseamento.

<sup>472</sup> Ata n.º 4, 20.3.1961, AMC, *Livro de Atas da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 94, de 17.1.1961 a 13.7.1961

<sup>473</sup> AMC, *Livro de Atas da Câmara Municipal da Covilhã* n.º 94, de 17.1.1961 a 13.7.1961

<sup>474</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.2.1962.

Atente-se no quadro seguinte, resultado de um levantamento feito pela Câmara Municipal, tendo em vista obter elementos para o PU.

**QUADRO 1.9. ATIVIDADES DOS CHEFES DE FAMÍLIA – TORTOSENDO - 1960<sup>475</sup>**

Total	Actividades									
	Adm	Agrícola	Comercial	Industria	Prof liberal	Transportes	Artesanato	Construçã civil	Outras	Sem profis
906	40	67	71	427	8	24	63	27	8	61

Fonte: AMC, Câmara, DMO 2 Eng Carlos Ferreira Pimentel. Quadro elaborado pela autora.

Em 1960, existem 906 chefes de família, distribuídos por diversas profissões.

No mesmo ano, o resultado do recenseamento é:

Eleição da Assembleia Nacional 378 eleitores.<sup>476</sup>

Chefes de Família com direito a voto, para a Junta de Freguesia:

Total: 297<sup>477</sup>, assim distribuídos por sexos:

**QUADRO 1.10. RECENSEAMENTO GERAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA COM DIREITO A VOTO TORTOSENDO-1960**

Total	Homens	Mulheres
297	274	23

Fonte: AMC, 2984 G 01 03 02 1960, Eleições *Caderno para o lançamento de Eleitores por Freguesia Chefes de Família com direito a voto*. Quadro elaborado pela autora.

**QUADRO 1.11. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA - PROFISSÕES – 1960**

Estado civil	Proprietária	Comerciante	Professora	Urdideira	Costureira	Pasteleira	Doméstica	Total
<b>Viúva</b>	4		3					7
<b>Solteira</b>	6		3	2	1	2	1	16
<b>Total</b>	<b>10</b>		<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>23</b>

Fonte: 2984 G 01 03 02 AMC, 1960 Eleições *Caderno para o lançamento de Eleitores por Freguesia Chefes de Família com direito a voto*. Quadro elaborado pela autora.

Conforme informação anterior, as mulheres chefes de família eram as únicas com direito a voto. Apenas foi «concedido» o voto a 23 de quem se sabia que votariam na UN, sendo o número das solteiras o dobro das viúvas.

Em outubro de 1963, decorrem as eleições para a Junta de Freguesia.<sup>478</sup>

<sup>475</sup> DMO 2 Eng Carlos Ferreira Pimentel. Este apresentou (esboceto) em 14.4.1967 e a Câmara enviou-o em 30.6.1967 à Direção Geral de Serviços de Urbanização.

<sup>476</sup> AMC, Câmara, 2998 G 01 02 02 1960.

<sup>477</sup> 2.6.1948 *Corresp. Recebida Câmara Municipal Nos Avulsos* com o n.º 210 1945-50 -Of n.º 20 27.1.1948.

<sup>478</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.10.1963.

Na reunião de 2 de janeiro de 1964, comparecem os novos elementos que hão de conduzir os destinos da Autarquia nos quatro anos seguintes: Jorge Craveiro de Sousa (industrial), presidente; António Calado de Matos (empregado), secretário; Álvaro Antunes de Matos (industrial) Nas eleições administrativas seguintes, em outubro de 1967, o governador civil pede um pequeno relatório sobre o ato eleitoral <sup>479</sup> de modo a esclarecer a baixa participação e sugere alguns itens. <sup>480</sup> Na resposta foram apontadas: dificuldades de acesso às assembleias eleitorais, caso onde a população se encontra bastante dispersa e afastada da sede de freguesia; o mau tempo que se fez sentir no dia em que se realizaram as eleições e, ainda, devido à emigração»<sup>481</sup>.

### **4.3 Apoio e defesa do Regime: UN, LP, Censura e Polícia Política**

#### **■ UNIÃO NACIONAL**

Em várias ações decorrentes das eleições, era pedida a colaboração da UN. A UN continuava as suas atividades e, em novembro de 1946, realiza-se a primeira conferência da União Nacional em Lisboa e foi uma «memorável jornada». <sup>482</sup>

Em 1947, Salazar convida Marcelo Caetano para presidir à Comissão Executiva que toma posse em março, mas apesar do seu empenho conclui que é difícil concretizar o desejo de Salazar de ver «reactivada a política da UN»<sup>483</sup> principalmente devido «às resistências no interior do próprio regime a essa “valorização”». Marcelo Caetano ainda pediu demissão, mas Salazar consegue demovê-lo. Não obstante, Manuel Braga da Cruz acrescenta que na preparação das eleições presidenciais de 1949 se verificou uma certa «reactivação» e a prova foi o aumento significativo de adesões e, entre elas, muitas particularmente qualificadas do ponto de vista político.» Mas Marcelo Caetano saiu após as eleições. No III Congresso, a 22 de novembro de 1951, decide-se criar o Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional, principalmente, com o objetivo de formar as novas gerações.

O *Jornal do Fundão* de 17 de fevereiro de 1952 divulga que a comissão concelhia comunica aos nacionalistas do Concelho da Covilhã que, por instrução da Comissão Executiva, as inscrições para efeitos de eleição dos quadros desta organização termina

---

<sup>479</sup> «do passado dia 22»

<sup>480</sup> Of do Governador civil, 24.10.1967, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida* Avulsos Confidencial Maço com o n.º 188 1966-1973.

<sup>481</sup> Muitos chefes de família que emigraram para o estrangeiro, e que ainda se encontram inscritos nos cadernos eleitorais

<sup>482</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.11.1946.

<sup>483</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 551.

dia 20.<sup>484</sup> O governador civil, através de circular confidencial, aconselha que «deve existir uma colaboração íntima ente a Câmara e a União Nacional. Se não valorizarmos a União Nacional perante o público, dando-lhe o nosso apoio, os efeitos serão de consequências funestas.»<sup>485</sup>

Com o intuito de mobilizar a União Nacional para as tarefas «políticas» de defesa do Ultramar convoca-se o IV Congresso da União Nacional para finais de maio de 1956. <sup>486</sup> «Mas a vida da União Nacional vai prosseguir decadente, ressentindo-se dos vícios e incapacidades internas e das dissensões entre fações do regime. A proximidade das eleições legislativas de 1957 e das presidenciais de 1958, levam Salazar a renovar os quadros dirigentes.» Costa Leite Lumbrales é chamado a substituir Cancela de Abreu. (...) «O êxito da campanha oposicionista do general Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958 obrigou a União Nacional ao mais fraco resultado de sempre da sua história eleitoral (52%)».<sup>487</sup> Segundo Veríssimo Serrão, Salazar ao dar posse a Castro Fernandes como sucessor de Lumbrales, a 6 de dezembro de 1958, na sede da União Nacional, manifestou através das suas palavras que «tinha consciência precisa de que não contava mais com o apoio da unidade da população, ainda que uma forte maioria dela se lhe mantivesse fiel».<sup>488</sup>

#### ■ OS LEGIONÁRIOS CONTINUAM A DESFILAR EM TORTOSENDO

A LP merece-nos, também, alguns comentários. Após o fim da II Guerra, mantendo embora a sua existência, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a referida organização passou a ser, quando muito, uma «força de vigilância», sem protagonismo visível aos olhos da opinião pública»; (...) «a circunstância de a União Soviética fazer parte das nações vencedoras não era de molde a manter em aberto o conflito ideológico por parte do regime. Ainda que o Chefe do Governo, nos seus discursos e entrevistas, e na imprensa local, não escondesse a oposição portuguesa ao modelo soviético, mandava a prudência não organizar manifestações oficiais com a presença da Legião

---

<sup>484</sup> *Jornal do Fundão*, 17.2.1952.

<sup>485</sup> Circ. (Confidencial), sem número, gov civil, 7.11.1952, AMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos*, n.º 207, 1951-1961. Confidencial.

<sup>486</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 552.

<sup>487</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 553.

<sup>488</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* [1951-1960], vol. 16, 1.ª Parte História Política, Administrativa e Ultramarina, Editorial Verbo, p. 256.

Portuguesa.»<sup>489</sup> A título de exemplo, em dezembro de 1950, uma vez mais, o Chefe do Governo assume o seguinte, a respeito do comunismo:

O comunismo é, pois, como movimento revolucionário a expressão duma política internacional agressiva, o grande inimigo do momento, e a primeira contribuição que pode dar-se na ordem externa, é contê-lo decisivamente no interior. É problema vital e urgente definir os meios apropriados.»<sup>490</sup>

Por sua vez, no *Notícias da Covilhã*, afirma-se o seguinte: «É para mim evidente que o Comunismo em Portugal só pode tomar o lugar que nós deixamos vago na inteligência e no coração dos portugueses.»<sup>491</sup>

No entanto, em Tortosendo, os legionários, «com frequência percorriam as ruas atirando ao ar o seu estribilho: «Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar.»<sup>492</sup> Também na Covilhã, em maio de 1952, a convite do comandante militar, tenente coronel Matoso Pereira, e no cumprimento de determinação superior, houve reunião largamente concorrida, destinada ao estudo da reorganização da LP, na Covilhã. Nessa reunião, recordou-se «a brilhante actividade» que o organismo patriótico exerceu na cidade.<sup>493</sup> Em continuação, em setembro, abriu a inscrição de novos Legionários.<sup>494</sup>

Em 1953, a 27 de abril, o País celebrou «com a dignidade própria de acontecimentos de invulgar importância da vida da Nação, 25 anos do Governo de Salazar.»<sup>495</sup> «Justíssima consagração (...) pública, nacional, daquele que despendeu 25 anos da sua vida inteiramente ao serviço do País, que trocou o sossego da cátedra pelos riscos da política, mas que enfrentou e resolveu os grandes problemas nacionais («O equilíbrio financeiro foi a pedra angular.»<sup>496</sup>) e soube antever e venceu as dificuldades da conjuntura internacional.»<sup>497</sup> Na Covilhã, a data foi assinalada com uma sessão extraordinária da Câmara da Covilhã. O dr. Alexandre Quental Calheiros Veloso, vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, tomou o lugar à direita do presidente do Município, dr. Carlos Coelho.<sup>498</sup> O presidente justificou e leu o telegrama a enviar ao dr. Salazar. A seguir, tomou da palavra o dr. Calheiros.

---

<sup>489</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal Da II Guerra à Morte do Marechal Carmona* [1941-1951], vol. 15, Editorial Verbo, 2003, p. 468.

<sup>490</sup> *Jornal do Fundão*, 17.12.1950.

<sup>491</sup> *Notícias da Covilhã*, 16.12.1950.

<sup>492</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

<sup>493</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.5.1952.

<sup>494</sup> *Ibidem*, 13.9.1952.

<sup>495</sup> *Ibidem*, 18.4.1953.

<sup>496</sup> *Jornal do Fundão*, 26.4.1953.

<sup>497</sup> *Ibidem*, 22.3.1953.

<sup>498</sup> No exterior e junto ao edifício, grande multidão na Praça do Pelourinho. Edifícios ornamentados, todas as ruas engalanadas.



Seguiu-se pela rádio a retransmissão das solenidades que decorriam em Lisboa.<sup>499</sup> Os estabelecimentos comerciais encerraram as suas portas entre as 13 e as 17 horas.<sup>500</sup> Também o Tortosendo «se associou às comemorações das bodas de prata governamentais do Presidente do Conselho. O edifício dos Correios assim como o cartel da Legião encontravam-se engalanados, foram iluminadas as suas fachadas (noites de 26, 27 e 28), ali foram hasteadas bandeiras nacionais, e fizeram-se ouvir girândolas de foguetes.»<sup>501</sup>

«Com o prestígio diplomático que advinha da entrada de Portugal para as Nações Unidas, o Chefe do Governo tentou de novo fazer da LP uma força doutrinal na defesa do regime. Mais ainda, como forma de consciência dos cidadãos para as infiltrações que a União Soviética pretendia fazer da sua ideologia nos países com a mística do Ocidente. No início de 1956, celebrava-se o 20.º aniversário daquela organização paramilitar que organizou uma grande cerimónia evocativa no Pavilhão dos Desportos,» de Lisboa.<sup>502</sup> O governador civil informa que «acerca do recrutamento de serventuários do quadro de pessoal menor, especializado e operário, em que deverá sempre ser dada preferência aos legionários com boas informações dos seus chefes»<sup>503</sup>, o que poderá ser interpretado como um incentivo à inscrição na LP. O comandante geral da Legião Portuguesa visitou Castelo Branco.<sup>504</sup> Em abril de 1956, o *Notícias da Covilhã* informa que, em Tortosendo, a Legião Portuguesa - Defesa Civil do Território - continua o seu trabalho.<sup>505</sup>

Em 1959, na Covilhã celebrou-se o Dia da Legião Portuguesa, com o hastear da Bandeira Nacional, missa, desfile, seguido de palestra e almoço de confraternização,<sup>506</sup> e anuncia-se uma Festa de Natal. A mesma fonte anuncia o início da Instrução.<sup>507</sup>

Em fevereiro de 1962 o *Notícias da Covilhã* informa que foi dada posse ao comandante distrital da Legião Portuguesa pelo comandante geral da «patriótica organização», em Castelo Branco.<sup>508</sup>

---

<sup>499</sup> Ata n.º 17 27.4.1953 Livro 72 18.2.1953 a 8.7.1954.

<sup>500</sup> *Jornal do Fundão*, 3.5.1953. Na 3.ª feira seguinte celebrou-se também um Te-Deum.

<sup>501</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.5.1953.

<sup>502</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1951-1960]*, vol. 16, 1.ª Parte História Política, Administrativa e Ultramarina, Editorial Verbo, p. 184.

<sup>503</sup> Por determinação do gabinete do Ministro do Interior. Ata n.º 4 20.2.1952 Livro 69 12.9.51 a 12.3.1952.

<sup>504</sup> *Jornal do Fundão*, 3.10.1954.

<sup>505</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.4.1956.

<sup>506</sup> *Ibidem*, 5.12.1959.

<sup>507</sup> *Ibidem*, 5.12.1959.

<sup>508</sup> *Ibidem*, 17.2.1962.

## ■ CENSURA

Como afirmámos anteriormente, a censura prévia à imprensa instituída logo em 1926, foi-se alargando sucessivamente a outros meios de comunicação: teatro, cinema e a todo o tipo de espetáculos, à rádio e à televisão. Em princípio, a censura não se aplicava aos livros, mas estes eram, muitas vezes, apreendidos após a sua publicação. O comandante da Polícia de Segurança Pública informa a Câmara que a Comissão de Censura mandou retirar da venda o livro *Rebate* de José Vicente Milhano, da Covilhã.<sup>509</sup> Existiam, também, listas de livros considerados perigosos, e que eram avidamente procurados, em bibliotecas de associações, por exemplo. Depois da Guerra, («o período de instabilidade») «começa a ser questionada mais abertamente a *lei da rolha*». Os abrandamentos da censura verificavam-se em períodos eleitorais para «atrair» as oposições.

O *Boletim* n.º 30 da Direção dos Serviços de Censura de 7 de julho de 1947 inclui Publicação autorizadas; Jornais e Revistas; Publicações Proibidas (1); Substituição de funções; Diversos: Artigos distribuídos aos jornais pelo SNI.<sup>510</sup>

Salazar justifica a necessidade da censura: «povo sentimental, emotivo, crédulo» composto de homens «que são como são e não como alguns gostariam que fossem»<sup>511</sup>, o que os impedia de usufruir as liberdades próprias das democracias europeias. Em discurso pronunciado na sede da União Nacional, em 1958, Salazar justifica uma vez mais a necessidade da censura:

Eu compreendo que a censura moleste um pouco os jornais (...) mas não há dúvida de que a sua existência tem permitido uma segurança de trabalho e até uma liberdade de ação - o que parece contraditório mas não o é - que não vemos noutros regimes supostamente liberais (...) Os jornais devem porém compreender as suas limitações próprias, derivadas de muitas causas, mesmo estranhas à sua boa vontade e sacrifícios económicos, que algumas vezes são nestas apreciações involuntários veículos de animosidades pessoais e não poderão fugir a uma espécie de empolamento que sofre as coisas em letra redonda, quando comparadas com a nossa observação ou com a documentação oficial.

---

<sup>509</sup> Of. 25.10.1947, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, 1947 IV.

<sup>510</sup> AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Nos Avulsos com o n.º 210, 1945-50.

<sup>511</sup> José Barreto, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 281.

«UMA MÃO AMPUTADA, TAL COMO A LIBERDADE.» - AGOSTO 1971



Fonte: *Jornal do Fundão*, 17.1.2013

Conjuntamente com a polícia política, «a censura constitui assim um dos maiores focos de poder propriamente ditatorial, isto é, arbitrário, do regime constitucionalizado em 1933 e derrubado em 1974.»<sup>512</sup>

#### ■ AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA

Pelo Decreto n.º 35 046, de 22 de outubro de 1945, foi criada a Polícia Internacional e Defesa do Estado, depois conhecida pela sigla PIDE.<sup>513</sup> Tinha por fim controlar qualquer forma de ideologia que se opusesse ao regime e cabia-lhe o grande papel da repressão. «São muito conhecidos os testemunhos de torturas, tanto de violências físicas como psicológicas e até morais, atentatórios da dignidade humana.»<sup>514</sup> Maria da Conceição Oliveira Ribeiro esclarece: O «método de investigação regularmente adotado foi recoberto por um discurso desculpabilizador por parte de um regime interessado em exaltar o “bom tratamento” dos detidos, ainda que o próprio Salazar tenha admitido a sua prática – reduzindo-a embora a “safanões dados a tempo”» – na sua conhecida entrevista a António Ferro. (...) Os “métodos” de investigação da polícia incluíam, por outro lado, o incentivo à denúncia, as escutas telefónicas, a violação de correspondência, as buscas e a apreensão de material variado, a vigilância e a infiltração de agentes e informadores. (...) Atendendo ao desempenho de tão variadas funções, o número de funcionários não era muito numeroso, não podendo deixar de se referir o «verdadeiro segundo quadro, que era o dos informadores», cujo papel «foi

<sup>512</sup> José Barreto, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 275.

<sup>513</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal Da II Guerra à Morte do Marechal Carmona [1941-1951]*, vol. 15, Editorial Verbo, 2003, p. 466.

<sup>514</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Apolinário Proença: ex-preso político», in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

sempre fundamental». <sup>515</sup> A repressão da PIDE vai mais além. Em 1956, são criadas as *medidas de segurança* que permitem «manter indefinidamente sob prisão (renovando o período da sentença por períodos de três anos) todos aqueles que fossem considerados “perigosos à sociedade”»<sup>516</sup>.

«Os comunistas» eram o grupo considerado mais visado e perseguido. António Alçada Batista, no seu livro *A cor dos dias: memórias e peregrinações*, entendia que «em Portugal, o regime acusava toda a oposição se ser comunista e, aqui para nós, o Partido Comunista não desgostava de lhe ter sido conferido o monopólio da luta contra a ditadura.»<sup>517</sup>

No entanto, Maria Filomena Mónica acrescenta que «qualquer forma de oposição ao regime foi interdita. A PIDE não se ocupava apenas em perseguir anarco-sindicalistas, em infiltrar reuniões de comunistas, em espiar republicanos. Embora o regime não fosse totalitário, algumas áreas da vida privada passaram igualmente a ser alvo de atenção. A obsessão oficial com a indumentária feminina chegou a extremos doentios. (...) Nos cafés falava-se baixo, nas ruas vultos suspeitos seguiam as pessoas, os dias eram burocráticos. Exceto para aqueles, poucos, dispostos a morrer no combate contra o tirano, a vida política desapareceu.»<sup>518</sup> Nós recordamos que não se permitiam grupos de três, quatro homens, no Largo da Praça. Se acaso passassem elementos da GNR, logo de forma discreta, aconselhariam a dispersar.

Principalmente, em virtude da sua ligação ao Partido Comunista, Tortosendo e a sua classe operária tornaram-se conhecidos e temidos pelo regime salazarista. Por isso não faltaram as perseguições aos operários, especialmente em épocas de maior agitação social. Em 1963, ocorreram as últimas prisões políticas (por duas vezes) «ditadas pela raiva ao Tortosendo, devido às lutas travadas ao longo do tempo por melhores condições de vida»<sup>519</sup>. No capítulo «Sociedade» aprofundaremos este assunto.

---

<sup>515</sup> Maria da Conceição Oliveira Ribeiro, «Polícia Política» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 113.

<sup>516</sup> A. H. Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 302.

<sup>517</sup> António Alçada Batista, *A cor dos dias: memórias e peregrinações*, Lisboa, Editorial Presença, 2003, 188.

<sup>518</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade», *op.cit.*, p.455.

<sup>519</sup> Alfredo Craveiro de Matos, in *Jornal do Fundão*, 25.4. 2003.

#### 4.4 Finais da década de 50 do século passado e início da de 60: Surgem dificuldades ao Regime

##### ■ PERDA DE DADRÁ E NAGAR-HAVELI - 1954

Após a independência indiana concedida pelos britânicos em 1947, Portugal recusou-se a aceder ao pedido da Índia para rescindir a sua posse. No entanto, esta atitude era condenada pelo Tribunal Internacional e pela Assembleia das Nações Unidas que se pronunciou a favor da Índia. Em dezembro de 1953, com o objectivo de forçar Portugal a negociar a situação dos territórios «colonialmente dominados» por Portugal na Índia, a União Indiana inicia «um bloqueio naval» a Goa. Passado algum tempo, em julho de 1954, Portugal perdia os primeiros territórios ultramarinos: Dadrá e Nagar-Haveli. Covilhã e seu concelho «levantaram um protesto» contra o atentado à Índia Portuguesa numa grandiosa manifestação de patriotismo. «Ninguém nesta hora de desagravo nacional ficará indiferente perante o crime que toda a gente conhece».<sup>520</sup> Também os Escuteiros da Covilhã organizaram uma manifestação patriótica no ponto mais alto de Portugal, onde fizeram subir a Bandeira da Pátria. No final ergueram-se vivas a Portugal e arraias a Portugal, à Índia Portuguesa, a Goa, a Damão e a Diu.<sup>521</sup>

Por sua vez, o Presidente do Conselho em notável comunicação ao País, «perante a criminosa agressão de Nehru»<sup>522</sup>, defende que «neste lamentável conflito que a União Indiana nos impõe, temos sem dúvida a razão do nosso lado».<sup>523</sup> No final de janeiro de 1957, a guarnição militar na Índia foi reforçada com tropas metropolitanas.<sup>524</sup> Para a Índia partiu um corpo expedicionário do Batalhão de Caçadores 2 da Covilhã. Na festa de despedida houve desfile pelas ruas e discursos.<sup>525</sup>

Em fevereiro de 1957, «o país inteiro, com a recente visita de Sua Majestade a Rainha Isabel II de Inglaterra e duque de Edimburgo, viveu horas de inultrapassável entusiasmo que tiveram o seu ponto culminante na recepção prestada no Terreiro do

---

<sup>520</sup> *Notícias da Covilhã*, 31.7.1954. Organismos religiosos e civis, todos, homens e mulheres, novos e velhos, empunhando a bandeira nacional e das agremiações, lá estarão juntando as suas vozes às dos Escuteiros e da MP que tomaram a iniciativa desta grandiosa manifestação de patriotismo. De todas as aldeias, mesmo das mais remotas, virão à Covilhã milhares de pessoas. *Jornal do Fundão*, 8.8.1954.

<sup>521</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.8.1954.

<sup>522</sup> *Jornal do Fundão*, 22.8.1954

<sup>523</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.8.1954.

<sup>524</sup> *Ibidem*, 4.9.1954.

<sup>525</sup> *Ibidem*, 26.1.1957.

Paço», em Lisboa.<sup>526</sup> Em agosto, o *Notícias da Covilhã* destaca a «repercussão do encontro Salazar – Franco».<sup>527</sup>

Em maio de 1960, o Presidente da República do Brasil veio visitar Belmonte, a terra de origem de Pedro Álvares Cabral.<sup>528</sup>

«No final da década de 1950, as ameaças vinham de todos os lados, incluindo as instituições, a Igreja e o Exército, que haviam constituído a sua principal base de apoio. Em 1958, na sequência da campanha eleitoral para a Presidência da República, o bispo do Porto endereçou uma carta ao Presidente do Conselho, na qual alertava Salazar para os perigos que o regime corria» o que lhe valeu ser exilado.

#### ■ 1961 – INÍCIO DA GUERRA COLONIAL

A 4 de fevereiro, inicia-se a guerra de libertação em Angola. No *Notícias da Covilhã*, são classificados de «Crime de alta traição» (...) a aventura de Galvão, os sangrentos motins em Luanda. «Temos o Santa Maria connosco. Obrigado Portugueses» disse Salazar.»<sup>529</sup> Logo no início dos acontecimentos em Angola, através de uma mensagem, o governador-geral de Angola, Dr. Silva Tavares, apresentou a seguinte explicação para esses factos: *Ibidem*

Alguns indivíduos, manobrados por agentes comunistas e estrangeiros, vindos do exterior, lançaram-se numa aventura sem qualquer possibilidade de êxito. Os agitadores pretendiam, e pretendem, em obediência a comandos internacionais, que já haviam chegado ao conhecimento do governo, porque sabem e conhecem ser importante fomentar um movimento de alguma envergadura, criar lutas episódicas com que possam especular.<sup>530</sup>

O presidente da Câmara, numa reunião com todas as Juntas de freguesias, expôs «o momento difícil que a Nação portuguesa atravessa, motivado pelos ataques que do exterior lhe têm sido dirigidos, frisando que é absolutamente necessário que todos nos compenetrems da situação crucial da nossa existência como nação livre e independente. Esclareceu ainda que era chegado o momento de se fazerem as maiores economias dos dinheiros da Nação para que ela tenha possibilidades de sobreviver a esses ataques, dizendo estar certo que esse sacrifício aliado a uma verdadeira união entre todos, constituirão um forte baluarte na defesa da pátria.» Em nome dos presidentes, falou José Soares da Rocha, presidente da Junta de Freguesia do Paul, que afirmou «estar a sua população disposta a todos os sacrifícios em defesa da integridade

---

<sup>526</sup> *Ibidem*, 23.2.1957.

<sup>527</sup> *Ibidem*, 10.8.1957.

<sup>528</sup> *Ibidem*, 14.5.1960.

<sup>529</sup> *Ibidem*, 18.2.1961.

<sup>530</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.2.1961.

da Pátria Portuguesa». O Orfeão da Covilhã transmitiu, semelhantemente, o seu activo repúdio contra os acontecimentos de Angola.<sup>531</sup> Pelo que no *Notícias da Covilhã* surge o título: «O concelho da Covilhã manifesta ao Governo a sua solidariedade na defesa da integridade do Território Nacional»<sup>532</sup>

Também as inspeções militares, apesar de se realizarem anualmente, foram neste ano interpretadas em função das ocorrências de Angola:

Os mancebos que estão na idade própria foram, na última semana, presentes à comissão de inspeção, com vista ao recrutamento dos novos defensores da Pátria. O facto que noutras circunstâncias pode ser um ato banal da burocracia militar, reveste-se agora de uma importância capital. Não podemos esquecer que estamos em guerra e que estaremos nestas circunstâncias por muito tempo que não podemos prever. Pois apesar disso o número de mancebos apurados entre os recenseados por esta freguesia não chegou a igualar o número dos que foram dispensados.<sup>533</sup>

Para José Manuel Tavares Castilho, nesta fase, «a defesa do ultramar assume o fulcro da propaganda ideológica, relegando para segundo plano a exaltação do autoritarismo e do corporativismo dos períodos anteriores e sobrepondo-se inclusivamente a todos os outros problemas nacionais, designadamente a economia, e estabelecendo clivagens em torno do problema colonial que passou a ser o grande dogma ideológico sobre o qual não havia contemporizações, com consequências importantes no seio da sociedade portuguesa dos anos 60 do século XX.»<sup>534</sup>

Em 1962, os nossos soldados do Ultramar pedem «Madrinhas» [de Guerra]. No *Notícias da Covilhã*, apela-se às mulheres: «E é da mulher da sua terra, do seu povoado risonho da terra alta, que eles esperam o conforto de duas linhas escritas mais com o coração em saudade do que em beleza de estilo».<sup>535</sup>

#### ■ INVASÃO DE GOA, DAMÃO E DIU

Em dezembro de 1961, a União Indiana «invade, ocupa e reintegra no seu território as cidades-enclave de Goa, Damão e Diu».<sup>536</sup> E no ano seguinte, a Ilha de Anjediva. Após este acontecimento, a Câmara, em sessão, vota: «Veemente e sentidíssimo protesto pela bárbara, injusta e cobarde agressão que Portugal sofreu em

---

<sup>531</sup> Ata n.º 4 20.3.1961 Livro n.º 94 de 17.1.1961 a 13.7.1961

<sup>532</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.4.1961.

<sup>533</sup> *Ibidem*, 29.7.1961.

<sup>534</sup> José Manuel Tavares Castilho, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de História, Lisboa, 2007, p. 119.  
[http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1159/1/A%20ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20\(1934-1974\).pdf](http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1159/1/A%20ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20(1934-1974).pdf) Acedido em 20.7.2015.

<sup>535</sup> *Notícias da Covilhã*, 3.2.1962.

<sup>536</sup> Em 1964, inicia-se a Guerra de libertação em Moçambique e Guiné.

Goa»<sup>537</sup>. No entanto, Salazar recusou-se a reconhecer a soberania indiana sobre os territórios, mantendo-os representados na Assembleia Nacional até 1974, altura em que se deu a Revolução dos Cravos.

No mês anterior, o Chefe do Estado visita oficialmente a Espanha «a convite amável do Generalíssimo Franco». Esse encontro «representa a inequívoca afirmação da solidariedade peninsular na defesa dos mais altos valores da civilização ocidental».<sup>538</sup>

Defende-se o entendimento peninsular nos seguintes termos:

Os povos não podem isolar-se. Por isso são dignos do maior apreço todos os esforços tendentes a estreitar os laços com a Espanha que nos tem dispensado o reconfortante apoio nos debates da ONU.<sup>539</sup>

Em abril de 1962, assinala-se mais um aniversário de nascimento de Salazar: «A obra que tão grande é ela, aí está não suficientemente compreendida em todas as suas dimensões. A obra diz do Homem.<sup>540</sup> Em união com o Chefe, na passagem do aniversário da Revolução Nacional, as mais altas figuras das forças armadas apresentaram cumprimentos ao Chefe do Governo e Ministério da Defesa, Dr. Oliveira Salazar. (...) O Ministério do Exército, em breves palavras, expressou a decisão das forças armadas de manterem, contra todos os ataques, a unidade e integridade da Pátria.<sup>541</sup>

Em julho de 1962, o *Notícias da Covilhã* informa que em entrevista ao jornal Italiano Il Tempo, Salazar, questionado sobre o chamado Partido Comunista Português, diz: «Restará recordar-lhe este facto: no momento em que é posto a circular em Lisboa um panfleto comunista, incitando à subversão e à violência, o seu conteúdo é transmitido à mesma hora pela Rádio Moscovo.<sup>542</sup> E continua: «Mas é fora de questão haver um plano comunista que pretende a subversão da Península Ibérica».

De acordo com a mesma fonte, em abril do ano seguinte, o Presidente do Conselho em entrevista à revista inglesa *International Affairs*, numa «espécie de balanço da política interna portuguesa», entre outros aspectos, «referiu-se à intervenção estrangeira que por intermédio dos estados limítrofes se exerce em Angola», «mas que é uma guerra conduzida por vários estados contra Portugal num dos seus territórios

---

<sup>537</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.12. 1961.

<sup>538</sup> *Ibidem*, 18.11.1961

<sup>539</sup> *Ibidem*, 25.11.1961.

<sup>540</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.5.1962.

<sup>541</sup> *Ibidem*, 30.5.1962.

<sup>542</sup> *Ibidem*, 25.7.1962. «E a razão é simples: instalado o comunismo na Península, toda a Europa ocidental seria arrastada, por não poder mais ser defendida, seriam dificultadas as ligações com a África e desapareceria o obstáculo que as províncias portuguesas e espanholas da África representam hoje para o completo domínio daquele continente pelo comunismo.»



ultramarinos»: «os que atacam, os que apoiam e os que ajudam com a sua indiferença estão a agir contra os verdadeiros interesses de Angola.<sup>543</sup> No mesmo jornal de Covilhã pode ler-se: «Como estava anunciado, recomeçou a investida contra Portugal, na ONU. A moção afro-asiática (e comunista) é conhecida dos nossos leitores: deverá Portugal cessar imediatamente a repressão e deverá retirar todas as forças militares que tem em Angola. Ou seja: «Continua na ONU a Campanha contra Portugal.»<sup>544</sup> Em agosto do ano seguinte, um outro articulista destaca, da «impressionante declaração sobre a política Ultramarina Portuguesa»<sup>545</sup> do Presidente do Conselho, o seguinte: «A maneira como o País tem correspondido ao apelo que lhe havemos feito é uma lição para todos... Diante desta lição, eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos: nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem» E o mesmo articulista conclui: «através de Salazar a voz de Portugal ecoou no mundo».

As Câmaras Municipais do distrito de Castelo Branco deram a sua calorosa adesão à ideia da Câmara de Coimbra da realização de uma Manifestação Nacional de apoio à política ultramarina do Governo. «Exige-o a hora actual e a perseguição de que são alvo as nossas províncias ultramarinas; exige-o os nossos conterrâneos que de armas na mão velam pela integridade do nosso território em África e aqueles que já tombaram em defesa da nossa soberania.»<sup>546</sup> Nessa Manifestação, que se realizou em agosto de 1963, tomaram parte mais de 2 000 pessoas do nosso concelho, que se dirigiram a Lisboa, utilizando vários meios de transporte, alguns subvencionados tomaram parte nessa manifestação, segundo a imprensa local.<sup>547</sup>

Quanto à UN, a sua «capacidade de intervenção nos destinos da vida pública era mínima, senão nula, nos começos da década de 60. Dai o definhamento da organização. A campanha de exaltação patriótica e nacionalista, que no começo da década de 60, se intensifica com o deflagrar das guerras de África e com a perda de Goa em 1961, vai proporcionar à União Nacional um ligeiro crescimento, com um aumento de inscrições

---

<sup>543</sup> *Notícias da Covilhã*, 27.4.1963.

<sup>544</sup> *Ibidem*, 27.4.1963.

<sup>545</sup> , 14.8.1963

<sup>546</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.8.1963

<sup>547</sup> *Ibidem*, 24.8.1963. O governador civil envia à Câmara, cheque para pagamento «relativas à deslocação das pessoas, desse concelho, a Lisboa, que tomaram parte na grandiosa Manifestação Nacional de 27 de agosto último.» Of. do governador civil, 29.10.1963, *Corresp. Recebida* Nos Avulsos Confidencial Maço com o n.º 199 1961-1964. Também a secção sindical do Tortosendo, envia recibo comprovativo de «que receberam do Sindicato a quantia de 325\$00 para pagamento de alojamentos da Direcção do Sindicato e seus funcionários em Lisboa, «quando da grandiosa manifestação de apoio à política ultramarina seguida pelo Governo da Nação». Assina o presidente José Fernandes Tiago. Recibo, 28.8.1963. *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

que não se verificava desde 1951.» A União Nacional orienta então toda a sua actividade propagandística para a defesa da integridade territorial ultramarina. Apesar disso, verifica-se uma «agonia lenta mas progressiva da UN. Salazar reconhece nesse mesmo ano de 1965 a incapacidade de entrosamento entre União Nacional e o governo.»<sup>548</sup> Era o reconhecimento público e final de um fracasso. «Os anos da guerra provocam, na cena política portuguesa, de novo, a ascensão das forças armadas, em detrimento da mesma UN, que quando Marcelo Caetano é chamado a substituir Salazar, se encontrava efectivamente moribunda.»<sup>549</sup>

## 4.6 Novamente eleições

### ■ 1961 – ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Em 1961, ano do início da guerra colonial, a 12 de novembro, ocorrem eleições para a Assembleia Nacional. Nestas legislativas, verifica-se, em relação a eleições anteriores, um aumento das listas oposicionistas: no território do continente: Lisboa (duas listas), Porto, Coimbra, Braga (duas listas), Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Santarém – esta última não foi aceite pelo Governo Civil – indicam os seus candidatos. Pela primeira vez, apresentam-se dois candidatos invocando a sua condição de católicos: Francisco Lino Neto, filho do antigo presidente do Centro Católico Português, e António Alçada Baptista, da Covilhã. A lista de Castelo Branco compunha-se dos seguintes elementos: António Alfredo da Fonseca Tavares Alçada Baptista; Armindo Gonçalves Ramos; João Alexandre de Sá Lima; Vasco Luís Rodrigues da Conceição e Silva.

#### ANTÓNIO ALFREDO DA FONSECA TAVARES ALÇADA BAPTISTA (Covilhã, 1927 - 2008 )

Ensaísta, ficcionista e memorialista, exerceu a advocacia durante alguns anos (1950-1957), mas abandonou a profissão, dedicando-se a outras atividades.

Estudou no colégio de jesuítas em Santo Tirso e depois licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Fez parte do núcleo dos chamados católicos progressistas e foi também editor: comprou e dirigiu a Livraria Moraes Editora, tendo contribuído para a revelação ou divulgação de autores portugueses, como Vitorino Nemésio, Sophia de Mello Breyner, Jorge de Sena, Alexandre O'Neil, Pedro Tamen, Ruy Belo, António Ramos Rosa, e estrangeiros, como Emmanuel Mounier ou Jean-Marie Domenach. A Moraes também assegurava a publicação da revista *Concilium*, dirigida por Helena Vaz da Silva. Os livros que a Moraes publicava eram frequentemente apreendidos pelas autoridades da época, causando elevados prejuízos à editora, que acabaria por falir em 1980. Em março de 1957, foi um dos 72 advogados de Lisboa e do Porto que assinaram uma representação ao ministro da Presidência pedindo um «inquérito à PIDE». Em 1959, assinou, com outros oposicionistas, um documento, datado de 18 de março, em que se pedia a Salazar que, por ocasião da sua última lição em Coimbra, «se verifique também o seu afastamento da vida política». Em 1963, fundou, e dirigiu, até 1969, a revista *O Tempo e o Modo*, cujo corpo

<sup>548</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 553.

<sup>549</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 553.

redatorial era maioritariamente constituído por católicos, contestatários da relação entre a Igreja e o Estado Novo (então designados por «católicos progressistas»), mas também por homens como Mário Soares, Francisco Salgado Zenha ou Mário Sottomayor Cardia. Também viriam a colaborar nomes de outros sectores de esquerda, como Manuel Lucena, Vítor Wengorovius, Medeiros Ferreira, Jaime Gama, Vasco Pulido Valente ou Nuno Júdice. Foi um dos signatários do manifesto católico de apoio às posições da oposição democrática que ficou conhecido por «Manifesto dos 101». Em 1958, apoiou a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Entre 1971 e 1974, foi assessor para a Cultura do então ministro da Educação Nacional, Veiga Simão. Entre fevereiro de 1977 e abril de 1978, foi diretor do diário Dia, sucedendo a Vitorino Nemésio. Campanhas de Castelo Branco, 1961; 1969, CDE.<sup>550</sup>

**ARMINDO GONÇALVES RAMOS (Castelo Branco, 1921-1961)**

Industrial de lanifícios em Cebolais de Cima. Licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras, pela Universidade Técnica de Lisboa, e foi professor da Escola Comercial de Castelo Branco.<sup>551</sup>

**JOÃO ALEXANDRE DE SÁ LIMA (COGULA, TRANCOSO, 1912-1993)**

Médico. Castelo Branco, 1961. Licenciado em Medicina pela Universidade do Porto, foi médico no Hospital da Misericórdia da Covilhã.<sup>552</sup>

**VASCO LUÍS RODRIGUES DA CONCEIÇÃO E SILVA (Cumiada, Sertã, 1923-1994)**

Foi professor do ensino secundário particular.<sup>553</sup>

Alguns dias antes, a Comissão Concelhia da UN da Covilhã envia alguns convites à Câmara Municipal, para serem distribuídos pelos associados daquele Organismo<sup>554</sup> a assistir a uma sessão de propaganda eleitoral<sup>555</sup> dos seus candidatos a deputados. Após as eleições, no *Notícias da Covilhã*, faz-se a avaliação das mesmas, com destaque para Tortosendo:

O ato eleitoral de domingo dia 12 decorreu ordeiramente com calma e civismo. Houve omissos como não podia deixar de ser. Mas nem todos os omissos o foram por desacordo com a ideia política governamental. Alguns não compareceram por ausência e outros por impossibilidade física ou moral. Outros houve que, por motivo da Oposição ter desistido de ir as urnas pensaram não se tornar necessário votar. Engano. Mesmo assim se juntarmos a estes impossibilitados e descuidados ou não concordantes, a lista da UN foi votada no Tortosendo por 60% dos inscritos, o que representa uma boa percentagem, se atendermos ao ambiente político da nossa terra. É pena que assim seja. Esta situação criada no nosso meio, não se sabe bem por que razões, só nos desacredita e inferioriza. A hora que corre singularmente grave e conturbada, não é de retaliação e desinteligência, mas sim de verdadeira coesão e de firme união em volta dos chefes e necessário se torna proclamá-lo aos quatro ventos, numa afirmação serena, sim mas inofensiva, de solidariedade com os nossos bravos e briosos soldados que lá longe estão dando o seu sangue em defesa da Pátria.<sup>556</sup>

<sup>550</sup> Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 114.

[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

<sup>551</sup> Idem, *Ibidem*. p. 236.

<sup>552</sup> Idem, *Ibidem*. p. 184.

<sup>553</sup> Idem, *Ibidem*. P. 270.

<sup>554</sup> 4.11.1961, AMC, Câmara, *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

<sup>555</sup> A realizar no Teatro-Cine da Covilhã, dia 8, pelas 21h 15.

<sup>556</sup> *Notícias da Covilhã*, 18.11.1961.

Em fevereiro do ano seguinte, o mesmo semanário informa que os chefes de família poderão requerer a sua própria inscrição no recenseamento eleitoral. Conforme o Código Administrativo, o recenseamento, depois de organizado definitivamente, será posto para exame e reclamação na sede da Junta de Freguesia.<sup>557</sup> E aconselha:

Bom era que todos aqueles que não estão inscritos e se reconheçam com idoneidade moral o fizessem agora no tempo legal, para se evitarem dissabores na devida oportunidade. Tendo o Tortosendo mais de mil fogos, outros tantos poderiam ser os eleitores numa futura eleição da Junta de Freguesia.<sup>558</sup>

O *Notícias da Covilhã* anuncia «a agitação e os tumultos entre estudantes universitários» que «não sabem que tomando certas atitudes inconformistas, estão obedecendo a comando estranho e são manobradas como marionetas por agitadores sem escrúpulos que só pretendem criar um ambiente de confusão e desordem.»<sup>559</sup> E, logo em título, sugere que são «As manobras do comunismo».

No âmbito da Amizade Luso-Brasileira, em dezembro de 1962, foi recebido, entusiasmado, na Covilhã, o senador Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, antigo presidente do Brasil e grande amigo de Portugal.<sup>560</sup>

Em Junho de 1963, Américo Tomás, Presidente da República Portuguesa, «foi triunfalmente recebido na Covilhã que dispensou ao ilustre Homem do Mar uma das maiores manifestações de todos os tempos».<sup>561</sup>

#### ■ ELEIÇÕES: PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS

A escolha do Presidente da República era feita através de sufrágio direto e a duração do mandato era de sete anos. A partir da revisão constitucional de 1959, «essa eleição passa a ser indireta e restrita, cabendo a eleição a um colégio eleitoral, composto pela Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, representantes dos municípios e delegados dos conselhos legislativos ultramarinos»<sup>562</sup>. Esta forma de eleição vem a efetivar-se, a partir das eleições de 1965. Por sua vez, o poder deste órgão político foi passando sucessivamente para o chefe do Executivo. Este ia monopolizando toda a governação, pelo que a interferência do Chefe do Estado era meramente representativa. Deu-se a reeleição de Américo Tomás.

---

<sup>557</sup> Reclamações dirigidas ao presidente da Câmara «só podem versar sobre inscrição indevida ou falta de inscrição.

<sup>558</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.2.1962.

<sup>559</sup> *Ibidem*, 24.2.1962.

<sup>560</sup> *Ibidem*, 22.12.1962.

<sup>561</sup> *Ibidem*, 19.6.1963.

<sup>562</sup> Manuel Pinto dos Santos, *op. cit.*, p. 472.

■ AINDA ELEIÇÕES LEGISLATIVAS – 1965 Tortosendo tem um deputado

Em 7 de novembro de 1965, realizam-se as eleições para deputados à Assembleia Nacional, unicamente com candidatos da União Nacional. «As legislativas aproximam-se – serão marcadas para 7 de novembro – e, a 14 de outubro, a oposição democrática dá uma conferência de imprensa e divulga a seguir um manifesto, cuja publicação não foi autorizada pela censura, em que se protesta contra a falta de condições para concorrer ao sufrágio»<sup>563</sup>

Do grupo de deputados eleitos, fazia parte o tortosendense dr. Rui Pontífice de Sousa, industrial, que no momento da eleição desempenhava o cargo de vereador da Câmara Municipal da Covilhã. Em sessão de Câmara posterior à eleição, o presidente, aproveitando a presença do vereador Dr. Rui Pontífice Sousa, eleito no passado dia 7 deputado à Assembleia Nacional pelo Círculo de Castelo Branco, «manifesta a S. Ex.<sup>a</sup> o júbilo de toda a Câmara por esta eleição». Disse ainda o Presidente que «a representação da Covilhã não poderia ter recaído em individualidade que, por todas as razões, melhor pudesse vir a defender os seus interesses naquela assembleia». Entretanto, Pontífice de Sousa comunica que continua vereador, que «está na disposição de conciliar os dois cargos».<sup>564</sup>

**RUI PONTÍFICE DE SOUSA (Tortosendo, 1939 – 1973)**

Industrial de lanifícios. Filho de José Laureano de Moura e Sousa e de D. Alda Pontífice de Sousa. Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa. Presidente do Conselho de Administração do Acondicionamento e Laboratório Têxtil da Covilhã; Diretor do Centro de Assistência Social do Tortosendo. Vereador da Câmara Municipal da Covilhã. Representante da Corporação da Indústria em vários grupos de trabalho da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica: delegado de Portugal na 35ª Conferência Internacional da Lã. Em junho de 1966, representante da Corporação da Indústria no Grupo de Trabalho para o estudo das isenções e direitos de importação e fiscais e no grupo de Trabalho n.º 12 – Financiamento e Equilíbrio Monetário da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica; delegado de Portugal ao Colóquio da OCDE realizado em Barcelona, em maio de 1967 sobre Financiamento Industrial. Empenha-se verdadeiramente na criação do Ciclo Preparatório no Tortosendo, aspiração que se concretizou em 1968.

IX Legislatura (1965-1969) 1.ª Sessão (1965-1966) Ocupa-se da programação regional e da parte que nela deve ter o distrito de Castelo Branco. (...) (1968-1969); X Legislatura (1969-1973) 1.ª Sessão (1969-1970) Discute na generalidade e na especialidade a proposta de lei sobre a adoção de medidas tendentes ao desenvolvimento da região de turismo da serra da Estrela; Trata de problemas de transportes e turismo na Beira Baixa; 2.ª Sessão (1970-1971) Refere-se à necessidade de rápida melhoria das comunicações e transportes regulares do distrito de Castelo Branco. 4.ª Sessão (1972-1973) (...) Discute, na especialidade, a proposta de lei de reforma do sistema educativo. Apesar de fazer parte das listas para a XI Legislatura, não foi eleito por ter falecido em vésperas do ato eleitoral.

*Notícias da Covilhã*, 27.10.1973

pp.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\_1935-1974/html/pdf/s/sousa\_rui\_pontifice\_de.pdf

<sup>563</sup> Mário Matos e Lemos, Coordenação Prefácio Luís Reis Torgal, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*. Um Dicionário, Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, Lda. Lisboa, 2009, p. 34.

[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

<sup>564</sup> Ata n.º 25, 10.11.1965, ACM, Câmara, *Livro n.º 106*, de 8.9.65 a 2.2.1965.

António Alçada Batista, a lutar no campo da Oposição, testemunhou dificuldades sentidas na preparação das eleições:

Nas eleições de 1965, não conseguimos arranjar quatro candidatos em Castelo Branco para concorrer ao ato eleitoral. Fizemos então uma declaração muito solene a dizer que, dadas as condições impostas pelo regime, não nos era possível ir às eleições.<sup>565</sup>

---

<sup>565</sup> António Alçada Batista, *A pesca à linha: Algumas memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 66.

## 5. MARCELISMO 1968 – 1974

Em 27 de setembro de 1968, em virtude da doença de Salazar, Marcelo Caetano é chamado a desempenhar o cargo de chefe do Governo. O primeiro período, até finais de 1970, é «de relativa abertura e criação de expectativas liberalizantes», mas marcado pelo «instável equilíbrio de poderes entre o Chefe do Estado e o Chefe do Governo».<sup>566</sup> Destacamos no campo da política, alguma liberalização, concretamente, a eleitoral, em relação à igualdade de direito a homens e mulheres. Destacamos a presença da «Ala liberal» na Assembleia Nacional que propôs várias medidas, mas não viu nenhuma delas aprovada.

### 5.1 «Liberalização do regime»

Ainda em 1968, a Lei n.º 2 137 de 26 de dezembro veio assegurar, pela primeira vez, o direito de voto a todos os cidadãos portugueses maiores ou emancipados que soubessem ler e escrever português, independentemente do sexo. Todavia, as mulheres continuaram a ser preteridas, por ser muito maior o número de mulheres analfabetas do que de homens.

O Governo altera, também, nos primeiros dias de setembro de 1969, várias disposições eleitorais, permitindo a constituição de comissões eleitorais e a fiscalização do ato a delegados de todas as candidaturas.»<sup>567</sup>

Em janeiro de 1969, Marcelo Caetano inaugurava na televisão, as suas «Conversas em Família». Marcelo Caetano «desdobra-se em declarações que chegam a prenciar o desejo de uma democracia pluripartidária e procuram criar a ilusão de uma disputa eleitoral em que todas as forças concorrentes estariam em pé de igualdade»<sup>568</sup>. Por sua vez, as direções dos sindicatos deixaram de ser homologadas pelo ministro das Corporações. Permitiu-se o regresso do bispo do Porto e do «líder oposicionista» Mário Soares, em sinal dessa abertura.

---

<sup>566</sup> António Reis, «Introdução», *op. cit.*, p. 9.

<sup>567</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 554.

<sup>568</sup> António Reis, «A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo (1958-1995)*, Vol. 3, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 48.

## 5.2 Ação da Junta de Freguesia

A nível local, a 2 de janeiro de 1968, tomaram posse os novos eleitos para a Junta de Freguesia.

Efetivos: Manuel Pereira Serzedelo Fernandes (empregado), presidente; Valdemar Esteves Rebordão (industrial), secretário; Vasco Martins Leitão (professor primário), tesoureiro; vogais: António Alves Fernandes Monteiro e Américo Pombo Alves. Substitutos: José Rodrigues.

Na reunião de 15 de janeiro de 1970, o secretário, Valdemar Esteves Rebordão, tomou a presidência e informou do seguinte:

que tinha recebido um ofício do presidente da Câmara Municipal da Covilhã, eng. Vicente da Costa Terenas, para assumir a presidência da Junta, por ausência do presidente, Manuel Pereira Serzedelo Fernandes, por ter fixado residência na Covilhã. Mais dizia o ofício para chamar à efetividade, como Secretário, António Alves Fernandes Monteiro, vogal substituto mais votado (eleição realizada em 22 de Outubro de 1967, 444 votos), de harmonia com o art. 248º do referido Código Administrativo.

Em outubro de 1971, no *Jornal do Fundão*, em relação a Tortosendo, manifesta-se a estranheza em relação à «Eleição para a Junta de Freguesia» que se aproxima:

Não há movimentação. Não se sabe se os atuais continuam. Nestes últimos anos o progresso parou. Que não se poupe a esforços quem entre: habitação, saneamento, abastecimento de água.<sup>569</sup>

Após as eleições para as autarquias, também as últimas antes do 25 de Abril de 1974, através de ofício «confidencial» para o governador civil, o presidente da Câmara Municipal da Covilhã procura justificar os móbéis das baixas percentagens nas eleições. Tortosendo aparece incluído no grupo das localidades do concelho em que se verificou menor «concorrência de votantes» - 28, 6%. Entre as causas é apontada a emigração. Mas o edil covilhanense aponta como fator determinante, a falta de atuação do organismo político – a Ação Nacional Popular -, «que deveria fazer uma ação pessoal junto dos eleitores, especialmente na cidade e nas vilas do Tortosendo e Teixoso e na freguesia de Aldeia do Carvalho (centros operários).<sup>570</sup> Porque:

onde se previa pouca concorrência às urnas, exerceu-se uma ação pessoal junto dos eleitores ao entregarem-se-lhe as listas, através de elementos com quem se contactou, de certa preponderância nos meios e obtiveram, assim, votações mais elevadas.

---

<sup>569</sup> «Vão realizar-se no dia 17.» *Jornal do Fundão*, 10.10.1971.

<sup>570</sup> Ofício de 23.10.1971.AMC, Câmara, *Cópias de Corresp. Expedida*, n.º 1689 de 3.1.1965 a 15.11.1972.



Com esta forma de atuação nas eleições fica bem patente que continuavam a usar-se métodos pouco ortodoxos, falseando desta fora os atos eleitorais.

Em 2 de janeiro de 1972, toma posse a nova Junta de Freguesia que se manterá até ao 25 de Abril de 1974.

Como membros efetivos: Paulo Pontífice Sousa (industrial), presidente; major Albino Teixeira Lino, secretário; António Rodrigues Pinheiro (gerente bancário), tesoureiro. Substitutos: prof. Joaquim Patrocínio da Cruz Dinis (professor primário); Edmundo Ramos Pereira (empregado) e António da Silva Curto (empregado).

Neste ponto do trabalho, trazemos à colação, com algum realce, o assunto Plano de Urbanização (PU). A meio do mês de janeiro, no *Notícias da Covilhã*, a respeito do trabalho a realizar pela nova Junta, lembra-se «o Plano [de Urbanização] e as obras». Que há «necessidade de imprimir novo ritmo». Aparte a Praça que vai caminhando lentamente, no capítulo habitacional tudo aguarda o Plano de Urbanização que já se encontra na Direção Geral de Urbanização. Que consta que foi confiado a um urbanista de Viseu. O assunto Plano de Urbanização sempre em cima da mesa, tanto da Junta de Freguesia como da Câmara Municipal, mas sem concretização. Era assunto que à autora deste trabalho muito preocupava na época.

Retrocedendo no tempo, recordamos que, em 1967, foi a vez e a voz do vereador dr. Rui Pontífice Sousa que se fez ouvir na Câmara Municipal, em prol do PU, amplificada pelo correspondente do *Jornal do Fundão*, José Laço, que nas colunas deste semanário chamou a atenção, ao longo de várias semanas, para o «problema da habitação», ao mesmo tempo que defendia a necessidade do Plano de Urbanização. Ainda em 1967, José Laço anunciou, «com regozijo», a aprovação deste.<sup>571</sup> Oficialmente assume-se que a falta dum antepiano de urbanização «tem dificultado a expansão e a renovação urbana da vila, que por falta de um pré-ordenamento que se tem desenvolvido ao longo das estradas nacionais». Condições de habitabilidade das casas, muito más. As zonas mais densas e de piores construções são Machedes, Amoreira, Escabelados, Pontes e Loureiros onde a Câmara já deliberou não autorizar novas construções.<sup>572</sup> Esta opinião corrobora as opiniões de homens públicos e de muitos outros cidadãos de Tortosendo. Por sua vez o *Notícias da Covilhã* de 6 de janeiro de

---

<sup>571</sup> *Jornal do Fundão*, 7.5.1967.

<sup>572</sup> AMC, Câmara, DMO 2 Eng Carlos Ferreira Pimentel. Este apresentou (esboçeto) em 14.4.1967 e a Câmara enviou-o em 30.6.1967 à Direção Geral de Serviços de Urbanização.

1968, o primeiro jornal do ano, repete que a falta do PU dificulta a construção de casas de renda económica e de iniciativa privada.<sup>573</sup>

O *Notícias da Covilhã* de 15 de janeiro de 1972 informa que o PU que já se encontra na DGU consta que foi confiado a um urbanista de Viseu.<sup>574</sup> No mês de fevereiro, mudança de planos: foi escolhida a firma Hidrotécnica Portuguesa. A Câmara pediu um Plano Parcelar pormenorizado, que deverá estar concluído em Junho/Julho. Fala também em novos eixos viários que não de servir a cidade e localidades periféricas Variante à EN 230 (novo acesso ao Tortosendo), acesso à Estação de Caminho de Ferro da Covilhã e variante à Estrada das Penhas da Saúde (...) como não podia deixar de ser, o PU do Tortosendo.<sup>575</sup>

Por sua vez no *Jornal do Fundão*, ainda no mesmo mês, e depois de se divulgar a constituição da nova Junta de Freguesia, sugere-se que a Junta deve «dar uma nova panorâmica à terra, proporcionar meios de distração aos seus habitantes, para além de melhores condições de vida que esperamos vir a ter,» principalmente no que diz respeito ao setor industrial.»<sup>576</sup>

Na sessão de 31 de janeiro de 1972, o presidente da Junta de freguesia deu conhecimento das diligências efetuadas junto do presidente da Câmara, respetivamente aos assuntos:

Eliminação urgente de dois tanques de vazadouro de esgotos junto à Rua dos Loureiros; acesso ao Casal da Serra, com cerca de 50m de ao cimo da Avenida Montes Hermínios e arranjo do pequeno troço da respetiva estrada, que se encontra quase intransitável; estudo da terraplanagem do novo local nos baldios da Junta, no Cabeço, destinado às Feiras e mercados e respetivos caminhos de acesso; arranjo do caminho de acesso ao Colégio da Vila; de solução também urgente foi destacado a conveniência da mudança do estudo do esboço do Plano de urbanização para esta Vila, a efetuar pela hidrotécnica e o seu prosseguimento, em ordem a poderem seguir-se soluções o mais breve possível, de modo a poder começar a resolver-se o premente problema habitacional, decidindo-se oficiar à Câmara Municipal neste sentido; reforço do abastecimento de água à Vila.

Mais informou que pelo presidente da Câmara foi confirmado que iria ser enviado um funcionário dos Serviços Técnicos para ser estudada a melhor solução para estas pequenas obras pretendidas; foram também tratados mais alguns aspetos relacionados com o trânsito e estacionamento de veículos, assunto que foi resolvido tratar mais tarde

---

<sup>573</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.1.1968.

<sup>574</sup> Destacam-se desse Plano quatro polos «que foram particularmente estruturados»: o Largo da Feira (transformado em zona habitacional); o futuro local da feira junto do Bairro de S. José; o desaparecimento das Machedes e o futuro polo de desenvolvimento em direção à atual Estação de Caminhos de ferro.

<sup>575</sup> AMC, Câmara, *Livro n.º 125* de 9.2.1972 a 18.4.1972

<sup>576</sup> *Jornal do Fundão*, 23.1.1972.

após obtenção de um conhecimento mais profundo, respeitante ao futuro Plano de Urbanização da Vila.<sup>577</sup>

A nova Vereação da Câmara Municipal da Covilhã reuniu pela primeira vez, presidida pelo eng. Vicente Borges Terenas. Entre os vereadores, o tortosendense Jaime Carvalhão Sousa, industrial. O presidente deu conta das tarefas desempenhadas em Lisboa. Entre outras: esteve na Hidrotécnica, empresa encarregada do Plano Diretor Municipal, onde tratou de assuntos referentes à prevista zona industrial e centro Cívico; já as variantes e os acessos da cidade e a ligação com Lisboa foram assuntos debatidos na Direção Geral das Estradas.<sup>578</sup>

Em maio seguinte, no *Notícias da Covilhã*, a nova Junta de Freguesia é classificada de «inconformista». Justifica-se:

parece-nos animada de inquebrantáveis propósitos quanto ao problema da habitação, quanto à nova política de terrenos, quanto à implantação do novo local da Feira, quanto às obras a fazer na Estrada e no Casal da Serra, quanto ao corte de algumas curvas na rodovia Tortosendo-Covilhã e especialmente quanto à aprovação do anteprojecto de urbanização da nossa terra da Direção Geral de Urbanização, onde jaz há já longos meses.»<sup>579</sup>

Posteriormente, em 10 de outubro do mesmo ano, o presidente da Câmara em exercício, eng. Vicente Borges Terenas, lembrou que desde 1965, ano do início do mandato, se preocupara com a elaboração de um Plano Diretor (...) Informou ainda que havia necessidade de elaborar planos parciais de urbanização para a Vila do Tortosendo.<sup>580</sup> Destacam-se, desse Plano, quatro polos «que foram particularmente estruturados»:

o Largo da Feira (transformado em zona habitacional); o futuro local da feira junto do Bairro de S. José; o desaparecimento das Machedes e o futuro polo de desenvolvimento em direção à atual Estação de Caminhos-de-ferro.

Por sua vez, a estrada do Casal da Serra «é um caminho de terra batida, cheio de covas que metem susto a qualquer automóvel e obrigam o transeunte a procurar terreno para assentar os pés».<sup>581</sup>

O eng. Manuel Garrett faz parte da Junta Distrital.<sup>582</sup>

---

<sup>577</sup> Ata de 31.1.1972, AJFT, Livro de Atas da Junta de Freg. de Tortosendo n.º 5, de 2.1.1968 a 28.2.1972

<sup>578</sup> *Jornal do Fundão*, 23.1.1972.

<sup>579</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.5.1972.

<sup>580</sup> Ata de 10.10.1972 Livro n. 128 6.9.1972 a 12.12.1972.

<sup>581</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.1.1972.

<sup>582</sup> *Jornal do Fundão*, 2.7.1972.

Em 18 de abril de 1972, ocorre a posse pública do tortosendense Jorge Craveiro de Sousa no cargo de vice-presidente da Câmara Municipal da Covilhã.<sup>583</sup> Jorge Craveiro, conforme referimos anteriormente, desempenhou o lugar de vogal (dois mandatos) e de presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo (igualmente dois). Em finais de abril de 1973, o *Notícias da Covilhã* anuncia que Jorge Craveiro de Sousa vai ser nomeado presidente da Câmara Municipal da Covilhã,<sup>584</sup> cargo que desempenhará até ao 25 de Abril de 1974.

**JORGE CRAVEIRO DE SOUSA** (Tortosendo, 1921-1984)

Fez os estudos secundários no Porto, Covilhã e Castelo Branco onde militou na JEC. No Tortosendo, enquanto empregado na indústria, fez parte da JOC. Exerceu o apostolado familiar e pertenceu ao Movimento dos Cursos de Crisandade.

Possui larga experiência administrativa em várias empresas. Desempenhando atualmente as funções de administração nas seguintes empresas: Sociedade de Fabricantes Lda., Empresa Industrial do Tortosendo, Lda., Sofabrilã, Sofabril, Tecidos e Confeções, Lda. e Cerâmica de S. Pedro, Lda.

Também na vida pública desempenhou cargos de relevo: foi presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo de 1960 a 1967. Vogal do Conselho Municipal da Covilhã de 1960 a 1967. Administrador dos Serviços Municipalizados da Covilhã de 1960 a 1967. Vereador da Câmara da Covilhã (Pelouro de Estradas e Caminhos e de Obras e Melhoramentos Rurais) de 1968 a 1971. Procurador do Município da Covilhã junto do Conselho Distrital de 1968 a 1971. Comissário da GAEC em 1970. Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Covilhã de 1968 a 1971. Nomeado vice-presidente da Câmara Municipal da Covilhã em janeiro de 1972. Em maio de 1973, foi empossado como presidente da Câmara Municipal.

Cidadão interveniente, preocupado com as causas sociais. Em associações locais, desempenhou os cargos de presidente: da Conferência de S. Vicente de Paulo do Tortosendo (anos 50), do Conselho Fiscal do Sport Tortosendo e Benfica (cerca de 1953), e da Assembleia Geral do Unidos Futebol Clube Tortosendo (cerca de 1966) e realizou várias Conferências em Tortosendo, tanto em iniciativas próximas da Igreja local, como no Unidos Futebol Clube Tortosendo.

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 29.1.1972

**Pe. JOSÉ ANTÃO DO VALE CARVALHEIRA** (Ourondo, 1922 – 2008 )

Foi ordenado sacerdote em 15 de julho de 1945. Exerceu o ministério pastoral como pároco de várias freguesias Foi auxiliar de Monsenhor Alves Brás, na Obra de Previdência e Formação das Empregadas Domésticas (1948-1951). Foi coadjutor do Pároco do Fundão e confessor no Seminário Menor.

depois de uma vida sacerdotal dedicada à comunidade do Tortosendo, desde 1957, cessa funções paroquiais em setembro de 1998

*Tortosendo – Na História, na Tradição e na Lenda, monografia sobre o Tortosendo, Nossa Senhora dos Remédios e o seu santuário em Tortosendo*, Nossa Senhora como tema predominante na sua obra em prosa e em verso, fruto da devoção a Nossa Senhora.

No Tortosendo foi responsável pela construção da capela de S. José Operário no Bairro do Cabeço e melhoramentos na capela e recinto de Nossa Senhora dos Remédios: construção do escadório decorado com painéis de azulejos relativos à vida de Nossa Senhora.

No mês de março, Jaime Carvalhão Sousa é nomeado, por proposta do vice-presidente Jorge Craveiro de Sousa, para integrar o Grupo de Trabalho da Cova da Beira.<sup>585</sup>

Em Março de 1973, anuncia-se que estão a ser feitos PGU – Planos de pormenor de áreas de expansão imediata da Vila Tortosendo. Entretanto o secretário de Estado da

<sup>583</sup> Lembramos que Jorge Craveiro de Sousa já havia desempenhado os cargos de vice-presidente e presidente da Junta de freguesia do Tortosendo. *Notícias da Covilhã*, 18.4.1972.

<sup>584</sup> *Notícias da Covilhã*, 28.4.1973.

<sup>585</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.3.1973.

Urbanização já confirmou a percentagem de 75% para a obra.<sup>586</sup> Mas apesar destas *démarches* por parte de cidadãos anónimos, presidentes da Junta de Freguesia [de Tortosendo], vereadores tortosendenses, dos correspondentes dos jornais locais, com destaque para José Laço Pinto, dos presidentes de Câmara, em especial, do eng. Vicente Borges Terenas, o PU não se concretizou até 25 de Abril de 1974.

Em 17 de outubro de 1973, foi assinada a escritura de venda, na Câmara Municipal, de um terreno no Tortosendo. Presentes, o Dr. José Nunes Maricoto Monteiro, sua esposa D. Noémia Irene Pontífice Maricoto Monteiro, que assinaram a escritura de venda e sua filha D. Gabriela Pontífice Maricoto Monteiro. O terreno era do avô da D. Noémia. O Dr. Maricoto referiu que o terreno seria para a construção de casas.<sup>587</sup> O *Notícias da Covilhã* classifica este ato como: «Mais um passo em frente».

No mesmo periódico, destaca-se o trabalho da Junta de Freguesia:

Em exercício há menos de três anos, os elementos que constituem esta Junta, com seu esforço e empenho, (...) conseguiram (...) que o Estado e a Câmara Municipal investissem cerca de 20 mil contos: em eletricidade com uma nova subestação, reforço de linhas de alta e baixa tensão e remodelação de postos de transformação, 10 300 contos; em reforço e abastecimento de água 2 923 contos; na construção do Mercado 3 765 contos; em pavimentação de ruas e saneamento, 1 242 contos; em aquisição de terrenos, 850 contos; em subsídios à Junta de freguesia para outras obras, 826 contos, o que tudo soma 19 736.

### 5.3 Eleições legislativas

«Assiste-se à reabilitação da política, não já encarada como agitação estéril, mas como saudável participação».<sup>588</sup> A União Nacional consegue, pouco a pouco, ganhar uma face renovada e como tal se apresenta na campanha eleitoral de outubro de 1969, em que, pela primeira vez, apesar das persistentes limitações administrativas à liberdade eleitoral, a Oposição concorre a nível nacional. A participação conseguida, quer a nível de mobilização, quer da expressão eleitoral<sup>589</sup>, não foi porém muito elevada. No distrito de Castelo Branco, a Oposição Democrática organizou uma lista com António Alçada Batista, Domingos Megre, José Rabaça e o Manuel João Vieira.

---

<sup>586</sup>Ata de 27.3.1973 Livro n.º 130 1.3.1973 a 26.6.1973

<sup>587</sup> *Notícias da Covilhã*, 20.10.1973.

<sup>588</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 554.

<sup>589</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 554.

**DOMINGOS MANUEL DA CUNHA P. S. B. F. DE CARVALHO MEGRE** (? , 1920-1969)

Licenciado em Direito, mas dedicou-se à indústria e à agricultura, tendo sido vice-presidente do organismo internacional da indústria cerâmica. Foi militante da Ação Católica e redator do semanário católico Flama. A sua polémica com Agostinho da Silva resultou na primeira experiência de diálogo entre católicos e não católicos. Foi, durante algum tempo, filiado na Causa Monárquica. Em outubro de 1965, foi um dos signatários do documento de oposicionistas católicos que ficou conhecido por «Manifesto dos 101».

**JOSÉ DE BASTOS RABAÇA** (Manteigas, 1926-1998)

Completo os estudos secundários em Lisboa e decidiu ir trabalhar como jornalista. Saiu e dedicou-se à vida empresarial, seguindo as pisadas familiares. Em 1969, foi designado presidente da FNIL, cargo que desempenhou até ao 25 de Abril, tendo presidido depois às reuniões em que numerosos industriais decidiram fundar a ANIL. Foi também, presidente da Assembleia-Geral do Grémio Nacional dos Industriais de Malhas e representante em Portugal do Secretariado Nacional da Lã. Iniciou a sua atividade política com o MUD-Juvenil e esteve em todas as campanhas oposicionistas, sendo particularmente ativo nas campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado. Interveio no I Congresso Republicano de Aveiro e, em 1969, apresentou ao II Congresso uma tese intitulada «Habitação – Problema Social» mas quando da realização do III Congresso da Oposição Democrática, igualmente realizado em Aveiro, em 1973, recusou participar.<sup>590</sup>

**MANUEL JOÃO VIEIRA** (Monte Margarida, Guarda, 1926 - ).

No Seminário da Congregação dos Padres Claretianos, completou os cursos de Humanidades e de Filosofia. Na Universidade Pontifícia de Salamanca, licenciou-se também em Filosofia, em 1952. Na Universidade de Coimbra, concluiu o curso de Direito. Durante dez anos (1952-1962), foi docente em vários estabelecimentos de ensino, depois do que iniciou a sua carreira forense na comarca da Sertã, fixando-se, no ano de 1962, em Castelo Branco, onde abriu escritório de advogado. Foi membro da comissão nacional do III Congresso da Oposição Democrática e candidato a deputado pela CDE, em 1969 e 1973. Foi eleito para a Assembleia Constituinte, em 1975, tendo sido vogal da 6.ª comissão (Tribunais). Na Ordem dos Advogados, presidiu à comarca de Castelo Branco, entre 1978 e 1986.<sup>591</sup>

Pelo distrito de Castelo Branco integravam a lista da UN dr. Rui Pontífice Sousa, industrial, de Tortosendo, dr. João José Ferreira Forte, dr. José Dias de Araújo Correia e dr. Pinto Castelo Branco.

**JOÃO JOSÉ FERREIRA FORTE** (Pêro Viseu, Fundão, 1923 - †).

Licenciatura em Agronomia. Delegado da Junta de Colonização Interna no distrito de Castelo Branco (1951); Presidente da Comissão Técnica Regional do Ministério da Economia; Integra a Direção-Geral Técnica e Administrativa do Ministério da Agricultura (1977); Subdiretor da Direção Regional da Agricultura da Beira Interior (1981-1983); Regressa aos quadros da Inspeção da Junta de Colonização Interna. X Legislatura (1969-1973) 1.ª Sessão Legislativa (1969-1970) Subscreve, com outros deputados, dois projetos de lei, um sobre acordos coletivos de comercialização de produtos agrícolas, florestais ou pecuários e outro sobre o crédito de colheita pelo processo de warrantagem. Faz considerações sobre o ensino no distrito de Castelo Branco. 2.ª Sessão Legislativa (1970-1971) Faz considerações sobre alguns aspetos do colóquio sobre o desenvolvimento socioeconómico da Cova da Beira, integrado nas comemorações do 1.º centenário da cidade da Covilhã, nomeadamente o estabelecimento de um regadio. 4.ª Sessão Legislativa (1972-1973) Tece algumas considerações acerca da rede de estradas do distrito de Castelo Branco.

[http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/f/forte\\_joao\\_jose\\_ferreira.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/f/forte_joao_jose_ferreira.pdf)

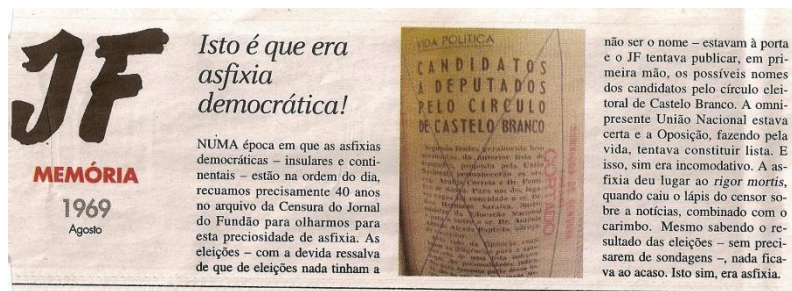
Mas quando o *Jornal do Fundão* quis dar notícia da existência das duas listas, tal não lhe foi permitido em relação à da Oposição, conforme se documenta a seguir:

<sup>590</sup> Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 234.

[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

<sup>591</sup> Idem, *Ibidem*. 296.

## «LÁPIS CENSOR» IMPEDE DIVULGAÇÃO DA LISTA DA OPOSIÇÃO 1969



Fonte: Arquivo da Censura do *Jornal do Fundão*

Tal não impediu um conjunto de ações, incluindo a apresentação de um «Manifesto ao Povo do distrito de Castelo Branco»<sup>592</sup>. Num passado recente, o *Jornal do Fundão* publicou um fac-simile e Fernando Paulouro intitulou-o de: «Um grito pela Liberdade num Manifesto da Oposição». Dos temas versados, destacamos: II - Um combate desigual; VIII – Alguns aspetos da agenda dos grandes problemas nacionais; IX – Alguns aspetos da agenda dos problemas locais. António de Araújo chama a atenção para a importância deste documento, pois «Ao candidatar-se em 1969, Sá Carneiro chega a aludir com apreço ao manifesto eleitoral apresentado pelo candidato da Oposição por Castelo Branco, António Alçada Baptista, e esse facto não o impediu de permanecer nas listas da União Nacional e conquistar um lugar na Assembleia.»<sup>593</sup>

Para Alçada Baptista, «de 1968 em diante a situação modificou-se: o desgaste do regime era evidente, a guerra colonial tinha alterado de alguma maneira a consciência da sociedade portuguesa e, quando concorria [a eleições] em 1969, ser da oposição era quase uma promoção.»<sup>594</sup> Por isso recorda factos desses tempos de campanha, em que o Tortosendo lhe merece um destaque. «Há outra coisa que devo ao antigo regime e que não posso esquecer: foi quando, durante o antigo regime apresentava a minha candidatura a deputado pela Oposição Democrática do Distrito de Castelo Branco. Foi em 1961 e 1969. Na legislatura intermédia, em 1965, não arranjàmos quatro cidadãos com disponibilidade e ousadia para enfrentar a ditadura. Foi uma experiência que sempre recordarei. (...) Em 1969, realizaram-se sessões. Éramos poucos, os bastantes para encher um teatro em Castelo Branco, no Fundão, na Covilhã, no Tortosendo.» Mas

<sup>592</sup> *Jornal do Fundão*, 22.4.2005.

<sup>593</sup> António de Araújo, «A Ala Liberal: Desencanto do Reformismo» in *1971 A Ala Liberal da Assembleia Nacional* (Coleção Os anos de Salazar), Barcelona, Planeta DeAgostini, 2008, p. 16.

<sup>594</sup> António Alçada Baptista, *A pesca à linha: Algumas memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 66.

é precisamente a sessão de Tortosendo, que se realizou no cinema local [de Joaquim Mineiro<sup>595</sup>], que merece uma apreciação especial do escritor:

(...) numa sessão, apenas se reclamava a nossa liberdade. Esse pequeno povo do distrito de Castelo Branco, que enchia aquela plateia, merece-me uma palavra de saudação e agradecimento pelo muito que me deu. Mais: foram eles que me ensinaram que a liberdade de um povo, uma vez perdida, é uma coisa difícil de reconquistar a um poder instalado que tem a seu favor muito mais do que as instituições que domina: tem por ele todo o enorme peso que impede o ser humano de ousar e arriscar.<sup>596</sup>

Por sua vez o *Jornal do Fundão* noticiou que esse colóquio (da Oposição Democrática) no Tortosendo<sup>597</sup>, «cheio de interesse», foi presidido por José Ribeiro.<sup>598</sup> Alçada Baptista recorda, ainda, um episódio ocorrido em Tortosendo, nessa altura:

Uma vez, nas eleições de 1969, um operário do Tortosendo agradecia-me, muito comovido, ter aceitado ser candidato da Oposição e andar por aquela Beira Baixa, na solidão e na indiferença gerais, a reclamar a nossa liberdade. Disse-me aquilo em palavras simples e adequadas às circunstâncias porque já fazia frio: - Nós estamos aqui a defender os nossos interesses e a melhorar o nosso pão, mas o senhor doutor podia estar à braseira e anda aqui a prejudicar-se a tratar da nossa vida.<sup>599</sup>

Para Fernando Paulouro, «As mascaradas eleitorais promovidas pela ditadura eram um breve tempo de debate dos problemas da sociedade portuguesa, um sopro de liberdade que logo se esfumava na repressão e na ausência dos direitos elementares, duas semanas que, mesmo condicionadas pela vigilância (e não poucas vezes violência das forças policiais), serviam para respirar melhor e pensar um pouquinho em voz alta.»<sup>600</sup> No entanto, Ana Sofia Ferreira defende que não era despiciendo para o Regime proporcionar esta «abertura» na realização das eleições, «porque durante as campanhas eleitorais tornava-se possível identificar novos membros da Oposição e atualizar as informações que o regime possuía sobre a estrutura, organização, apoio e ações da Oposição».<sup>601</sup>

Mas «apesar da mobilização ter sido muito superior, os resultados da oposição foram modestos, obrigando porém a UN a um dos mais baixos resultados desde sempre

---

<sup>595</sup> O cinema ficava junto à capela de N. S. do Rosário.

<sup>596</sup> António Alçada Baptista, *A pesca à linha: Algumas memórias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 49 e 50.

<sup>597</sup> Teve lugar no Cinema local.

<sup>598</sup> *Jornal do Fundão*, 23.10.1969.

<sup>599</sup> António Alçada Baptista, *Peregrinação Interior II – O Anjo da Esperança*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p.235.

<sup>600</sup> *Jornal do Fundão*, 22.4.2005.

<sup>601</sup> Ana Sofia Ferreira, «As Eleições no Estado Novo», in *Revista das Letras, História*, Porto, III Série, vol. VII, 2006, p.197.



conseguidos: 54,7% »<sup>602</sup> A UN elege todos os seus candidatos e, de acordo com os números oficiais, obtém 88% dos votos expressos, com uma abstenção de 38,5%.

Nas listas da União Nacional surgem nomes de personalidades independentes, jovens, que revelavam intenções de renovar a Assembleia Nacional: Sá Carneiro, Joaquim Macedo, Pinto Machado e José da Silva, do Porto. A estes se juntaram Pinto Balsemão, Pinto Leite e outros. É o aparecimento da Ala Liberal.

#### **5.4 União Nacional (UN) / Ação Nacional Popular (ANP)**

Depois das eleições de 20 de outubro de 1969, a UN pretende manter o *élan* renovador para além do momento eleitoral. Por isso anuncia, logo no começo de 1970, a realização do novo congresso que veio a realizar-se a 20 de fevereiro de 1970, no Estoril, o V Congresso da UN. E nesse congresso nasce a Ação Nacional Popular (ANP) que substitui a UN. No ato de encerramento, Marcelo Caetano, que passará a ser o presidente da Comissão Central, justifica essa mudança: pretende-se que o apoio dado pela UN ao governo tome «um cariz mais popular» e que a sua atividade não se restrinja apenas aos períodos eleitorais.<sup>603</sup>

#### **5.5 «A ala liberal» na Assembleia Nacional**

Por sua vez, a presença da «ala liberal» na Assembleia Nacional dá também esperanças de mudança. Esse grupo procura «criar condições para a elaboração de uma nova legislação que garanta a observância de direitos, liberdades e garantias fundamentais»<sup>604</sup>. A sua atuação na Assembleia Nacional é motivo de expectativa para uns, mas desagrada, claramente, aos *ultras* do regime.<sup>605</sup> «Os deputados da Ala Liberal acreditaram que, através de sucessivos projetos de lei em matéria de direitos e garantias individuais, seriam capazes de “abrir” o regime “a partir de dentro”».<sup>606</sup>

Passamos a referir alguns dos temas em que intervieram os destacados elementos da «Ala Liberal» na Assembleia Nacional pelo interesse que suscitaram, devido à sua importância. Destacamos o facto de o *Jornal do Fundão* ter feito a divulgação desses

---

<sup>602</sup> [http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Parques\\_Naturais.VR/Serra\\_da\\_Estrela/](http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Parques_Naturais.VR/Serra_da_Estrela/)

<sup>603</sup> Manuel Braga da Cruz, «Ação Nacional Popular» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 33.

<sup>604</sup> António Reis, «A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo (1958-1995)*, vol. 3, Lisboa, Edições Alfa, 1990, Idem, *ibidem*, p. 51.

<sup>605</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>606</sup> António de Araújo, «A Ala Liberal: Desencanto do Reformismo» in *1971 A Ala Liberal da Assembleia Nacional* (Coleção Os anos de Salazar), Barcelona, Planeta DeAgostini, 2008, p. 19.

trabalhos com mais facilidade do que até então, com grande interesse a nível local e regional.

#### ■ A REVISÃO CONSTITUCIONAL

Assim em junho de 1971, debatia-se a revisão Constitucional e, nesse contexto, Sá Carneiro «proferiu um discurso já considerado “o mais importante” até a [esse] momento pronunciado sobre a revisão constitucional» no qual chamou a atenção para os seguintes pontos:

Poder ilimitado pela inexistência real de separação de poderes»; «Estado de direito é estado (...) de conformidade com os direitos naturais da pessoa»; «A mais essencial das liberdades: a liberdade física.

Por sua vez, Francisco Balsemão dividiu a sua intervenção em quatro temas:

«Que a lei ordinária não negue na prática os direitos consagrados ao diploma fundamental»; «Opinião pública: elemento fundamental da política e administração do país»; «O sufrágio indireto não se integra no sistema condicional português»; «Poderes da Assembleia Nacional».

Também interveio Miller de Guerra, que defendeu que «as liberdades públicas sejam realmente garantidas na Constituição».<sup>607</sup>

A Constituição foi revista. O novo texto da Constituição foi aprovado por unanimidade<sup>608</sup>, mas apresenta apenas ligeiras alterações, caso dos territórios ultramarinos que terão estatutos próprios.<sup>609</sup> Já a eleição do Chefe do Estado continua a fazer-se por sufrágio indireto.<sup>610</sup> Logo, a revisão constitucional de 1971 ignora as propostas apresentadas pela «Ala liberal». A dado momento, «assistiu-se à retirada de deputados jovens pertencentes à «ala liberal», como protesto à maneira como foram feitos os debates.<sup>611</sup>

Rui Pontífice Sousa fez parte da IX e X legislaturas. Apesar de fazer parte das listas para a XI Legislatura, não foi eleito deputado por ter falecido em vésperas do ato eleitoral.<sup>612</sup> Na Assembleia Nacional, de 1965 a 1973, preocupou-se, como lhe competia, com o desenvolvimento do distrito de Castelo Branco, com o desenvolvimento da região de turismo da serra da Estrela. Trata de problemas de transportes e turismo na serra da Estrela. Empenha-se verdadeiramente na criação do

<sup>607</sup> *Jornal do Fundão*, 27.6.1971.

<sup>608</sup> A Lei 3/71 promulga a nona revisão da Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em 1933.

<sup>609</sup> *Jornal do Fundão*, 18.7.1971.

<sup>610</sup> *Ibidem*, 18.7.1971.

<sup>611</sup> *Jornal do Fundão*, 18.7.1971.

<sup>612</sup> [pp.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/s/sousa\\_rui\\_pontifice\\_de.pdf](http://pp.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/s/sousa_rui_pontifice_de.pdf)

Ciclo Preparatório no Tortosendo, aspiração que se concretizou em 1968. Perante o Quadro, e pela sua biografia, podemos acompanhar o percurso político de Rui Pontífice de Sousa: vereador da Câmara municipal da Covilhã durante dois mandatos e deputado por duas legislaturas.

#### ■ POLÍCIA POLÍTICA

A partir de 1969, a polícia política adoptará a designação de Direcção Geral de Segurança (DGS), designação que não significa mudança de práticas, Marcelo Caetano «assinalou ainda que pretendia sempre evitar a má reputação da PIDE e que também o ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, se havia mostrado “constantemente interessado” em manter a Polícia dentro da legalidade (...) Na verdade apesar das afirmações de Caetano, os métodos de detenção arbitrária e tortura não sofreram alterações básicas tendo mesmo endurecido, no segundo período de críspação do marcelismo».<sup>613</sup>

Na Assembleia Nacional, em janeiro de 1972, a atuação da DGS foi o tema da intervenção de Sá Carneiro. Propôs que «a Assembleia Nacional designe uma comissão eventual para estudar todas as queixas<sup>614</sup>, reclamações e acusações formuladas e proceder a inquérito à atuação da Direcção Geral de Segurança e no regime prisional da cadeia de Caxias, devendo apresentar no prazo de um mês um relatório circunstanciado da sua atividade, das conclusões a que chegou e das medidas que propõe.» O Presidente não chegou a declarar se aceitava este requerimento. Depois do deputado Sá Carneiro falar, usou da palavra o porta-voz do Governo que, conhecendo previamente o teor da intervenção, leu uma declaração que termina da seguinte forma: O Governo «está certo de que a designação pela Assembleia da Comissão de Inquérito sugerida pelo deputado Sá Carneiro seria interpretada pela opinião pública como desautorizadora da luta que vem sendo conduzida sob sua responsabilidade contra o terrorismo. [Pelo que] Não pode aceitar tal sugestão.»<sup>615</sup>

Em janeiro de 1972, segundo o *Jornal do Fundão*, o Supremo Tribunal confirma a nulidade das declarações feitas sem presença de advogado. Em outubro seguinte, o

---

<sup>613</sup> Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 47.

<sup>614</sup> Referiu queixas «quanto a prisões e buscas sem mandados judiciais e a métodos de interrogatório durante os quais se não admite a presença de advogado dos suspeitos presos», a «investigação não pode ser obtenção de confissões».

<sup>615</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.1.1972.

mesmo jornal adverte que a assistência do advogado aos interrogatórios poderá ser interdita.<sup>616</sup>

No que respeita às Medidas de Segurança, o Dec. -Lei n.º 184/72, de 31 de maio, veio introduzir limites às prorrogações de penas (dois períodos sucessivos de dois anos). Finalmente, o Dec. -Lei n.º 450/72, de 14 de novembro, declarou «abolidas as Medidas de Segurança de internamento previstas no art.º 7 do Decreto-Lei 40 550, de 12.3.1956», com exceção do internamento em manicómio criminal. A prorrogação da pena ilimitada foi abolida, tal como o foram as medidas aplicáveis a políticos, desaparecendo assim a «categoria de presos indisciplinados e a possibilidade de aplicação de uma pena indeterminada a qualquer condenado em pena de prisão».<sup>617</sup>

#### ■ CENSURA

Com Marcelo Caetano, aconteceu uma certa «descompressão», criam-se novas expectativas que abrangiam também a censura. No Verão de 1971, a Assembleia Nacional discutira a proposta do Governo aprovada com alterações, bem como o projecto dos deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão que veio a ser rejeitado. Marcelo Caetano falava mesmo na sua abolição, mas defendia-a durante um período de transição em virtude da situação de guerra «subversiva» em África e as precauções a ter na retaguarda, em face da «arma psicológica» que o inimigo interno e externo não deixaria de usar» o que justifica o *exame prévio*, que substituíra o *visado pela censura*, ao ser aprovada uma nova lei de imprensa, em 1971 (Lei n.º 5/71). Em 1972 é proibida «a inclusão da menção» *Visado pela censura*, nas publicações periódicas. O Diário do Governo de 5 de maio de 1972 insere o novo Estatuto da Imprensa Portuguesa que entrará em vigor em de 1 de junho. Por este diploma é extinta a Direcção dos Serviços de Censura mas, com fundamento na resolução da Assembleia Nacional de 20 dezembro de 1971, a imprensa periódica fica sujeita ao exame prévio, «enquanto durar o estado de emergência».<sup>618</sup> Não obstante, verifica-se efectivamente uma moderação da prática censória, o que facilmente se constata nos jornais locais que consultámos no nosso trabalho, comprovada por outro tipo e forma das notícias e mesmo da linguagem jornalística. «A partir de 1970, com Marcelo Caetano, o rigor da Censura (passou a designar-se Comissão do Exame Prévio), desloca-se para os grandes problemas da política nacional, que continuam a ser tabu. O Jornal do Fundão regressa então à

---

<sup>616</sup> *Jornal do Fundão*, 8.10.1972.

<sup>617</sup> Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 474.

<sup>618</sup> *Jornal do Fundão*, 21.5.1972.

Delegação de Censura de Castelo Branco. Já se pode criticar molemente a calçada em mau estado, a liberalização abre-se para os serventuários menores do regime.»<sup>619</sup>

Também os filmes eram alvo da Censura. Assim, segundo o Boletim da União de Grémios dos Espetáculos de que é Diretor Vasco Morgado, no período de 12 de abril a 29 de agosto de 1972, em 173 filmes visados, foram aprovados 143 (73 com cortes). A Censura, segundo a classificação etária, recaiu da seguinte forma: grupo A – 3 filmes; grupo B – 11; grupo C - 42 e grupo D - 87.<sup>620</sup>

A própria Lei de imprensa, «em que tantas esperanças se haviam depositado, nada de substancial altera em relação ao regime vigente»<sup>621</sup>. Entretanto, o núcleo da SEDES da Covilhã promoveu a realização de uma conferência sobre «Meios de comunicação social» que ocorreu em 27 de maio, no salão de festas do Teatro Cine. Contou com a presença dos deputados Magalhães Mota e Sá Carneiro. Rui Vilar foi o moderador. Antes, José Barata falou das atividades a desenvolver pela SEDES.<sup>622</sup>

Na Assembleia Nacional «a Ala Liberal via progressivamente neutralizados os seus esforços de liberalização e democratização do regime, com recusa dos seus projetos de revisão constitucional e da lei de imprensa, entre outros, em 1971, e mais tarde com o fracasso da estratégia de substituição de Américo Tomás por Spínola na Presidência da República, em 1972.» (...) Por tudo isto «a ANP via esmorecer o seu dinamismo».<sup>623</sup>

«Quando viram ser impossível liberalizar o regime – e, muito menos, encaminhá-lo num sentido democrático -, abandonaram o parlamento e regressaram às atividades e profissões que sempre tiveram, sem deixar, ainda assim de intervir na vida pública.»<sup>624</sup> Sá Carneiro, líder dessa «ala liberal», renuncia ao cargo de deputado, em princípios de 1973, e este procedimento será seguido por Miller Guerra.

«A desventura dos liberais evidenciou, à vista de todos, o bloqueio de qualquer veleidade de transformar o regime “a partir de dentro”».<sup>625</sup>

---

<sup>619</sup> Viagem aos arquivos da Censura. Quando o gesto criador era destruído... Recebido em 14.5.2010  
Fernando Paulouro Neves.

<sup>620</sup> *Jornal do Fundão*, 3.12.1972.

<sup>621</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>622</sup> *Jornal do Fundão*, 4.6.1972.

<sup>623</sup> Manuel Braga da Cruz, «Ação Nacional Popular» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 33, 34.

<sup>624</sup> António de Araújo, «A Ala Liberal: Desencanto do Reformismo» in *1971 A Ala Liberal da Assembleia Nacional* (Coleção Os anos de Salazar), Barcelona, Planeta DeAgostini, 2008, p. 26.

<sup>625</sup> *Idem, Ibidem*. p. 26.

Paralelamente, O *Notícias da Covilhã* de 24 de junho de 1972 refere o discurso do Presidente do Conselho no Plenário da ANP de Setúbal, e salienta que o responsável máximo assumiu que a ANP «quis renovar a “sua profissão de fé” que orienta a sua multiforme actividade política.» E que «a luta em que estamos empenhados é uma luta de conceção de vida». Para tal essa política tem que traduzir-se na «defesa dos valores em que acreditamos». «Acreditamos na Pátria, acreditamos na Família, acreditamos na propriedade privada, acreditamos na Autoridade, acreditamos na necessidade da observância de normas morais na convivência entre os homens.»<sup>626</sup>

O mesmo periódico, na mesma data, informa que reuniu na Câmara Municipal da Covilhã, a Comissão Concelhia da ANP, a que preside o dr. José Ranito Baltazar que se ocupou de vários assuntos referentes ao actual momento político. Presidiu à reunião o governador civil de Castelo Branco, o Dr. Manuel de Ascensão Azevedo, e estiveram ainda presentes, o presidente distrital deste Organismo, dr. Carlos Coelho, o vice-presidente da Câmara em exercício, Jorge Craveiro de Sousa, e «outros elementos pertencentes àquela política». Por sua vez, o *Jornal do Fundão*, em Junho de 1972, refere os trabalhos do I Plenário da Legião Portuguesa, com a presença do ministro da Defesa.» E esclarece que «A declaração final do Plenário corresponde à reafirmação de que a Legião Portuguesa tem sido, mas agora mais notoriamente, empenhada em colaborar com as forças estabelecidas segundo a ordem social do País e em contribuir mais decisivamente para contrabalançar as consequências da progressiva consciencialização do povo português, que começa a fazer-se sentir com maior eficiência e em maior extensão.»<sup>627</sup>

De acordo com uma notícia do *Jornal do Fundão* de 23 de julho, no salão nobre da Câmara Municipal, representantes do Município, da ANP, da PSP, da GNR, do Clero, das Juntas de Freguesia e outras entidades reuniram-se para, segundo o Eng. Vicente Borges Terenas, «manifestarem a sua adesão à política superiormente definida por S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Conselho».<sup>628</sup>

## 5.6 A questão ultramarina

O *Notícias da Covilhã*, em julho de 1972, divulga aspectos de uma comunicação de Marcelo Caetano ao País. O Chefe do Governo reafirmou a existência de paz no

---

<sup>626</sup> *Notícias da Covilhã*, 24.6.1972.

<sup>627</sup> *Jornal do Fundão*, 25.6.1972.

<sup>628</sup> *Idem, Ibidem*, 23.7.1972.

Ultramar e deteve-se largamente na análise da situação. Disse «que não é de um dia para o outro que se passa de uma sociedade tribal para uma sociedade industrial. Rejeitou a expressão guerra colonial com que o País é atacado. (...) Sublinhou o facto de o Ultramar não constituir um Vietname.» «Sobre a negociação, o presidente do Conselho afirmou que equivaleria a uma capitulação. (...) Perante este enorme desafio da História há uma só palavra que vos posso dizer: unidade.»<sup>629</sup> Apesar destas convicções do presidente do Conselho, a nível internacional existia muita contestação, concretamente em importantes instituições internacionais, e o isolamento de Portugal vinha aumentando.

Em julho, Portugal retira-se formalmente da UNESCO e a justificação é a seguinte: «A atitude adotada é decorrente das posições adoptadas na UNESCO a respeito das Províncias Ultramarinas Portuguesas, especialmente devido à ajuda que aquela instituição supranacional tem concedido aos guerrilheiros, sob forma de assistência regional da África portuguesa, nas regiões consideradas “libertadas”»<sup>630</sup>

No mesmo mês, Portugal abandona a Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) por, na sessão do próprio dia, «ter sido aprovada uma resolução condenando a repressão nos territórios de África».<sup>631</sup>

No mês seguinte, o *Jornal do Fundão* informa que o Comité de Descolonização das Nações Unidas (Comité dos 24) entregou ao Conselho de Segurança o seu relatório da visita à Guiné-Bissau, pedindo que se faça pressão sobre Portugal para o levar a acabar com os atos de repressão sobre a população das regiões libertadas e retirar as suas forças do território.<sup>632</sup> O mesmo jornal, em setembro, informa que uma Comissão das Nações Unidas comunica a Portugal e à África do Sul para concederem a independência aos seus territórios no estrangeiro, transferindo os poderes políticos para os povos da Rodésia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Ilhas Virgínia, nomeadamente.

Os combates da Guerra Colonial «desenrolam-se a milhares de quilómetros e a imprensa era estritamente controlada pelas Forças Armadas e pela Censura. A informação fornecida ao público sobre o andamento da guerra, vitórias, insucessos, vítimas e problemas de ordem geral, era minuciosamente doseada. A despolitização da vida pública, habitualmente pretendida por Salazar, mantinha-se em vigor, mesmo em

---

<sup>629</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.7.1972.

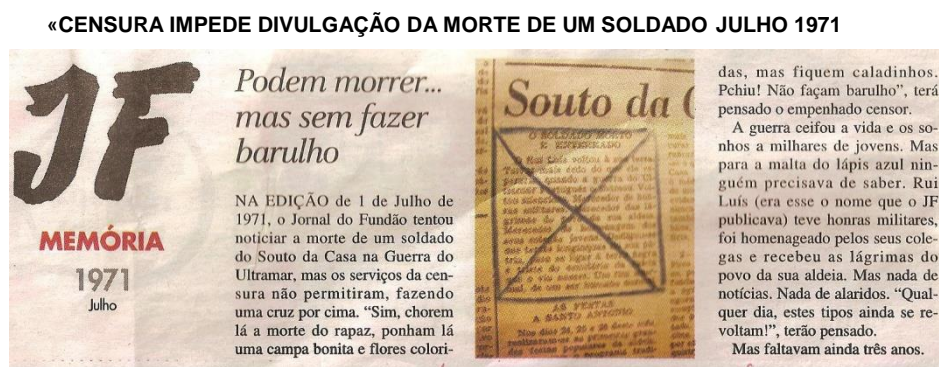
<sup>630</sup> *Jornal do Fundão*, 18.7.1971.

<sup>631</sup> *Ibidem*, 2.7.1972.

<sup>632</sup> *Ibidem*, 13.8.1972.

temas relacionados com as actividades militares». Embora a guerra se desenrolasse em lugares muito afastados e, portanto, não interferisse, propriamente, na vida do País, não podem esquecer-se a incerteza e ansiedade das famílias dos militares, vividas ao longo dos dois anos, sabendo que os seus filhos, irmãos, namorados estavam em teatro de guerra. Estes nossos comentários são muito sentidos, pois vivemos, em primeiro lugar, os vinte e seis meses da presença do namorado, em Angola; repentinamente, faleceu seu pai e a sua mãe foi diagnosticada uma doença cancerosa, avaliada como incurável pelo cirurgião do Hospital da Covilhã, mas que, felizmente, foi solucionada pelo IPO de Lisboa. Regressa o namorado e, passados cerca de quatro meses, parte o nosso único irmão para Angola.

As notícias oficiais eram de um terrível laconismo e, no mesmo tom, eram dadas às famílias as notícias de que os seus familiares tinham sido feridos ou mortos em combate.



Fonte: Arquivo da Censura do Jornal do Fundão (Data desconhecida)

Apesar disso, na opinião de António Barreto, a actividade económica colhia alguns benefícios das despesas militares e da redistribuição causada pelas remunerações. A guerra coincide com o período de mais forte crescimento económico, tanto europeu como português. Devido ao esforço de guerra e à emigração, o desemprego masculino desapareceu quase por completo. Nessa situação, o emprego feminino cresce rapidamente. Nas colónias, muito especialmente em Angola, assiste-se a um esforço de investimento público e privado inédito. Surgem novas unidades fabris, enquanto a produção alimentar e algumas indústrias crescem de modo significativo.<sup>633</sup>

<sup>633</sup> António Barreto, «Revolução de 25 de Abril de 1974» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 252.



Um pouco menos de 3% da população prestava serviço militar. Não obstante, para o seu cumprimento, os soldados eram obrigados a deslocar-se de umas regiões para outras e muitos fixaram residência em áreas urbanas, como Lisboa e Porto. O serviço militar proporcionou, ainda, «contacto entre gente de classes sociais diversas», oportunidades de alfabetização para uns e, até, «foi para muitos um meio de aquisição de uma formação técnica ou profissional que não tinham, nem teriam noutras condições».

Em resumo, Portugal sofreu, nestas suas três guerras, «8.831 mortes (de todas as raças), de 1961 a 1974 (média anual de 630) e teve talvez 32.195 feridos, numa incorporação de 82.000 recrutas metropolitanos.»<sup>634</sup> «Entre 1961 e 1974, cerca de 800.000 mancebos foram chamados a prestar serviço militar. Destes, 8.300 morreram e 26.000 ficaram mutilados. Apesar de saber que a guerra se estava a tornar impopular, Marcelo sentia-se incapaz de resolver o problema.»<sup>635</sup>

Também Tortosendo enviou jovens para as várias Colónias Portuguesas, distribuídos de acordo com o quadro que se segue:

**QUADRO 1.12 - RELAÇÃO DOS MANCEBOS DE TORTOSENDO QUE LUTARAM NAS COLÓNIAS  
1961 - 1974**

<b>Regiões de destino</b>	<b>N.º mancebos</b>	<b>Mortos</b>
Cabo Verde	3	
Guiné	28	2
Angola	94	2
S. Tomé	0	
Moçambique	42	1
Macau	2	
Timor	2	
Índia	8	
Província desconhecida	27	5
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	

Fonte: Recolha de Romeu Taborda e José Manuel Matos, realizada em 2002.  
Quadro executado pela autora.

<sup>634</sup> René Pélissier, «Guerras coloniais» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 162.

<sup>635</sup> António Reis, «A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo (1958-1995)*, vol. 3, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 51.

Foi, portanto, de 206 o número total de mancebos do Tortosendo que lutou nas colónias, tendo ocorrido 5 mortes. Genericamente, podem ainda acrescentar-se as sequelas físicas e psíquicas traumatizantes que têm acompanhado muitos ao longo da vida que, na maior parte dos casos, não mereceram qualquer tipo de apoio por parte do Estado.

Porém, com o passar do tempo, foi crescendo o número de refratários. À semelhança do que acontecia no resto do País, bastantes mancebos de Tortosendo, ao aproximar-se a altura de se apresentarem à inspeção militar, (vulgarmente «ir ao número» ou «tirar as sortes»), ou já depois de «apurados» ou mesmo quando já se encontravam a cumprir o serviço militar, desertavam e emigravam clandestinamente.

### **5.7 Últimas eleições do Estado Novo: do Presidente da República - 1972; da Assembleia Nacional - 1973**

Por finais do Marcelismo, realizar-se-ão, ainda, eleições presidenciais e eleições para a Assembleia Nacional, respectivamente, em 1972 e 1973.

■ **1972 - DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA** No início de julho de 1972, na aproximação às eleições para a presidência da República, a Comissão Central da ANP, sob a presidência do prof. Marcelo Caetano, resolveu por unanimidade promover a apresentação da candidatura do Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás à eleição para a chefia do Estado<sup>636</sup> cuja designação foi marcada para 25 do mesmo mês. De imediato começam a ser divulgadas manifestações de apoio à política do Governo e à candidatura de Américo Tomás, procedentes dos municípios.<sup>637</sup> Também a Câmara da Covilhã deliberou, por unanimidade, «enviar telegrama de apoio pela proposta de candidatura do Almirante Américo Tomás para a Presidência da República»<sup>638</sup> e idêntico apoio manifestaram também as Juntas de Freguesia do concelho, bem como manifestaram o seu apoio à política ultramarina do Governo e à candidatura do Sr. Almirante Américo Tomás à Presidência da República.<sup>639</sup> Anteriormente, realizara-se uma reunião de apoio à política do governo, no salão nobre da Câmara Municipal, com representantes do Município, da ANP, da PSP, da GNR, do Clero, das Juntas de Freguesia e outras

---

<sup>636</sup> *Jornal do Fundão*, 9.7.1972.

<sup>637</sup> *Ibidem*, 16.7.1972.

<sup>638</sup> Os telegramas foram dirigidos ao Almirante Américo Tomás, ao Prof. Marcelo Caetano e ao Dr. Domingos Rapazote *Notícias da Covilhã*, 8.7.1972.

<sup>639</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.7.1972.

entidades para, segundo Vicente Borges Terenas, «manifestarem a sua adesão à política superiormente definida por S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Conselho.»<sup>640</sup>

A eleição teve lugar no dia 25 de julho, na Assembleia Nacional. Presidiu à eleição o Eng. Amaral Neto, presidente da Assembleia Nacional. Segundo as normas constitucionais em vigor, não se realizou campanha eleitoral para esta eleição.<sup>641</sup> Patrocinou a candidatura a Acção Nacional Popular. Não houve candidato da Oposição. A eleição realizou-se através de um Colégio Eleitoral composto por 669 eleitores. Eleito pela primeira vez há 14 anos, o Almirante Américo Tomás foi eleito por 616 votos, sendo 29 nulos. Registaram-se 24 ausências.<sup>642</sup> Entretanto durante a madrugada ocorreram explosões em diversos pontos do Norte e Centro do País (...) Em *O Século* afirma-se que «foram actos de violência e terrorismo» e que «a discordância das ideias não pode remediar-se com o ódio nem com o terror.»<sup>643</sup>

#### ■ DA ASSEMBLEIA NACIONAL - 1973

O I Congresso da ANP, realizado em Tomar de 3 a 6 de maio de 1973, com vista a preparar o acto eleitoral, procedeu à elaboração de uma série de recomendações políticas para a elaboração de um programa eleitoral.

Em 15 de julho, realizou-se o Plenário da ANP de Castelo Branco. Presidiu o dr. Elmano Alves, presidente da Comissão Executiva, ladeado pelo chefe do distrito, capitão Manuel Geraldês Nunes, presidente da Comissão Distrital, dr. Carlos Coelho, e presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, eng. Manuel da Silva Castelo Branco, deputados pelo círculo e oradores. Presentes os presidentes das Câmaras, juntas de freguesia e individualidades militares e civis. Falou Carlos Coelho e o presidente da Comissão Concelhia de Castelo Branco que, para além do mais, se mostrou confiante perante as declarações do presidente do Conselho «no seu Estado social, ao querer valorizar as zonas do interior, em paralelo com as do litoral». Maria Amélia Boavida, presidente do Núcleo Feminino da ANP em Castelo Branco, declarou «em palavras despretensiosas mas convincentes, ser necessário alertar a mulher e responsabilizá-la. (...) A mulher de hoje, para além de esposa e mãe, tem outras funções a desempenhar.

---

<sup>640</sup> *Jornal do Fundão*, 23.7.1972.

<sup>641</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.7.1972.

<sup>642</sup> *Jornal do Fundão*, 30.7.1972.

<sup>643</sup> *Ibidem*, 9.8.1972.

Carece de se integrar no conceito socioeconómico. A sua formação implica, como é óbvio, a sua informação.».<sup>644</sup>

Ainda a respeito das próximas eleições legislativas, a X legislatura, marcadas para o dia 28 de outubro, em setembro, o *Notícias da Covilhã* informa que também «monárquicos hostis o Governo vão apresentar candidatos».<sup>645</sup> Não admira que, ainda no mesmo mês, perante esta dinâmica da oposição, o Conselho de Ministros reunido sob a presidência do chefe do Governo, prof. Marcelo Caetano, aprovou um decreto-lei que estabelece as sanções a aplicar «àqueles que, tendo apresentado as suas candidaturas ou apoiado em qualquer comissão eleitoral, as candidaturas apresentadas, manifestem publicamente o propósito de não concorrer ao acto eleitoral ou, por qualquer modo incitem os eleitores a abster-se de votar.»<sup>646</sup>

Depois de aberto o período eleitoral, a ANP divulgou os nomes dos candidatos, pelo Círculo de Castelo Branco, a saber:

Eng. João Pinto de Castelo Branco, administrador de empresa; eng. José Dias de Araújo Correia, economista, deputado desde a I legislatura; dr. Rui Pontífice de Sousa (tortosendense, industrial e administrador de empresa); Sebastião Alves

**JOÃO PAULO DUPUICH CASTELO BRANCO (CASTELO BRANCO, 1924- )**

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica. Católico. Em 1969 era dirigente da União Católica de Industriais e Dirigentes do Trabalho. Secretário do Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, Jorge Pereira Jardim (1949); Participa no IV Congresso da UN (1956); Vice-presidente da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa, em que estava filiado desde 1936 (1969); Membro da Comissão Concelhia de Lisboa da UN.

X Legislatura (1969-1973) 1.ª Sessão Legislativa (1969-1970) (...) Discute na generalidade a proposta de lei sobre a adoção de medidas tendentes ao desenvolvimento da região de turismo da serra da Estrela. 2.ª Sessão Legislativa (1970-1971) Aborda a questão da idade da reforma dos mineiros, face ao problema da maior severidade do regime de trabalho a que estão sujeitos. (...) 4.ª Sessão Legislativa (1972-1973) Faz um aparte à intervenção de Ferreira Forte acerca dos problemas da rede de estradas no distrito de Castelo Branco. Solicita ao Governo que acelere o estudo e a realização dos trabalhos de ampliação e de beneficiação do aeródromo de Castelo Branco e da localização e construção de Covilhã. XI Legislatura (1973-1974) 1.ª Sessão Legislativa (1973-1974) (...) Alude à saudade que sentia ao evocar a memória do candidato a Deputado Pontífice Sousa.

Fonte: [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/c/castelo\\_branco\\_joao\\_paulo\\_dupuich.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/castelo_branco_joao_paulo_dupuich.pdf)  
Acedido em 10.12.2015

Ao mesmo tempo, inicia contacto com o eleitorado.

## ■ OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

No último dia do ano de 1972, no *Jornal do Fundão* anuncia-se para março seguinte, em Aveiro, a realização do 3.º Congresso da Oposição Democrática. «O importante acontecimento que terá a duração de seis dias será certamente

<sup>644</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.7.1973.

<sup>645</sup> Foi comunicado numa Conferência de Imprensa do grupo promotor de um encontro político de monárquicos que não pode realizar-se por não ter sido autorizado pelo Ministério da Interior. Faziam parte o arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, Presidente do Movimento Monárquico, o dr. Henrique Barrilaro Ruas, o dr. João Vaz Serra, e o dr. Rodrigo de Moctezuma. *Notícias da Covilhã*, 8.9.1973.

<sup>646</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.9.1973.

determinante face à estratégia a utilizar pela Oposição Democrática em 1973.»<sup>647</sup> Estiveram presentes os elementos da elite operária tortosendense, Alfredo Craveiro de Matos e Júlio Machado, assinalados na foto que a seguir se apresenta.

### 3.º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA – AVEIRO – ABRIL DE 1973



Fonte: *Jornal do Fundão*, *Jornal do Fundão*, 31.12.1972.

Este Congresso veio a ter lugar de 4 a 8 de abril do ano seguinte, em Aveiro e reuniu no encerramento cerca de 4000 pessoas. Toda a problemática da atualidade portuguesa foi objeto de viva discussão.<sup>648</sup> Foi aprovada uma moção de intervenção da oposição Democrática nas próximas eleições à Assembleia Nacional.<sup>649</sup>

#### **ALFREDO CRAVEIRO DE MATOS (TORTOSENDO (1923 - )**

Ajudante de debuxador. O Alfredo Craveiro era um homem sensível à cultura e ao associativismo, que construiu quotidianamente nos tempos heroicos do Unidos, quando a promoção cultural era um ato de libertação e, por isso, brutalmente reprimida. Penso que ele era o último de um grupo de combatentes da sombra, que fizeram daquela vila operária, uma "vila vermelha", com tudo o que esta designação tinha de desafio ao tempo sinistro do salazarismo. Era um homem bom. Fernando Paulouro)

Fonte: «Nota de Redação *Jornal do Fundão*», 28.4.2000.

<sup>647</sup> *Jornal do Fundão*, 31.12.1972.

<sup>648</sup> O calendário de sessões abrangia os seguintes temas: Segurança Social e Saúde, Organização do Estado e Direitos do Homem, Desenvolvimento Económico e Social, Educação e Cultura e Juventude, Desenvolvimento Regional e Administração, Estrutura e Transformação das Relações do Trabalho, Situações e Perspetivas Políticas no plano nacional e internacional. Para tratar estes assuntos foram apresentadas centena e meia de teses.

<sup>649</sup> A romagem ao túmulo de Mário Sacramento foi autorizada em condições expressas num despacho do governo civil de Aveiro. (...) Na sessão de encerramento falaram Virgínia Moura e Lindley Cintra. *Notícias da Covilhã*, 21.4.1973.

**JÚLIO MACHADO DA CRUZ (Tortosendo, 1924-2000)**

Operário. Era um homem íntegro, bom chefe de família e pai extremo, deixa atrás de si um currículo muito rico de valores. Vida pautada pelas regras da moral, honestidade e educação, era simultaneamente um bom profissional. Granjeou a estima dos seus colegas e dos patrões que tinham por ele grande respeito. Pertencia ao aquele número e portugueses que se bateram persistentemente pela liberdade. Era um rosto que encontrávamos sempre antes do 25 de Abril, nas ações cívicas e culturais que constituíam o breve respirar desta região.

Era um homem bom e solidário que lutou pelo desenvolvimento da sua terra, participando no associativismo tortosendense. Participou nas direções do Unidos Futebol do Tortosendo, integrou a direção do Sindicato dos Têxteis e do Centro de Convívio e Apoio a Terceira Idade, fez parte da Comissão Concelhia da Secção do Partido Comunista Português do Tortosendo. «Amigo do *Jornal do Fundão* não esquecemos a solidariedade, que por atos e palavras, o Júlio Machado sempre nos manifestou». (Nota da redação do *Jornal do Fundão*)

José Laço e «Nota de Redação do *Jornal do Fundão* », 28.4.2000.

A Oposição aproveitou a Campanha nos limites impostos pelo governo, apresentou listas em dez distritos, vindo a desistir da ida às urnas na antevéspera da data prevista.<sup>650</sup> A nível regional, após a realização do Plenário de 15 de julho, no Fundão, do Movimento Democrático Eleitoral do Distrito de Castelo Branco (M.D.D.C.B.), reuniu a Comissão Executiva, tendo ficado assim constituída a lista de candidatos, divulgada através de um comunicado:

Manuel João Vieira, advogado, Castelo Branco; Carlos Alberto de Sousa Vale, gerente comercial, Castelo Branco; José António Pinho, comerciante, Covilhã; Carlos Alberto Ambrósio da Silva Ferreira, estudante, Castelo Branco.

**MANUEL JOÃO VIEIRA** .<sup>651</sup>

**CARLOS ALBERTO DE SOUSA VALE (LISBOA 1935 - )**

Gerente comercial em Castelo Branco, militou no Movimento Democrático do distrito desde 1958, quando da candidatura do general Delgado à Presidência da República. Membro do Partido Comunista, desenvolveu intensa atividade política, designadamente nos períodos eleitorais legislativos. Castelo Branco, CDE 1973.

Fonte: Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p.286.

**JOSÉ ANTÓNIO GABRIEL PINHO (COVILHÃ,1940 - )**

Comerciante. Trabalhou no comércio desde os 10 anos de idade, logo depois de concluída a 4.ª classe da instrução primária. Em 1959, esteve preso, à ordem da PIDE, durante 13 meses, em Peniche e em Caxias. Voltou a ser preso em 1963 e em 1968 e foi enviado para o forte de Elvas, tendo sido absolvido em tribunal da primeira vez e libertado sem julgamento das outras duas. Colaborou nas campanhas eleitorais do general Delgado, em 1958, e legislativas, em 1969, pelo círculo de Castelo Branco, pelo qual se candidatou em 1973. Depois do 25 de Abril, dedicou-se apenas à sua vida profissional.<sup>652</sup>

**CARLOS ALBERTO AMBRÓSIO DA SILVA FERREIRA (CASTELO BRANCO, 1949- )**

Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Exerceu funções docentes na Escola Comercial e Industrial de Castelo Branco. Nas eleições de 1973, substituiu o candidato Teles André, que desistiu de concorrer. Castelo Branco, CDE 1973

Fonte: Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 229.<sup>653</sup>

<sup>650</sup> Manuel Braga da Cruz, «Eleições» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 614.

<sup>651</sup> Biografia anteriormente incluída neste capítulo.

<sup>652</sup> Fonte: Mário Matos e Lemos, *op. cit.*, p. 229

<sup>653</sup> [http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

<sup>653</sup> [http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf). Acedido em 11.7.2015

### COMÍCIO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA – COVILHÃ – 1973



Comício da Oposição Democrática, realizado no Teatro-Cine da Covilhã, em Outubro de 1973

Fonte: *Jornal do Fundão*

O Movimento Democrático, informa o *Notícias da Covilhã*, iniciou as suas atividades da Campanha eleitoral, com a comemoração do 5 de Outubro, no Salão de Festas do Teatro-Cine da Covilhã. Nesta foto alusiva, pode, também, visualizar-se o operário Júlio Machado. No *Notícias da Covilhã*, anuncia-se que os candidatos apresentar-se-ão ao eleitorado em sessões que se realizaram no Fundão, Castelo Branco e Covilhã, bem como anuncia uma reunião de monárquicos independentes.<sup>654</sup>

Na sessão realizada no Fundão, o presidente da Oposição Democrática, António Gascão, referiu «as limitações injustas impostas à oposição», pois nesta sessão só poderiam falar os candidatos, enquanto na Covilhã, na sessão da ANP, falou o dr. José Ranito Baltazar sem ser candidato. O dr. Manuel João Vieira lançou o repto à ANP para uma mesa redonda. A Oposição Democrática do Distrito de Castelo Branco enviou ao *Notícias da Covilhã* um artigo intitulado: «Linhas gerais de orientação política da Oposição Democrática do distrito de Castelo Branco» e do semanário responderam que «por motivos de força maior» não poderiam publicar na semana corrente. Diminuíram os eleitores no nosso distrito; segundo um comunicado das Comissões Eleitorais da ANP do distrito de Castelo Branco, este distrito tinha em 1969, 52 065 eleitores e atualmente 51 197.<sup>655</sup> A participação eleitoral continuou, pois, a ser cerceada e controlada. O regime continuava a não abdicar do exclusivo monopólio do poder, entendendo a participação apenas como participação subordinada. Não admira pois que os resultados da nova política aberturista do

<sup>654</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.10.1973.

<sup>655</sup> *Ibidem*.20.10.1973.

marcelismo se fossem revelando modestos.» (...) «O 25 de Abril de 1974 veio encontrar assim a ANP em vias de estrangulamento progressivo.»<sup>656</sup>

Pode, portanto, dizer-se que «a partir de 1970-71, as coisas começam a correr mal para os marcelistas.» Externamente, em 1970, Paulo VI recebe em Roma «os dirigentes do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC, num gesto de indizível gravidade para o prestígio internacional do regime e da sua política colonial.»<sup>657</sup> Era público que também em África, se agudiza o problema da guerra: «surgem denúncias ao nível internacional, com que se acusa as Forças Armadas Portuguesas de barbarismos praticados contra populações africanas (Wiriamu, etc.). As Forças Armadas agitam-se: generaliza-se a ideia de que o problema da guerra em três frentes só é de possível resolução, por via política.»<sup>658</sup>

Irene Flunser Pimentel opina o seguinte: «Pode dizer-se que a durabilidade do regime se deveu a uma combinação de dois fatores decisivos: por um lado, o sucesso da desmobilização/intimidação cívica/repressão, através de vários instrumentos, entre os quais a importante PIDE/DGS e, por outro lado, o facto de o regime ditatorial, nos momentos de crise – 1945 e 1958-61 – ter conseguido manter a coesão das Forças Armadas em seu redor.»<sup>659</sup> A mesma autora sublinha algumas ideias: «O estertor do regime foi, como se viu, acompanhado por uma maior repressão e um aumento de violência policial, que coincidiram com a multiplicação dos problemas enfrentados pelo regime. Pode dizer-se que Portugal parecia então uma “panela de pressão” pronta a explodir, por si própria ou com ajuda. Esta surgiu, mas de outro meio do qual a DGS não estava à espera, ou não viu o real perigo. Do seio de uma parte das Forças Armadas, com as quais a DGS colaborava nos teatros de guerra. Com algum êxito, a PIDE/DGS conseguiu travar as oposições, que só por si se revelaram incapazes de derrubar o regime ditatorial, mas nunca as neutralizou definitivamente. Essas oposições foram, porém indispensáveis para que as forças armadas derrubassem o regime com êxito, em 25 de Abril de 1974. Reticente em vigiá-los ou convencida que iria sobreviver após o

---

<sup>656</sup> Manuel Braga da Cruz, «Ação Nacional Popular» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 34.

<sup>657</sup> ROSAS, Fernando Rosas (coord), *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 6, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p.554.

<sup>658</sup> Armando Serrano, «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, janeiro de 1980, p.79.

<sup>659</sup> Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 535.



golpe de Estado, a DGS não conseguiu impedir a saída de militares em tanques, no dia 25 de Abril de 1974.»<sup>660</sup> Partilhamos a opinião de Maria Filomena Mónica:

Ao fim de quarenta anos, era difícil imaginar que os tanques se pudessem voltar contra o regime. (Caldas da Rainha) Mas foi isso que algumas semanas depois aconteceu. Nas cidades, as classes médias, que tinham crescido muito, andavam sobressaltadas. A Censura rebatizada de Exame Prévio, e a PIDE rebatizada de DGS, desempenhavam funções que pareciam obsoletas. Além disso, a guerra colonial, que lhes levava os filhos para terras africanas, parecia não ter fim.<sup>661</sup>

Terminamos, em nosso entender, com cabal razão do final do regime, utilizando a opinião comum às opiniões dos autores, atrás apresentadas e, também a de Fernando Rosas:

Finalmente, mas talvez principalmente, a recusa de aceitar «uma solução política» para a guerra colonial acrescenta o que faltava: leva a oficialidade intermédia - os capitães, que suportam o principal fardo da luta anti guerrilha no campo de operações -, com a inspiração e a proteção de parte dos seus chefes hierárquicos, a perceber que o fim do conflito passava, como condição prévia essencial, pelo derrube que a ele se opunha.<sup>662</sup>

Conclusões:

Temos um período de quase cinquenta anos, em que os presidentes das câmaras foram nomeados diretamente pelo poder central. No *Jornal do Fundão*, no início de janeiro de 1972, num artigo de opinião: «Sobre Administração Pública», põe-se em causa o facto de o presidente da Câmara ser nomeado. Na Administração Municipal, a escolha do Presidente está apenas dependente da «vontade e da ótica do governador civil». Por sua vez «a constituição do conselho municipal raramente terá um mínimo de representação autêntica»:

Representantes de «sindicatos submissos, de Juntas de Freguesia dependentes, de outros órgãos a quem não convém fazer ondas, deixam nas mãos do presidente um cheque em branco».

«Também a escolha dos vereadores é assim ato da sua vontade pessoal.» Não há intervenção.<sup>663</sup>

Tortosendo teve alguns vereadores, tanto na Comissão Administrativa Municipal da Covilhã, como na Câmara Municipal da Covilhã. Foram eles: Cláudio Rebordão (industrial, Firma – Cláudio Rebordão), José Laureano de Moura Sousa (industrial – Firma Sociedade de Fabricantes), Gabriel Boavida Castelo Branco (médico), José

---

<sup>660</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>661</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade», *op. cit.*, p.460.

<sup>662</sup> Fernando Rosas (coord), *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7 da História de Portugal (dir. de José Mattoso), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p.556.

<sup>663</sup> *Jornal do Fundão*, 2.1.1972.

Eduardo Pontífice (industrial, Firma - João Pontífice), Manuel Almeida Garrett (grande proprietário), Paulo Pontífice Sousa (industrial, Firma - Sociedade de Fabricantes), Jorge Craveiro de Sousa (industrial – Firma - Sociedade de Fabricantes). (Ver Anexo Quadro Elites, com ano de início de mandato dos cargos).

A atividade mais representada é a industrial, as elites económicas são também elites políticas. São detentores de um certo *Status* e não precisam do cargo para se promover. Adquirem, no entanto, em nosso entender, um ascendente, porque são entendidos como representantes do poder político a nível local.

Teve 2 (dois) vice-presidentes: Gabriel Boavida Castelo Branco e Jorge Craveiro de Sousa. Teve 2 (dois) presidentes de Câmara: Francisco Almeida Garrett e Jorge Craveiro de Sousa.

A Câmara da Covilhã, com Jorge Craveiro de Sousa como presidente, no dia 25 de Abril de 1974, adere à Junta de Salvação Nacional. Na 1.<sup>a</sup> sessão da Câmara, em 30 de Abril, após o **dia D**, o presidente Jorge Craveiro declarou:

«A consulta e a resposta. Que desde a última sessão se deram no País acontecimentos que alteraram profundamente o sistema político...que tinha sido nomeado por um governo deposto e proposto por um governo civil, que tinha sido demitido, julguei do meu dever pedir às autoridades um juízo de valor sobre a minha situação. Que o secretário do Governo Civil, que desempenha o cargo de governador, respondeu «se digne continuar na presidência desse Corpo Administrativo. Não me repugna de maneira nenhuma esta posição, porque das declarações vindas a público e emanadas da Junta de Salvação Nacional, ainda n houve nenhuma afirmação a que não pusesse, em minha consciência, dar o meu apoio unânime. Já os vereadores foram eleitos, o que faz grande diferença. (...) Procurarei com toa a lealdade servir o concelho e os seus interesses. »

O Movimento Democrático «verificou e apreciou a coerência de Jorge Craveiro de Sousa que nunca teve qualquer alteração desde 26 de Abril».

Deputados efetivos na Assembleia Nacional: Francisco Almeida Garrett e Rui Pontífice de Sousa.

Francisco Almeida Garrett defendeu na Assembleia Nacional «os interesses da grande lavoura conservadora e ainda com tendências monárquicas».<sup>664</sup>

---

<sup>664</sup> Maria Antónia F. Pires de Almeida, «As Elites Municipais e a Revolução: Portalegre 1941-1947», in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 17.

Rui Pontífice Sousa, embora tenha estado na IX Legislatura (início em 1965) e X (início em 1969), a primeira imediatamente anterior ao Marcelismo, fará parte da nova elite política do Marcelismo, um novo grupo, que segundo Rita Almeida de Carvalho e Tiago Fernandes, cujos dados apontam, assim, para uma maior diversidade profissional na Assembleia Nacional, onde se procurava dar representação aos diversos sectores profissionais, assim como à notabilidade local.<sup>665</sup> Ora o deputado Rui Pontífice, licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e industrial de lanifícios, podia, de direito, representar, para além do distrito de Castelo Branco, a Covilhã (incluindo Tortosendo) e a sua indústria de lanifícios. (Ver respetiva biografia acima).

Deputado na Câmara Corporativa: José Laureano de Moura Sousa, em 1957. Politicamente, iniciou-se pela Comissão da UN da Covilhã, fez o acompanhamento da Comissão de Tortosendo, foi vereador municipal e chegou a deputado na Câmara Corporativa.

---

<sup>665</sup> Rita Almeida de Carvalho, Tiago Fernandes, «A elite política do marcelismo», in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 80.



**CAPÍTULO 2**  
**A ECONOMIA TORTOSENDENSE**



Para a organização deste capítulo, seguimos a divisão temporal proposta por José Maria Brandão de Brito: a primeira fase corresponde à década de 30, embora se inicie um pouco antes; a segunda ao período correspondente à Segunda Guerra Mundial; a terceira aos quase 30 anos, que medeiam entre o final da Segunda Guerra e abril de 1974.

Para cada período, vamos procurar analisar as transformações que se verificaram em cada um dos setores da economia, bem como descobrir os agentes dinamizadores dessas transformações, considerando, no entanto, a indústria de lanifícios, a atividade base da economia de Tortosendo

## **1. A economia na década de 30**

Em 1931, no *Notícias da Covilhã*, diz-se que «Tortosendo é uma das mais importantes vilas da Beira. No seu aspeto material, é grande também o desenvolvimento desta vila, que tendo uma grande importância industrial – fabricando-se aqui já as melhores fazendas – tem uma não menor importância agrícola, sendo grande a produção de vinho e azeite, principalmente. É regular também o seu desenvolvimento comercial».<sup>666</sup> No ano seguinte, o grande proprietário Dr. Francisco Almeida Garrett, no *Almanaque das Beiras*, reforça: Tortosendo, «vila essencialmente industrial, como era forçoso, atendendo à pequena distância que a separa da Covilhã, não é, no entanto, diminuta a sua importância agrícola e comercial.»<sup>667</sup>

### **1.1 Agricultura**

O tortosendense Arménio Campos ( - †), em relação à época, entre 1914 e 1926, testemunhou o seguinte: «90% dos homens válidos trabalhavam como jornaleiros agrícolas e o salário era regulado pelo custo de uma arroba de batatas, que podia custar seis ou sete escudos. Era um trabalho periódico, sem garantia de efetivação; só trabalhavam quando o tempo ou as sementeiras o permitiam. No inverno era a miséria e a fome e não raro as mulheres procuravam no campo os saramagos para fazer o caldo. Os homens iam aos baldios da serra ou pinhais buscar o mato e a caruma para o curral e a lenha seca ou torga para a lareira e a cozinhar.

O principal alimento era o pão. As mulheres compravam um alqueire ou três meios de farinha de milho ou de centeio e iam aos fornos públicos (havia cá quatro) a

---

<sup>666</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.2.1931.

<sup>667</sup> Francisco Xavier Proença de Almeida Garrett, «Tortozendo», in *Almanaque das Beiras*, 1932, p.115.

preparar a massa, fermentá-la e dividir em pães para cozer no forno. Era o pão que dava para oito ou 15 dias, conforme o número de filhos, para completar a refeição de magro caldo de couves com batata esmagada, ou de feijão.

Nas lojas das próprias habitações criava-se o porquito e fazia-se o poleiro das galinhas. O estrume produzido servia para fertilizar as pequenas hortas ou era vendido para ajudar o pequeno orçamento familiar. Em tais condições de pobreza e de higiene, não admira que proliferassem as doenças, especialmente nas crianças, de sarampo, bexigas, lombrigas e raquitismo e raro era o dia que não morressem crianças.

A pequena anexa do Casal da Serra era constituído por cerca de uma dúzia de velhas casas, cujos moradores eram proprietários ou rendeiros dos terrenos circundantes onde abundavam as oliveiras e os castanheiros.<sup>668</sup>

Os grandes agricultores eram detentores não só da terra como dos meios de produção para transformação dos produtos agrícolas. Possuíam lagar do vinho, adega e taberna, lagar do azeite, azenha e forno.

Logo no início de janeiro de 1930, *O Raio* e o *Notícias da Covilhã*, publicam uma carta/circular, que um grupo de proprietários agrícolas fez distribuir, a favor da reorganização do Sindicato Agrícola da Covilhã. Assina, entre outros, o já referido Francisco Proença de Almeida Garrett.<sup>669</sup> Em *O Raio*, em finais do mês, informa-se não só que está em marcha a constituição do Sindicato Agrícola, mas também já aparecem os nomes de subscritores e respetivas contribuições.

**QUADRO 2.1 COTIZAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE TORTOSENDO PARA A REORGANIZAÇÃO DO SINDICATO AGRÍCOLA – 1930**

<b>Nomes</b>	<b>Valor</b>	<b>Nomes</b>	<b>Valor</b>
Dr. Francisco Garrett	500\$00	João Pontífice *	100\$00
José Laureano de Moura e Sousa	100\$00	Jaime Moura e Sousa	30\$00
José Laço Pinto	100\$00	José de Moura	30\$00
Cláudio de Sousa Rebordão	100\$00	José Álvaro Antunes de Morais	30\$00
José Mendes da Costa	100\$00	José Craveiro Júnior **	30\$00
Filipe da Cruz Sousa	100\$00	Américo da Cruz Sousa	30\$00
José Joaquim Afonso	100\$00	Alfredo da Cruz Sousa ***	20\$00
António Arménio de Sousa	100\$00		

Fonte: *O Raio*: \* 9.2.1930; \*\*16.2.1930; \*\*\*23.3.1930

Os proprietários agrícolas de Tortosendo, que contribuíram, eram em número de quinze, todos igualmente fabricantes de lanifícios, à exceção, nessa época, do dr.

<sup>668</sup> Arménio Campos, «Ainda aldeia – o Tortosendo de 1914 a 1926», in *Boletim da LAT*, n.º42, 2º Trim., 2002.

<sup>669</sup> 12.1.1930.



Francisco Garrett. Este último concorre com 500\$00, um valor destacadamente superior ao dos restantes proprietários, pois oito deles concorrem com a verba de 100\$00 cada, cinco com 30\$00 e um com 20\$00.

**FILIFE DA CRUZ SOUSA (Tortosendo, 1841-1943)**

Industrial e proprietário, casado com D. Maria de Jesus Moura Sousa e pai de José Laureano, António Arménio e Jaime de Moura e Sousa.

O funeral foi bastante concorrido por pessoas de todas as categorias, a chave levada pelo Pe José Alfredo da Cruz Sousa. Foram feitos vários turnos de industriais, da Covilhã e Tortosendo.

*Notícias da Covilhã*, 26.9.1943

Em fevereiro, no *Notícias da Covilhã*,<sup>670</sup> está dito que o Sindicato Agrícola vem em defesa dos magno interesses da Lavoura regional. No mesmo jornal anuncia-se ainda a sua formação e composição dos respetivos órgãos sociais. Alguns dos tortosendenses já referidos integraram esses órgãos: assembleia geral - vice-presidente, Filipe da Cruz Sousa; conselho fiscal (efetivos) - José Laureano de Moura Sousa; direção – presidente, Dr. Francisco de Almeida Garrett. O Sindicato Agrícola da Covilhã inicia a sua ação interventiva, em final do mesmo ano (1930), através de uma carta <sup>671</sup> dirigida à Comissão Administrativa da Câmara Municipal, assinada pelo presidente da direção, no sentido da defesa dos interesses dos viticultores de Tortosendo, em especial, e os do concelho em geral», em cujo número ele próprio se inclui, pedindo proteção para a venda de vinhos. Propõe «que se fiscalize efetivamente», porque tanto, em Tortosendo, como na Covilhã, apesar de existir uma «barreira» (portagem)<sup>672</sup> para fiscalizar, se verifica «a entrada facilmente acessível para vinhos», «ao passo que os proprietários veem onerados os seus vinhos com várias exigências e não pequenas contribuições para os poderem retalhar nas suas adegas». Em fevereiro do ano seguinte, queixam-se ao ministro da Agricultura sobre a grave crise que afeta a atividade agrícola: baixa assustadora dos preços do milho e feijão, que não têm compradores, mesmo do azeite, apesar da fraca colheita. Pedem «proteção para os produtos portugueses», impedindo-se a importação e implementação de medidas que aumentem os preços e facilitem as vendas; que se proporcione o crédito.»<sup>673</sup>

Fernando Rosas inclui o «proprietário de Tortosendo», Dr. Francisco de Almeida Garrett, entre os grandes proprietários do país, menciona-o «como grande agrário do distrito de Castelo Branco» e acrescenta que este, como deputado da Assembleia

<sup>670</sup> 9.2.1930.

<sup>671</sup> 12.12.1930, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Maço n.º 1650, 1930.

<sup>672</sup> Entrada da povoação onde se pagam impostos fiscais.

<sup>673</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.2.1931.

Nacional, será, nos anos 30 e início dos anos 40 do século passado, porta-voz por excelência dos interesses oleícolas»<sup>674</sup>.

Ao longo de muitos anos, o núcleo urbano de Tortosendo esteve «amuralhado» pelas quintas pertencentes a grandes proprietários<sup>675</sup> agrícolas. Algumas das propriedades desses agrários, eram designadas de Casas (Casa Garrett, Casa das Amarais...) e compunham-se de grandes explorações descontínuas. Normalmente, dentro da povoação, eram constituídas por um quintal guarnecido de muros, onde estava instalada a residência do proprietário, a que se juntavam quintas, por vezes muito afastadas umas das outras, algumas mesmo fora de Tortosendo.

Uma parte da exploração era «direta» ou por «conta própria» do proprietário e cabia, em geral, a um feitor, figura respeitada, «uma espécie de gestor delegado do patrão»<sup>676</sup>. Recordamos que a casa Garrett tinha assalariados fixos a quem era concedida uma habitação, para além do salário. De entre estes, havia um hortelão, um responsável pela vacaria, um outro responsável pelos porcos, um roupeiro a tratar da queijaria. Este fazia os queijos de ovelha, vendido ao público, de imediato, no tempo frio, como queijo fresco, ainda o requeijão, e curava uma boa parte para obter o famoso «queijo de ovelha», que seria, igualmente, vendido ao público, depois da parte reservada para uso da Casa. Do leite de vaca, uma parte era para uso doméstico e o restante era desnatado e a nata servia para fazer a manteiga para uso da casa. No inverno havia as «matações» (matança), abate de porcos, principalmente, para fazer enchidos: farinheiras e chouriças. Era trabalho de uma semana inteira, pelo menos; ao pessoal interno feminino (governanta, cozinheira e «voltas»), juntava-se a mulher do feitor, a do motorista e outras, se necessário.

O feitor, figura respeitável cobrava rendas, superintendia os trabalhos de sementeiras e colheitas, vendia os produtos obtidos, contratava o pessoal, ao longo do ano, de acordo com as necessidades.<sup>677</sup> Para estes trabalhos, o feitor da Casa Garrett contava com pessoal fixo, mas que só ganhava quando efetivamente trabalhava. José Carrola chama à colação uma ocorrência, do qual também nos recordamos:

---

<sup>674</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo. (1926-1974)», *op. cit.*, p. 45.

<sup>675</sup> Portugal era ainda há poucos anos o único país da Europa que entre as profissões aceites para bilhete de identidade ou efeitos legais tinha a de proprietário. Não lembra a ninguém, proprietário não é profissão, quanto muito, é um estado financeiro. Mas em Portugal havia, e normalmente proprietário não se referia a bens em título, mas a bens imóveis. Alfredo de Sousa, «Os anos 60 da nossa economia» in *Análise Social*, vol. XXX (133), 1995 (4.º), p. 617.

<sup>676</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 51.

<sup>677</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: A dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, n.º 43, 3.º Trim., 2002.

Houve uma altura em que pediram mais 10 tostões e mandaram-nos prender. Estiveram presos aí um ano e pouco e nós, nas fábricas, nós (os operários) juntávamos o dinheiro e dividíamos por eles. Nenhum sabia ler nem escrever.»

José Carrola continuou: «Tanto os homens do Casal como os de cá de baixo que trabalhavam no campo, iam para a Praça de enxada às costas, logo de manhã, à procura de patrão. Qualquer pessoa que precisasse, ou o feitor de um grande proprietário (havia-os cá), iam lá e ofereciam mais ou menos o mesmo.»<sup>678</sup> E escolhiam, em primeiro lugar, os trabalhadores mais possantes, de quem se esperava que pudessem trabalhar melhor. Sujeitavam-se ao pagamento «que corria» entre os proprietários.

Quanto à parte restante, as parcelas mais extensas, as quintas maiores eram arrendadas a quinteiros, que consideramos no grupo dos «agricultores médios». Estes já empregavam força de trabalho assalariada e vendiam parte da sua produção. «Essas quintas que se estendiam dos Covais à Meia Légua, do Ribeiro da Maceira até à Boidobra, passando pelo Rio [Zêzere], no geral muito produtivas, vendiam por junto, batatas (principalmente), cebolas, feijão, fruta, azeite e vinho. Mas os quinteiros ou, melhor, as suas mulheres também vinham oferecer os produtos, semanalmente à Praça/Mercado, apresentando os mimos das suas hortas e de mais culturas, enfim, as primícias de cada estação. (...) Quintas mais pequenas, com casa de habitação, prosperaram pelo trabalho de toda uma vida, pela coragem e quase abnegação de rendeiros e quinteiros.»<sup>679</sup>

As parcelas mais pequenas dessas grandes propriedades eram entregues a rendeiros ou caseiros («camponeses independentes» e/ou a «camponeses pobres»), que tinham direito a casa de habitação, praticavam a agricultura de subsistência e utilizavam a mão-de-obra familiar; todos os membros da família davam o seu contributo, de acordo com a sua idade. Em 2002, ouvimos de uma nonagenária, a senhora Maria do Carmo, um testemunho relativo à sua infância:

*Atão?!... nunca soube o que era ler, nunca soube o que era doutrina. Era tão pequenina, (e já) andava de rastos a arrancar as ervas do trigo, no rego. Até diziam que tinham comprado um saio de *propósto* p'ra romper, p'ra quando andávamos a mondar. (Havia) Sempre trabalho todo o ano. Ajudava o pastor, eram ovelhas, naquela altura eram nossas.*<sup>680</sup>

---

<sup>678</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José de Jesus Carrola», in *Boletim da LAT*, n.º 35, 3.º Trim., 2000.

<sup>679</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: A dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, n.º 43, 3.º Trim., 2002.

<sup>680</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: A dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, n.º 43, 3.º Trim., 2002.

Podemos juntar um outro testemunho de uma mulher da geração seguinte, Luísa de Jesus:

«Eu comecei a trabalhar aos nove anos. Andava na vindima, na azeitona, eu enchia a cesta “promero” que as mais velhas. Sempre fui assim desenvolvida para o trabalho. E “atão” o meu pai, que Deus tem, já me pagava ao preço das mulheres. Ao pé do Rio, havia muito milho, nos “alqueves” era o centeio e o trigo. Nós íamos a merecer uma mulher. Era para (depois) elas (as mulheres) irem para nós. «Queremos lá as cachopas porqu’elas já fazem lá bem o trabalho.» -diziam os homens.»<sup>681</sup>

Mas, se atentarmos um pouco, não é assim tão diferente um outro testemunho de alguém que se criou na década de 50:

«Nós (também) ajudávamos a semear batatas, feijão e outras coisas. No Verão ajudávamos nas ceifas do centeio.»<sup>682</sup>

Esses arrendatários, por sua vez, convertiam-se, muitas vezes, em certas épocas, em jornaleiros, «forçados» a trabalhar nas quintas dos médios e grandes agricultores.»<sup>683</sup> «Vivendo tão perto do Povo, bem eles ouviam as sirenes das Fábricas a indicar as entradas e as saídas. Mas jamais conheceram eles horários de trabalho. Apenas variava o ritmo desse trabalho, que se fazia de acordo com os ditames da Mãe Natureza. Invariavelmente, ao longo dos anos, sucediam-se as estações e com elas alternavam, sim, os dias pequenos com os dias grandes.»<sup>684</sup> O trabalho era sempre muito:

(A minha vida foi) Sempre, sempre de muito trabalho... nunca tinha um bocadinho. Levantava-se a gente de manhã cedo, p’ra andar pela *fesquinha*, mas *depoi* tanto apanhávamos a *fesquinha*, como apanhávamos o calor. No Verão levantava-me sempre cedo a deitar as águas, para adiantar o trabalho, quando vinha o pessoal não tínhamos tempo de tratar de tudo, já tínhamos tudo feito, já o pessoal se agarrava ao trabalho. No Inverno, *non* havia tanto trabalho, *vê c’a gente agranjava* no verão p’ró inverno, a *quinteiragem* é assim. A lenha iam a ver dela p’ra um lado e p’ró outro. Os bois eram p’ra acartar as coisas, a comida p’rós animais, p’ra tratar da terra, nunca chegámos a ter trator, foi tudo só de arado.<sup>685</sup>

O correspondente do *Notícias da Covilhã*, em Tortosendo, Alfredo Martins Oliveira, na secção, «O tempo e a agricultura», mostra-se muito sensível à atividade agrícola e à situação dos trabalhadores agrícolas. Em outubro de 1932, destaca:

<sup>681</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Luísa de Jesus: cozinheira», in *Boletim da LAT*, n.º 48, 4.º Trim., 2003.

<sup>682</sup> Testemunho oral de Maria Gabriela Raposo Ferreira.

<sup>683</sup> Cándido Ruiz González, *Sociedad y vida cotidiana en la retaguardia castellana durante la Guerra Civil: el caso de Toro (1936-1939)*, Salamanca, Memoria de Licenciatura, Univ. de Salamanca, 1996, p.32.

<sup>684</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: A dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, n.º 43, 3.º Trim., 2002.

<sup>685</sup> Idem, *Ibidem*.

O ano agrícola não foi bom. Milho e feijão devido às trovoadas, vinho um terço, castanhas quase nada, azeite meia colheita. A anos de abundância sucede-se a escassez e vice-versa.<sup>686</sup>

Em 1933, em junho, apresenta-nos um ano promissor: «Searas muito prometedoras, os batatais vão um primor, as oliveiras prometem um farto ano de azeite, as vinhas carregadas de cachos.<sup>687</sup> Depois, em setembro: «tempo mais quente, favorável à vindima e colheitas de milho e feijão.<sup>688</sup> No ano seguinte, no início da primavera, a falta de chuvas começa a preocupar,<sup>689</sup> mas, passado um mês, «veio a tão desejada chuva e com ela a neve, o granizo e o frio».<sup>690</sup> Em 1936, «os ribeiros cresceram bastante e o Zêzere também deu uma grande enchente.<sup>691</sup> É grande o desânimo por causa da invernía. Os mais idosos não têm lembrança. Os agricultores andam desanimadíssimos, não podem fazer sementeiras.»<sup>692</sup> Este conjunto de notícias expressam de forma bem clara as dificuldades com que se defrontavam, e defrontam, os agricultores, por estarem sujeitos às forças da natureza. O *Notícias da Covilhã*, em 1935, retrata, com muito realismo, a vida de um pequeno rendeiro:<sup>693</sup>

Mas o que pode fazer um chefe de família com uns míseros 6\$00 diários? (...) O nosso trabalhador só é assalariado no inverno e numa pequena parte da primavera e outono. O resto do tempo trabalha por sua conta, amanhando a sua «chindeirita», contratando ceifas em regímen de participação e cultivando as suas «sortes» de milho e feijão e de batata onde não gasta dinheiro, porque pelo tradicional e curioso processo de «merecer dias», ele consegue recolher os seus géneros sem dispêndio. Estas «sortes», em anos normais, dão-lhe o suficiente para o seu consumo e ainda vende sobras. O salário de 6\$00 ajuda-o a cobrir as faltas e a venda dos bacoritos e do porquinho dá para pagar a renda do patrão. Se a família é numerosa, o salário dos filhos e a quantidade ou extensão das «sortes» a tratar vêm em seu auxílio.

Apesar das manifestas dificuldades dos trabalhos agrícolas, alguns desses trabalhos, como fossem os de tirar água no Rio, eram considerados alegres. «Ai, então não era?! Aqueles grandes “oldeiros” (lodeiros), as árvores grandes. As mulheres a cantarem, enquanto tiravam água com as rodas e nós ali a ouvir.»<sup>694</sup>

---

<sup>686</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.10.1932.

<sup>687</sup> *Ibidem*, 11.6.1933.

<sup>688</sup> *Ibidem*, 24.9.1933

<sup>689</sup> *Ibidem*, 4.3.1934

<sup>690</sup> *Ibidem*, 1.4.1934

<sup>691</sup> *Ibidem*, 5.1.1936.

<sup>692</sup> *Ibidem*, 5.1.1936.

<sup>693</sup> *Covilhan*, 28.03.35.

<sup>694</sup> Natália Calado, «Urdideira mecânica /figura caritativa», in *Boletim da LAT*, n.º5, 1º Trim., 1993.

Luísa de Jesus recorda, com uma certa «nostalgia»<sup>695</sup>, esses tempos da juventude, vividos no campo: «Nós para regar tínhamos presas. Aproveitávamos alguma água do Rio. O meu pai tinha um rodete. No Rio havia muitas rodas (feitas de pau). Um homem a tocá-la (a roda). Andava em cima dela, sempre a andar, sempre a andar p'rá fazer andar. Tirava-se a água p'ra uma cale muito grande. Era uma alegria.»<sup>696</sup> Porque só mais tarde vieram os motores para o efeito. Cantava-se, enquanto a roda andava.

*Anda minha roda anda  
Anda, não deixes de andar  
Amanhã é dia santo  
Já tens tempo de descansar.*

Também cantavam durante os outros trabalhos. «Cantávamos aquela moda da sacha. Na monda cantávamos as cantigas da Senhora da Póvoa, do S. João.»

*Nossa Senhora da Póvoa  
Nossa Senhora da Póvoa  
Viva a Velha, viva a Nova  
Viva a Senhora da Póvoa.*

*S. João à minha porta  
E eu sem ter que lhe dar  
Darei-lhe uma cadeirinha  
Para nela se sentar.*

«Íamos cantando a mondar que era para nos desembaraçarmos. Ajuntávamos monte aqui, monte além. A gente trabalhou muito!»<sup>697</sup> «No tempo da vindima era uma alegria, no tempo da azeitona era uma alegria, agora não se houve uma cantiga no campo.»<sup>698</sup>

*Não se mi dá que vindimem  
Vinhas que eu já vindimei  
Não si mi dá que outras levem  
Amores que eu rejeitei.*

Apesar dos sacrifícios, «o mundo rural deixava algum espaço para a vertente lúdica, ritualista e de jogo que a disciplina da fábrica e a lógica do lucro viriam a expulsar do campo das relações industriais».<sup>699</sup>

---

<sup>695</sup> «No sólo es afectiva ante y para el grupo, a memoria colectiva desarrolla, en relación a la sociedad, la función de nostalgia. Permite una huida hacia atrás en el tiempo para, desvinculándose del presente, presentar la sociedad pasada como atrayente. Esta relación entre presente y pasado acentúa la continuidad social y sitúa en el presente la finalidad social de la memoria.» Josefina Cuesta Bustillo, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, p. 56.

<sup>696</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Luísa de Jesus: cozinheira», in *Boletim da LAT*, n.º48, 4º Trim., 2003.

<sup>697</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>698</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>699</sup> Elísio Estanque, «Cultura popular e ideologia estatal na produção do consentimento», Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n.º 47, abril de 1995, pags 1-24, p.9.

Especialmente, no Casal da Serra, muitas famílias praticavam a agricultura de subsistência (para o sustento da família), um importante contributo para a economia familiar. O operário José Carrola [ 1918 - † ] lembrou:

Lá no Casal a minha mãe tinha um «chão» e eu ajudava-a em todos os trabalhos: a semear e ir ao mato, por exemplo. Tinha a horta com couves. Arranjávamos o azeite. Já havia sempre as couves e as batatas. Tinha porco e galinhas. Não havia dinheiro. Tínhamos a casa farta. Sempre sopa de hortaliça, de feijão vermelho com batatas, era o prato ideal. O ambiente do Casal era pobre, mas não havia fome. Além do «chão» para tratar, as pessoas ou tinham castanheiros ou arrendavam. As castanhas, na época, coziam-se, assavam-se. Ainda ficavam as que se secavam no caniço e, depois de secas, fazia-se o caldudo (Sobremesa que se faz com as castanhas piladas,<sup>700</sup> cozidas em água; esmagam-se as castanhas, junta-se-lhe o açúcar e pode juntar-se leite.), já com leite, porque, no Casal, toda a gente tinha umas cabritas. As castanhas matavam a fome a muita gente.<sup>701</sup>

No «Povo», alguns operários também tinham um *chão* (pequena horta), perto do centro de Tortosendo, arrendado a um proprietário, onde, depois do horário laboral, tratavam alguns dos já referidos produtos agrícolas.

Carmina Aires [1905-†], desde os anos 30, proprietária de uma taberna, junto à estação de Caminhos de Ferro, lembrou, com saudade, os tempos em que saíam muitos produtos agrícolas da região, em grandes quantidades, pelo comboio:

Daqui iam cinco vagões de batata num dia. Carregavam um vagão de cereja que vinha do Ferro; chegavam a vir 50 burros carregados, acompanhados de mulheres e garotos. Também mandavam carne de rês, já morta, carneiros, ovelhas, borregos; no inverno, matavam-nos, à tarde, e iam no comboio da noite, em cestos, e chegavam, de manhã, a Lisboa. Também seguia queijo fresco das quintas, tudo às 50 caixas. E gado vivo para a Feira de Santarém. E feijão pequeno, trigo, vagões de milho. E muito trigo para Alcains.<sup>702</sup>

### 1.1.2 Atividades complementares da agricultura

A agricultura chamava a si outras importantes atividades, relacionadas, principalmente, com a transformação dos produtos para vários fins, fosse para os tornar comestíveis ou para os conservar.

#### ■ LAGARES DE AZEITE

Os proprietários dos olivais mandavam colher a azeitona com o seu próprio pessoal e, muitas vezes, tinham de recorrer a pessoal extra da sua Casa Agrícola, como acontecia noutros trabalhos. Não obstante, já se praticava a modalidade do «terço», ou

---

<sup>700</sup> Descascada, depois de seca no caniço (sebe de canas delgadas) colocado sobre a lareira.

<sup>701</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José de Jesus Carrola», in *Boletim da LAT*, n.º 35, 3.º Trim., 2000.

<sup>702</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Carmina Aires: taberneira», in *Boletim da LAT*, n.º 14, 2º Trimestre de 1995.

seja, da azeitona colhida, dois terços eram para o proprietário e um terço para o colaborador. Colhida a azeitona, uma parte das azeitonas reservava-se para se curtir, para ser utilizada como «conduto», pelas qualidades que oferecia de conservação. A maior parte seguia para o lagar, onde se transformaria em azeite, muito importante para temperar os alimentos. Deve referir-se ainda que o azeite era indispensável no tratamento da lã e podia, ainda, usar-se ainda como combustível para iluminação.

#### LAGARES DE AZEITE TORTOSENDO

LAGAR Dr. RUI VIDEIRA



LAGAR FAMÍLIA BATISTA -



Os maiores proprietários agrícolas são também proprietários de lagares de azeite, como demonstra o quadro que se segue:

QUADRO 2.2 LAGARES DE AZEITE TORTOSENDO - QUADRO DE PESSOAL - 1930-1944

Proprietários	1930	1932	1936	1939/44
Dr. Francisco de Almeida Garrett	5	6		8
António Fernandes Calado	2	3		
Adolfo Alves de Sousa Brás	2			
António Duarte Calado	2	--	--	7
José Joaquim Dinis	2	--		
António Apolinário Afonso	3	2		8
José Falcão e outros	2	--	5	8
D. Ermelinda Caldeira	--	3	--	--
António Elisiário Antunes				6
Dr. Rui Galvão Videira				6

Fonte: AMC, Câmara, Vária documentação.



#### ANTÓNIO FERNANDES CALADO (Tortosendo – 1935)

Em Lisboa, onde se tinha sujeitado a uma intervenção cirúrgica, faleceu no dia 12 de junho de 1935, o Sr. António Fernandes Calado, importante proprietário na vizinha vila de Tortosendo. Era sogro do Sr. Dr. Cunha Vaz, especialista em Coimbra.<sup>703</sup>

#### ■ MOINHOS DE ÁGUA (AZENHAS)

Os homens preocupavam-se muito com o cultivo dos cereais panificáveis pela importância que o pão tinha para a sua alimentação. Principalmente nas baixas do Rio, cultivava-se o milho, enquanto, nas encostas das serras à volta de Tortosendo, se cultivava o centeio e algum trigo. Entretanto, desde longa data, o homem procurou transformar o grão em farinha.

«Na primeira metade do século XX, na vertente económica agrícola de Tortosendo, não faltavam azenhas que laboravam no Ribeiro de Santiago, para baixo da Ponte com o mesmo nome, no sítio denominado, muito significativamente, Sítio dos Moinhos. Maria de Lurdes Prazeres trouxe-nos à lembrança um desses moinhos, onde ela nasceu em 1921, se criou e viveu até cerca dos seus 20 anos, e do trabalho de seu pai a quem ela muito ajudou. Muitas vezes era o próprio moleiro que ia a casa dos clientes buscar o cereal para moer:

Moíamos centeio e milho. Nós íamos ao Dominguiso, ao Tortosendo e aqui às quintas à volta. Ia à Ponte Pedrinha. O meu pai tinha uma égua, eu andava com essa égua, não tinha medo e trabalhava como um homem. No Casal Dois, eram oito alqueires, dois sacos assim de semente e moíamos-lhe p'ra todo o Verão. A senhora só queria a farinha moída p'lo meu pai. Metia dentro de um arcaz, depois deitavam-lhe assim um pouco de sal por cima, p'ra não se aproximarem mosquitos ou formigas ou assim qualquer coisa.

Maria de Lurdes acrescentou: «Eu, no Inverno, ia levar os tale(i)gos p'ró Dominguiso e p'ra um lado e p'ró outro e até me fizeram cantigas:

<i>Venho da margem do Ribeiro</i>	<i>Quando vem ao povoado</i>
<i>Vejo o moleiro branco e trigueiro</i>	<i>Com o saco tão branquinho</i>
<i>Subo ao alto, vejo a moleirinha</i>	<i>Sinto-me tão magoado</i>
<i>É clarinha como a farinha.</i>	<i>Moleirinha, moleirinha.</i>

Recordou também a forma como seu pai se cobrava do trabalho realizado:

Se fosse um alqueire, eram duas medidas, o meu pai tinha uma medida, não era um litro, a paga de moer o *talego*; se fossem dois, eram três medidas. Deitava p'rá ali e ficava. Essa semente, *ódepoi* moíamos e vendíamos a farinha e, outra vez, era p'ra nós, porque nós também cozíamos [pão] p'ra nós.

Segundo Maria de Lurdes, depois disso, o moinho deixou de funcionar, como já acontecera com os outros. (...) Esse moinho era do Sr. Chico da Maria Amélia.<sup>704</sup>

<sup>703</sup> *O Raio*, 16.6.1935.

<sup>704</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Lurdes Prazeres: moleira», in *Boletim da LAT*, n.º 60, 3.º Trim., 2007.

A nível nacional, em 1929, é feito o lançamento da Campanha de Trigo, realizada sob o lema: «O trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende», tendo como principal objetivo que o País se bastasse a si próprio. Mas a produção de trigo vai colidir com os interesses dos agricultores locais que produzem centeio, bem como com os moinhos e fornos que começam a manifestar dificuldades em sobreviver. Em consequência, em 1935, os agricultores voltam a queixar-se, desta feita ao governador civil, a respeito do centeio, «que faz parte do problema cerealífero nacional». Tais queixas haviam sido apresentadas previamente, no essencial, a essa entidade distrital, pelo administrador do concelho.<sup>705</sup> Justificavam-se nos seguintes termos:

Apesar da campanha feita a favor da intensificação da cultura do trigo, a cultura do centeio é a mais importante das culturas de inverno, ou pelo menos a que abrange maior área, atingindo a produção algumas centenas de milhares de decalitros; o centeio não tem preço remunerador e desde a colheita de (19)34 a sua cotação tem sido a ruína, a ponto de trazer alarmados os rendeiros e proprietários; esta situação pode atribuir-se ao excesso de produção de trigo, ao seu barateamento, à proibição de venda de pão de mistura; o quase nulo consumo atual de pão de centeio derivou do trigo pela «proteção à grande moagem, em virtude de se terem sufocado com incomportáveis peias burocráticas e fiscais os moinhos e os modestos fornos.

Mais se acrescenta:

O povo deixou de ter onde mandar farinar o centeio e o milho das suas maquinas, terços e fanegas, ou de ter onde cozer o pão que destes cereais amassavam ou mandavam amassar. (...) Acarretou a situação três males: desacostumar muitos, dos sadios e nutritivos pães de centeio, de milho ou de mistura, desfalcou a economia de todos e acarretou uma ainda mais deficiente alimentação do nosso já definhado povo.

Por tudo isto, sugere-se que o Governo, como fez para o vinho, retire do mercado o suficiente para fazer subir o preço da exportação e se incite e ensine o lavrador a ocupar parte das suas folhas de centeio da terra alta, com comidas ou pastagens para o gado; que seja feita uma política de «propaganda e proteção da cultura dos três cereais, trigo, milho e centeio; foi exagerada a proteção ao trigo.»<sup>706</sup> Decorrente da exposição anterior, segue-se outra carta dirigida ao governador civil, em 29 de maio de 1936, novamente em defesa dos moinhos e azenhas. Em março de 1947, no pós-Guerra, a Junta de Freguesia de Tortosendo dá a seguinte informação ao chefe da 4.<sup>a</sup> Delegação da Inspeção Geral das Indústria e Comércio Agrícolas:

---

<sup>705</sup> GCDTB E/B, *Corresp. Recebida*, 2.<sup>a</sup> Secção, 1935-36, 01, Cx 029.

<sup>706</sup> *Idem, Ibidem.*

Sobre as fábricas de moagem, moinhos e azenhas, apenas existem nesta freguesia um moinho antigo, com dois casais de pedras, situado no ribeiro de S. Tiago, a 2.500 metros desta vila, e servido por péssimos caminhos.<sup>707</sup>

O Sindicato Agrícola, depois de ter ponderado os termos em que vai ser promulgado um decreto relativo às moagens em rama, manifesta desacordo nos seguintes aspetos<sup>708</sup>:

Com os encargos que, aos moinhos e azenhas laborando trigo para a produção de farinha em rama, vão ser impostos, pois, somados à forte contribuição industrial que já pagam, esses encargos provocarão o seu completo desaparecimento e que, beneficiando a grande moagem, não beneficia, certamente, nem a lavoura nem o povo.

Sabemos que continuaram em laboração, os moinhos na Quinta da Vargem (Unhais da Serra), nas Cortes, na Bouça, e na Ribeira do Paul. Os respetivos moleiros vinham, com regularidade, a Tortosendo, em cavalos: «o Catarro de Unhais e, da Bouça, o Albertino, para lhes moer o grão»<sup>709</sup>. Presentemente, ainda existem alguns em funcionamento.

#### ■ OS FORNOS

*O Forno*

(...)

*Leveda o pão, no bojo da masseira.  
A lenha voa, aos braços da forneira;  
Riem crianças ajudando à lida.  
Lá fora, a noite; canta um rouxinol.  
E o fogo diz: -"Eu sou ainda o sol!" -  
E diz o pão: -"Sou mais... Vou ser vida!"*  
António Corrêa D'Oliveira

Obtida a farinha, tinha que se amassar o pão e cozê-lo nos fornos. As famílias mais ligadas à agricultura, que, geralmente, viviam nas quintas, tinham forno próprio; as que viviam na vila, recorriam aos fornos aqui existentes, pertencentes aos vários proprietários agrícolas. Em qualquer dos casos, coziavam o pão para uma semana, melhor, até chegar. Mas a criançada desses tempos rememora o facto de as mães fazerem uns pãezinhos de azeite e de lhes meterem sardinha, carne entremeada, etc. No primeiro grupo incluía-se Celeste Almeida [1915- †]:

---

<sup>707</sup> ACMC, *Corresp. Expedida Câmara Municipal*, 1947 I. É, precisamente, o moinho em que Maria de Lurdes Prazeres se criou.

<sup>708</sup> GCDTB E/B, *Corresp. Recebida*, 2ª Secção, 1935-36, 01, Cx. 029. «Entende, até, este Sindicato que, por razões sociais e de defesa da família, se deveria facilitar a vida dos pequenos moinhos que - padece propositadamente - com impostos a peias de toda a ordem têm sido dizimados.»

<sup>709</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José de Jesus Carrola», in *Boletim da LAT*, n.º 35, 3.º Trim., 2000.

Cozíamos pão. Aos 16 anos já eu cozia o pão e forneava o forno: ao fim de estar quente, vai a gente com o vassouro varrer aquilo, para ficar tudo limpinho e deixava tudo em ordem. E, com a pá, metia-se o pão p'ra dentro, ficava daqui!!! Cozíamos «cinteio» com um coisinho de milho, broa era muito «difícile». Não passávamos fome.<sup>710</sup>

Luísa de Jesus [1918-†] recordou os tempos da meninice e juventude:

A minha mãe tinha lá o forno [na quinta]. Todas as semanas cozia. «Guardávamos-o» numa arca. Forrávamos com uma toalha branca e depois metíamos lá o pão.<sup>711</sup>

Alzira Venância [1919- 2012 ] recordou os tempos em que viveram numa quinta:

Tínhamos muita farturinha do campo. Não se comia carne como agora comemos. A minha mãe, as azeitonas nunca saíam de cima da mesa, era o queijinho, cozíamos o «taleigo» todas as semanas, tínhamos um forno na quinta.<sup>712</sup>

Mas a situação de sua família alterou-se:

Quando viemos para o Povo, ia ao forno da Alcurécia, ao das Madeiras, ou ó da Mari'Gomes. Era um dia perdido para cozer o pão. Cada vez que cozia (o pão), fazia-nos um bolinho, a gente não se deitava enquanto a minha mãe não vinha. A minha mãe costumava a meter qualquer coisa no meio do bolo, às vezes era uma sardinha para cada filho, um bocadinho de carne entremeada. A gente só comia trigo ao domingo. Comprava sempre uma regue(i)fa. Não tínhamos melindres, mas fome nunca passámos.<sup>713</sup>

Também José Carrola [1918-†], que se criou no Casal da Serra, recordou: «A minha mãe cozia todas as semanas. O pão dava para a semana toda. Fazia picas de azeite, metiam sardinha e carne entremeada. Os garotos nem dormiam, nessa noite, à espera das picas.»<sup>714</sup>

Maria do Carmo Raposo [1911 - ] lembrou também:

A minha mãe ia a cozer o pão a esse forno. Todas as semanas cozia um alqueire, já quando tinha os filhos. Era pão meado: era metade milho e a metade pão cinteio. Trigo não. Comprávamos quando era preciso... de vez em quando. Era quando tinha às vezes alguém, [era] p'ra dar o chá à comadre. A minha mãe fazia assim: cozia aí seis ou sete pães, ou oito. Mas ela agarrava logo num pão daqueles [em massa], metia-lhe azeite; talhav(a)-os logo ali todos p'ra um tabuleiro: um pão p'ró meu pai, outro p'ra ela e p'ra mim e p'ros meus irmãos. Quando vinha do forno, às vezes era à noite, o meu pai ia lá esperá-la; enquanto ela não vinha nós não nos deitávamos (risos), à espera do bolo d'azeite.<sup>715</sup>

---

<sup>710</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Celeste Almeida – “Fui pastorinha daquilo que é meu”», in *Boletim da LAT*, n.º 58, 1.º Trim. de 2007.

<sup>711</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Luísa de Jesus: cozinheira», in *Boletim da LAT*, n.º 48, 4.º Trim., 2003.

<sup>712</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Alzira Ferreira Venância», in *Boletim da LAT*, n.º 50, 2.º Trim., 2004.

<sup>713</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>714</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José de Jesus Carrola», in *Boletim da LAT*, n.º 35, 3.º Trim., 2000.

<sup>715</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo Raposo, embobinadeira», in *Boletim da LAT*, n.º , .º Trim., 1900.

De António Saraiva [1908-†], antigo industrial de panificação, a quem recorremos para obter informações sobre os fornos antigos de Tortosendo, ouvimos o seguinte<sup>716</sup>: «Todas as casas mais abastadas possuíam um forno». E concretizou:

**QUADRO 2.3 FORNOS DE TORTOSENDO (SUAS FORNEIRAS) E SUA LOCALIZAÇÃO**

Proprietários	Forneiro/a	Localização
Portugais *	Nazaré, casada com o «Pocho»	No Ribeiro, sobre o lado direito do sítio onde hoje se encontram as instalações da extinta Sociedade de Lanifícios (Fábrica do Ribeiro)
Casa Garrett	Maria Colega	Rua D. M <sup>a</sup> Rosália Tavares Proença / Dr. Francisco Garrett
José Nunes da Cruz **	Nazaré	Travessa do Passadiço, n.º 2 (atual Forno Bar)
Alfredo de Ascensão (Prazeres dos bonés) ***	Ti Zezito e Maria Isabel (pai dos Curtos) / Maria Gomes	Rua do Rasto
António Fernandes Calado (Calado Berrão)	Alcurécia (Lucrecia)	Travessa da Amoreira, n.º 25
Padre Zé Craveiro	-----	Av. Viriato (Quintal do Sr. Emílio Batista)
Amarais ****	Maria Delfina Madeira	Beco das Santas, com serventia para a Travessa dos Loureiros
Nobre	Nobre / Manuel Ascenso	Av. Viriato, 253
Casa Garrett	Bárbara, casada com António Janeiro	Casal da Serra
Beatriz Dias Teixeira	António Carrola	Casal da Serra

Fonte: Adélia Carvalho Mineiro, «António Saraiva: reformado da Panificação», in *Boletim da LAT*, n.º 12, 4.º Trim., 1994.

\* Cerca de 1920 houve uma cheia muito grande e a água foi tanta no Ribeiro, que arrancou parte do lagar, incluindo a roda. A esta se juntou a lenha e as pedras trazidas pela corrente (...). Ficou tudo arrasado e a água levou o forno e parte do quintal do José Joaquim Afonso.

\*\* Veio a ser comprado, reconstruído e utilizado por José Ribeiro. Serventia de Nazaré Forneira, após ter desaparecido o forno do Ribeiro.

\*\*\* Veio a ser comprado por José Rodrigues do Ribeiro. Aí se encontra a sede do PCP.

\*\*\*\* Propriedade da viúva de António Ramos.

Esses fornos trabalhavam, então, ativamente (e continuaram a trabalhar durante bastantes anos), sob o olhar vigilante das respetivas forneiras, que os arrendavam aos seus proprietários e os punham à disposição das suas freguesas, sendo esta a alternativa ao forno comunitário de Trás-os-Montes.

Rosa de Jesus [1916 -† ], filha da Ti Maria Colega, última forneira da Casa Garrett, descreveu-nos a vida de sua mãe:

Principalmente eram os das quintas, os que coziavam o pão. Mas quando não podiam, na altura do muito trabalho, contratavam com a minha mãe, ela fazia todo o trabalho e era só virem-no a buscar, no dia a seguir. Os do povo, aqueles que

<sup>716</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «António Saraiva: reformado da Panificação», in *Boletim da LAT*, n.º 12, 4.º Trim., 1994.

tinham muitos filhos, também coziavam, porque o pão caseiro surdia mais. Mesmo os que iam à padaria, iam só uma ou duas vezes na semana, que não se podia estragar nada.<sup>717</sup>

Para a forneira, «as freguesas deixavam a poia. Era assim que pagavam. Daqui tirava o pão para nós, mas os mais bonitos eram para vender. As pessoas iam lá ao forno comprar o pão, mas o que crescia do sábado, ia a minha mãe vendê-lo, ao domingo, à praça.» À Casa Garrett, proprietária do forno, a minha mãe pagava a renda em dinheiro e tinha de cozer as parrumas (pão com muito farelo) para os cães, porque na Casa Garrett eram necessários muitos [cães] para o gado e para o quintal.<sup>718</sup>

António Saraiva disse-nos, com orgulho, que seu pai, João Padeiro, chegou a Tortosendo, no princípio do século XX, e que, apesar de documentos da época referirem nomes de pessoas que se dedicavam à venda de pão, as mesmas não possuíam forno próprio. Para este depoente, seu pai protagonizou uma situação de mudança, iniciando o fabrico de pão para venda (mais ou menos ao mesmo tempo que o Sr. José do Ribeiro), primeiramente num dos fornos particulares, passando depois a fazê-lo em forno próprio, instalado, conjuntamente, com uma padaria, numa casa que mandou construir na Avenida Almeida Garrett. Orgulhou-se, ainda, pelo facto do pai ter introduzido, aqui em Tortosendo, o fabrico da sêmea (a farinha tal qual fica depois de se lhe extrair o rolão; pão feito dessa farinha<sup>719</sup>).

#### ■ LAGARES DE VINHO, ADEGAS E TABERNAS

Os grandes proprietários tinham grandes vinhas, destacando-se a Casa Garrett. Recordamos, ainda, no tempo das vindimas, os carros de bois que ao longo do dia vinham carregados de grandes dornas de uvas. Como produtores de vinho, tinham os seus lagares onde as uvas eram pisadas por grupos de homens e as suas adegas, caso do Dr. Francisco de Almeida Garrett, António Fernandes Calado ou Filipe da Cruz Sousa para o guardarem. No entanto, para além de poderem vender, ao público, por grosso, tinham também a sua taberna para poderem vender o vinho a copo.

#### 1.1.3 Criação de gado – Os pastores

A criação de gado miúdo é largamente preponderante na Serra da Estrela e quase exclusiva nas terras de xisto.<sup>720</sup> «O predomínio de uma ou outra espécie animal anda

<sup>717</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «A forneira Ti Maria Colega», in *Boletim da LAT*, n.º 12, 4.º Trim., 1994.

<sup>718</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «A forneira Ti Maria Colega», in *Boletim da LAT*, n.º 12, 4.º Trim., 1994.

<sup>719</sup> O Dicionário da Porto Editora, Porto, Porto Editora, 4ª Edição, 2004, p. 1355.

<sup>720</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.179.

ligado à natureza do pasto».<sup>721</sup> A ovelha e a cabra desempenham, na economia das terras pobres, papel da maior importância: fornecem o leite, o queijo, a carne, a pele e a lã.<sup>722</sup>

#### ■ CABRAS

As cabras «contentam-se com o pascigo das terras mais pobres, ultrapassam o número de ovelhas nas montanhas e charnecas de xisto, na Beira e no Algarve, nos matagais, e são excluídas das áreas de cultura intensiva ou de campos arborizados, que é preciso defender do seu dente voraz.»<sup>723</sup> As cabras eram criadas pela sua carne, «uma das carnes mais finas e o lucro que a venda dos cabritos proporciona ao produtor.» (...) Também pelo leite, que o homem bebia e com ele se faziam queijos de boa qualidade.<sup>724</sup>

Celeste Almeida [1915 - †], memorou:

Nos Covais, «havia por ali muitas cabradas, muitas. Vinham daqui [Tortosendo], da Bouça, das Cortes, do Casal. (Havia) Muitos pastores. Iam daqui e passavam muitos à porta. O meu pai emprestava o chibo de cobrição, ele tinha sempre dois e três.»<sup>725</sup>

O número de cabeças de gado, que se criavam no lugar do Casal da Serra, deveria ser bastante elevado, atendendo ao número de pessoas que se ocupavam na venda de leite de cabra e seus derivados, entre 1934 e 1937, devidamente registadas na Câmara Municipal. As leiteiras do Casal da Serra, em cada manhã, dirigiam-se à Covilhã, a pé, utilizando a mesma canada que utilizavam os chamiceiros. Era o caso da mãe de Celeste Almeida:

A minha mãe vendia o leite. Levava-o à cabeça [até à Covilhã], coitadinha. Quando era muito, eu ajudava. Se a gente saía pelas oito horas, nove, chegava cedo à quinta. Por fim vendia muito leite, já era no cavalo. Havia dias que não havia leite, quando as cabras estavam cobertas, davam menos. No Inverno, quando nevava, guardava-se o leite.<sup>726</sup>

---

<sup>721</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.106.

<sup>722</sup> Idem, *Ibidem*, p.32.

<sup>723</sup> Idem, *Ibidem*, p.77.

<sup>724</sup> Idem, *Ibidem*, p. 77.

<sup>725</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Celeste Almeida – “Fui pastorinha daquilo que é meu”», in *Boletim da LAT*, n.º 58, 1º Trim. de 2007.

<sup>726</sup> Idem, *Ibidem*.

QUADRO 2.4. VENDEDEIRAS DE LATICÍNIOS DO CASAL DA SERRA, 1934 - 1937

Ano	Leite	Queijo	Requeijão	Laticínios
1934	7	4	1	1
1935				7
1936				5
1937				3

Fonte: *Registo de Vendedores*, AMC, Câmara, Livro 266, Secção K Sub Secção Comércio Série 05.

No ano de 1934, os produtos aparecem discriminados: leite, queijo, requeijão, laticínios. Entre 1935-1937, aparece apenas a designação «laticínios» que engloba todos. Sete vendeiras, no ano de 1935, pode considerar-se um número bastante razoável, para um lugar com a dimensão e, respetiva, população do Casal da Serra.

Júlio Mariano [1933- ] afirma que no Casal da Serra «havia os que tinham cabradas: uns Chalindras, um Alemão e uns Pinheiros. As pessoas compravam o leite para beber.»<sup>727</sup>

Maria da Conceição Ourives [1930 - ] fala-nos do trabalho do seu pai:

O meu pai já era pastor no tempo do pai dele. Casou, ficou com um rebanho de cabras. Ele guardava ali as cabras. Ele não tinha terrenos, arrendava. Ali é que ele sempre governou as cabras. Quando começou, era um rebanho pequenino, foi até o pai que lhe emprestou o dinheiro prás comprar. Mas depois foram sempre com rebanhos grandes. Arrendava as pastagens por aqui. Na parte da manhã iam prós baldios e, na parte da tarde, vinham prá ervinha, duas quintas que ali havia, a do T'Zé Coxo e a do Papaná. Vendia cabritos plo Natal e, quando era assim junto à primavera, também vendia. Vinham cá os dos talhos a comprar.

Recorda, ainda, que ele levava as cabras para a Serra, para passarem os meses de verão:

No verão, o meu Pai levava as cabras prá Serra da Estrela, a pé. Todos os dias estava aqui às 7 e meia da manhã com o leite, prá minha mãe ir vender. Descansava e, às 4 e meia da tarde, tornava a ir prá Serra, pró pé das cabras, nas Penhas da Saúde. Havia um senhor que ficava com as cabras dele e com as do meu pai, durante o dia. Os meus pais tiveram uma vida muito dura. Levava as cabras prá Serra, pra junho, depois estavam lá julho e agosto, depois vinham pra baixo. O meu Pai ia aqui pra Serra, por este caminho que chamavam os Covais da Casa Garrett, iam por aí acima. A comida? Levava um bocadinho de presunto, porque criavam o porco.<sup>728</sup>

Ana, sua mulher, complementava o trabalho, vendendo o leite ao domicílio:

A minha Mãe levava o cântaro, à cabeça, e, às vezes, uma ferrada em cada mão e depois ia com o leite pró matadouro, pró pesar, e só depois é que o ia vender às

<sup>727</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Júlio Mariano: Tecelão/Barbeiro», in *Boletim da LAT*, n.º 34, 2.º Trim. de 2000.

<sup>728</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria da Conceição Paulos Ourives: metedeiras de fios», in *Boletim da LAT*, n.º 87, 2.º Trim., 2014.



freguesas. Quando a minha Mãe tinha as crises do reumático e do ácido úrico, eu trabalhava aqui nos senhores Matias e eles autorizavam-me, eu ia vender o leite e só pegava a trabalho às 10 horas. Pra ir eu a despachar o leite, saía cedo, prá s freguesas não ficarem sem o leite.<sup>729</sup>

## ■ OVELHAS

Para Orlando Ribeiro, «as ovelhas acomodam-se às montanhas de estio mais seco e pastam nas folhas pousias, nos alqueives e ainda nos restolhos ressequidos encontram alimento: dominam, portanto, na área da cultura extensiva de trigo a que estão economicamente associadas e, de um modo geral, nas regiões orientais onde a humidade é mais baixa. Das ovelhas, [o homem] aproveita a carne e o leite, matéria-prima para os queijos mais afamados (Serra, Castelo Branco...), e o estrume». No entanto, para a época em estudo, a criação destes animais era muito importante por causa da lã. Os pastores de ovelhas, que os donos dos rebanhos contratavam por míseros salários, passavam dias e dias no campo sem voltar a casa. Alimentavam-se com alimentos de baixa qualidade. As casas onde pernoitavam, muitas vezes choças (cabana feita de colmo ou de ramos de árvore), não tinham um mínimo de condições de habitabilidade.

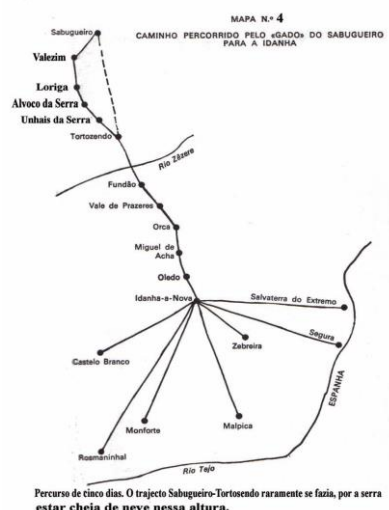
Por sua vez, «as limitações do clima e a disposição do relevo criaram de um extremo ao outro do mundo mediterrâneo, a oscilação transumante. (...) Estabelecem-se assim duas correntes ou uma corrente dupla: gados da serra que descem à terra chã, no inverno; gados das baixas que sobem às pastagens alpestres, durante o estio; ou ainda a mistura de uns e outros.»<sup>730</sup>

**REBANHO DE OVELHAS  
PONTE PEDRINHA – Cerca de 1920**



Fonte: Postal Ilustrado

**UM DOS PERCURSO DA TRANSUMÂNCIA**



Fonte: Alberto Martinho, «A transumância: da Serra da Estrela à Idanha», Sabugueiro, Janeiro de 2009.  
[http://www.em-idanhanova.pt/pdf/publicacoes\\_online/Actas\\_seminario\\_p.pdf](http://www.em-idanhanova.pt/pdf/publicacoes_online/Actas_seminario_p.pdf), retirado em 6 de Outubro de 2010.

<sup>729</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>730</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p.32.

Percurso de Transumância - Sabugueiro – Campinas da Idanha (pela Covilhã)

Troço- 3: Unhais da Serra - Ponte Pedrinha. Localização: Unhais da Serra, Cortes do Meio, Tortosendo. Através de Cortes do Meio permite a ligação a um conjunto de «canadas» locais em direção ao topo da Serra da Estrela. Valorização: Valorização do quadro paisagístico em associação com o quadro pastoril (e tarefas relacionadas) fortemente enraizadas a nível local. Valorização dos caminhos ainda hoje utilizados nas movimentações de gado em direção à Serra. Valorização dos vestígios de vias romanas (ancestralmente associadas aos movimentos transumantes).<sup>731</sup>

A Casa Garrett possuía um grande rebanho de ovelhas e também praticava a transumância. Em cada ano, nos finais da primavera, o pastor, o Ti Miguéns, conduzia o rebanho até à serra da Estrela, ao Sítio do Covão de Ferro, perto da Barragem da Penteadora. Na altura do regresso, a camioneta do patrão deslocava-se à Serra, para trazer, ensacados, os excrementos das ovelhas que serviriam para estrumar as terras, bem como os parques haveres do pastor.

Esta Casa agrícola tinha também uma queijaria com um roupeiro a tempo inteiro. O leite das ovelhas era aproveitado para fazer o queijo fresco e o requeijão, no inverno; alguns queijos eram curados e, assim, obtinha-se o «queijo de ovelha», propriamente dito.

#### ■ O PORCO

O porco criado à pia, no Norte e aqui na Beira<sup>732</sup>, permanecia na loja, muitas vezes na parte inferior da casa, para onde se lançavam também os dejetos. Ainda conhecemos casas com um alçapão para o efeito.

Erradicar os animais das lojas que ficavam na parte inferior da casa de habitação, para fora da vila, não foi fácil. De toda a maneira, as aves de capoeira ainda aí permaneceram durante mais tempo.

Para os porcos, juntavam-se «os restos» dos alimentos e preparava-se a «vianda». Havia donos de porcos, mesmo com as pocilgas já fora da vila, que recolhiam «os restos» em mais do que uma casa, o que nós pudemos testemunhar. O porco utiliza-se

---

<sup>731</sup> Elisa Calado Pinheiro (Coord.), Rota da Lã Translana Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha), vol. II Inventário das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de Lanifícios, Covilhã, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2008, p. 253-254.

<sup>732</sup> Orlando Ribeiro, *op. cit.*, pp.106 e 107.

apenas como alimento: dá a carne fresca ou salgada, o presunto, os enchidos, o toucinho e a banha com que se tempera a comida.

#### 1.1.4 Chamiceiros e carquejeiros

Manuel Gomes fez-nos a apresentação da vida de um chamiceiro (O que apanha, para vender, chamiça - ramos secos - ou chamiço):

Antes de abrir a Fábrica do Ribeiro (Sociedade de Lanifícios), a maior parte dos homens do Casal da Serra eram chamiceiros; não podiam escolher, porque não havia outro trabalho. Eram eles que alimentavam, principalmente, os fornos da Covilhã e, até, as caldeiras das fábricas. A vida de chamiceiro era a vida mais triste que havia.

Mas ainda tivemos oportunidade de ouvir o relato pessoal de Manuel Quelhas (1927 - †), chamiceiro toda a sua vida:

[Os chamiceiros] Abalavam de manhã cedo, só com um naco de pão metida na manga atada [do casaco]. E, muitas vezes, se queriam beber água tinham que vir do cimo da serra até ao ribeiro, demoravam uma hora, meia hora em cada caminho. Arrendávamos as serras aos donos e também íamos aos baldios, só que éramos incorridos pelos pastores das Cortes e de Unhais, porque assim arrancávamos tudo e o gado ficava sem comida... Íamos pelos caminhos da Serra (caminhos dos carvoeiros) e ainda hoje lá existe uma canada (carreiro através dos campos), no sítio desses caminhos.<sup>733</sup>

#### CHAMICEIRO MANUEL QUELHAS

Com o seu macho ajaezado



Fonte: Fotografia cedida por Manuel Quelhas

---

<sup>733</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Manuel Filomeno Quelhas: chamiceiro», in *Boletim da LAT*, n.º 13, 1º Trim. de 1995.

E continuou o seu sentido testemunho:

Daí, íamos diretos a Santo António. O meu pai ficava a cortar e eu fazia o caminho três vezes. De cada vez, o cavalo trazia quatro molhos e eu ainda carregava meio (molho), às costas (um mato (d)esperdiçado, caruma, tudo servia). [Eu] Escondia o que trazíamos a mais, eu e o animal, e ia juntando para, ao fim do dia, quando o meu pai vinha para meter a lenha no forno, já termos mais uma carga.

A carqueja também era vendida, às costas, e era mais usada para acendalha do lume e para chauscar os porcos. E olhe que tínhamos de pagar três tostões de barreira (portagem) à Ponte do Rato.<sup>734</sup>

Júlio Mariano, operário, quando criança e jovem também trabalhou na venda da carqueja:

Ia à *carqueja* (com os outros garotos). Fazíamos molhos pequenos, atados com uma vergazinha, que vendíamos a dois tostões e, às vezes, os garotos juntavam-se e fazíamos um grande atado com uma corda. Íamos para a Covilhã (às vezes eu e o Gabriel Rabino) e dávamos volta às ruas e gritávamos: «Ó *carqueija!*». Quando o meu pai já tinha onde meter a *carqueija*, eu também lhe levava o molho. Ele um grande e eu um pequeno. (Quando jovem) Continuava a ir à *carqueija*. Íamos até ao Porrim. Ajudávamos as sopeiras a arrumar os molhos e davam pão e conduto e fatos. Com esse dinheiro é que comprei o fato para a Inspeção.<sup>735</sup>

### 1.1.5 Outras profissões

#### ■ FONTEIRA

A água ao domicílio foi inaugurada em julho de 1953. As casas das classes populares não tinham água canalizada nem casa de banho. As famílias abastadas podiam usufruir destas condições, graças à água de nascentes ou poços existentes nas suas propriedades ou cedida por outros. Zezinha Meireles [1913- †], proprietária do negócio de Comes e Bebes e Pensão, no gaveto, ao cimo da Avenida Almeida Garrett, que já fora de seu sogro, lembra, a propósito, o seguinte:

[Quando vim para o Tortosendo após o casamento, início dos anos 30 do século passado] A Avenida era em terra, até deitávamos algumas águas da janela para baixo. Não havia casa de banho, nem água canalizada. Passados aí uns três anos, o Sr. Dr. Afonso dispensou água para nós, para o Sr. Jaime Dinis e para a Pensão Central. Então aí fizemos uma casa de banho.<sup>736</sup>

Apesar de ter sido na nossa infância, ficou bem gravado, na nossa memória, o esforço de acarretar água, para aliviar um pouco a nossa mãe, que tantas obrigações tinha para cumprir no âmbito do serviço doméstico. Esse esforço aumentava nos fins-de-semana, pois, para além dos gastos normais, a água era indispensável para os banhos

<sup>734</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Manuel Filomeno Quelhas: chamiceiro», in *Boletim da LAT*, n.º 13, 1º Trim. de 1995.

<sup>735</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Júlio Mariano: Tecelão/Barbeiro», in *Boletim da LAT*, n.º 34, 2º Trim. de 2000.

<sup>736</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Zezinha Meireles (1913-†): comerciante», in *Boletim da LAT*, n.º 32, 41º Trim. de 1999.

de toda a família e para a esfrega da casa e mais limpezas. E isto para não, falar das limpezas da Páscoa. Por essa altura faziam-se ainda as caiações, que exigiam difíceis limpezas posteriores a exigir muita água.

As nossas avós tinham as suas fonteiras. Em qualquer dos casos, essas mulheres eram ajudadas ou substituídas, em certos dias, por filhos ou filhas. No caso da avó paterna, a casa era abastecida na Fonte do Largo da Praça e, no caso da avó materna, era na Fonte do Curral, ali no Largo 28 de Maio. Não era trabalho fácil encher o pote de barro e outras vasilhas onde se guardava a água. Para essa tarefa da fonteira, usava-se a expressão «dar água».

#### ■ LAVADEIRA

*Lavadeira a bater roupa  
Na pedra que está na água,  
Achas a minha mágoa pouca?  
É muito tudo o que é mágoa.  
Fernando Pessoa*

Maria da Piedade Meireles [192?- ] -começou por nos dizer a respeito de sua avó, que era lavadeira: «Antigamente não havia máquinas [de lavar roupa], não havia nada e a minha avó é que lavava para estas ricas todas.» E continuou: «A minha avó ia às casas a buscar a roupa. Ela lá conhecia as roupas todas... não sei se estavam marcadas. Na roupa branca (incluíam-se) os lençóis, as camisas, toalhas de mesa muito grandes...» (...) A minha avó, primeiro lavava aquela roupa toda no *lavador* (lavadouro); no fim daquela roupa estar toda ensaboadinha, não a punha a corar. (...) fazia-se a barrela à roupa. Usava barras de sabão já como as de agora, quem as dava eram os senhores.»

Prosseguiu falando, de sua mãe, Nazaré Mendes, também lavadeira:

Lembro-me que a minha mãe lavava para a Sra. D. Elisa, a mulher do Sr. Carvalhão, e muitas mais. A minha mãe começou a lavar, mas já não fazia barrela, já não dava. Punha a roupa a corar, tinha aqueles coradores naquelas ervas e, quando havia pouca água no Ribeiro dos Morais, já íamos para o Ribeiro de Santiago. (...) O tempo de Inverno era muito difícil; às vezes até tinham que juntar mais roupa. (...) Lavou muito tempo ali para a pensão da Sra. D. Ilda Xavier, mas nessa altura eu passava a ferro as camisas dos hóspedes.<sup>737</sup>

Maria da Conceição Ourives [1930 - ] recorda:

Era ali no Ribeiro [de S. Miguel] que iam as lavadeiras lavar. E nós também lá íamos lavar. Levava-se as bacias da roupa, à cabeça. Vinham as lavadeiras, a Ti Nazaré Mendes e a Mãe dela. Estivesse quem estivesse, saía. Na altura não havia lixívias. Havia ali uma casinha do meu padrinho Joaquim Pereira e tinha uma fornalha. Vivia lá a Ti Rosa Pereira. Metiam lá a roupa na loja. Com os restos do

---

<sup>737</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Nazaré Mendes: lavadeira», in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

sabão que sobravam, punham ali uns caldeiros com água muito quente e metiam lá as codinhas. Depois metiam lá a roupa toda a noite. De dia, punham a roupa a corar. Hoje o Ribeiro já está canalizado, na altura aquilo era horrível.<sup>738</sup>

## 1.2 Comércio

### 1.2.1 Comércio fixo

*São bastantes os seus estabelecimentos comerciais, e neles se pressente além dos domingos, dias em que a esta vila afluem pessoas vindas dos povos limítrofes abastecerem-se de mercadorias que nos mesmos povos se não encontram à venda, grande movimento de transação nos restantes dias da semana.*  
O Trabalho, 23.7.1933

Tortosendo conquistara, em 1927, o estatuto de Vila, alegando-se o número de habitantes e «o seu valor industrial e comercial». O seu «apregoad» valor comercial merecerá, por agora, algumas considerações, ainda que breves.

### 1.2.1 Comércio fixo

No que respeita ao comércio fixo, em Tortosendo, em princípios do século XX, existiam estabelecimentos comerciais dos mais diversos ramos de negócio, sinal de desenvolvimento deste tipo de atividade. Em 1908, no jornal *O Tortosendo*, aparecia a publicidade a um número muito razoável de estabelecimentos, com os quais elaborámos o quadro nº XX.

**QUADRO 2.5. ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS DE TORTOSENDO - 1908**

Estabelecimentos / Proprietários	Produtos
Loja Nova da Feira de José Gonçalves da Silva	Mercearias
Viúva de António Joaquim Vaz	Comércio, Fazendas mercearias, miudezas
João Rodrigues Farias	Fazendas e Mercearias;
José Taborda	Alfaiate
Carolina Mesquita Cameira	Mercearias
Francisco Gaspar	Mercearias e vinhos
João da Costa	Padaria
Jaime Diniz Esteves	-----
Francisco Cruz Ascensão	-----
António Mendes Matos Calado	-----

Fonte: *O Tortosendo*, 1908

<sup>738</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria da Conceição Paulos Ourives: metedeiras de fios», in *Boletim da LAT*, n.º 87, 2.º Trim., 2014.

Mas a publicidade dos Armazéns Centrais da Loja Nova (Avenida) de Afonso, Pontífice e C<sup>a</sup>. Sucessores, Rodrigues e Trindade ocupava toda uma página. Anunciavam-se os seguintes produtos: Mercarias. Fazendas de lã, linho algodão e seda. Quinquilharias. Bijuterias. Modas e Confeções. Chapelaria, Chaleria e artigos de seda. Objetos de escritório. Louças, ferragens e calçado. Especialidade em chá, café e manteiga. Depósito de tabaco, fósforos e farinha. (*Dão-se senhas, bónus aos fregueses nas compras*). Com esta lista tão longa e diversificada bem merece a designação de «armazém».

**QUADRO 2.6. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE TORTOSENDO - 1932**

<b>Estabelecimentos / Proprietários</b>	<b>Produtos</b>
João da Costa	Padaria Nova
José Pombo	Relojoeiro
José Rodrigues Farias	Estabelecimento de mercearias fazendas brancas, louças, vidros, calçado e tabacos
José Neto Paiva Santos	Farmácia Popular
António Matias Batista	Automóveis de Aluguer
A Vencedora Ideal de V <sup>a</sup> de António Joaquim Vaz	Fazendas brancas, mercearias, miudezas, camisaria, roupas brancas, malas, papelaria, livraria e postais ilustrados Sempre as últimas novidades.
António Xavier Matias Subagência SHELL	Serralheiro Mecânico e civil; Óleos, pneus e câmaras;
Jaime Nunes Batista	Fabricante de bonés

Fonte: Publicidade em *O Raio*, 29.9.1932

Perante estes dois quadros, e no que respeita a estabelecimentos comerciais, conclui-se que podiam encontrar-se, desde os mais específicos: tabernas (em grande número), padaria, alfaiatarias, ourivesaria e relojoaria, livraria e encadernação, hospedaria, farmácia, até àqueles que vendiam uma infinidade de produtos. Destes últimos, destaca-se, aleatoriamente, um estabelecimento que vendia sementes, bebidas engarrafadas, mercearias, materiais de construção e máquinas para a indústria e teares.

No que respeita a estabelecimentos comerciais, segundo Fernando Rosas «abria-se um negócio rudimentar com o magro investimento de uma árdua e prolongada poupança, para fugir à dureza e à miséria do trabalho assalariado, para fugir ao desemprego, para “não ter patrões” com a ilusão de subir na vida.»<sup>739</sup>. O mesmo autor afirma que «o pequeno lojista recorria ao trabalho familiar e a um ou dois «marçanos» ou «aprendizes» recém-chegados do campo, os quais a maior parte das vezes não se

<sup>739</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo. (1926-1974)», *op. cit.*, p. 107.

pagava em dinheiro e só se dava dormida e comida»<sup>740</sup> Em Tortosendo, conhecemos, pelo menos, dois desses casos. Podemos atestar que um deles passou, mais tarde, para o Armazém de uma das fábricas de Lanifícios e posteriormente essa fábrica ao implementar um projeto comercial de grande monta convidou-o para se aliar a esse projeto.

Em Tortosendo, entre os estabelecimentos comerciais, havia oito talhos<sup>741</sup>. Entre 1932 e 1936, aparece também o registo de dois restaurantes/café e um restaurante.

No entanto, neste período deve dar-se o devido destaque à criação da Agência do Banco Espírito Santo, em 1936. Em Tortosendo já se podiam fazer operações bancárias tão necessárias às atividades industriais e comerciais, pois existiam correspondentes de vários bancos: Sociedade de Fabricantes, Lda. (Correspondentes Bancários) e José Rodrigues Trindade (Correspondente dos Bancos: Espírito Santo, Faial, Sousa Cruz & C<sup>a</sup>, Lda)<sup>742</sup>. Mas a Agência permitia condições bem diferentes. Por isso, *O Raio* não só dá a notícia, como acrescenta:

Melhoramento importante deve, poderosamente, contribuir para uma maior expansão comercial e industrial, tornando assim, mais progressivos esses dois ramos de atividade. Parabéns.<sup>743</sup>

João Amado Aguilar foi o primeiro gerente do Banco Espírito Santo.

**João Amado Aguilar** ( - 1968)

João Amado Aguilar veio para Tortosendo, quando da abertura da Agência do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em 1936. Aqui se manteve durante 23 anos após os quais pediu transferência para Lisboa.

Funcionário distinto e competente, com amplos conhecimentos do ramo bancário, íntegro, delicadíssimo, granjeou a estima e a consideração de todos os tortosendenses e em muito concorreu para a notável projeção que o Banco Espírito Santo conquistou na nossa região. Quem se lembre das condições em que no nosso meio se faziam as operações bancárias há um quarto de século, sabe quanto representou a criação da agência nesta Vila e como é evidente a repercussão deste florescente estabelecimento de crédito na economia e progresso não apenas de Tortosendo, mas de toda uma vasta área da Beira Baixa. A indústria, o comércio e a Indústria, principalmente, passaram a contar com facilidades que lhes eram indispensáveis e são suficientemente elucidativas de quanto dizemos.

Era casado com Maria Celeste Moura Batista, genro do industrial, Francisco Batista e de Celeste Moura. Pai de Maria Celeste, João e Maria Luísa Aguilar Batista.

| Fonte: *Jornal do Fundão*, 1.11.1959

<sup>740</sup> Idem, *ibidem*, p. 107.

<sup>741</sup> 1705 24.8.1944 Veterinário Municipal Covilhã. *Corresp. Expedida* Ano de 1944 II.

<sup>742</sup> *O Raio*, 29.9.1932.

<sup>743</sup> *O Raio*, 9.7.1936.



### 1.2.2 Feiras e mercados

Em 1927, já se realizavam duas feiras anuais (a de S. Miguel, em 29 de setembro e a de Maio) e um mercado mensal, locais privilegiados de trocas, que muito devem ter contribuído para o incremento do comércio local. A Feira de S. Miguel, considerada já uma das mais concorridas da região, realizava-se desde longa data. Artur Moura Quintela (1899 - ), a propósito das freguesias da Covilhã, propriamente ditas, afirma que tivera treze freguesias (até 1834, segundo o investigador, Rui Delgado) e «que em tempos mais antigos tivera ainda mais quatro. E destas fazia parte a de S. Miguel. A igreja tinha um só altar com o orago. Que foi uma das primeiras.» No dia deste santo, à distância de 5 Km desta vila, havia uma grande feira, a qual se faz hoje no Tortosendo, para evitar frequentes desordens que ali se davam.» Não temos notícia do ano em que tal transferência ocorreu, mas podemos afirmar, de acordo com um documento existente no Arquivo Municipal da Covilhã, que em 1840 (quase há 170 anos), já ocorria em Tortosendo.»

Na sessão camarária de 24 de abril de 1924, o vereador António Duarte Calado propõe que realize uma feira anual em Tortosendo, em 25 de maio de cada ano, para transação de todos os produtos industriais, agrícolas e pecuários. Também não se descuidaram os mercados. Em março de 1905, Tortosendo solicita à Câmara a realização de um mercado mensal, no domingo imediatamente anterior ao mercado mensal do Fundão, que tem lugar na segunda, segunda feira de cada mês. A Câmara deferiu. Destinava-se à venda de produtos agrícolas, industriais e animais das espécies bovinas, suínas, caprinas e lanígeras. Ainda em 1924, em agosto, o mesmo vereador propôs que os géneros expostos, na Praça da freguesia de Tortosendo, nos dias de mercado, fossem isentos de impostos até ao fim do ano corrente, a fim de os mercados se tornarem mais concorridos. Nessas feiras, que já tinham lugar no Campo da Feira, o qual muito recentemente fora alargado para o efeito, se transacionavam produtos industriais, agrícolas e pecuários. Em continuação, o administrador do concelho solicita ao Comandante da GNR para que nos dias de mercado mensal, na freguesia de Tortosendo, dois guardas do posto da mesma freguesia, para conduzirem os vendedores encontrados na Praça, para o local do mercado no Largo da Feira, onde exporiam os seus géneros à venda, e fazerem o policiamento da mesma.

Em maio de 1927, a Junta de Freguesia de Tortosendo pede «para não mandarem cobrar impostos de qualquer natureza na próxima feira franca que se realiza nesta

localidade em 29 do corrente.»<sup>744</sup> Que se determine o mesmo, à semelhança dos anos anteriores. Em setembro, a mesma entidade pede para a Comissão autorizar a cobrança de impostos de assentos na praça, mercados e feiras, naquela freguesia. Indeferiu o pedido.<sup>745</sup> Através de carta, alguns comerciantes de Tortosendo (quase todos com carimbo)<sup>746</sup> pedem, ainda, para que não se cobrem barreiras no dia da Feira Franca. No ano seguinte, os comerciantes, ainda em maior número que no ano anterior, juntam-se aos membros da Junta de Freguesia<sup>747</sup> e renovam o pedido para que «não mandem cobrar impostos no próximo dia de feira, como aconteceu em anos precedentes, «para serem mais concorridas».

Em setembro de 1931, a comissão administrativa da Junta de Freguesia do Tortosendo<sup>748</sup> pede a criação da Feira Franca de S. Sebastião, no dia 20 de janeiro, «atendendo aos constantes pedidos tanto do comércio como da lavoura.»<sup>749</sup> Em janeiro do ano seguinte, numa Ata da Junta de Freguesia, pode ler-se:

como fora deliberado, e por autorização da Câmara, realizou-se a nova feira de S. Sebastião, com banda de música e uma dúzia de foguetes. Apesar de ser a primeira, não deixou de ser concorrida, devido à propaganda e, sobretudo, ao Notícias da Covilhã.<sup>750</sup>

Em 1932, a feira de S Miguel foi muito concorrida, «tendo vindo muitas camionetas e automóveis de várias partes repletos de gente. (...) Não faltaram os ranchos que vieram apreciar a bela sardinha da Afurada e comprar as nozes».<sup>751</sup>

---

<sup>744</sup> 17.5.1927, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Maço n.º 1680.

<sup>745</sup> *Idem, Ibidem*, de 1926 a 1927.

<sup>746</sup> Carimbos de J. G. Silva, Loja Nova da Feira-Tortosendo; Jaime Diniz Esteves Tortosendo; João Rodrigues Farias, Fazendas e mercearias; Viúva de António Joaquim Vaz, Fazendas, mercearias, miudezas, Tortosendo.

<sup>747</sup> José Almeida Vitória da Cruz Dinis, José Avelino Fernandes e António de Matos Prazeres.

<sup>748</sup> Presidente José de Mattos, António ???, José Joaquim Taborda.

<sup>749</sup> 22.9.1931, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida*, Maço n.º 1651, 1931.

<sup>750</sup> Ata de 9.2.1931, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo*, de 13.8.1928 a 30.9.1937 (Faltam folhas 1 e 2).

<sup>751</sup> *Notícias da Covilhã*, 9.10.1932.

### 1.3 A indústria de lanifícios na década de 30

*Os primeiros teares criaram-se, em já difusos e incontáveis dias, para a lã que produziam os rebanhos dos Hermínios. O homem trabalhava, então, no seu tugúrio, erguido nas faldas ou a meio da serra.» O homem movia, com os pés, a tosca construção de madeira, enquanto as suas mãos iam operando o milagre de transformar a grosseira matéria em forte tecido.*<sup>752</sup>

Ferreira de Castro, *A lã e a neve*

A década de 30 entra com a Crise de 1929 e termina com o início da Segunda Guerra. De crise se falou praticamente em toda a década de 20 que obrigou, cerca de 1927, à migração de operários de Tortosendo, mesmo que temporariamente.

O patronato pede a revisão da Pauta de 1923. Mas apresenta obra feita: casas para a instalação de suas famílias e edifícios fabris. A eletricidade, inaugurada em 1927, vai permitir não só utilizar teares mecânicos nas suas tecelagens como ainda a instalação de fiações, cardações e tinturarias e ultimações.

#### 1.3.1 Antecedentes: da indústria dispersa à industrialização

No século XVIII, tal como no século anterior, em toda esta malha industrial da Covilhã e arredores (que incluíam Tortosendo), a unidade produtora quase exclusiva continuava a ser a oficina, muitas vezes instalada na própria habitação. A manufatura, na Covilhã, criada por D. Pedro II, continuava a ser exceção. Visando o incremento do fabrico, ordenava-se que os fardamentos das milícias fossem fabricados, na Covilhã, e, ainda, a partir de 1749, obriga-se a que as librés dos criados sejam de tecido nacional.<sup>753</sup> D. José, em 26 de julho de 1764 mandou criar as Reais Fábricas da Covilhã e Fundão para servirem de escolas, aonde se formassem vassallos úteis e industriais.»<sup>754</sup>

O bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva, na sua obra «Memória sobre o Estado actual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã e das Causas que retardam a sua última perfeição», Impressão de 1803, ao referir o fabrico volante [que não tem domicílio certo] da Covilhã, destaca que é grande o movimento dos fabricantes do lugar de Tortosendo e Teixoso, «pelos valores das derramas das duas povoações». (...) As manufaturas destas terras são os panos ordinários: saragoças, buréis e baetas

<sup>752</sup> Ferreira de Castro, *A lã e a neve*, (Pórtico), Círculo de Leitores, 1985.

<sup>753</sup> Ainda no reinado de D. João V, a Pragmática de 24 de maio de 1749, contra o luxo, é a expressão das preocupações que a defesa das manufaturas suscitava. Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2a ed. Lisboa, Quercus, 1982, p. 74.

<sup>754</sup> «Memória sobre o Estado atual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã e das Causas que retardam a sua última perfeição» pelo Bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva, Impressão de 1803, in Luís F. de Carvalho Dias, «História dos Lanifícios (1750-1834)», *Boletim dos Lanifícios*, n.º 68, agosto de 1955. *Boletim dos Lanifícios*, n.º 69, abril 1955.

que têm uso entre a gente comum, geralmente vendidos em mercados e a não dar os lucros proporcionados à subsistência das famílias, e aqui temos um verdadeiro mal, nascido da falta de aumento, e não da figura da diminuição.»<sup>755</sup>

Assim, em fabrico domiciliário produziam-se tecidos para as necessidades locais ou para fabricantes, de Tortosendo ou da Covilhã, que depois os comerciavam. Com teares próprios, trabalhavam tecelões ou *teceloas* (leia-se *tecedeiras*), que, de acordo com o Regimento dos Panos, se sujeitavam a exames de mestria. Em 9 de julho de 1793, foi dado o termo de juramento a Maria Santos, tecedeira de Tortosendo, «para debaixo dele exercer o seu ofício de tecedeira em que se examinou guardando o seu regimento, observando o que nele vai declarado, o que prometeu fazer.»<sup>756</sup>

Posteriormente, uma Provisão da Real Junta do Comércio de 21 de novembro de 1814 determina que se elaborem mapas de todas as fábricas que se acham estabelecidas no distrito da Covilhã (comarca da Guarda), por anos <sup>757</sup>, para se avaliar a situação depois das Invasões Francesas. De acordo com os dados dos mapas, em Tortosendo, em 1814, 1815, 1819, 1821 e 1822 estavam em laboração, teares de diversos proprietários/fabricantes cujo número passou, progressivamente, de dezassete a quarenta e quatro, um aumento gradual, que consideramos significativo. Em cada ano, os nomes de proprietários, são designados por «diversos». Discrimina-se o pessoal, de acordo com o estatuto das Corporações de Ofício (existentes no final da Idade Média), pelas respetivas categorias (serventes, aprendizes, oficiais, mestres). Já a produção destinava-se ao fardamento, a diversos negociantes e ao comércio geral ou era «extraída pela Fábrica Real».<sup>758</sup>

Em 1863, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira,<sup>759</sup> foi incumbido de visitar as fábricas da Covilhã e sobre elas elaborar um relatório. Deste se destaca:

As fábricas da Covilhã produzem anualmente mais de 20 000 panos. Dentro da vila há trinta e tantas fábricas, das quais algumas cardam e fiam por conta alheia. Outras preparam e não ultimam. Das que ultimam, há seis que podem ser classificadas como importantes. Fora da vila, na freguesia de Teixoso e Tortosendo, há fábricas de baetas à mão e de panos ordinários que são pisoados e tintos nas fábricas da Covilhã. Em Unhais, a três léguas, há uma fábrica de cardar e

<sup>755</sup> «Memória sobre o Estado atual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã ... op cit, 1955.

<sup>756</sup> «Pela sobredita Maria dos Santos foi dito que para mais livremente poder usar e exercer o seu ofício oferecia por fiador e principal pagador a todo o prejuízo que causar, a Estêvão Correia.» Ata de 4.9.1793, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã, n.º 12*, de julho de 1791 a 1796.

<sup>757</sup> Fontes: Estatísticas industriais, Mapa de todas as fábricas que se acham estabelecidas no distrito da Covilhã (1814) in Luís F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, Lisboa 1968, Volume IV e V, \* p. 1692, \*\*1603, \*\*\*1655

<sup>758</sup> Inquéritos 1881 e 1890.

<sup>759</sup> Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As fábricas da Covilhã, 1825-1875*, Associação Promotora da Indústria Fabril, ed. lit., Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1863, 95 p.

fiar. Além das fábricas, existe uma inumerável quantidade de pequenas oficinas, todas empregadas em fazer lanifícios que são a bem dizer indústrias exclusivas daquele concelho. Ocupavam-se principalmente no fabrico dos tecidos para o equipamento militar.

■ OS «NEGOCIANTES», PERCURSORES DOS FABRICANTES

Os «proprietários/fabricantes» atrás referidos não eram mais que «negociantes», o que significava que eram simples mercadores de matérias-primas, matérias-primas essas que eles mandavam transformar e que depois distribuía pelo país através do seu comércio.

Para o industrial José Laureano de Moura Sousa, em 1927, nesses tempos, «a indústria de lanifícios do Tortosendo era uma indústria, por assim dizer, parasitária». E justifica:

[Tortosendo] Não tinha oficinas próprias, apenas possuindo teares manuais primitivos. Adquiria-se a lã que se mandava fiar fora e aqui era apenas tecida» «e vendida na Covilhã em enxerga.» «Lã, apenas lã, tanto nos panos pilotos como na raixa que se aristocratizou, transformando-se na baeta dos nossos dias.»<sup>760</sup>

Deve acrescentar-se que Tortosendo não tinha cursos de água com quantidade e regularidade ao longo do ano, para produzirem a necessária força motriz capaz de mover os engenhos de cardar e fiar. Pelo que alguns, vão criar instalações para esse efeito em Unhais da Serra, Na Ribeira da Água Alta Covilhã e, mais distante, em Alvoco da Serra.

Segue-se a apresentação de um quadro referente aos impostos pagos pelos compradores das lãs.

**QUADRO 2.7 - IMPOSTO SOBRE A LÃ – CONTRIBUINTES, 1887 - 1906**

Ano	Nomes	Ano	Nomes	Ano	Nomes
1887	José Laço Pinto	1893	José Craveiro António Pereira de Matos	1899	José Craveiro
1888	José Bernardo Fevereiro	1894	António Pereira de Matos	1900	António Pereira de Matos
1889	José Laço Pinto	1895	António Meireles da Fonseca	1901	José Laço Pinto
1890	José Laço Pinto	1896	José da Cruz Sousa	1902	António Ferreira da Silva
1891	José Laço Pinto	1897	José da Cruz Sousa e outro	1903	José da Costa
1892	José Bernardo Fevereiro	1898	José Laço Pinto, José Bernardo Fevereiro José Pombo	1905	António Joaquim Vaz
				1906	Idem

Fonte: AMC, Câmara, *Livro 894 F C 05 1887/1906 Mapa dos Rendimentos das Contribuições indiretas e Impostos*

<sup>760</sup> «A questão industrial e o que sobre ela nos diz o José Laureano de Moura e Sousa», in *O Jornal* (Tortosendo), 3.3.1927.

#### **JOSÉ DA CRUZ E SOUSA (Tortosendo, 1856 - 1927 )**

Era pai de Adorinda, Laura, Piedade, Américo, e Padre. Alfredo da Cruz e Souza.

Foi sócio da importante firma, José da Cruz Souza e filhos. No Notícias da Covilhã, à data do seu falecimento, pode ler-se: “Industrial, trabalhador inteligente e honrado, católico como os que o sabem ser, era pelas suas qualidades muito estimado e considerado por todos quantos o conheciam, tendo nele os pobres e os humildes um desvelado protetor e benfeitor”. O articulista de *O Jornal* disse, ainda, na notícia do seu falecimento: “É mais um dos grandes obreiros do Tortosendo que desapareceu do nosso convívio”.

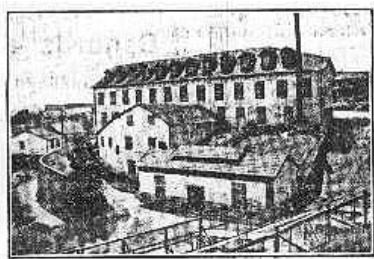
Assim, como sinal de preito e homenagem, incorporaram-se no seu funeral todas as confrarias locais e do Dominguiso, os Escuteiros com a sua bandeira, o Patronato feminino, todo o clero da terra e das povoações circunvizinhas. Presidiu à cerimónia o Cónego António dos Santos Carreto, reitor do pequeno Seminário da Guarda no Fundão, que representava o Sr. Bispo.

Fontes: *Notícias da Covilhã* de 6.11.1927 e *O Jornal* (Tortosendo)

Em continuação, procuraremos estabelecer laços familiares entre elementos deste quadro e elementos dos quadros que vão surgindo. De quase duas décadas do século XIX e da primeira década do século XX, na lista dos contribuintes do imposto sobre a lã,

#### **AFONSO, PONTÍFICE & C<sup>a</sup>**

**Secção de Ultimção e Tinturaria a vapor\***



Fonte: *Almanaque das Beiras*, 1932

\* Esta Tinturaria, em 1905, possuía 1 gerador Fixo e locomóvel em estado novo

#### **RESIDÊNCIA E FÁBRICA DO INDUSTRIAL JOÃO PONTÍFICE – Estrada – Tortosendo**



Fonte: *Almanaque das Beiras*, 1932

#### **ANTÓNIO RODRIGUES PONTÍFICE (Tortosendo, 1872-1927)**

Industrial. Era filho do industrial José Rodrigues Pontífice e de D. Josefa de Jesus Esteves. Consorciou-se em 24 de abril de 1895 com D. Maria Delfina Ramos Pontífice, filha do Sr. António Duarte Ferrão e de D. Antónia de Jesus Ramos.

Na sua vida de industrial honesto e sabedor, a sua terra natal deve-lhe incalculáveis benefícios e um certo bem-estar de carinho e conforto, pois foi ele um dos melhores impulsionadores do fabrico de fazendas para senhoras, sendo também o introdutor em Tortosendo dos artigos de fantasia, também para senhoras.

A tinturaria em que era perito mereceu-lhe os seus maiores cuidados e desvelos, montando na sua terra maquinismos modernos e aperfeiçoados que lhe deram nome e fama o que até então ali se fazia por processos antiquados e rotineiros. A indústria da chalaria contou-o no número dos seus melhores fabricantes mais aprimorados.

Era sócio das benquistas e cotadas firmas industriais - Sociedade de Fabricantes, Lda. e de Afonso, Pontífice & C<sup>a</sup>. Também desempenhou o cargo de vereador da Câmara Municipal. Faleceu em 1927

Fontes: *Notícias da Covilhã* de 29.5.1927 e Atas das Sessões da Câmara

## ■ AS OFICINAS E CASÕES

Dos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, destacámos, uma vez mais, os elementos referentes a Tortosendo, com os quais elaborámos o quadro que se segue:

**QUADRO N.º 2.8. FABRICANTES DE TORTOSENDO EM 1881 e 1890**

Data	Fabricante	Lugar	Atividade	Equipamento básico	Pessoal
1881	Joaquim José Fernandes do Amaral	Unhais da Serra	Lavagem, cardação, fiação	570 fusos	17
	Augusto Afonso B. Matos & Filhos	Tortosendo (Lugar da Cruz)	Tecelagem	8 teares manuais	8
1890	José Alfredo Ferreira Dias	Unhais da Serra (Sítio do Lagar)			
	José Paulo Afonso	Unhais da Serra (Fonte Velha)			

Fonte: Inquéritos Industriais: 1881 e 1890

### **JOSÉ PAULO AFONSO (Tortosendo, - 1910)**

Industrial. Proprietário. Uma das figuras de maior prestígio do nosso meio, daquele tempo. Viúvo de D. Josefa Brás, pai de filhos que souberam sempre honrar a sua memória, jamais o seu nome honrado se apagou da recordação de todos quantos o conheceram. Homem de invulgar reputação social impôs-se sempre pelas suas qualidades de trabalho, podendo afoitadamente dizer-se que a ele e a seus filhos se ficou devendo um grande incremento industrial, então quase incipiente. Mas, além de industrial, José Paulo Afonso foi um dos mais valiosos elementos da agricultura como proprietário que sempre foi. Na sua casa encontraram sempre trabalho os que dele precisavam e os pobres foram sempre generosamente acolhidos.

No seu tempo não havia clubes no Tortosendo, mas a sua casa era verdadeiro e certo ponto de reunião para uns tantos amigos que iam passar a noite com ele, ouvindo as suas palavras sensatas e criteriosas e muitas vezes de conselho.

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 28.1.1961

Nestes inquéritos surge a designação «fabricantes» e respetivos nomes. Cabe salientar que, em 1881, um fabricante de Tortosendo tinha «lavagem, cardação e fiação», com o equipamento básico, um sortido de cardas de 570 fusos, a funcionar em Unhais da Serra e, com dezassete pessoas ao seu serviço. Já o Inquérito Industrial de 1890, referencia mais dois fabricantes de Tortosendo em Unhais da Serra, cujas atividades devem ser as mesmas, do de 1881. Portanto, alguns fabricantes de Tortosendo, em vez de comprarem o fio nas fiações da Covilhã, tinham as suas próprias instalações para o produzirem em Unhais da Serra, em Alvoco da Serra e, mais tarde, na Ribeira da Água Alta, para utilizarem a energia hidráulica.

Mas, no ano de 1890, já está referenciado em Tortosendo, um fabricante com tecelagem, com oito teares manuais e oito pessoas ao seu serviço; iniciava-se em Tortosendo processo de concentração fabril, com teares manuais, que empregavam igual número de operários. A partir desta altura, em Tortosendo, de acordo com a documentação compulsada, o fabrico domiciliário inicia a sua transformação em fabrico manufatureiro assalariado, neste caso especializado na tecelagem.

No Anuário Comercial de 1911, são mencionados os fabricantes de lanifícios de Tortosendo identificados no quadro que se segue:

**QUADRO 2.9 .FABRICANTES DE LANIFÍCIOS DE TORTOSENDO - 1911**

A.Alberto de Matos Moura	Filipe da Cruz Sousa
Adolfo Brás & Irmão	Francisco Aníbal Moura
Afonso, Alfredo & C <sup>a</sup> <sup>761</sup> *	José Antunes Moura
António Duarte Ferrão & Filho	José Antunes do Rosário
António Fernandes Calado	José da Cruz Sousa
António Joaquim de Moura	José de Moura
António Pereira de Matos Júnior	José Nunes da Cruz
Fernando Antunes	José Rodrigues Pontífice

Fonte: *Anuário Comercial*, 1911

**ADOLFO DE SOUSA BRÁS (Tortosendo, 1869 – 1953)**

Industrial. Faleceu com a propecta idade de 84 anos. O saudoso extinto, dotado de magníficas qualidades de trabalho, de iniciativa e de caráter, foi dos primeiros industriais de lanifícios de Tortosendo. Foi casado com D. Maria da Piedade Afonso e pai do Sr. João Brás do Amaral e Sousa.

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 11.4.1953; *Jornal do Fundão*, 29.3.1955

**QUADRO 2.10. TORTOSENDO - OFICINAS DE TECELAGEM<sup>762</sup>/ CASÕES E RESPETIVO PESSOAL – 1913- TORTOSENDO**

Fabricantes	Pessoal ao serviço	
	Varões	Fêmeas
Rodrigues & Trindade	12	3
José Elísio do Amaral	9	0
António Joaquim Antunes	9	1
Cláudio de Sousa Rebordão	7	1

Fonte: *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 100, Lisboa, Editorial Império Lda., 1914.

Em 1913, já estão indicadas 4 (quatro) oficinas de tecelagem, ou seja a especialização dos espaços de tecelagem, que já se iniciara, pelo menos, em 1890. No entanto, tecelões e tecedeiras continuam a trabalhar, em suas casas, nas lojas, com os seus próprios teares. Facultam-lhes a matéria-prima, a teia e o fio para encher as canelas

<sup>761</sup> Relatório dos Serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no ano de 1905, Lisboa, Imprensa Nacional, 190, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 9, 1907, Lisboa, Editorial Império, Lda.

<sup>762</sup> 1913, Mapa dos estabelecimentos industriais matriculados na circunscrição. Relatório dos serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria referente aos anos de 1913 e 1914, pelo Eng. José Toscano de Figueiredo e Albuquerque, p.11, N.º 100, Lisboa, Imprensa nacional, 1914, Ministério do Fomento, D. G. do Comércio e Indústria Repartição do Trabalho Industrial.



e mais tarde vêm buscar o produto acabado.<sup>763</sup> Alfredo Francês [1908-†] recorda, claramente, o tempo em que, numa grande parte das lojas das casas típicas de Tortosendo, estava instalado o velho tear de pau (a madeira era a sua matéria dominante), um tear manual, muito rudimentar e com um matraquear muito característico.»<sup>764</sup> Em Tortosendo, com os teares manuais trabalhavam os homens, mas também trabalhavam as mulheres, que se mantiveram mais tempo nesse trabalho uma vez que os homens iam sendo absorvidos pela indústria manufatureira, em crescimento, conforme quadros que se incluem. Muitos filhos e filhas aprenderam, em casa, a tecer com suas mães. Foi o caso de Alfredo Pereira Craveiro [1921-†]: «Eu era garoto, mas tinha muito interesse; gostava de ver e de ouvir. Aprendi, propriamente, com a minha mãe e tecia em casa porque ela tinha um tear».<sup>765</sup> Foi também o caso da irmã de Amália Pereira [1915-†]:

Com a falta da minha avó, a minha mãe, que em paz descanse, agarrou-se ao tear. Ela e a minha irmã Adosinda estavam cada uma em seu tear e eu tinha de lhes encher as canelas.<sup>766</sup>

As crianças também contribuía com estes pequenos trabalhos, como fosse o encher das canelas.

«Mantendo-se embora esta estrutura produtiva, apareceram as oficinas / casões (lojas maiores ou barracões), pertencentes a fabricantes, onde já se reuniam teares, em maior ou menor número. Aí continuavam, ainda, os teares de pau, também ditos lisos, por tecerem somente sarjas e tafetás; a estes se juntaram, algum tempo mais tarde, as maquinas (igualmente de madeira), mas que já permitiam fazer desenhos. Nos Casões trabalhava-se em fabrico manufatureiro assalariado. José Oliveira [1914-†] recordou antigos Casões, sua localização e respetivos proprietários; a maior parte deles vieram a ser futuros proprietários de fábricas, assim que chegou a eletricidade:

---

<sup>763</sup> Também podia ser o tecelão a ir buscar a teia, como nós ainda tivemos ocasião de assistir no caso do Costa (Carrabão), nos anos 50 do século passado. Geralmente são mal pagos, ganham abaixo dos companheiros das fábricas.

<sup>764</sup> Testemunho de Alfredo Francês, Adélia Carvalho Mineiro, «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

<sup>765</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Alfredo Craveiro: Futebol, o desporto-Rei», in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

<sup>766</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Amália de Jesus Pereira: urdideira manual», in *Boletim da LAT*, n.º 24, 4.º Trim., 1997.

**QUADRO 2.11 CASÕES: PROPRIETÁRIOS E LOCALIZAÇÃO – 1910 em diante**

Proprietários	Locais
Pereira de Matos	À entrada do Bairro de Santa Catarina
Cláudio Rebordão (tinha sido do sogro - Sr. Ferrão)	Barracão em frente do Jardim público, nº XXX
Francisco Laço	Caleirão (Machedes), por cima do lagar
----- (um Casão mais pequeno)	Perto das Lajes
----- Casão Vermelho	Detrás da capela de N. S do Rosário
-----	No local onde se encontra o edifício dos CTT
J. Rodrigues	No Cabecinho
«Sociedade Brava» - Casão Grande	Na Rua do Terroeiro (só maquinetas)

Fonte: Adélia Carvalho Mineiro, «José Oliveira: Tecelão», in *Boletim da LAT*, n.º 33, 1.º Trim., 2000.

**ANTÓNIO PEREIRA DE MATOS JÚNIOR (Tortosendo, 1878 - 1955)**

Antigo industrial de lanifícios, nesta vila, que foi casado com D. Maria do Nascimento Moura (já falecida). Era pai de Cassilda Pereira de Matos e do Dr. Acácio Pereira de Matos.

O extinto era muito considerado no meio industrial de Tortosendo e era irmão da Sra. D. Maria Rosa e D. Maria Nazaré e cunhado do Sr. Francisco Pontífice Batista, industrial de lanifícios, e do Sr. António Moura.

*Jornal do Fundão*, 29.3.1955

José Oliveira continuou: «O Casão Grande, na Rua do Terroeiro, no edifício do Dr. Afonso, era só de maquinetas. Existiam aí os “industriais” de Tortosendo mais conhecidos por «Sociedade Brava» (foi a primeira sociedade de fabricantes). Aqui havia armazém de fios, urdideiras, escritório e faziam os riscos dos debuxos. Saíam dali as teias para as firmas. Eu acho que [os sócios] eram: Cláudio Sousa Rebordão, José Mendes da Costa, José Rodrigues e Américo Sousa, cada um tinha a sua fábrica.»

Como era o tempo das urdideiras manuais, era preciso endireitar as teias, na rua:

Estendiam-nas pela Avenida Garrett. No muro do quintal, por ali abaixo, até ao Cruzamento, havia o grudador. Na parede estavam espetadas as trancas, onde estendiam a teia; quando era preciso colava-se (como o fio mais laço, mais fraco, fio podre era metido em água e cola para se lhe dar resistência). Para a espremer passava por uns baldes com uns buracos. Depois o tecelão tinha que a endireitar a teia, deitá-la ao tambor, deitar ao restelo e enrolá-la. Para os tecelões que trabalhavam em casa, existia um alquidar de barro com a cola para se passar o fio (quando não, era capaz de partir muito!) e torciam-no à mão.<sup>767</sup>

Essas «trancas», uma marca da arqueologia industrial de Tortosendo, mantiveram-se no muro do quintal até à construção do edifício que ali nasceu. (...) Depois (aí no Terroeiro) o Dr. Afonso teve lá teares mecânicos de ferro. Os tecelões mais jovens

<sup>767</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Oliveira: Tecelão», in *Boletim da LAT*, n.º 33, 1.º Trim., 2000.

vieram a integrar-se nas fábricas. No residual, ficaram os mais velhos e, até mais tarde, os das aldeias.

#### ■ OS FABRICANTES RESISTEM À CRISE - 1919

Em 1919, *A Manhã* (jornal da capital), realiza uma grande reportagem acerca da crise da Covilhã, que incluía um artigo sobre Tortosendo. Apresenta Tortosendo com 22 fábricas disseminadas, com uma população superior a 800 operários. Segue-se um quadro com as firmas mais importantes, localizadas fora de Tortosendo, que têm «todos os seus atributos em maquinaria, alguma adquirida por preço fabuloso».

QUADRO 2.12. FIRMAS A LABORAR FORA DE TORTOSENDO -1919

Proprietários	Locais
Afonso, Pontífice & C <sup>a</sup>	Água Alta Unhais da Serra
Craveiro & Matos	Água Alta
João Pontífice	Manteigas
José Craveiro Júnior*	Duas em Alvoco da Serra Unhais da Serra

Fonte: *A Manhã* (jornal de Lisboa)

\*Desempenha as funções de administrador do concelho da Covilhã

Entretanto, para fazer face à crise, para ocupar os operários, estes vão continuar a estrada de Tortosendo ao Casal da Serra. Para tal foi adquirido material variado: pás, picaretas, carrinhos de mão, etc. Também os industriais, comércio, agricultura, o próprio povo com a colaboração dos poderes públicos, iniciaram uma campanha contra a crise operária, criou-se a cantina e instituiu-se a sopa económica. Por sua vez, o ministro contemplou a cantina, com 500\$00.

#### ■ OS INDUSTRIAIS PENSAM NUM TRUST

Para procurar escoar «a produção da laboriosa freguesia de Tortosendo», os industriais decidiram constituir-se num *trust* [consórcio de empresas]<sup>768</sup> para venda das fazendas manufaturadas nas suas fábricas, assegurando tanto quanto possível os preços, apesar de ser forçoso baratear os preços. Integram a direção do *trust*: António Rodrigues Pontífice, José Alfredo Ferreira Dias, Américo da Cruz Sousa e José Craveiro Júnior.

<sup>768</sup> Gustavo Freitas, *Vocabulário de História*, Lisboa, Plátano Editora, s/d, p. 275.

**JOÃO PONTÍFICE (Tortosendo, 1886 - 1950)**

Industrial de lanifícios, muito considerado, e figura de grande prestígio na região. Era sócio das firmas Superfix, Lda. e Alexandre Nogueira Lda. de Lisboa, Gabriel e Garcia, Lda. do Porto e de João Pontífice & Filhos, de Tortosendo. Irmão de Ana, Amália e Anunciação, António e Alfredo (falecido) Rodrigues Pontífice e cunhado de José Pereira Carvalheira e José Rodrigues Trindade. Pai de Ema, José Eduardo, Mário e Dulce

A morte foi muito sentida não só em Tortosendo, como na Covilhã, dadas as suas qualidades de caráter e de coração; sempre correspondeu generosamente para atos de beneficência e a testemunhá-lo lá iam no funeral dois velhinhos do Albergue de Inválidos, conduzindo ramos de flores.

*Jornal do Fundão* 15.1.1951

Ainda, em *A Manhã* (jornal de Lisboa), de 8 de Março de 1919, divulga-se que a firma João Pontífice & C<sup>a</sup> «produz belamente as baetas, as fantasias e os escoceses, os pacotilhos e os cheviotes, os chales que expediam para os quatro cantos do país. Também produz artigo fino e o estambre».

■ CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO FABRIL NO SÍTIO DO CABEÇO - 1923

Em 31 de janeiro de 1923, em sessão da Junta de Freguesia do Tortosendo, o presidente apresentou um requerimento assinado pelos gerentes da Empresa de Tecidos, Lda, Sociedade Industrial, constituída nesta freguesia, de 30 de Janeiro de 1923 e do teor seguinte: «Em vista da grande falta de terrados para construções, os abaixo assinados gerentes da empresa de Tecidos, L.da vêm por este meio requerer à Junta a cedência de um talhão de terreno no sítio denominado Cabeço, com 2.500 m<sup>2</sup> para a construção de uma fábrica de tecelagem e seus derivados, empenhando-se a mesma empresa, desde já a dar princípio às obras.» A Junta cede «em virtude de ter todo o desejo de que esta paróquia tenha o maior desenvolvimento industrial possível». Caso não seja edificado, qualquer pavilhão no prazo citado, os benefícios feitos por aquela empresa, reverterão em favor da comunidade.<sup>769</sup>

Também, em agosto do mesmo ano, através de *O Raio*, José Joaquim Afonso pretende licença para estabelecer um lavadouro de lãs, no sítio do Reboleiral <sup>770</sup>, sinal material dos progressos da indústria.

Anteriormente à fábrica do Ribeiro, já se praticava a lavagem das lãs, que exigia várias operações. Exigia, desde logo, muita água quente, aquecida numa grande caldeira alimentada por uma grande fornalha. Alzira Venâncio (1919-2012) recorda tempos da

<sup>769</sup> Ata de 31.1.1923, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo* (sem n.º e faltam pág 1, 2, 87 e 88) de 20.9.1915 a 7.2.1927 (inc). Assinam os gerentes: António Elisiário Antunes (Industrial), Francisco Pontífice Batista (Industrial), José Ramos (Guarda-livros).

<sup>770</sup> *O Raio*, 19.8.1923.

sua infância: «Quando estávamos lá na quinta do Sr. Filipe, o Sr. João Morão e o Sr. Ernesto Morão, lavavam lá a lã p'ra eles.»<sup>771</sup> E prosseguiu:

No fim da tosquia, a lã estava emovelos, havia mulheres para abrirem aquelas lãs, (...) tinha uns tanques muito grandes, (...) Era assim um caleiro largo que dava para o lavadouro. Dávamos serventia ao lavadouro. Era ajudar o homem. A seguir ao tanquezinho estava uma caldeira muito grande, em metal, onde aquecíamos a água. A água sempre a ferver. E tinha uma grande fornalha por baixo daquela caldeira. Todos os dias eu é que ia acender aquela fornalha. Quando o homem ia, já tinha a água quente. (...) tínhamos um concho grande com um pau, a gente tirava água daquela caldeira e deitava um tanto de soda pra de cima da lã, para aquele pio, até a água cobrir a lã toda. Depois nós tínhamos uma forcalha assim de pau grande, a gente tirava a lã com aquela forcalha pra cima de uma pedra para o homem lavar a lã. Era de verão e de Inverno a fazer esse trabalho. Sabe quanto é que ganhava? Ganhava 15 tostões. Esse dinheiro era todo para a minha mãe. Eles tinham mulheres do Peso e dos Vales, era um estendedal muito grande e estendiam a lã em cima dos cortes. (...) Aquilo tinha muito que ver.

Alzira Venâncio continuou: «Na quinta do Sr. Filipe, antes de haver a fábrica do Ribeiro, havia uma tenda muito comprida. A fazenda vinha já prontinha para ser lavada. Lavavam lá a fazenda e tinha lá umas “râmbolas”. Tinha prensas e tudo.» O operário Alfredo Francês informou-nos que «havia as tendas para tinturaria e ultimação».<sup>772</sup>

#### ■ PEDE-SE A ALTERAÇÃO DA PAUTA DE 1923

Em 6 janeiro de 1924, em *O Raio*, surgem queixas em relação à concorrência estrangeira na indústria. Porque pelo Decreto 8 741 de 20 de abril de 1923, «foram postas em vigor umas novas pautas alfandegárias em que os direitos de entrada para os tecidos de lã foram diminuídos, aumentando em contrapartida os direitos de muitos produtos necessários à indústria, nomeadamente, os direitos dos fios penteados».<sup>773</sup> Em 24 de abril seguinte, salienta-se uma vez mais que «a situação de prosperidade e independência que a nossa indústria passou foi consequência da Grande Guerra que desorganizou toda a vida industrial dos grandes países produtores.» E que a pauta protetora já é considerada insuficiente para impedir a entrada de fazendas estrangeiras em larga escala.<sup>774</sup>

Em 11 de novembro, o administrador do concelho informa o governador civil que uma grande comissão de industriais, a nível local, segue nesse dia para Lisboa a fim de se avistar com o ministro das Finanças e pedir uma imediata sobretaxa sobre os tecidos

<sup>771</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Alzira Ferreira Venâncio», in *Boletim da LAT*, n.º 50, 2.º Trim., 2004.

<sup>772</sup> Testemunho de Alfredo Francês, Adélia Carvalho Mineiro «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

<sup>773</sup> *O Raio*, 6.1.1924.

<sup>774</sup> *Ibidem*, 24.4.1924.

de lã até que a comissão aduaneira dê por concluídos os seus estudos sobre a revisão da respetiva pauta. A comissão pede, ainda, a intervenção oficial nas reclamações da cidade, «onde já há lares com fome e dia a dia a situação se complica mais por motivo da paralisação industrial que resulta mais da intensiva importação de tecidos estrangeiros do que das causas ocasionais da valorização da moeda». <sup>775</sup>

No entanto, para além do protecionismo, em abril de 1925, em *O Covilhanense* já se encarava a possibilidade de ir em busca de novos mercados. «Não se pode diminuir a produção. Devem procurar-se novos mercados. É preciso ir conhecer os mercados estrangeiros e saber o que eles consomem.» <sup>776</sup> Em julho seguinte, e como persiste a crise da indústria lanifical, de uma concorrida assembleia com representações dos industriais de todo o País em que Tortosendo está representado pelos industriais José Craveiro Júnior, Afonso Pontífice e C<sup>a</sup>, resultou uma comissão para tratar do assunto, em Lisboa, junto dos poderes públicos e, de imediato, redigido um telegrama do seguinte teor pra ser enviado aos referidos poderes:

Industriais de lanifícios de todo o país, reunidos a convite da Associação Industrial da Covilhã, no Teatro Covilhã, desta cidade, para tratar da crise que a sua indústria atravessa, pede interceda sentido publicação leis protetoras para evitar ruína completa. <sup>777</sup>

Em Julho de 1925, perante a falta de trabalho e, graças à iniciativa do Centro Socialista, formou-se uma comissão que se designou por «União das Classes Produtoras da Covilhã», composta com um representante de cada umas seguintes associações: Associação Industrial e Comercial, Associação dos Lojistas, Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria, Associação de Classe da Indústria Têxtil e Centro Socialista. <sup>778</sup> Em seguimento, esta Comissão envia uma mensagem ao presidente do Ministério:

É tão grave e angustioso o momento que atravessamos, tão dolorosa a situação dos que não têm trabalho nem pão. As fábricas pequenas há mais de seis meses encerradas, as restantes diminuído a laboração para três e quatro dias. Enquanto não há solução, é urgente e inadiável a abertura de trabalhos públicos. <sup>779</sup>

Como a crise da indústria é generalizada, no mês seguinte, os industriais do País apresentam uma Exposição ao governo a retratar a crise. <sup>780</sup> Em *O Raio* de 24 de janeiro

---

<sup>775</sup> 11.11.1924, AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

<sup>776</sup> *O Covilhanense*, 16.4.1925.

<sup>777</sup> *O Raio*, 19.7.1925.

<sup>778</sup> *Ibidem*, 19.7.1925.

<sup>779</sup> *Ibidem*, 9.8.1925.

<sup>780</sup> *Ibidem*, 16.8.1925.

de 1926, reitera-se que a indústria começou a entrar em crise «após a malfadada reforma pautal levada a efeito pelo inconsciente (já referido) decreto n.º 8741 de 27 de março de 1923».<sup>781</sup> Passada uma semana, o mesmo jornal refere uma Exposição na qual se mostra em sumário as principais causas de não podermos competir com o estrangeiro: pesados encargos tributários, a importação de combustível e de matérias-primas, que não temos e que nos vêm muito caras, e a falta de maquinaria aperfeiçoada. Bem como se apontam medidas: conseguir facilidades para a entrada de matérias-primas e máquinas e impedir a saída de lãs que a indústria precisa.<sup>782</sup> Posteriormente, em 7 de março, *O Raio*, noticia que o Regime Pautal está a ser discutido na Câmara dos Deputados.<sup>783</sup> Apesar disso, *O Raio* continua a lembrar o assunto Pautas, concretamente em 14 de Abril e em 1 de Agosto de 1926.

#### ■ A CRISE É ASSUMIDA NOS BOLETINS INDUSTRIAIS. LEVANTA-SE O VÉU SOBRE OS LUCROS DA GUERRA

Sobre a importância da indústria de lanifícios, a nível oficial, podemos utilizar as opiniões expressas nos *Boletins Industriais* relativos aos anos de 1926 e 1927. «A indústria dos lanifícios, pelo número e importância das fábricas instaladas nos concelhos da Covilhã, Guarda, Gouveia, Seia e Coimbra, numeroso pessoal empregado (dá trabalho a milhares de operários de ambos os sexos<sup>784</sup>) é, sem contestação, a mais importante indústria desta Circunscrição, pesando muito na economia nacional.»<sup>785</sup> Apesar da importância que lhe é atribuída e do seu contributo para a economia nacional, nos referidos Boletins Industriais, aponta-se, claramente, a situação de crise. «Esta indústria, como todas as outras, sofreu durante o ano de 1926, as perturbações que já esboçámos. Teve que lutar e muito.<sup>786</sup> A indústria de lanifícios atravessou horas difíceis. Se a crise em 1926 foi grande, em 1927 aumentou tendo algumas fábricas suspenso e outras restringido a sua laboração.<sup>787</sup> Como principal causa da crise, aponta-se a

---

<sup>781</sup> *Ibidem*, 24.1.1926.

<sup>782</sup> *Ibidem*, 31.1.1926.

<sup>783</sup> *Ibidem*, 7.3.1926.

<sup>784</sup> Relatório dos Serviços da 2ª Circunscrição Industrial (Coimbra) no ano de 1927, in *Boletim do Trabalho Industrial*, N.º 144, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Lisboa, Editorial Império Lda., 1931.

<sup>785</sup> Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1926, in *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, N.º 136, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Coimbra, Imprensa da Universidade 1930.

<sup>786</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>787</sup> Relatório dos Serviços da 2ª Circunscrição Industrial (Coimbra) no ano de 1927, in *Boletim do Trabalho Industrial*, N.º 144, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Lisboa, Editorial Império Lda., 1931.

concorrência estrangeira. Por isso, em 1926, os industriais de lanifícios, fiandeiros e tecelões pedem:

um maior aumento nos direitos de importação de fio e tecidos estrangeiros, para que os produtos nacionais sejam mais eficazmente defendidos da concorrência que lhes é feita. É justo, muito justo, que os importantíssimos capitais fixos e circulantes, empregados na montagem e exploração das fábricas, tenham a natural, legítima e condigna compensação (...) que essa compensação não ultrapasse os limites impostos pela coletividade (...) entre os próprios industriais há interesses antagónicos.<sup>788</sup>

Não obstante, refere-se que «os lucros anómalos do tempo da [Primeira] Guerra, em que a indústria nacional não tinha que enfrentar a concorrência estrangeira, posta fora de combate por motivo da guerra submarina e restrições impostas às importações, terminaram já, e felizmente, porque o custo de vida tinha-se tornado insuportável.<sup>789</sup> No tempo da Guerra na Europa, as fábricas de lanifícios deixaram de laborar. As causas: aumento da procura de produtos industriais por parte dos países contendores, cuja produção havia parado afetado pelo conflito. Ainda depois da Guerra enquanto essas fábricas não se recompuseram.<sup>790</sup> As fábricas da Covilhã tiveram oportunidade de produzir mais. Desta situação beneficiou a indústria da Covilhã e Tortosendo. O conflito bélico de 1914-1918 teve extraordinárias consequências no desenvolvimento económico. No que respeita à indústria, a expansão industrial foi um facto, mas ficou «truncada» com o final da guerra, ao desaparecerem os efeitos benéficos da mesma. Também os anos de «prosperidade», que *O Covilhanense* classifica de «delírio das grandezas dos anos febris de 1920 a 1924»,<sup>791</sup> não foram aproveitados para proceder à modernização da indústria, de modo a evitar futuras crises, crise que depois se prolongou na década de vinte. (Primeira Guerra) Grande parte destes benefícios não se destinaram a melhorar a estrutura produtiva. Era voz corrente que os empresários destinaram os benefícios extraordinários na compra de quintas rústicas e urbanas e construção de edifícios novos, pelo que os próprios fabricantes foram acusados de serem os causadores da crise que surgiu posteriormente.

---

<sup>788</sup> Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1926, in *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, N.º 136, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Coimbra, Imprensa da Universidade 1930.

<sup>789</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>790</sup> *O Trabalho*, 23.7.1933

<sup>791</sup> *O Covilhanense*, 4.9.1927.



José Laureano de Moura e Sousa, na já referida entrevista concedida a *O Jornal*, opina o seguinte:

Crise industrial, não existe. (...) Há a crise financeira, que ataca todos os ramos da atividade e a indústria como todas, não escapou ao flagelo. (...) Fabrica-se tanto ou mais do que se fabricava. Simplesmente devido à crise financeira, a colocação da fazenda faz-se com uma redução de lucros insuportável, e tal facto, vem ainda agravar mais e mais a situação (...) a dificuldade de cobrança, no tempo determinado e sem a redução da despesa. (...) A este estado indeciso de coisas a que se ousou chamar crise industrial.<sup>792</sup>

*O Covilhanense* vem dar-lhe razão: «é uma época de crise, crise local correspondente à crise nacional, crise portuguesa correspondente à crise europeia.»<sup>793</sup>

Em maio de 1927, a Comissão Administrativa Municipal assume a situação de crise:

a crise industrial tem deixado sem salários muitos trabalhadores e nem os fabricantes de lanifícios, nem a Comissão dispõem de meios para debelar ou somente atenuar. Os patrões não podem vencer a concorrência de tecidos estrangeiros e entre outros os prejuízos diários em falências (...) só lhes resta fechar as suas fábricas.<sup>794</sup>

Em setembro do mesmo ano, realiza-se, em Lisboa, tendo em vista a «união dos interesses económicos», uma reunião com todas as associações industriais e comerciais do País, em que a Covilhã se fez representar, tendo sido ventilada a grave crise «que assoberba a indústria e o comércio do País».<sup>795</sup>

#### ■ FINALMENTE A TÃO DESEJADA PROTECÇÃO PAUTAL

Para debelar a crise e os estabelecimentos industriais poderem ser mantidos, na mais ativa, produtiva e remuneradora situação, em 1927, «aspiram os industriais de lanifícios por uma maior protecção pautal para os fios e tecidos, por maior facilidade nos descontos até seis meses e pela remodelação do regime tributário, que esmaga atualmente a indústria nacional.»<sup>796</sup> Em agosto de 1927, noticia-se que uma comissão de industriais e comerciantes foi entregar ao ministro das Finanças uma representação sobre Contribuições e Pautas Alfandegárias, com o objetivo de superar a crise para pôr

---

<sup>792</sup> «A questão industrial e o que sobre ela nos diz José Laureano de Moura e Sousa», in *O Jornal* (Tortosendo), 3.3.1927.

<sup>793</sup> *O Covilhanense*, 4.9.1927

<sup>794</sup> Ministro Finanças s/d anterior a 19.5.1927 Livro n.º 345, *Corresp. Expedida Câmara, Copiador de Cartas*, de janeiro de 1927 a setembro de 1927.

<sup>795</sup> *O Covilhanense*, 11.9.1927.

<sup>796</sup> Relatório dos Serviços da 2ª Circunscrição Industrial (Coimbra) no ano de 1927, in *Boletim do Trabalho Industrial*, N.º 144, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Lisboa, Editorial Império Lda.,1931.

cobro à grave situação em que se encontram algumas dezenas de operários.<sup>797</sup> Este processo já vinha muito de trás. Em janeiro do ano anterior, em *O Raio*, afirma-se:

é um facto que a nossa indústria começou a entrar em crise após a malfadada reforma pautal levada a efeito pelo inconsciente decreto n.º 8 741 de 27 de março de 1923 (...) que facilitou a entrada de produtos manufacturados, dificultou a entrada de matérias-primas indispensáveis para o fabrico de artigos que a indústria estrangeira, de preferência vem colocar nos nossos mercados; elevam estupidamente aos fios penteados que a indústria é forçada a importar; as lãs vão subindo de preço.<sup>798</sup>

Na semana subsequente, na mesma fonte, surge a notícia de que foi feita uma «exposição», em que se mostra, em sumário, as principais causas de não podermos competir com o estrangeiro: pesados encargos tributários, a importação de combustível e de matérias-primas que não temos e que nos vêm muito caros e a falta de maquinaria aperfeiçoada. Apontam-se as seguintes medidas: conseguir facilidades para a entrada de matérias-primas e máquinas e impedir a saída de lãs que a indústria precisa.

Finalmente, em outubro, e desta vez através de *O Covilhanense*<sup>799</sup> divulga-se o decreto que altera as taxas dos lanifícios que há tanto tempo se fazia esperar.<sup>800</sup> Finalmente, conseguiu-se o que há tanto tempo se pretendia. Em 10 de outubro seguinte, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã, por meio de telegrama, agradece ao governador civil a alteração das pautas «que vem atenuar a situação aflitiva da indústria covilhanense».<sup>801</sup>

### 1.3.2 Com a eletricidade, a mecanização - 1927

A data de 1927 é um marco muito importante da indústria de lanifícios, em Tortosendo, em virtude da chegada da eletricidade. A implantação da mecanização da tecelagem foi necessariamente acompanhada pela mecanização e inovação ocorrida nas outras fases do processo têxtil.

Para Armando de Castro, «a indústria têxtil dos lanifícios constituiu precisamente um dos principais ramos em que as relações económicas capitalistas amadureceram

---

<sup>797</sup> *Covilhanense*, 21.8.1927.

<sup>798</sup> Em janeiro de 1924, há queixas em relação à concorrência estrangeira, na indústria. É que pelo Decreto 8 741, foram postas em vigor umas novas pautas alfandegárias em que os direitos de entrada para os tecidos de lã fora diminuídos, aumentando em contrapartida os direitos de muitos produtos necessários à indústria, nomeadamente, os direitos dos fios penteados.

<sup>799</sup> *O Covilhanense*, 16.10.1927. Em entrevista, um elemento da atual Associação nega o valor do trabalho das comissões anteriores.

<sup>800</sup> Telegrama para governador civil, 10.10.1927 Agradece alteração das pautas «que vem atenuar a situação aflitiva da indústria covilhanense.» Livro n.º 344 *Corresp. Expedida Câmara Copiador de Cartas*, de 2 agosto 1927 a 14 de abril 1928.

<sup>801</sup> AMC, Câmara, *Corresp. Expedida Câmara Copiador de Cartas*, Livro n.º 344, de 2.8.1927 a 14.4.1928.

mais cedo, pelo emprego de capitais particulares (muitos deles de origem comercial ou criados a partir duma pequena produção de tipo artesanal); esses capitais foram aplicados na montagem ou ampliação de instalações fixas (edifícios, vias de acesso), reunião de uma mão-de-obra fornecida por muitas dezenas de trabalhadores que manobravam máquinas de fiação e tecelagem»<sup>802</sup>E continua: «Abre-se assim um período de esperança e continuidade da tradicional indústria têxtil provincial, adaptando-se ao sistema fabril mecanizado imperante.»

Com a eletricidade, deram entrada em Tortosendo os teares mecânicos, que exigiram o aprendizado dos tecelões mais novos, que tiveram essa capacidade de adaptação e que passaram a integrar as fábricas.<sup>803</sup> Em relação a Tortosendo, José Laureano de Moura Sousa, em entrevista ao semanário *O Jornal* (Tortosendo), declara:

O Tortosendo desenvolveu-se, progrediu, não só adquirindo no estrangeiro os maquinismos mais aperfeiçoados com também construiu as fábricas necessárias à sua considerável produção, de modo a não ter de recorrer a estranhos. (...) Notou-se muito mais depois dessa época (após a Guerra), embora já possuísse fábricas em Unhais da Serra e Covilhã.<sup>804</sup>

Antes de 1927 não existiam cardações, em Tortosendo. Alguns fabricantes de Tortosendo cardavam e fiavam a lã na Ribeira da Água Alta ou em Unhais da Serra, em manufaturas próprias. Em Tortosendo, os cursos de água não tinham caudal suficiente nem regular ao longo do ano para a produção de força hidráulica. Com a eletricidade, a escolha do local deixou de depender dos cursos de água e apareceram as fiações e cardações em Tortosendo, com as suas máquinas movidas a eletricidade.

---

<sup>802</sup> Armando de Castro, Lanifícios in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 658.

<sup>803</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Oliveira: Tecelão», in *Boletim da LAT*, n.º 33, 1.º Trim., 2000.

<sup>804</sup> «A questão industrial e o que sobre ela nos diz José Laureano de Moura e Sousa», in *O Jornal* (Tortosendo), 3.3.1927.

**QUADRO 2.13. DOS COMERCIANTES DE LÃS (1887-1906) ÀS FIRMAS TÊXTEIS (1919; 1922;1927)-Tortosendo**

Comerciantes de lãs ** (1887-1906)	1919	1922 *	1927
	Afonso, Pontífice & C <sup>a</sup>	Afonso, Pontífice & C <sup>a</sup>	
	José Alfredo Ferreira Dias	Alfredo Ferreira Dias & F <sup>o</sup> .	
António Pereira de Matos (1893-1900)		António Pereira de Matos Júnior	António Pereira de Matos Júnior <sup>805</sup>
José da Cruz Sousa (1896-1897)	Américo da Cruz Sousa	José da Cruz Sousa & F <sup>os</sup>	José da Cruz Sousa e Filhos
José Craveiro (1893-1899)	José Craveiro Júnior	José Craveiro Júnior	
		Filipe da Cruz Sousa & F <sup>os</sup> ;	Sociedade de Fabricantes <sup>806</sup>
	António Rodrigues Pontífice		
			Moura & Batista, Lda
		Sociedade de Lanifícios, Lda;	Sociedade de Lanifícios <sup>807</sup>
	Pontífice & C <sup>a</sup>		João Pontífice <sup>808</sup>
			J.J. Rodrigues
José Laço Pinto (1887-1901)			João Afonso & C <sup>a</sup>
			Cláudio Sousa
			Rebordão
			José da Cruz Dinis
			Esteves
			Jaime Nunes Batista
			A Moraes & Matos
			Dias & Rebordão

Fonte: \*Regedor 15.4.1922, AMC, *Copiador Geral do Registo de Correspondência Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 258, de 1922 a 1923. *O Jornal*, de 1 de Setembro de 1927 (à exceção da Sociedade de Lanifícios, fábrica de Tinturaria e Ultimação)

\*\* Fonte: AMC, Câmara, *Livro 894 F C 05 1887/1906* Mapa dos Rendimentos das Contribuições indiretas e Impostos.

Em 1927, no número especial de *O Jornal* (Tortosendo) de 1 de setembro, comemorativo da subida de Tortosendo a vila, relevam-se «as figuras altas», «na dinastia industrial» de Tortosendo: famílias Afonsos, Pontífice, Moura e Sousa, Cruz de Sousa, Craveiro, Pereira de Matos, Brás, Batista, Trindade, Laço e Mendes, etc. a quem

<sup>805</sup> *O Raio*, 31.12.1933 Publicidade à firma António Pereira de Matos, Fábrica de Lanifícios Casa fundada em 1902.

<sup>806</sup> Publicação em *O Raio* da habilitação do estabelecimento industrial (uma tecelagem mecânica, em Tortosendo, no lugar do Calvário), Sociedade de Fabricantes, Lda. AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926. 20.12.1923. Consta o seu início desde 3 de fevereiro de 1920. Os seus primeiros gerentes foram José Laureano de Moura Sousa, António Arménio de Moura Sousa, António Rodrigues Pontífice e José Craveiro Júnior, os dois últimos já falecidos. *Notícias da Covilhã*, 17.5.1958.

<sup>807</sup> Publicação em *O Raio* da habilitação do estabelecimento industrial, Sociedade de Lanifícios Lda., 20.12.1923, AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

<sup>808</sup> João Pontífice pretende estabelecer uma tecelagem mecânica na Estrada Nacional. *O Raio*, 19.8.1923.

o Tortosendo deve nomeadamente o seu aformoseamento e a sua notoriedade, as suas fábricas e o seu regular conforto e bem-estar»<sup>809</sup>. Efetivamente, se atentarmos nos nomes dessas famílias, veremos que esses nomes integram a lista dos fabricantes de 1911 e que, anteriormente, já constavam dos contribuintes do imposto sobre a lã, entre 1887 e 1906. Algumas destas famílias conseguiram ultrapassar o 25 de Abril de 1974, até à grande crise da indústria de lanifícios, que levou até à sua quase extinção. Em *O Jornal* acrescenta-se que essas famílias, cujos nomes permanecem ao longo do tempo, dedicam-se à atividade industrial com os seus capitais particulares.

### 1.3.3 A crise de 1929

«Em 1930 a economia portuguesa estava entre as mais atrasadas da Europa. Geograficamente distante do centro desenvolvido, o seu processo de industrialização fora particularmente lento, devido, entre outros fatores, aos interesses coloniais e à dominação económica estrangeira. Em termos de mão-de-obra, a principal indústria era a têxtil.»<sup>810</sup> Consequentemente, considerando, a indústria de lanifícios, a base da economia de Tortosendo, braços que se ocupavam na agricultura vão passar para a indústria e, por sua vez, se se criar mais riqueza, aumentam ainda que lentamente as exigências e a resposta para elas, vem do comércio que prosperará.

De acordo com Mário Vale, a primeira metade do século XX foi marcada pela crise económica de 1929 e pelas duas grandes guerras, que envolveram as principais potências económicas mundiais.

Basicamente a indústria portuguesa abastecia o mercado interno, de vestuário, alimentos e mobiliário, e exportava cortiça manufaturada e conservas de peixe. Para falarmos do desenvolvimento industrial do país nos anos 30, servimo-nos da afirmação de Filomena Mónica:

Existia apenas um escasso número de unidades fabris modernas e a esmagadora maioria das unidades consistia em pequenas empresas, muitas vezes artesanais. (...) O setor secundário (segundo dados oficiais pouco fidedignos) empregava aproximadamente vinte por cento da força de trabalho. Contudo, a quase totalidade dos trabalhadores industriais não passava de operários de oficinas e artesãos. [...] As grandes unidades fabris concentravam-se em quatro distritos: Lisboa, Porto, Covilhã (sublinhado nosso) e Setúbal.<sup>811</sup>

---

<sup>809</sup> *O Jornal*, 1.9.1927 (nº especial)

<sup>810</sup> Absorvia cerca de um terço (60 000) da força de trabalho industrial.

<sup>811</sup> Maria Filomena Mónica, Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista (1926-39)*, Porto, Editorial Presença, 1978, pp.79 e 80. A autora baseia-se em dados de Mário Cardoso Santos e A H. Oliveira Marques.

Na citação anterior, destacámos a Covilhã<sup>812</sup> como tendo no seu seio grandes unidades fabris da indústria têxtil. A crise de 1929<sup>813</sup> e a consequente depressão tiveram em Covilhã e Tortosendo os seus reflexos, embora mais tardiamente. «Os estudos recentes sobre esta questão (Crise e depressão de 1929) confirmam que o impacto da grande depressão «foi relativamente tardio (1931 é o ano em que mais claramente se fazem sentir entre nós os efeitos da crise mundial), relativamente rápido (em 1932 a maioria dos indicadores já demonstram um início de recuperação), relativamente pouco intenso (...)» e se fez sentir «sobretudo ao nível dos indicadores comerciais ligadas à exportação e importação e certos setores agrícolas».<sup>814</sup>

Quanto às razões para a relativa benignidade dos seus efeitos em Portugal, são apontadas o atraso económico e a pequena abertura externa da economia portuguesa: (...) b) Por outro lado, a estrutura do setor industrial caracterizada pelo peso de pequenas unidades produtivas, tecnologicamente pouco evoluídas, operando para um mercado local ou regional, de mão-de-obra intensiva, muito pouco dependentes do capital estrangeiro e nomeadamente americano.»<sup>815</sup>

### **1.3.4 Economia corporativa: O Condicionamento industrial**

Em Portugal, nos anos 30, iniciam-se o planeamento e o fomento económicos. Logo em 1931, realiza-se o I Congresso Nacional de Engenharia e, em 1933, o I Congresso Industrial. Neste Congresso, são apresentadas teses com muito interesse e fala-se da «debilidade estrutural do aparelho industrial português».<sup>816</sup> Continua, no entanto, a defender-se «a complementaridade dos dois grandes sectores produtivos nacionais, agricultura e indústria»<sup>817</sup>. «No fundo, engenheiros e industriais, sintonizados na persecução do mesmo objetivo, procuravam impor, contra o “exclusivismo agrário”, a via industrializante como solução para a crise e caminho para o desenvolvimento do país»<sup>818</sup>. Neste Congresso continua a defender-se o protecionismo estatal.

---

<sup>812</sup> A Covilhã é erradamente apontada como distrito. Deveria dizer-se «concelho».

<sup>813</sup> *Notícias da Covilhã*, 30.11.1930, 1.3.1931e 29.3.1931.

<sup>814</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 312.

<sup>815</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>816</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 766.

<sup>817</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>818</sup> Idem, *Ibidem.*

A nível local, como solução para a crise, alvitra-se de cartelização <sup>819</sup>, buscam-se e difundem-se esclarecimentos através de uma entrevista e de uma conferência sobre o tema. Em novembro de 1930, numa entrevista o Dr. Araújo Correia, um dos diretores da Caixa Geral de Depósitos, aponta depois as vantagens da cartelização: «Os industriais só lucram com uma íntima ligação. Devem comprar o que necessitam em maior volume e melhores condições; especializando-se em determinados artigos de modo a reduzir os custos da produção; combinar as vendas, a fim de impedir a concorrência ruínosa, com a qual não ganha o consumidor nem o produtor.» <sup>820</sup> Deixa, porém, algumas advertências. Em dezembro, o economista, Albano Sousa, realiza também uma conferência sobre cartelização, após a qual um industrial afirma: «Oxalá que os industriais se compenetrem sobre a necessidade da cartelização para bem da indústria, de outra forma, virão maus dias para patrões e empregados.» <sup>821</sup>

Em março, no *Notícias da Covilhã*, José Nave Catalão estabelece a relação entre a crise na indústria de lanifícios da Covilhã e a crise mundial e indica as seguintes as causas da depressão internacional, segundo o Conselho da Câmara de Comércio Internacional <sup>822</sup>:

- 1) Acréscimo geral da produção não se verificando o acréscimo de população e de consumo
- 2) Após longo período de baixa dos preços, uma queda excessiva e súbita dos preços principalmente das matérias-primas e produtos alimentícios...
- 3) A crise agrícola mundial
- 4) A falta de trabalho sem precedentes na indústria
- 5) O prolongado mal-estar causado pela incerteza política
- 6) O encerramento completo de alguns dos mais importantes mercados mundiais
- 7) A lenta remodelação das economias nacionais por motivo das bases diversas de estabilização monetária (...)

Assim, desta vez a Associação Industrial Portuguesa convoca, através de ofício, a Associação Industrial e Comercial da Covilhã para uma reunião em Lisboa para tratar da «grave crise da nossa indústria». <sup>823</sup> «Urge que medidas acertadas valorizem as

---

<sup>819</sup> Cartel é um agrupamento de empresas, juridicamente distintas, que se aliam com o objetivo de, evitando a concorrência, criar em determinado mercado uma situação de oligopólio ou de monopólio. Augusto Athaíde, «Cartel», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1966, p.1207.

<sup>820</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.12.1930.

<sup>821</sup> *Ibidem*, 14.12.1930

<sup>822</sup> 8) «Embaraços para os negócios em muita parte resultantes da anormal diferença entre o peso do dinheiro a curto e a longo prazo. 9) A séria baixa do preço da prata que reduziu a capacidade de compra a um terço da população do mundo. 10) O pesado encargo em numerosos países dos impostos cobrados para ocorrer às dívidas nacionais e internacionais. 11) Intervenções excessivas do Estado no domínio das empresas privadas que dificultam e por vezes impedem a necessidade de acumular de capitais e a sua aplicação a empresas privadas. 12) As grandes quantidades de trigo, matérias-primas e produtos semifabricados que a Rússia soviética atira para os mercados mundiais por preço abaixo dos normais.» *Notícias da Covilhã*, 1.3.1931.

<sup>823</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.3.1931.

nossas fontes de produção. País que alimente quase com o seu exclusivo consumo as suas indústrias bem pode conjurar o agravamento da crise, com a defesa da nossa produção interna, fechando as portas aos produtos do trabalhadores nacionais que estão sendo batidos pelos de importação.»<sup>824</sup>

Em maio de 1932, perante o pedido de contribuição para a criação do Liceu Municipal, a Associação Industrial da Covilhã assume a situação de crise: responde que a indústria atravessa dificuldades.<sup>825</sup>

Em setembro, o tortosendense Américo Ribeiro, em *O Raio*, entrevista António Arménio de Moura Sousa,<sup>826</sup> sócio da Sociedade de Fabricantes, Lda. – Tortosendo - «a mais importante deste centro manufactureiro que aprendeu com a Covilhã, que vive hoje já a seu lado.» O entrevistador apresenta o seu entrevistado com atributos que já lhe foram reconhecidos: «É um industrial culto, um técnico na arte que pratica, de raros méritos, de qualidades excepcionais. (...) Conhece como poucos, a indústria das fazendas finas que tomou o lugar à dos panos, à dos serrobecos.» Nessa entrevista, o industrial de Tortosendo, António Arménio de Moura Sousa, apresenta as seguintes razões para a crise:

Produzimos do melhor, do mais perfeito, do mais completo. (...) De uma forma geral todos os ramos de atividade se têm ressentido de uma crise. (...) O ano passado mantivemos a laboração com prejuízos incalculáveis e se, por completo, não parámos toda a nossa atividade, deve-se à persistência de alguns industriais. (...) Porém a mais preponderante [razão da crise], é a insuficiência económica em que Portugal se debate. Não há dinheiro e não vendemos por isso. A produção não é demasiada. O que existe é muita gente que não pode vestir-se. E compreende-se os salários dos trabalhadores são mínimos, paupérrimos, mormente os dos rurais. (...) O operário que ganha consome. O industrial, o comerciante, o lavrador lucrarão com essa medida. O horário de trabalho não prejudica a indústria. O que é preciso é que ele se cumpra em todos os centros onde a indústria de lanifícios nos faz concorrência.

De alguma forma, em *O Trabalho*, corrobora-se a opinião anterior: a desvalorização da moeda, a paralisação e falta de capitais coloca a indústria em regime de falência, dificulta o comércio, diminui a capacidade de consumo e fecha as portas dos mercados. (...) Em consequência, «surge mundialmente, o clamor de todas as angústias».<sup>827</sup>

---

<sup>824</sup> *O Raio*, 16.4.1931.

<sup>825</sup> Ata n.º 22, 11.5.1932, ACM, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 58 de 8 de abril de 1931 a 4 de janeiro de 1933.

<sup>826</sup> *O Raio*, 29.9.1932.

<sup>827</sup> *O Trabalho*, 23.7.1933.



**ANTÓNIO ARMÉNIO MOURA SOUSA (Tortosendo, - 1971)**

Industrial desde 1918, o extinto era sócio da Sociedade de Fabricantes, Lda. – Tortosendo - de que foi fundador.

A sua nobreza de caráter e a sua afabilidade e bondade natural foram as notas da sua vida, tanto de chefe de família como na sua vida empresarial.

Pertenceu António Arménio ao grupo dos fundadores da Sociedade de Fabricantes, que em 1970 comemorou o seu cinquentenário.

Era filho de Filipe da Cruz Sousa e de Maria de Jesus de Moura Sousa. Pai de Filipe, Jorge e Ângelo Craveiro Sousa.

■ O CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL

Em íntima ligação com o corporativismo, também «o Condicionamento Industrial foi outro grande instrumento do dirigismo económico do Estado Novo», criado formalmente em 1931 (Decreto n.º 19 354) e que surgiu, como lei, em 1937. O condicionamento industrial definia que «os principais critérios de decisão para a instalação ou alargamento de unidades produtivas eram a sua localização e a capacidade técnica e financeira»<sup>828</sup> Para Brandão de Brito, o Condicionamento Industrial surge como «uma abordagem prévia, como um elemento estranho aos mecanismos de mercado, «espécie de crivo de mercado burocrático a que as empresas têm de se sujeitar, que agrava as dificuldades de acesso e, até, eventualmente, de permanência da empresa no setor a que pertence ou para o qual pretende entrar.»<sup>829</sup> Também os industriais tortosendenses terão de proceder de acordo com as normas do Condicionamento Industrial, como adiante se mencionará.

Na prática, para Maria Filomena Mónica, isto significou que «o Estado passou a comandar tudo. A industrialização foi-se fazendo a conta-gotas, segundo as instruções do chefe.» «Assim se criou, à volta do Presidente do Conselho, um patriciado de Estado, assente em monopólios internos, em mercados cativos e numa força de trabalho mantida a níveis artificialmente baratos. Sem isto, os patrões jamais teriam conseguido enriquecer. Em certo momento, os mais poderosos, como Alfredo da Silva, podem ter-se irritado, com a ingerência estatal no quotidiano das empresas. Mas sabiam que era o preço a pagar pelas benesses que o Estado Novo lhes dera. Assim se viveu, calma e tristemente, até à 2.ª Guerra Mundial. Durante alguns anos, os portugueses apreciaram a oportunidade que Salazar lhes dera de viver habitualmente».<sup>830</sup>

<sup>828</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 316.

<sup>829</sup> José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa... op. cit.*, p. 111.

<sup>830</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade»..., *op. cit.*, p.456.

### 1.3.5 Estrutura industrial dos lanifícios de Tortosendo

Começamos por um quadro que expressa a contribuição industrial, em 1932.

QUADRO 2.14. CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL - 1932

Firmas	Valor/ (Contos)	Firmas	Valor/ Contos)
Américo de Sousa	38	Joaquim Carvalheira	132
António Elisiário Antunes	111	José Craveiro	290
António Pereira de Matos J.or	206	José Rodrigues Trindade,	352
Cláudio de Sousa Rebordão	258	Moura & Batista,	1.670
J.J. Rodrigues	365	Rebordão & C,	198
João Afonso & C <sup>a</sup>	496	Sociedade de Fabricantes	2.119
Joã oPontífice	1.236		

Fonte: *O Raio*, 5.6.1932

Pelo valor das contribuições industriais expressas no quadro, facilmente se conclui que a firma Sociedade de Fabricantes, Lda. se distancia bastante mesmo da segunda e da terceira, respetivamente, Moura & Batista e João Pontífice. Todas as restantes, apresentam um movimento substancialmente mais pequeno, mesmo em relação à terceira que foi indicada. (Para completar)

#### AMÉRICO DA CRUZ SOUSA (Tortosendo, 1888 – 1971)

Industrial. O extinto era muito considerado na região. Tendo feito os seus estudos em Lisboa e no Porto, cedo se dedicou à indústria, vindo a trabalhar com seu pai, José da Cruz Sousa, em Sociedade, à qual se seguiu em 1928, a firma Américo Sousa & Irmão, que fundou com seu irmão Alfredo da Cruz Sousa.

Com vida de intenso trabalho, no qual se destacava a sua preparação técnica, foi um industrial que muito contribuiu para o desenvolvimento da indústria nesta localidade.

Fez parte da 1ª Direção do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã, tendo tomado parte muito ativa em todos os problemas de organização da indústria naquele período e pertenceu também à direção da FNIL.

Católico praticante, dedicava grande atenção aos acontecimentos religiosos desta localidade, nos quais a sua presença de cidadão e chefe de família exemplar sempre se fazia sentir. Atento às orientações da Igreja, adotou as recentes disposições do Concílio numa fidelidade ao Papa que sempre manteve.

Fonte: *Jornal do Fundão*, 12.9.1971.

Em abril de 1933, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Tortosendo defende «ser esta Vila uma das que no país tem maior desenvolvimento comercial e industrial». «Do seu desenvolvimento comercial, basta avaliarmos a sua população que excede a 4 000 habitantes». Para confirmar o desenvolvimento industrial, apresenta a seguinte «estatística» das máquinas existentes neste centro fabril<sup>831</sup>:

<sup>831</sup> Estão incluídos os teares manuais dispersos nos povos circunvizinhos, que manufacturavam tecidos para os industriais do Tortosendo.

QUADRO 2.15. ESTATÍSTICA DAS MÁQUINAS EXISTENTES - 1933

Tecelagem		Ultimação	
Teares mecânicos	98	Caldeiras a vapor	1
Teares de madeira (maquinetas)	55	Râmola mecânica	1
Teares de madeira lisos	503	Tesouras mecânicas	4
Urdideiras de madeira	45	Escovas	2
<b>Cardação e fição</b>		Batanos	3
Fiação		Lavadeiras mecânicas	3
Surtidos	3	Perchas	2
Esfarrapadeiras	3	Revoltadeiras	1
Motores a gás pobre	3	Desvincadeiras	1
		Hidros	1
		Barcas mecânicas	10

Fonte: *O Trabalho*, 23.7.1933.

Em 1935, no *Notícias da Covilhã*, numa notícia de carácter geral, pode ler-se:

Tortosendo, «como centro industrial, na manufatura de lanifícios, marca já um lugar de destaque, impondo-se-nos o dever de registar o progresso e ampliação que introduz constantemente nas suas instalações fabris.<sup>832</sup>

Posteriormente, o Inquérito Industrial de 1937, fornece dados mais concretos que permitem fazer uma radiografia da indústria de Tortosendo, na época imediatamente anterior à 2ª Guerra Mundial.

Quadro 2.16. INQUÉRITO INDUSTRIAL – TORTOSENDO - 1937

Fabricante	Lugar	Atividade	Equipamento básico	Pessoal
Álvaro Pereira Barata	Largo da Amoreira	Tecelagem	-----	3
Américo Sousa e Irmão	Estrada Nacional	Tecelagem	6 teares mecânicos 15 teares manuais	36
António Elisiário	Rua Fonte Cale	Tecelagem	4 teares mecânicos	7
António Joaquim Gervásio	Oficina Moura Batista	Tecelagem	1 tear mecânico	1
António Matias Batista e Irmãos <sup>833</sup>	Cabeço	Cardação Tecelagem	3 sortidos de cardas 4 teares manuais	21
Cláudio Sousa Rebordão	Largo da Feira	Tecelagem	9 teares mecânicos 25 manuais	31

<sup>832</sup> *Notícias da Covilhã*, 9.12.1935.

<sup>833</sup> O presidente da Junta de Freguesia informa que, conforme Editais afixados, tinha sido vendido em hasta pública, no sítio do Cabeço, uma porção de terreno à firma António Matias Batista & Irmãos, industriais, o terreno compreendido entre as duas fábricas que esta firma ali possui e que confronta pelo norte com a Estrada Nacional, nascente com Rua de São Tiago, poente com Rua Pública e sul com Rua do Cabeço. Ata n.º 19, 2.11.1946, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo*, de 31.10.1937 a 2.7.1951.

Empresa Industrial do Tortosendo	Água Alta, Unhais da Serra – Tortosendo	Cardaço / Fiação	7 sortidos de cardas 3660 fusos	169
J. J. Rodrigues	Lugar do Cabecinho	Cardaço/Fiação Tecelagem	1 sortido de cardas 390 fusos -----	23
João Afonso & C <sup>a</sup>	Av. do Casal da Serra	Cardaço /Fiação Tecelagem	1 sortido de carda 660 fusos 6 teares mecânicos	34
João Pontífice	Estrada Nacional	Tecelagem	32 teares mecânicos	78
José Craveiro Júnior	Cruz dos Pinheiros Unhais da Serra	Cardaço /Fiação Tecelagem Tinturaria/Ultimação.	1 carda 245 fusos 4 teares mecânicos 19 manuais	16
José da Cruz Saraiva e Comp.	Tortosendo	Tecelagem	2 teares mecânicos 4 teares manuais	7
José Folgado Pinto	Cabeço	Tecelagem	1 tear mecânico	1
José Laço Pinto	Estrada Nacional	Tecelagem	-----	28
José Laço Pinto Júnior	Estrada Nacional	Tecelagem	2 teares mecânicos	2
José Ramos a)	Cabeço	Tecelagem	5 teares mecânicos	----
José Rodrigues Trindade	Tortosendo	Tecelagem	6 mecânicos 6 manuais	13
Leonel Sousa Rebordão	Tortosendo	Tecelagem	2 teares mecânicos	16
Mendes da Costa, Lda.	Tortosendo	Tecelagem	43 manuais	18
Moura e Batista, Lda.	Tortosendo	Tecelagem	10 mecânicos 15 manuais	46
Sociedade de Fabricantes, Lda. b)	Santo Cristo	Tecelagem	29 mecânicos 25 manuais	121
Sociedade de Lanifícios do Tortosendo	Ribeiro Grande	Tinturaria /Ultimação	-----	95
Sousa e Batista	Rua das Lajes	Tecelagem	29 mecânicos 25 manuais	14
Sousas e Rebordão	Rua Senhora dos Remédios	Cardaço /Fiação	2 sortidos de cardas 1320 fusos	47
<b>TOTAL</b>				<b>827</b>

Pode concluir-se que, nesta data, ainda existiam duas cardações a funcionar fora de Tortosendo, uma em Unhais da Serra (José Craveiro Júnior) e outra na Ribeira da Água Alta. Esta pertencia à Empresa Industrial de Tortosendo, nesta data já a funcionar também em Tortosendo. Em 1939, já funcionavam todas em Tortosendo.

Em relação à tecelagem, elaborámos um quadro, demonstrativo da evolução da mecanização:

QUADRO 2.17 TEARES MANUAIS E MECÂNICOS TORTOSENDO 1933; 1937

Manuais		Mecânicos	
1933	1937	1933	1937
558 (maquinetas-55; teares lisos - 503)	181	98	148

Fontes:

De acordo com este quadro, os teares manuais diminuem substancialmente e os teares mecânicos aumentam em 51,2 %.

Do *Livro Registo de operários*, N.º 1, Secção do Tortosendo, são 380 os inscritos em 1939 e mais 34 em 1940. Dos tecelões, num total de 229, para mais fácil interpretação, podem distribuir-se de acordo com o quadro.

QUADRO 2.18 TECELÕES – TORTOSENDO 1939-1940.

Anos	Total	Tecelão manual		Tecelão	
		Tortosendo	Fora	Tortosendo	Fora
1939	229	5	8	152	64
1940	14	----	3	7	4
	243	5	11	159	68

Fonte: *Livro Registo de operários*, N.º1, SNPIL- Secção do Tortosendo,

O registo inclui duas categorias: tecelão manual e tecelão, sendo que esta última categoria inclui tecelões mecânicos e tecelões manuais. Desde logo, os «tecelões de fora» trabalhavam sempre, teares manuais, em trabalho doméstico, num sistema disperso, pelas terras do Rio Abaixo: Dominguiso, Peso, Coutada, Pesinho. E ainda Alcaria, Peraboa. Nos lugares e aldeias produzia-se mais barato, porque a população embora menos especializada, repartia-se entre os labores do campo e a produção dos panos.

Do Livro de Registo «Sócios do sexo feminino», estão registadas 356 operárias, das quais 139 eram tecedeiras, assim distribuídas:

QUADRO 2.19 TECEDERAS TORTOSENDO 1939; 1940

Lugares	1939	1940
Tortosendo	37	3
Casal da Serra	6	
Fora de Tortosendo	96	2
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>5</b>

Fonte: Livro de Registo «Sócios do sexo feminino», Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios- Secção de Tortosendo, 1939-1940

CADERNETA PROFISSIONAL E IDENTIFICAÇÃO DE SÓCIO DO SINDICATO (SNPIL-ST)

DE UMA TECEDERA

DE UM OPERÁRIO



Fonte: Facultadas por M.<sup>a</sup> Liseta Craveiro Gadanho

Pelo conhecimento pessoal e por depoimentos recolhidos, podemos concluir que algumas tecedeiras foram trabalhar ainda para as fábricas, embora para outras funções. A indústria de lanifícios necessitava também de mão-de-obra feminina. Adosinda Barata [1929-] revive a situação de sua mãe:

Quando era nova, o trabalho da minha mãe era tecer e tecia em casa, quando morávamos ao fundo da Rua das Pontes. Tinham dois teares, um dela, outro do meu pai. A minha irmã Maria e a minha irmã Piedade é que enchiam as canelas para ela tecer. Os meus pais iam buscar as teias ao Sr. José Mendes, Sr. Alfredo Sousa, Sr. Moura, Sr. Ferrão e, já por último, ao Sr. Américo Sousa. (...) Quando

acabaram os teares de pau, foi para o Sr. Cláudio, para a caneleira, para os teares de ferro.»<sup>834</sup>

### 1.3.6 Construção de edifícios fabris de lanifícios

Para além de vários tipos de fontes escritas e de fontes orais, recorreremos também à arqueologia industrial, um dos ramos da arqueologia histórica, a que alguns autores chamam «uma arqueologia de cota positiva».<sup>835</sup>

A arqueologia industrial «engloba, praticamente, todos os vestígios materiais do processo de desenvolvimento socioeconómico»<sup>836</sup>. Neste momento, de entre esses vestígios, distinguimos os edifícios fabris, marcantes de várias épocas de progresso industrial de Tortosendo.

**QUADRO 2.20 CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS FABRIS de LANIFÍCIOS (Licenças) -1930 -1939**

Data	Firma	Construção	Ampliação	Local
1930	Empresa de Tecidos, Lda. (de teares mecânicos)	De um gradador <sup>837</sup>		Cabeço
1935	A Empresa Industrial do Tortosendo, Lda.	Edifício que se destina a esfarrapagem de trapo e retorsão de fios; a cardação e fiação.		Lugar das Barroquinhas <sup>838</sup>
1938	Américo de Sousa e Irmão <sup>839</sup>		X	
1939	José Laço Pinto	Edifício: escritório e armazém		Estrada Nacional. <sup>840</sup>
1939	Sousa, Ramos e Batista Lda.	Edifício: escritório e armazém <sup>841</sup>		Cruz dos Pinheiros
1939	José Rodrigues Trindade <sup>842</sup>	X		Av. Viriato. <sup>843</sup>

Fontes: Ata da Junta de freguesia de Tortosendo; Atas da Câmara Municipal da Covilhã: de 1930, 1935, 1938, 1939. Nota: A Penteadora, Unhais da Serra *Notícias da Covilhã*, 5.11.1933. Pela sua importância para Tortosendo e concelho da Covilhã, como entidade empregadora.

<sup>834</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Guilhermina Damas: A arte de fazer bolos da Festa», in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

<sup>835</sup> José M. Amado Mendes, «Novas metodologias em História Económica: a arqueologia industrial», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXX (1995), p. 50.

<sup>836</sup> José M. Amado Mendes, «Novas metodologias em História Económica: a arqueologia industrial», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXX (1995), p. 50.

<sup>837</sup> Para enxugar as teias para os ditos teares. Ata 6.10.1930, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo*, de 13.8.1928 a 30.9.1936 (Faltam folhas 1 e 2) Conceder à Empresa de Tecidos, Lda., de teares mecânicos, no Cabeço, 140 metros de comprimento e dois de largo para a construção de um gradador para enxugar as teias para os ditos teares.

<sup>838</sup> 19.ª Sessão, 19.12.1935, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 60, de 26 de setembro de 1934 a 7 de setembro de 1936. Edital *Notícias da Covilhã* 4.7.1937

<sup>839</sup> 27.ª Sessão 12.10.1938, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal* de 12.1.1938 a 5 de abril de 1939.

<sup>840</sup> 4.ª Sessão 15.2.1939, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal* de 12.1.1938 a 5 de abril de 1939.

<sup>841</sup> 5.ª Sessão, 15.3.1939, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal* de 12.1.1938 a 5 de abril de 1939.

<sup>842</sup> José Rodrigues Trindade e C.ª Lda. – Constituição da Sociedade entre José Rodrigues Trindade, João Brás do Amaral e Sousa Afonso e José Alfredo Dias Pombo. *Notícias da Covilhã*, 17.1.1953.

<sup>843</sup> Ata n.º 17, 2.7.1939, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941. José Rodrigues Trindade, pedindo a esta Câmara lhe certifique se a construção da sua fábrica afeta o plano de melhoramentos que o Município ali projeta. Não prejudica desde que a largura do caminho não fique inferior a 5,5 m. Ata n.º 21 6.9.1939.

## IMAGENS DE EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS OU AMPLIADOS ENTRE 1930 - 1939

### EMPRESA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO – 1935



SOUZA, RAMOS & BATISTA, Lda. – 1939

JOSÉ RODRIGUES TRINDADE - 1939



### 4.2.3 Outras indústrias

A própria indústria de lanifícios, para além do progresso que gerava, era também criadora de outras atividades. Para além das fábricas de lanifícios, Tortosendo oferecia o trabalho de oficinas. Havia marcenarias e carpintarias, a funcionar em conjunto ou separadamente. Até aos anos 60, os marceneiros, para além de peças de mobiliário, faziam muitos artefactos para a indústria de lanifícios: lançadeiras, canelas, braços, perchadas, entrepeitos, «queixas»<sup>844</sup>, bem como consertavam algumas dessas peças. «De marcenaria o meu pai fazia de tudo um bocadinho...»<sup>845</sup>- disse-nos José Pereira. Os carpinteiros, por seu lado, trabalhavam, principalmente, para a construção civil e consertavam as carroças e carros de bois.

Temos conhecimento que José de Matos era nesse tempo conceituado empreiteiro. Conhecedor da sua arte, em 1922, foi incumbido pela Junta de Freguesia de fazer uma planta para se proceder à divisão de talhões no baldio do Cabeço

<sup>844</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Pereira: Marceneiro», in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

<sup>845</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Pereira: Marceneiro», in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.



**QUADRO 2.21 OFICINAS DE CARPINTARIA E SERRALHARIA -TORTOSENDO 1936-1938**

Data	Carpintaria e serralharia	Operários	Serralharia	Operários
1936	José de Matos	8	António Maria Mateus	2
1938	José de Matos	10	António Xavier Matias	3
			José Esteves Rei	2

A oficina de carpintaria e serralharia aumenta o seu trabalho, pois passa de oito operários, em 1936, para dez, em 1938. É fácil tal constatação, se atentarmos, nos quadros que se seguem. Havia um número significativo de veículos de trabalho até 1927, entre carros de bois (44), e carroças (22), destinados à agricultura e galeras (cinco), propriedade dos industriais, e colocadas ao serviço das fábricas para transporte dos tecidos. Ainda conhecemos uma galera ao serviço da Sociedade de Lanifícios para buscar os tecidos para serem tintos e ultimados e devolvê-los, no fim de prontos. Também uma charrete para transporte de pessoas a que se juntam outros na década de 30.

**QUADRO 2.22 REGISTO MATRÍCULAS DE CARROS – TORTOSENDO 1927 e 1933-1938 -**

	Carros de bois	Carroças	Galeras	Trem
1927	44	22	5	5
1933-38			2	1 Charrete 1 breque

Fonte: AMC, Câmara, Item 500 (N H 01) 1927

● SERRALHARIAS

**OFICINA DE SERRALHARIA DE ANTÓNIO XAVIER MATIAS**  
Cruzamento Tortosendo – Dominguiso- Unhais da Serra



Fonte: Arquivo pessoal

QUADRO 2.23 - REGISTO DE MATRÍCULAS DE AUTOMÓVEIS- TORTOSENDO 1929-1935

	Carros	Camionetas	Motos
1929	23	1	1 com side/car
1930	19	3	
1931/32	6	1	1
1933	6		
1934	7		
1935	4		
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Fonte: AMC, Item 522 (N H 01) 1929/35

Num dos quadros precedentes estão registadas três serralharias. A de António Xavier Matias destinava-se fundamentalmente ao arranjo de automóveis e o número de veículos bem o justifica. (Completar)

#### ■ INDÚSTRIA DOS BONÉS

Em Tortosendo existiu também uma indústria artesanal de bonés que manteve em funcionamento algumas oficinas. Em virtude do incremento que atingiu, a obra produzida era comercializada não apenas na vila, mas também em mercados próximos ou mesmo em Lisboa.<sup>846</sup>

Beatriz Ramos, nascida em 1913, testemunhou o seguinte:

O meu primeiro trabalho foi o dos bonés, em casa do Sr. Chico d' Ascensão. A casa era na Rua Direita, aí à quina do forno do pasteleiro. Talhava-os o patrão, à noite, e nós fazíamos lá em casa, por dia. (Eram) 3 raparigas a coser nas máquinas e 4 raparigas a trabalhar de mão, a coser os botões e os filetes. Aprendi a coser à máquina lá. Vendiam os bonés p'rá Abrantes, p'ra Lisboa.

Depois... Abriu o Sr. Chico Pereira Gambôa. Vendia lá em casa, na Calçada. Aí estive pouco tempo. Passei para o Sr. Álvaro Teixeira, na Amoreira, e depois fui p'ró Zé Vaz.

Conclui: «Trabalhei nos bonés em quatro lados. Depois acabaram os bonés. Foi uma indústria que *tamém* acabou.»<sup>847</sup> Para além destes industriais, em *O Raio* de 29 de setembro de 1932, aparece a publicidade a Jaime Nunes Batista Fabricante de bonés.<sup>848</sup>

Entretanto, Fernanda Ramos Barradas, [1930- †] entre outros trabalhos a que se dedicou, referiu que, já adulta, aprendeu a fazer bonés:

<sup>846</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Beatriz Ramos», *Boletim da LAT*, n.º 56, 4.º Trim. 2005.

<sup>847</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Beatriz Ramos», *Boletim da LAT*, n.º 56, 4.º Trim. 2005. Adélia Carvalho Mineiro, «Beatriz Ramos», *Boletim da LAT*, n.º 56, 4.º Trim. 2005.

<sup>848</sup> *O Raio*, 29.9.1932.

o meu pai comprou os moldes e as formas ao Sr. Jaime Telhas (Nunes Batista), eu depois fui p'ra Lisboa, onde o meu pai ia buscá-los que era um compadre dele, um Peralta, eu estive lá um mês e eu aprendi lá a fazer os bonés. Nós vendíamos na taberna, só no Tortosendo. Mas, mais tarde já vieram pessoas da Covilhã, já me encomendavam a mim.<sup>849</sup>

#### ■ ALFAIATE

O alfaiate José Calado, nascido em 1915, e que trabalhou até aos 80 anos, atestou o seguinte:

Comecei com dez anos. Aprendi a arte aqui na terra com o José Taborda, mas foi só os princípios. Ainda havia alfaiates mais baixos que o Zé Taborda, havia o Manuel Alfaiate, o Zé Gaspar. O Zé Taborda é que tinha os ricos todos do Tortosendo. Depois eu ainda fiz fatos para o Sr. Dr. Garrett, para o Sr. Boavida Castelo Branco, José Nunes da Cruz e António Pontífice. A estes era eu que ia a casa provar.

E continuou:

Fazia casacas, fraques, varinos (poucos), sobretudos e samarras. Fiz muito fato-macaco quando para cá vim. Já apanhei a altura da boa fazenda: Sociedade de Fabricantes, João Pontífice. Cheguei aqui a ter 25 raparigas e cinco rapazes (e três durante muito tempo) e para calças e coletes tinha costureiras fora. Só ia cortado, pronto a fazer, mas passado era aqui na oficina. Aqui só manufacturava os casacos. Cheguei a fazer 25 fatos por semana. Tinha clientes da Covilhã e, até, de Castelo Branco. Fiz muito fato por 120\$00, mas não dava nada, porque o preço não era justo.<sup>850</sup>

Os alfaiates Alberto Gadanho, António de Matos, João (Pai do Valdemar), Camilo Silva (?), Jaime Pina, todos tinham costureiras na própria alfaiataria e, ainda, costureiras, em casa para fazer as calças, que tinham, antes, sido cortadas na alfaiataria.

José Coelho Almeida (1941- ), alfaiate de profissão, sujeitou-se, nos anos 50 do século passado, a uma aprendizagem que ainda continuava a fazer-se em cânones semelhantes aos que se praticavam na Idade Média, no âmbito das Corporações de Ofício: ingressou em aprendiz, progrediu para oficial e, finalmente, chegou a mestre.<sup>851</sup> José Coelho Almeida destacou que «à segunda-feira [no Sr. Camilo] não se trabalhava. Podíamos ter de ir seroar, ou ao domingo de manhã ter que lá ir passar o resto do trabalho. Mas à segunda é que não. Alfaiates e sapateiros, sempre, sempre era assim.»<sup>852</sup> costume que ele não implementou na sua vida de alfaiate. O mesmo entrevistado atesta:

---

<sup>849</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Fernanda Ramos Barata (Barradas)», *Boletim da LAT*, n.º 63, 2.º Trim. 2008.

<sup>850</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Calado: alfaiate», *Boletim da LAT*, n.º 16, 4.º Trim. 1995.

<sup>851</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Coelho Almeida: alfaiate», *Boletim da LAT*, n.º 65, 4.º Trim. 2008.

<sup>852</sup> Idem, *Ibidem.*

na altura que eu comecei a aprender éramos vários, mas muitos nunca seguiram: o Vítor Fonseca, o Álvaro Miguel, o Romeu Correia. Na minha geração fui eu (trabalhou junto do Alfaiate Camilo xxx) e aquele rapaz do Casal, o Zé Reis<sup>853</sup>, que aprendeu com o António de Matos (que se tornaram profissionais de alfaiataria).<sup>854</sup>

É manifesta a pena por não ter formado nenhum alfaiate.

#### ■ FUNILEIRO

Conhecemos dois funileiros com oficina aberta ao público, ainda à maneira dos artesãos da idade média: Augusto Guilherme e António Simões [1920 - †], que foi seu aprendiz, e a este último ainda pudemos entrevistar, em 1994. António Simões deu-nos o seguinte testemunho:

No tempo do Augusto Guilherme, produzia-se: cântaros, alguidares, almotolias, funis, tubos para apanhar escavateras, potes para azeite, candeias... E fazia-se tudo o que o cliente pedia de encomenda. Produzia-se, especialmente, para as feiras. Quando me estabeleci, por meados dos anos 40 (do século passado) também fazia todos os trabalhos de latoaria. Fazia ainda pequenos trabalhos quando me pediam: funis para televisão, caixas para ferramenta, consertar peças de estanho. Fazia caleiros, tudo à mão, e depois ia-os montar. Também os fiz para as grandes obras: Sociedade de Lanifícios, Moura Matos, Moura Batista, Sociedade de Fabricantes. Consertava os órgãos das fiações. Também fui indo com os tempos. Fazia urnas de chumbo para as pessoas que iam para os jazigos.

#### ■ FERRADOR

Em inícios dos anos 50 do século passado, ainda conheci o tronco do ferrador Joaquim Eutrópio, nessa altura bastante jovem, na Avenida Viriato, mesmo à saída de Tortosendo, no cruzamento para o Dominguiso e Unhais da Serra, no local onde se veio a construir a moradia de José Moura e D. Piedade Moura. Ao iniciar-se essa construção, o ferrador transferiu-se para ali perto, para o cimo do Olival da Casa Garrett, onde ficou ainda melhor instalado, com mais espaço para a permanência dos animais.

Ontem como hoje, o trabalho do ferrador é o de colocar as ferraduras nas patas dos cavalos, machos, burros, mas também os bois. Para tal aquecia as ferraduras na forja, «martelando-as na bigorna para as ajustar ao casco dos animais.» Por essa época, os bois ainda puxavam o arado na pequena agricultura de subsistência, mas principalmente estava-lhes destinado o trabalho de puxarem os carros «de bois».

---

<sup>853</sup> José Reis trabalhou na Confeção da Sociedade de Fabricantes e acumulava, em casa, com o trabalho de alfaiate.

<sup>854</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Coelho Almeida: alfaiate», *Boletim da LAT*, n.º 65, 4.º Trim. 2008.

## ■ TANOEIRO

O tanoeiro Ti Sebastião tinha a sua pequena oficina numa das lojas antiga casa do Passal. Era um artesão que não era natural de Tortosendo, mas aqui permaneceu durante muitos anos. Fazia ou consertava pipos, tonéis, celhas.

Mantinha-se ocupado ao longo do ano, sinal da quantidade de vinho que se produzia no Tortosendo e arredores.

## ■ COSTUREIRA / MODISTA

*Costureira, costureira  
Tua agulha me picou  
Não foi nada, não foi nada  
Ao coração me chegou*  
**Popular**

Distinguimos entre as costureiras e as modistas. Modistas conceituadas.

As costureiras faziam vestuário feminino das classes populares: saias, blusas, vestidos aventais e roupa interior (combinações, coletas, cuecas, saiotos), mas também masculina, as camisas, as cuecas, as ceroulas e até as calças. Trabalhavam em sua própria casa, mas também iam trabalhar em casa da clientela mais abastada, a fazer arranjos ou mesmo peças completas, ou outros trabalhos de costura.

Ester Pombo [1898 - †], quando completou 100 anos, ela que fora costureira e aprendera, em Lisboa, recordou o seu trabalho de costura:

De solteira trabalhava de costura, por dia, na Casa Garrett, por quinze tostões. Fazia os vestidos à Sra. D. Margarida e à mãe dela, Sra. D. Maria Adelaide, e calças para o Sr. Dr. Garrett. Para os meninos fazia calças, camisas, bibes e, quando já eram rapazes, ainda lhes fazia as calças. Também lá trabalhava uma filha do Zé Frazão, mas eu era a mestra. Estimavam-me muito, mas trabalhava quase de graça. Na minha casa ganhava mais e tinha bastante que fazer. Mas levava pouco dinheiro do que fazia! Fazia os fatos para a Sra. D. Manuela Pinto, D. Helena, e para a D. Anunciação (era tia delas) e D. Miquelina Amaral. Não sei se era por respeito por estas senhoras, mas eu tinha muito que fazer.<sup>855</sup>

Graziela Poeta [1909- †] revive a sua vida de trabalho: «Aprendi os primeiros pontos com a Senhora Aninha Bernardo: chulear, coser bainhas. As costureiras desse tempo, além da minha mestra, eram a Beatriz Dias e a modista a D. Beatriz, irmã da Sra. D. Piedade Moura. Faziam-se saias, blusas, vestidos, camisas, ceroulas de riscado e de popelina. Fazia-se muita coisa.»<sup>856</sup>

<sup>855</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Ester Pombo: Centenária», *Boletim da LAT*, n.º 28, 4.º Trim. 1998.

<sup>856</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Graziela Poeta», *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim. 1999.

Lucinda de Jesus Barata [1926- ], também nascida em Tortosendo, lembra os tempos em que «andou a aprender» Depois que saí da escola, fui p'rá costura, andei na D. Vergina Mendes. Ainda andei, na D. Manuela Lopes prime(i)ro. E, depois daí, ela dava-me pouco dinheiro e a gente andava a ver se nos davam mais qualquer coisa... nessa altura ganhava-se pouco, não era com'ágora. Na D. Vergina, andámos lá uma quantidade delas [de raparigas] a aprender. Aí andei, *atão* lá, até que me casei. E, depois de me casar, ainda trabalhei p'ra fora.»<sup>857</sup>

Ainda, da costureira Maria Cândida Santos [1915- †], ouvimos:

A costureira também fazia roupa para criança. Fazia os calções rachados para os garotos e eles lá se ajeitavam a fazer as necessidades. Fazia-lhes uns macaquinhos, lá tive que tirar da cabeça.<sup>858</sup>

## **2. 1939/1945 - ECONOMIA DE GUERRA: «Reforço do intervencionismo da administração central»**

A segunda fase da economia do Estado Novo abrange o período correspondente à Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra acentuou-se o intervencionismo em virtude da escassez de produtos, em especial dos de primeira necessidade.

Apesar do estatuto de neutralidade defendido por Salazar, com o eclodir da Guerra toda a situação se alterou e as preocupações do Governo passam a ser outras. Várias foram medidas tomadas a nível económico, para evitar a perturbação social mais fácil de surgir em meio operário. Em setembro de 1939, uma circular do governador civil ordena que os serviços dependentes do Estado devem preferir os artigos nacionais.<sup>859</sup> Brandão de Brito recorda que no início da Guerra «foi promulgada legislação tendente a combater a alta de preços, através de uma drástica sujeição imposta à produção do comércio interno pela punição dos crimes de açambarcamento e especulação»<sup>860</sup>, procedimentos que não conseguiram evitar-se. Do mesmo modo, apesar de todas as diligências, não conseguiu evitar-se o racionamento de alguns produtos. Começou-se pelos combustíveis e alargou-se, posteriormente, a variados bens, incluindo os alimentares.

---

<sup>857</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Lucinda de Jesus Barata», *Boletim da LAT*, n.º 65, 4.º Trim. 2008.

<sup>858</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Cândida Santos: costureira », *Boletim da LAT*, n.º 23, 3.º Trim. 1997.

<sup>859</sup> Ata n.º 22 de 20.9.1939, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941.

<sup>860</sup> José Maria Brandão de Brito, «Da ditadura financeira ... *op. cit.*, p. 533.

Aumentam as dificuldades para as classes populares. Recordam-se, desde logo, o Racionamento, as «senhas», as filas (vulgo as «bichas»), principalmente as do pão. No entanto, com dinheiro, conseguiam ultrapassar-se barreiras.

## 2.1 Agricultura

De acordo com José Silva Lopes, no que respeita à agricultura, «foram introduzidos manifestos obrigatórios da produção e da existência de produtos essenciais». As medidas assim aplicadas «contribuíram para se evitar a inflação, mas deram origem a problemas e agitações sociais, que levaram a ações repressivas».

A nível local, tendo em vista o controlo de preços, o presidente da Câmara da Covilhã envia ao governador civil, a pedido deste, os preços médios dos géneros das últimas colheitas; clama-se contra a carestia dos géneros e pede-se a ação da autoridade «para reprimir a ganância dos que não podem de maneira alguma justificar a subida de preços, de géneros que nem vêm do estrangeiro nem faltam no mercado». Por isso, o Instituto Nacional de Estatística informa os agricultores da obrigação de manifestarem o quantitativo das colheitas.<sup>861</sup> Em continuação, e para se apurarem mais fielmente os quantitativos das mesmas, a Câmara solicita ao Dr. Francisco de Almeida Garrett, de Tortosendo, para além, do pedido de informação quanto à produção de milho, feijão, batata, pergunta-se, ainda, «um alqueire de feijão quantas sementes rende; áreas cultivadas, se rendeu mais ou menos».<sup>862</sup>

Para obviar a algumas carências, o Estado procura dinamizar a produção agrícola de subsistência. Mas o sector agrícola vai ser profundamente afetado pela febre do «ouro preto». Com a exploração do volfrâmio, surgiu, então, uma forma de riqueza fácil. No *Notícias da Covilhã*, no início de abril de 1941, pode ler-se:

Há milhares de criaturas que deixam de cultivar as terras e buscam no seio da terra o minério que vendido a empresas exploradoras desses produtos, lhes dá um salário muito superior ao ganho no amanho das terras. O abandono excessivo da terra, num país como o nosso, essencialmente agrícola, pode prejudicar a economia nacional e portanto bom seria que se ponha cobro a esses excessos.<sup>863</sup>

Durante o verão de 1941, o *Notícias da Covilhã* faz eco das queixas, principalmente, das queixas das donas de casa, em relação ao que se passa na praça da Covilhã: aparecem os géneros, mas mais caros, que antes da guerra, principalmente devido ao

---

<sup>861</sup> *Livro de Corresp. Expedida* II 1940. Of. 30.9.1940 *Livro de Corresp. Expedida* II 1940. Idêntico pedido será feito aos principais agricultores do concelho.

<sup>862</sup> *Livro de Corresp. Expedida* II 1940. Idêntico pedido será feito aos principais agricultores do concelho.

<sup>863</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.4.1941.

açambarcamento por parte das regateiras e classifica-se tal procedimento como «ganância impenitente».<sup>864</sup>

No início de setembro, conclui-se que «a agricultura está em perigo».<sup>865</sup> Por isso, quando eram necessários mais braços, já que o trabalho agrícola era sazonal (caso das vindimas e apanha da azeitona), saíam editais a proibir a exploração do minério, por um determinado espaço de tempo. Assim se procedeu em 1940 e 1941. Em novembro de 1941, o *Notícias da Covilhã*<sup>866</sup> apresenta o apelo do ministro da Economia que se transformará em slogan: «Produzir e poupar». Por final do ano, o slogan transformou-se em «Produzir mais e melhor»<sup>867</sup>, em virtude das dificuldades tanto na importação como na exportação. Em julho de 1943, e por causa do volfrâmio, ao aproximar-se uma fase mais intensa da atividade agrícola, recrudescem as preocupações por parte dos agricultores. Para além de se rezear que os assalariados rurais abandonem as fainas agrícolas, receia-se ainda que peçam salários demasiado elevados. Pelo que se sugere que se estabeleçam tabelas, mas que «devem dar o mínimo exigido para a normal vida do trabalho do campo».<sup>868</sup> Em junho de 1944, o comandante da PSP e o governador civil de Castelo Branco queixam-se, que «já se está a proceder à ceifa do trigo e centeio e que os proprietários, sem o mínimo respeito pelas disposições estabelecidas, quanto aos manifestos e venda destes cereais, os estão já a negociar a preços exorbitantes».<sup>869</sup> O mesmo acontecerá, em novembro, com a batata: que nos concelhos de Covilhã e Belmonte, os grandes produtores de batatas concorrem para o abastecimento da capital e têm vantagem em vender aos armazenistas<sup>870</sup> o que já acontecera em anos anteriores. O presidente da Câmara concretiza a sua preocupação, em relação a este produto:

O concelho da Covilhã tem 60.000 habitantes e sendo 20.000 na maioria famílias de operários que têm a batata como alimento base, «temendo me veja em embarços» que determine a obrigatoriedade de manifestarem a produção perante os grémios da Lavoura.<sup>871</sup>

Em dezembro, a Câmara informa a Junta Nacional de Azeite de Castelo Branco: torna-se impossível enviar a totalidade de declarações de reserva de azeite respeitantes aos

---

<sup>864</sup> *Ibidem*, *Notícias da Covilhã*, 24.8.1941.

<sup>865</sup> *Ibidem*, 7.9.1941.

<sup>866</sup> *Ibidem*, 30.11.1941. Mas remata-se ser um «dever de todo o português produzir o mais possível», mesmo «poupar à mesa».

<sup>867</sup> *Ibidem*, 21.12.1941.

<sup>868</sup> *Ibidem*, 11 de julho de 1943.

<sup>869</sup> Presidente da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 13.6.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1944 II.

<sup>870</sup> 25.11.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida* Ano de 1944 III.

<sup>871</sup> Of. dirigido ao gov. civil Castelo Branco, 28.6.1944 AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1944 II.



produtores deste concelho, porquanto todos os lagares de azeite se encontram ainda em laboração.<sup>872</sup>

## 2.2. Comércio e racionamento

A situação, progressivamente, vai-se complicando. Em outubro de 1941 já é referida «a escassez de géneros: bacalhau, arroz e açúcar»<sup>873</sup>, mas logo se contrapõe que o abastecimento do mercado português está assegurado em condições normais. Aproveita-se o tabelamento do carvão, «vendido a preços exorbitantes nas carvoarias»<sup>874</sup>, para se alvitrar o tabelamento de géneros, pois «afinal, na Covilhã, vende-se tudo seja a que preço for.» Novamente para sossegar a população, informa-se que «está assegurado o abastecimento de bacalhau, arroz e açúcar». Apesar dos tabelamentos, também em Tortosendo, «não se cumprem os preços das tabelas de vários géneros de consumo».<sup>875</sup> Ainda em outubro, anuncia-se, como inevitável, o racionamento para a gasolina<sup>876</sup> e acena-se com um apertado serviço de fiscalização contra o açambarcamento e a especulação, para castigar mais duramente os prevaricadores. Quanto ao pão, ainda o *Notícias da Covilhã* publica uma tabela<sup>877</sup>; anuncia, por um lado, a chegada de trigo americano,<sup>878</sup> por outro, a «apreensão de 400 kg de pão para serem vendidos de contrabando para Espanha.»<sup>879</sup>

O governador civil,<sup>880</sup> em 10 de janeiro de 1942, Ano XVI da Revolução Nacional, informa os presidentes das Câmaras, que devem criar a Comissão Reguladora do Comércio Local para dar cumprimento à Portaria n.º 9 996, publicada no Diário do Governo, n.º 7 de 9.1.1942. Não obstante, «o negócio da candonga»<sup>881</sup> continua a ser uma realidade:

---

<sup>872</sup> 23.12.1944. AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1944 III.

<sup>873</sup> *Notícias da Covilhã*, 5.10.1941.

<sup>874</sup> *Ibidem*, 19.10.1941

<sup>875</sup> Com a carne. Queixam-se os que vendem que os quinteiros o subiram. Com o azeite. Atiram as culpas para os almocreves. Carvão de torga. Os carvoeiros de trânsito atiram as culpas para os trabalhadores que o fabricam. *Notícias da Covilhã*, 16.11.1941.

<sup>876</sup> No início de 1942 já existem livretes de racionamento de combustível (gasolina, gasóleo, petróleo). Of. do presidente da Direção Geral de combustíveis, de 7.1.1942, AMC, *Copiador* de 1942. Inquérito do Ministério da Economia para o efeito Ata n.º 27 1.10.9141, AMC, Atas das Sessões, de 15.1.1941 a 31.12.1941.

<sup>877</sup> Uma nota oficiosa da delegação em Coimbra da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícola. *Notícias da Covilhã*, 9.11.1941.

<sup>878</sup> O vapor americano Excalibur descarregou 3.500 toneladas de uma encomenda feita pelo governo.

<sup>879</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.12.1941.

<sup>880</sup> Fundo GCCTB, *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades do distrito*, 3.ª Secção, 1939-1942, Pasta s/nº, Cx. 132.

<sup>881</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.2.1942.

Por aquele lado da fronteira (Vilar Formoso e Cerdeira) vão-se escoando para Espanha quantidades apreciáveis de géneros de toda a espécie, cuja falta se vem notando já nas povoações limítrofes. A vigilância dos fiscais continua a ser iludida pelo arrojo dos candongueiros que por coisa alguma desarmam. Não que um pão, um kg de arroz, de açúcar ou qualquer outro género equivalente, para um kg de minério não é pechincha para desprezar. É um negócio da China ainda mesmo que o minério castelhano seja de qualidade arrevesada.

O correspondente do *Notícias da Covilhã*, em Tortosendo, A. Martins de Oliveira, em 18 de janeiro seguinte, destaca que se está a repetir o que aconteceu na Primeira Guerra Mundial:

O mundo encheu-se de traficantes, de aves de rapina, de gananciosos e especuladores, de toda a espécie que se aproveitam destas épocas anormais e dolorosas, para fazer fabulosas fortunas, ou aumentar escandalosamente as que já possuem. E tudo isto à custa da fome, da negra miséria, das horríveis privações, de milhões e milhões de inocentes.<sup>882</sup>

Em fevereiro, na sessão da Câmara, surge a informação que o Grémio de Retalhistas de Merceria do Centro enviou as senhas a distribuir pelos retalhistas para compra de bacalhau, arroz e açúcar, através do Grémio Concelhio do Comércio.<sup>883</sup> No mês seguinte, na mesma fonte, começa a falar-se de racionamento individual. Provavelmente, além do pão, do arroz, do bacalhau, do açúcar, das massas e do sabão, está também a carne e o azeite e, talvez até, as batatas.<sup>884</sup> Passados dias, o racionamento impõe-se e começa a desencadear-se o processo para a sua implementação que vai levar algum tempo. A Câmara solicita ao diretor do Instituto Nacional de Estatística a cedência, «a título devolutivo, de todos os boletins de família que foram preenchidos neste concelho, quando do último recenseamento geral da população».<sup>885</sup> Por sua vez, o governador civil, comunica os critérios de «classificação de famílias para o racionamento» e, passados poucos dias, pede elementos para o racionamento de géneros de primeira necessidade e de maior consumo.<sup>886</sup>

De acordo com uma circular de 23 de abril de 1942, compete agora aos presidentes das Câmaras, a classificação de famílias para o racionamento. O critério é o seguinte:

---

<sup>882</sup> *Ibidem*, 18.1.1942.

<sup>883</sup> Ata n.º 7, 11.2.42, Livro 55 Atas de 2.1.42 a 28.10.1942.

<sup>884</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.3.1942.

<sup>885</sup> AMC, of. de 31.3.42, *Copiador* de 1942.

<sup>886</sup> Ata n.º 18 29.4.1942, Livro 55 Atas 2.1.1942 a 28.10.1942

A primeira categoria pode compreender as pessoas que pelos seus haveres, posição social ou rendimento são consideradas como tal quer nos centros urbanos quer nos rurais; na segunda, a mediania, com um certo à vontade, tais como professores, funcionários nos centros urbanos, médios proprietários e comerciantes, etc; na terceira, os que embora possuam alguma coisa têm que trabalhar por conta d'outrem; na quarta, o trabalhador ou operário que praticamente possui apenas o produto do seu esforço.

Conclui-se: «É evidente que deve discriminar-se em cada categoria os que vivem em centros urbanos ou meios rurais, porquanto as necessidades duma mesma categoria são diferentes consoante onde habitam». O «açambarcamento e especulação»<sup>887</sup> continuam a ser preocupantes. Diz-se que não basta a atuação da Polícia. Também o consumidor «deve ele ser fiscal, dando parte à polícia dos que abusam, excedendo-se nos preços.»<sup>888</sup>

Em agosto de 1943, pelo Decreto-Lei nº 32 945<sup>889</sup> foi criada no Ministério da Economia a Intendência Geral de Abastecimento (I.G.A.) «A sua finalidade era facilitar o equitativo abastecimento de “matérias-primas” e produtos de primeira necessidade»<sup>890</sup>, e para entrar em vigor a partir de 1 de setembro. Em finais de agosto, o *Notícias da Covilhã* publica o edital que contém as regras a observar no racionamento. Esta decisão governamental é classificada como «uma felicíssima resolução»<sup>891</sup>. Passado pouco tempo, acrescenta-se que «mais vale tarde que nunca.» Não obstante, apresenta-se um senão: «Os grupos A, B, C e D são função do rendimento de cada família. Há perigo de em muitas casas se fazer o comércio negro.» Todavia, estes procedimentos não impedem que, em 1943, se faça sentir falta de alguns artigos de primeira necessidade, mas que aparecem no mercado negro<sup>892</sup>.

A partir de 1 de setembro, «aos portugueses foi imposto rigoroso racionamento e as suas regras publicitadas pela Câmara Municipal. Também no Tortosendo tudo passou a girar com requisições e senhas de consumo»:<sup>893</sup> Cada chefe de família tinha de optar, por um determinado estabelecimento comercial. Maria Gabriela Monteiro, comerciante, esclarece:

---

<sup>887</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.8.1942.

<sup>888</sup> *Ibidem*, 22.11.1942.

<sup>889</sup> 2.8.1943.

<sup>890</sup> Maria Aguiar Galhardo, «Intendência Geral dos Abastecimentos». in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 10, Lisboa, Editorial Verbo, 1970, p. 1644.

<sup>891</sup> *Ibidem*, 29.8.1943.

<sup>892</sup> AMC, *Corresp. Expedida* Ano de 1945 I

<sup>893</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

Cada pessoa tinha uma caderneta com senhas para açúcar, arroz, massa, bacalhau. Na loja, tínhamos mapas onde se colavam as respetivas senhas. Eram em grupos: cor-de-rosa, azul clarinho e verde clarinho, o dos doentes e o das crianças (parece-me!) para terem direito, a pelo menos, mais açúcar.<sup>894</sup>

Surgem restrições, exigem-se sacrifícios, mas os maiores recaem sobre as classes desfavorecidas. Testemunha da época recordará posteriormente:

Nem com o dinheiro apareciam as coisas. O pão era na bicha, no Sr. Zé do Ribeiro. A mim, uma semana entre outra, dava-me pão a mais, porque vivia cá em casa o meu Zé com a família. Cheguei a ir ao pão à Bendada. O que eu passei só para ter pão para os filhos. O feijão nem com o dinheiro aparecia. Apanhava saramagos para fazer sopa. O dinheiro não prestava para nada.<sup>895</sup>

Também no mês março, uma circular do governador civil, transcreve uma outra da Direção Geral de Administração Política e Civil com instruções dos serviços de fiscalização contra açambarcamento, acerca das medidas aconselháveis de fiscalização para obstar à subida de preços. Entre outras queixas, a população sente-se lesada em relação à carne, porque «os senhores marchantes, em vez de respeitarem as normas do racionamento, dividem sim, a carne, mas entre os seus fregueses»<sup>896</sup>. Pede-se que se criem talhos municipais.<sup>897</sup> Também «deseja» que possa ser utilizada [a gasolina] em qualquer dia. Se racionada, não importa a sua utilização.<sup>898</sup>

Quanto a fornecimentos, em abril, a Comissão Reguladora, perante o pedido dos comerciantes, resolveu melhorar na medida do possível, os contingentes dos géneros condicionados a atribuir aos comerciantes.<sup>899</sup> O açúcar, no primeiro trimestre do ano anterior, foi insuficiente (570 sacos); a redução foi de 34 sacos mensais e pela Páscoa é uso o costume de toda a população o festejá-la realizando pequenas festas de família, ouso rogar a V. Ex.<sup>a</sup> todo o seu interesse no sentido de ser atribuído a este concelho um contingente extra de 150 a 200 sacos.<sup>900</sup> Por sua vez, em agosto, o presidente da Câmara, por meio de ofício, em virtude de «a grande parte da população da cidade é de operários facilmente manejáveis por aqueles que estão sempre ansiosos de atribuir as culpas de modo a que elas recaiam inteiramente na “inépcia e má vontade” dos serviços oficiais,» pede ao presidente do Grémio dos Armazenistas de Mercearia, «muito

---

<sup>894</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Gabriela Monteiro: comerciante», in *Boletim da LAT*, n.º 29, 1.º Trim., 1999.

<sup>895</sup> Manuel Carrola e Adélia Carvalho Mineiro, «Ti Cecília», in *Boletim da LAT*, n.º 4, 4.º Trim., 1992.

<sup>896</sup> *Notícias da Covilhã*, 9.8.1942.

<sup>897</sup> *Ibidem*, 19.4.1942.

<sup>898</sup> *Ibidem*, 1943.

<sup>899</sup> AMC, Câmara, *Corresp. Expedida* Ano de 1943 II. 15.4.1943 Pres. Grémio Armazenistas Mercearia *Corresp. Expedida* Ano de 1943 I.

<sup>900</sup> 15.4.1943 Pres. Grémio Armazenistas Mercearia *Corresp. expedida* Ano de 1943.

empenhadamente»<sup>901</sup> que neste mês de setembro as mercadorias condicionadas – arroz, açúcar, massa, sabão, bacalhau – estejam na Covilhã nos primeiros dias do referido mês. Também para Tortosendo, e «como se trata de um centro industrial de grande importância e bastante populoso», «solicita ao Presidente da Federação Nacional dos Produtores do Trigo, que determine o envio de farinha de primeira, para firma de Tortosendo, que se destina ao abastecimento público, pois é enorme a escassez de farinha naquela freguesia.» «Sejam fornecidos à firma Viúva de Francisco Mendes da Costa, industrial de padaria, com sede em Tortosendo, 30 sacas de farinha tipo único e cinco de farinha».<sup>902</sup> Novamente em 7 de setembro de 1943, é pedido ao Presidente da Federação Nacional dos Industriais de Moagem, Lisboa, farinha para Tortosendo. O Presidente da Câmara manifesta uma vez mais a sua preocupação em relação a artigos de primeira necessidade»<sup>903</sup>, principalmente farinha, porque «daria o maior alarme a falta de pão.

A Comissão Reguladora informa o comandante da Polícia de Segurança Pública que «por contas correntes organizadas verifica-se que não houve nenhum industrial que entregasse toda a farinha correspondente ao cereal (farinado pelos moleiros) que lhe foi fornecido, alegando que o tinham vendido livremente porque os seus antigos clientes e outros ainda, que o tinham panificado para alimentação dos seus. Alega que as padeiras<sup>904</sup> venderam sempre pão (daqui proveniente) e que os industriais vendiam por todo o preço, o que explica o exagerado custo do referido ‘pão de padeira’. Que chegaram a 12 e 14 cada quilo, quando o preço estabelecido era de 2\$60.»<sup>905</sup> Surgem pedidos de autorização por parte das padeiras que inclui Henriqueta Frazão e Lucrecia da Trindade Carvalho, de Tortosendo, para compra de milho, moído no moinho da azenha do Dr. Francisco Garrett, na Quinta da Várzea, Unhais da Serra. Pede-se, igualmente, ao governador civil o fornecimento de farinha de centeio que «a capitação é já bastante diminuta».<sup>906</sup>

O presidente da Câmara lembra ao Grémio de Industriais de Panificação, Coimbra, uma vez mais o número de pessoas «rationais» na cidade 25 725; pão

---

<sup>901</sup> De 21.8.1943, AMC, *Corresp. Expedida* Ano de 1943 III

<sup>902</sup> Of. de 25.8.1943 ACMC, *Corresp. Expedida* Ano de 1943 III.

<sup>903</sup> ACMC, em ofício de 13.9.1943 dirigido ao presidente do Grémio dos Industriais de Panificação, Coimbra Câmara, *Livro de Corresp. Expedida*, 1943, Livro III.

<sup>904</sup> 7.5.1943 Pres Nacional dos produtos do Trigo, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1943 II

<sup>905</sup> 28.6.1944 AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1944 II.

<sup>906</sup> Of. de 4.10.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida* Ano de 1944 III.

necessário a casas de beneficência, hotéis, pensões 220 kg; capitação por dia 250 g.<sup>907</sup> Informa, ainda, o intendente geral que «o contingente de farinha seria insuficiente para manter o sistema de racionamento se a esta Comissão Reguladora não fossem destinadas certas quantidades de farinha em rama – milho, centeio e trigo. (...) Têm sido manipuladas pelos industriais do concelho, especialmente da cidade, incorporadas depois de passadas pelas peneiras a que a lei obriga, nas farinhas espodas ou fazendo delas o tipo aprovado de pão de rama».<sup>908</sup> A delegação Distrital da Intendência Geral de Abastecimentos informa:

«é obrigatório por parte dos estabelecimentos de mercearia de venda ao público, afixar num quadro e local bem visível, das quantidades mensais de géneros a que os consumidores têm direito e bem assim o custo de cada ração (...) que o não cumprimento desta determinação será considerado crime de açambarcamento e como tal punido».<sup>909</sup>

Para este e outros crimes, agravam-se as penas. E os autos levantados por crime de açambarcamento e especulação devem ser remetidos ao Tribunal Militar Especial.<sup>910</sup>

Em maio de 1945, termina a Guerra, mas vai demorar a repor-se a normalidade. Em junho seguinte, o presidente da Câmara informa o delegado concelhio da Intendência Geral de Abastecimentos que a comissão Reguladora do Comércio Local passou da sua alçada para a do Comandante da Polícia de Segurança Pública.<sup>911</sup> Em Tortosendo, já não são necessários os dois empregados para o movimento da junta de freguesia e Racionamento. Que este trabalho passa a ser feito na Intendência Geral da Covilhã e o restante serviço, pelo escrivão, Ernesto Ferreira Dias.<sup>912</sup> Segundo o *Notícias da Covilhã*, só porque acabou a guerra, não acabaram os problemas do racionamento. O pão continuará a ser vendido ao mesmo preço.<sup>913</sup> O mesmo jornal informa:

O Racionamento da Covilhã e seu concelho no que respeita a senhas, as que tinham «validade de um mês – para aquisição de açúcar, arroz, massa, sabão e azeite, são substituídas por cadernetas com validade para seis meses, custo de 2\$00. (...) No fim de agosto devem os racionados apresentar, nesta Delegação os seus cartões de

---

<sup>907</sup> 9.10.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*

Ano de 1944 III

<sup>908</sup> 25.11.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida* Ano de 1944 III. Continuam a aparecer pedidos de padarias por parte de povoações, como no caso do Casal da Serra; bem como de guias. O presidente da Junta da Freguesia dá a sua opinião.

<sup>909</sup> Em of. de 10.11.1944, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1944 III.

<sup>910</sup> Ata n.º 34 15.11.1944 Livro 66 13.10.1943 a 30.8.1944

<sup>911</sup> 1.236 26.6.1945, AMC, Câmara, *Corresp. Expedida*, Ano de 1945 II. Neste ano, já diminuiu significativamente a Correspondência relativa ao racionamento.

<sup>912</sup> Ata 46, 2.7.1945, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freguesia da Vila de Tortosendo*, de 31.10.1937 a 2.7.1951.

<sup>913</sup> 8.7.1945.

pão a fim de serem trocados e indicar as quantidades que de futuro desejem receber, de primeira e segunda qualidade.<sup>914</sup>

### 2.3. A questão do volfrâmio

No decorrer da 2.<sup>a</sup> Guerra, o volfrâmio valoriza-se muito, em virtude da sua importância no fabrico e reparação do material de guerra. Portugal era o maior extrator europeu e tanto vendia a britânicos, como a germânicos. João Paulo Avelã Nunes alvitra: Durante a Segunda Guerra Mundial verificou-se «a mais avassaladora das três corridas ao tungsténio (...) Garantiu-se (ou tolerou-se) aos países em conflito, aos empresários e “volframistas” portugueses uma efetiva liberdade de ação no terreno.»<sup>915</sup> Mas, segundo um testemunho, também «as populações do interior esgravataram em coutos mineiros, registados ou não»<sup>916</sup> para obter minério que, depois, vendiam de contrabando. «Parte da população passou a comprar e a vender as pedrinhas mágicas que rendiam fortunas e a participar no negócio sujo onde pontificavam ladrões e aventureiros ansiosos de enriquecer a todo o custo. Não faltando por cá, também, pobretões analfabetos a alardear riqueza, ostentando fatos, peles, calçado, canetas, tudo do melhor, mas nada a condizer com a pessoa, sim, a torná-la ridícula.»

Pela consulta de Atas e Correspondência da Câmara<sup>917</sup>, tomámos conhecimento do registo de um elevado número de minas no concelho da Covilhã, principalmente a partir de 1940. Este número aumenta substancialmente em 1941. Continua em 1942 e ao longo de 1943.<sup>918</sup> No que respeita a Tortosendo, com toda essa atividade, elaborámos um quadro.

---

<sup>914</sup> 29.7.1945.

<sup>915</sup> João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 264.

[http://books.google.pt/books?id=u\\_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs\\_toc\\_r&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=u_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false)

<sup>916</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 24, 1.º Trim., 1996.

<sup>917</sup> AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 54, de 15.1.1941 a 31.12.1941, Atas de 26.3.1941, 18.6.1941 e 3.12.1941; n.º 55, de 2.1.1942 a 28.10.1942, ata de 8.7.1942. *Liv. Corresp. Expedida*, 1946, II, of. n.º 2403 de 27.11.1946 (dirigido ao Dir. Geral das Minas e Serviços Geológicos de Lisboa).

<sup>918</sup> 118 Gov. civil Castelo Branco 22.1.1943, AMC, *Corresp. Expedida Ano de 1943* I. Ao longo deste ano, o *Notícias da Covilhã* publica muitos éditos de concessão para exploração de minas.

QUADRO 2.24. 2.ª GUERRA, REGISTO DE MINAS TORTOSENDO 1941-1942.

Minérios	Nº de minas	Lugares	Profissões dos exploradores
Volfrâmio e outros minerais	1	Sítio do Alto da Feira	
Volfrâmio, estanho e outros minerais	7	Sítio do Lobão	Médico (2)
		Sítio de S. Tiago	Industrial (1)
		Sítio da Ponte de S. Tiago	Empregado industrial (1)
		Quinta das Ferreiras	Guarda-livros (1)
Urânio, chumbo, prata e outros minerais	1	Sítio da Maldonada	Carteiro (1)
		Meia Légua	Serralheiro (4)
		Barrigais	Marchante (1)
Antimónio e chumbo prata e outros minerais	1	Desbranca	Taberneiro (1)
		Barroca ou Salgueiro	
		Sítio da Pissarra	
Prata e enxofre		Cabeço Gordo	

Fontes: AMC, Câmara, *Livro de Registo de minas*: Item 1943 e 3143, de 1939 a 1941,

Da análise deste quadro podem tirar-se as seguintes conclusões: as explorações recaíram sobre o volfrâmio; há dois lugares situados dentro do perímetro da vila (Sítio do Alto da Feira e Sítio do Lobão). Os restantes situam-se à volta da mesma.

Quanto às categorias socioprofissionais, do grupo dos doze exploradores, apenas um não pertence ao sector terciário: um serralheiro; os restantes onze abrangem: dois médicos, um industrial, um empregado industrial, um guarda-livros, um carteiro, um marchante, um taberneiro. As explorações não são feitas pelos proprietários das terras.

Por sua vez, no *Notícias da Covilhã*, continuam os expressivos retratos da sociedade, com caricaturas dos volframistas:<sup>919</sup>

A praça do Município, vulgo Pelourinho é a bolsa ou praça do comércio dos «volfrâmicos» de meia tigela. Quem por ali passe na parte da manhã e se demore um pouco na observação das manobras que os homens dos safões – figuras características e inconfundíveis da época – os corretores da bolsa, os comissários de transportes, em suma, os candongueiros do tempo se exibem e põem em cena chega a concluir que se está a perder um magnífico quadro de revista, que daria gargalhada farta num teatro do género.

José Ribeiro recorda um ato de compra, por parte de um encarregado alemão, em Tortosendo:

Um dia viu-se chegar um automóvel, rico, aerodinâmico, reluzente de cromados. Era esperado por elementos da *Legião* que respeitosa e abriam a porta e ajudaram a descer o condutor: o senhor Engenheiro Franz Hincker. Dirigiram-se de imediato para o café do Gervásio onde bebericavam em amena e ruidosa conversa. F. Hincker falou em alto tom da Grande Alemanha, da invencibilidade das suas tropas, descrevendo proezas da LuftWaff. Disse: - *Belo e épico espetáculo ver-se a Doca da Royal Albert, Victoria e Est Índia a sobrenadar em gigantesco mar de*

<sup>919</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.2.1942.



*chamas*». Os companheiros ouviam-no em silêncio de admiração. F. Hincker pediu informações de onde encontrar braços do desejado filão, que ele não olhava a preço. Prometeu vir mais vezes. E, de verdade, com frequência se viu o belo carro estacionado na Praça. Despediu-se, amavelmente, aprumou-se e saudou: *Hei Hitler!*<sup>920</sup>

Igualmente em Tortosendo, surgiram atividades complementares à exploração do minério. Em junho de 1943, é publicada no *Notícias da Covilhã*, Escritura de sociedade: «Sociedade Mineira da Argimela.»<sup>921</sup>, com sede em Tortosendo. No mês seguinte, surge no mesmo jornal, um edital a respeito da «Industrial Mineira de Valbom» que requereu licença «para instalar uma oficina de tratamento de minérios e fundição de estanho, incluída na 1.<sup>a</sup> classe, com os inconvenientes de fumo e emanção nocivas».<sup>922</sup>, no Sítio da Fonte Fria.

O setor mais afetado pela febre do «ouro preto» foi a agricultura o que já atrás se concretizou. Mas na opinião de João Paulo Avelãs Nunes, as condições alteraram-se a partir da primavera de 1941, em resultado de queixas de proprietários individuais, de Grémios da Lavoura e de Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Governos Civis e o Ministério da Economia passaram a ordenar com grande frequência e até meados de 1944, a suspensão da «lavra clandestina» em períodos de maior intensidade dos trabalhos agrícolas. [No entanto] «Abrangendo o território de um ou vários concelhos (...) essas medidas de exceção acabavam, no entanto, por implicar alguma aceitação tácita da mineração informal durante as “fases normais” de cada ano; por equivaler a uma confirmação da escala significativa atingida pela “corrida ao volfrâmio.”»<sup>923</sup>

Assim, em setembro, o governador civil envia uma circular com instruções reguladoras das atividades mineiras e, ainda, editais sobre o assunto<sup>924</sup> para serem afixados de modo a que não falem braços na agricultura. No entanto, prevê-se o boicote por parte de alguns dos intervenientes no processo:

---

<sup>920</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

<sup>921</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.6.1943.

<sup>922</sup> Confrontando a Norte com a Estrada Nacional n.º 52-2.a; Sul cm propriedade do Dr. António Afonso; Este com propriedade do Dr. António Saraiva Costa; Oeste com propriedade de José Laço Pinto. *Notícias da Covilhã*, 4.7.1943. Esta empresa mineira pedira licença à Câmara para construir um muro de vedação, no sítio da Fonte Fria, já no ano anterior. Ata n.º 42, 21.10.1942, ACMC, *Livro 55 Atas das Sessões*, 2 de janeiro de 1942 a 28 de outubro de 1942.

<sup>923</sup> João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 261-p.269  
[http://books.google.pt/books?id=u\\_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs\\_toc\\_r&cad=3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=u_x0vx6eWfsC&pg=PA259&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false)

<sup>924</sup> Ata n.º 25 17.9.1941 AMC, Circular do governador civil de Castelo Branco, ACMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal*, n.º 54, 15.1.1941 a 31.12.1941.

Alguns concessionários registados e a quase totalidade dos candongueiros, tentarão para todos os meios que o frutuoso negócio não tenha interrupção, os «apanhistas» com a mira de grandes ganhos que infelizmente em nada lhes aproveita se não para adquirirem hábitos que não podem manter e vícios de que só tarde e muito dificilmente se emendarão, levantarão possivelmente escusadas e inúteis dificuldades.<sup>925</sup>

Em novembro de 1941, o governador civil assume a gravidade da situação. «Por desgraça, estes aflitivos e conturbados tempos não dão a quem alguma responsabilidade lhe pesa, tempo para doutra coisa cuidar senão do pão-nosso de cada dia indispensável à vida e de evitar, na medida do possível e no meio da mais tremenda anarquia, que a loucura proveniente da súbita malbaratada riqueza do “ouro negro”, arrasta até ao crime, as nossas dementadas populações rurais.»<sup>926</sup> Deve, no entanto, referir-se que o presidente da Câmara contava com o imposto de minas para a gestão da edilidade.

Em julho de 1943, por exemplo, com este estado de coisas, receia-se que os assalariados rurais se deixem «iludir pelas frequentes ilusões do volfrâmio, que tanto mal moral e social está causando à nova gente» e abandonem as fainas agrícolas ou, ainda, que os jornaleiros peçam salários demasiado elevados. Pelo que se sugere que se estabeleçam tabelas que «devem dar o mínimo exigido para a normal vida do trabalho do campo».<sup>927</sup>

No mês seguinte, o presidente da Câmara pede ao governador civil de Castelo Branco que, em virtude da escassez de mão-de-obra agrícola absorvida pelas explorações mineiras, já do seu conhecimento, «se digne determinar a paralisação desde 10 de setembro a 10 de outubro próximos, concelhos Covilhã e Belmonte, data em que se efetivam as vindimas nesta região»<sup>928</sup> No entanto, transparece que o presidente da Câmara contava com o imposto de minas para a gestão da edilidade.

Em meados de 1944, os aliados, por intermédio do Governo inglês, iniciam os pedidos a Salazar para que suspenda os fornecimentos à Alemanha. Perante tal pedido, Salazar decide suspender a exportação tanto para a Alemanha, como para os países aliados. Desta forma, «caía o valor do minério e caía o mito para quantos se deixaram absorver por uma quimera que não criam espontânea. Regressaram ao cultivo da terra, à rabiça do arado talvez mais pobres que antes»<sup>929</sup>. Demora a terminar a candonga, pois

---

<sup>925</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.11.1941.

<sup>926</sup> Of. do governador civil para o subsecretário de Estado da Assistência Social. 19.11.1941, Fundo GCCTB *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Ministérios e Autoridades fora do distrito*, 2ª Secção, 1940-42, Pasta 09, Cx. 133.

<sup>927</sup> *Notícias da Covilhã*, 11 de julho de 1943.

<sup>928</sup> 23.8.1943, AMC, *Corresp. expedida Ano de 1943 III*.

<sup>929</sup> Victor Luís Eleutério, «Como Portugal viveu a quimera do volfrâmio», *Visão* (data desconhecida).

em 8 de setembro são pedidas informações acerca da apreensão de minério a um indivíduo do Barco.<sup>930</sup>

A movimentação à volta do volfrâmio é a sede de riqueza, de uma riqueza fácil dentro de portas. De fácil que foi não deu para proveito futuro.

## 2.4 Efeitos da Guerra na indústria de lanifícios

Do mesmo modo, também na indústria de lanifícios começaram a notar-se os efeitos da Guerra. Logo no início do conflito, por certo para evitar açambarcamentos ou mercado negro, à semelhança do que se passava com os produtos agrícolas, «os produtores de lã são obrigados a manifestar, perante a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, as quantidades de lã em bruto, que tiverem em seu poder, e qualidade e lugar onde estão depositadas.» Apesar disso, logo em dezembro de 1939, há queixas de que desapareceram no mercado as matérias-primas, especialmente, fios penteados.<sup>931</sup> Por isso em maio do ano seguinte, defende-se que «os lavradores merecem que o governo tome as medidas necessárias para defender as lãs nacionais da concorrência das estrangeiras à semelhança do que faz à indústria de lanifícios.»<sup>932</sup> «Parecem ser ouvidos, pois surge a informação de que o comércio das lãs vai ser regulado» e que a importação pode, em certos casos ser feita pela Federação Nacional dos industriais de lanifícios.<sup>933</sup>

Já em 1943, ao mesmo tempo que na Assembleia Nacional, um deputado salientou a grave situação da indústria de lanifícios<sup>934</sup>, na eminência de encerrar as suas fábricas, devido à falta de lãs, o industrial P.e Alfredo Marques, de «A Penteadora», de Unhais da Serra, defende na imprensa: «Se as lãs nacionais não bastam para atender normalmente as necessidades da indústria, procure-se negociar a importação de lãs estrangeiras, o que não parece de todo impossível.»<sup>935</sup> Mas a situação da indústria de lanifícios agrava-se, porque, «por motivos, certamente imperiosos, dos dirigentes da Nação, foi proibida a importação de lã estrangeira que sempre supriu as deficiências da

---

<sup>930</sup> Of. 1905 de 8.9.1945, do secretário do Tribunal Militar Especial de Lisboa ao comandante Polícia Segurança de Pública Covilhã, APMC, *Corresp. expedida Ano de 1945 III*.

<sup>931</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.12.1939.

<sup>932</sup> *Notícias da Covilhã*, 12.5.1940.

<sup>933</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.6.1940.

<sup>934</sup> Entretanto, em 1942, a Câmara chamara a atenção para a «extraordinária falta de gasolina neste concelho, o que ocasiona sérias dificuldades à indústria local, vendo-se mesmo algumas fábricas na contingência de encerrarem os seus postos de trabalho (...) Pede, por isso, permissão «para a transferência da Guarda para a Covilhã de 2000 l de gasolina, a cargo da Polícia de Segurança Pública». Of. 10.7.1942, dirigido ao Eng. Chefe dos Serviços do Racionamento do Instituto Português dos Combustíveis AMC, Câmara, *Copiador* de 1942.

<sup>935</sup> *Notícias da Covilhã*, 4.4.1943.

produção nacional».<sup>936</sup> No *Notícias da Covilhã*, lembra-se: «E, tal como já havíamos alvitado, o comércio negro é uma realidade», (...) «não há possibilidades de solucionar o problema das lãs, enquanto não exterminarem dando-lhe caça eficaz, essa quadrilha de gangsters que atua no mercado negro».<sup>937</sup> Não obstante, o bloqueio, a existência de algumas matérias – primas em Portugal (caso do volfrâmio) e a forte procura externa de alguns produtos industriais, como têxteis e vestuário, num ambiente de neutralidade e contrabando, criaram um incentivo adicional a certas atividades, além de meios financeiros, provenientes de uma balança de pagamentos, e mesmo comercial (entre 1941 e 1943), positiva.<sup>938</sup>

Com as restrições do mercado externo, alargou-se o mercado interno. O industrial Ferreira Dias afirmou a esse respeito: «A guerra, esse monstro de que falava Vieira, tem sido minha aliada nesta campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria.»<sup>939</sup> Ferreira de Castro diz o seguinte:

Há muito tempo já que, mercê da guerra, as fábricas trabalhavam intensamente. Tudo quanto se tecia se vendia e os industriais andavam contentes do seu destino, comprando quintas e barras de ouro e projetando novas ampliações fabris. Capitalistas com dinheiro morto nos bancos sonhavam tornar-se industriais também, pois os lanifícios haviam produzido tão grandes fortunas.<sup>940</sup>

Mesmo no final da Guerra, em março de 1945, é publicada a Lei n.º 2 005, do Fomento e Reorganização Industrial, também conhecida por Plano de Ressurgimento da Indústria Portuguesa, de grande importância pelos aspetos que defendia. «Manifesta-se claramente contra a especialização, sobretudo se significasse ruralização do país; contra a modéstia da pequena dimensão e do trabalho caseiro» e contra a «proteção pautal excessiva, geradora de insuficiência da produção interna»<sup>941</sup>. (...) Num momento em que está em equação, com tão grande acuidade, o importantíssimo problema da reorganização industrial o subsecretário do Estado do Comércio e Indústria visitou a Covilhã e «observou com atenção e cuidado, qual a vida industrial desta terra (...) que não pode deixar de resultar a bem desta terra...»<sup>942</sup>

---

<sup>936</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.5.1943.

<sup>937</sup> *Ibidem*, 8.8.1943.

<sup>938</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 319.

<sup>939</sup> Padre António Vieira, cit. por José Maria Brandão de Brito, «Da ditadura financeira...», *op. cit.*, p. 535.

<sup>940</sup> Ferreira de Castro, *op. cit.*, p.132.

<sup>941</sup> José Maria Brandão de Brito, «Da ditadura financeira...», *op. cit.*, p. 537.

<sup>942</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.7.1945.

A Guerra foi «aliada» da indústria dos lanifícios de Tortosendo. Desde que os industriais tivessem matérias-primas em stock, podia produzir sem restrições, porque havia facilidade para se colocarem os tecidos, mesmo que sobrevalorizados. Um operário da época atestou esta opinião:

Quando foi nos anos quarenta, pois... no tempo da [Segunda] Guerra, foi nessa é que houve uma grande crise. Mas aqui no Moura Batista, aproveitou-se das lãs estrangeiras, tinha tudo arrematado. Esteve muito tempo a trabalhar. Havia aí muito tear a trabalhar para ele. Aí é que ele ganhou a fortuna. Não havia era trabalho. Havia para quatro dias, outra vez três dias.

A Sociedade [de Fabricantes] também era uma Fábrica «alta».<sup>943</sup>, afirmou o mesmo operário.

Pessoa da nossa família contou-nos que, muitos anos mais tarde, quando havia dificuldades de colocar a produção, o patrão dizia: «Bons tempos foram os da guerra... Vendia-se tudo em Lisboa, até m.... !!!»

Temos conhecimento que, pelo menos, duas unidades fabris modernizaram os seus equipamentos. Assim, em agosto de 1942, a Sociedade de Fabricantes, Lda. é autorizada a substituir em Santo Cristo, Tortosendo, 18 teares manuais, por 6 teares mecânicos.<sup>944</sup> Em outubro do mesmo ano, a firma Pereira de Matos & Filho, Lda. pediu para ser autorizada a laborar com dois tratores mecânicos, lisos, com pentes máximos de 1,15 e 1,23 para «fiação e tecelagem de lãs» e uma caixa de lançadeira de cada lado, oito perchadas na sua tecelagem, sita no Largo do Forno (pensamos que seja Torno), Tortosendo, Covilhã.<sup>945</sup>

Do mesmo modo três delas, ampliaram as suas instalações, prova cabal de que o volume de trabalho havia aumentado.

**CLÁUDIO REBORDÃO**



**SOCIEDADE DE FABRICANTES, LDA.**



<sup>943</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «João Rebelo: operário», *Boletim da LAT*, n.º 44, 4.º Trim. 2002.

<sup>944</sup> *Notícias da Covilhã*, 30.8.1942 *Do Diário do Governo* Economia.

<sup>945</sup> *Ibidem*, 11.10.1942

**QUADRO2.25 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS FABRIS DE LANIFÍCIOS EM TORTOSENDO-  
SEGUNDA GUERRA**

Data	Firma	Construção	Ampliação	Local
1945	J. Rodrigues & Sobrinho		Construção de duas placas de cimento no edifício	Sítio Cabecinho e Lobão.
1945	Sociedade de Fabricantes, Lda.	Agregado de edifícios fabris		Largo do Calvário
1945	Cláudio Rebordão	X e arranjar		Largo da Feira

Fontes: AMC, Atas: 17.1.1945; 2.5.1945; 5.9.1945, respetivamente.

A produção aumentou durante a Guerra (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>), mas os benefícios gerados não se converteram na «necessária modernização das anquilosadas estruturas produtivas».<sup>946</sup>

<sup>946</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 321.

### 3. TORTOSENDO NO PÓS-GUERRA: ABERTURA DA ECONOMIA - 1946 – 1974

Para José Maria Brandão de Brito, «a Segunda Guerra Mundial, transformou-se num elemento decisivo para desbloquear os entraves que ainda se opunham à ideia de industrialização.»<sup>947</sup> Embora com algumas dificuldades, o Governo acaba por aceitar a ajuda americana, através do «Plano Marshall», e aderir à EFTA, de cujas consequências falaremos adianta ao tratar da indústria.

A nível local, trataremos dos aspetos mais relevantes do comércio e agricultura, bem como iremos referir duas iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e da própria região: a primeira foi a criação, em 1966, do Grupo de Trabalho para o Planeamento da Cova da Beira e a segunda foi a realização, em 1970, de um Colóquio sobre Desenvolvimento Socioeconómico da zona da Cova da Beira.

#### 3.1 Agricultura

Neste período, a atividade agrícola de Tortosendo está bem patente, num episódio de sementeira de batata, em que se pede a intervenção da Guarda Republicana. Assim, em finais de abril de 1946, o presidente da Câmara Municipal da Covilhã solicita ao comandante geral daquela Guarda o seguinte:

Manutenção, em Tortosendo «da pequena força que ali está presentemente instalada, pela sua importância sob o aspeto fabril e rural», porque passou por «um período de intranquilidade grande e porque semeando-se nos campos de Tortosendo muitos milhares de arrobas de batatas, estas, depois de semeadas, são arrancadas e furtadas de noite, com grave prejuízo da lavoura que constantemente reclama o policiamento daquela zona rural.»<sup>948</sup>

Em setembro, diz-se que a colheita, no concelho foi muito fraca, também porque alguns nem sequer a que semearam. Para Portugal veio batata da Dinamarca.<sup>949</sup>

Em 1953, o presidente da Junta de Freguesia, Rui Videira, em declarações ao *Jornal do Fundão*, refere a importância de Tortosendo, sob o ponto de vista agrícola:

Do concelho da Covilhã a que pertence, Tortosendo é fora de dúvida, a terra de maior importância. Mercê principalmente da evolução da sua indústria dos lanifícios, o meio atingiu uma posição deveras notória. A sua população também tem aumentado consideravelmente, e o comércio e a agricultura consequentemente vêm, de igual modo, evidenciando grandes progressos.<sup>950</sup>

---

<sup>947</sup> José Maria Brandão de Brito, «Política económica» in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 766.

<sup>948</sup> Exposição do presidente da Câmara para o governador civil, 26.2.1946, ACMC, Câmara Municipal *Corresp. Expedida*, 1946 I.

<sup>949</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.9.1946.

<sup>950</sup> *Jornal do Fundão*, 29.3.1953.

A maquinaria agrícola, que aqui começou a surgir com alguma notoriedade ao longo da década de 60, isto é, precisamente durante o período de intensificação das migrações pendulares locais, desempenha um papel de certa importância na manutenção dos equilíbrios económicos exigidos por este sistema de agricultura. Certos esquemas de empréstimo ou, frequentemente, de aluguer de máquinas, como: a malhadeira.

Na sessão da Junta de Freguesia de 2 de junho de 1952, são estipuladas as condições para o cultivo dos baldios: contrato anual, pagamento de um alqueire de centeio ou o valor correspondente em dinheiro, ao preço que estiver no mês de Maio, por cada jeira de terreno a pagar no mês setembro; licença anual para os gados pastarem nos terrenos baldios, cada rebanho de cabras ou ovelhas, 50\$00 anuais.<sup>951</sup>

No Povo (centro de Tortosendo), conhecemos duas cabradas: a de Apolinário Miguel e a do Sona, que pernoitavam, respetivamente, a primeira numa loja ao Cimo da Feira, por baixo de uma casa de residência, e a outra no Canto do Silva, Rua Nova dos Olivais.

Artur Mateus Miguel, filho de Apolinário Miguel que teve a sua cabrada até 1967, testemunhou:

Todas as manhãs, todo o ano, [as cabras] iam ao mato, aos baldios, da zona do Parque de Manutenção, zona da Salgueira, por cima do Externato e junto do leito do ribeiro de Santiago, do Ribeiro Grande e do Ribeiro Negro. Quando vinha o estio e princípio do outono, tinha terrenos arrendados e semeava milho basto quando escasseava. Arrendava lameiros à Casa Garrett e Batistas, no Ribeiro Grande e noutros terrenos, à revelia dos donos; metia papéis nos chocalhos para não fazerem barulho. Mas de vez em quando, tinha coimas.

Vendia o estrume a agricultores. Vendia cargas de carque(i)já e de mato para certos clientes; tinha um burro para os carregar.

Vendíamos diretamente o leite, na altura da primavera, e com os sobejos, fazia-se queijos. Guardava-as nas Machedes e depois na quinta, acima da Fábrica do diretamente, mas não chegavam prás encomendas. De modo a ter fertilidade pelo Natal e pela Páscoa, o meu pai colocava uma proteção de cabedal na parte lombal inferior e atada por cima, para evitar a cobrição, fora das épocas desejadas. Também operava as cabras às cataratas.<sup>952</sup>

A venda do leite de cabra sofreu grande abalo com a febre de malta, transmitida aos humanos através desse leite, cujas consequências referimos no Capítulo Saúde e Assistência

Cabe no entanto destacar-se o valor em que era tida a carne de cabrito e que tem continuado a ter, até hoje. A carne de cabrito, não só, integra os pratos regionais como pode considerar-se um dos mais apreciados.

---

<sup>951</sup> *Livro de Atas da Junta de Freguesia do Tortosendo*, de 15.7.1951 a 26.12.1957.

<sup>952</sup> Testemunho de Artur Mateus Miguel, concedido em 10 de maio de 2011, 60 anos de idade.



Um dos poucos estudos comparados, o de Baklanoff, indica como «em finais dos anos 50 (do século passado), Espanha e Portugal compartilhavam certas características comuns às nações menos desenvolvidas, semiindustrializadas da Europa mediterrânica e de América Latina: a *renda per capita* relativamente baixa, uma reduzida produtividade do trabalho, um predomínio de trabalhadores sem especialização, uma grande parte da população ativa dedicada à agricultura e a outras atividades primárias e um atraso tecnológico semelhante. O sistema de posse da terra era anacrónico; propriedades muito grandes coexistiam com cultivos agrícolas em parcelas diminutas e fragmentadas.<sup>953</sup> Pelas características já apontadas, Tortosendo bem podia integrar-se neste grupo.

Em 1966, constituiu-se o Grupo de Trabalho para o Planeamento da Cova da Beira, sob a direção do presidente da Câmara da Covilhã, Vicente Borges Terenas, e a que vieram a aderir os concelhos do Fundão, Belmonte e Manteigas.<sup>954</sup> Foi decisiva a atuação do Grupo de Trabalho no que concerne ao aproveitamento agrícola de toda a zona, através do Plano de Regadio e da construção do Complexo Agroindustrial da Cova da Beira, que veio a ser inaugurado, em 1971.<sup>955</sup> Mais tarde, no âmbito da Comissão de Planeamento da Região Centro, foram abrangidos, para além da agricultura, outros importantes domínios de desenvolvimento global, como desde o início era intenção do Grupo, concretamente, a indústria, o ensino e as vias de comunicação.

Pela altura da criação do Grupo de Trabalho, a agricultura da Cova da Beira envereda pela fruticultura, graças a um programa criado pelo Governo, que na zona era da responsabilidade dos Serviços Agrícolas, com sede no Fundão. Em 1968, técnicos destes Serviços visitaram os agricultores interessados. José Fidalgo, o eng. técnico agrícola que, posteriormente, veio dirigir a agricultura da Casa Garrett, atestou o seguinte:

O mínimo necessário era um hectare [de terra] e o Governo dava as árvores. Nós fazíamos a marcação, a plantação, fazíamos cursos de podadores e outros apoios. Entretanto, a Casa Garrett já iniciara a plantação de «pomares de macieiras, cerca de 20 hectares, nas baixas do Rio e junto à passagem de nível, com a orientação de um engenheiro de Alcobaça, em terrenos onde antes se cultivava milho, centeio,

---

<sup>953</sup> Eloy Fernández Clemente, «Problemas y ritmos de la modernización económica peninsular en el siglo XX», in Número 37 (2000) Dossier Portugal y España contemporáneos, Hipólito de la Torre Gómez, ed. *Introducción. Unidad y dualismo peninsular: el papel del factor externo*, p. 201.

[http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer37\\_PortugalEspanaContemporaneos\\_delaTorre.pdf](http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer37_PortugalEspanaContemporaneos_delaTorre.pdf)

Acedido em 29.5.2014

<sup>954</sup> *Jornal do Fundão*, 19.6.1966.

<sup>955</sup> *Jornal do Fundão*, 19.6.1966.

trigo, batatas, em quantidade, que eram vendidos a armazenistas. Ou pasto p'rás ovelhas, durante o tempo do inverno.<sup>956</sup>

Muitos agricultores aderiram e plantaram pomares de macieiras, de pereiras, pessegueiros e cerejeiras e o aspeto dos campos cultivados veio a alterar-se profundamente. Surgiu, em consequência, a necessidade de se comercializar a fruta e, para dar resposta, criaram-se cooperativas. Em 1969, a Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira submete «à superior aprovação» o anteprojecto respeitante à construção da sua estação fruteira<sup>957</sup> e, em 1971, foi inaugurado o Complexo Agropecuário da Cova da Beira,<sup>958</sup> na Ponte Pedrinha, Tortosendo, para o armazenamento, prevendo-se já nesta data inclusão de unidades de transformação de produtos, de um matadouro industrial, para além da ampliação da área para armazenamento.<sup>959</sup>

Em 1970, integrado nas comemorações do primeiro centenário da Covilhã a Cidade, teve lugar um Colóquio sobre Desenvolvimento Socioeconómico da Cova da Beira, que ocorreu entre 28 de setembro e 3 de outubro.<sup>960</sup> Com estas realizações pretendia-se contribuir para o desenvolvimento da cidade e da própria região, tendo sido incluída também a agricultura. Em fevereiro de 1971, começam a verificar-se os resultados desse colóquio e o Grupo de Trabalho empenha-se, principalmente, no sentido de vir a integrar-se na Comissão de Planeamento da Região Centro, presidida pelo eng. Manuel Augusto Engrácia Carrilho.<sup>961</sup> Finalmente, o Grupo de Trabalho reuniu em Coimbra com a Comissão de Planeamento da Zona Centro.<sup>962</sup>

Em abril de 1973, Mota Campos, ministro de Estado, anuncia, para além da criação de um Parque Industrial, na Covilhã, a valorização agrícola e de comunicações da Cova da Beira. Em seu entender desenvolve-se «um grande esforço a favor da agricultura, a nível nacional, tanto no que respeita a criação de poderosas infraestruturas

---

<sup>956</sup> José Fidalgo, Engenheiro técnico agrícola, Depoimento oral, Tortosendo, 11.1.2008.

<sup>957</sup> Ata n.º 17 3.9.1969 Livro n.º 117 de 6.8.191969 a 31.12.1969

<sup>958</sup> *Jornal do Fundão*, 31.10.1971.

<sup>959</sup> Ata n.º 1 2.1.1972 Livro n.º 122 de 6.5.1971 a 22.9.1971.

<sup>960</sup> Nas sessões plenárias estiveram presentes governantes responsáveis pelos vários sectores económicos do País e, nas sessões de trabalho, diretores gerais e técnicos altamente qualificados de vários departamentos e Serviços do Estado. Ata n.º 1 2.1.1972 Livro n.º 124 de 3.12.1971 a 9.2.1972.

<sup>961</sup> Este responsável expressa o veemente desejo de colaborar com a Câmara. Livro n.º 121 de 7.1.1971 a 6.5.1971 Segue-se a realização de uma Reunião do Grupo de Trabalho do Planeamento da Cova da Beira com a assistência do presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, do governador civil, deputados pelo Círculo de Castelo Branco e outras individualidades, com o propósito da integração do grupo acima referido, na Região Centro. Ata n.º 5 6.5.1971, Livro n.º 122 de 6.5.1971 a 22.9.1971.

<sup>962</sup> Ata n.º 21 21.10.1971, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 122 de 6.5.71 a 22.9.71.

que a sirvam (...valorização do Nordeste, da Cova da Beira...), como nos domínios do ensino agrícola e da formação profissional; tanto no que respeita à instituição de eficaz sistema de segurança social, como no tocante à melhoria geral das condições de vida nos meios rurais. Avançar com os projetos de equipamento hidroagrícola e de valorização agroindustrial. Também novas rodovias.»<sup>963</sup> Apesar de todo o esforço feito, embora o processo de desenvolvimento da indústria tenha sido lento, a agricultura não o acompanhou. Saía, assim, gorada a complementaridade entre os dois setores, sempre defendida ao longo de todo o período do Estado Novo.

### **3.2 Comércio**

Apesar de todas as medidas tomadas, em 1946, o país continua a confrontar-se com muitas dificuldades. Num longo ofício de finais de fevereiro, o presidente da Câmara faz eco das vozes do Grémio do Comércio, dos representantes dos Sindicatos da Indústria de Lanifícios, da Construção Civil e dos Empregados do Comércio. E «informa do que se passa» e que também «reputa de grave»: não se conseguiram estabilizar os preços «A vida sobe! O custo de vida atingiu proporções astronómicas. Mesmo o preço da batata.»<sup>964</sup>, não é possível à população comprar o suficiente para a sua sustentação, os géneros são manifestamente insuficientes, sendo de destacar que «o pão vai sofrer restrições» e a possibilidade de alguns («aqueles que têm dinheiro») poderem recorrer ao mercado negro. Para adoçar a boca dos portugueses, «a ração de açúcar é aumentada no corrente mês», a título excepcional, devido às festas da Páscoa<sup>965</sup>, embora ainda não haja pão fresco todos os dias. O mercado negro<sup>966</sup> continua, mas, uma vez mais, aconselham-se os consumidores a que não sejam coniventes com tais procedimentos. Baixa, pelo menos, a gasolina e fica suspenso o racionamento deste produto. No final do ano, embora seja referido, «o cansaço da excessiva intervenção do Estado», não se criam grandes expectativas e, em 1947, prevê-se a situação de normalização alimentar só para 1950. Entretanto, torna-se livre o comércio do bacalhau,

#### **3.2.1 Novos estabelecimentos comerciais**

Também aqui, neste aspeto a atividade comercial revelou um notável incremento a partir de meados da década de 50. Surgiram muitos estabelecimentos comerciais

---

<sup>963</sup> *Notícias da Covilhã*, 28.4.1973.

<sup>964</sup> *Ibidem*, 13.01.1946

<sup>965</sup> *Ibidem*, 14.4.1946.

<sup>966</sup> *Ibidem*, 3.10.1946.

especializados de variados ramos e já com um certo nível, procurando dar resposta às necessidades da população.

**QUADRO 2.26 NOVOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (1945-1974)**

Data	Tipo de atividade	Proprietário	Localização
1950	Pensão. Ata n.º 2 25.1.1950 <sup>967</sup> 1	António Xavier Matias	Praça Almeida Garrett
1951	Artigos elétricos 2	Demétrio Loriga	Na Av Garrett, 48, 50
1954	A Moda 3	Maria Berta Ribeiro	Rua Direita
1955	Armazém de Lanifícios 4	Simões e Batistas	Av. Viriato
1957	Cabeleireiro senhoras <sup>968</sup> 5	Augusto Ferreira Lourenço	Avenida Viriato, 82-2.º
1957	Cabeleireiro senhoras <sup>969</sup> 6	José Gabriel	Rua D. Rosália, 51. <sup>970</sup>
1957	Mercearia 7	Manuel Gonçalves	Calçada das Pontes
1959	Armazém de lanifícios 8	Manuel Ramos Mateus	Rua da Amoreira
1959	Gráfica de Tortosendo 9	Francisco Silva Batista	Rua Nova dos Olivais
1959	Representações Telfriauto, L.da Agente na região automóveis Volvo e sub agente da Simca e eletrodomésticos. 10		Av. Viriato
1959	Venda de tabaco, revistas e bijouterias. 11	Francisco Pereira de Matos	Rua Direita
1959	Drogaria <sup>971</sup> 12	António Macedo Bonifácio Serra	Praça Almeida Garrett, 2 <sup>972</sup>
1961	Artigos de moda 13	José M. Craveiro, João José Bidarra Felizol e Aníbal Plácido.	
1963	Foto Silva <sup>973</sup> 14	Sílvio da Silva Mendes	Rua Direita
1965	Depósito de pão <sup>974</sup> 15	José Baptista Ferreira	
1966	Vestuário e acessórios 16	Pessoa & Silva, Lda	Av. Viriato
1966	Fios e venda de máquinas p/ tricotar 17	Pessoa & Silva Lda.	
1966	Confeitaria e pastelaria 18	António Simões Ramos	Largo da Amoreira
1968	Produtos fitofarmacêuticos <sup>975</sup> 19	José de Sousa Morão & C <sup>a</sup> (Casa Sousa)	Av. Viriato. <sup>976</sup>
1969	Depósito de pão <sup>977</sup> 20	Abílio Pereira Pires	
1969	Papelaria <sup>978</sup> 21	José Amaro Mendes	
1970	Depósito de pão <sup>979</sup> 22	Panificadora Central de Tortosendo	Av. Garrett e Av. Viriato
1970	Salão de Cabeleireira <sup>980</sup> 23	Evangelina Teixeira	
1971	Auto Representações Ideal de Tortosendo (Stand) 24	Júlio Dinis, José Ramos do Nascimento e Ramiro Dias	Av. Viriato

<sup>967</sup> Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã, n.º 66 4 de janeiro de 1950 a 6 de setembro de 1950

<sup>968</sup> Livro xxx pede a concessão de um alvará sanitário

<sup>969</sup> Idem

<sup>970</sup> Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã, n.º 83 8.1.1957 a 14.5.1957.

<sup>971</sup> Ata n.º 21 15.9.1959 pede alvará sanitário.

<sup>972</sup> Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã, n.º 89 de 24/2/59 a 30/6/59

<sup>973</sup> Ata n.º 17, 3.7.1963.

<sup>974</sup> 21.5.1965.

<sup>975</sup> Ata n.º 8 21.3.1968 Pedido de alvará.

<sup>976</sup> Livro n.º 112 de 20.12.1967 a 17.4.1968.

<sup>977</sup> 3.12.1969.

<sup>978</sup> Boletim da LAT, n.º 70, 1.º Trim., 2010.

<sup>979</sup> 1.4.1970.

<sup>980</sup> 19.6.1970.

		Batista	
1971	Relojoaria 25	Alexandre Madeira	Praça Almeida Garrett
1971	Mercearia <sup>981</sup> 26	João Bernardo	Rua Nova dos Olivais. <sup>982</sup>
1973	Mercearia <sup>983</sup> 27	Panificadora Central de Tortosendo	
1973	Mercearia <sup>984</sup> 28	José Ferreira Gil Duarte	
1974	Confeitaria <sup>985</sup> 29	José Ferreira Gil Duarte	
1974	Salão de Cabeleireira 30	M <sup>a</sup> Fernanda Mingote Mouco Fonseca	

Fonte: *Jornal do Fundão*: 2-27.5.1951; 4, 3.7.1955; 8- 1.3.1959; 9- 2.4.1959; 10- 19.4.1959; 11- Idem; 16, 20.2.1966; 24- 27.6.1971; 25- Idem; *Notícias da Covilhã* 3, 20.11.1954; 7, 23.11.1957; 13- 29.7.1961; 17- 5.3.1966; 18- 23.6.1966.

Este quadro expressa o desenvolvimento de Tortosendo no pós-Guerra, em especial na década de 60 e nos anos de 70 que precederam o 25 de abril de 1974.

Na década de 50, surgem: mais um talho<sup>986</sup>; um café<sup>987</sup> e uma cervejaria<sup>988</sup>; mais três barbearias<sup>989</sup>, cujos proprietários devem ter procedido neste momento à sua legalização; outro tanto nos parece que tenha acontecido com a pensão Central. De referir que surgiram estabelecimentos, como mercearias ou depósitos de pão, em locais um pouco mais afastados do centro.

De novo, surgiram: uma loja de artigos elétricos cujo proprietário era um profissional muito conhecedor da sua arte; uma loja de «moda» com venda de tecidos e acessórios para vestuário, roupas interiores, roupa para o lar; dois armazéns de lanifícios de venda a retalho e, pelo menos no caso de um deles, é do nosso conhecimento que tinha vendedores que visitavam lojas de modas, alfaiatarias da capital e, mais tarde, do Porto; uma mercearia, com produtos mais selecionados, para um público mais exigente, um misto de mercearia e confeitaria; dois cabeleireiros, tivemos conhecimento apenas do segundo, até aí tinha de recorrer-se a profissionais da Covilhã e Fundão. Uma gráfica, um nicho de negócio que já se justificava em virtude de toda a atividade industrial e comercial de Tortosendo; pelo final da década, um estabelecimento de representações de marcas de automóveis e venda de eletro-domésticos; também uma droguaria e um pequeno estabelecimento para venda de tabaco, revistas e bijuteria. Estes

<sup>981</sup> Ata n.º 25 15.12.1971.

<sup>982</sup> *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 124 de 3.12.1971 a 9.2.1972

<sup>983</sup> 16.4.1973

<sup>984</sup> 1.10.1973

<sup>985</sup> 24.1.1974

<sup>986</sup> João de Matos Calado Ata n.º 5, 15.3.1950

<sup>987</sup> 12.8.1950 António Gonçalves Júnior, Pinheiros Mansos.

<sup>988</sup> Não são muito notórias as diferenças entre estes dois estabelecimentos. O que acontecia, por certo, em comum, era a venda de vinho a copo. Apolinário Mendes de Oliveira, Ata n.º 5 21.2.1956, Av. Viriato, João Calado Madeira, 16.5.1961, Bairro do Cabeço

<sup>989</sup> Álvaro Mariano Gomes, Alípio da Cruz da Paula, Joaquim Dias Antunes. AMC, Atas da Câmara de 19.1.1957, 23.1.1957 e 5.2.1957.

estabelecimentos contribuíram para dar um *facies* mais moderno a Tortosendo, como que uma maquilhagem, já que aspetos fundamentais como a habitação não se alteraram.

Alguns deles foram instalados na Avenida Viriato onde vieram juntar-se a diversos serviços e firmas: agência bancária, farmácia, clubes, tabernas, animando-se assim, a artéria principal da povoação. Como o aumento foi significativo, as novas lojas chegaram igualmente à Praça Almeida Garrett ou em ruas muito próximas desta praça.

Estes estabelecimentos respondiam às mais diversas necessidades: roupa, mercearia, perfumaria e drogaria, materiais de construção, armazéns de lanifícios, artigos elétricos, uma gráfica, dois stand auto, fotógrafo, fios e venda de máquinas para tricotar, confeitaria e pastelaria etc.. Não pode deixar de se associar a um maior poder de compra por parte da população.

### 3.2.2 Feiras

Dentro da atividade comercial, as feiras continuam a merecer o interesse de Tortosendo. Em fevereiro de 1947, a Câmara, perante um pedido da Junta de Freguesia de Tortosendo, deliberou fazer a mudança da feira que se realiza no último domingo de maio para 29 de junho, «considerando que a Junta de Freguesia e o comércio daquela vila solicitam a mudança referida e ainda que não existe no concelho na época indicada qualquer outra feira». <sup>990</sup>

Em 1953, recorda-se no *Jornal do Fundão* que «a feira de S. Miguel «é fértil em fazendas, calçado, cereais, nozes, cebolas, gado cavalari e suíno, divertimentos, etc. (...) O dia de S Miguel é, por outro lado, escolhido pelos tortosendenses que, longe da sua terra, mourejam na luta do dia-a-dia para visitarem o seu torrão, os parentes e os amigos Alguns preços médios que se verificaram: nozes, 80\$00 o alqueire (20 litros); cebolas, 8\$00 a réstia; feijão manteiga, 110\$00; feijão mistura, 100\$00; ceva e aveia, 25\$00.»<sup>991</sup>

---

<sup>990</sup> Ata n.º 31 12.2.1947, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 62 de 18.6.1947 a 17.12.1947.

<sup>991</sup> *Jornal do Fundão*, 22.9.1953. *Jornal do Fundão*, 11.10.1953.

## FEIRA DE S. MIGUEL



Fonte: LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo.

Em 1955, «a Câmara considerando que, desde há muito, se vêm realizando na vila de Tortosendo, feiras anuais e um mercado mensal, com bastante afluência e algumas feiras até com importância na vida económica das atividades de Tortosendo e com apreciável projeção nesta região; considerando que há necessidade de legalizar e reajustar as datas em que algumas feiras se realizam, deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 4 do art. 47.º do Código administrativo, confirmar, na vila de Tortosendo, as seguintes feiras anuais e mercado mensal<sup>992</sup>:

Feira anuais: S. Martinho – último domingo de janeiro; S. Gregório – 3.º Domingo de Maio; S. Pedro – 29 de junho; S. Miguel - 28, 29 e 30 de setembro. Mercado mensal – nos primeiros sábados de cada mês.

A Câmara deliberou, ainda, dar maior publicidade às feiras e mercados. Consideramos muito importante esta iniciativa da Câmara de modo a fixar as datas, pois haviam sido feitas algumas alterações. Mas persistia um problema: faltava um local condigno para a realização das feiras e mercados. Em 1971, o *Jornal do Fundão*, alvitra uma vez mais que «aquele pinhal que fica entre o atual local da feira e o bairro do Cabeço, se fosse cortado e se aproveitasse o terreno para este efeito, resolveria o problema, pois entendemos que ali haveria espaço suficiente». E poderia urbanizar-se o Largo da Feira.<sup>993</sup>

Em 1972, o mesmo jornal registou que a Feira de S. Miguel contou com a presença de milhares de pessoas e grande volume de transações. Como uma «inovação a assinalar» - a iluminação de todo o recinto.<sup>994</sup>

---

<sup>992</sup> Ata n.º 8 8.3.1955, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 77 de 25.1.1955 a 31.5.1955.

<sup>993</sup> *Jornal do Fundão*, 3.10.1971.

<sup>994</sup> *Jornal do Fundão*, 8.10.1972.

### 3.3 Indústria de lanifícios no pós guerra.

Para aceder ao apoio financeiro externo, Portugal vê-se obrigado, «pela primeira vez a formalizar um plano de desenvolvimento a médio prazo»<sup>995</sup> e, perante a adesão à EFTA, procura fazer-se a reorganização da indústria. Posteriormente, nova reorganização será perseguida através do Grupo de Trabalho da Cova da Beira. Os industriais, incluindo os de Tortosendo, implicar-se-ão nestes estudos.

Em novembro de 1946, Tortosendo é apresentado como uma terra progressiva, (...) sobretudo no período posterior à guerra de Catorze, batido pelos ventos de monção da indústria em maré alta, caminhou a passos agigantados para ser o que é hoje,» portanto, tempos favoráveis como demonstram as construções e compra de equipamentos.<sup>996</sup> Os novos edifícios fabris surgiram na Estrada (substituindo os antigos) e, noutros locais mais afastados do centro da vila, principalmente, no sítio do «Pinho Manso».

#### 3.3.1 Indústria em «maré alta»

«Durante a grande depressão dos anos 30, recusa-se definitivamente, em Portugal, a filosofia liberal. Procurou-se proteger o empresário que passa a usufruir de concorrência limitada, baixos salários, greves interditas e sindicatos inexistentes.»<sup>997</sup> Nesta conjuntura, a população ativa operária sofre um acréscimo de +23% entre 1940 e 1950, mas acentuando a já notória assimetria nacional, à exceção da zona da Covilhã que claramente se destacava no panorama rural dos distritos do interior do país. A indústria da Covilhã conhece, nesta fase, os seus tempos mais “prósperos”... Mais prósperos para a produção mas não tanto para os seus operários.»<sup>998</sup>

Américo Costa na sua obra *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*<sup>999</sup>, publicado em 1948, apresenta os seguintes dados sobre Tortosendo: numa população composta por um total de 3 890 almas existia um total de 24 fabricantes distribuídos pelas atividades de cardação, fiação, tecelagem, tinturaria e ultimação. Podemos acrescentar que estão inventariados 181 teares manuais contra 191 mecânicos,

<sup>995</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 39 e 40. p. 46

<sup>996</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.11.1946.

<sup>997</sup> Isabel Duarte, *Relações Sócioeconómicas numa região industrial em transformação – o caso da Covilhã*, Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa CIES-ISCTE / CELTA, Out-1988, p.128. <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/35/389.pdf> Acedido 1.8.2015

<sup>998</sup> Idem, *Ibidem*. Acedido 1.8.2015

<sup>999</sup> Porto, Livraria Civilização, 1948.



graças à utilização da energia elétrica, a responsável por esta transformação. O pessoal ao serviço da indústria atinge um total 658 operários.

Em março de 1951, o *Notícias da Covilhã* congratula-se pelo anúncio de que a Covilhã vai ser auxiliada pelo Plano Marshall. «A nossa indústria dos lanifícios entrou na formidável organização financeira-económica americana que está desenvolvendo ação na velha Europa.»<sup>1000</sup> No mesmo periódico, em agosto de 1952, a propósito da necessidade premente da escola feminina, opina-se o seguinte: «É que o Tortosendo está vivendo uma fase de intenso progresso material em vários setores da sua atividade, sobretudo industrial. As instalações fabris são magníficas em qualquer parte do País.»<sup>1001</sup>

#### ■ AINDA O CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL

«O período que se seguiu ao fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial ficou marcado por algumas tentativas de infletir o curso do Condicionamento Industrial procurando dar primazia ao princípio da liberdade de iniciativa empresarial que convinha estimular e defender. Não se foi muito longe por esta via.»<sup>1002</sup> Em 1952, apesar de «protestos violentos» na Assembleia Nacional, o Condicionamento «retomou as suas funções originais».<sup>1003</sup> Ainda durante esse ano, para além do aumento dos capitais para aplicar, aconteceu «a revisão da legislação do Condicionamento Industrial, com a consagração da vitória das teses industrialistas»<sup>1004</sup>. Em 1 de janeiro de 1966, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46 666, «procurou-se uniformizar e alargar o Condicionamento a todo o espaço português e se tentou transformar o processo administrativo e discricionário num procedimento técnico mais conforme com as exigências de uma racionalidade económica ditada pela concorrência que, durante décadas, o Condicionamento quis limitar de forma drástica.»<sup>1005</sup> O Condicionamento sobreviveu e só veio a ser formalmente extinto em 1975. Em outubro seguinte foi inaugurado, na Covilhã, o Condicionamento e Laboratório Têxtil<sup>1006</sup>, departamento oficial, com pessoal

---

<sup>1000</sup> *Notícias da Covilhã*, 24.3.1951.

<sup>1001</sup> *Ibidem*. 26.8.1952.

<sup>1002</sup> José Maria Brandão de Brito, «Condicionamento industrial» in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 185

<sup>1003</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>1004</sup> José Maria Brandão de Brito, «Da ditadura financeira...», *op.cit.*,

<sup>1005</sup> José Maria Brandão de Brito, «Condicionamento industrial», *op.cit.*, p. 185.

<sup>1006</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.10.1952.

técnico à altura de poder aquilatar as propriedades de fios, tecidos, tingimentos, sempre que necessário.

Em março de 1953, segundo o correspondente do *Jornal do Fundão*, em Tortosendo, o dr. Rui Videira, presidente da Junta de Freguesia, «fez declaração de interesse para a nossa terra»:

Do concelho da Covilhã a que pertence, Tortosendo é fora de dúvida, a terra de maior importância. Mercê principalmente da evolução da sua indústria dos lanifícios, o meio atingiu uma posição deveras notória. A sua população também tem aumentado consideravelmente, e o comércio e a agricultura consequentemente vêm, de igual modo, evidenciando grandes progressos.»<sup>1007</sup>

De acordo com Ferreira de Castro:

Na Covilhã, os industriais também se mostravam contentes, porque, afinal, o mundo não se subvertera, como alguns deles haviam chegado a temer. Os remotos caboucos tinham resistido ao grande ciclone; o capital e a propriedade subsistiam. E como a Inglaterra e outros países concorrentes, ainda feridos pela briga, não podiam, por enquanto, voltar aos mercados com os seus tecidos, os teares da Covilhã continuariam a laborar intensamente.<sup>1008</sup>

Em Tortosendo, e no que respeita à modernização do equipamento, continuaram a cumprir-se as determinações do Condicionamento Industrial, da seguinte forma: os industriais compravam aos tecelões os antigos teares manuais e substituíam-nos por teares mecânicos. Em julho de 1959, em *Lanifícios* (Boletim), tivemos conhecimento de vários casos desta índole, que necessitavam de publicação oficial. Entre eles, surge o caso da firma João Pontífice & Filhos que pede a legalização, em seu nome, de dois teares mecânicos, instrumentos de trabalho que adquiriu a José Horácio Pereira de Matos e José Pereira de Matos Júnior.<sup>1009</sup>

#### MEENDES, PEREIRA & BATISTA



Fonte: Arquivo da LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo

<sup>1007</sup> *Jornal do Fundão*, 29.3.1953.

<sup>1008</sup> Ferreira de Castro, *op. cit.*, p.316.

<sup>1009</sup> In *Lanifícios*, Vol. 19, julho de 1959.

## ■ AUTOMATIZAÇÃO

Em março de 1960, o *Notícias da Covilhã* anuncia a automatização como «nova era industrial».<sup>1010</sup> No entanto, esta questão preocupou os operários, tal como expusemos no Capítulo Sociedade.

Comparámos a relação-operário/tear nos anos de 1969 e 1974.

**QUADRO 2.27 OPERÁRIO/NÚMERO DE TEARES 1969- 1974**

Firmas	Teares					
	1969			1974		
	Mais de 2	2	1	Mais de 2	2	1
Américo Sousa & Irmão & C <sup>a</sup>	----	4	12		15	3
António Elisiário & Filhos/Eurocarlã Têxteis, Lda.)	---	---	11	---	6	---
António Matias Batista & Irmãos		7	1	---	7	---
António Victória, Lda. / Têxteis Godilança, Lda.	10 tecelões. Não está indicado o nº de teares.			---	6	1
Eurico Fiadeiro, Lda.	---	3	3	---	5	2
João Afonso & C <sup>a</sup> , Lda.	---	3	8	---	8	---
João Pontífice & Filhos, Lda.	---	10	12	1 c/ 4 8 c/ 3	6	1
José da Cruz Pinto de Sousa	6 tecelões, sem indicação do n.º de teares.			3 c/ 3	---	1
José Rodrigues Trindade & C <sup>a</sup> , Lda.	5 tecelões, sem indicação do nº de teares.			---	5	---
M. Figueiredo c) Respeita ao ano de 1971	4 tecelões, sem indicação do n.º de teares.			---	6	---
Mendes, Pereira & Batista / Ranito & C <sup>a</sup> , Lda. d) (Respeita a 1975)				---	4	2
Moura & Batista, Lda.	---	---	21	---	19	2
Sociedade de Fabricantes, Lda		24	79 a)	---	65	11
Sousa Ramos & Batista, Lda.	---	9	---	---	10	---
Moura Matos & Rebordão / Têxteis Moura & Matos, SARL (1971 início nestes documentos)	37 tecelões sem indicação do nº de teares.			26 c/ 4	17	3
Tricogom Comércio de Fios / Malhas e Tricotagem, Lda.						
TOTAL						
Sociedade de Fabricantes, Lda. (1955)	106 tecelões, 1 manual e os restantes com um tear.					

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 5.3.1960

Perante este quadro, podem retirar-se as seguintes ilações:

em 1969, apenas sete (7) estabelecimentos fabris têm operários a trabalhar com dois (2) teares o que corresponde a 65 tecelões que trabalham com dois (2) teares; o número mais elevado pertence à Sociedade de Fabricantes, Lda. - 24 tecelões; em 1974, 30

<sup>1010</sup> *Notícias da Covilhã*, 5.3.1960.

tecelões trabalham com quatro teares (4), 26 dos quais pertencem à firma Têxteis Moura & Matos. Seis (6) tecelões trabalham com três (3).

■ OS NOVOS EDIFÍCIOS FABRIS E BAIROS

EDIFÍCIOS FABRIS – PÓS SEGUNDA GUERRA – PINHOS MANSOS

AMÉRICO SOUSA - 1947



MOURA & BATISTA – 1947

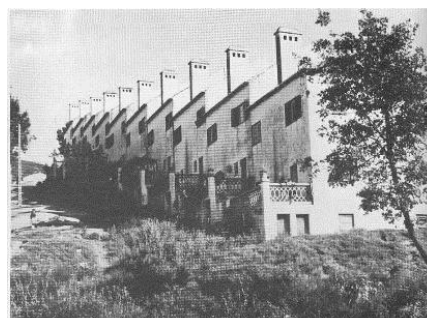
ANTÓNIO VITÓRIA



FÁBRICAS DOS PINHOS MANSOS



BAIRRO OPERÁRIO – PINHOS MANSOS



**FRANCISCO PONTÍFICE BATISTA (Tortosendo, -1965).**

Industrial. Foi um dos obreiros da renovação industrial do Tortosendo e muito contribuiu com o seu espírito de iniciativa, para a promoção social da vila. Nos Pinhos Mansos, Francisco Batista construiu dois bairros e três edifícios fabris.

Construiu o edifício do Clube do Tortosendo. De acordo, com notícias veiculadas pelo *Jornal do Fundão*, esteve nas suas intenções a construção de um Parque Infantil e de um jardim e, ainda, de um edifício para cinema.

*Jornal do Fundão*, 19.4.1959, 24.1.1965,

## ■ BAIRRO OPERÁRIO – PINHOS MANSOS

Os Pinhos Mansos, esse sítio afastado da vila, foi o escolhido para se construírem as unidades fabris que foram surgindo cronologicamente: Sousa, Ramos & Batista, 1939, Américo Sousa, Irmão & C.<sup>a</sup>, 1947, Moura & Baptista Lda., 1949, António Vitória, 1950.

Na década de 50, nos Pinhos Mansos, perto da moderna zona fabril da altura, o industrial Francisco Pontífice Batista mandou construir um primeiro conjunto de dez moradias geminadas, destinadas às famílias dos operários a que posteriormente juntou um segundo. Deste modo nasceu o Bairro Batista ou dos Pinhos Mansos, mais conhecido por este último nome. Em dezembro de 1950 entra na Câmara Municipal, um pedido do industrial Francisco Pontífice Baptista pede licença para construção de 10 moradias, conforme projeto junto, no sítio dos Pinheiros Mansos.<sup>1011</sup>

Em março de 1951, o *Jornal do Fundão* informa que no «Bairro Francisco Batista» estão em construção mais 20 moradias com que o industrial Francisco Pontífice Batista procura alargar o Bairro dos Pinheiros Mansos e a que é justo dar o seu nome, pelo esforço que vem realizando para a edificação de casas económicas e higiénicas para as classes trabalhadoras. A juntar às habitações já construídas, é de cerca de meia centena o número de lares decentes devidos à sua iniciativa pessoal.<sup>1012</sup>

<sup>1011</sup> Ata n.º27, 27.12.1950, AMC, *Livro de Atas da Câmara Municipal*, n.º 67, de 6.9.1950 a 4.3.1951.

<sup>1012</sup> *Jornal do Fundão*, 25.3.1951.

**EDIFÍCIOS FABRIS NA ESTRADA NACIONAL**

**SOCIEDADE DE LANIFÍCIOS – 1947**



**SOCIEDADE DE LANIFÍCIOS – 1947**

**LATERAL**



**Fonte: 1998**

**JOÃO PONTÍFICE – 1950**



**ESTRADA DO CASAL DA SERRA**

**BAIRRO SINDICAL**



**LUGAR DO PASSAL**

**JOSÉ SARAIVA - 1947**



**CABEÇO**

**ANTÓNIO ELISIÁRIO ANTUNES – 1948****LEONEL DE SOUSA REBORDÃO****QUADRO 2.28 CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS FABRIS de LANIFÍCIOS – Licenças 1945-1974**

Data	Firmas	Construção	Ampliação	Local
1946	João Afonso & C. <sup>a</sup>	X 1		
1946	Cláudio de Sousa Rebordão e viúva de José Álvaro de Morais & Filhos	X2		Fonte Fria de Cima.
1947	Cláudio Rebordão		Ampliação e arranjo 3	Largo da Feira
1947	Sociedade de Fabricantes, Lda.		Caiação 4	Sítio do Calvário.
1947	Américo de Sousa , Irmão Lda.	X5		Sítio Pinheiros Mansos.
1947	Sociedade de Lanifícios do Tortosendo, Lda	(Tinturaria e ultimação) 6		Sítio Ribeira Grande.
1947	António Elisiário Antunes <sup>1013</sup>	X7		Lugar do Passal.
1947	Américo Sousa, Irmão & C. <sup>a</sup>		X8	Sítio Pinheiros Mansos.
1949	Moura & Baptista Lda.	X9		Sítio Pinheiros Mansos.
1949	Leonel de Sousa Rebordão	X10		Sítio do Cabeço.
1950	António Vitória	X11		Estrada Nacional n.º 230
1950	João Pontífice & F. <sup>os</sup> , Lda.		X12	Junto EN 230.
1950	Sociedade Fabricantes, Lda.		X13	Largo do Calvário
1951	José da Cruz Saraiva & C <sup>a</sup>	X14		Estrada do Casal da Serra
1951	Sociedade de Lanifícios, Lda.		Alterações ao projeto de 194715	Estrada Nacional, Covilhã – U da Serra.
1952	Moura & Baptista, Lda.	X16		Sítio dos Pinheiros Mansos
1952	João Pontífice & Filhos, Lda.	X17		Av. Viriato
1952	António Matias Batista e Irmãos		Instalação de fábrica de mungos e tratamento de trapo <sup>18</sup>	Lugar do Cabeço
1953	Sociedade de Fabricantes, Lda.		X19	Sítio do Calvário
1953	José Joaquim Rodrigues Pontífice	X20		Sítio do Lobão.
1953	Moura & Baptista, Lda.	X21		Sítio dos Pinhos Mansos.
1954	Sociedade de Fabricantes, Lda <sup>1014</sup>		Ampliação de um edifício fabril. 22	Lugar do Calvário
1954	Leonel de Sousa Rebordão <sup>23</sup>	Edifício (tecelagem e fabricação).		Lugar do Cabeço

<sup>1013</sup> Em 3.3.1948, António Elisiário Antunes solicita ao subdelegado saúde a vistoria ao seu edifício fabril, para obtenção da licença para ocupação. AMC, Câmara Municipal, *Corresp. Expedida* 1948 I

<sup>1014</sup> Sociedade de Fabricantes, Lda. (Escritura: Entrada de dois novos sócios, Filipe Craveiro de Sousa e dr. Rui Pontífice Sousa e aumento das quotas dos outros sócios.

1954	Cláudio de Sousa Rebordão & Filhos		X24	Lugar Cabeço
1954	Cláudio de Sousa Rebordão		Cobertura de terraço do edifício fabril. 25	Sítio do Cabeço.
1957	Cláudio Sousa Rebordão & Filhos		Ampliação de edifício fabril: oficina de cardação e escolha de lã, armazém e habitação. <sup>1015</sup> 26	Bairro do Cabeço
1961	Moura, Matos & Rebordão <sup>1016</sup>		X 27	Rua da Feira.
1963	Moura, Matos & Rebordão		Conclusão do refeitório edifício fabril 28	Sobreira.
1963	António Elisiário & Filhos		Ampliação de um edifício fabril 29	Lugar do Passal
	José da Cruz Pinto de Sousa	X30		Lugar do Espertim
1966	José Alfredo Dias Pombo	X31		Sítio do Espertim
1967	Sociedade de Fabricantes, Lda.	Edifício fabril.32		A sul da Capela do Calvário.
1969	Sociedade de Fabricantes, Lda.	Novo refeitório.34	Remodelação de instalações sanitárias, balneários e vestiários	
1971	Firma Têxteis Moura e Matos		Ampliação parcial das instalações 35	Largo da Feira.

Fontes. Atas: 1. 24.7.1946; 2. 30.10.1946; 3. 29.1.1947; 4. 29.1.1947; 5. 29.1.1947; 6. 29.1.1947; 7. 29.1.1947; 8. 19.4.1950 e 30.4.1947; 9.13.4.1949; 10. *Idem*; 11.19.4.1950;12. 4.10.50; 13. 27.12.1950; 14.14.2.1951; 15. 17.10.1951; 16. 6.8.1952; 17. 24.9.1952; 18. *Notícias da Covilhã*, 25.10.1952; Atas: 19. 11.2.1953; 20. 30.9.1953; 21. 27.5.1953; 22. 6.1.1954. 23. *Idem* 24.14.5.1954. 25. 20.10.1954. 26. 2.10.1956. 27. 8.8.1961 28. 23.4.1963. 29.13.8.1963. 30. 22.12.1964; 31. 16.11.1966; 32. 8.2.1967; 33. 16.2.1967; 34.16.3.1969; 35. 18.2.1971.

No Pós-Guerra, continuou a construção na Estrada, em antigos edifícios, caso de João Afonso. No Sítio do Pinho Manso, onde a firma Sousa, Ramos & Batista construíra um edifício fabril de tecelagem, outros vieram juntar-se depois da Guerra, vários edifícios destinados a tecelagem, embora a firma Américo Sousa (1947), tenha vindo a incluir também uma cardação. Foram ainda construídos no Sítio do Pinho Manso os edifícios das firmas Moura & Baptista Lda. (1949) e António Vitória (1950) na Estrada Nacional n.º 230.

Na Estrada do Casal da Serra construiu José da Cruz Saraiva e, ainda, na Estrada Municipal, em frente ao Passal, António Elisiário & Filhos e, na Feira, Cláudio Rebordão. No Cabeço, Cláudio Rebordão & Filhos e Leonel de Sousa Rebordão. Já nos anos 60, não muito longe dos Pinhos Mansos, juntaram-se os últimos edifícios fabris: José da Cruz Pinto de Sousa (1964) e José Alfredo Dias Pombo (1966), ambos no Sítio do Espertim, embora o primeiro já perto da Meia Légua.

A prosperidade ocasionada pela guerra não foi, contudo, «acompanhada por um processo de modernização em muitos setores de atividade, o que naturalmente

<sup>1015</sup> «Rebordão, Moura & Matos» O objeto social é a exploração da indústria de cardação e fiação de lãs, ou outro qualquer ramo. Sócios: Fernando Antunes de Moura, Fernando Antunes de Matos, Álvaro Antunes de Matos, Dr. Armando de Matos Rebordão e Aurélio de Matos Rebordão, in *Notícias da Covilhã*, 6.12.1958.

<sup>1016</sup> Moura e Matos (Escritura – Alteração) sócios: Fernando Antunes de Moura, Fernando Antunes de Matos, Álvaro Antunes de Matos, Dr. Armando de Matos Rebordão e Aurélio de Matos Rebordão, mais Francisco de Oliveira Gouveia.



vulnerabilizava a economia portuguesa neste período do pós-guerra. Tudo parecia indicar que a prosperidade sentida em Portugal no fim da guerra seria mais aparente que real, basicamente porque a guerra gerou riqueza e não fontes permanentes e autossustentadas de produção de rendimentos.»<sup>1017</sup> A este respeito ouvimos o testemunho de um antigo técnico dos lanifícios:

Entretanto, no pós-guerra, a indústria de lanifícios viveu uma época eufórica em que ganharam e tiveram possibilidades de fazer novas instalações e fizeram-nas. Por falta de orientação técnica, as fábricas não ficaram viáveis para o devido aproveitamento. A urdissagem e a tecelagem não ficavam no mesmo piso e exigia muito mais mão-de-obra. Equiparam-nas com máquinas que já não eram novas, com um pouco mais de rendimento mas muito aquém do que melhor havia na Europa.<sup>1018</sup>

#### ■ BAIRRO SINDICAL

Em Janeiro de 1951, o ministro das Corporações deslocou-se a Tortosendo para inaugurar o Bairro Sindical, implantado na Avenida Montes Hermínios, formado por um conjunto de 24 casas de renda económica, de tipo geminado<sup>1019</sup>, destinadas a operários, na Avenida que liga ao Casal da Serra, construído pela Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios, em colaboração com o Município da Covilhã. São casas com cozinha, retrete, casa de banho, luz e água a correr nas torneiras, por 95\$00 e 125\$00<sup>1020</sup>

No *Jornal do Fundão* de 14 de outubro de 1956 comenta-se que as 10 casas do Bairro Sindical (um segundo grupo) já estão prontas, mas que ainda estão fechadas.<sup>1021</sup>

### 3.3.2 PLANOS DE FOMENTO / TENTATIVA DE REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA A NÍVEL NACIONAL: A ADESÃO À EFTA

Em continuação da Lei 2 005, são promulgadas as bases do I Plano de Fomento (1953 e 1958). No contexto do lançamento, Salazar, uma vez, mais tem o cuidado de de 1960, foi constituída a EFTA, pela Convenção de Estocolmo, da qual Portugal também

---

<sup>1017</sup> Maria Fernanda Rollo, «Indústria/Industrialização» in Fernando Rosas, e J. M. Brandão de Brito, (dir), Maria Fernanda Rollo, (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. I, pp. 466.

<sup>1018</sup> Testemunho oral de Alexandre Monteiro Caldas.

<sup>1019</sup> “O conceito geral (destas habitações) incidia mais na família como núcleo fundamental da estrutura habitacional”, José Manuel Fernandes, «Habitação social», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 - Suplemento F.O, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 170.

<sup>1020</sup> *Jornal do Fundão*, 11.2.1951.

<sup>1021</sup> *Ibidem*, 14.10.1956.

faz parte. Entretanto, «os movimentos de reconstrução e unificação europeia mostraram aos responsáveis portugueses, públicos e privados, o risco que correriam se teimassem numa industrialização exclusivamente assente no mercado interno»<sup>1022</sup>. Estas ideias paulatinamente foram-se consolidando.

Maria Filomena Mónica defende: «Salazar sentia-se entalado entre as fações modernizadora e tradicionalista. Entre os primeiros encontravam-se alguns economistas prestigiados, que desejavam a abertura à Europa. A ideia não agradava a Salazar, mas, em 1959, acabou por permitir a adesão à EFTA.»<sup>1023</sup> Para se poder enfrentar a abertura dos mercados, realizaram-se, a nível oficial, na Covilhã, por iniciativa da Federação Nacional da Indústria de Lanifícios (FNIL) e do seu responsável, João Ubach Chaves, conferências de divulgação técnica e racionalização do trabalho, reconhecendo-se a preocupação da renovação do apetrechamento fabril, a revisão da produtividade, o estudo cuidadoso do mecanismo comercial, incluindo a procura de novos mercados. Era o momento de afastar individualismos e fazer uma integração local.<sup>1024</sup> Defende-se o enquadramento de todos nas estruturas aconselháveis, sem que exija o desaparecimento dos «pequenos», ideias já defendidas por Ubach Chaves». O objetivo era criar ambiente renovador ao *Modus Vivendi* clássico, introduzindo nele novos conhecimentos, novas formas de agir.<sup>1025</sup> O *Notícias da Covilhã*, em junho de 1962, informa que veio publicado no *Boletim Geral dos Serviços Industriais*,<sup>1026</sup> o relatório da Comissão nomeada por despacho ministerial para fazer este estudo importante, porque «as medidas preconizadas serão da máxima importância».<sup>1027</sup> Mais informa que, posteriormente, se realizou uma reunião, no Grémio, (no dia 12), para se «formularem comentários». Aí se constituiu uma Comissão para o Relatório ser debatido, entre os industriais, da qual fazia parte a firma: Sousa, Ramos & Sobrinho,<sup>1028</sup> de Tortosendo.

Em continuação do tema «Reorganização», uma vez mais, em fevereiro de 1963, o *Notícias da Covilhã* diz que um despacho do subsecretário de Estado sobre a

---

<sup>1022</sup> Idem, *ibidem*, p. 539.

<sup>1023</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade», *op. cit.*, p.457.

<sup>1024</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.7.1960. Conferências realizadas: as duas primeiras no Laboratório Têxtil; a primeira da responsabilidade do eng. Luís Pontífice Maricoto Monteiro (*Notícias da Covilhã*, 26.3.1960) que falou sobre produtividade: laboração em turnos, por exemplo; a segunda do Dr. Ubach Chaves, presidente da FNIL (*Notícias da Covilhã*, 2.4.1960). A terceira decorreu no salão nobre da Câmara e foi da responsabilidade do catedrático espanhol eng. e dr. Vicente Galcerán Escobet, (*Notícias da Covilhã*, 16.4.1960), que já havia sido professor na Escola Industrial e Comercial da Covilhã.

<sup>1025</sup> *Notícias da Covilhã*, 16.4.1963.

<sup>1026</sup> n.º 701 de 6 do corrente.

<sup>1027</sup> *Notícias da Covilhã*, 20.6.1962.

<sup>1028</sup> *Ibidem*, 21.7.1962.

Reorganização da indústria de lanifícios alarga o prazo até ao fim de abril seguinte para que os industriais elaborem e apresentem projetos alternativos.<sup>1029</sup> As conclusões dos industriais a respeito da indústria de lanifícios - «Defeitos da indústria de lanifícios» -, publicadas em julho seguinte no *Notícias da Covilhã*, foram as seguintes:

tem servido, em quase exclusividade, o mercado metropolitano. O Português veste pouco e veste caro. Pretende fazenda diferente do que tem visto. Impõe com isso uma indústria de pequena produção, porque gasta pouco e uma indústria de pequena produtividade porque impõe produto não de série. (...) Por isso tem dificuldades em adquirir matérias-primas em boas condições. É um círculo vicioso que só poderia romper-se com: ou modificação radical do mercado português; ou impor à indústria de lanifícios a prova de força do contacto não condicionado com os mercados externos para ela, quer com auxílios de outros mercados financeiros, quer com recursos granjeados numa administração cada vez mais austera e sacrificada, poder constituir os capitais necessários a uma atualização global de meios de produção (equipamento), a razoáveis stocks de matérias-primas e a suficientes meios financeiros de maneo.<sup>1030</sup>

Não obstante, em 1966, a crise da indústria continua a preocupar o presidente da Câmara. Por isso, comunica ao governador civil de Castelo Branco «que a situação económica e financeira de algumas unidades fabris não é brilhante, que se atravessa uma crise sem carácter alarmante. Justifica do seguinte modo:

Mercê das restrições no crédito por parte dos estabelecimentos bancários, fraco poder de compra e, ainda, do reflexo proveniente do imposto de transações ultimamente lançado, vem-se verificando nos últimos tempos, uma diminuição nas vendas e, conseqüentemente, um afrouxamento na produção.

E prossegue, alegando outros motivos: que alguns industriais contavam com a isenção do pagamento de taxas de importação, na compra de maquinismos ao estrangeiro, como tal não aconteceu e, ainda aumentaram, tal facto veio «abalar a estrutura financeira» e conseqüentemente pô-las em dificuldades.<sup>1031</sup> Em 1967, a Câmara dá a ajuda possível: a direção do Grémio dos Industriais de Lanifícios agradece os bons ofícios da Câmara no sentido de ser minorado o agravamento do custo da energia elétrica; agradece «sobretudo pela compreensão que revela pela difícil situação que a indústria atualmente está atravessando.»<sup>1032</sup> Neste mesmo ano, realizou-se uma palestra sobre a situação atual dos lanifícios e assumem-se os erros da indústria:

Quase alheios ao progresso e desenvolvimento da indústria estrangeira, adormecemos comodamente, teimando em conservar máquinas em desuso (...) e uma técnica e um processo de trabalho que orientados embora pela prática,

---

<sup>1029</sup> *Ibidem*, 23.2.1963.

<sup>1030</sup> *Ibidem*, 27.7.1963.

<sup>1031</sup> Ofício de 15.11.1966, *Cópias de Corresp. Expedida*, de 3.1.1965 a 15.11.1972 (confidencial, embora não expresso na capa).

<sup>1032</sup> Ata n.º 6 de 22.3.1967, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 109 de 2.11.1966 a 22.3.1967

careciam, no entanto, de verdadeira escola. [Só possível] «a coberto de uma proteção pautal extraordinariamente eficaz e de um condicionamento que dificultava o acesso a novas unidades industriais, julgou-se que aquele mar de rosas se conservaria eternamente.<sup>1033</sup>

Segundo o *Jornal do Fundão*, Jaime Carvalhão de Sousa, sócio gerente da firma Sociedade de Fabricantes, Lda. – Tortosendo -, afirma que «o momento atual da indústria de lanifícios tem capital suficiente para laborar em condições normais.<sup>1034</sup>

Após a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano (1968), consolidou-se a ideia da abertura externa da economia»<sup>1035</sup>, graças, principalmente, à presença dos «Renovadores» no governo. Os patrões apreciaram o estímulo. Mas tinham diante de si um problema inédito: pela primeira vez, faltava mão-de-obra. Entre 1960 e 1964, tinham saído do país 49.198 portugueses; entre 1965 e 1969, o número aumentou para 122.755 e, entre 1970 e 1974, para 123.946. Os campos despovoavam-se. Não porque o setor primário se tivesse mecanizado, mas porque os trabalhadores rurais tinham começado a emigrar.»<sup>1036</sup>

No entender de Jorge Braga de Macedo, de acordo com o III Plano de Fomento (1968-1973) a situação da indústria em Portugal, em 1968 (que inclui a indústria de lanifícios), era a seguinte:

predomínio acentuado de unidades de pequena dimensão, com fabricos muito diversificados, voltadas quase exclusivamente para o mercado interno e defendidas da concorrência externa pela proteção pautal; [...]; baixo nível dos conhecimentos de gestão, de capacidade técnica e de mentalidade industrial em muitos setores industriais, dificultando a colocação dos produtos nos mercados externos; abastecimento de certo modo oneroso quanto a algumas matérias-primas e, em relação a diversos setores de produção, custos relativamente elevados de energia e combustíveis;<sup>1037</sup>

Américo R. dos Santos pensa que neste Plano, «a prioridade ia para a expansão e diversificação das exportações, que se desejariam mais exigentes em qualidade e mais densas em valor acrescentado e tecnologia»<sup>1038</sup>. Em relação à exportação de tecidos, retomamos a opinião de Alexandre Caldas<sup>1039</sup>:

---

<sup>1033</sup> *Jornal do Fundão*, 19.3.1967.

<sup>1034</sup> *Ibidem*, 26.11.1967.

<sup>1035</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 332.

<sup>1036</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade», *op. cit.*, p.459.

<sup>1037</sup> Jorge de Macedo, «Indústria» in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 10, Lisboa, Editorial Verbo, 1970, p. 1342.

<sup>1038</sup> Américo Ramos dos Santos, *op. cit.*, p. 112.

<sup>1039</sup> Testemunho oral de Alexandre Monteiro Caldas.

Previa-se que era impossível concorrer nesses mercados com uma maquinaria ultrapassada, embora com salários baixos. Mesmo nos países onde havia máquinas iguais às nossas, os operários trabalhavam com cinco teares, evidentemente com matérias-primas que lhes facilitavam o trabalho. Quando apareceram as máquinas de tecer, não acreditaram na rentabilidade dessas máquinas que produziam muito, o que deu que países da Europa com salários mais elevados produziam tecidos mais baratos.

A propósito de um aumento de salário aos trabalhadores, menciona-se: «Também não desconhecemos a grave crise que a indústria apresenta cujo rendimento baixou consideravelmente. Que os industriais tudo têm feito.»<sup>1040</sup> «Seria Rogério Martins, secretário de Estado da Indústria a partir de março de 1969, o grande dinamizador desta viragem para o “período tecnocrata” da política económica portuguesa. Embora tendo-se verificado taxas de crescimento, os resultados, no que respeita ao desenvolvimento industrial, não foram considerados suficientemente expressivos.»<sup>1041</sup>

Em 1968, encerrou a firma J. Rodrigues & Sobrinhos.

Em 16 de novembro de 1969, no *Jornal do Fundão*, a propósito de um aumento aos trabalhadores, refere-se que não se desconhece a grave crise que a indústria apresenta cujo rendimento baixou consideravelmente, mas que os industriais tudo têm feito para a evitar.<sup>1042</sup>

Em julho de 1972, no *Notícias da Covilhã*, surge a notícia: a situação dos lanifícios agravou-se substancialmente nos últimos três anos, pois, na Covilhã, catorze empresas cessaram por completo a sua laboração.<sup>1043</sup>

Em 1973, em Tortosendo, a firma «Leonel Sousa Rebordão» deu conhecimento ao Ministério da Economia e das Corporações e da Segurança Social da necessidade de despedir «todo o pessoal ao seu serviço, num total de 11 trabalhadores, a maioria do sexo masculino». Segundo informação da empresa, o despedimento teve como fundamento «a sua má situação económica». Juntam os direitos dos trabalhadores, enquanto desempregados.

Ainda neste mesmo ano, no *Notícias da Covilhã*, surge o anúncio da falência da Sociedade Pereira, Ramos & C<sup>a</sup>.<sup>1044</sup>

---

<sup>1040</sup> *Jornal do Fundão*, 16.11.1969.

<sup>1041</sup> José Maria Brandão de Brito, «Política económica», p. 769.

<sup>1042</sup> *Jornal do Fundão*, 16.11.1969.

<sup>1043</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.7.1972.

<sup>1044</sup> Falência n.º 109/69. *Notícias da Covilhã*, 14.4.1973.



Fonte: Arquivo pessoal

### 3.3.3 Outras indústrias

#### ■ A indústria de confeção – fim da monoindústria

Em Tortosendo, a indústria da confeção teve início no seio da Sociedade de Fabricantes, Lda. com uma fábrica bem dimensionada e equipada, que nasceu, em 1962 e que colocava parte do seu produto no mercado externo. Em 1966, ocupava 83 operários, maioritariamente do sexo feminino.

Em agosto de 1972 nascia a ZENDEL – Confeções do Tortosendo, Lda., sociedade entre Moura & Batista, Lda., (Fábrica de lanifícios), Matos Farias & C<sup>a</sup> Lda. (Armazém de lanifícios) e José Trindade Alves<sup>1045</sup> destinada ao fabrico de calças. Em setembro do ano seguinte, José Moura Batista, com pouco mais de 30 anos, sócio gerente da Zendel, Confeções do Tortosendo, Lda., dá um depoimento sobre essa nova indústria:

estando nós numa região em que a base da sua economia é a indústria de lanifícios, procurámos aliar as vantagens que esta nos proporciona com aquelas que esta nova indústria nos garantia. Presentemente emprega 45 pessoas, na sua maioria do sexo feminino. A sua produção, tendo em conta o binómio máquina-operário atual, ainda não atingiu o seu máximo; não havendo escolas para formar operários especializados, 90% tiveram de ser formados pela própria empresa, por um dos sócios que acumula as funções de técnico (José Trindade Alves). (...) Atualmente trabalha com resultados positivos, dada a aceitação que os artigos tiveram no mercado interno. Pensam no comércio internacional.<sup>1046</sup>

Em maio de 1974, a firma Benoli Confeções, Lda. iniciava a sua laboração com sete empregadas, na casa da Família Quintela, na Praça Almeida Garrett. Benvinda Oliveira, modista de profissão, juntamente com seu marido, Manuel Oliveira, atentos às transformações dessa época, lançaram-se, em boa hora, no mundo da confeção em série.

<sup>1045</sup> *Notícias da Covilhã*, 26.8.1972.

<sup>1046</sup> *Ibidem*, 29.9.1973, Suplemento sobre Tortosendo.

No início, a empresa trabalhou, a feição, para alguns clientes de Tortosendo e do concelho, enveredando mais tarde para a comercialização direta dos seus produtos (através de coleção própria), para todo o País.

As fábricas de confeção vieram abrir uma nova fase aos lanifícios, porque proporcionavam o escoamento dos tecidos. Também permitiram antever boas perspectivas para o futuro de Tortosendo, na medida em que se criavam novos postos de trabalho e, ainda, porque permitiam que Tortosendo saísse, finalmente, da monoindústria.

#### ■ OUTRAS INDÚSTRIAS

Nos anos 50 e 60 do século passado, pudemos assistir ao incremento de indústrias já existentes em Tortosendo ou, mesmo, ao aparecimento de novas.

**ESTAÇÃO DE SERVIÇO COM OFICINA DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS - 1954**



Fonte: LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo

**QUADROS 2.29 EMPRESAS LIGADAS À INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS<sup>1047</sup>**

Empresas		Operários
Estação de serviço e reparação de automóveis	3	16
Carpintaria e marcenaria	3	13
Serralharia	1	5
Lagares de azeite	3	-
Moagens	2	18
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>52</b>

<sup>1047</sup> DMO 2 Eng Carlos Ferreira Pimentel. Este apresentou (esboço) em 14.4.1967 e a Câmara enviou-o em 30.6.1967 à Direção Geral de Serviços de Urbanização.

Algumas dessas indústrias necessitaram de edifícios adequados para se instalarem, cujas construções se encontram registradas no quadro subsequente:

**QUADRO 2.30. NOVOS EDIFÍCIOS FABRIS EM TORTOSENDO 1947- 1968**

Data	Firma	Construção	Local
1947***	José Pereira Vaz	Edifício de moagem	Sítio Cabeço. <sup>1048</sup>
1953*	José Rodrigues do Ribeiro	Instalar fábrica com forno	Travessa Passadiço
1954*	António Xavier Matias	Estação de Serviço c/ oficina de reparação de automóveis	Estrada Nacional 230, junto ao Largo da Feira
1955***	Dr. Rui Galvão Videira.	Vistoria a um edifício destinado a lugar de azeite.	Junto da E N 18-4, ao Km3
1960*	Panificadora Central do Tortosendo, L.da ****	Edifício para panificação	Fonte Fria de Cima
1961 *	José Rodrigues do Ribeiro	Instalar moagem de cereais	Fonte Fria de Cima
1968***	Vigoprel Amaral, Carlos Gomes		Ponte Pedrinha

Fontes: *Notícias da Covilhã* \* 4.8.1954, 25.4.1953, 16.7.1960, 11.12.1961; *Jornal do Fundão*: 29.12.1968; *Atas*: 30.4.1947, 15.2.1955

\*\*\*\* Sócios: José Rodrigues Ribeiro, Manuel Ascenso, Adelino de Almeida, Manuel Gomes, Lucrecia da Trindade Carvalho

Para além da indústria de lanifícios, o Tortosendo possui outras, tais como: confeções, metalomecânica, estações de serviço, vigas de cimento, provavelmente prefabricados, estatuetas, construção civil, etc. Há também um comércio muito intensivo, embora o momento presente seja de crise (excetuando, assaz, os armazéns de lanifícios).<sup>1049</sup> Outras indústrias: duas indústrias de moagem e uma panificadora, no Bairro do Cabeço; um lugar, na Nacional 18 -4; Estação de Serviço de António Xavier Matias, com oficina de reparação de automóveis, para substituir a antiga garagem, mesmo em frente à Feira. (Ao lado, veio surgir o Jardim Público.) Junto ao rio Zêzere nasceu a Vigoprel.

No *Jornal do Fundão*, em janeiro de 1972, podia ler-se:

Fator tradicional de progresso, a situação da indústria de lanifícios afeta enormemente a única área desenvolvida, onde o nível de vida era melhor e as condições de trabalho mais suportáveis.»<sup>1050</sup>

António Duarte Pimpão, narrou-nos como nasceu a sua empresa: Empresa Metal-Mecânica Duarte Pimpão. «As fábricas maiores tinham a sua serralharia. Era o caso da Sociedade de Fabricantes, Lda, de Moura & Mattos ou de Moura Batista, Lda.» Ele era serralheiro desta última firma, saiu e estabeleceu-se por conta própria:

<sup>1048</sup> AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 61, de 13.11.1946 a 18.6.1947

<sup>1049</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.9.1973 Suplemento sobre Tortosendo Reportagem de Quelhas Calado Fotografias de Foto Silva.

<sup>1050</sup> *Jornal do Fundão*, 2.1.1972.



Ora bem, quando eu pensei em abalar, os patrões pensaram em não meter mais ninguém na oficina e ajudaram-me bastante. Os serviços todos vinham práqui. Eu cheguei a ter 11 indivíduos a trabalhar pra mim, mas 6, 7 tive durante muito tempo. Mas os carros, eu nunca os larguei. No Tortosendo ainda havia 23 fábricas. E ainda dava assistência às da Covilhã. Eu fiquei a trabalhar na oficina por baixo da fábrica do Sousa, Ramos. Havia outro serralheiro que trabalhava só prós teares que era o Joaquim Grela, que era muito mais velho.

Adotou, então, o seguinte procedimento:

Eu descobri o que fazia falta em todas as máquinas e então tinha um torneiro a tempo inteiro. (...) comprei um torno novo, mas já automático. Havia sempre veios, tarugos, que partiam. Eu sabia isso e mandava fazer ao torneiro pra ter na prateleira. Chegava aqui o tecelão e dizia: «Deixa ver este.» Ora aquilo era tão rápido, o tecelão trabalhava à tarefa, se não trabalhasse não ganhava, o que ele queria é que eu o despachasse. Mesmo soldaduras, fazia-se sempre na hora.<sup>1051</sup>

### 3.3.4 Papel do Grupo de Trabalho da Cova da Beira

No já referido Colóquio sobre Desenvolvimento Sócio - Económico da Zona da Cova da Beira, integrado nas Comemorações do 1.º Centenário da Covilhã Cidade, que ocorreu entre 28 de setembro e 3 de outubro de 1967, na secção A, destinada à indústria de lanifícios, foram os seguintes palestrantes e respetivos temas: Manuel Mesquita Nunes - «Possibilidades de conceção e cooperação na indústria de lanifícios»; Eng. Bartolomeu Monteiro - «Problemas tecnológicos da indústria de lanifícios»; Dr. Mendes Correia - «Possibilidade de fixar novas indústrias.»

Em novembro de 1971, o *Jornal do Fundão* noticia que o Grupo de Trabalho da Cova da Beira sobre o setor industrial,<sup>1052</sup> «procura estudar e apresentar propostas concretas para a reorganização da indústria de lanifícios desta zona da Cova da Beira, «indústria que tem sido e continuará a ser por estes tempos mais próximos o principal esteio económico da nossa região da qual vivem diretamente, dezenas de milhares de pessoas e que tem sido a causa impulsionadora principal do nosso nível de vida e do bem-estar social das nossas populações.» É manifesta a preocupação do Grupo com implantação de novas indústrias, «neutralizando o reconhecido perigo decorrente da existência duma monoindústria.»<sup>1053</sup> O presidente informou que, entretanto, já começou a ser feita a análise por uma empresa especializada.<sup>1054</sup>

---

<sup>1051</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «António Duarte Pimpão: Proprietário da Metalúrgica Duarte Pimpão, Lda. - Tortosendo», in *Boletim da LAT*, n.º 77, 4.º Trim., 2011.

<sup>1052</sup> *Jornal do Fundão*, 21.11.1971.

<sup>1053</sup> Ata n.º 1, 2.1.1972, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 124 de 3.12.1971 a 9.2.1972.

<sup>1054</sup> Ata n.º 25, 15.12.1971, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, Livro n.º 124 de 3.12.1971 a 9.2.1972.

Em janeiro de 1972, o eng. Borges Terenas, presidente da Câmara, em sessão da mesma, informa que o Grupo de Trabalho, para além da agricultura, estará dedicando a sua atenção a outros setores de atividade, muito especialmente ao setor industrial. Neste contexto, defendeu o seguinte:

O que podemos garantir é que em nenhum dos setores e muito variados eles são, a administração municipal afrouxou a sua ação, procurando dar mais uns passos em frente, no sentido de eles se resolverem da melhor maneira no interesse de toda uma comunidade que aspira a uma vida melhor e de todo um núcleo urbano que constitui no interior (...) algo de muito válido (...) se bem compreendido ajudará a desenvolver económica e socialmente toda a região centro-interior do País.<sup>1055</sup>

Em fevereiro seguinte, numa reunião, em Coimbra, no âmbito do Grupo de Trabalho da Região Centro «dada a evidente crise que a indústria têxtil atravessa, foi considerada pertinente a constituição de um subgrupo, com vista a efetuar um estudo sobre a diversificação daquela indústria, onde se note maior concentração como acontece na região da Covilhã.»<sup>1056</sup>

Em abril, numa intervenção na Assembleia Nacional, o deputado tortosendense, Dr. Rui Pontífice de Sousa, sócio gerente da firma Sociedade de Fabricantes, Lda. (Tortosendo), obviamente bem documentado sobre a situação da indústria de lanifícios, destacou o facto de que «à indústria foi conferido um papel de grande relevo no III Plano de Fomento, cujos objetivos fundamentais continuam a ser de grande utilidade e interesse para o aperfeiçoamento da vida nacional». No entender de Pontífice de Sousa, para perseguir esses objetivos «é necessário mobilizar todos os possíveis capitais, energias e obter a adesão de todas as boas vontades das camadas da população mais diretamente ligadas ao setor, neste caso, empresários e trabalhadores». Defende, ainda, «um diálogo permanente entre o Governo e a Indústria».<sup>1057</sup>

Ainda em abril, Manuel Mesquita Nunes, Presidente do Grémio dos Industriais, apresenta uma comunicação subordinada ao tema: «Na Covilhã Que indústria de lanifícios temos?» Com base nos dados na posse do Grémio, afirma que a nossa indústria da lã é caracterizada por uma grande dispersão, a maioria das unidades apresenta reduzidos tamanhos (com índices baixíssimos de produtividade, de equipamento e de mão-de-obra) e predomina a horizontalidade que o autor não considera a melhor maneira de praticar a indústria. Admite que possa ser contestado, mas não tem dúvida em relação ao sucesso das pequenas unidades, «incapazes de

---

<sup>1055</sup> Ata n.º 1 2.1.1972, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 124 de 3.12.1971 a 9.2.1972.

<sup>1056</sup> *Notícias da Covilhã*, 12.2.1972.

<sup>1057</sup> *Ibidem*, 15.4.1972.

adoção de uma standardização de grandes séries de fabrico, maneira de produzir a custos aceitáveis» que apenas foram viáveis num sistema protecionista, mas não num futuro próximo.<sup>1058</sup>

Entre maio e junho de 1972, o industrial Paulo de Oliveira, escreve sobre «Os lanifícios», em quatro números do *Notícias da Covilhã*. No primeiro, depois de destacar que 30% das exportações do País pertencem aos têxteis, refere que alguns «males da indústria, mais não são mais que o reflexo de toda uma débil situação económica em que o País se encontra.» No seguinte, entre «as atuais deficiências» apontadas, refere «a baixa produtividade, que, embora se deva às «baixas produções da maquinaria<sup>1059</sup> (máquinas antigas ou inadaptadas) é mais consequência dum conjunto de outras deficiências», como «o inadequado sistema de trabalho, a falta de organização, a inexistência de quadros de pessoal e dirigentes com a preparação necessária, do que do fraco dimensionamento», a existência de «edifícios fabris pouco funcionais» e «a debilidade económica das empresas que não lhes tem permitido fazer face à construção de novos edifícios» e também a dificuldade de adquirir terrenos e o elevado custo da construção. Acrescenta, ainda, «a instabilidade na concessão de créditos». Congratula-se com a criação do Instituto Tecnológico da Covilhã» pela importância do ensino para a valorização dos operários.<sup>1060</sup> No terceiro, salienta o reduzido dimensionamento das empresas, «situação que predomina no setor da tecelagem, é fundamentalmente consequência da pequenez e do fraco poder de compra do mercado nacional» e ainda de «outros fatores como o condicionamento industrial anti expansionista e arbitrário, eivado de favoritismo que vigorou durante muitos anos, impediu que muitas empresas possuíssem hoje maior dimensão.»<sup>1061</sup> No último dos jornais, apresenta uma série das medidas a adotar<sup>1062</sup> para ultrapassar as «atuais deficiências» da indústria, defendendo as seguintes:

Legislação prática e eficaz de fomento industrial. Condicionamento industrial que permita um fácil crescimento da indústria existente, sem aumentar a dispersão; Legislação que promova o desenvolvimento de confeção válida em Portugal.<sup>1063</sup>

---

<sup>1058</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.4.1972.

<sup>1059</sup> Acrescenta que «a produção de pequenas quantidades assim como a descontinuidade ao longo do ano não têm estimulado também uma maior automatização, especialmente no sector da tecelagem.»

<sup>1060</sup> *Notícias da Covilhã*, 27.5.1972.

<sup>1061</sup> *Ibidem*, 3.6.1972.

<sup>1062</sup> *Ibidem*, 10.6.1972.

<sup>1063</sup> Ainda: Rapidez no desalfandegamento de matérias-primas, peças para máquinas e reimportação de produtos exportados; Simplificação dos processos de falência através de legislação adequada que conduz a uma moralização no comércio e restabeleça a confiança perdida na justiça.

Propõe também medidas protecionistas a vários níveis:

Facilidades creditícias à indústria e juro baixo; Auxílios financeiros obrigatoriamente aplicáveis em edifícios e maquinas que estimulem as associações e empresas; Fomento das exportações através de benefícios fiscais, redução no preço dos combustíveis e energia elétrica, financiamentos a juro médio, participação nos encargos de seguro de crédito e de despacho das alfândegas; Isenção total de direitos sobre todas as matérias-primas; Auxílio à reorganização interna das empresas; Facilidade nos transportes e remodelação dos respetivos meios.

Defende ainda sobre/para os trabalhadores:

Leis de trabalho que facilitem a reorganização interna das empresas com vista a um aumento de produtividade e a uma melhoria de remuneração dos trabalhadores. Comparticipação da Caixa de Previdência, Fundo de Desemprego ou Fundo de Desenvolvimento de mão-de-obra nos encargos que possam advir com a remodelação das empresas; Melhoria geral do ensino; Melhor assistência médica aos trabalhadores, maiores abonos de família e pensões de reforma ou invalidez que os fixem mais e atenuem a constante emigração.

Em outubro do mesmo ano de 1972, o *Jornal do Fundão* informa que veio um técnico da OCDE, a convite da Secretaria de Estado da Indústria, mas por influência do Grupo de Trabalho da Cova da Beira, com o intuito de estudar o problema da indústria de lanifícios da Cova da Beira<sup>1064</sup>. Nesta informação apontam-se logo alguns problemas:

o aumento da produtividade; a mão-de-obra barata tende a desaparecer; a emigração foi também um problema; o constante aumento das matérias-primas; a diferença de desenvolvimento entre o nosso país e os outros países da Europa é um rude golpe para quem quer enfrentar a exportação.

Em nosso entender o trabalho deste técnico veio confirmar os problemas que vinham sendo apontados por industriais e instituições interessadas na indústria de lanifícios. Entretanto, o mesmo técnico, numa sessão dos Rotários adiantou que é necessária a verticalização, a concentração e cooperação e aconselha a indústria da confeção.<sup>1065</sup>

No citado ano de 1972, é publicada uma lei da responsabilidade de Rogério Martins, chamada do «fomento industrial» que contém uma «nova política industrial (económica), com princípios muito claros». Com essa lei pretendia «pôr-se fim ao caráter autárquico e condicionado do anterior sistema industrial e retomar a consequente abertura da economia portuguesa»<sup>1066</sup>.

---

<sup>1064</sup> Decorre um Inquérito que depois este técnico analisará, porque não estão disponíveis todos os dados necessários.

<sup>1065</sup> *Jornal do Fundão*, 15.10.1972.

<sup>1066</sup> José Maria Brandão de Brito, «Política económica», p. 769.

Em março do ano seguinte, no *Notícias da Covilhã*, O industrial José Rabaça, de Manteigas, reflete sobre o «panorama têxtil» e mostra-se confiante. Afirma que, no ano de 1972, (...) o consumo interno manteve-se estável ao nível da comercialização tradicional, mas beneficiou do incremento do setor confecionista, quer na parte orientada para o abastecimento do País, quer principalmente da que se instalou orientada para a exportação.» Também aumentou a exportação clássica de fios e tecidos. Refere, no entanto, que «as reduções de vendas para o Ultramar<sup>1067</sup>, (...) e causaram ao longo do ano sérias apreensões e prejuízos de vulto às unidades que especialmente se dedicavam a estes mercados», embora, no final do ano, já se tenha verificado uma razoável abertura.<sup>1068</sup>

Também o industrial tortosendense José Pinto Sousa, num Suplemento sobre Tortosendo, no *Notícias da Covilhã*, considera que o momento presente é para a indústria de lanifícios, regra geral, de bastante trabalho. Apesar das muitas contingências, quer ser «otimista». O mesmo industrial salienta, ainda, que «nalguns casos, a indústria local equipou-se também com modernas e produtivas máquinas, embora não se tivesse aqui realizado qualquer grande empreendimento de conjunto, que aliás foi tentado. O condicionamento industrial teve a sua parte de responsabilidade e os homens (não) fizeram o resto».<sup>1069</sup>

Em outubro, o *Notícias da Covilhã*, torna públicas as conclusões do Relatório e propostas apresentadas e medidas a tomar sobre a «Reorganização da Indústria de lanifícios e criação de novas indústrias na Cova da Beira, da responsabilidade do Grupo de Trabalho da Cova da Beira (GTPCB)». Fica a saber-se que «as 114 empresas existentes que exploram uma monoindústria a exigir diversificação, respondem por cerca de 36% da produção nacional de lanifícios». Embora exista um elevado número de pequenas empresas, «cerca de 10 unidades integradas e organizadas a nível europeu, são responsáveis por cerca de 50% da produção local e apresentam bons níveis de rentabilidade». Dado que as exportações e a colocação na indústria de confeção têm aumentado em bom ritmo, nos últimos dez anos, seis empresas construíram «novas e bem dimensionadas unidades fabris implantadas no vale, com racionais linhas de produção». Teme-se, no entanto, que a indústria tenha que vir a dispensar alguma mão-de-obra, caso os industriais se organizem e venham a utilizar-se «os espantosos

---

<sup>1067</sup> «em consequência das medidas de contingentação adotadas, contrariam de certo modo o surto expansionista exportador».

<sup>1068</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.3.1973.

<sup>1069</sup> *Ibidem*, 29.9.1973.

progressos tecnológicos, juntamente com maiores consumos de fibras sintéticas». A indústria poderá e deverá permanecer ativa noutras fases do mesmo setor (confeções e malhas) ou em atividades que diversifiquem o setor (construção e maquinaria têxtil, produtos para a construção fabril, próprios da zona integrada, etc. (...)) Pensa o GTPCB que para a reorganização e reconversão locais, é necessário criar incentivos:

A criação de Parques industriais, Centros de Cooperação Técnica, Formação profissional, etc., etc. Para as dificuldades de transportes, enquanto não for possível melhorar os transportes (previstos no IV Plano de Fomento) se isentem os transportes aéreos regionais.<sup>1070</sup>

### **3.3.5 Situação da indústria de lanifícios em 1974**

Em Tortosendo, em abril de 1974, laboravam cerca de 18 unidades fabris de lanifícios, entre esfarrapadeiras, cardações, fiações, tecelagens (predominantes), tinturarias e ultimações. (diz o Sindicato)

O Sindicato, logo no final desse ano procedeu a uma «recolha de elementos sobre empresas», através de inquéritos enviados às mesmas. Responderam dez firmas, a saber: António Matias Batista & Irmãos; Empresa Industrial do Tortosendo, Lda.; João Pontífice & Filhos, Lda.; M. Figueiredo, Lda.; Moura & Batista, Lda.; Ranito & C<sup>a</sup>, Lda.; Sociedade de Lanifícios do Tortosendo, Lda.; Sociedade de Fabricantes, Lda.; Têxtil Godilança, Lda.; Têxteis Moura & Mattos, S.A.R.L. (10 Firmas).

Com as respostas, elaborámos os quadros que se seguem. Apesar disso, procurámos ainda destacar os aspetos mais importantes. Quanto à questão «Capital fixo» elaborou-se um primeiro quadro com a indicação das máquinas de cada uma das fábricas atrás referidas, bem como o número de operários de cada uma delas.

---

<sup>1070</sup> *Notícias da Covilhã*, 27.10.1973.

QUADRO 2.31. CAPITAL FIXO (Maquinaria) 1974

<p><b>António Matias Batista &amp; Irmãos</b> 15 teares; 2 esfarrapadeiras; 2 urdideiras manuais ; 1 urdideira mecânica; 1 caneleira; 1 enroladeira; 1 bobinadeira e 1 meadeira. <b>Operários:</b> Tecelagem - 18; Esfarrapadeira – 2</p>	<p><b>Ranito &amp; Cª, Lda.</b> 6 teares e respetivos apetrechos. <b>Operários:</b> Tecelagem 9</p>
<p><b>Empresa Industrial do Tortosendo, Lda.</b> 4 sortidos de cardas; 7 fiações; máquinas accessórias <b>Operários:</b> 30</p>	<p><b>Sociedade de Lanifícios do Tortosendo. Lda.</b> Máquinas e aparelhos de ultimação e tinturaria diversos. <b>Operários:</b> 94</p>
<p><b>João Pontífice &amp; Filhos, Lda.</b> 1 bobinadeira; 7 urdideiras; 1 máquina de atar teias; 2 caneleiras; 41 teares; 1 máquina de medir fazenda. <b>Operários:</b> Tecelagem 52; Retorcedor 2</p>	<p><b>Sociedade de Fabricantes, Lda.</b> 106 teares, 4 bobinadeiras; 6 caneleiras; 12 urdideiras; 2 meadeiras; 1 máquina de atar; 4 retorcedores <b>Operários:</b> Tecelagem 194</p>
<p><b>M. Figueiredo, Lda.</b> 18 teares mecânicos; 2 urdideiras mecânicas; 2 caneleiras; 1 bobinadeira. <b>Operários</b> Tecelagem 22</p>	<p><b>Têxtil Godilança, Lda.</b> 13 teares mecânicos; 1 caneleira; 1 embobinadeira; 1 urdideira <b>Operários:</b> Tecelagem 26</p>
<p><b>Moura &amp; Batista, Lda.</b> 50 teares mecânicos; 4 caneleiras; 3 urdideiras; 2 retorcedoras <b>Operários:</b> Tecelagem 65</p>	<p><b>Têxteis Moura &amp; Mattos, S.A. R. L.</b> 76 teares convencionais, 12 teares automáticos; 7 urdideiras; 4 ???; 2 retorcedores; 2 bobinadeiras; 6 sortidos de 2.000 fusos. <b>Operários:</b> Tecelagem 150; Cardação 30</p>

Fonte: «Pasta de Dados Estatísticos, de 1960 a 1982», SNPILCB – Secção do Tortosendo,

Seguidamente e depois de obtidas as respostas às perguntas, elaborou-se o Quadro Capital Fixo / Equipamento, bem como o Quadro Sinopse do Parque Industrial e, ainda, o Quadro Teares, mais específico.

QUADRO 2.32. CAPITAL FIXO / EQUIPAMENTO - 1974

Comprado há quanto tempo	É considerada obsoleta	Possibilidade de aumento da produção
<p>2- Não responderam. 3- Indicam "vários" 1-Há 2 anos 1-Algumas há mais de 30 1-Mais antiga 20 anos e a mais moderna no ano anterior 1-Adquiridas entre 1949 e 1974 1- 1 sortido e 2 fiações em 1974 1- ----- 1-De diversos tempos</p>	<p>4- Não respondem. 1- Responde Não 2- Obsoleta 1- Só 2 teares 1- 7 teares 3- Uma parte 1- Uma parte da tecelagem e uma pequena parte da cardação</p>	<p>6- Não respondem 1- Afirma que não tem. 1- Prevê uma possibilidade de cerca de 20% com pessoal e maquinaria existentes. 1-Aumento de carteira de encomendas 1-Maquinaria nova, novo edifício 2- Com a reconversão da tecelagem</p>

Fonte: «Pasta de Dados Estatísticos, de 1960 a 1982», Arquivo do SNPILCB – Secção do Tortosendo.

QUADRO 2.33. SINOPSE DO PARQUE INDUSTRIAL (DEZEMBRO DE 1974)

Adquiridas (estado)	Caneleiras (27)	Meadeiras (8)	Bobinadeiras (22)	Urdideiras (38)
Novas	59 %	75%	63,6%	71%
Usadas	41 %	25%	36,4%	29%
Com menos de 20 anos	87,5 %	87,5%	77,3%	68,5%
Com mais de 20 anos	30 %	12,5%	22,7%	31,5%

Fonte: «Pasta Dados Estatísticas», 1960 a 1982, SNPILCB, Secção do Tortosendo.

QUADRO 2.34. TEARES 1974 (502)

Adquiridos novos	0 a 10 anos	10 a 20 anos	20 a 30 anos	30 a 50 anos	Mais de 50 anos
60%	25,6%	15,6%	27,7%	10%	20%

Fonte: Sindicato. Pasta «Dados Estatísticas», 1960 a 1982

Da análise destes quadros sobre o equipamento, podemos destacar o seguinte: enquanto as caneleiras, meadeiras, bobinadeiras e urdideiras, com «menos de 20 anos», são entre 68,5% e 87,5 %, os teares, «com menos de 20 anos» são 41,2%, pelo que pode concluir-se que globalmente os teares são mais antigos que os restantes equipamentos fabris.

Perante estes resultados percentuais, fácil se torna compreender as respostas à questão «É considerado obsoleto». 4 (Quatro) não respondem, apenas 1 (uma) responde «Não», 1 responde «obsoleta» e as restantes atribuem o carácter de «obsoleta» a vários elementos do equipamento. Pelo que, perante a questão «Possibilidade do aumento de produção», depois de 6 que «Não respondem» e 1 (uma) que afirma que «Não tem possibilidades», 1 (uma) outra faz depender o aumento da produção do «aumento de carteira de encomendas» bem como 1 (uma) outra prevê aumento de 20%, provavelmente se também aumentasse a carteira de encomendas. 2 (duas) apontam como condição a «Reconversão da tecelagem» e 1 (uma) pela «Aquisição de maquinaria nova e novo edifício».

Em relação ao estado da maquinaria, a opinião do Sindicato foi a seguinte: «De qualquer modo o equipamento industrial dumas e doutras é antiquado; há máquinas com cerca de um século e com meio século são quase todas.» O Sindicato conclui: «A indústria de lanifícios que possuímos está praticamente ultrapassada em relação aos tempos de hoje. Estamos convictos, entretanto, que num futuro mais ou menos próximo, os Industriais se equiparão com moderno equipamento de molde a darem continuidade à indústria.»

Entre outras, também foi colocada o quesito: «Destino da produção», cuja resposta se encontra no quadro que se segue:



QUADRO 2.35 DESTINO DA PRODUÇÃO 1974 (10 Firmas)

Mercados	
Nacional	Estrangeiro
Das 10: 8- Produzem exclusivamente para o mercado nacional. 2- A Sociedade de Fabricantes, Lda. produz 80% e a Têxteis Moura & Mattos, S.A.R.L. 320.000 m (69,8%) 1-Armazenistas, Confeção e Retalhistas 4- Armazenistas e Confeção 2-Confeção	-Sociedade de Fabricantes, Lda. produz 20% (a Armazenistas e Confeção) - Têxteis Moura & Mattos, S.A.R.L. 138.000 m (30,1%) para Confeção

Fonte: «Dossier Controlo Operário de 1974 a 1977», Sindicato SNPILCB – Secção do Tortosendo,

Em relação a esta questão, apenas duas firmas indicam como destino o mercado estrangeiro: uma delas exportava 30,1% e a outra, ainda menos - 20%.

O valor económico da indústria corresponde anualmente a produtos acabados e exportados no valor de cerca de 300 000 contos. A matéria-prima é importada, 50% de outras regiões do país, 30% da Austrália, 15% da África do Sul e 5% de diversas origens.

Estes quadros anteriores eram de tal forma esclarecedores que podiam tirar dúvidas a quem ainda as pudesse ter. Alguns industriais admitiram que «Sempre houve problemas de escoamento», crises; mas apontavam, igualmente, causas recentes: a crise mundial e a crise nacional, os preços na indústria que deixaram de ser competitivos o que veio a agravar-se depois do 25 de Abril, «desde que sejam consideradas as bruscas e elevadas altas salariais e regalias sociais». (Lembramos que o Inquérito foi lançado no final de 1974.)

Mas, do nosso ponto de vista, mesmo antes de conhecermos esta documentação do Sindicato, de uma forma geral, considerávamos que na posse de uma maquinaria tão ultrapassada era difícil competir com outros países, como Inglaterra e Itália, apesar da mão-de-obra barata que em finais de 1974, já conseguira aumentos.

Em 1973, com a crise petrolífera resultante do conflito no Médio Oriente, cujos reflexos se fizeram sentir na economia mundial, agudizam-se os problemas da indústria têxtil, em virtude do aumento do preço dos produtos petrolíferos e, conseqüentemente, das matérias-primas. Por conseguinte, foi em situação de crise que a indústria de lanifícios enfrentou o 25 de abril.

### 3.3.5 Conclusão

Para Alfredo de Sousa, na década de 60/70 do século passado, três acontecimentos tiveram implicações nos campos económico-sociais. Em 1959, a adesão à EFTA,

através da assinatura do Tratado de Estocolmo, permitiu a abertura à Europa e proporcionou investimentos estrangeiros e «auxílios diretos, como o fundo de desenvolvimento EFTA.»<sup>1071</sup> Depois a Guerra Colonial, apesar de exigir 40% do orçamento, conjuntamente com a emigração, provocou grande falta de mão-de-obra que abriu a porta à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O crescimento económico registado nos primeiros anos da década de 60 «depressa é substituído por uma situação de recessão, determinada em grande parte, pelo aumento crescente das despesas militares, o que, conjugado com as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo, provoca uma inflação galopante que atinge diretamente o poder de compra das classes trabalhadoras.»<sup>1072</sup>

---

<sup>1071</sup> Alfredo de Sousa, «Os anos 60 da nossa economia» in *Análise Social*, vol. xxx (133), 1995 (4.º),

<sup>1072</sup> Daniel Cabrita e José Ernesto Cartaxo, «A formação da Intersindical» in *Contributos para a história do movimento operário e sindical*, Coord. geral Manuel Carvalho da Silva ; autores Américo Nunes... [et al.], [Lisboa] : CGTP-IN : IBCJ - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, p. 44.

## CAPÍTULO 3

### **A SOCIEDADE TORTOSENDENSE DO ESTADO NOVO**



Neste capítulo intitulado «Sociedade tortosendense», merecem a nossa atenção os seguintes aspetos: População, Atividades da população, Família, Ensino e Grupos sociais.

## 1. A POPULAÇÃO

Neste ponto, analisaremos a evolução da população, em geral, bem como da população ativa e o contributo dado pelos tortosendenses à emigração.

### 1.1 Evolução demográfica

QUADRO 3.1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1920 - 1970)

Anos	Total de efetivos	TCAM %
1920	6 032 991	---
1930	6 825 881	1,24
1940	7 722 152	1,24
1950	8 441 312	0,89
1960	8 851 289	0,48
1970	8 663 252	-0,21

Fonte: Teresa Rodrigues, "População", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 786.

Este quadro demonstra que entre 1920 e 1970, se verificou um aumento de dois milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e sessenta e um indivíduos, não processado a um ritmo uniforme. Este crescimento nota-se, particularmente, na década de 20 e prossegue no início da década de 30, devido à crise de 1929-1931, bem como nos anos abrangidos pela Segunda Grande Guerra. Por um lado, as condições nestes dois períodos obrigaram a um corte nos fluxos da emigração, porque os países de acolhimento fecharam as suas portas. Por outro lado, o saldo fisiológico manteve-se positivo, porque a natalidade compensou a mortalidade. Desta forma, atingiu «a população portuguesa, até ao final da Segunda Guerra Mundial, crescimento notável»<sup>1073</sup>.

A taxa de crescimento anual começa a baixar a partir de meados da década de 40, com o fim da Guerra. Essa baixa acentua-se ainda na década de 50 e atinge o pico na década de 60, em que apresenta taxa negativa. Tal ficou a dever-se às Guerras Coloniais (embora não tenham tido consequências na mortalidade) e ao aumento da emigração.

<sup>1073</sup> Sacuntala de Miranda, «A evolução demográfica» in Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 259.

A emigração como destino alguns países europeus, mormente França (em 1963 os portugueses atingiram neste país 21,5% do total de imigrantes) e Alemanha, bem como as colónias, para onde «nunca tinha atingido valores muito significativos, mantinha-se modesta, apesar de um relativo incremento». Para este decréscimo, também contribuiu a descida contínua da mortalidade e da natalidade, apesar de se verificar «o progressivo, embora lento, envelhecimento da população e uma subida da taxa de nupcialidade»<sup>1074</sup>.

Na década de 70, regista-se um novo aumento da população. Com o fim da Guerra Colonial, regressam os soldados e também os «retornados», logo após a descolonização. Para este acréscimo contribuiu, ainda, o regresso de muitos emigrantes do continente europeu, que atingiram, a situação de reforma.

As alterações demográficas, ocorridas entre 1920 e 1970, em Tortosendo, estão patentes no quadro que se segue:

**QUADRO 3.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO TORTOSENDO (1920-1970)**

	1920	1930	1940	1950	1960	1970
<b>Tortosendo</b>	3065	3579	4 489	5 204	5 795	4717
		+ 373 11,6%	+ 910 25,4%	+ 715 15,9%	+ 591 11,3%	-1078 -18,6%

Este apresentou (esboceto) em 14.4.1967 e a Câmara enviou-o em 30.6.1967 à D. G. do Serviço de Urbanização

Entre 1920 e 1960, regista-se um aumento da população e de 1960 para 1970 um valor negativo correspondente a menos 18,6%. Tortosendo acompanha a evolução da população portuguesa, marcada pela melhoria das condições de saúde, pela alteração de «atitudes, face à fecundidade, veiculadas pela ideologia dominante<sup>1075</sup> e, particularmente, pelos movimentos migratórios que afetaram o País.

## 1.2 Evolução da população ativa

Do estudo da evolução demográfica, passamos à análise da evolução da população ativa de Portugal, igualmente com base num quadro.

<sup>1074</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *op. cit.*, p. 420.

<sup>1075</sup> Teresa Rodrigues, «População», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 788.

QUADRO 3.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA PORTUGUESA (%) - 1930 A 1970

Setores	1930	1940	1950	1960	1970
<b>Agricultura</b>	51	52	49	43	33
<b>Indústria</b>	19	21	25	29	33
<b>Serviços</b>	30	27	26	28	34
<i>Transportes</i>	3	3	3	4	5
<i>Comércio</i>	6	7	8	9	12
<i>Administração</i>	3	4	4	4	5
<i>Diversos</i>	18	13	11	11	12

Fonte: Ana Bela Nunes (1989)<sup>1076</sup>

Da análise do quadro precedente, algumas conclusões podem ser retiradas. Globalmente, no conjunto da atividade económica portuguesa, «é patente o peso do setor primário, entre as décadas de 30 e de 60 o que acentua o atraso da modernização socioeconómica do país»<sup>1077</sup> e, em 1930, o índice da ruralidade portuguesa situa-se nos 82%.<sup>1078</sup> De uma análise mais detalhada, pode concluir-se que, da década de 30 para a de 40, aumenta a população ativa, tanto na indústria como na agricultura. Em 1940, a população agrícola atinge o seu máximo valor, embora ao longo da década que então se inicia, se verifique o avanço das indústrias transformadoras. (...) Paralelamente ocorreu o desenvolvimento industrial, em sentido lato (construção civil, obras públicas e eletricidade), acompanhado do desenvolvimento nos setores dos transportes e comunicações. No entanto, «Portugal deixava de ser, na década de 50, um país e uma sociedade predominantemente rurais» e, embora muito lentamente, «passava por um processo transformador que se acentuaria com a integração na EFTA, no final da década»<sup>1079</sup>. Similarmente aumenta o peso do comércio, que passa de uma ocupação de 8% para 12%, o que corresponde a um aumento de 50%.

Ana Bela Nunes considera que a década de 1950 foi de arranque do moderno crescimento económico.<sup>1080</sup> A nível nacional, na década de 60, verifica-se, portanto, um atraso do setor primário e um grande crescimento do secundário e do terciário (comércio, serviços e administração pública). Em consequência, ocorrem alterações nas

<sup>1076</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Classes Sociais» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Volume VIII - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 329.

<sup>1077</sup> Fernando Martins, «Visão sintética sobre as realidades estruturais do país», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, Editorial Presença, Lisboa, 1992, p. 272.

<sup>1078</sup> <http://www.engenhoeobra.com.pt/index.asp> Acedido em 16.12.2008.

<sup>1079</sup> César Oliveira, «A evolução social: modificação e tensões», *op. cit.*, p. 557.

<sup>1080</sup> Ana Bela Nunes, «A evolução da estrutura, por sexos, da população Ativa em Portugal — um indicador do crescimento económico (1890-1981)», in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º-4.º), 713.

taxas de urbanização da população portuguesa, bem como na estrutura da população ativa.

Tortosendo, no entanto, foge a este modelo económico. Acompanhando a evolução da indústria de lanifícios, assunto estudado nos capítulos Vida Económica Tortosendense e Lutas e Aspirações da Classe Operária, facilmente se conclui que a população ativa do Tortosendo, se dedica desde longa data, predominantemente, àquela indústria. Neste momento deve ressaltar-se que acompanha a evolução da atividade industrial, desde a artesanal com instrumento próprio de trabalho em regime domiciliário nas lojas da sua habitação, até à reunião em «casões» e, mais tarde, em fábricas propriamente ditas, consequência da utilização da eletricidade.

Em 1919, *A Manhã* (jornal da capital), realiza uma grande reportagem sobre a crise da Covilhã, que inclui um artigo sobre Tortosendo. Apresenta Tortosendo com 22 fábricas disseminadas, com uma população superior a 800 operários.

Em 1960 - 1412 operários – 40% da população total; destes, 1260 operários a laborar na indústria de lanifícios

**QUADRO 3.4 NÚMERO DE OPERÁRIOS (1937; 1948;1959; 1969; 1974) TORTOSENDO**

Totais					
1937	1948	1959	1960	1969	1974
827/681	658	1046	977	974	1047

Fonte: Américo Costa, *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Livraria Civilização, 1948

Em 1960, com vista à Urbanização do Tortosendo e à elaboração do respetivo Plano, foi feito um Inquérito Urbanístico Individual, por cada Chefe de Família e por Habitação.<sup>1081</sup> Com os resultados obtidos, no que concerne a atividades, elaborou-se o quadro que se segue e que confirma, claramente, o que temos vindo a defender sobre o Tortosendo.

**QUADRO 3.5 - 1960 - CHEFES DE FAMÍLIA – ATIVIDADES**

Total	Admin.	Agrícola	Comercial	Industrial	Profissão liberal	Transportes	Artesanato	Construção civil	Outras	Sem Profissão
906	40	67	71	427	8	24	63	27	18	161

Quadro elaborado pela autora

<sup>1081</sup> AMC, Câmara, DMO, Maço 529.



De acordo com o quadro, foi levantado um total de 906 Chefes de Família. Destes, 161 são identificados «Sem profissão». Neste grupo a grande maioria são mulheres, cujos filhos trabalham nas indústrias locais. Dos 906, retirados os 161 restam 745.

Se juntarmos os 427 (Atividade industrial) com os 63 (Atividade artesanal) obtém-se 490. Em relação aos 745, representa uma percentagem de 65%. Os restantes, perfazem 255, ou seja, 34%. Pode, pois, concluir-se:

A indústria, principalmente a de lanifícios, é a atividade de maior importância para a vida do aglomerado, uma vez que ocupa 1/3 da população (38%) e dela dependem mais de 80% da mesma.

A Atividade agrícola ocupa apenas 67 Chefes de Família.

Numa vila com características urbanas, estão representadas as Atividades: comercial, administrativa, liberal, transportes.

### 1.3 Migrações: «de» e «para» Tortosendo

<i>“Trabalhar de sol a sol Quantos são os outros que comem O pão que a gente semeia? Vou-me embora desta terra.”</i>	<i>Vinham notícias de França “Cá a gente tem trabalho Tem sindicatos bières Vacances securité Deixa a terra. Vem-te embora!”</i>
--	--

Manuel Alegre, *O Canto e as armas*,

A diáspora portuguesa também inclui, em si, muitos filhos do Tortosendo. Por todo o Portugal, por essa Europa fora, pela África, pela América, há tortosendenses. As razões que os levaram a deixar a sua Terra foram as mais variadas! Saíram os mais corajosos, por sua iniciativa ou espírito de aventura, mas, no geral, à procura de uma vida melhor; saíram os rurais em busca de trabalho assegurado, salário mais elevado e de regalias sociais e da previdência. Outros foram, quase empurrados, em épocas de crise dos lanifícios, que ciclicamente se sucediam no setor ou quando veio a modernização e sobrou mão-de-obra; outros, ainda, para fugirem ao serviço militar e, principalmente, por causa de uma guerra colonial com a qual não concordavam ou à procura da liberdade para expressar as suas ideias; e, até, felizmente, alguns para

prossequirem estudos, guindando-se a posições que não haviam de ter lugar na Terra natal, em busca de uma vida melhor para si e para os seus.<sup>1082</sup>

### 1.3.1 Migrações internas

Se os tortosendenses saíram para outros pontos de Portugal, se movimentaram dentro de Portugal em busca de melhores condições de trabalho, em Tortosendo também fixaram residência aqueles que pensavam regressar a suas terras depois da realização de determinados trabalhos.

#### ■ EMIGRAÇÃO

Reportando-nos ao período em apreço, sabemos que muitos tortosendenses saíram da sua terra em busca de trabalho, ou mesmo melhores condições de trabalho. Assim, pedreiros e carpinteiros do Tortosendo partiram para a Ilha do Faial, em virtude do grande terramoto que aí ocorreu, em agosto de 1926, e que causou elevadíssimos prejuízos materiais, para participarem nas obras de recuperação da Ilha. Desses artistas, quase todos regressaram ao torrão natal, à exceção de António Barata e António Dias que aí permaneceram e constituíram família.<sup>1083</sup>

Em 1927/1928, em tempo de crise maior dos lanifícios, alguns operários de Tortosendo saíram para outras terras em busca de trabalho. Através de testemunhos, sabemos que nem todos regressaram, caso dos que permaneceram, por exemplo, na Arrentela (arredores de Lisboa).

Luiz Fernando Carvalho Dias, no seu estudo - «Aspetos Sociais da População Fabril da Indústria dos Panos e Subsídios para uma monografia da mesma Indústria», 1937, emite a seguinte opinião:

Os operários dos lanifícios são, em regra, naturais das terras onde trabalham ou dos seus arredores. Em regra, só o grémio da Covilhã e o de Gouveia fornecem operários especializados aos outros grémios. Deve recordar-se que na Covilhã a Escola Industrial foi criada, por decreto de 3 de janeiro de 1884 (hoje Escola Secundária Campos Melo), para formar técnicos para a sua indústria. (...) Nestes dois grémios [Lisboa e Porto] encontram-se bastantes operários da Covilhã que ocupam, vulgarmente, os lugares de mestres de secção (afinadores), tecelões, empregados fabris e trabalho especializado exclusivo de mulheres. São, geralmente, contratados para virem ocupar diretamente estes lugares. No entanto, nestes dois grémios, a população natural da Covilhã, não excede 98 operários.<sup>1084</sup> Do Tortosendo eram sete.

<sup>1082</sup> Adélia Mineiro, «Ai, Tortosendo, Tortosendo Não tem saudades quem quer», Revista Florinda, dezembro de 2000.

<sup>1083</sup> João Augusto Barata, «António Barata: Tortosendense Octogenário foi notícia nos Açores» in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1992.

<sup>1084</sup> Idem Luiz Fernando de Carvalho Dias

Precisamente, em 1937, temos conhecimento que operários tortosendenses saíram para os seguintes lugares:

**QUADRO 3.6 - Emigração desde Tortosendo, POVOAÇÕES DE DESTINO - 1937**

Covilhã	Unhais	Cebolais	Vila Cova	Lisboa
46	1	2	1	7

Fonte: Luis F.Carvalho Dias, Capítulo VII

José Laço, que passou, por essa experiência ao sair para Mação, escreveu-nos o seguinte testemunho que vem corroborar o que atrás expressámos:

Na década de 60, a massa operária [do Tortosendo] começou a mover-se ao som de melhor oferta de trabalho. (...) acorriam ao lugar de onde a chamada se fazia. Era o caso das zonas industriais, onde se concentravam grandes massas de operários, e predominavam os lanifícios, para além de outros ramos de atividade industrial, que o desejo de fuga para outros lugares, mais se fazia sentir e melhores contratos remuneratórios de trabalho lhes eram oferecidos. (...) Eram zonas onde o trabalho especializado falhava» e os operários tortosendenses eram detentores de «uma formação profissional muito eficaz, essa qualidade, valorizada, não era devidamente compensada e, então, essas capacidades começaram a partir para outros lugares, onde as suas competências fossem reconhecidas e melhor aproveitadas, e a elas correspondesse, em salário, o mérito que as determinou.»<sup>1085</sup>

«E as mudanças no país, dos que se sentiam mais confiantes, começaram a crescer e, a pouco e pouco, o número dos que partiram foi engrossando, tendo os seus destinos: no Porto, Lisboa, Coimbra, Avelar, Castanheira de Pêra, Mira de Aire, Seia, Cebolais, Mação (...) onde tiveram a oportunidade:

de pôr à prova as suas qualidades de trabalho, os seus conhecimentos nos ramos de atividade que exerciam, quer na tecelagem, na afinação de máquinas, na criação de novos padrões nos tecidos de lanifícios, nos escritórios, na contabilidade, à área da construção civil e noutros ramos, de que se houveram com muita proficiência e foram valores muito positivos nas empresas, alcandorando -se a lugares cimeiros na escala profissional, e, conseqüentemente, a subida de alguns pontos na tabela remuneratória.»<sup>1086</sup>

Muitas famílias permaneceram nessas terras. Em Avelar pudemos contabilizar (oito) famílias, havia uma verdadeira colónia que aí se impos. António Coelho, como afinador e sua mulher, Ana Simões, como passadeira, foram os primeiros. Outro casal, Alfredo Craveiro e Elvira Gomes, ingressaram em fábricas do Avelar, nos mesmos

<sup>1085</sup> Depoimento escrito de José Laço, Tortosendo, 18 de abril de 2011.

<sup>1086</sup> Depoimento escrito de José Laço, a pedido da autora. Tortosendo, 18 de abril de 2011.

postos de trabalho. Na segunda geração, um filho do primeiro casal, João Simões, fundou uma firma comercial de peças para teares. (Completar)

#### ■ IMIGRAÇÃO

O Tortosendo, por seu turno, também foi considerado como destino interessante. Para trabalhar nos lanifícios vieram operários de lugares mais próximos e, até, de alguns bem afastados. Dos mais próximos, em número significativo: Covilhã (30), Unhais (22), Boidobra (16), Refúgio (14), Aldeia do Carvalho (7), Vales do Rio (5), Paul (5), Cortes (4), Coutada, Peso (3), Ourondo (3), Dominguiso (2), Casegas (2), Ferro, Peraboa, Erada, Teixoso (1). Do concelho do Fundão: Silvares, Fundão, Capinha, Soalheira (2) e um de Alcaria. Também do outro lado da Serra [da Estrela]: Gouveia (5), S. Romão (3), Alvoco da Serra (2). Lugares mais afastados que contribuíram com um elemento: Maçainhas, Chaves, Vila Velha de Ródão, Vila Nova de Ourém, Tomar, Felgueiras, até Lisboa representada por 5 elementos. Perfaziam um total de 142.

No Tortosendo, há alcunhas que são identificativas da proveniência dos operários dos lanifícios ou outros: Manuel de *Alvoco*, Domingos de *Casegas*, José do *Peso*, Joaquim do *Aguincho*, Zé das Cortes, António S. *Vicente*, que aqui se instalaram com suas famílias.

No tempo de construção dos edifícios fabris, durante e no pós Segunda Guerra, esses trabalhos já eram conduzidos por firmas Construtoras que traziam consigo mestres de obras e/ou encarregados e toda a gama de artistas especializados, desde pedreiros a estucadores, artistas do mármore e do marmorite, etc. Alguns destes constituíram aqui família, pois casaram-se com jovens tortosendenses e eram conhecidos pela alcunha da sua profissão, por exemplo: «Marmorista», «Pedreiro».

Outros vieram por sua própria iniciativa. Destes, alguns trouxeram as suas famílias, foi o caso do pai de Maria Antónia Gonçalves:

O meu pai já aqui trabalhava (como pedreiro) aqui no Tortosendo. Veio para cá quando começaram a fazer as fábricas. O construtor era o Sr. José de Matos. (...) Vim com doze anos. Viemos foi quando começaram a fazer a casa do Sr. Batista. Era um casarão grande. Depois foi a fábrica do Sr. Zé laço e do Sr. João Afonso e aquelas casas (as da Farmácia), a fábrica do Sr. Jota, a fábrica do Sr. Trindade. E depois o Bairro do Sr. Batista, a fábrica do Sr. Vitória, do Sr. Apolinário Batista.

1087

---

<sup>1087</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Antónia Gonçalves, Membro da Acção Católica», in *Boletim da LAT*, n.º 55, 1.º Trim., 2003.

Também vieram funcionários para o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, agentes da Guarda Nacional Republicana, empregados para a Farmácia, oficiais de barbearia (existia um estabelecimento com várias cadeiras), relojoeiros, operários para a Moagem.

Vieram, igualmente, comerciantes para instalarem novos ramos de comércio para responderem a novas necessidades: drogaria, estabelecimento de tecidos, lojas de modas, instalação de uma Tipografia.

José Dias Pinheiro, agente da GNR, testemunhou o seguinte:

E, então, uma vez apresentado em Castelo Branco, disseram-me: -Vais para o Tortosendo. (...) Pensei: -Já estou como eu quero. Pois... fiquei perto da Covilhã, do liceu. Entrei aqui no dia 21 de maio de 1962, às cinco horas da tarde. E fiquei admirado na Avenida Viriato. (...) Já tinha dois rapazes, o Fernando só veio depois, já no Bairro do Cabeço. E dizia, na tropa, para os amigos que era torto e cabeçudo, por causa de ser do Tortosendo e do Bairro do Cabeço. E ainda cá estou!<sup>1088</sup>

Outros, em situação de desemprego nas suas terras, vieram em busca de trabalho. Foi o caso do serralheiro Américo Gil, em tempo de crise nas Minas da Panasqueira, em plena Segunda Guerra Mundial.

Vim-me embora (das Minas da Panasqueira) quando da Guerra dos Ingleses com os Alemães. Fizeram uma pequena concessão aos Alemães onde fizeram uma casa com um postigo e onde compravam o minério a toda a gente que lá fosse vendê-lo, chamada a Casa do Quilo. Em (19)43 a Beraltin despedia a maior parte do pessoal e deixou só o pessoal indispensável. Fui abrangido por esses despedimentos. Nessa altura ganhava 40 paus por dia. (...) Vim para casa da minha Tia Vitória e do meu tio Pintassilgo. Entrei na oficina do Joaquim Lopes que era afinal do José de Matos – oficinas de madeira e ferro.<sup>1089</sup>

### 1.3.2 Migrações externas

O Estado Novo «subordinou o direito individual de mobilidade externa aos interesses económicos do País e à valorização dos territórios do ultramar pelo aumento da população branca.»<sup>1090</sup> «Em outubro de 1947, é criada a Junta de Emigração.<sup>1091</sup> Define-se como objetivo estratégico a implementação de um sistema de quotas emigratórias que tivesse em conta um número máximo de saídas ponderado segundo as

<sup>1088</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Pinheiro, Cabo da GNR aposentado», in *Boletim da LAT*, n.º 68, 2.º Trim., 1997.

<sup>1089</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Américo Gil, Serralheiro», in *Boletim da LAT*, n.º 27, 3.º Trim., 1998.

<sup>1090</sup> Decreto-Lei n.º 36.199 de 1947. Maria Ioannis Baganha, «Emigração», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.616. De destacar que Decreto-Lei n.º 33.918, de 5 de setembro de 1944 interditava a concessão de passaporte ordinário a «operários de qualquer indústria ou trabalhadores rurais». Este diploma, em conjunto com o Decreto-Lei n.º 16.782, de 27 de abril de 1929, que proibia «a emigração de indivíduos com mais de 14 anos e menos de 45 que não provassem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar.

<sup>1091</sup> Pelo Decreto-Lei n.º 30.558, de 28 de outubro de 1947.

necessidades regionais e a estrutura da população ativa <sup>1092</sup>, não esquecendo a proteção do emigrante. Esta data, em virtude das disposições tomadas, é geralmente considerada, como o início do segundo período de emigração. Entretanto, na escola procuravam dissuadir-se os pais através dos alunos. Atente-se no texto, que nos foi declamado por Maria Lídia Proença:

#### EMIGRANTES

*Ó Beirões das Serranias  
Ó Minhotos dos Valeiros  
Que deixais a vossa terra  
Por países estrangeiros.*

*Despertai do vosso sonho  
Dessa embriaguez fatal  
Que a vossa maior riqueza  
Está aqui em Portugal.*

*Céu azul e sol de ouro  
Numa leira uma enxada  
No eirado milho louro  
Cachos negros na latada.*

*Uma casa caiadinha  
Para nela habitar  
Uma vaca, uma cabrinha  
Um porquito a engordar.*

*Uma esposa diligente  
Para doce companhia  
A cuidar dos seus filhinhos  
Cada noite e cada dia.*

*E mais nada é preciso  
Para a vida com doçura  
Decorrer em paz tranquila  
Desde o berço à sepultura.*

Testemunho de Lídia Proença [1927 - ]

Neste período que vai até 1965, aumenta a emigração que está em relação direta com o desenvolvimento europeu do pós-guerra, que só pode efetivar-se com o concurso da mão de obra importada, para a qual muito concorreu a mão-de-obra portuguesa. Para além de outra legislação, em maio de 1961, por meio de circular confidencial, o Ministério do Interior, através do governador civil, emite a seguinte disposição:

Ainda que a emigração para França dado o condicionalismo (por parte de França) referido nesta informação não seja de estimular, a verdade é que, dado o nosso saldo fisiológico e a necessidade de ocupar de ano para ano mais braços, leva-nos a correr os riscos apontados, tanto mais que, dada a facilidade na passagem da fronteira, o entrave à emigração poderia contribuir para que esta se fizesse clandestinamente, com todos os seus inconvenientes. De modo que a orientação a seguir é esta: repressão da emigração clandestina e a autorização de passaporte aos emigrantes que tiverem família em França ou assegurado o trabalho em condições satisfatórias.»<sup>1093</sup>

Em continuação, cerca de 1968, celebram-se os acordos de recrutamento e emigração com os principais países recetores da emigração portuguesa. Estes acordos «vieram permitir um melhor conhecimento e controle da oferta existente no exterior e, simultaneamente, obter regalias sociais para os emigrantes portugueses nos países de destino, bem como a permissão de transferência para Portugal das “remunerações do seu

<sup>1092</sup> Circular (confidencial) do governador civil, n.º 19, de 10.2.1950, AMC, *Maço de Corresp. Recebida*, n.º 210 de 1945 – 1950.

<sup>1093</sup> Circular (Confidencial) do Ministério do Interior, através do governador civil, de 18.5.1956, AMC, *Câmara, Maço de Corresp. Recebida*, n.º 207, 1951-1961.

trabalho e quaisquer outros meios financeiros próprios” (in, SECP; Emigração e Acordos, 1968:16).»<sup>1094</sup>

#### ■ MOTIVOS PARA EMIGRAR

Até 1966, na Câmara Municipal, no momento de emigrar, pergunta-se quais «as razões para emigrar». A resposta é, na generalidade, para «conseguir melhor situação»: parece que o funcionário escreve sempre o mesmo. Porém, o tortosendense Carlos Miguel, operário, que emigrou em 1968, justifica assim a sua decisão:

Não foi tanto pelo aspeto financeiro, foi mais pela falta de liberdade, não havia liberdade de expressão. Os trabalhadores tinham poucos direitos e não se podiam manifestar, porque eram apelidados de revolucionários. Ir para um país onde havia liberdade, era a ideia. Eu fui em março e a minha mulher em agosto.<sup>1095</sup>

Saem também alguns tortosendenses por motivos políticos, uns por não concordarem e outros na iminência de virem a ser detidos, por esses mesmos motivos. Este foi o móbil de Armando Madeira, operário:

Sim, indivíduos da minha célula foram presos. A última tarefa do Partido que tive em Portugal foi o transporte duma mala que era para esse camarada. Esperei por ele, ele não apareceu e, três dias depois, soube que tinha sido preso ele e mais um. Aquilo estava a começar a apertar e houve a oportunidade de ir embora para França e aproveitei.<sup>1096</sup>

Do material compulsado no Arquivo Municipal da Covilhã sobre Tortosendo, elaborámos quadros que permitiram caracterizar o movimento migratório dos tortosendenses para o estrangeiro.<sup>1097</sup>

Assim, até à década de 60 do século passado, saíram 20 homens, 15 para o Brasil, um para a Venezuela, outro para a Argentina, dois para a África Equatorial Francesa e apenas um para a Europa, para França. Para os países da América do Sul e para a África Equatorial Francesa, a legislação permitia que se saísse com «carta de chamada».

A emigração aumenta significativamente a partir dessa época e tem como destino os países europeus. No entanto, num total de 247 emigrantes, 93% destinou-se a França e apenas 6,4% para os restantes países. Uma grande parte da emigração para França foi clandestina. A existência de familiares ou conterrâneos «amigos», «conhecidos», nos locais visados é fator de preferência, através da Junta de Emigração, a embaixada

<sup>1094</sup> M. I. Baganha, «Emigração», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.617

<sup>1095</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Carlos Miguel: emigrante em França», in *Boletim da LAT*, n.º 19, 3.º Trim., 1996.

<sup>1096</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Armando Madeira: emigrante em França», in *Boletim da LAT*, n.º 72, 3.º Trim., 2010.

<sup>1097</sup>

canadiana. Setenta e oito estão assinalados que foram a salto. Passado algum tempo, vieram legalizar-se e, obviamente, já eram portadores de contrato de trabalho. O tempo entre estes dois momentos variou entre meses (mínimo de seis meses) e anos. Muitos dos indivíduos que partem com a família não regressam.

A saída dos 96 operários aconteceu da seguinte forma:

na década de 50 – 6 (seis) operários; na de 60 – 65; na de 70 – 25.

Entre 1954 e 1965 (inclusive) emigraram catorze operários; em 1966 dezasseis operários; e embora em 1967 diminua para oito, entre 1966 (inclusive) e 1974 saíram 54 operários. Apenas 9 (nove) homens tinham atividades pertencentes ao terciário. Estes números estão refletidos no primeiro quadro da «população».

Globalmente pode dizer-se que sai uma população não qualificada e, em consequência, destina-se a postos mais baixos nas fábricas. No cômputo geral de emigrantes, no destino, apenas nove continuaram operários e 57 (cinquenta e sete) passaram para a construção. No setor primário onze: agricultores, lenhador, mas também mineiros. Apenas oito homens foram destinados ao setor terciário.

Apenas um ligeiro comentário de Heitor Duarte sobre as «As migrações camponesas», por entendermos que se aplica à maior parte dos camponeses que emigraram a partir de Tortosendo: «Foi um movimento apolítico e pacífico, que não passou em nenhum momento pela ação política, mas que de acordo com o que acontece com os movimentos sociais da sociedade capitalista, foi um movimento de reação à pobreza, à opressão e à exploração social, que esteve na base da superação do sistema de produção da sociedade camponesa, do desenvolvimento do modelo de produção da sociedade capitalista e da introdução de um novo sistema de relações sociais na FOSBI (forma de organização social da Beira Interior (Forma de Organização Social da Beira Interior. (pp.3-5)<sup>1098</sup>

A partir de 1961, a maior parte adultos que se ausentaram têm idades compreendidas entre 30 e 39 anos. Substancialmente são casados (83,45 %). Os homens emigram, em geral, sozinhos e, assim que regularizam a situação e apresentam as condições exigidas, mandam ir as famílias.

Quanto às mulheres, De 1963 a 1970 os homens (maridos) mandaram ir mulher e filhos, pelo que os países de destino são os mesmos dos homens, bem como a incidência dos números. Cinco também foram a «a salto».

---

<sup>1098</sup> Heitor J. F. Duarte, *Migrações e Transformação Social*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica - Trabalho de Síntese, Universidade da Beira Interior, 1995. (pp.3-5).



## ■ A EMIGRAÇÃO ILEGAL

A emigração ilegal «faz-se transpondo a fronteira para Espanha indocumentado ou mediante passaporte ordinário, obtido nos governos civis, sobretudo dos distritos mais populosos, onde é mais difícil a verificação das verdadeiras intenções dos requerentes». Em abril de 1965, segundo o *Jornal do Fundão*, nas Beiras Alta e Baixa, «numerosos engajadores desenvolveram e continuam a desenvolver larga atividade, no aliciamento de indivíduos, fazendo-os sair do País, com destino a França, vulgarmente conhecidos por passadores «extorquindo a cada incauto importâncias que variam entre os 8 e 14 mil escudos. Foram presos uma série e aplicadas multas.<sup>1099</sup> Precisamente em 1965, inicia-se a terceira e última fase da emigração com a Resolução do Conselho de Ministros a 14 de julho. «A emigração clandestina é despenalizada, sempre que a mesma não constitua fuga aos deveres militares e a exigência e prova de habilitações literárias mínimas para a concessão de passaporte suprimida. A resposta a este aparente paradoxo encontra-se muito provavelmente na proposta de Lei n.º 27/X de 23 de fevereiro de 1973 de cuja leitura claramente ressalta que o governo não só não entendia a emigração como causa da falta de mão-de-obra como, o que é mais interessante, a entendia como contribuição inestimável para o progresso e desenvolvimento do País.<sup>1100</sup>

Também muitos tortosendenses foram ou tentaram ir sem sucesso, clandestinamente, para França. Contam-se muitas histórias de passagem «a salto». A meia-fotografia e meia nota de 20\$00. Intervenientes (passadores): um a dois portugueses (aliciantes), dois espanhóis e dois franceses. Passagem de Portugal para Espanha e daqui para França. Quando descobertos eram presos

Apolinário Barata [1944- ] fez a viagem com um «passador» e suportou grandes dificuldades até chegar a Paris:

Em princípios de janeiro de 1964, saímos de Tortosendo. (...) Foram necessários alguns dias para atravessar os Pireneus cobertos de neve. Certa noite estávamos demasiado fatigados. Perguntámos ao «passador» se podíamos descansar cinco minutos. Ele disse que era preciso continuar. O tempo estava contado. Sacou de uma pistola e disse-nos: -Os que não quiserem seguir, mato-os e lanço-os à ravina. No último dia, chegámos à última quinta, já em território francês. Passámos o dia a descansar. Quando nos dirigíamos para o camião que nos havia de levar a Paris, apareceram dois guardas-civis espanhóis, que prenderam quatro elementos do grupo que estiveram detidos um mês numa cadeia espanhola. Outro companheiro e eu lá continuámos e, algumas centenas de metros mais longe, encontramos o «passador» que nos encaminhou para o camião.

---

<sup>1099</sup> *Jornal do Fundão*, 4.4.1965.

<sup>1100</sup> M. I. Baganha, «Emigração», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.617

Os dois casos que se seguem foram completamente o oposto do anterior. Carlos Miguel, que saiu de Tortosendo, em março de 1968, recorda:

Fomos *a salto*, com *passaporte de coelho*, como se diz em França. Essa viagem Foi normal. Levaram-nos até Espanha de carro, atravessámos a Espanha de camioneta e em Hendaye apanhámos o comboio. Unicamente passámos a fronteira a pé. Já tínhamos o dinheiro e isso facilitou.<sup>1101</sup>

Armando Madeira, em meados de 60 do século passado, foi a «a salto», mas sem passador. De Lisboa veio para Monfortinho, onde, casualmente, encontrou um guarda republicano com quem tinha andado na Marinha e que o ajudou a passar a fronteira. Daí, por mera casualidade, foi até Ciudad Rodrigo com um passador e daí de autocarro até Salamanca, onde tomou o comboio até Hendaye. O nosso entrevistado esclarece-nos:

Não, não houve perigo. Quando cheguei à estação e perguntaram pelos papéis e não tinha, mandaram-me logo p'ró outro lado e, como levava uma direção duma pessoa de Paris, eles passavam o salvo-conduto. Depois, logo de manhã, lá fui para Paris, sem qualquer entrave, nem nada. Sim, a polícia espanhola fechava um pouquinho os olhos.

Em 1968 a imigração clandestina representava 80% do total da entrada de trabalhadores em França. Perante esta situação, o Governo Francês para normalizar a situação estabelece limitações e apertado controlo, em relação à entrada de trabalhadores, mas abre exceção para os portugueses:

Portanto, até setembro de 1971 os portugueses puderam vir clandestinamente para França, sem problemas. A regularização era possível desde que encontrassem um patrão que desse trabalho e não tivessem questões de saúde.<sup>1102</sup>

#### ■ ACOLHIMENTO NOS PAÍSES DE DESTINO

No país de destino, segundo o *Jornal do Fundão*, em janeiro de 1972, «aqui e ali, o operário estrangeiro não passa de um tolerado». E mais:

Os sindicatos, marcados pela política dos respetivos países não se têm mostrado capazes à consideração das diferenças dos emigrantes. O facto de ser estrangeiro é sempre impedimento a subir a lugares mais latos e mais rendosos.<sup>1103</sup>

---

<sup>1101</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Carlos Miguel: emigrante em França», in *Boletim da LAT*, n.º 19, 3.º Trim., 1996.

<sup>1102</sup> Assim no dia 28.7.1968 a carta-circular n.º 127 do Ministério des Affaires Sociales dava instruções aos Prefeitos e aos Diretores Regionais e Departamentos do trabalho e da Mão-de-obra, tendentes a limitar a regularização dos clandestinos. *Notícias da Covilhã*, 28.4.1973.

<sup>1103</sup> *Jornal do Fundão*, 2.1.1972.

Os Tortosendenses, como quase todos os migrantes, confrontaram-se nos países de acolhimento com essas dificuldades, embora tenham acontecido exceções, como foi o caso de Carlos Miguel:

Lá (em França) ao princípio foi a vida de um combatente. Passei por vários trabalhos, desde uma fábrica de móveis até à siderurgia, por uma fábrica de motores diesel, fui pintor... Até que cheguei a funcionário do Estado, juntamente com a minha mulher. Tentei tanto que cheguei a um lugar que é praticamente só ocupado por franceses. Mas não me naturalizei.<sup>1104</sup>

Armando Madeira relembra:

Foi essa pessoa [a quem fui dirigido] que me arranhou trabalho, andei três meses num jardim, no inverno. Custou bastante. Os papéis, consegui-os nessa altura, quando fui trabalhar para as flores. Depois, ao fim de três meses, ganhava pouco e fui trabalhar para a Citroën, que tinha uma fábrica, lá mesmo em Paris.<sup>1105</sup>

Em 1970 os problemas agravavam-se calculando-se em 10 mil o número de emigrantes legais e 30 mil clandestinos.»<sup>1106</sup>

*O Jornal do Fundão* defende:

A emigração, com o que tem de bom e de mau, veio promover a justiça que de outro modo se não alcançaria.»<sup>1107</sup> Porque permitiu evitar o desemprego em vários milhões de nacionais em idade ativa<sup>1108</sup>. 45 por cento do crescimento natural foi absorvido pela emigração e pelas migrações para as colónias.

«Uma sangria demográfica tão intensa influenciou a evolução demográfica do país», pois:

«promoveu um envelhecimento mais rápido da população do que aquele que o movimento fisiológico faria prever e uma pirâmide de idades em que os grupos etários em idade ativa se encontram relativamente sub-apresentados»; «permitiu também «um maior equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de trabalho nacional.»<sup>1109</sup>

O mesmo periódico acrescenta:

A estagnação económica não se deve à má situação financeira. (...) Simplesmente esse caudal de dinheiros ganhos lá fora por gente que aqui tem o seu passado e quer viver o seu futuro, não irriga as fontes da nossa economia.<sup>1110</sup>

---

<sup>1104</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Carlos Miguel: emigrante em França», in *Boletim da LAT*, n.º 19, 3.º Trim., 1996.

<sup>1105</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Armando Madeira: emigrante em França», in *Boletim da LAT*, n.º 72, 3.º Trim., 2010.

<sup>1106</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.6.1973.

<sup>1107</sup> *Jornal do Fundão*, 2.1.1972.

<sup>1108</sup> M. I. Baganha, «Emigração», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.618.

<sup>1109</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>1110</sup> *Jornal do Fundão*, 2.1.1972

Outras forças procuram refletir sobre emigração. Em abril de 1973, a SEDES, é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas promove, na Covilhã, um colóquio sobre Emigração.<sup>1111</sup> Em junho de 1973, o *Notícias da Covilhã* noticia que teve lugar, em Lisboa, o Encontro Nacional dos Secretariados das Migrações. Nesse Encontro, o Pe. Almeida Geraldês, responsável ao tempo nas migrações, «sumariou problemas surgidos da emigração, na diocese da Guarda, detetados a partir de inquéritos aos párocos e trabalhos feitos com mulheres e filhos de emigrantes dos concelhos da Covilhã, Guarda, Sabugal e Fundão. O semanário destacou alguns desses problemas:

separação familiar com consequências funestas, mau uso do dinheiro, diminuição forte da fé, educação dos filhos, casamentos feitos à pressa (1969). Em 1970 avultavam caos de revolta social e política, velhos abandonados, sentido burguês da vida do emigrante, desajustamento entre marido e mulher.

Rematamos, com a opinião do Tortosendense, José Laço Pinto:

Muitas são as famílias que gozam hoje de um padrão de vida com muita segurança e tranquilidade, que não seria possível se continuassem a viver as suas vidas nos locais onde nasceram. Daqui se infere que as migrações, como ponto de partida para melhor valorização pessoal e profissional do indivíduo, mas principalmente por melhores salários, (...) não se devem menosprezar, antes devem ser encaradas como um incentivo, para, noutros lugares, experimentarem a grande oportunidade de viverem uma vida mais tranquila, mais equilibrada de valores materiais e também culturais, que, por vezes, os novos ambientes proporcionam.<sup>1112</sup>

## 2. A família

*A autoridade do pai e o respeito dos filhos, a honra e pudor da mulher - cujo trabalho fora do lar deveria ser evitado -, o amor à Pátria, eis outros tantos valores tradicionais que necessitam da família para se imporem na sociedade. A família será, por isso, a garantia da moral, consistência e coesão do todo social.*

Salazar

No Salazarismo, «a família deveria ter uma estrutura autoritária, assente na figura do pai e no respeito pela hierarquia e pela idade»<sup>1113</sup>.

---

<sup>1111</sup> O colóquio teve lugar no salão do Sindicato do Pessoal da Indústria de Lanifícios. A mesa era constituída pelo dr. Alfredo de Sousa, Adriano Antero Tadeu Ferreira e José Reis Barata, todos sócios da SEDES. *Notícias da Covilhã* 28.4.1973.

<sup>1112</sup> Depoimento escrito de José Laço, Tortosendo, 18 de abril de 2011. José Laço, Tortosendo, 18 de abril de 2011.

<sup>1113</sup> Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a rutura», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo* (1910–1958), Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 590.

## 2.1 A Autoridade do Pai *versus* Missão da Mãe

Para se conseguir essa estrutura autoritária, «na família idealizada do salazarismo, cada membro tinha uma posição e um código de conduta próprios. No topo, o pai, abaixo dele, a mãe e os filhos. Obediência, respeito e gratidão animavam necessariamente estas personagens»<sup>1114</sup>.

Para além de classificar a estrutura familiar salazarista, de «essencialmente autoritária», Maria Filomena Mónica, classifica-a, ainda, de «estática»<sup>1115</sup> à custa da «consolidação dos seus elos familiares, conseguida pela interdição do divórcio em casamentos religiosos (interdição estabelecida pela Concordata de 1940) e pela desmotivação do trabalho feminino»<sup>1116</sup>. Por sua vez, o art.º 1678.º do Código Civil determina:

A administração dos bens do casal, incluindo os da própria mulher e os bens dotais, pertencem ao marido como chefe de família.<sup>1117</sup>

Pode ainda acrescentar-se que uma mulher casada não podia, por exemplo, sair para o estrangeiro sem autorização do marido. Portanto, as mulheres estavam sujeitas ao «veto» do marido no direito ao trabalho e a outros.<sup>1118</sup>

Enquanto ao homem, estava destinado o trabalho fora do lar, «a casa, o lar era o terreno, o espaço valorizado, reconhecido e legitimado para as mulheres na sociedade portuguesa»<sup>1119</sup>. Para se chegar a este desejado modelo de família, «había que indicar a cada uno su sitio y hacer que cada uno se sintiera en su sitio. Se distribuyan los papeles de una vez para siempre: el padre era *el poder*, la madre *la administración* y el niño *el súbdito*. Así debía ser el orden familiar de acuerdo con el orden natural de la jerarquía social»<sup>1120</sup>.

---

<sup>1114</sup> Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade...*, *op. cit.*, p. 273.

<sup>1115</sup> *Idem, ibidem*, p.272.

<sup>1116</sup> Carlos Reis, *op. it.*, p. 591.

<sup>1117</sup> Vicente, Ana, «Situação das Mulheres» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord), *Dicionário da História de Portugal*, Volume VIII - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 566.

<sup>1118</sup> À semelhança do regime franquista «eliminaba de él (de su ideal de mujer) todo aquello que no consideraba propio del carácter femenino, como la autonomía, la capacidad de decidir por si misma y su integración en el espacio público. Mercedes Rosado Bravo, «Mujeres en los primeros años del Franquismo. Educación, trabajo y salarios (1939-1959)», in Josefina Cuesta Bustillo (dir), *Historia de las Mujeres en España. Siglo XX*, Tomo II, Madrid, Instituto de la Mujer, 2003, p. 21.

<sup>1119</sup> Ana Benavente, *Escola, professores e processos de mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, *op. cit.*, p. 82.

<sup>1120</sup> José María Borrás Llop (dir.), *História de la infancia en la España contemporánea (1834-1936)*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1996, p. 45.

O Estado Novo atribuía à mulher um papel específico: o de dona de casa, em dedicação exclusiva. Mas esse papel desdobrava-se em vários outros, qualquer deles de grande responsabilidade:

Em primeiro lugar, «la maternidad y la perpetuación de la especie representaba la «suprema misión» de la mujer, su único destino y medio de autorrealización reconocido en las pautas culturales.<sup>1121</sup> Logo depois, «las mujeres son, ante todo, madres (esposas, hijas, hermanas), madres en potencial, y como tal tienen el deber de dar y conservar la vida, ocuparse de la socialización de los hijos, cuidar del bienestar de la familia»<sup>1122</sup>.

Para rematar o seu papel de dona de casa, a mulher não podia descurar o arranjo do lar, para proporcionar o bem-estar de todos, em suma a felicidade do marido e dos filhos. Por isso, incentivavam-se as mulheres a valorizar-se, a serem mais prendadas. A propósito de um curso de bordados e corte que decorreu no Tortosendo, por iniciativa da marca de costura Oliva, o correspondente do *Notícias da Covilhã* alvitra o seguinte:

O orçamento familiar tem muito a lucrar com a perfeita preparação da mulher. [...] A presença da mãe no lar é insubstituível.»<sup>1123</sup>

Continuava a defender-se que a mulher devia permanecer em casa. Mas, sempre, que se podia beneficiar de uma ajuda pecuniária por parte da mulher, obtida, principalmente, a partir de trabalhos realizados em casa, essa oportunidade não se desperdiçava. Nos anos 30, em Tortosendo, nas lojas de muitas casas, nos últimos teares manuais, ainda teciam mulheres cujos maridos, antigos tecelões, haviam sido integrados em casões e fábricas. Foi, precisamente, com algumas delas que os filhos aprenderam a tecer. No seu domicílio, ao longo de todo o período em estudo, trabalhavam modistas e costureiras que faziam roupa por medida. Das últimas, algumas iam às casas das famílias de posses fazer roupas, transformar peças de vestuário ou executar quaisquer outros arranjos. Eram trabalhos próprios do género e que exigiam apenas uma ausência esporádica do lar. Muitas das mulheres eram metedeiras de fios, em casa. Elas próprias iam às fábricas buscar os cortes de tecido para serem corrigidos em casa.

As mulheres mais pobres «deitavam mão a tudo», para poderem contribuir para o parco orçamento familiar. Faziam trabalhos indiferenciados nas fábricas, trabalhavam nas casas dos industriais para auxiliarem as criadas, eram fonteiras<sup>1124</sup>, limpavam casas,

---

<sup>1121</sup> Mary Nash, «Maternidad, maternología y reforma eugénica en España, 1900-1939», in Georges Duby y Michelle Perrot, (dir.), *Historia de las mujeres*, Vol. 5 - El siglo XX, Madrid, Taurus, 2000, p. 688.

<sup>1122</sup> Maria Dolores Ramos, «Madres de la Revolución Mujeres en los movimientos sociales españoles, 1900-1930» in Georges Duby y Michelle Perrot, (dir.), *Historia de las mujeres* Vol. 5. - El siglo XX, Madrid, Taurus, 2000, p. 709.

<sup>1123</sup> *Notícias da Covilhã*, 30.11.1957.

<sup>1124</sup> Abasteciam, as residências de água, acarretando-a da fonte pública.

lavavam roupa para fora, faziam recados. Muitas vezes, elas eram o único sustento da família, fosse na viuvez, fosse em caso de doença prolongada do marido. As campanhas de «dignificação do trabalho feminino» no Estado Novo referiam sempre esse trabalho como executado em casa ou relacionado com esta.<sup>1125</sup> Para evitar a saída da mulher do lar, intervém-se em dois planos:

«Uno, radical y represivo: la prohibición lisa y llana; el otro, el educativo y positivo: la revalorización del trabajo doméstico.»<sup>1126</sup>

No *Notícias da Covilhã*, em maio de 1938, em relação à possibilidade de «a mulher casada exercer as atividades, longe do seu lar», pode ler-se: «Muitos são os inconvenientes que daí resultam: para a sua honestidade, para a vida doméstica e para a educação dos filhos»<sup>1127</sup> Mas apontavam-se outros «males»: el descenso de la tasa de natalidad, la mortalidad infantil, la dispersión familiar, la degeneración de los costumbres».<sup>1128</sup> Alice Ingerson, no seu trabalho «Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave», em relação a este último aspeto, afirma que «diversas fontes acusam as primeiras operárias do mesmo descalabro moral referido por Smelser, Dublin e Lambiri relativamente a outros países e épocas» ou mesmo «acusações de imoralidade»<sup>1129</sup>.

Para Maria Filomena Mónica, «a campanha contra a industrialização foi viva. (...) Foi nas fábricas que muitas raparigas perderam a virgindade. As queixas contra os encarregados, patrões e colegas aparecem, com monótona frequência, em todos os jornais operários».<sup>1130</sup> Infelizmente, o mesmo se pode afirmar em relação à Covilhã e Tortosendo. Logo em 1932, o assédio era uma realidade. Em *O Trabalho* de 4 de setembro desse ano pode ler-se:

Escalpelizados estes atos imorais e detestáveis (nas oficinas) compete-nos aconselhar os operários a que tenham mais cautela com as esposas ou filhas, evitando que elas permaneçam nas oficinas depois das cinco horas, ou seja, depois de terminada a jornada de trabalho diário, porque só assim se evitarão tantos abusos a que de vez em quando somos obrigados a presenciar.<sup>1131</sup>

---

<sup>1125</sup> Alice Ingerson, «Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave» in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, p.1495.

<sup>1126</sup> Rose-Marie Lagrave, «Una emancipación bajo tutela. Educación y trabajo de las mujeres en el siglo XX», in Georges Duby y Michelle Perrot, (dir.), *Historia de las mujeres*, Vol 5 - El siglo XX, Madrid, Taurus, 2000, p. 509.

<sup>1127</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.5.1938.

<sup>1128</sup> Rose-Marie Lagrave, *op. cit.*, p. 509.

<sup>1129</sup> in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp.1465-1500.

<sup>1130</sup> Maria Filomena Mónica, *Artesãos e operários*, Lisboa, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, p.193.

<sup>1131</sup> *O Trabalho*, 4.9.1932.

Em 1935, em *A Covilhan* continua a ventilar-se o tema:

A grande chaga familiar da nossa época é o trabalho da mulher fora da sua casa; a mulher transformada em operária de fábrica, deixa de ser a mulher, e quando muito será uma operária fêmea. Em vez da vida de casa aconchegada, recatada, pudica, rodeada das afeições mais íntimas, que constitui a sua felicidade e a do homem, passa a ter uma vida externa, sob o domínio do mestre da oficina, na promiscuidade de companhias de moral duvidosa, ou, porque nem sempre o são, destituídos de todo o sentimento afetivo para a sua companheira de trabalho, em contacto permanente com homens que não são seu pai, nem seu marido, nem seu irmão ou filhos.<sup>1132</sup>

Infelizmente, apesar dos alertas, tais situações persistiram ao longo do período em investigação.

Afortunadamente, por força das circunstâncias, a mulher começa a trabalhar fora do lar. No Tortosendo, com o crescimento da indústria, aumentam os lugares de trabalho e, proporcionalmente, os que correspondem a funções tipicamente femininas, como: urdir, meter fios, passar (revisar) os tecidos. A indústria necessitava de mão-de-obra feminina e as mulheres tornaram-se indispensáveis nas fábricas. Era fácil a constatação de que o salário feminino tinha grande importância no orçamento familiar.

«Com o Estado Novo, a ideologia da mulher dona de casa e do homem ganha-pão e indiscutível chefe de família parece ter criado raízes em meados do século XX, quer devido a medidas estatais, quer por quaisquer outras razões.»<sup>1133</sup> Era uma questão cultural, porque:

Durante generaciones, el ideal laboral de las mujeres ha consistido en permanecer en sus casas ocupándose de su familia: trabajar fuera de casa era un signo de una condición particularmente pobre o depreciable.»<sup>1134</sup>

Para uma mulher o ideal era permanecer em casa de seus pais sem trabalhar. «Se puede trabajar, lo mejor es hacerlo permaneciendo en casa de sus padres. Solamente las muchachas de las clases inferiores van a trabajar fuera: a la fábrica, al taller o como criada, a una casa particular.»

A ideia de que as mulheres e, principalmente, as mães de família deviam permanecer em casa, era benquista aos homens de Tortosendo e, como tal, procuravam

---

<sup>1132</sup> *A Covilhan* 2.5.1935.

<sup>1133</sup> Alice Ingerson, «Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave» in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, p.1495.

<sup>1134</sup> «Ahora bien –y esta inversión constituye una de las evoluciones más importantes del siglo XX -, el trabajo doméstico de las mujeres ha sido denunciado como una alienación, como un sometimiento al hombre. Por el contrario, trabajar fuera de casa se convierte para las mujeres el signo tangible de su emancipación.» Historia de la vida privada / dirigida por Philippe Ariès, y Georges Duby; traducción de José Luis Checa Cremades. T. 5, De la Primera Guerra Mundial a nuestros días / por Sophie Body-Gendrot ... [et al.] ; dirigido por Antoine Prost y Gérard Vincent, p. 39.



pô-la em prática. Por isso, raramente um «empregado» (técnico especializado) permitia que a sua esposa trabalhasse fora do lar. Um «empregado», que casasse com uma operária, «tirava-a» imediatamente da fábrica e idêntica pretensão tinham outros trabalhadores do setor terciário, ou mesmo alguns operários. «Tendo em mente Tortosendo, entendemos que socialmente o estatuto de dona de casa, de alguma forma, era considerado um papel de prestígio para uma mulher.»<sup>1135</sup>

Não obstante, embora em muitos casos as operárias tivessem de entregar o dinheiro à mãe ou à sogra, as administradoras da casa, mesmo nestas condições gozavam de alguma autonomia, que lhes permitia comprar roupa ou até peças de ouro, «a deixas» (a prestações).<sup>1136</sup> Atentemos no testemunho de Maria Mendes:

Vínhamos ao almoço. Às vezes nem tinha tempo para comer, ainda acabava o corte. Se era um corte bom, fazia-se depois das cinco horas, até me deitar. Se fosse ruim, demorava dois e três dias. O que se ganhava com os cortes, com tanto sacrifício, depois do trabalho da fábrica, era para as deixas. Fazia cortes com três candeeiros de petróleo e chegava a ficar noites inteiras a trabalhar. Nem me levantava do banco.<sup>1137</sup>

Em muitos casos, o regresso a casa impunha maiores sacrifícios na administração do orçamento familiar, principalmente, àquelas mulheres cujos maridos recebiam salários mais baixos. Por este motivo, algumas delas passavam a meter fios em casa, regularmente ou, pelo menos, em alturas em que o trabalho apertava nas fábricas, ou ainda a aproveitar outros trabalhos que surgiam temporariamente. Por outro lado, às donas de casa em dedicação exclusiva, muito mais se lhes exigia, com a justificação de que «não tinham mais nada para fazer».

Além disso, as operárias, quando eram obrigadas a deixar a fábrica, ficavam privadas de algo muito importante: a possibilidade de socialização. Tornava-se muito mais difícil conviver com outras mulheres, partilhar alegrias e ansiedades. Muitas vezes deixavam de ter possibilidade de sair livremente. E, com o andar do tempo, tomavam consciência que haviam perdido regalias sociais e que não tinham dinheiro seu.

E as mulheres pertencentes à burguesia ou a um extrato intermédio da sociedade, nascidas pelos anos 1930/40 do século passado, como encaravam essa situação? Realmente, as filhas dos industriais tinham frequentado colégios, haviam feito o 5.º Ano Liceal ou mesmo o 7.º, mas a maior parte não teve como objetivo tirar um curso, para

---

<sup>1135</sup> Adélia Carvalho Mineiro, *Valores e ensino no Estado Novo: Análise dos livros únicos*, Lisboa, Edições Sílabo, 2007, p. 108.

<sup>1136</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>1137</sup> Adélia Mineiro, Maria Mendes, «A minha vida na fábrica», in *Boletim da LAT*, n.º 36, 4.º Trim., 2000.

futuramente desempenhar uma atividade profissional. Nesses colégios, ao mesmo tempo que se instruíam, aprendiam também algumas prendas domésticas ou afins, para se prepararem para o futuro desempenho de donas de casa. Maria Domitila Fiadeiro, uma entrevistada de 70 anos, com irmãos licenciados, mas cuja mãe tinha uma mentalidade que saía dos parâmetros da época, questionada a este respeito, disse o seguinte:

Eram poucas as raparigas que iam tirar cursos. (...) A minha mãe tudo era para eu continuar a estudar. -Olha, filha, vai ao menos para professora. (...) -Ai, ainda me mandam para uma aldeola, ai não quero. O meu pai não era contra nem a favor. Dava o dinheiro... Mas a minha mãe é que ia aos colégios para nos matricular (aos rapazes e às raparigas).<sup>1138</sup>

Este caso, como tantos outros, é a prova de que estas mulheres eram educadas no respeito pelos valores tradicionais, afastadas da vida pública e política para, futuramente, desempenharem um papel (papéis) de mães e domésticas, bem determinado pela ideologia dominante. Entendemos que elas interiorizaram o papel de mães, que o regime lhes atribuía. Muitas devotavam-se de alma e coração à educação dos seus filhos, viviam em função deles, esquecendo-se de si próprias, canalizando as suas expectativas particularmente para as filhas, porque os rapazes podiam contar com o apoio do pai.

Entretanto, por um lado devido ao progresso da indústria e, por outro, ao desenvolvimento do comércio, o aumento de estabelecimentos comerciais e escritórios provocou, a partir dos anos 60 do século passado, novas hipóteses de trabalho para as mulheres mais jovens. Muitos lugares foram ocupados por raparigas, apenas com a 4.<sup>a</sup> classe. Mas, entretanto, já muitos pais se haviam esforçado para que as filhas prosseguissem os seus estudos, como adiante referiremos. Estas vieram a ocupar esses lugares com o diploma correspondente ao 6.º, 9.º e, até, 11.º ano atuais (antigos 2.º, 5º e 7.º anos, respetivamente).

### **SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA**

Na família se ia «modelando» o tipo de pessoa que interessava ao Estado Novo. A criança, à medida que crescia, apercebia-se que os elementos da família tinham atribuições bem definidas. Que o pai, como chefe da família, passava grande parte do dia fora de casa para prover ao sustento da família e que, em contrapartida, se lhe devia mostrar obediência e gratidão. Que, em casa, o pai se mantinha afastado das tarefas domésticas e muito mais afastado, ainda, dos cuidados a dispensar a uma criança de

---

<sup>1138</sup> Testemunho oral de Maria Domitila Mendes Fiadeiro.

tenra idade. E que existia um certo rigor nas suas relações com os restantes membros da família. Os avós ofereciam uma imagem «autoritária» (embora carinhosa), mas mais autoritária ainda, era, a dos avós paternos. Esse estatuto dava-lhes direito a serem, geralmente, padrinhos de batismo do neto mais velho. A criança devia tratar sempre «por senhor» não só os pais e os avós, mas também os irmãos mais velhos. Recordo-me ainda que na minha infância antes de se cumprimentarem os mais velhos (os avós e os padrinhos de batismo), as crianças e mesmo os jovens pediam a bênção. Diziam: «Ó Padrinho (ó Avô...), dê-me a sua bênção.» Essa pessoa punha-lhes a mão direita na cabeça e proferia: «Nosso Senhor te abençoe e te faça um santinho/a.» Na nossa meninice, ainda cumprimentámos assim os nossos avós, numa atitude deveras respeitosa.

Tinha-se a ideia de que era necessário começar bem cedo com uma cuidadosa educação de modo a assegurar atitudes que depois seriam difíceis de alcançar. No dia-a-dia, davam-se bons conselhos, mas era obrigação primordial dos pais dar bom exemplo. Exigia-se obediência, respeito pelos mais velhos, cumprimento de regras de comportamento (apresentar-se à hora marcada para as refeições, por exemplo), aplicação aos estudos, fazer determinadas orações (antes e depois de comer), rezar as Ave Marias, rezar o Terço, para que adquirissem bons hábitos que contribuíssem para a formação do seu carácter. Porém, em muitas famílias abastadas, aumentava ainda o rigor no cumprimento das normas.

As crianças, segundo Cieza Garcia, eram formadas, ainda que inconscientemente, de acordo com o modelo do grupo social a que cada um pertencia. Assim, a classe popular desejava que os seus filhos um dia mais tarde fossem<sup>1139</sup>:

mozos trabajadores, buenos, honrados, formales, nobles, perseverantes, sobrios, valientes y fuertes, al mismo tiempo que las muchachas laboriosas, decentes, duras, valerosas, abnegadas, dóciles, generosas, piadosas, sencillas y apacibles.

Nas classes superiores, como primeira forma de castigar, propunha-se a proibição de fazer algo que desse prazer, as brincadeiras, nomeadamente, castigos estes dados pela mãe.

As famílias do povo, por não poderem fazer um acompanhamento tão regular da criança, não impunham regras tão rígidas, mas utilizavam o castigo físico com mais

---

<sup>1139</sup> José Antonio Cieza García, *Mentalidad social y modelos educativos: la imagen de la infancia, la familia y la escuela a través de los textos literarios (1900-1930)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1989, p. 254.

ligeireza. Em todos os casos, castigava-se a mentira, a simulação<sup>1140</sup>, as travessuras. As sanções eram gradativas. Os adultos serviam-se, do homem do saco, dos ciganos, dos «guardas», do «coca», do «papão», da «má hora», das bruxas, feiticeiras, almas do outro mundo ou, até, da escuridão. Através da doutrina cristã, inculcava-se a Fé, mas também o Temor de Deus e o medo do Inferno. Ao aproximar-se a escolaridade, também se metia medo com a figura do professor, apesar dos consequentes efeitos traumatizantes.

O pai preocupar-se-ia mais com a educação dos filhos. A mãe, com a das filhas. Para o não cumprimento das obrigações existiam os castigos. Filomena Mónica diz que Salazar citava o *Eclesiastes*:

Faze o teu filho dobrar-se enquanto for novo e não lhe poupes os castigos apenas por ser criança: corrige o teu filho e fá-lo trabalhar, a fim de que não tropece e caia por causa da tua ignominiosa fraqueza.<sup>1141</sup>

Uma vez mais os ditados populares justificavam estes procedimentos: «De pequenino se torce o pepino» e «Quem dá o pão, dá a criação». Só que, muitas vezes, os castigos eram fruto de «uma reação intempestiva que ora se quedava pelos castigos mais rotineiros, numa mistura de repreensões com palmadas e bofetadas, ora se extravasava numa violência descabida» podendo mesmo usar «instrumentos contundentes»<sup>1142</sup>. No entanto, corria a ideia que não se devia usar e abusar do castigo, mesmo que leve fosse, porque a criança, desta maneira, tornava-se «malhadiça» (habitado a levar pancada, incorrigível).<sup>1143</sup>

### 3. O ENSINO EM TORTOSENDO

#### 3.1 De 1933 a 1945

No início deste período, os tortosendenses confrontavam-se com os edifícios escolares do Ensino Primário Oficial, em perfeito estado de degradação. Neste curto período, apenas teve solução o da Escola Masculina.

---

<sup>1140</sup> Em Tortosendo, o que praticava a simulação era tratado, de forma depreciativa, por «dissimulado».

<sup>1141</sup> Salazar citado por Maria Filomena Mónica, *Os costumes em Portugal*, Lisboa, Público, Lisboa, 1996, p. 18.

<sup>1142</sup> António Gomes Ferreira, *op. cit.*, p. 313.

<sup>1143</sup> Sobre «Tempos livres das crianças» pode consultar-se o nosso trabalho Adélia Carvalho Mineiro, *Valores e ensino ...*, *op. cit.*, pp. 116-121.

### 3.1.1 Ensino Primário

As escolas do Ensino Primário oficial (atual 1.º Ciclo) de Tortosendo, ao iniciar-se o Estado Novo, estavam instaladas em dois edifícios, próximos um do outro, um destinado ao sexo masculino e o outro ao sexo feminino, com um reduto comum para recreio, embora dividido para separar os alunos das alunas. O primeiro estava situado à face da Avenida Viriato, hoje n.ºs 52-54. O outro, um pouco mais abaixo.

Tanto os edifícios como o seu equipamento deixavam muito a desejar. Nós próprios o podemos testemunhar, pois foram as escolas que frequentámos, entre, 1953 e 1957.

**ESCOLA MASCULINA**



Fonte: Foto cedida por M.ª Fernanda Ramos Barata

**ESCOLA FEMININA**



Fonte: Foto cedida pela LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo

Em agosto de 1931, alguém se regozija em *O Raio*: «O novo edifício, lá para os lados do Lobão parece que vai desta vez»<sup>1144</sup> e agradece «às as ilustres pessoas que tanto se interessam por levar a efeito uma das mais justas aspiração do povo tortosendense.» Concretiza-se essa ajuda, em jornal do mesmo ano: «As obras da escola (Masculina) têm sido custeadas pelos membros da União Nacional local, ainda não veio dinheiro do Estado para esse fim.»<sup>1145</sup> O pior é que o terreno já estava comprado desde 1922,<sup>1146</sup> o que demonstra o tempo exagerado que tal obra se arrastava. Em 1933 é concedido pelo Governo um subsídio de 25 contos para a conclusão da escola do Tortosendo, por solicitação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã. Mas o impasse continua. Agudiza-se, talvez, a situação. Em 1936 acaba por abater parte do telhado de

<sup>1144</sup> *O Raio*, 20.8.1931.

<sup>1145</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.08.1931.

<sup>1146</sup> AMC, in *Livro de Atas da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 52.

um dos velhos edifícios. Em 1938, «continuam paralisadas as obras do novo edifício escolar, há já alguns meses, por falta de verba».<sup>1147</sup>

Em outubro de 1938 surge na *Escola Portuguesa* o importante trabalho do Dr. Lopes Dias que oferece a radiografia das escolas do distrito de Castelo Branco, que incluía, também, a do Tortosendo e que comprova o que atrás dissemos.<sup>1148</sup>

Em outubro de 1940, a Junta de Freguesia do Tortosendo comunica à Câmara que não puderam ser matriculadas muitas crianças em idade escolar, por falta de instalações. Esta entidade deliberou entregar ao Ministério da Educação Nacional o novo edifício escolar e pedir a criação dos lugares a que este é destinado.<sup>1149</sup> Em seguimento, em finais de dezembro de 1940, o diretor escolar de Castelo Branco, pede ao presidente da Câmara da Covilhã que lhe sejam enviadas relações de mobiliário e material didático<sup>1150</sup> já adquirido, para entrada em funcionamento dos terceiros lugares, masculino e feminino do Tortosendo.

#### NOVA ESCOLA MASCULINA -TORTOSENDO 1942



Fonte: Escola Hermínios [www.educ.fc.ul.pt](http://www.educ.fc.ul.pt)

**Nova escola masculina.** Finalmente, em outubro de 1942, a escola masculina, a «Escola Nova», entra em funcionamento num grande edifício, com cinco salas espaçosas, no sítio do Lobão, zona de expansão da vila. Este edifício não tinha tipo definido, pois embora contemporâneo dos edifícios do Plano dos Centenários, as suas obras haviam-se iniciado muitos anos antes. Os rapazes ocuparam, assim, um espaço condigno.

---

<sup>1147</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.2.1938.

<sup>1148</sup> *Escola Portuguesa*, 20.10.1938, in Adélia Carvalho Mineiro, *Valores e ensino ...*, op. cit., p. 205.

<sup>1149</sup> Ata n.º 17 16.10.1940 *Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941.

<sup>1150</sup> Ata n.º 1 8.1.1940 *Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941.

As meninas foram distribuídas pelos dois velhos edifícios, embora a população não estivesse conformada com tal situação.

### 3.1.2 Ensino particular

Em Tortosendo, paralelamente ao Ensino Oficial Primário, funcionava também o ensino particular.

#### ■ OUTROS COLÉGIOS

Em 1927, em *O Jornal* pode ler-se que no, Tortosendo, já existiram três colégios particulares: o de D. Conceição Calado com uma média de 15 a 20 alunos, o de D. Natividade Mendes da Costa e o do velho, e ainda competente, prof. Serra, que chegou a ter muitos alunos»<sup>1151</sup>

#### ■ COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

No que concerne ao Ensino Particular, temos conhecimento da existência do colégio de Nossa Senhora de Fátima, dirigida pelas irmãs Dominicanas, de proveniência espanhola, que iniciou as suas atividades em outubro de 1933 e se manteve em atividade, cerca de dez anos. O novo colégio mereceu a seguinte notícia:

É considerado um grande melhoramento para esta vila, pois tudo o que tenha por fim instruir e educar a infância e a juventude, deve merecer os melhores aplausos. (...) As escolas oficiais não podem já ministrar o ensino, devido à numerosíssima população em idade escolar, por isso o ensino particular é altamente vantajoso em terras de uma grande população escolar. Além disso nesse colégio ministrar-se-ão, segundo nos informam não só a instrução, como também uma sólida educação religiosa e por conseguinte todos os pais católicos, que tanto desejam educar seus filhos nas suas doutrinas, (...) têm agora um colégio que lhas educa mediante uma pequena quantia mensal. (...). Não menos necessário, os conhecimentos de trabalhos domésticos. Tão necessários e úteis às meninas.<sup>1152</sup>

---

<sup>1151</sup> *O Jornal*, 15.9.1927.

<sup>1152</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.10.1933.

## 3.2 De 1945 a 1968

Neste período destacamos a inauguração da Escola Feminina, no Largo da Feira.

### 3.2.1 Ensino Primário: A escolaridade obrigatória

Em julho de 1952, o correspondente do *Notícias da Covilhã* volta à carga, a respeito da escola feminina. Desta vez a notícia intitula-se «saneamento». Destacamos o seguinte:

Ao soar a hora do recreio, é confrangedor, (...) ver um numeroso grupo de crianças, cujas idades oscila entre os 6 e os 12, 13 anos, que se dirige a um quintal (...) para satisfazerem necessidades inadiáveis. (...) Senhores responsáveis, não tereis também filhas? Gostariéis de as ver também expostas a semelhantes perigos? <sup>1153</sup>

ESCOLA FEMININA 1956



Fonte: Arquivo pessoal

#### ■ INAUGURAÇÃO DA ESCOLA FEMININA - 1956

Logo em agosto surge a notícia, dada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Rui Galvão Videira que tem data marcada a arrematação do edifício para as escolas femininas, a construir perto do Largo da Feira. <sup>1154</sup> Também as obras destas escolas vão demorar mais do que o desejado. Só entrarão em funcionamento em outubro de 1956.

Mas no Tortosendo as aspirações, em relação a escolas, continuam. Desta feita, para um lugar populoso da freguesia, muito afastado do centro - o Casal da Serra. Aí funcionava um posto escolar, frequentado pelas meninas dos três primeiros anos de escolaridade, enquanto os rapazes frequentavam a escola masculina. Segundo a minha lembrança as meninas que desejavam frequentar a 4.<sup>a</sup> classe vinham à escola feminina.

<sup>1153</sup> *Notícias da Covilhã*, 3.7.1952.

<sup>1154</sup> *Ibidem*, 26.8.1952.



O novo edifício, no Casal da Serra, entra em funcionamento, em outubro de 1957, com um lugar misto.

Também os moradores do Bairro dos Pinhos Mansos, aglomerado populacional de fundação relativamente recente, situado no extremo da vila, na saída para a Covilhã desejaram ter aí uma escola. As crianças desse Bairro eram sacrificadas, mas maiores sacrifícios eram exigidos às meninas, pois a escola feminina ficava no Largo da Feira. Por isso o industrial, Sr. Francisco Pontífice Baptista oferece 1500 m<sup>2</sup> destinados a uma escola, nos Pinhos Mansos. Esta escola serviria também os alunos das quintas do Sítio da Meia Léguas. No caso de não se concretizar esta obra, o terreno voltaria à posse do seu proprietário.

Ainda, e mui justamente, o Bairro do Cabeço, onde viviam muitas famílias pobres, desejou ver aí instalada uma escola. O correspondente do *Jornal do Fundão*, em 1968, defende a descentralização escolar (Cabeço e Pinhos Mansos) «pelo elevado número de alunos e pelos perigos para as crianças desses lugares.»<sup>1155</sup> Chegou mesmo a estar anunciada a construção da escola do Bairro do Cabeço.

Não se construíram essas escolas. O problema da distância resolveu-se, em parte, quando foi implementada a coeducação, que deve ter acontecido logo após o 25 de abril.

#### ■ MEDIDAS DE INCENTIVO DENTRO DO SISTEMA EDUCATIVO

Dentro do sistema, foram tomadas medidas com vista à frequência escolar, ao mesmo tempo que se contava com a ação dos professores. Em Tortosendo, no que respeita aos resultados do trabalho docente, em 1947, ocorreu algo digno de registo. A Casa das Beiras prestou homenagem, numa sessão solene que decorreu na escola masculina, e fez entrega do diploma de Honra e duma lembrança, ao Professor Mário Ferreira «por ter sido ele o professor que apresentou neste distrito maior número de alunos a exame do Ensino Primário Elementar, no decorrer do ano letivo de 1945-46»<sup>1156</sup>.

Em 1946, a Junta de Freguesia premeia os alunos com melhor aproveitamento. Foi entregue ao diretor da Escola, professor Vasco Martins Leitão, a quantia de 640\$00,

---

<sup>1155</sup> *Jornal do Fundão*, 19.5.1968

<sup>1156</sup> Esteve presente o diretor escolar, o representante da Casa das Beiras, Dr. Lopes Dias, e as forças vivas de Tortosendo, incluindo o diretor da escola. In *Escola Portuguesa*, 18.12.1947 e *Notícias da Covilhã*, 26.10.1947.

sendo um prémio de 100\$00 para a 4.<sup>a</sup> classe, 90\$00 para a 3.<sup>a</sup>, 70\$00 para a 2.<sup>a</sup> e sessenta para a 1.<sup>a</sup>, tanto para o sexo masculino, como para o feminino.<sup>1157</sup>

Em janeiro de 1951, Américo de Oliveira regista no *Jornal do Fundão* que há muitas crianças por matricular, principalmente raparigas. Faz-se apelo aos industriais e proprietários rurais para que influenciem os seus assalariados.<sup>1158</sup>

Colocamos agora a questão da frequência escolar. Não bastava a oferta de escolas: havia que tomar medidas para incentivar a essa frequência. Esta situação não era ignorada pelo Estado que, como tal, chegou a implementar medidas coercivas. De acordo com a legislação, anualmente, era feito o recenseamento escolar, após o qual «compete aos diretores das escolas e aos respetivos professores e regentes:

fomentar a matrícula e a assiduidade dos menores em idade escolar, atuando nesse sentido junto das famílias e esclarecendo os encarregados de educação sobre os seus deveres e as sanções em que podem incorrer.»<sup>1159</sup>

A propósito, recordou o Professor Vasco Leitão:

Quando [os alunos] faltavam, ia procurá-los. Ia ver, principalmente, daqueles que tinham qualidades. Chegava junto do pai e dizia-lhes que era pena que os alunos não continuassem. Que os deixassem ir à escola.<sup>1160</sup>

**VASCO MARTINS LEITÃO** (Aldeia do Bispo, Penamacor - †)

Veio lecionar para Tortosendo em 1940, ainda para a Escolha Velha e passou para a Escola dos Montes Hermínios, após a sua inauguração. Desenvolveu toda a sua carreira docente em Tortosendo e desempenhou o cargo de diretor de Escola. Foi membro da Junta de Freguesia. Foi um educador que deixou gratas recordações aos seus alunos.

No momento da aposentação, regressou à sua aldeia natal, com a qual mantivera sempre fortes laços ao longo da vida.

Temos também por experiência própria que o facto de os encarregados de educação serem obrigados a apresentar um certificado de matrícula, na Caixa de Previdência, para efeitos de abono de família, permitia aos professores exercerem uma pressão velada sobre os encarregados de educação.<sup>1161</sup> A legislação determinava, ainda, que os agentes de ensino deviam pedir o concurso das autoridades (GNR ou Segurança

<sup>1157</sup> Ata 21 6.12.1946, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freguesia da Vila de Tortosendo*, 31.10.1937 a 2.7.1951.

<sup>1158</sup> Em *Jornal do Fundão*, 15.1.1951

<sup>1159</sup> Decreto 38 969, de 27 de dezembro de 1952. Francisco Sousa Loureiro, Loureiro, Francisco Sousa, *Lições de pedagogia e didática geral*, Viseu, Edição do autor, s.d., p. 31.

<sup>1160</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Senhor Professor Vasco Leitão», in *Boletim da LAT*, n.º 15, 1.º Trim., 1995.

<sup>1161</sup> A falta de entrega ou entrega fora de prazo de documento comprovativo implicaria a suspensão dos abonos.

Pública) para conduzirem as crianças à matrícula.<sup>1162</sup> Mas, em Tortosendo, essa colaboração estabelecera já, embora não fossem muitos os casos a justificá-lo. A ação exerceu-se, mesmo, sobre as crianças de etnia cigana e deu os seus frutos, de tal modo que no ano seguinte a escola necessitava de mais carteiras.

No final do ano de 1953, o Subsecretário da Educação Nacional, Dr. Veiga de Macedo, em Castelo Branco, com 51,2 % de analfabetismo, defendeu que o acesso à instrução e à educação tem de ser cada vez mais um direito de todos e não privilégio de alguns». Daí as providências legislativas sobre instrução obrigatória:

Proibiu-se que as entidades patronais do comércio e da indústria admitam ao seu serviço menores de 18 anos sem a habilitação da 3.<sup>a</sup> classe Da mesma forma não poderá ser admitido a exame de condutor de veículos automóveis quem a não possuir. Também para emigrar se exige o exame da 3.<sup>a</sup> classe, bem como não poderão passar à disponibilidade os mancebos que o não possuam.<sup>1163</sup>

#### ■ AUMENTA A FREQUÊNCIA ESCOLAR

Em Tortosendo, a escolarização obrigatória caminhava a bom ritmo. Em 1953, o professor António Monteiro, no *Notícias da Covilhã*, apresenta um quadro relativo à evolução da população escolar, para justificar «a necessária e pungente criação de dois novos lugares: um masculino e outro feminino».

QUADRO 3.7 POPULAÇÃO ESCOLAR -TORTOSENDO (1947/48) E 1953/54

Anos letivos		1947/48	1948/49	1949/50	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54
<b>Escola masculina (5 lugares)</b>	Alunos matriculados	174	191	204	204	208 <sup>1164</sup>	219	245
	Média por lugar	35	38	41	41	42	44	49
<b>Escola Feminina (4 lugares)</b>	Alunas matriculadas	143	144	157	169	171	184	204
	Média por lugar	36	36	39	42	44	46	51

Fonte: *Notícias da Covilhã*, 24.10.1953.

O autor da notícia aponta como razões deste progressivo acréscimo:

a última legislação, com obrigação rígida da matrícula e frequência da escola até à obtenção do diploma do Ensino Primário elementar (3.<sup>a</sup> Classe); o gradual e notável aumento de população da nossa terra.

Em julho de 1956, funcionaram júris de exame da 3.<sup>a</sup> Classe, em simultâneo, nas escolas masculina e feminina. Foram avaliados: 62 meninos e 46 meninas.<sup>1165</sup> A obrigatoriedade de três classes manter-se-á até 1956, para o sexo masculino, e até 1960,

<sup>1162</sup> Circular n.º 498 de 15 de outubro de 1959.

<sup>1163</sup> *Jornal do Fundão*, 13.12.1953.

<sup>1164</sup> No ano de 1952, verificou-se o seguinte movimento na Escola masculina: 1.<sup>a</sup> classe - 83 matrículas e 59 passagens; 2.<sup>a</sup> classe - 57 matrículas e 43 passagens. Fizeram exame da 3.<sup>a</sup> classe - 41 crianças, ficando todas aprovadas. Na 4.<sup>a</sup> classe, das 32, 28 aprovadas e 4 distintas. *Jornal do Fundão*, 2.8.1953

<sup>1165</sup> *Notícias da Covilhã*, 7.7.1956.

para o sexo feminino. Podemos acrescentar que, mais tarde, em 1964/65, temos conhecimento que frequentavam a escola feminina 221 alunas.

#### ■ PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR: ALFABETIZAÇÃO DOS ADULTOS - 1952

Já em agosto de 1939, em consequência do CCT (Contrato Coletivo de Trabalho) e em favor dos trabalhadores e da sua alfabetização, a Junta de Freguesia de Tortosendo tem conhecimento de que a nova lei do trabalho exige a todo o pessoal de ambos os sexos, empregado nas fábricas de lanifícios, o saberem ler e escrever. Como a maioria desse pessoal era analfabeta, a fim de que a lei fosse cumprida e evitar maiores dificuldades, a Junta resolveu, por unanimidade, requerer ao diretor do Distrito Escolar de Castelo Branco, três cursos noturnos, sendo dois para o sexo feminino e um para o sexo masculino. Ao mesmo tempo que assume a responsabilidade dos encargos, com exceção da gratificação dos professores.<sup>1166</sup> Concretizou-se a pretensão da autarquia, ainda que em parte: em novembro, chega à Câmara o pedido do professor de Tortosendo, «comunicando que tendo sido nomeada para um curso noturno naquela vila, necessita que seja montada a respetiva instalação elétrica, pedido que foi deferido.»<sup>1167</sup>

A 27 de outubro de 1952, publicam-se dois diplomas que criam o *Plano de Educação Popular* e a *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, principalmente com a finalidade de combater o analfabetismo. A Campanha tinha como finalidade preparar os alunos para o exame da 3.<sup>a</sup> classe e, mais tarde, para o exame da 4.<sup>a</sup> classe. Destinava-se aos indivíduos com idades entre os 14 e os 35 anos, a frequência era gratuita e as aulas decorriam, em princípio, no edifício da Escola Masculina.

Américo de Oliveira, logo no mês de novembro, lembra que o Governo publicou legislação, fixando a obrigatoriedade do ensino e instituindo Cursos de Adultos (que é sem dúvida o maior passo dado no combate ao analfabetismo), e que «ficamos na esperança de que os trabalhadores analfabetos aproveitarão os cursos noturnos que lhes vão ser facultados.» «A instrução, em suma, completa o indivíduo e, tanto o poderoso como o humilde, ambos na qualidade de cidadãos, carecem desse privilégio.»<sup>1168</sup>

---

<sup>1166</sup> Ata 109, 30.8.1939, AJFT, *Livro de Atas da Junta de Freguesia da Vila de Tortosendo*, 31.10.1937 a 2.7.1951.

<sup>1167</sup> Ata n.º 29 29.11.1939, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941.

<sup>1168</sup> *Jornal do Fundão*, 23.11.1952.

José Ribeiro, para além de procurar imprimir um cunho cultural ao Unidos, no início do ano seguinte, no *Jornal do Fundão*, refere-se também à importância da Campanha a nível local, porque «O Tortosendo conta com uma percentagem elevadíssima de iletrados.» Que o Ministério da Educação Nacional está empenhado em resolver este magno problema.<sup>1169</sup> E, posteriormente, no mesmo jornal, «Louva-se uma Campanha Nacional que para além das crianças quer instruir adolescente e adultos».<sup>1170</sup>

Em março, o diretor da escola, como lhe competia, afixou, nos lugares mais concorridos da localidade, os cartazes de Propaganda da Campanha de Educação de Adultos e o *Notícias da Covilhã*, na página do Tortosendo, fez idêntica divulgação. Nesta notícia, para além de se destacar que «as habilitações mínimas do exame da 3.<sup>a</sup> classe abrem possibilidades de triunfar na vida»,<sup>1171</sup> elogiam-se os professores, porque «em face do marasmo em que a solução do problema do analfabetismo havia mergulhado, eles resolvem-se a por ombros a esta empresa que é das mais beneméritas em favor do nível cultural e social da nossa gente.» A campanha contra o analfabetismo.

Tortosendo «logo marcou presença» e em julho do mesmo ano, indivíduos com idades entre os 19 e os 40 anos, realizam o seu exame, uns preparados pela Prof. Laura Leitão e outros preparados pelo Unidos.<sup>1172</sup>

Em abril de 1954, tanto o *Notícias da Covilhã* como o *Jornal do Fundão*, falam da realização de exames<sup>1173</sup> no âmbito da Campanha, informam que os cursos funcionaram nas firmas, Sociedade de Lanifícios e Sociedade de Fabricantes, que tinham mais de 20 operários sem exame da 3.<sup>a</sup> Classe<sup>1174</sup>. A Sociedade de Lanifícios «deu o dia»<sup>1175</sup> aos seus operários e, ainda para o mesmo fim, a firma João Afonso & C<sup>a</sup> fornece aos seus operários o necessário material escolar. Posteriormente, em 1957, também a Sociedade de Fabricantes, Lda. forneceu aos seus operários, que frequentavam o curso, todo o material escolar.<sup>1176</sup> No Tortosendo «a Campanha mereceu desde a primeira hora o melhor acolhimento». Por isso, «aponte-se e louve-se».<sup>1177</sup>

---

<sup>1169</sup> *Ibidem*, 4.1.1953

<sup>1170</sup> *Ibidem*, 15.3.1953

<sup>1171</sup> *Ibidem*, 7.3.1953.

<sup>1172</sup> *Jornal do Fundão*, 19.7.1953. Também compareceram Guardas-republicanos.

<sup>1173</sup> 19 das aldeias vizinhas.

<sup>1174</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.4.1954.

<sup>1175</sup> *Ibidem*, 17.4.1954.

<sup>1176</sup> *Ibidem*, 23.11.1957.

<sup>1177</sup> *Ibidem*, 27.11.54

Em 1955, os cursos estendem-se, ainda, ao Casal da Serra<sup>1178</sup> e continuam aí até 1957. Os cursos prosseguem em 1958, duas épocas de exames, e em ambas realizam-se exames de 2.º Grau. «É interessante frisar que todos os alunos que prestaram provas frequentaram voluntariamente a escola, o que prova uma vez mais que a vontade é a grande realizadora, o grande motor do progresso humano.»<sup>1179</sup>

Estes cursos foram também aproveitados, pela população feminina, embora com separação de sexos, à semelhança do Ensino Primário e de acordo com as disposições legais. Em 1953, Alfredo Costa, no *Jornal do Fundão*, defendia, assim, a instrução da mulher:<sup>1180</sup>

Acreditamos sinceramente que um lar só se tornará um ninho de amor embalsamado de carinhos e afetos, quando o homem e a mulher forem, um e outro, assaz instruídos. Portanto tortosendenses, já é tempo de insuflarmos às nossas esposas, à nossa irmã o gosto pelo saber, fazendo-lhes compreender a elevada necessidade de se instruírem, que isso só lhes trará felicidade.

Os cursos prosseguiram por alguns anos, pois muitos adultos sentiam a necessidade dessa alfabetização, pelos seus resultados práticos. Assim, ainda em fevereiro de 1962, o diretor da escola masculina, informa que se inicia novo Curso de Adultos.

Em março de 1964, em sessão de Câmara, o vereador dr. Rui Pontífice Sousa alvitrou que uma ação pessoal junto dos operários, ainda, infelizmente analfabetos, que trabalham nas oficinas, através dos respetivos sindicatos ou patrões, seria mais um serviço útil que se prestava ao concelho. A propósito o Eng Manuel Garrett alvitrou que se alargasse o ensino técnico, industrial e agrícola.<sup>1181</sup>

Relativamente ao problema do analfabetismo ventilado pelo Sr. Sr. Rui Pontífice Sousa, o presidente, corroborando a opinião deste, disse que não se poderia esperar tudo do Estado. E que a solução na Covilhã deveria estar nas próprias empresas, que deveriam manter professores e cursos de adultos para resolver as suas próprias dificuldades o que, com razoáveis resultados, já foi feito na cidade.<sup>1182</sup>

---

<sup>1178</sup> A professora da escola do Casal da Serra, freguesia do Tortosendo, pede à Câmara que de digne mandar proceder à instalação elétrica da sala de aula, a fim de poder lecionar um curso de adultos.

<sup>1179</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.3.1958.

<sup>1180</sup> *Jornal do Fundão*, 2.8.1953.

<sup>1181</sup> APMC, Ata n.º 6 24.3.1964, *Livro 101* de 10.12.1963 a 15.5.1964.

<sup>1182</sup> APMC, Ata n.º 7 14.4.1964, *Ibidem*.

#### • ALARGAMENTO DO ENSINO OBRIGATÓRIO

Na última fase do Estado Novo, entre 1960 e 1974, a escolaridade obrigatória passa para seis anos, sob a direção do ministro Galvão Teles.<sup>1183</sup> São as tentativas de democratização do ensino. Em 1964, cria-se o Ciclo Complementar do Ensino Primário, bem como o Ciclo Preparatório TV e, em 1967, será a vez do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, considerados equivalentes. Todavia o ciclo complementar não incluía, no seu currículo, uma língua estrangeira. Assim sendo, os alunos dos meios rurais que frequentassem o Ciclo Preparatório TV ficavam em vantagem em relação aos do Ciclo Complementar.

No Tortosendo, o primeiro iniciou-se com um lugar feminino da 5.<sup>a</sup> classe, em 2 de outubro de 1966. Por esta altura alguns pais melhor informados e com algumas possibilidades económicas já procuravam que os seus filhos prosseguissem estudos, fosse no Externato local ou na Escola Industrial e Comercial da Covilhã ou no Liceu da mesma cidade ou noutros estabelecimentos. No entanto, com o ciclo complementar a oportunidade era dada a todos através do ensino oficial, dentro do Tortosendo. Para isso muito contribuíram os professores que lecionavam esses anos, pois havia também a necessidade de motivar aqueles pais que ainda não davam à instrução a verdadeira importância; muitas vezes porque necessitavam dos filhos para contribuírem para o orçamento familiar ou, pelo menos, que não dessem despesas. Apesar da criação do Ensino Preparatório, no ano letivo de 1971/72, ainda funcionavam lugares do Ciclo Complementar.

Do segundo, funcionou, apenas um curso, durante dois anos letivos (1967/68 e 1968/69), na antiga Casa de S. José, onde residiam as Irmãs Reparadoras das Dores de Nossa Senhora de Fátima, junto à capela de Nossa Senhora do Rosário. Tinha o seguinte estatuto: era oficial na emissão e particular na receção, ou seja, as alunas obrigavam-se a um pagamento mensal. Teve curta duração, porque não se justificava a sua existência havendo o Ciclo Preparatório direto na Vila.<sup>1184</sup>

Diga-se que há vários anos que o Tortosendo aspirava à criação de uma Escola Industrial. Em 1951, no *Jornal do Fundão*, o professor Joaquim Salvado, a lecionar em Tortosendo, defende que o Tortosendo tem direito a uma Escola Industrial ou pelo

---

<sup>1183</sup> Discurso do ministro, intitulado «Novos Rumos do Ensino Primário», *Escola Portuguesa*, 30.7.1964.

<sup>1184</sup> Dados fornecidas pela professora Ana Luísa Cunha Vaz, que foi a monitora deste curso, em regime de acumulação. Este curso foi da iniciativa da Conferência de S. Vicente de Paulo com o objetivo de angariar alguns proventos para a manutenção desta casa.

menos a uma Escola de Artes e Ofícios. Américo de Oliveira entrevista um antigo afinador e mestre de tecelagem, Alfredo dos Santos Laranjo, que afirma o seguinte:

o operário está impossibilitado, por carência de meios, de assimilar quaisquer conhecimentos teóricos» [Uma escola] «facilitaria e não pouca as classes médias Muitos dos estudantes atuais teriam um grande escolho eliminado, que é o longo e duro caminho a pé e a esses muitos outros se juntariam como seja aqueles que não seguem outra carreira mais compatível com a sua inteligência devido ao facto de terem de se sujeitar às inclemências do tempo.<sup>1185</sup>

Novamente, em 1952, Américo Oliveira tece considerações sobre uma escola industrial ou de artes e ofícios.<sup>1186</sup>

Em setembro de 1966, o correspondente do *Jornal do Fundão*, em Tortosendo, José Laço, lança neste semanário o título: «O Tortosendo precisa e merece uma Escola Industrial»<sup>1187</sup>. Em outubro de 1967, o título aparece reduzido para «O Tortosendo e a Escola Industrial» e em junho de 68 muda para «O Ciclo Preparatório». Ao longo de dois anos, nessa tribuna privilegiada, José Laço manteve essa ideia através de reflexões pessoais, de depoimentos de outras pessoas e de entrevistas. No início de 1967, logo em janeiro, apresenta os depoimentos a favor de conceituadas personalidades da vila: António Joaquim Gervásio, comerciante, o pároco, Pe José Antão do Vale Carvalheira,<sup>1188</sup> de João Fortuna Campos, ajudante de Farmácia, Joaquim Pinto Ascensão, industrial de serralharia<sup>1189</sup> e ainda do tortosendense, José Apolinário Ramos, radicado em Lisboa.<sup>1190</sup> Ainda neste mês diz-se que esta causa é defendida pelo Dr. António Santos Taborda, antigo professor da Escola Industrial e Comercial da Covilhã, no Jornal «República»:

«que o Tortosendo seja dotado de um estabelecimento do Ensino Técnico Profissional que coloque ao alcance de todos, a possibilidade de uma formação intelectual e profissional que os tempos atuais tornaram imprescindível. Algumas dezenas de rapazes deslocam-se diariamente à Covilhã para frequentar as aulas na Escola Industrial e Comercial Campos Melo. Conhecidas as dificuldades que os horários da camionagem e dos caminhos de ferro representam para esses rapazes, para não mencionarmos os preços que oneram uma deslocação forçosamente diária e os necessários gastos com alimentação fora de casa, apesar da existência de uma cantina nessa escola, impõe-se a criação de uma escola Técnica, onde funcionem os cursos adequados à vida industrial e comercial do Tortosendo.<sup>1191</sup>

---

<sup>1185</sup> *Jornal do Fundão*, 25.2.1951.

<sup>1186</sup> *Ibidem*, 20.4.1952.

<sup>1187</sup> *Ibidem*, 18.9.1966.

<sup>1188</sup> *Ibidem*, 1.1.1967.

<sup>1189</sup> *Ibidem*, 22.1.1967.

<sup>1190</sup> *Ibidem*, 19.2.1967.

<sup>1191</sup> *Ibidem*, 29.1.1967.



Em fevereiro de 1968, confidencialmente, a Direção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário comunicou à Câmara da Covilhã «que a Escola Preparatória do Ensino Secundário no Tortosendo mereceu aprovação».<sup>1192</sup> Em agosto seguinte, o correspondente do *Notícias da Covilhã* faz jus à campanha do *Jornal do Fundão* em favor do Ciclo Preparatório: «O nosso prezado colega, colaborador do *Jornal do Fundão*, tem debatido com aturada insistência.»<sup>1193</sup>

Do processo de instalação da Escola Preparatória, por indicação do Ministério da Educação, fez parte a escolha de um patrono para designação da mesma. A Câmara encarregou deste assunto o vereador Jorge Craveiro<sup>1194</sup>. Conhecemos como única sugestão o nome do tortosendense, D. José Moreira Pinto, Bispo de Viseu. Tal processo não se consumou e a escola chegou à atualidade sem patrono.<sup>1195</sup>

### 3.2 Ensino Particular

#### • EXTERNATO DE SANTA TERESINHA

Mais tarde, nos meados dos anos 50, instalou-se em Tortosendo, a Professora Eulália Bracons que fundou aqui o colégio de Santa Teresinha. Dizem-nos que iniciou a sua atividade, num edifício na Praça Almeida Garrett. Posteriormente, esse colégio foi instalado numa vivenda com quintal, na Rua 5 de Outubro, n.º 8 (antiga Rua 28 de Maio) onde se manteve até ao 25 de abril de 1974.

Como tivemos acesso ao *Livro A – De matrícula, frequência e seus resultados*, entre 1965/66 e 1973/74, elaborámos o quadro que adiante se apresenta e procurámos tirar conclusões sobre as características sócioeconómicas da população escolar desse estabelecimento de ensino particular do Tortosendo.

---

<sup>1192</sup> Of n. 156, AMC, Câmara, *Corresp. Recebida Nos Avulsos* (Confidencial) *Maço com o n.º 188*, 1966-1973. Que se guarde sigilo.

<sup>1193</sup> *Notícias da Covilhã*, 31.8.1968.

<sup>1194</sup> Ofício de 10.7.1968, AMC, Câmara, *Livro n.º 113* de 17.4.68 a 4.9.68

<sup>1195</sup> No *Notícias da Covilhã* de 14.9.1968 ainda publica: «Melhoramento de grande importância: O Ciclo Preparatório do Ensino secundário Secção D. José Moreira Pinto O Tortosendo está agradecido».

EXTERNATO DE SANTA TERESINHA: FREQUÊNCIA ENTRE OS ANOS LETIVOS DE 1965/66 E 1973/74

Profissão do pai	Feminino	Masculino
Operário	14	2
Industrial	8	5
Empregado	26	4
Comerciante/Proprietário	10	2
Agricultor	3	
Desconhecida	1	
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>13</b>

Fonte: Livro A – De matrícula, frequência e seus resultados, Colégio de Santa Teresinha (Ensino Primário particular)

■ ENSINO INDIVIDUAL E ENSINO INDIVIDUAL DOMÉSTICO

No que respeita ao Ensino Particular, existiam ainda as modalidades do Ensino Individual (quando ministrado a alunos isoladamente) e do Ensino Individual Doméstico (quando ministrado no domicílio dos alunos<sup>1196</sup>). Os professores do Ensino Primário, em horário pós laboral, juntavam as crianças em sua própria casa ou deslocavam-se aos domicílios dos alunos para lhes ministrarem as aulas e assim os prepararem para os exames da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes. Dentro da mesma modalidade, também preparavam para o 2.<sup>o</sup> ano liceal (5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> anos de escolaridade):

Eu os outros colegas (Professores: Leitão, Antero, Martins) também preparávamos alunos para o 2.<sup>o</sup> Ano, no chamado Ensino Doméstico. Cada aluno tinha como responsável uma pessoa habilitada (um licenciado). O trabalho era todo connosco. Cada um dava uma ou duas disciplinas e, no fim do 2.<sup>o</sup> Ano, os alunos iam fazer exame ao Liceu da Covilhã, como alunos externos. Utilizávamos as instalações da Escola (masculina). Ganhávamos mais alguma coisa. Os pais gostavam, porque assim os filhos (e também algumas filhas) Escusavam de andar a caminho da Covilhã ou ir para Colégios, como alunos internos.<sup>1197</sup>

<sup>1196</sup> Decreto n.º 37 545, de 8 de setembro de 1949 in Abílio Fernandes, *op. cit.*, p. 304. Mais tarde, o Decreto 38 969, de 27 de outubro de 1952 confirma o anteriormente legislado.

<sup>1197</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Professor Joaquim do Patrocínio Dinis...», *op. cit.*

## ■ SEMINÁRIO DO VERBO DIVINO

### TORTOSENDO - SEMINÁRIO DA CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO - 1949



Fonte: David Sampaio Barbosa, *História de uma presença em Portugal: Missionários do Verbo Divino*.

Relativamente a estabelecimentos de ensino, deve referir-se o Seminário da Congregação do Verbo Divino. Esta congregação nasceu na Holanda por motivo da perseguição KulturKampf, em 1875. Foi seu fundador Arnaldo Janssen.<sup>1198</sup>

Em agosto de 1948, chega a Lisboa o P. Caio Mário de Castro, dessa Congregação. Este Verbita dirige-se à Guarda onde se encontrou com o Bispo, continuando as conversações encetadas, anteriormente, por um outro padre da mesma Congregação. Com permissão do Bispo, o P. Caio iniciou, de imediato, a procura de uma propriedade rústica e, após dois meses, comprou, em Tortosendo, a Quinta do Prazo, pertencente à família Tarouca.

No fim de 1948, obteve licença do Bispo da Guarda para fundar um Seminário. Efetivamente, o Seminário do Verbo Divino iniciou as suas atividades em 14 de novembro de 1949, com o fundador, Pe. Caio, acompanhado dos padres Lúcio Brandão e Leopoldo Pfad, e com os primeiros seminaristas portugueses que entraram na Congregação.<sup>1199</sup> Mais tarde, virão a fundar uma nova Casa, em Guimarães.

Em 5 de maio de 1956, o Bispo da Guarda, D. Domingos da Silva Gonçalves, benzeu a pedra fundamental e o novo edifício do Seminário do Verbo Divino<sup>1200</sup>. «Mais uma realização da benemérita Congregação.<sup>1201</sup>

<sup>1198</sup> *Notícias da Covilhã*, 25.9.1954.

<sup>1199</sup> David Sampaio Barbosa, *História de uma presença em Portugal: Missionários do Verbo Divino*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002, p. 14.

<sup>1200</sup> *Notícias da Covilhã*, 5.5.1956.

<sup>1201</sup> *Ibidem*, 21.4.1956.

#### **P.e CAIO MÁRIO DE CASTRO (FUNDADOR DO SEMINÁRIO DO VERBO DIVINO, EM TORTOSENDO)**

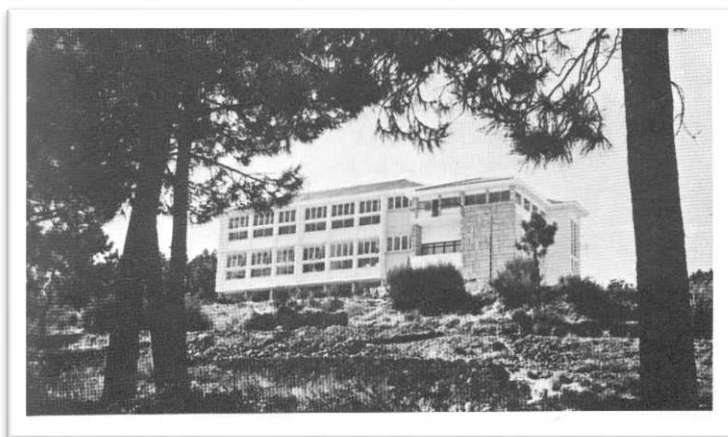
Em agosto de 1948, o P. Caio Mário de Castro, da Congregação do Verbo Divino, chega a Lisboa. Este Verbita dirige-se à Guarda onde se encontrou com o Bispo, continuando as conversações encetadas, anteriormente, por um outro padre da mesma Congregação. Com permissão do Prelado da Diocese, o P. Caio iniciou, de imediato, a procura de uma propriedade rústica e, após dois meses comprou, em Tortosendo, a Quinta do Prazo, pertencente à família Tarouca. No fim de 1948, obteve licença do Bispo da Guarda para fundar um Seminário. Após a compra, dois objetivos preocuparam o P. Caio: o arranjo possível da casa para acolher condignamente os primeiros seminaristas e a promoção vocacional pelas escolas da região para assegurar um número suficiente de alunos para abertura do primeiro ano letivo já no Outono de 1949. Efetivamente, o Seminário do Verbo Divino iniciou as suas atividades em 14 de novembro de 1949, com o fundador, Pe. Caio, acompanhado dos padres Lúcio Brandão e Leopoldo Pfad, e com os primeiros seminaristas portugueses que entraram na Congregação. Permaneceu em Portugal durante 4 anos, até 1952.

Nos 4 anos seguintes, já no Brasil, empenhou-se profundamente na recolha de fundos para a construção do novo Seminário de Tortosendo. A inauguração da primeira fase ocorreu em 1 de maio de 1956, festa de S. José. Nas décadas seguintes, as demoras por Portugal, no geral rápidas, não esconderão a imensa simpatia e carinho por tudo o que por aqui se ia fazendo. Faleceu em 1 de junho de 2004, na cidade de Belo Horizonte, Brasil.

Fonte: David Sampaio Barbosa, *História de uma presença em Portugal: Missionários do Verbo Divino*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002.

#### **■ - EXTERNATO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - 1959**

##### **EXTERNATO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - 1959**



Em 1959, o tortosendense, Pe. José Antunes, quando regressava das Bermudas, onde estivera alguns anos como missionário, pensou fundar um colégio. «Consultados alguns dos homens do dinheiro para o ajudarem, todos se recusaram, por não verem ali os lucros a que estavam habituados a auferir das suas fábricas.»<sup>1202</sup>

Mas esse sacerdote tortosendense estava firmemente determinado nessa obra. Juntou-se, pois, com um grupo de outros sacerdotes, criaram o Externato de Nossa Senhora dos Remédios e instalaram-no, num edifício, na Rua da Amoreira. Teve como

---

<sup>1202</sup> José do Vale Carvalheira, *Tortosendo Na história, na tradição e na lenda*, S. Mamede de Infesta, Edições Salesianas, 1981, p. 40.

primeiro Diretor, o Reverendo Padre José Alfredo Antunes, sucedendo-lhe em 1964, o Reverendo Padre José Baptista Mendes.

No ano seguinte, em dia de 5.<sup>a</sup> feira de Ascensão, procedeu-se «apesar das obras (já) adiantadas, à bênção da primeira pedra»<sup>1203</sup> do novo edifício.

Esta instituição educativa do ensino particular revelou-se importante não só para Tortosendo, em nosso entender pelas mesmas razões anteriormente invocadas pelo Professor Joaquim Dinis, em relação ao ensino individual. Igualmente beneficiou terras a sul do concelho e outras a que estenderia, com o passar do tempo, a sua influência.

**Pe. JOSÉ BATISTA MENDES**

Nasceu em 9 de janeiro de 1928. Ordenou-se sacerdote em 19 de abril de 1953. Já era pároco do Dominguiso à data da fundação do Externato de N. S. dos Remédios.

Desde 1964 assumiu a direção do Externato, função que mantém até à atualidade. Foi grande impulsionador desta obra, importante não só para Tortosendo, como para toda a região, mormente com a utilização de transportes para os alunos.

### 3.3 De 1968 a 1974

#### 3.3.1 Criação do Ciclo Preparatório

Em 15 de setembro de 1968, o *Jornal do Fundão* anuncia em grandes parangonas: «Regozijo no Tortosendo – criado o Ciclo Preparatório»<sup>1204</sup>. Por um lado, era a resposta ao anseio tortosendense da criação de uma escola industrial, mas, por outro, era também uma vitória para este semanário. Na véspera, no *Notícias da Covilhã*, igualmente na primeira página, podia ler-se: «Parabéns à boa gente do Tortosendo pela criação do Ciclo Unificado».<sup>1205</sup>

Em favor da criação do Ciclo Preparatório em Tortosendo, o correspondente do *Jornal do Fundão*, José Laço, destaca a nível das entidades oficiais, o papel de duas personalidades, que muito contribuíram para a concretização de um tão justo anseio, por parte da população. São eles os tortosendenses, Dr. Rui Pontífice Sousa, este como Deputado da Nação, pelo seu empenho junto do Governo Central e Jorge Craveiro de Sousa, como Vereador da Câmara Municipal, a nível local, pelas diligências feitas na procura de um edifício com as condições exigidas pela Direção de Serviços do Ciclo

<sup>1203</sup> *Notícias da Covilhã*, 29.4.1961.

<sup>1204</sup> *Jornal do Fundão*, 15.9.1968.

<sup>1205</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.9.1968.

Preparatório do Ensino Secundário<sup>1206</sup>. Pelo que o correspondente do *Jornal do Fundão* agradece «a sua valiosíssima colaboração sem a qual não seria possível que uma obra de tão larga repercussão, tão cedo tivesse viabilidade no Tortosendo»<sup>1207</sup>. Bem como agradece, também, o interesse do então Presidente da Câmara, Engenheiro Vicente Borges Terenas e, ainda, do ministro da Educação, Dr. José Hermano Saraiva. Já o *Notícias da Covilhã*, embora não deixe de registar o interesse destas personalidades, destaca em primeiro lugar o empenho do Dr. Duarte Simões «que é a quem se fica devendo a obra. Foi ele que conhecedor dos problemas do Tortosendo e localidades limítrofes teve a feliz ideia de lembrar a necessidade do ciclo» e «por último, à boa vontade do anterior ministro da Educação Nacional, Prof Galvão Teles e do Dr. Teixeira de Matos, do Diretor de Serviços do Ciclo Preparatório.<sup>1208</sup>

E nós queremos reconhecer a persistência de José Laço, que não se cansou de fazer apelos no *Jornal do Fundão*.

**JOSÉ PEREIRA LAÇO PINTO ( - †)**

José Pereira Laço Pinto faleceu a 8 de fevereiro Hospital Pêro da Covilhã, na Covilhã. Era pai de Teresa Laço Pinto. Desenvolveu desde a sua juventude ações em prol da comunidade, esteve associado a quase todas as instituições que no Tortosendo foram fundamentais para a formação e desenvolvimento da população (desde o Unidos Futebol Clube, ao Cinema Mineiro, ao CPT Pinhos Mansos, ao Sport Tortosendo e Benfica, à Sociedade Cooperativa de Tortosendo, ao Centro de Convívio e Apoio à 3.ª Idade, à União dos Reformados, ao Orfeão do Tortosendo, à LAT e seu Orfeão). Foi membro do Partido Comunista Português

Ainda o *Jornal do Fundão*, na secção «Vida Municipal» informa que a Câmara já fez o contrato de arrendamento do edifício em que há-de funcionar a Secção do Ciclo Preparatório do Tortosendo, tornando-se necessário realizar algumas obras de adaptação, construir casas de banho, uma cobertura para o recinto do recreio, o que foi aprovado. O Ciclo Preparatório foi instalado num edifício da família Trindade Brás Afonso<sup>1209</sup>, sito na Avenida Viriato, n.º 265. Veio a iniciar as suas atividades, no ano letivo de 1968/69<sup>1210</sup>, no princípio de novembro, e aí permaneceu até 1987.

<sup>1206</sup> In *Corresp. Recebida da Câm. Mun. (Confidencial)*, *Maço n.º 188*, de 1966-1973, of. n.º 156 de 3.2.1968, da D.G. do Ciclo Preparatório do E. Secundário. Informa que a proposta feita por esta Direção “mereceu a aprovação” do ministro da Educação Nacional. Conjuntamente, é enviada lista com indicação do n.º mínimo exigível de salas para funcionamento.

<sup>1207</sup> *Jornal do Fundão*, 4.11.1968.

<sup>1208</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.9.1968.

<sup>1209</sup> Ata de 18.9.1968, in *Liv. Atas Câm. Mun.* n.º 114, de 4.9.1968 a 15.1.1969.

<sup>1210</sup> Segundo o *Jornal do Fundão* de 15.9.1968, a Dir. Geral de Serviços do Ciclo Preparatório, através do of. n.º 3 539 de 9.9.1968, confirma à Câmara Municipal a abertura da Secção do Tortosendo.

## ANTIGAS INSTALAÇÕES DO CICLO PREPARATÓRIO - TORTOSENDO



Fonte: Arquivo pessoal

O *Notícias da Covilhã* de 23 de novembro, ao mesmo tempo que anunciava a entrada de mais professores (Religião e Moral, Francês, Desenho e Trabalhos Manuais), informava que começara a normalização das atividades.<sup>1211</sup> Informaram-nos que, nos dois ou três primeiros anos de funcionamento da Escola, desempenhou funções de subdiretora, a Dra. Maria Cipriana Esteves Morão Teixeira Lino.

Finalmente, com a entrada em funcionamento do Ciclo Preparatório, foi dada oportunidade a todas as crianças de prosseguirem estudos, em situação de igualdade. No entanto, se na realidade se queria implementar o alargamento do Ensino Primário com o Ciclo Preparatório, havia que proporcionar «igualdade de oportunidades» para todas as crianças. Havia que responder ainda a outras necessidades, por exemplo, subsídios individuais para fazer face a um aumento significativo das despesas. Como muitas crianças teriam de deslocar-se e permanecer várias horas fora de casa ao longo do dia, havia que facultar transportes e criar e apetrechar refeitórios para o fornecimento de refeições. Por isso, em nosso entender, é da máxima importância o Decreto-lei n.º 178/71 de 30 de abril, que cria o Instituto de Ação Social Escolar – IASE.

As cantinas escolares do concelho continuam em funcionamento. (...) c) que se assegurou desde já o funcionamento de todas as cantinas existentes e de outras consideradas indispensáveis, o que foi objeto de um inquérito do Instituto de Ação Social Escolar. (...) que se acabe com a “sopa de caridade” e se introduza uma alimentação racional de acordo com as instruções já superiormente definidas (...)»<sup>1212</sup>  
O governador civil transcreve circular do Instituto de Ação Social Escolar na qual «se pede a melhor e compreensiva colaboração na solução da criação e apetrechamento de

<sup>1211</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.11.1968.

<sup>1212</sup> *Jornal do Fundão*, 18.5.1972.

cantinas escolares, cedendo instalação ou acelerando as necessárias obras de adaptação, a fim de que em outubro seguinte, fosse uma realidade a cobertura de todo o País com cantinas escolares ou simples refeitórios convenientemente apetrechados onde os alunos economicamente débeis pudessem tomar gratuitamente as suas refeições.»<sup>1213</sup>

#### • SECÇÃO PREPARATÓRIO DOS INSTITUTOS, NA COVILHÃ

Na sessão da Câmara de 31 de dezembro de 1970, tomamos conhecimento da formação de um Grupo de Trabalho, no âmbito do Centenário da elevação da Covilhã a Cidade, visando a criação do Ensino (Pós) Médio na Covilhã. «Coube ao Diretor da Escola Industrial e Comercial Dr. Duarte Simões (1966-67) a reivindicação da criação de Secções Preparatórias para os Institutos Comerciais e Industriais, o que virá consumir-se na vigência do último Diretor da Escola, Dr. Augusto Guimarães.»<sup>1214</sup> Em outubro de 1971, o *Jornal da Covilhã* divulga: «Instituído na Covilhã um plano de Estudos de dois anos com a designação de “Habilitação complementar para os institutos, importante experiência pedagógica, criada na nossa cidade”»<sup>1215</sup>

O Presidente congratulou-se com o despacho do ministro da Educação que criou a Secção Preparatório do Instituto Politécnico a funcionar nesta cidade. «Deliberou por unanimidade exarar nesta ata um voto de louvor e agradecimento ao Grupo de Trabalho para o Ensino, a que preside o Presidente da Câmara.» O Presidente afirma que não pode deixar de se salientar o trabalho do Dr. Duarte Simões.<sup>1216</sup>

#### ■ LICEU NACIONAL NOTURNO

Em maio de 1973, começa a discutir-se uma importante pretensão para quem pretendia prosseguir estudos em pós-laboral: o Liceu noturno na Covilhã.

O presidente da Câmara, Eng. Vicente Borges Terenas, e o Reitor do Liceu Nacional, Dr. Domingos Rijo, em entrevistas, defendem os seus pontos de vista em favor dessa modalidade de ensino.<sup>1217</sup> Não há dúvida que a sua implementação ofereceria diversificação maior de ensino para a região. Em setembro de 1973, anuncia-se no *Notícias da Covilhã* que em outubro terão início aulas noturnas no Liceu Nacional

---

<sup>1213</sup> Ata n.º 20 4.7.1972, AMC, Livro n.º 126 de 18.1972 a 4.7.1972

<sup>1214</sup> <http://www.esec-campos-melo.rcts.pt/topframe/conteudos/historia.html>, Consultado 2.12.2013.

<sup>1215</sup> *Jornal do Fundão*, 3.10.1971.

<sup>1216</sup> Ata n.º 20 8.10.1971 Livro de Atas da Câmara Municipal da Covilhã n.º 122 de 6.5.71 a 22.9.1971.

<sup>1217</sup> *Notícias da Covilhã*, 5.5.1973.



Noturno. O mesmo semanário mostra alegria ao concluir: «Uma campanha iniciada pelo nosso jornal.»<sup>1218</sup>

#### ■ INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO, NA COVILHÃ

Em dezembro de 1972, o *Notícias da Covilhã* anuncia que funcionará na Covilhã um Instituto Superior Politécnico e Escolas Normais Superiores, em Castelo Branco e Guarda. «Estamos todos de parabéns, mas há que vencer as dificuldades para o Instituto funcionar em 1973» – afirmou o presidente da Câmara.<sup>1219</sup>

Em julho de 1973, está aprovado o anteprojeto para as obras no quartel, para instalar o Instituto Superior Politécnico da Covilhã pelo que está assegurado o funcionamento em outubro seguinte.<sup>1220</sup> Em dezembro de 1973, o presidente da Câmara informou que enviou um telegrama de agradecimento ao ministro da Educação Prof. Dr. Veiga Simão pela criação do Instituto Superior Politécnico na Covilhã.<sup>1221</sup>

A criação do Instituto Politécnico na Covilhã foi muito bem aceite na região. Proporcionou o acesso ao ensino Universitária na nossa região, tanto aos jovens que se encontravam dentro do sistema de ensino, como dos outros que haviam abandonado ou mesmo caso dos adultos. Maria Antónia Gonçalves deu o seguinte testemunho em relação a seu filho:

Quando [o meu filho] fez a 4.<sup>a</sup> classe entusiasmou-se muito. Fez a admissão com as senhoras do Colégio. (A seguir) Foi para a Escola Industrial. Quando andava no 5.<sup>o</sup> ano, perguntou-me: -Ó mãe não havia possibilidades de pedir dinheiro e eu depois pagava, quando estivesse empregado? Eu disse: -Não. Acabas e vais trabalhar. Ficou muito triste. Só as lágrimas que chorei, mas não foi à frente dele. Um dia veio muito contente. - Mãe, já posso estudar até ao 7.<sup>o</sup> ano aqui na Covilhã. Aqui, na Covilhã, estava bem. No fim do 7.<sup>o</sup>, ganhou bolsa de estudo e foi para Lisboa. Depois de ir para Lisboa já não quis mais dinheiro.<sup>1222</sup>

Estava a porta aberta para a criação da Universidade na Covilhã, que veio a ser fundada em 1986.

---

<sup>1218</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.9.1973.

<sup>1219</sup> *Notícias da Covilhã* 23.12.1972.

<sup>1220</sup> *Notícias da Covilhã* 9.7.1973.

<sup>1221</sup> Ata n.º 40 27.12.1973, *Livro de Atas da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 129 de 12.12.191972 a 1.3.1973.

<sup>1222</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Antónia Gonçalves, Membro da Ação Católica», in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003.

## 4. ESTRUTURA SOCIAL

*Não há dúvida que quem mandava era a burguesia da província que, no fundo, era uma pequena porção de gente, cujos costumes estavam pautados por uma visão campestre da religião, em que o dia-a-dia era marcado pela preponderância dos que tinham e pela natural submissão dos que não tinham, com um sistema de relações entre uns e outros que ia da quase adoção ao anonimato.*

António Alçada Baptista, *A cor dos dias: memórias e peregrinações*.<sup>1223</sup>

Apesar do imobilismo desejado pelo regime, as alterações na estrutura social vieram a acontecer.

### 4.1 Grupos sociais

Para M. Villaverde Cabral, a estrutura social portuguesa evoluiu na «dependência, mais ou menos mediatizada pelos fatores políticos e culturais, das estruturas económicas da população e da correspondente distribuição da população ativa, segundo os grandes ramos de atividade»<sup>1224</sup>.

Para compreender a realidade em presença, com o espaço fortemente hierarquizado, na posse como na fruição, assentando numa hierarquia de classes,<sup>1225</sup> tomamos como referência «a síntese da estrutura de classes da sociedade portuguesa, no Estado Novo» da responsabilidade de M. Villaverde Cabral, para compreender a estrutura social do Tortosendo. Consideramos importante conhecer a explicação de Villaverde Cabral da forma como chegou a esta síntese. O autor xxx teve por base as duas grelhas «mais testadas» nos estudos sobre classes e mobilidade sociais, propostas por E. Olin Wright e por John H. Goldthorpe.<sup>1226</sup> O primeiro dos autores apresenta seis classes no qual combinava, de acordo com a sua terminologia, as duas classes típicas do modo de produção capitalista (a classe capitalista e a classe operária) e a classe típica daquilo que o autor designa como «modo de produção mercantil simples» (a pequena burguesia), com os três «lugares contraditórios», como ele lhes chama, ocupados nas

---

<sup>1223</sup> Lisboa, Editorial Presença, 2003, p.15. António Alçada Baptista (1927-2008), que se apresenta como pertencente à burguesia de província, retratou assim a sociedade covilhanense à qual, em menor escala, muito se assemelhava a tortosendense.

<sup>1224</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Classes Sociais» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 329.

<sup>1225</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese dout. Antropologia, Univ. Nova de Lisboa, 1998, p. 114.

<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1226</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.o -3.º), p. 382.

relações de classe pelo pequeno patronato, os quadros executivos e os empregados.» Das seis classes passou ainda a doze.<sup>1227</sup>

Por sua vez, Goldthorpe apresentou um esquema com onze classes iniciais que mais tarde passou a sete, depois a cinco e finalmente a três. Desta proposta, Villaverde Cabral reteve, pois, «o princípio básico da constituição dos lugares de classe», «segundo os dois grandes eixos que opõem, por um lado, os trabalhadores assalariados às ocupações não assalariadas» e, por outro lado, «entre trabalhadores manuais e não manuais». Considerou ainda o facto de «os titulares de ocupações não assalariadas empregarem muitos assalariados, poucos ou nenhuns», dando possibilidade de diferenciar, respetivamente, a burguesia, a pequena burguesia e os independentes.<sup>1228</sup> No entanto, Villaverde Cabral adverte: para Goldthorpe, o objetivo do esquema «não é oferecer um mapa de classes definitivo para uma dada sociedade [...] mas sim um instrumento de trabalho adequado ao tipo de análise que se pretende efetuar.<sup>1229</sup> Por sua vez, o mesmo autor sublinha que a terminologia por si utilizada para «designar as seis posições retidas» é da sua responsabilidade e que «pretende atribuir-lhes um conteúdo realista, isto é, conforme às diferentes teorias sociológicas e ao uso corrente que lhes tem sido conferido pela tradição historiográfica do estudo das classes sociais».<sup>1230</sup>

**QUADRO 3.8 ESTRUTURA DE CLASSES DA SOCIEDADE PORTUGUESA**

Classes	Categorias sócio-profissionais	%
Burguesia	Grande patronato; gestores de grandes empresas e profissões liberais	3
Nova burguesia assalariada	Profissões técnico-científicas; quadros de pequenas e médias empresas	10
Pequena burguesia tradicional	Pequeno patronato do comércio, indústria e agricultura	10
Salariato não-manual	Empregados de escritório e outros assalariados não manuais	24
Trabalhadores independentes	Trabalhadores manuais por conta própria, maxime camponeses	10
Salariato manual	Operário fabril, dos transportes, comunicações e construção civil, proletariado rural	43

Fonte: Manuel Villaverde Cabral<sup>1231</sup>

Na sociedade tortosendense, podia observar-se uma bipolarização dos tortosendenses em dois grupos antagónicos: de um lado, um grupo de industriais e de um núcleo de grandes proprietários, que necessitam de utilizar mão-de-obra, e do outro,

<sup>1227</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>1228</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>1229</sup> Idem, *Ibidem*. Idem, *Ibidem*. p. 383.

<sup>1230</sup> Idem, *Ibidem*. pp. 388 e 389.

<sup>1231</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal», in *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.o -3.º), p. 389.

o vasto grupo dos assalariados. Ou seja, a estrutura social refletia a estrutura económica, «los niveles de estratificación que se establecen en la sociedad, las divisiones por clases tienen un fundamento eminentemente económico».<sup>1232</sup> No caso da sociedade agrícola, a estratificação baseia-se essencialmente na extensão e qualidade da terra. Assim, na sociedade agrícola, no topo, «o patronato rural no qual se destacava um grande agrário, o Dr. Francisco Almeida Garrett, que pode incluir-se na grande burguesia e os restantes pertencentes à burguesia.

Mas, para além desses grandes proprietários, a população rural de Tortosendo era constituída por quinteiros que tratavam as maiores parcelas destes proprietários, que em alguns casos pertenciam a uma pequena burguesia, e que recorria à mão-de-obra assalariada; rendeiros ou caseiros, semiproletários, que tratavam parcelas mais pequenas e, alguns deles trabalhavam ao longo do ano para o próprio patrão ou para outros patrões; e, ainda, por assalariados e camponeses pobres que aproveitavam sazonalmente o trabalho. Todos os trabalhos das casas agrícolas, em alguns casos eram supervisionados por um feitor. O setor primário incluía ainda moleiros, pastores, os forneiros e chamiceiros do Casal da Serra.

Por sua vez, também «el proceso industrializador trajo consigo una auténtica bipolarización socioeconómica.» De um lado o patronato detentor dos meios de produção, do outro os assalariados que vendem a sua força de trabalho. Ao longo dos anos 20 do século passado, consequência do processo industrializador, teve lugar, em Tortosendo, uma expansão do tecido industrial que ocorreu paralelamente a um importante aumento da classe operária industrial.

O novo estádio foi preparado pela maquinofatura que fez a transição da pequena produção industrial de regime artesão, caracterizado pela técnica primitiva, pelo trabalho quase exclusivamente manual e rotineiro durante séculos (economia tipo feudal), e pela perda dos meios de produção, progressivamente, para os casões e as oficinas e destas para as fábricas, para o novo sistema de produção.

Quanto à estrutura social na indústria, na década de 60 do século passado, esse proletariado fabril compunha-se fundamentalmente de elementos masculinos mas igualmente por elementos femininos cujo número aumentará na proporção do desenvolvimento industrial e que terá como adjuvante a partida de jovens para a Guerra do Ultramar.

---

<sup>1232</sup> Salustiano Casaseca Hernández, *Los Ancares: educación y subdesarrollo*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, p.48.

Para além da indústria de lanifícios, podem acrescentar-se indústrias diretamente a ela ligadas como carpintaria e marcenaria, serralharia ou ainda a indústria de moagem ou a sazonal dos lagares de azeite, com operários do sexo masculino. Mas ainda um conjunto de artífices com oficinas localmente instaladas, caso dos alfaiates, dos sapateiros e funileiros, do tanoeiro, ou mesmo, o ferrador.

Os «isolados» surgem em atividades relacionadas com a construção civil (caso dos pedreiros, pintores, carpinteiros) bem como a reparação de bens duradouros (automóveis, aparelhos elétricos, por exemplo). Ou ainda o ferreiro, a parteira, ou até, o barbeiro, ou seja muitos dos incluídos no grupo anterior.

Na indústria existe ainda o grupo dos «não remunerados». Este grupo emerge principalmente no seio familiar, em profissões de «feição mais tradicional», ou no caso da aprendizagem de alfaiates, costureiras, sapateiros, carpinteiros. Mas também pode surgir fora da família, caso dos marceneiros e carpinteiros. O maior número de não remunerados era o das mulheres.

O setor terciário do Tortosendo incluía a classe média liberal: médicos, farmacêuticos, funcionários dos Correios e da Banca, de outros serviços, como: Junta de Freguesia, Centro de Saúde, Dispensário, funcionários municipais (encarregado do matadouro ou da eletricidade), um salariedade não manual que integra técnicos vulgarmente designados por empregados e, no caso dos lanifícios, os empregados de escritório, os debuxadores, e os empregados de armazém.

Acrescentemos os comerciantes, com estabelecimento aberto, bem como algumas profissões associadas à prestação de serviços, barbeiro, costureira, alfaiate - conferiam ao local certa autonomia em relação às freguesias vizinhas. Havia um estabelecimento de barbearia com vários empregados, para além do proprietário, e barbeiros na situação de isolados ou até dos que acumulavam com outra profissão. Virgílio Dinis descreve o movimento da Barbearia Carinhas da qual, presentemente, é o proprietário:

Era a Barbearia Carinhas. Ele era Francisco Gouveia Carinhas. Chegaram aqui a trabalhar quatro pessoas, ele e três empregados. Havia mais gente, hoje já há menos, porque já se servem em casa, fazem as barbas em casa. Havia horário e não havia, descansava-se na hora do almoço... Entrávamos às 9 da manhã até as 7 da noite. Mas ao sábado era até à meia-noite. Havia clientes que tinham os seus trabalhos, chamávamos-lhes nós “os rabões”, que era o Sr. Francisco Roça, o sapateiro, e os dois Irmãos Batistas, aqui da Loja do Sr. Professor Monteiro. Era só as barbas. E havia alguns que estavam no Clube, a jogar à sueca, *opois* chegava aquela hora é que vinham. E nós estávamos aqui a secar, sem fazer nada. A Guarda Republicana fechava os olhos, não ligava.<sup>1233</sup>

---

<sup>1233</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Virgílio Dinis, Barbeiro», in *Boletim da LAT*, n.º 42, 2.º Trim., 2002.

Um sapateiro e um merceeiro vendiam máquinas de costura das marcas (Singer, Oliva) e estas marcas promoviam Cursos de Bordados que eram concorridos.

Existiam, igualmente, as agências e correspondências de instituições bancárias e seguradoras.

#### 4.2 A rígida hierarquia social

Um dos aspetos da organização social comunitária tortosendense é, a rígida hierarquização social. As classes eram fortemente marcadas e a separação entre os elementos dos diversos estratos da sociedade era profunda e começava, na infância. Concretizemos:

La mentalidad burguesa valorará positivamente aquellas amistades basadas en una identificación de clase, posición y edad, criticando en cambio el trato con clases más bajas y censurando fuertemente - salvo a veces en los medios rurales y durante la niñez - los contactos con personas provenientes de los estratos populares, o sencillamente, con individuos alejados del modelo ideal burgués de hombre/mujer.<sup>1234</sup>

Em muitos casos, nem a frequência da escola primária diminuía as barreiras, porque as crianças das classes favorecidas frequentavam, sempre que possível, o ensino particular. «A rígida hierarquia social continuava a ser considerada eterna e imutável por todos quantos dela lucravam ou lhe sofriam os efeitos, praticamente não existia mobilidade e a segregação entre classes mantinha-se total.»<sup>1235</sup>

Por sua vez, as formas de tratamento marcavam essas diferenças, principalmente no sexo feminino. Uma menina da burguesia seria tratada de «menina fulana», tanto na infância como na juventude. Após o casamento, ascendia a «senhora dona». Já as meninas da classe popular eram referidas, primeiro como «garotas», depois como «raparigas» e tratadas simplesmente pelo nome. Na idade adulta, mormente, após o casamento, as operárias passavam a «menina fulana». Muitas delas ainda hoje são alvo deste último tratamento, apesar de já serem avós. As mulheres mais ligadas ao meio rural passavam a «senhora fulana». Inclusivamente, «o modo como um indivíduo estava vestido ou falava denunciava imediatamente a sua posição e as distinções de *status*, estabelecidas desde os tempos remotos, reconheciam-se em geral como legítimas»<sup>1236</sup>.

---

<sup>1234</sup> José Antonio Cieza García, *Mentalidad social y modelos educativos: la imagen de la infancia, la familia y la escuela a través de los textos literarios (1900-1930)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1989, p. 212.

<sup>1235</sup> Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade...*, op.cit., p. 70.

<sup>1236</sup> Maria Mónica, *Educação e sociedade...*, op. cit., p. 70.



Fonte: Foto cedida por M<sup>a</sup> Fernanda Raposo Almeida

Determinadas peças de vestuário ajudavam a marcar a posição social e o estado civil, como convinha. No vestuário e em relação às mulheres, reportamo-nos uma vez mais a Tortosendo. A imagem inserta acima é muito esclarecedora sobre as formas de vestir. A primeira mulher, enverga um casaco curto e cobre a cabeça com um véu de tule para incorporar a cerimónia religiosa; a segunda é uma mulher adulta, mais ligada ao meio rural («às quintas»); vestida de cor, usa avental, lenço na cabeça e xaile preto, que neste caso ajuda a proteger o bebé.

Uma operária, em relação aos anos 50, 60, descreveu-nos a sua forma habitual de vestir:

Em geral eu vestia uma saia e uma blusa e no inverno, em vez da blusa vestia uma camisola. Usava uns aventais muito bem feitinhos que a minha prima Isilda me fazia e, até, os enfeitava. Por causa do frio, usava um xaile pequenino com franjas e, mais tarde, uma capa de malha que a gente até traçava. No Verão, é que íamos todas em corpo bem feito, até chegarmos ao ponto de irmos tão arranjadinhas que, nem no Inverno, já levávamos o xaile. <sup>1237</sup>

As operárias libertaram-se muito mais cedo do lenço e do xaile do que as mulheres ligadas ao meio rural, aderindo, até, à moda. No entanto, o casaco comprido marcou durante muito tempo a diferença, pois só as mulheres das classes sociais mais abastadas o poderiam usar.

### 4.3 A mobilidade social

A partir de meados da década de 1960, a transformação da sociedade portuguesa acelerou-se. Depois de décadas de isolamento, Portugal passara a estar em contacto com

---

<sup>1237</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Piedade Mendes Meireles: A minha vida na fábrica», in *Boletim da LAT*, n.º 36, 4.º Trim., 2000.

o que se passava no resto da Europa. Os dias da resignação tinham terminado. Os pais exibiam ambições para os filhos.<sup>1238</sup> Os ecos da revolta parisiense chegavam a Lisboa. As Universidades abriam-se a estratos que dela haviam sido tradicionalmente excluídos.  
1239

### ■ A mobilidade intrageracional

Em abril de 1932, em *O Trabalho*, afirma-se que «na educação e instrução dos povos está a base fundamental do progresso e evolução que tende à transformação da sociedade num sentido de mais equidade e justiça». No mesmo jornal, em janeiro do ano seguinte, lança-se um apelo no mesmo sentido:

Trabalhadores, a nossa independência depende do grau de cultura que soubermos impor-nos. Devemos, pois, instruir-nos, aumentando a bagagem dos nossos conhecimentos. Precisamos ler muito, estudar muito. O operário português é o menos culto da Europa. Elevemo-nos ao grau de cultura dos nossos camaradas que lá fora formam a vanguarda de toda a organização social e política. Valores do músculo, sejamo-lo também do cérebro. E abramos campo aos que venham até nós, amplamente, colaborar na tarefa redentora.<sup>1240</sup>

Em junho do ano seguinte, em *O Raio* defende-se a mesma causa e dão-se sugestões: «não deve desprezar no proletariado, a preparação cultural. É uma das condições necessárias para que se criem, dentro das massas proletárias, os quadros técnicos e intelectuais que dirigirão a sociedade de amanhã.»<sup>1241</sup> No entanto, em Tortosendo, o que os operários haviam conseguido, graças ao empenho dos dirigentes da sua Associação de Classe, foi-se perdendo sucessivamente. A partir de 1933, estas iniciativas de educação popular, de índole associativa, foram sujeitas a grandes restrições, mormente com a extinção da sua Associação. Como consequência dessa extinção, «se ha ido perdiendo aquella consideración demiúrgica que la cultura tenía en las aspiraciones personales y colectivas de los obreros de hace un siglo.»<sup>1242</sup>

Afortunadamente, em 1946, é fundado o Unidos Futebol Clube do Tortosendo. Teve como ponto de partida a vertente desportiva, mas foi-se impondo pelos seus papéis cultural e social. José Ribeiro, um dos fundadores, procurou reavivar a chama da antiga Associação de Classe, extinta em após a criação do Sindicato Nacional, na qual ele

---

<sup>1238</sup> Maria Filomena Mónica, «Sociedade», *op. cit.*, p.457.

<sup>1239</sup> *Idem*, *Ibidem*. p.459.

<sup>1240</sup> *O Trabalho*, 15.1.1933.

<sup>1241</sup> *O Raio*, 11.6.1933.

<sup>1242</sup> Rufino Manuel Madrid Calzada, «La educación de las clases populares sevillanas: 1900-1975» in Juan Ramón Medina Precioso, Antonio Rodrigo Torrijos (prólogo), *Industria y clases trabajadoras en la Sevilla del siglo XX*, Sevilla, 1995, Edición, Carlos Arenas Posadas, p.197.



ainda jovem trabalhara. Por isso, o Unidos adere à causa da *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, o que José Laço, testifica num depoimento:

O Unidos era uma Universidade. Com 19 anos pertenci, logo, a uma das primeiras direções. De olhos fechados. Progressivamente, o Unidos foi introduzindo coisas lá dentro de que nós nos orgulhávamos. Veio o curso de Adultos, com professores amadores que propuseram os alunos a exame, os que sabiam um pouco mais ajudavam. E muitos fizeram o exame da 4.<sup>a</sup> classe.<sup>1243</sup>

Em janeiro de 1953, no *Jornal do Fundão*, a propósito do anúncio de uma nova sede para o Unidos, salienta-se que a sua atividade, «a princípio meramente desportiva, logo se dilatou»:

Vincara-se no espírito dos seus dirigentes a necessidade de aliarem ao desporto a parte beneficente e a cultura. Assim foi materializada a criação de uma biblioteca que hoje conta com centenas de volumes; instituído um curso para analfabetos e outro de francês; promovida a realização de palestras culturais e deliberada a distribuição anual de artigos escolares pelos filhos dos sócios em idade de frequentarem a escola.<sup>1244</sup>

Em maio seguinte, na Sessão Comemorativa do sétimo aniversário da sua fundação, presidiu um outro entusiasta da instrução ao tempo da Associação de Classe, António Joaquim Gervásio, que destacou uma vez mais na obra do clube, para além do interesse pelo desporto: a manutenção de bolsas de estudo e o funcionamento de aulas noturnas, integradas na Campanha Nacional de Educação de Adultos, numa das salas da sede.<sup>1245</sup> Acrescentou que, no aspeto cultural, possui já uma biblioteca. «É dispormos de um meio acessível de nos enriquecermos com conhecimentos indispensáveis e nos tornarmos cidadãos mais dignos e conscientes.» Mas decidiram alargar os horizontes:

E se estudássemos um bocadinho de francês, um bocadinho de contabilidade? E começaram a abrir-se os cursos. O de francês foi o primeiro, ministrado pelo Carlos Mocho e pelo Zé Frazão. Éramos uns dez ou doze, mas ficámos três: o Alfredo Costa, um rapaz que era o François e eu. Também se juntou o Sr. Ribeiro e o Américo Pereira. Andámos ali três meses, todas as noites. Ainda andámos no Instituto, na Covilhã, mas um dia surgiu lá uma discussão política, mesmo em Francês. E acabou por fechar. Eu e o Costa fomos quem mais lucrou. Depois apareceu o curso de contabilidade, ministrado nessa altura pelo Américo Pereira e pelo Zé de Oliveira.<sup>1246</sup>

E, em boa verdade, «sucessivas direções animadas do espírito da promoção social dos seus sócios, e do Tortosendo», conseguiram que «os valores contributivos (fossem) então postos em funcionamento. Eles foram, cursos: de língua portuguesa, francesa, inglesa, de contabilidade, de adultos; o livro, as conferências, a música, o teatro, o

---

<sup>1243</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Laço: contabilista», in *Boletim da LAT*, n.º 76, 3.º Trim., 2011.

<sup>1244</sup> *Jornal do Fundão*, 18.1.1953.

<sup>1245</sup> *Jornal do Fundão*, 17.5.1953

<sup>1246</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Laço: contabilista», in *Boletim da LAT*, n.º 76, 3.º Trim., 2011.

desporto, ensinamentos que muito contribuíram para a formação moral e cívica do indivíduo, se tivermos em conta o elevado número de participantes nas várias modalidades, então criadas, que trouxeram ao clube grande prestígio e o impuseram»<sup>1247</sup>. Não espanta, portanto, que o Clube Unidos fosse abertamente um dos alvos da polícia política.<sup>1248</sup>

#### VELHA SEDE DO UNIDOS, NA RUA DO TERROEIRO



Fonte: *Jornal do Fundão* (data desconhecida)

#### INSCRIÇÃO NA PAREDE DA SALA DE LEITURA

*«Ninguém se deve envergonhar de ser ignorante, mas sim de continuar a sê-lo.»*



Foto cedida pela LAT- Liga dos Amigos do Tortosendo

Perante o pedido de «informações sobre idoneidade moral e política» dos corpos gerentes do Unidos Futebol Clube de Tortosendo, o presidente da Câmara responde à Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, em 1953, nestes termos: da lista apresentada para o efeito, todos os indivíduos possuem a necessária idoneidade moral e política, com exceção de José Rodrigues Ribeiro, Américo Dias de Oliveira,

<sup>1247</sup> José Laço, «Unidos Futebol Clube», in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

<sup>1248</sup> José Ribeiro, «As visitas da PIDE», in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

António Joaquim Gervásio e Alfredo Craveiro (de Matos).<sup>1249</sup> Em 1956, perante lista idêntica, opina-se: «todos os indivíduos possuem a necessária idoneidade moral e política, com exceção de José Rodrigues Ribeiro, que não possui condições para o desempenho de qualquer cargo desta natureza, porquanto é nitidamente contrário aos princípios do atual regime político.»<sup>1250</sup>

Em boa verdade, José Ribeiro sabia que não era *persona grata* ao regime. Por isso, assumiu, em depoimento, «os incómodos» de que foi alvo pela PIDE: «Eu pessoalmente fui muitas vezes incomodado por ser diretor do Unidos. Cada vez que se realizava uma palestra, no clube, eu era chamado ao Posto da GNR, situado nos Pinhos Mansos.» Destaca, então, «um caso», a respeito de uma conferência, acordada com o dr. Rolão Preto.

No dia marcado, e tal como acontecia sempre que havia palestras, conferências, aparece a PIDE. Um elemento entrou lá na Direção e chamou-me de parte, dando a entender que o que me vinha dizer devia ficar entre nós. «Queira escrever aí no quadro que o dr. Rolão Preto não pode comparecer, por se encontrar adoentado. Depois... telefone-lhe, como é natural». Telefonei ao nosso convidado e disse-lhe: «Ó Sr. Dr., não pode vir hoje; temos aqui os nossos amigos». Ao que ele responde: «Olha que pena. E logo hoje que ia falar de flores, um assunto que toda a gente gosta!»<sup>1251</sup>

José Ribeiro continuou: «Quando era preciso prestar declarações, vinha o Cabo Camilo, que comandava o Posto, e dizia: «Lá estão outra vez aqueles filhos da...». Ele não gostava dos elementos da PIDE, porque lhe custava andar a incomodar as pessoas, lhe ocupavam tudo, até lhe roubavam a secretária. Antes do interrogatório faziam uma preleção sobre a República para denegrir esta época, já se vê, e para assim justificarem a atuação deles. A pergunta era sempre a mesma, se havia comunistas.»<sup>1252</sup>

---

<sup>1249</sup> AMC, *Corresp. Expedida, Avulsos*, n.º 1692, 1945-1958 (Confidenciais) 24.7.1953.

<sup>1250</sup> Esta informação do presidente da Câmara foi consequência de uma outra do presidente da Junta de Freguesia, Rui G. Videira: «Pronuncio-me somente sobre o presidente que é quem dirige e orienta e esse Dr. José Rodrigues do Ribeiro é declaradamente elemento contra a situação, constando ser o chefe do operariado que é como V. Ex<sup>a</sup> muito bem sabe do lado Comunista. 03.02.1956, AMC, *Corresp. Recebida*, Maço 207, 1951-1961.

<sup>1251</sup> José Ribeiro, «As visitas da PIDE», in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

<sup>1252</sup> José Ribeiro acrescenta: Quando era chamado ao Posto, pedia ao Albino Amaro para me acompanhar. Ele ia-me lá levar e ficava cá em cima, na Estrada, dentro do carro. Se eu me demorasse, ele podia-me valer. E podia avisar a minha família que me tinham levado.

## CONFERÊNCIA NO UFCT – ASSISTÊNCIA MASCULINA



Fonte: *Jornal do Fundão*

José Ribeiro recordou a última vez em que foi incomodado, já no tempo de Marcelo Caetano:

Dessa vez a Conferência iria ser feita pelo advogado da Guarda, Dr. João Gomes, destacado elemento da oposição. Veio a ser governador civil depois do 25 de abril. Chamaram, então, todos os elementos dos órgãos diretivos do Clube, onde se incluía o Jorge Craveiro. Estivemos muito tempo em pé, ao sol, antes que nos chamassem. Mais uma vez, antes de nos interrogarem, referiram os aspetos negativos da democracia. Depois um pede perguntava, outro escrevia as respostas. E sempre o perigo dos comunistas. Mas não prenderam ninguém.<sup>1253</sup>

Em Junho de 1958, a Câmara envia ao governador civil cópia de um ofício do comandante da GNR, a informar que o cobrador do Unidos distribuía, sem autorização [a que se refere o art. 38 do Dec. 41 562 de 18.3.1958], um pequeno jornal, juntamente com um bilhete para sorteio de quatro prémios, na noite de S. Pedro. Que a referida ocorrência «foi participada ao Tribunal para os devidos efeitos. (...) «Como ainda neste caso o § 2.º do art. 48 do aludido Decreto prevê o encerramento temporário do Clube, venho comunicar a V. Ex.ª para que tal seja ordenado se V. Ex.ª assim o entender, pois que as elevadas sanções se tornam necessárias neste Grupo que é considerado um foco de perturbação naquela localidade.»<sup>1254</sup>

Merece ainda destaque o papel que alguns dirigentes, a maior parte deles autodidatas, desenvolviam ainda, de uma maneira informal, atividades que muito contribuía para o crescimento pessoal dos associados que a elas aderiam. José Rodrigues recorda, a propósito, com muito carinho:

<sup>1253</sup> José Ribeiro, «As visitas da PIDE», in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

<sup>1254</sup> 26.6.1958, AMC, *Corresp. Expedida*, Avulsos, n.º 1692, 1945-1958 (Confidenciais) o Fotoc

O José Ribeiro, o Zé Carrola, o Júlio Machado, o Zé Oliveira, o Alfredo Pereira, o Alfredo Costa liam e comentavam livros. Eu era novito, mas acompanhava os mais velhos por me interessar. Era o benjamim do grupo. Os livros proibidos não estavam na biblioteca e andavam de mão em mão. O Subterrâneo da Liberdade, a Cova dos leões, por exemplo. Esses livros apelavam aos direitos sociais. Discutíamos e aprofundávamos. Por isso o regime receava o Unidos. Porque sabia que tínhamos essa luta. O Zé Ribeiro oferecia-me sempre um livro pelo Natal. Aprendi lá a escrever à máquina. Às conferências, não faltava a nenhuma.<sup>1255</sup>

O mesmo José Rodrigues remata, com gratidão: «O Unidos foi a minha Universidade. Foi a Universidade Popular. Fui um sócio que aproveitei.»<sup>1256</sup>

Por conseguinte, no Tortosendo, alguns operários foram tomando consciência que «ter instrução era uma forma de alargar as perspetivas económicas do indivíduo, conseguir mobilidade no sentido sociológico de aumentar o seu prestígio, subir na escala social.»<sup>1257</sup> Ou seja: «El fenómeno de la profesionalización ha hecho que hoy día el acceso a los procesos de movilidad en sus vías ascendentes exija el acceso a la instrucción. La educación se constituye así en el vehículo más importante de movilidad para la clase trabajadora»<sup>1258</sup>e que «es importante la educación como vehículo de movilidad intrageneracional, sobre todo en lo que se refiere a enseñanza de adultos, cursos de especialización y de formación profesional.»<sup>1259</sup>

José Laço assume essa atitude da valorização:

Eu andava ali, o que queria era subir. Aquele envolvimento que existia ali no Unidos é que me atraía para as letras. (...) Começava a ver que era bom saber alguma coisa mais. As possibilidades eram poucas e tudo o que fosse para me instruir, eu agarrava tudo. Começou-me a atrair aquela via cultural que achava que era a mais sã.<sup>1260</sup>

Não obstante, à ação do Unidos Futebol Clube outra vertente muito importante se veio juntar. Em março de 1952, o *Jornal do Fundão* divulga que a «Gazeta do Comércio e da Indústria» oferece o ensejo aos seus leitores, de tirarem o curso prático de contabilidade, sem saírem de suas casas. Promete publicar outros: Português, Inglês, Estenografia, etc.<sup>1261</sup> Mormente, os que estavam motivados, no Unidos, também aproveitaram. José Laço testemunha:

---

<sup>1255</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Rodrigues», in *Boletim da LAT*, n.º 49, 1.º Trim., 2004.

<sup>1256</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Rodrigues», in *Boletim da LAT*, n.º 49, 1.º Trim., 2004.

<sup>1257</sup> Alice Ingerson, «Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão» in *Análise social*, vol. XVII, 1981, p.879.

<sup>1258</sup> Francisco Andrés Orizo y Manuel Gomez-Reyno, *Movilidad social en los trabajadores*, in Francisco Andrés Orizo et al., «La promoción social en España», Madrid, Centro de Estudios Sociales de la Santa Cruz del Valle de los Caidos, 1966, p. 133.

<sup>1259</sup> Idem, *Idem*, p 134.

<sup>1260</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Laço: contabilista», in *Boletim da LAT*, n.º 76, 3.º Trim., 2011.

<sup>1261</sup> *Jornal do Fundão*, 23.3.1952.

Fiz então dois cursos por correspondência, um de português e outro de contabilidade, que eu gostava da contabilidade. Tinha uns 26 anos (cerca de 1952/53) e já estava casado. Escrevi para uma escola nacional de contabilidade, acertámos as coisas e mandaram as primeiras lições. Comecei a olhar prá quilo e decifrava aquilo num instante. Resolvia os questionários e raramente me enganava. Sim, era sozinho. Fui prá frente e, passado tempo, lá fiz exame com 18 valores. E tirei também o curso de português, na Escola Lusitana, também por correspondência, porque eu nunca tinha esquecido, de todo, a gramática: as formas verbais, os substantivos, os adjetivos, os pronomes. Também o fiz bem, apanhei também 18. Depois de ter feito isto, eu era tecelão ainda, aparece-me o Nicolau [Baltazar] e diz-me se quero estudar um curso de português, que já estava pago. Fiz exame e tudo e no fim lá vem o diploma pró Nicolau.<sup>1262</sup>

Em 1970, A. Sedas Nunes<sup>1263</sup> enaltece valor do ensino por correspondência, nestes termos:

Nos países onde a vontade de progredir e inovar é mais forte que o apego aos hábitos tradicionais, o ensino por correspondência já entrou por isso amplamente, ou pelo menos está a entrar, no domínio das coisas perfeitamente naturais. Em muitos países, tanto capitalistas, como socialistas, grande parte da educação técnica e profissional obtém-se, de facto, por essa forma. (...) E é do interesse da sociedade – cujo progresso depende da instrução e qualificação dos indivíduos que a compõem – que esse direito seja tanto quanto possível satisfeito. O ensino por correspondência representa, seguramente, um dos meios de lhe dar satisfação.

Por sua vez, a Escola Industrial e Comercial da Covilhã já oferecia cursos noturnos dos quais tiraram partido alguns dos mais velhos, apesar da falta de transportes públicos. Na ida para a Covilhã, beneficiavam, por vezes da «boleia» de pessoas que trabalhavam no Tortosendo e residiam na Covilhã. É o caso do testemunho que se segue:

Para cima (o meu filho) tinha transporte quando andava a estudar de noite, mas para baixo? Para baixo vinha a pé. Vinha à meia-noite aquela criança, não havia casas como agora. Eu não me tirava da porta a ver se ele vinha.<sup>1264</sup>

Mais tarde surgiram os transportes que serviam os interessados e esse tipo de ensino tornou-se muito mais acessível. Está sempre subjacente a motivação «de melhorar a situação», porque na generalidade dos casos, de «tecelão» poderia passar-se a empregado:

Quando tecia no Sr. Leonel, aproveitei, ia de carro com o Edmundo para a Covilhã. Tinha as bases do Unidos, muita leitura, muito português, sobretudo, e gostava de estudar. À noite ia um grupo, havia uma camioneta, para irem estudar à noite. Cheguei ao 4.º ano. Tive lá uma zanga com um professor e desisti. Mas o objetivo era melhorar a situação como aconteceu. A Sociedade de Lanifícios precisava de um empregado. Eu tinha uns conhecimentos e precisava de melhorar a situação.

---

<sup>1262</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Laço: contabilista», in *Boletim da LAT*, n.º 76, 3.º Trim., 2011.

<sup>1263</sup> *Jornal do Fundão*, 12.4.1970.

<sup>1264</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Alzira Venâncio», in *Boletim da LAT*, n.º 50, 2.º Trim., 2004.

Nessa firma comecei a dedicar-me muito com o Sr. Tiago. Ele era muito sabedor, dedicado, nunca houve qualquer atropelo. Tive um bom mestre.

Em setembro de 1959, Os semanários regionais *Notícias da Covilhã* e *Jornal do Fundão*,<sup>1265</sup> em «Vida corporativa», informam que no CAT da Sociedade de Fabricantes de Tortosendo, começou a funcionar na semana transata um curso de preparação para o 1.º ciclo liceal. «Visa a elevação cultural e educativa dos associados.» Novamente em 1972, do relatório recebido, no *Notícias da Covilhã*, sobre as atividades do CAT da Sociedade de Fabricantes, ao autor «mereceu especial apreço e digna menção especial o Curso de “ciclo preparatório” facultativo a todos os associados». No entanto, em relatório, a direção queixa-se da fraca adesão, cerca de 20 associados num universo de cerca de 400 trabalhadores que constituem as empresas associadas que patrocinam o CAT.<sup>1266</sup>

Em abril de 1965, no Unidos, decorre um curso de Inglês, por discos, de José de Oliveira, que «está a ter bom aproveitamento». Também «uma outra aula de língua francesa começou a funcionar há dias com a presença de muitos interessados».<sup>1267</sup>

#### 4.3.2 Mobilidade Intergeracional

*«O que aconteceu no meu tempo é que esse pequeno mundo explodiu. De uma geração para outra, os filhos dos pobres tiraram os seus cursos e começaram a marinhar estrutura acima.»*<sup>1268</sup>

António Alçada Baptista, *A cor dos dias: memórias e peregrinações*

«Tanto el pensamiento utópico, como el que emana del pensamiento marxista, concedieron una especial importancia al tema educativo, pensaban que era la única palanca de transformación de la sociedad, aunque posteriormente se demostrara que la educación es una herramienta más de transformación pero, desde luego, no la única y exclusiva.»<sup>1269</sup> Alguns trabalhadores haviam assumido estas ideias e as vantagens não só para si próprios, como também, para os seus filhos.

O Estado Novo, embora aferindo por baixo, estabeleceu a escolaridade obrigatória, e implementou as medidas necessárias para que essa escolarização se

---

<sup>1265</sup> 19.9.1959 e 20.9.1959, respetivamente. Direção do prof. Martins dos Santos.

<sup>1266</sup> *Notícias da Covilhã*, 10.6.1972.

<sup>1267</sup> *Jornal do Fundão*, 4.4.1965.

<sup>1268</sup> António Alçada Baptista, *A cor dos dias: memórias e peregrinações*, Lisboa, Editorial Presença, 2003, p. 16.

<sup>1269</sup> Rufino Manuel Madrid Calzada, *op. cit.*, p.183.

efetivasse. Praticamente, após essa curta escolarização, fazia-se a integração no trabalho das crianças das classes populares e esta prática era considerada normal.

Nas famílias do campesinato, todos os membros da família contribuía com o seu trabalho. O tempo infantil estava marcado por uma divisão etária de tarefas que fazia incumbir à irmã mais velha o conjunto de cuidados a ter com os mais novos. *Fazer por* um irmão é uma expressão frequente quando se pretende descrever uma prestação desequilibrada pelo caráter distanciado em termos etários. Mas havia tarefas para todos.

Seguem-se testemunhos de pessoas de três gerações. Começamos com Maria do Carmo, nascida em 1913, e que viveu a sua meninice numa das quintas do Tortosendo:

Era tão pequenina, (e já) andava de rastos a arrancar as ervas do trigo, no rego. Até diziam que tinham comprado um saiote a *propósto* p'ra romper, p'ra quando andávamos a mondar. (Havia) Sempre trabalho todo o ano. Ajudava o pastor, eram ovelhas, naquela altura eram nossas. Mas *ópoi* os gajos (os senhores da Casa Garrett) compraram também gado e foram-nos tirando as terras. Um ano tiravam um bocado, outro ano tiravam outro. Foram tirando, foram tirando até que só ficou aquele reduto, ali ao pé da Linha, chamávamos nós a Lavajola.<sup>1270</sup>

Por sua vez, Manuel Quinteiro Gomes, nascido em 1934, no Casal da Serra, manifesta os trabalhos que estavam destinados aos meninos da sua condição:

Íamos lá aos Covais, eu e o meu avô, trazíamos os molhos de carqueja às costas e ó depois, em casa, fazíamos aqueles molhinhos pequeninos, atados com uma verguinha de giesta p'ra vender na Covilhã, a tostão. A vender já era só eu, levava-os às costas e vendíamos de porta em porta. Íamos em grupo, os garotos. (...) Eu só regressava à noite e depois levava esse dinheiro, dava-o à minha avó. Normalmente aquilo ia tudo sobre conto e ganhávamos 5 e quinhentos. E os 5 tostões é que davam para comprar uns f(i)guinhos secos p'ra se comer, quando se vinha, e beber água, numa fonte.<sup>1271</sup>

Uma dezena de anos mais tarde, Maria Gabriela Raposo (1943- ), cujo pai era quinteiro, recorda o seu contributo para os trabalhos do campo:

Nós ajudávamos a semear batatas, feijão e outras coisas. No verão ajudávamos nas ceifas do centeio e, quando era para fazer a malha, era uma grande festa.<sup>1272</sup>

É verdade que os trabalhadores rurais se mostravam mais renitentes em mandar os filhos à escola primária, a escola obrigatória. Mas não o faziam, por razões de cultura de classe: estes trabalhadores tinham baixos níveis de aspiração. «En primer lugar hay que

---

<sup>1270</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: a dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, (Liga dos Amigos de Tortosendo), n.º 43, 3.º Trimestre de 2002.

<sup>1271</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Manuel Quinteiro Gomes, ex-presos político», in *Boletim da LAT*, n.º 62, 1.º Trim., 2008.

<sup>1272</sup> Maria Gabriela Raposo Ferreira (1943- ), Casada, Assistente de educação. Depoimento dado em fevereiro de 2002.



decir que la educación no era sentida como una verdadera y prioritaria necesidad, ni tenía, en general, una excesiva consideración social »<sup>1273</sup>.

No entanto, a mentalidade, ainda que lentamente, ia evoluindo. Atentemos uma vez mais, na opinião de Maria do Carmo (1913-2000), na forma como ela progrediu, relativamente à necessidade de frequência escolar por parte de suas filhas, com vista ao ingressa numa das fábricas de lanifícios:

Criei cinco filhos. A minha Maria Rosa, essa não a pude mandar à escola. Como a malta era toda *pecanita*, ela fazia muita falta, e lá ficou a rapariga sem saber ler. Ah! Naquela altura diziam p'ra qu'ê que as mulheres haviam de aprender a ler. Mas ela tinha muita pena e fazia-lhe muita falta, já aprendeu depois de casada. A Carlota já foi para a escola, fez o exame da 4.<sup>a</sup> classe para ir p'rá fábrica, *non* as queriam lá (na fábrica) sem exame. Da Maria Rosa foi um descuido, se nos *opuséssamos*... ia e tornava a ir (à escola). Naquela altura era assim!...<sup>1274</sup>

Também os operários dos lanifícios, progressivamente iam integrando os seus filhos no trabalho industrial. No tempo dos teares manuais, com oito anos, muitos meninos já enchiam canelas para esses teares, para ajudarem o pai ou a mãe. De Germano Pombo, que frequentou a escola primária nos primeiros anos da década de 50, ouvimos o seguinte:

Portanto, na minha infância, estudava e ia-me divertindo com os amigos; ao mesmo tempo todos os dias o meu pai trazia o desperdício da fábrica, cortava-o ao meio, atava um bocado numa cadeira e outro bocado noutra. E eu enquanto não atava aquele bocado não podia fazer mais nada. E fui assim aprendendo em casa. Quando fui para a fábrica não foi para dar fios aos tecelões e “emparadores”, enfiar pente(n)s e tal; eu nunca fiz esse serviço: fui logo diretamente a atar.<sup>1275</sup>

«Conformados» na indústria, os pais levavam os filhos consigo para a fábrica, para garantirem uma posição. Os meninos, com a conivência dos patrões, eram introduzidos nas fábricas por seus pais, onde permaneciam sob o olhar destes. Executavam pequenas tarefas que facilitavam o trabalho dos tecelões. Começavam por dar fios (aos tecelões), enfiavam pentes e, entretanto, aprendiam a atar<sup>1276</sup>. Os pais argumentavam que assim podiam «olhar por eles». Porque, na rua, podiam fazer asneiras e a ociosidade era considerada a mãe de todos os vícios. Mas, eles sabiam que era também uma forma de lhes assegurarem trabalho, futuramente, pois existia um certo corporativismo na indústria, já anteriormente referido. Assim, considerava-se natural um empresário contratar os filhos dos próprios operários, em detrimento de outros. Por

<sup>1273</sup> Rufino Manuel Madrid Calzada, *op. cit.*, p.185.

<sup>1274</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria do Carmo: a dureza da vida do campo», in *Boletim da LAT*, (Liga dos Amigos de Tortosendo), n.º 43, 3.º Trimestre de 2002.

<sup>1275</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Germano Pombo: Tecelão», *op. cit.*

<sup>1276</sup> Os rapazes executavam a tarefa de «atador» que não era paga pelo patrão, mas sim por cada tecelão, para o trabalho poder avançar com mais rapidez.

isso, os próprios operários dificultavam o acesso às fábricas dos jovens cujos pais tinham outras atividades. Atente-se no testemunho José de Matos, carpinteiro, cujo pai era feitor de uma das casas agrícolas, do Tortosendo:

Eu quando saí da escola queria ir para uma fábrica. Mas na altura, para tecelão, só iam os filhos dos tecelões. Não queriam lá mais ninguém. Os filhos dos tecelões tinham preferência, os outros não. O meu pai andava a pedir p'ra eu ir para uma fábrica. Só se houvesse lugar é que metiam outros, mas era difícil.<sup>1277</sup>

Como essa aprendizagem estava destino aos garotos e rapazes, Ferreira de Castro põe na boca da personagem Peixoto dificuldades quando o jovem pastor Horácio sonha ser tecelão numa Fábrica:

Se dependesse só do Mateus, estava bem; mas não depende. Há sempre muitos pedidos feitos ao patrão. Depois com os anos que já tens... O que é que tu querias ser?

- Eu queria ser tecelão... Peixoto meditou um momento e logo voltou à sua:

- Tu já pensaste que tinhas de entrar de aprendiz?

-Já...

- Eu digo-te isto, porque um aprendiz ganha muito pouco. E, às vezes, passa muito tempo antes de chegar a operário. São coisas boas para garotos. Em vez de andar por aí na brincadeira, vão pegar fios e aprender um ofício. Sempre recebem alguma coisa e ajudam os pais. Mas tu és um homem, que até já foste às sortes. Não sei se pensaste bem...<sup>1278</sup>

Entretanto, o desenvolvimento industrial acabou por proporcionar essa abertura, no caso do Tortosendo. Para além dos tecelões, eram necessários trabalhadores noutras funções das fábricas: nas fiações e cardações, nas tinturarias, nas ultimações. Assim, filhos de trabalhadores agrícolas e de alguns quinteiros ingressaram nas fábricas, primeiro escalão de mobilidade. «Todo paso del campo al trabajo industrial constituye un cambio de *situs* y, a la vez, un cambio de *status* en sentido ascendente.»<sup>1279</sup> «Los obreros y campesinos buscan así la escolaridad como un medio de abandonar el trabajo manual e incorporarse a las burocracias. La burguesía en sus diferentes componentes, la considera necesaria para seguir manteniendo sus posiciones. Muchas familias consideran que la escolaridad iba a dar a sus hijos, lo que ellos no tuvieron, y en todo o caso les proporcionaría un medio más útil de emplear las horas infantiles antes de ponerse a buscar trabajo»<sup>1280</sup>.

---

<sup>1277</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «José Azevedo de Matos», in *Boletim da LAT*, n.º 46, 2.º Trim., 2003.

<sup>1278</sup> Ferreira de Castro, *op. cit.*, pp. 38, 39.

<sup>1279</sup> Francisco Andrés Orizo y Manuel Gomez-Reyno, “Movilidad social en los trabajadores”, in Francisco Andrés Orizo et al., *La promoción social en España*, Madrid, Centro de Estudios Sociales de la Santa Cruz del Valle de los Caídos, 1966, p. 139.

<sup>1280</sup> Esther Varela Varas, *La educación como agente de cambio*, Salamanca, Tesina-Universidad Pontificia de Salamanca, 1982, p.45.

Nos documentos da antiga Secção do Sindicato do Tortosendo, que nos foi dado consultar, dois «empregados pedem Bolsas de Estudo para as suas filhas ingressarem na Universidade, enquanto tal recurso não foi procurado pelos operários. Pelo nosso conhecimento podemos atestar que no caso do primeiro pedido, a Bolsa de Estudo foi indispensável para ela fazer o seu curso na Universidade.

As expetativas quanto a prosseguimento de estudos, por parte dos filhos dos operários eram muito poucas. Germano Pombo confirma-o:

Na Escola Primária tive o professor Martins. Fiz os quatro anos seguidos. Pensaram em me mandar estudar, mas naquele tempo quem é que podia? Eu era o mais velho e fui logo para a fábrica, dois anos depois o meu irmão foi para a panificadora e depois a minha irmã foi para a confeção.<sup>1281</sup>

Esta opinião surge corroborada, no depoimento de João Madeira Antunes:

A reduzida fêria que recebiam para pouco lhes dava. Da sua ideia libertadora, constante na altivez com que [homens de cara baixa] enfrentavam a vida, apenas a utopia da igualdade que perseguiram lhes adoçava os lamentos, mas contraía a revolta. Nem para mandar os filhos estudar para a Campos Melo ou Liceu a fêria dava. Estes, a maioria, ficavam amarrados a um destino de atadores de fios das teias, para compor um pouco a jorna. Era assim, era assim. Os pais eram tecelões, os filhos seriam também tecelões.<sup>1282</sup>

Por conseguinte, os filhos dos operários não prosseguiram estudos por razões económicas, embora desde o início da década de sessenta do século passado já existisse o Ensino Particular no Tortosendo; limitavam-se, por isso, a aprender o ofício de seus pais. No entanto, alguns rapazes, que haviam obtido as necessárias habilitações académicas, ocupavam lugares de técnicos, caso de debuxadores, que se tinham sujeitado a caminhar a pé, diariamente para a Escola Campos Melo da Covilhã. Registamos o testemunho de José Cardoso (1935- ):

Ali na minha zona, que eu vivia nos Escabelados, quem já andava na Escola Industrial era o Mário Madeira, filho do António Madeira que tinha ali a tasca. Ele era filho único, mas andava a pé. Então fomos ter com ele, para eu ir com ele a pé. Lá me apresentei no primeiro dia, à porta dele, e lá viemos os dois, pelas 7 e meia ou coisa assim. Quando chegámos à Escola, ele indicou-me os horários, as salas e passei o dia na Escola Industrial. Senti-me um pouco estranho. Ao fim da tarde, quando acabámos as aulas, voltámos prá casa. Mas o Américo Duarte («Papagaio»), o José Alfredo Poeta e o Manel de Jesus Gonçalves («Manel da Avó») que iam de bicicleta, de manhã eles foram mais tarde, de regresso, eles já nos acompanharam a nós que vínhamos a pé.<sup>1283</sup>

Esta situação estimula os operários que passam a investir na educação dos seus filhos. Assim, no Tortosendo, com o passar do tempo, principalmente os operários

---

<sup>1281</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Germano Pombo: Tecelão», *op. cit.*

<sup>1282</sup> Depoimento de João Madeira Antunes.

<sup>1283</sup> Adélia Mineiro, «José Cardoso, debuxador», in *Boletim da LAT*, n.º 82, 1.º Trim., 2013.

melhor informados tinham outro tipo de aspirações, com vista à promoção dos seus filhos. O diploma do 5.º ano liceal (nove anos de escolaridade) ou de Cursos médios (geral do comércio e cursos industriais: curso de debuxador, de tintureiro) proporcionavam o acesso a novos empregos. Com algum incremento da indústria e consequente desenvolvimento económico da vila, mesmo as fábricas do Tortosendo, proporcionaram o emprego a esses jovens de ambos os sexos, principalmente em escritórios ou mesmo armazéns. Esther Varela Varas sintetiza esta circunstância, da seguinte forma:

Pero pronto se dan cuenta que estos empleos exigen una cierta escolaridad, por lo cual se aprestaron a conseguir para sí y sobre todo para sus hijos, esa condición que los podría abrir camino en el mejoramiento de su posición social <sup>1284</sup>

### 4.3.3 Mobilidade social - Investigação

Alguns dados encontrados em periódicos locais sobre estudantes de Tortosendo motivaram a realização de um pequeno estudo sobre «Mobilidade social». Começamos, no entanto, com um testemunho pessoal. Realizámos o Exame de 2.º grau (4.ª Classe), em 1957, e integrávamos uma turma de mais ou menos 30 alunas. Desta turma apenas 3 (três) fizeram o Exame de Admissão ao Liceu.

Em julho de 1959, no final do ano letivo, o *Jornal do Fundão* apresenta os resultados dos exames dos alunos de Tortosendo com os quais elaborámos o quadro que se segue.

QUADRO 3.9 ALUNOS DE TORTOSENDO SUBMETIDOS A EXAME, NOS VÁRIOS GRAUS 1959

Exames	Sexo Masculino	Sexo Feminino
1.º grau ( 3ª classe)	57	47
2.º grau ( 4ª classe)	51	30
Admissão	24	5
<b>Escolas complementares:</b> (Liceu e Escola Industrial - Covilhã; Externato de N. S. dos Remédios)	50 (Fizeram exame ou passaram de ano)	
<b>Total – 250</b>		

Fonte: *Jornal do Fundão*, 26.7.1959

Portanto, em 1959, das 30 raparigas que fizeram o Exame da 4.ª Classe, apenas 5 (cinco) realizaram o exame de admissão. Já dos 51 rapazes, 24, ou seja perto dos 50%, fizeram este exame.

Por essas alturas de 1960, embora o número de alunos e alunas filhos de operários que prosseguiam estudos tivesse aumentado, o mesmo ainda não era significativo. Esses

<sup>1284</sup> Esther Varela Varas, *La educación como agente de cambio*, Salamanca, Tesina-Universidad Pontificia de Salamanca, 1982, p.45.

jovens, maioritariamente rapazes, distribuíam-se pelo Liceu Nacional da Covilhã, pela Escola Industrial e Comercial Campos Melo da Covilhã, pelo Externato de Tortosendo, por colégios da Covilhã e Fundão ou por colégios com internato, em vários pontos do País.

Entretanto, o *Notícias da Covilhã*, no final do ano letivo de 1960/1961, em três números consecutivos publicou listas dos estudantes de Tortosendo.<sup>1285</sup> Estas listas sugeriram-nos a realização de um pequeno trabalho de investigação / estudo sobre a «mobilidade social dos rapazes e raparigas desta lista», filhos de operários, da indústria de lanifícios ou de outras pequenas indústrias, todos nascidos na década de 40 do século passado, acompanhando o seu trajeto de vida.

À semelhança de Anabela Nunes, no seu trabalho «Meio social, família e classe operária», tendo como objeto o Barreiro, Tortosendo, «com a sua população operária e a sua experiência industrial», foi o espaço e contexto escolhido para o nosso estudo; um lugar onde se podem gerar, conservar ou reconverter estratégias familiares próprias, articuladas ao contexto material da sua existência.»<sup>1286</sup> Por sua vez, os grupos domésticos, que procurámos captar, enquanto totalidade, tinham aqui protagonistas concretos: os operários tortosendenses (...) que ocupavam lugares na estrutura social, tomavam posição nas relações sociais de produção.<sup>1287</sup>

Socorremo-nos uma vez mais de Villaverde Cabral, do seu estudo: «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal»<sup>1288</sup> no qual «desenvolve uma análise inspirada em Goldthorpe e observa a existência de fluxos de mobilidade intergeracional absoluta elevados, expectáveis face às transformações sociopolíticas que marcaram a sociedade portuguesa». Para este autor «a mobilidade aumenta de forma regular e acentuada para os homens nascidos até 1946-1947, (...) passando de menos de 50% para perto de 70%, e começa a baixar para os indivíduos que entraram na vida ativa a partir de finais da década de 60. Para as mulheres, (...) o aumento da mobilidade é no entanto mais lento, só atingindo o máximo para a geração nascida em 1950 e descendo depois mais acentuadamente do que a curva dos homens.»<sup>1289</sup> Para o mesmo autor, «segundo toda a probabilidade, isto está associado ao crescimento da economia do país, cuja aceleração

---

<sup>1285</sup> *Notícias da Covilhã*: 15.7.1961, 22.7.1961 e 29.7.1961.

<sup>1286</sup> Anabela Nunes de Almeida, Meio social, família e classe operária, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, 1992, p. 28.

<sup>1287</sup> *Idem, Ibidem*. p. 30.

<sup>1288</sup> *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.o -3.º), pp. 381-414.

<sup>1289</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal» *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.o -3.º), p. 391.

só se verificou, como é sabido, a partir dos anos 60, com a correspondente modernização tecno-profissional, nomeadamente o declínio da população agrícola e o aumento das ocupações terciárias, o que ofereceu às novas gerações oportunidades de mobilidade até então desconhecidas». <sup>1290</sup>

Para o nosso estudo sobre «Mobilidade Social» revelou-se igualmente de muito interesse a obra «La familia operaria Movilidad social y cambio social en España», porque segundo o autor, Jorge Rodríguez Menés, «en muchos aspectos, esta investigación pertenece a la tradición del «logro de estatus» (status attainment), que intenta establecer y explicar la relación entre las posiciones ocupacionales alcanzadas por los individuos y sus orígenes sociales e historiales educacionales. En la investigación intentamos determinar también los efectos que los cambios económicos, políticos y sociales han ejercido sobre las oportunidades de movilidad intergeneracional en España. Estimamos que esas oportunidades aumentaron como consecuencia de procesos de modernización». <sup>1291</sup>

Socorremo-nos também do estudo de Vasco Ramos, «Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses». <sup>1292</sup> No nosso caso, propomo-nos analisar a mobilidade social de uma geração, através do seguimento da trajetória de vida desses indivíduos.» <sup>1293</sup> Com este autor, aceitamos a proposta de J. F. de Almeida, A. F. da Costa e F. L. Machado, como hipótese: «reconhecimento da centralidade do grupo doméstico de origem, na mobilização e transmissão de recursos materiais e outros, [o que] implica que o mesmo seja levado em consideração na análise das trajetórias sociais» <sup>1294</sup>; consideramos também importante estabelecer uma relação entre o tempo histórico e a mobilidade social. Ou seja: a estratégia de análise «implica portanto a combinação de uma abordagem macrosocial (ao colocar as trajetórias de vida num contexto social e geracional) com uma abordagem micro (centrada nos percursos individuais), permitindo observar o desenvolvimento de trajetos diversificados.» <sup>1295</sup> Acrescentamos ainda a variável género, para interpretar a mobilidade social das mulheres, pela sua entrada significativa no mercado de trabalho a partir dos anos de

---

<sup>1290</sup> Idem, *Ibidem.* p. 392.

<sup>1291</sup> «A familia operaria Movilidad social y cambio social en España», Jorge Rodríguez Menés Northwestern University. Evanston, Illinois (EE.UU.), 1983, p. 78.

<sup>1292</sup> Vasco Ramos «Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses», in *Análise Social*, 212, XLIX (3.º), 2014, pp. 626-649.

<sup>1293</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 627.

<sup>1294</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 634.

<sup>1295</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 636.

1960/1970, «época de industrialização da economia portuguesa e em que parte significativa dos homens estava envolvida na guerra colonial».<sup>1296</sup>

A partir da «lista nominal de estudantes», que em 1961 frequentavam anos diversos, construímos uma tabela com cinco entradas: Nome do estudante, Data de nascimento, Profissão do Pai, Habilitações adquiridas e Profissão.

**QUADRO 3.10 ESTUDANTES DE TORTOSENDO, DISTRIBUÍDOS PELAS PROFISSÕES DOS PAIS  
JULHO DE 1961**

	Operários		Industrial Lanifícios	Empregado	Comerciante	Funcionário	Prof. EP	Médico	Outros
	Lanifícios	Outros							
<b>M – 57</b>	9	1	14	13	10	4	3	1	2
<b>H – 73</b>	13	8	16	10	7	7	2	1	9
<b>130</b>	22	9	30	23	17	11	5	2	11

Quadro elaborado pela autora. Fontes: *Notícias da Covilhã*: 15.7.1961, 22.7.1961 e 29.7.1961.

De acordo com o «Inquérito Urbanístico, Individual, por cada Chefe de Família e por Habitação», com vista à Urbanização de Tortosendo <sup>1297</sup>, apresentado à Câmara em junho de 1967, existiam, na vila, 40 fábricas: 28 fábricas de lanifícios (incluindo uma de confeção) e mais 12 de outras atividades, com um total de 1312 operários (1260 mais 52, respetivamente).

Reportando-nos ao quadro, num total de 130 estudantes (M- 57; H- 73) e tendo presente a desproporção entre o número de patrões e operários, passamos à análise do quadro, que fornecerá o ponto de partida para a investigação. Este apresenta 31 (M- 10; H- 21) filhos de operários, ou seja 23,8% contra os 30 estudantes (M-14; H- 16) filhos de industriais, 23,07%.

Por sexos, passamos ao acompanhamento do percurso de vida destes estudantes.

Do grupo dos 21 homens, 28,7 %, dos indivíduos do sexo masculino em relação ao número total, apurou-se o seguinte:

11 (onze) frequentaram o curso comercial e ingressaram em escritórios de empresas de Tortosendo ou da região, ou ingressaram em Bancos e/ou Seguros ou outros Serviços;

3 (três) frequentaram cursos industriais na Escola Industrial e Comercial da Covilhã: dois deles tiraram o curso de debuxador e ingressaram em firmas de lanifícios;

<sup>1296</sup> Idem, *Ibidem.*, p. 644.

<sup>1297</sup> AMC, Câmara, DMO 1 *Maço* 529 Urbanização do Tortosendo Contém o Inquérito Urbanístico. Individual, por cada Chefe de Família/ por Habitação.

o terceiro tirou formação de eletricidade, seguiu para firma dos arredores da capital e por aí se manteve até à aposentação;

dos 5 (cinco) que frequentaram o ensino liceal, um seguiu o curso de enfermagem; outro, seguiu para a Universidade, licenciou-se em biologia, rapidamente fez o seu doutoramento e seguiu a carreira de professor universitário; outro emigrou e os outros 2 (dois) ingressaram em escritórios da capital.

Do grupo das 10 mulheres, 17,5 % em relação ao número total do grupo «Mulheres», passou-se o seguinte:

4 (quatro) tiraram o curso de Magistério Primário e fizeram o seu percurso de vida a lecionar no Ensino Primário;

das restantes 6 (seis), 2 (duas) fizeram o curso comercial na Escola Industrial e Comercial da Covilhã e as outras 4 (quatro) frequentaram o ensino liceal, e devem ter obtido o diploma do 5.º Ano dos Liceus. Sabemos que ingressaram em escritórios: 3 (três) - em empresas, uma na Segurança Social, outra nos Caminhos de Ferro, em Lisboa e a outra emigrou. Das 6 (seis), 5 (cinco) tiveram uma mobilidade ascendente em relação ao pai.

Confirma-se a relação entre o tempo histórico e a mobilidade destes indivíduos. Foi um tempo de modernização e desenvolvimento económico que fomentou empregos. Já havia situações concretas / exemplos que demonstravam que os que conseguiram formação escolar, acediam a colocações bem melhores.

Tal como em Espanha «Los resultados muestran que el tiempo histórico, interpretado como un índice de «modernización», ha tenido importantes efectos». <sup>1298</sup>

Mas reconhecemos a importância da centralidade do grupo doméstico de origem, na mobilização e transmissão de recursos materiais e outros.

O prosseguimento de estudos obrigava a um exame de admissão ao ensino liceal ou ao ensino técnico, cujas exigências eram superiores às do exame da 4.ª Classe. Pelo que os alunos tinham que se preparar através lições particulares, «explicações», dadas em geral pelo professor da 4.ª classe. Desde logo, esse era o primeiro dispêndio que a família tinha que assumir. Depois como o ensino não era obrigatório, a família estava sujeita a um conjunto inevitável de despesas: pagamento de propinas<sup>1299</sup>, despesas com livros e restante material escolar, em transportes para as deslocações, pois forma mais

---

<sup>1298</sup> «La familia operaria Movilidad social y cambio social en España», Jorge Rodríguez Menés Northwestern University. Evanston, Illinois (EE.UU.), 1983, p. 78.

<sup>1299</sup> Na verdade, os alunos podiam candidatar-se à isenção de propinas, mas como o ensino era muito seletivo, difícil se tornava obter os resultados para tal.



barata era frequentar o Liceu ou Escola Industrial e Comercial, na Covilhã. A Escola Industrial tinha Cantina o que não sucedia no Liceu. Neste, a maior parte dos alunos de fora (da cidade) levava o almoço, que era comida em condições bem precárias. Tudo isto a cargo de famílias de fracos recursos era fardo bem pesado. Mas os pais começaram a ver que podiam semear para colher. Alguns desses pais frequentavam o Clube Unidos e tinham sido tocados pela flama da cultura e haviam beneficiado da cultura possível como já foi descrito. Assumiram, pois, que os seus filhos beneficiassem dela logo a partir da infância. Não nos parece desprecienda a ligação de alguns desses operários ao Partido comunista e as velhas utopias que os norteavam. Acrescentamos outros elementos que podem ser de adjuvantes no meio familiar: trabalharem ambos os progenitores, ser filho único, ser o mais novo de uma família numerosa, contando com a ajuda dos irmãos mais velhos ou mesmo de um só irmão que já trabalhe.

Reportemo-nos, novamente, aos rapazes:

3 (três) – profissão do pai, habilitações e profissão desconhecidos;

1 (um) – o mais novo de seis irmãos;

1 (um) - tinha frequentado o seminário;

3 (três) – só o pai trabalhava mas é filho único

2 (dois) – Só o pai trabalhava, mas fazia trabalho extra.

11 – o pai e a mãe trabalhavam. No entanto, pode acrescentar-se:

2 (dois) eram filhos únicos e os pais tinham ligações ao Unidos;

2 (dois) igualmente com idênticas ligações à mesma associação;

Atentemos no grupo: Mulheres 10

1 (uma) – órfã de pai, apoiada pela família da mãe (Avó e tia, operárias)

1 (uma) - a mais nova de uma família de 7 (sete) irmãos.

8 (oito) - trabalhavam o pai e a mãe

1 (uma) – era filha única

1 (uma) - contava, ainda, com uma irmã mais velha, já empregada;

1 (uma) – contava com o apoio de uns tios;

1 (uma) – ligação do pai ao partido Comunista e Unidos.

Quando os irmãos mais velhos já trabalhavam, os mais novos ganhavam mais alternativas de prolongar a sua escolarização.

Significativamente, avança a feminização. De 21 rapazes para 10 raparigas, nós diríamos que existia uma maior preocupação, «para que sean los hijos varones los que completen estudios, que a la larga les puedan permitir una mejor inserción en el mundo

laboral,<sup>1300</sup> mientras que las mujeres en casi totalidad se dedican a las labores del hogar y su destino era el matrimonio<sup>1301</sup>, principalmente as pertencentes a um status superior. Com os rapazes procurava ir-se mesmo mais além: a los que se les empujaba con más empeño a que se preparen para avanzar algo más en los estudios y buscar más adelante un empleo en la línea de “cuelo blanco”»<sup>1302</sup> ou de técnicos de empresas. Com 9 (nove) anos ouvimos muitas vezes nosso pai defender, que nosso irmão, mais novo que nós 2 (dois) anos deveria continuar estudos na Escola Industrial e que nós deveríamos ir «aprender costura». Apesar de tudo, vai-se transformando esta mentalidade e chega a vez das raparigas poderem estar em pé de igualdade com os rapazes, para prosseguir estudos. Mas, verdade seja dita:

Se existe alguna posibilidad de completar estudios, en la mayoría de los casos, son las mujeres de la casa, madres, abuelas..., las que empujan en mayor medida a las muchachas a continuarlos. El papel de las madres es determinante en la trayectoria vital de estas chicas. Generalmente es el esfuerzo de las madres, incrementando los recursos económicos familiares, el que posibilita que las jóvenes continúen con su formación escolar.<sup>1303</sup>

A nossa situação pessoal, bem como de outras poucas raparigas da nossa geração e do nosso nível socioeconómico, são a prova cabal desta opinião de Pilar Díaz Sánchez. Ao empenho e determinação da nossa mãe, ficámos a dever o facto de termos prosseguido estudos. Por otro lado, admitimos que em alguns casos, «las madres buscan indirectamente su realización personal en las hijas, o bien se sirven de ellas para llegar a tener lo que a ellas se les ha negado, de ahí la intervención en la trayectoria de las mismas, reflejando su propia identidad femenina.»<sup>1304</sup>

Se voltarmos à nossa lista, embora encontremos 4 (quatro) professoras do Ensino Primário, filhas de operários, da mesma fazem parte 12 (doze). As profissões dos pais das 8 restantes são as seguintes:

1 (um) industrial de lanifícios; 1 (um) industrial de serralharia; 3 (três) – empregados; 2 (dois)– comerciantes; 1 (um) – funcionário da CP, na Estação de Caminhos de Ferro, de Tortosendo.

---

<sup>1300</sup> Díaz Sánchez, Pilar, «Del taller de costura a la fábrica. El trabajo de las mujeres en la confección-textil madrileña» in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 1999, n.º 21, p. 283.

<sup>1301</sup> María de los Ángeles Martín Ferrero, *Estructura demográfica y socioeconómica de Toro (1950-94)*, Salamanca, Memoria de Grado, Universidad de Salamanca, 1996, p.175.

<sup>1302</sup> Pilar Díaz Sánchez, «Del taller de costura a la fábrica. El trabajo de las mujeres en la confección-textil madrileña» in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 1999, n.º 21, p. 284.

<sup>1303</sup> Idem, *Ibidem*, p. 283.

<sup>1304</sup> Pilar Díaz Sánchez, «Del taller de costura a la fábrica. El trabajo de las mujeres en la confección-textil madrileña» in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 1999, n.º 21, p. 286.

Ora Ana Benavente, a propósito da feminização do Ensino Primário, explicita a sua opinião e fornece alguns dados a respeito da origem social das professoras e das expectativas da família das mesmas, em relação ao curso de Magistério Primário. A esse respeito, afirma que os pais das professoras eram pequenos proprietários, pequenos industriais, pequenos comerciantes, funcionários, empregados; que na família, em muitos casos a mãe, já tinha aspirações em relação à filha e que entendia que o exercício do magistério era “próprio” para uma rapariga, pois coadunava-se com os valores tradicionais defendidos em relação à mulher. Ana Benavente acrescenta ainda dois aspetos: por um lado, ser o curso de Magistério Primário de curta duração (9º ano mais dois anos na Escola de Magistério) e, por outro, as escolas de Magistério Primário terem começado a surgir nas capitais de distrito, o que as tornava ainda mais acessíveis.<sup>1305</sup> «Apesar da baixa remuneração, os professores conseguiam algum prestígio social, em especial nas pequenas comunidades. Depois do médico e do padre, em termos de habilitações, seguia-se o professor.»

Perante o que atrás ficou dito, concluímos:

Tanto los hijos como los padres viven los estudios (...) más como una posibilidad de cambio que en una forma de desarrollo personal intrínseca;<sup>1306</sup> El fondo de toda esta problemática se encuentra una alta valoración de la imagen social, para la cual la cultura, es un medio. El ascenso de status puede no ser realmente significativo pero, si va acompañado de una imagen favorable, entonces si adquiere valor.<sup>1307</sup>

Neste ambiente de industrialização e terciarização, verifica-se o crescimento das classes médias. «Com elas, as aspirações sociais e culturais e as exigências do consumo aumentam. A pressão demográfica e social sobre o incipiente sistema educativo é fortíssima, a ponto de levar, já no final de sessenta, a uma reforma educativa nos ensinos primário, secundário e superior, tendente a integrar toda a gente.»<sup>1308</sup> «Pero quizás sea más importante la educación como vehículo de movilidad intergeneracional, por cuanto a la larga se producirá un cambio a un status más elevado y más posibilidades consiguientes de ascenso.»<sup>1309</sup>

---

<sup>1305</sup> Adélia Carvalho Mineiro, *Valores e ensino ...*, op. cit., p. 184.

<sup>1306</sup> Salustiano Casaseca Hernández, *Los Ancares: educación y subdesarrollo*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, p.43.

<sup>1307</sup> Salustiano Casaseca Hernández, *Los Ancares: educación y subdesarrollo*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, p.44.

<sup>1308</sup> António Barreto e Clara Valadas Preto, *Portugal 1960/1995: indicadores sociais*, Lisboa, Público, 1996, p. 17.

<sup>1309</sup> Francisco Andrés Orizo y Manuel Gomez-Reyno, «Movilidad social en los trabajadores», in Francisco Andrés Orizo et al., *La promoción social en España*, Madrid, Centro de Estudios Sociales de la Santa Cruz del Valle de los Caídos, 1966, p 134.

Apesar de todos os esforços de um regime autoritário e antidemocrático para manter o imobilismo social, essas mudanças na sociedade aconteceram, sobretudo, a partir da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Como atrás referimos, em setembro de 1966, José Laço, o correspondente do *Jornal do Fundão*, em Tortosendo, lança, neste semanário, o repto da criação de uma Escola Industrial<sup>1310</sup>. Ao longo de dois anos, não deixa esmorecer a ideia da necessidade do alargamento da escolaridade na Vila, atacando o problema em várias frentes. Tornou-se, assim, arauto das pretensões, particularmente, daqueles operários que aspiravam que os seus filhos pudessem prosseguir estudos. Em seu entender, se existisse uma Escola Industrial, tornar-se-ia mais fácil o acesso dos filhos dos operários a cursos industriais e comerciais, que lhes permitissem ocupar lugares de técnicos nas fábricas de lanifícios. Consequentemente, essa formação era também entendida como fator de promoção social e económica. Como se pode concluir, as pretensões de José Laço não iam para o ensino liceal que abria o caminho para um longo curso universitário, meta impossível de atingir.

#### Ciclo Preparatório

Para aqueles dos mais velhos que não tinham completado, os cursos da Escola Industrial, mesmo a trabalhar procuravam frequentar cursos noturnos para a obtenção dos diplomas. O Liceu não oferecia aulas à noite, mas os alunos podiam autopropor - se para completar o 5.º ano, por seções, ou fazer o 7.º ano por disciplinas.

Com grandes dificuldades, era possível frequentar a Universidade de Coimbra ou de Lisboa, com o estatuto de aluno voluntário, a partir da Covilhã. Muito mais acessível se tornava fazê-lo por aqueles que tinham empregos em Lisboa.

Importantes conquistas foram conseguidas no campo do ensino. Para além do ciclo preparatório, em 1968, da máxima importância para a democratização do ensino, «recordamos a criação da Secção Preparatório do Instituto Politécnico a funcionar na Escola Industrial e Comercial da Covilhã, em 1971; do Liceu noturno na Covilhã, em 1973; criação do Instituto Superior Politécnico na Covilhã, 1972 que precedeu a Universidade, que veio a ser fundada em 1986.

Inversamente, a relativa abertura do sistema escolar, conjugada com a modernização económica e tecnológica, parece ter sido o fator mais importante,

---

<sup>1310</sup> *Jornal do Fundão*, 18.9.1966.

estatisticamente em todo o caso, por trás da significativa mobilidade social ascendente que se verificou durante o período sob observação.<sup>1311</sup>

---

<sup>1311</sup> Manuel Villaverde Cabral, «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal» in *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), 1998 (2.o -3.º), pp. 400, 401.



## **CAPÍTULO 4**

# **LUTAS E ASPIRAÇÕES DA CLASSE OPERÁRIA TORTOSENDENSE**





«O Tortosendo era tido como o centro de contestação por uma solução mais radical no domínio da economia. Mas os operários do Tortosendo tinham o entendimento perfeito do que era possível fazer em certo e dado momento do País.»

Augusto Lopes Teixeira  
Notícias da Covilhã, 25.4.2004

Este enfoque sobre «A Vida Operária tortosendense» continua a história social fundamentalmente no que respeita ao estudo dos grupos sociais e suas atividades.

Procurámos explicar a importância da Associação de Classe para os operários de Tortosendo, através de bibliografia específica e das fontes orais. Analisámos o impacto da instituição do Sindicato Nacional em Tortosendo e as muitas perdas sofridas pelos operários após o encerramento da Associação. Questionámos a ligação dos operários ao Partido Comunista, ao atribuir-lhe o importante papel de minorar a falta da Associação de Classe. Considerámos importante explicar as relações entre patrões e operários e o anticlericalismo destes.

Com o Marcelismo, em 1969, foi desencadeado o processo eleitoral, no Sindicato. Este passou, finalmente, a ser gerido por «Corpos Gerentes completos e eleitos, em eleições autênticas, por Assembleia Geral, em 8 do corrente (janeiro)»<sup>1312</sup>, conforme está dito na carta que foi enviada às várias firmas de Tortosendo e em que se comunicam as alterações que se deram na vida sindical. As direções são atuantes, não se poupando a esforços. Demos particular atenção à situação das operárias e pudemos concluir que eram vítimas de várias discriminações negativas.

## 1. DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE AO SINDICATO NACIONAL 1922- 1933

«No alvor do século XX, três forças políticas procuravam influenciar o movimento operário português: os socialistas que se consideravam guias e mentores<sup>1313</sup> os republicanos, cuja propaganda junto dos trabalhadores aumentava sem cessar; e os anarquistas, que desde a última década do século XIX, dirigiam a sua principal atividade para as associações de classe.»<sup>1314</sup> «Filho do anarquismo»<sup>1315</sup>, o sindicalismo

---

<sup>1312</sup> Do Sindicato Tortosendo p/ as Firms do Tortosendo 31.3.1970 *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

<sup>1313</sup> «atribuindo a José Fontana a autoria da sua fundação;»

<sup>1314</sup> Francisco Canais Rocha, *op. cit.*, p. 43.

<sup>1315</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

revolucionário o qual pretende fazer do sindicato a “forma social” destinada a substituir o Estado, e não um simples instrumento de defesa da classe operária, destinado a fazer pressão sobre a sociedade existente e a coexistir com o Estado.»<sup>1316</sup>

No princípio do século, os trabalhadores tortosendenses desencadearam o processo da criação da sua Associação, mas esta só foi reconhecida em 1922.

Precisamente, o anarco-sindicalismo, o modelo sindicalista da Associação de Classe, esclarece toda a atuação dos dirigentes da Associação de Classe, na dupla vertente das reivindicações materiais e no «aperfeiçoamento moral», dos seus associados, bem patente em Tortosendo, em especial, no curto espaço de tempo após a Reorganização da Associação. Porém, todo este empenho caiu por terra ao serem criados os Sindicatos Nacionais.

Ao longo deste período, falar-se-á muito de crises, a começar pelas da indústria, geradora de problemas tão difíceis de sanar, que tem de se recorrer às greves enquanto estas são permitidas.

### **1.1 Antecedentes: os operários tentam organizar uma Associação de Classe; mesmo sem Associação reivindicam os seus direitos – início do Séc. 20.**

De acordo com o testemunho do operário António Gervásio, no Tortosendo, a organização operária, remonta ao início do século XX, com a existência de uma Secção Sindical Têxtil, ligada à Associação dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã:

Foi em 1902, se não estamos em erro, que estes camaradas sentindo-se já altamente explorados pelos industriais de lanifícios se lembraram pela primeira vez de organizar o Sindicato Profissional (...). Esta ideia não caiu bem no âmago daqueles que viviam à custa do suor do seu semelhante, e, por isso não tardou que movessem uma guerra de extermínio a tal organismo, sendo os operários obrigados a responder-lhes com uma paralisação de trabalho que lhes inutilizou a sua vil ação. O Tortosendo já então possuía uma população têxtil, avaliada nesta altura em algumas centenas de trabalhadores, de ambos os sexos. Então, os corpos diretivos da Secção Sindical Têxtil, aderente à Associação dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, dirigiram-se àquela cidade a solicitar da direção do organismo citado a solidariedade de que careciam para manter a sua defensiva. Esta petição não só foi recebida de bom grado, como logo se dispuseram a auxiliá-los materialmente enviando para aqui alguns contos de réis para ajudarem a levantar o moral daqueles que se encontravam em luta para alcançar mais um pedaço de pão para si e para os seus.<sup>1317</sup>

Essa ligação à Covilhã mencionada por António Gervásio seria com a Associação de Classe dos Manufatores de Tecidos, que viu os seus estatutos aprovados em 1907,

<sup>1316</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

<sup>1317</sup> António Gervásio, *Alvor*, n.º único Tortosendo 27 de outubro de 1931 e Comemorativo. Essa ligação à Covilhã mencionada por António Gervásio seria com a Associação de Classe dos Manufatores de Tecidos, que viu os seus estatutos aprovados em 1907 depois de um longo período de espera, mas que já antes desenvolvia atividade sindical. Era uma associação que abrangia toda a indústria.

depois de um longo período de espera, mas que já antes desenvolvia atividade sindical. Era uma associação que abrangia, ainda, toda a indústria. O mesmo operário continua: «Outras lutas então se seguiram e não menos importantes, tendo quase todas elas redundado em completas vitórias para o proletariado local», em que se destacaram António Augusto Guilherme, José Joaquim Correia, Pires [José Joaquim], Figueiredo, Manuel Rojão, Taborda e de tantos outros», «fortes e ativos paladinos na causa dos humildes.»<sup>1318</sup>

Com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, «o povo estava convencido de que com a implantação da República melhoraria a sua situação económica, a qual era assaz precária. Mas como até ao fim de 1910 nenhuma mudança em sentido favorável se tivesse registado, começou de exteriorizar-se a impaciência dos trabalhadores, pelo que quase todas as corporações operárias de Lisboa se lançaram, em 1911, em sucessivas greves.»<sup>1319</sup>

#### ■ TORTOSENDO - MESMO SEM ASSOCIAÇÃO: GREVES E DESACATOS – 1911- 1913

Também no Tortosendo, logo em 30 de janeiro de 1911, declaram-se em greve os operários de uma das oficinas da localidade e a greve estendeu-se a todos os estabelecimentos fabris da povoação. Os operários lutavam pela subida dos salários que desejavam uniformizar para que se conseguisse a subida dos salários dos operários das aldeias circunvizinhas do Tortosendo, Ferro, Dominguiso, Peso que praticavam ainda o trabalho domiciliário. Em 10 de fevereiro, os operários em greve «assaltaram a casa de fabrico pertencente ao industrial José da Cruz Sousa, ameaçando-o de morte com revólver, agredindo alguns operários que ali estavam no seu trabalho» Em continuação, aconteceu um episódio de «facadas» e ficaram feridos três homens e três mulheres. O mesmo grupo apedrejou a casa de residência daquele industrial, bem como «a casa de residência da Sr.<sup>a</sup> D. Piedade Braz Afonso, disparando para a mesma casa dois tiros. Em 21 do mesmo mês, os operários manifestaram-se pelas ruas do Tortosendo e dirigiram-se para o Largo da Feira «tentando assaltar a casa de residência do industrial daquela freguesia, António Duarte Ferrão, ameaçando-o de que haviam de o matar.» O regedor chamou a força militar de cavalaria ali destacada e foram presos alguns operários. P. 90 cimo

---

<sup>1318</sup> António Gervásio, *Alvor*, n.º único e comemorativo, Tortosendo, 27 de outubro de 193.

<sup>1319</sup> Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Coleção Seara Nova, 1970, p. 41.

■ Intermezzo: Os operários manifestam-se contra o desterro do bispo D. Manuel Vieira Matos, para Tortosendo. Em 20 de abril de 1911, foi promulgada a Lei da Separação da Igreja e do Estado e, entre outras medidas subsequentes, o Governo tomou algumas decisões, buscando inspiração no modelo francês das *Cultuais*<sup>1320</sup> o que não agradou aos bispos portugueses; estes só manifestaram o seu desagrado após a publicação da encíclica de Pio X (*Iam dudum in Lusitania*). Porém, o Governo publicou uma ameaça aos bispos, através de uma circular, para que a encíclica não fosse lida nas igrejas.<sup>1321</sup> Na diocese da Guarda, um pároco não respeitou esta determinação e foi exilado para fora do distrito, pelo tempo de seis meses. O bispo da diocese, D. Manuel Vieira de Matos, «respondeu ao Governo com firmeza e a polémica Igreja-Estado, se transformara num dissídio Governo - Bispo da Guarda». Em consequência, a 24 de novembro de 1911, um decreto do Governo determina desterrar Vieira de Matos, pelo tempo de dois anos, para fora do distrito. O bispo «deliberou ir para o de Castelo Branco, e aqui residir na populosa e importante freguesia de Tortosendo, onde lhe foi oferecido um palacete do dr. Gonçalo Xavier de Almeida Garrett<sup>1322</sup>. No entanto, no Tortosendo, foi manifesta a oposição dos operários. Embora, se tenha gerado uma manifestação de simpatia, o prelado teve de se retirar de Tortosendo para o Fundão, obedecendo, assim, a um telegrama do governador civil.<sup>1323</sup>

Em maio de 1912, ocorreram novamente alguns desacatos, provavelmente, pela falta de adesão à greve dos operários da «Sociedade» (a *Grande*). Assim, no dia 6, pelas 18 horas, «dois tecelões foram agredidos à sacholada e à pedrada» e dá como causa a agitação laboral e a rivalidade entre as firmas: Craveiro Júnior e a *Grande*.<sup>1324</sup> No dia sete de maio, continuam os incidentes e aponta-se, novamente, como causa a rivalidade entre as duas firmas:

vinte e dois operários (que identificou) reuniram-se pelas 17 horas e foram á porta da «Sociedade, vulgo a *Grande*, provocar os operários que ali são empregados, insultando-os (...) desafiando-os a que viessem para fora; seguindo depois pelas ruas da povoação, na mesma atitude de assuada, proferindo toda a espécie de palavras ultrajantes à moral, tendo alguns do grupo, durante o trajeto, apedrejado as casas de residência de Fernando Antunes, João Carrola Bispo, que ficaram ambos

---

<sup>1320</sup> «foram associações criadas em França pela Lei da Separação, a que eram atribuídas a posse e a propriedade de templos e confrarias, com o propósito de manutenção do culto, constituindo um modo de sujeição eclesiástico ao poder civil e temporal.», in Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Editora Pax, 1981, p. 244.

<sup>1321</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 245. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Editora Pax, 1981, p. 245.

<sup>1322</sup> O nome do proprietário do palacete é indicado por Pinharanda Gomes.

<sup>1323</sup> In GEPB (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira) vol. 32, p. XXXX.

<sup>1324</sup> Ofício de 18.5.1912, do administrador do concelho ao delegado da comarca, AMC, in *Livro de Registo de Corresp. da Administração do Concelho com todas as Autoridades*, de 31.8.1910 a 3.9.1912.

feridos, as de Porfírio Dias Delgado, que foi atingido com uma pedra num braço, e a de Manuel Alves Tourais, durando tais desmandos até tarde, fazendo com que os habitantes estivessem deveras sobressaltados».<sup>1325</sup>

No dia 13, mais um operário foi agredido à pedrada.<sup>1326</sup> Finalmente, em 16 de maio os operários do Tortosendo entraram em greve. Cabe ressaltar que, nesta altura, já existia a Associação de Classe Operária, cujos estatutos não estavam ainda aprovadas. Apesar disso, deveriam ser os seus «dirigentes» que encabeçavam a greve. O administrador do concelho, em 19 de junho lembra ao governador civil a necessidade de aprovação dos estatutos.<sup>1327</sup> Em 21 de junho, informa o regedor do Tortosendo que dois guardas da Polícia Cívica de Castelo Branco vão ali fazer serviço, «até novas ordens».<sup>1328</sup>

#### ■ PORTUGAL ENTRA NA PRIMEIRA GUERRA (1914-1918).

Em consequência da entrada de Portugal na Guerra, em 1914, paulatinamente «sofreu o povo consumidor privações e extorsões insuportáveis,» comuns a estes momentos: escassez de géneros de primeira necessidade, especulação, açambarcamento, racionamento e fome.<sup>1329</sup> O golpe de Estado de Sidónio Pais, 1917, conduziu a uma política «de repressão sobre o movimento operário»; «O açambarcamento e a carestia de vida atingiam proporções nunca vistas.»<sup>1330</sup>

Em 4 de maio de 1918, o administrador do concelho mostra preocupação com a situação da cidade e pede ao governador civil, por um lado, que envie uma tabela de preços máximos por que podem ser vendidos os géneros de primeira necessidade e, por outro, que se impeça a saída dos mesmos; se tal não ocorrer, o concelho basta-se a si próprio. Em julho, volta a insistir e lembra «que a Covilhã é um dos primeiros centros industriais com uma vida muito própria<sup>1331</sup>, numa alusão à movimentação do seu operariado. Para esta situação, pede que a Guarda Republicana aumente os seus efetivos para evitar que penetrem na cidade os açambarcadores<sup>1332</sup>, um dos maiores perigos nesta situação.

---

<sup>1325</sup> Ofício de 16.6.1912, do administrador

<sup>1326</sup> Ofício de 26.5.1912, do administrador

<sup>1327</sup> 19.6.1912, *Livro de Registo de Corresp. da Administração do Concelho com todas as Autoridades*, de 31.8.1910 a 3.9.1912.

<sup>1328</sup> *Livro de Registo de Corresp. da Administração do Concelho com todas as Autoridades*, de 31.8.1910 a 3.9.1912.

<sup>1329</sup> Francisco Canais Rocha, *op. cit.*, p.51.

<sup>1330</sup> Idem, *Ibidem*, p.65.

<sup>1331</sup> 5.7.1918, 27 (01) (029 AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 244, de 1917 a 1920.

<sup>1332</sup> 8.7.1918, Idem, *Ibidem*.

## ■ DIFICULDADES NA INDÚSTRIA, 1918. PROPOSTA DE TRABALHOS PÚBLICOS

O administrador do concelho propõe a abertura de trabalhos públicos. É voz corrente que na cidade, dentro em pouco, várias fábricas vão fechar o que aumentará o desemprego; que a primeira obra seja a construção da estrada até ao Sanatório.<sup>1333</sup> Em 1919, as grandes dificuldades na indústria de lanifícios continuam. Os industriais do Tortosendo, entre os quais se inclui José Craveiro Júnior, procuram reunir-se para implementar mecanismos para superar a crise, tal como é referido no Capítulo sobre A Economia Tortosendense. Em março, é conhecida a ação deste industrial, agora na situação de administrador do concelho: vai até junto do ministro do Trabalho e consegue a atribuição de um subsídio de 50 contos para dar trabalho aos desempregados, cinco dos quais se destinaram a Tortosendo.

Em continuação, o presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo apresentou um orçamento suplementar, para incluir a oferta da verba de cinco contos oferecida para a abertura de uma estrada, partindo em linha reta e perpendicular da estrada distrital, que atravessa a povoação e em direção ao Casal da Serra «e ocupando nela somente os operários da indústria têxtil para atenuar a crise que a indústria atravessa na presente situação». Deu-se início à obra.<sup>1334</sup> Em junho seguinte, o presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo apresentou um orçamento suplementar, contendo um só artigo, tanto na conta de receita como na conta de despesa, de três contos mais que o ministério do Trabalho cedeu para a continuação das obras da estrada em construção.<sup>1335</sup>

## ■ A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NÃO É SUFICIENTE -1919

Em outubro, portanto já depois das colheitas, o administrador do concelho, em resposta a uma circular do governador civil, informa que ainda não terminou a receção dos manifestos (...) «que a produção não chega». Destaca que o sustento da alimentação dos operários e de outras classes menos abastadas é, atualmente, neste concelho, pão de centeio e batata. Pelo que a batata não pode sair da Covilhã. O mesmo acontece com os cereais. Escassa a cultura de feijão. Pouco feijão pequeno, muito pouco branco e nenhum vermelho. A farinha de trigo vem de outros concelhos, a cultura é

---

<sup>1333</sup> 5.12.1918, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 244, de 1917 a 1920.

<sup>1334</sup> AJFT, Ata de 15.3.1919, *Livro de Atas* de (sem n.º e faltam pág 1, 2, 87 e 88) de 20 de Set de 1915 a 7.2.1927 (inc). Em 20 de abril, na Covilhã, chegou-se a acordo numa redução de trabalho em 5% para o pessoal da tecelagem, mas quatro horas suplementares nas máquinas de cardar e fiar. Ao mesmo tempo concediam 5% sobre os salários pagos na última semana de outubro.<sup>1334</sup>

<sup>1335</sup> AJFT, Ata 15.6.1919, *Livro de Atas* de (sem n.º e faltam pág 1, 2, 87 e 88) de 20.9. 1915 a 7.2.1927 (inc);

diminutíssima. Que o Celeiro Municipal «mais parece uma loja normal, que apenas dispõe de uma pequena quantidade de açúcar e espera uma remessa de bacalhau.»<sup>1336</sup>

Ao longo de 1920, apesar de a Guerra já ter terminado, o administrador do concelho da Covilhã queixa-se ao governador civil de Castelo Branco, da má distribuição e gestão de alguns produtos, como: o açúcar, o pão, a batata, o azeite, apesar destes dois últimos produtos serem cultivados na região. Mas, em fevereiro, a mesma entidade aponta que em sua opinião, o fornecimento [do açúcar] não é bem gerido pela Câmara, que se cede aos vereadores que por sua vez cedem a outros. Apresenta uma proposta para que lhe venha dirigido, propõe pagamento, para que a distribuição se faça convenientemente.<sup>1337</sup> Em abril e maio, o administrador do concelho procura informar-se junto dos regedores de várias freguesias sobre a entrega de vários produtos. No caso do Tortosendo, foram entregues:

a empresas, (130 sacos de feijão colonial e 50 sacos de grão, vendidos pela Direção Geral dos Serviços Agrícolas à Sociedade de Fabricantes, Lda.<sup>1338</sup>, 1.200 l de centeio a António Elisiário Antunes e cinco sacos de feijão encarnado à firma Batista & Carvalheira<sup>1339</sup>), a comerciantes (José Craveiro, Batista e Carvalheira e António Barata Portugal receberam sacos e taleigos de arroz, Francisco Cruz Ascensão recebeu 225 kg de arroz,<sup>1340</sup> (discriminado), para ser vendido ao público<sup>1341</sup> e um industrial de panificação, João da Costa, recebeu dez sacas com farinha de primeira.<sup>1342</sup>

No mesmo mês, também a Associação dos Operários Têxteis, «foi contemplada com a quantidade de açúcar que foi possível contemplar».<sup>1343</sup> Em julho, roga ao governador civil se digne ordenar que lhe seja enviado um regimento de preços dos medicamentos para a Farmácia de Afonso Pais Esteves, da freguesia de Tortosendo.<sup>1344</sup> Neste mês surgem novamente problemas com a distribuição de açúcar.<sup>1345</sup> No primeiro dia de setembro, pede ao governador civil que comunique ao ministro da Agricultura a

---

<sup>1336</sup> «de trigo, centeio, aveia, cevada, grão-de-bico e batata de sequeiro e que se estão recolhendo as declarações da produção de vinho, feijão e batata de regadio. Que apenas se cultivava milho de regadio» 19.10.1919, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 244, de 1917 a 1920.

<sup>1337</sup> 25.2.1920, 19.10.1919, *Idem, Ibidem*.

<sup>1338</sup> 6.4.1920, *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 259, ano de 1920.

<sup>1339</sup> 14.5.1920, *Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 259, ano de 1920.

<sup>1340</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>1341</sup> 6.5.1920, *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 259, ano de 1920.

<sup>1342</sup> 14.5.1920, *Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 259, ano de 1920.

<sup>1343</sup> Aos Operários têxteis, 19.5.1920.

<sup>1344</sup> 13.7.1920.

<sup>1345</sup> 29.7.1920.

absoluta falta de azeite que se faz sentir no concelho.<sup>1346</sup> Bem como se queixa da saída de batata, temendo o pior se não se encontrar à venda os géneros que constituem a base da alimentação operária, como é o pão e a batata».<sup>1347</sup> Ainda neste mês, por meio de circular, pediu aos regedores para informarem os produtores para entregarem os géneros ao Celeiro Municipal. Que não responderam, porque a maior parte deles são os maiores proprietários. Que lhe parece que o único meio seria ele recorrer o concelho para fazer esse apelo.<sup>1348</sup>

#### ■ O ADMINISTRADOR DO CONCELHO É ATUANTE - 1920

Ainda em 1920, em setembro, o administrador do concelho comunica ao presidente da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil que «encontrará o seu franco apoio e incondicional auxílio em tudo que possível for para melhorar a situação desesperada em que se encontram os consumidores da Covilhã em virtude da extraordinária e espantosa carestia de vida».<sup>1349</sup> Em seguimento, em fevereiro de 1921, o mesmo responsável solicita ao presidente da Associação Comercial e Industrial para que compareça na Administração do Concelho, para tratarem de problemas apresentados pela Associação Operária sobre a razão do pedido de aumentos salariais e da organização do Celeiro.<sup>1350</sup> Entretanto, adianta alguns argumentos que o destinatário «não deve desconhecer»:

o operariado deste importante centro industrial está atravessando uma crise de trabalho que vai dia a dia aumentando de tal forma que em breve aqueles e suas famílias lutarão com a fome. (...) se digne fazer sentir aos industriais que fazem parte da Associação (...) a alta conveniência de que as teias sejam tecidas só pelos operários desta cidade, possuindo alguns operários rurais quaisquer pedaços de terra que vão cultivando e indo outros prestar serviços em propriedades alheias mais facilmente poderão angariar os meios precisos para se sustentarem a si e suas famílias do que os da cidade que apenas se podem entregar aos serviços industriais. Como a fome não tem lei, (...) espero toda a coadjuvação a fim de se evitar a alteração da ordem pública neste importante meio fabril.<sup>1351</sup>

Em setembro, ao mesmo tempo que envia à Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil cópias dos telegramas que acaba de dirigir ao deputado do Círculo e

---

<sup>1346</sup> 1.9.1920.

<sup>1347</sup> 1.9.1920 e 11.9.1920.

<sup>1348</sup> 8.9.1920.

<sup>1349</sup> Pres da Associação dos Operários da Indústria Têxtil, 8.9.1920 *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 259, ano de 1920.

<sup>1350</sup> Ao Pres da Associação Comercial e Industrial, 19.2.1921, *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 249, de 1921 a 1922.

<sup>1351</sup> 6.9.1921, AMC, Do administrador do Concelho à Associação Comercial e Industrial.



ao governo civil do distrito, no sentido de resolver a crise, reforça disposições anteriores:

o operariado deste grande centro manufatureiro encontrar-me-á sempre ao seu lado nas suas legítimas aspirações e nos seus justos pedidos quando feitos dentro da ordem como sempre assim tem acontecido.<sup>1352</sup>

## **1.2 Finalmente: a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo recebe alvará e estatutos 1922**

Apesar de em 26 de maio de 1912, o administrador do concelho ter referido a necessidade da aprovação dos estatutos da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, tal não aconteceu. Em outubro de 1921, em ofício dirigido ao ministro do Trabalho, desencadeia-se novo processo. Os elementos constituídos em Comissão Fundadora da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, pedem a aprovação dos estatutos pelos quais se há de reger a referida Associação. Assinam: Manuel dos Santos da Fonseca, José Alfredo Pereira e António Alves Cebola.<sup>1353</sup> No final dos estatutos, assinam os seguintes operários:

Manuel dos Santos da Fonseca, José Alfredo Pereira, António Alves Cebola, José da Cruz Praça, António Pereira Mineiro, José Laço Pinto Júnior, João Pereira Pimpão, José Pombo Pereira Júnior, Joaquim da Cruz Paula, António Dias Pombo, Carlos Ferreira Barata, Joaquim Barata, Francisco Simão Dias, Manuel da Cruz Lambranca, António Dias Folgado, José d'Almeida Garcia Barata, António Alves Tourais, Agostinho Cavaca, João Pina Paula, Joaquim Pina Paula, João Pombo, Francisco Batista Proença, José dos Santos da Fonseca.

A resposta afirmativa é-lhes comunicada em 5 de dezembro seguinte, através da Direção da Mutualidade Livre e das Associações Profissionais, nos seguintes termos:

O processo está organizado nos termos do Decreto de 9 de maio de 1891 e não existe nenhuma associação com denominação idêntica. Feito o necessário estudo dos estatutos, esta direção é de parecer que merecem a requerida aprovação visto não conterem disposições contrárias ao disposto no mencionado decreto nem infringirem as leis gerais do País.<sup>1354</sup>

Em 31 de março de 1922, o mesmo responsável pede ao regedor de Tortosendo, que informe o presidente da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil para comparecer na respetiva repartição, a fim de receber o alvará e estatutos daquela Associação. Em 3 de abril seguinte, os responsáveis dirigem-se à Administração do

---

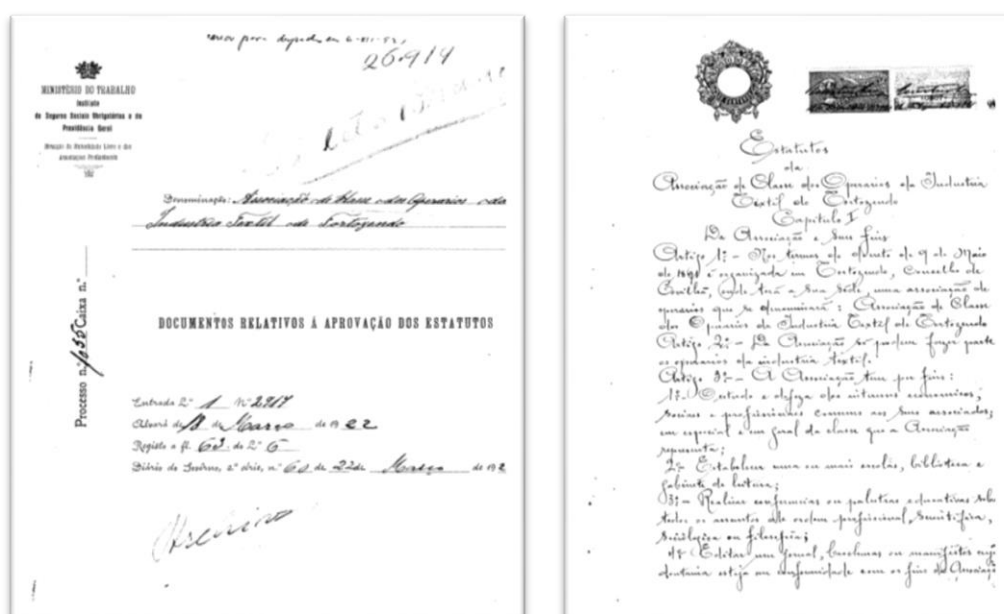
<sup>1352</sup> 16.9.1921, AMC, Do administrador do Concelho ao presidente da Associação dos Operários Têxteis,

<sup>1353</sup> 20.10.1921 <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projecto1/c/B0/1196/index.htm> 13.2.2010 Acedido em 20.1.2015.

<sup>1354</sup> <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projecto1/c/B0/1196/index.htm> 13.2.2010 Acedido em 20.1.2014.

Concelho da Covilhã,<sup>1355</sup> para receber o alvará e estatutos da sua Associação de Classe. Nesse momento, assinam o presidente da Assembleia Geral, José Joaquim Pires, e o presidente da direção, Manuel dos Santos Fonseca.<sup>1356</sup> Embora João Freire seja de opinião que «os estatutos se limitam muitas vezes a cumprir as exigências preceituadas na lei, a definir o objetivo fundamental da associação e a estabelecer as grandes linhas da sua estrutura organizativa, sem entrar em pormenores<sup>1357</sup>, nós entendemos que a aprovação dos estatutos era uma grande aspiração dos operários, para poderem ver legalizada a sua Associação.

**APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS  
DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO TORTOSENDO – 1922**



Fonte: <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projecto1/c/B0/1196/index.htm> 13.2.2010

As primeiras instalações da Associação estavam localizadas na Rua do Calvário. Posteriormente, quando aumentou significativamente o número de sócios, mudaram para a Avenida Viriato, para defronte do Sport Tortosendo e Benfica.<sup>1358</sup>

<sup>1355</sup> Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã, n.º 258, de 1922 a 1923. A mesma entidade remete cópia ao governador civil, em 3.4.1922, Livro de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco, n.º 83, de 6.1.1922 a 31.12.1926.

<sup>1356</sup> Covilhã, 3.4.1922.

<sup>1357</sup> João Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p.157.

<sup>1358</sup> Alfredo Francês in Adélia Carvalho Mineiro, «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

PRIMEIRA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE  
RUA DO CALVÁRIO - 1922



Fonte: Foto cedida pela LAT- Liga dos Amigos do Tortosendo

Em 15 de Julho o administrador do concelho informa o governador civil que, na Covilhã, os operários da indústria têxtil se declararam em greve em virtude de não serem atendidos pelos patrões no pedido do novo aumento de salários que eles declaram não poder dar.<sup>1359</sup> Em 28, do mesmo mês informa que terminou a greve, com a transigência de patrões e operários.<sup>1360</sup>

■ TORTOSENDO DECLARADA A GREVE GERAL- 1922

No princípio de dezembro é a vez de Tortosendo. No dia 7, o administrador do concelho, em virtude de ter sido declarada a greve geral dos operários da indústria têxtil da localidade, requisita ao comandante da Secção da GNR da Covilhã a força necessária «para manter a ordem na freguesia de Tortosendo, caso seja alterada e, bem assim, garantir a liberdade de trabalho nesta mesma freguesia». <sup>1361</sup> Em 11 de janeiro seguinte, pede a cessação desta requisição por lhe constar ter terminado a greve operária, em Tortosendo.<sup>1362</sup> A greve durou, portanto, cerca de um mês e não conseguimos apurar as razões dessa greve.

Na Covilhã, de 12 de Abril de 1923 a 11 de Junho de 1923 deu-se a greve dos operários têxteis. <sup>1363</sup> No fim de dois meses de greve, «entregaram-se derrotados, sem a satisfação de nenhuma das reclamações». <sup>1364</sup>

---

<sup>1359</sup> 15.7.1922, AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

<sup>1360</sup> 17.7.1922, Idem, *Ibidem*.

<sup>1361</sup> 7.12.1922, AMC, *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 258, de 1922 a 1923.

<sup>1362</sup> Idem, *Ibidem*. Idem, *Ibidem*. 1923.

<sup>1363</sup> 15.4.1923 e 17.1.1923, AMC, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

Em março de 1924, de acordo com *O Raio*, recorre-se oficialmente, uma vez mais, à abertura de trabalhos públicos da responsabilidade da Comissão de Assistência, com a colaboração da Câmara Municipal, para minorar as dificuldades dos operários. Acrescenta-se que «os recursos permitem três dias de trabalho a cada operário».<sup>1365</sup>

*O Trabalho* pede insistentemente o «Aumento de salários», mas em *O Raio* alerta-se que a cada aumento de salários corresponde um agravamento do custo de vida.<sup>1366</sup> No 1.º de Maio, *O Trabalho* edita um número especial dedicado a esta efeméride. Como tivessem sido proibidas as manifestações nesse dia, no mesmo jornal, avisa-se que «os operários estão a postos»<sup>1367</sup> e que não se pode perder de vista o «movimento associativo».

#### ■ CRISE DE TRABALHO E CARESTIA DE VIDA 1924

Mormente, a partir de agosto, são manifestas as preocupações com «a carestia de vida»<sup>1368</sup>, por um lado, «a crise do trabalho por outro», ou com ambas<sup>1369</sup>. São títulos que se repetem por se agravarem tais situações e, porque da sua junção, resultam dificuldades ainda maiores. Em setembro, os operários da Covilhã preparam uma corrente de opinião no sentido de verem aumentados os seus salários. Entretanto, indica-se «a necessidade do barateamento dos géneros consumidos nos seus lares» e pergunta-se «se não se pode adotar o mais simples remédio».<sup>1370</sup> No final do mês, divulga-se: «A fome está invadindo o lar dos trabalhadores». Em outubro, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil abre uma subscrição a favor das classes trabalhadoras.<sup>1371</sup> Passada uma semana, em *O Trabalho*, surge o título: «Aproxima-se a derrocada?»<sup>1372</sup> E concretiza-se:

---

<sup>1364</sup> Pres. Com. Executiva 17.5.1923 *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 258, de 1922 a 1923. «Nesta linha [de práticas de solidariedade] também se inserem as ações de maior envergadura e sentido moral que foram a recolha e distribuição de filhos de grevistas pelos lares de militantes sindicalistas» (caso dos mineiros de Aljustrel e de S. Pedro da Cova, têxteis da Covilhã). No entanto, José Ramalho criticou a falta de oportunidade da mesma bem como a «a precipitada remessa de crianças para Lisboa.» Critica a ligação da Associação de Operários ao jornal sindicalista a *Batalha* de Lisboa. Defende a colaboração entre a Associação dos Operários e a Associação dos Industriais: «Noutros tempos em vez da luta de classes, existia a reclamação forte pela colaboração das classes». «De que se conclui nitidamente ser o jornal (*O Trabalho*) não o órgão dos trabalhadores, mas a tirania das ideias dos próprios trabalhadores.»

<sup>1365</sup> *O Raio*, 1.3.1924.

<sup>1366</sup> *Ibidem*, 24.4.1924.

<sup>1367</sup> *O Trabalho*, 18.5.1924.

<sup>1368</sup> *Ibidem*, 31.8.1924.

<sup>1369</sup> *Ibidem*, 7.9.1924. *O Trabalho*, 7.9.1924 *O Trabalho*, 21.9.1924.

<sup>1370</sup> *O Raio*, 7.9.1924.

<sup>1371</sup> *O Trabalho*, 19.10.1924.

<sup>1372</sup> *Ibidem*, 26.10.1924.

À abundância de trabalho sucedeu a completa paralisação em algumas fábricas de lanifícios, a redução e outras. Há fome, há pobreza; e poderá amanhã existir a extrema miséria.<sup>1373</sup>

Em novembro, a Câmara mostra-se preocupada com a crise «cada vez mais agravada» e o presidente da Comissão Municipal acompanha uma comissão de operários que se desloca a Lisboa para se avistar com vários ministros, para pedir subsídios para abertura de trabalhos [públicos] que «atenuem situação aflitiva».<sup>1374</sup> Para *O Raio* «Urge acudir às necessidades dos operários sem trabalho» (...) é grave a situação com a falta de trabalho na indústria têxtil. (...) procurando remediá-la antes que seja tarde.»<sup>1375</sup> Em dezembro, o administrador do concelho, através de ofício, assinala as fábricas que encerraram até à presente data, por motivo da crise industrial. Porém, acrescenta: «todas as outras estão com horas de trabalho deduzidas». E prossegue:

Desta situação resulta o desemprego de mais de 1500 operários, devendo portanto o total dos desempregados ser de 1900. Destes residem na cidade cerca de 700 e os restantes em algumas aldeias do concelho, onde se estão entregando aos trabalhos agrícolas desta quadra do ano, urgindo providenciar de ocupação em trabalhos públicos para os que residem na cidade.<sup>1376</sup>

O Tortosendo vive, pois, uma situação idêntica à da sede de concelho, como já temos referido e, como tal, os seus operários são sempre abrangidos pelos trabalhos públicos. Em artigo de opinião, no mesmo periódico, manifesta-se «acordo com o documento da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil» que também defende que «urge acudir às necessidades dos operários sem trabalho».<sup>1377</sup>

No princípio do ano seguinte, o presidente da Câmara informa o comandante da GNR da cidade que poderão alojar-se eventualmente no Quartel de Infantaria 21, as praças a cavalo que porventura sejam requisitadas para a manutenção da ordem pública.<sup>1378</sup>

---

<sup>1373</sup> *O Raio*, 26.10.1924.

<sup>1374</sup> Telegrama 27.11.1924 Presidente do Ministério, Ministros: Finanças, Comércio e Agricultura Livro n.º 361 *Corresp. expedida Câmara Copiador de Cartas* de 15.2. 1924 a 17.2. 1925.

<sup>1375</sup> *O Raio*, 30.11.1924.

<sup>1376</sup> 16.12.24 *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

<sup>1377</sup> *O Raio*, 14.12.1924.

<sup>1378</sup> 5.1.1925, Livro n.º 361, AMC, *Corresp. expedida Câmara Copiador de Cartas*, de 15 fev 1924 a 17 fev de 1925.

■ **AGUDIZA-SE A CRISE : OS OPERÁRIOS PERDEM DIREITOS; «UNIÃO DAS CLASSES PRODUTORAS DA COVILHÃ»; OS INDUSTRIAIS APRESENTAM UMA EXPOSIÇÃO.**

Durante o mesmo mês, *O Raio* destaca que, desde que a crise se acentuou, deixaram de se reconhecer os direitos à classe operária.<sup>1379</sup> Por sua vez *O Trabalho*, ao longo do mês, revela grande preocupação pelo prolongar da crise indústria têxtil e recorda que a mesma continua sem solução.<sup>1380</sup> Em julho deste ano, pode ler-se, em *O Raio*:

Mas não é só na Covilhã que estes tristes factos se produzem; também na vizinha povoação do Tortosendo o trabalho tem diminuído consideravelmente dando-se como inevitável a paralisação nas grandes fábricas daquele centro fabril.<sup>1381</sup>

Perante o problema da falta de trabalho, graças à iniciativa do Centro Socialista, formou-se uma composição com um representante de cada uma das seguintes associações: Associação Industrial e Comercial, Associação dos Lojistas, Associação de Classe dos Empregados Comércio e Indústria, Associação de Classe da Indústria Têxtil e Centro Socialista. Em agosto de 1925, esse grupo enviou a seguinte mensagem ao presidente do Ministério:

É tão grave e angustioso o momento que atravessamos, tão dolorosa a situação dos que não têm trabalho nem pão. As fábricas pequenas há mais de seis meses encerradas, as restantes diminuído a laboração para três e quatro dias. Enquanto não há solução, é urgente e inadiável a abertura de trabalhos públicos.<sup>1382</sup>

Passada uma semana, o mesmo semanário noticia que os industriais do País apresentaram ao governo uma Exposição sobre «A Crise da indústria». No entanto, em outubro, *O Trabalho* apresenta o título: «Situação angustiosa», porque não haviam chegado soluções.

### **1.3 Tortosendo: Crise do trabalho – Crise da Associação de Classe 1927/1928**

Segundo o operário Ernesto Craveiro, «Até 1925 a organização operária, na nossa terra [Tortosendo], foi um pouco deficiente, deixando mesmo a desejar.<sup>1383</sup> Mas desde essa data [1925], até fins de 1927, tomou algum incremento, alguma vida, graças à ação orientadora e proficiente dos camaradas José Pereira de Matos, Joaquim Dias, José Laço Pinto, António Mendes, Manuel dos Santos e, algum tempo depois, José Calado. Com efeito, apesar do horário de 8 horas de trabalho/dia ter sido estabelecido em

---

<sup>1379</sup> *O Raio*, 4.1.1925.

<sup>1380</sup> 11.1.1925.

<sup>1381</sup> *O Raio*, 5.7.1925.

<sup>1382</sup> *O Raio*, 9.8.1925.

<sup>1383</sup> *O Trabalho*, 29.10.1933.

1919 (Diário do Governo de 7 de maio), com entrada em vigor a 18 de maio, o mesmo levou anos a ser implementado, apesar dos apelos das organizações ao seu cumprimento e à intervenção das autoridades municipais em prol do mesmo. Destaque-se que em 22 de maio de 1926, os elementos da direção da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo<sup>1384</sup> comunicam administrador do concelho a forma irregular como os industriais obrigam os operários a transgredir o horário de trabalho dentro das fábricas e oficinas.

**OFÍCIO AO DELEGADO DO GOVERNO – 22.5.1926**



Fonte: SNPIL-ST, Pasta de Corresp. Recebida e Expedida, de 14.3.1961 a 23.10.1974

**FIRMAS**

**1926**

João A. Afonso & C <sup>a</sup>	António Apolinário Afonso,
João Pontífice,	José Vitória & C <sup>a</sup> ,
Sociedade de Fabricantes, L.da,	José Dinis Esteves & C <sup>a</sup> ,
José da Cruz Sousa & Filhos,	José Rodrigues Trindade,
José Craveiro Júnior,	José Elísio Brás do Amaral,
António Pereira de Matos Júnior,	Afonso, Pontífice & C <sup>a</sup> ,
Cláudio de Sousa Rebordão,	Ernesto Ferreira Dias.
Moura & Batista & C <sup>a</sup>	

Fonte: SN PIL- ST, Pasta de Corresp. Recebida e Expedida, de 14.3.1961 a 23.10.1974

Em 15 de maio de 1926, o administrador do concelho informa o governador civil que existem dois subpostos da GNR no concelho, um na freguesia de Tortosendo e outro na do Teixoso, «um e outro não podem ser suprimidos em virtude daquelas duas freguesias serem uns centros populosos onde predomina a classe operária da indústria

<sup>1384</sup> Assina António Craveiro, 22.5.1926.

têxtil em virtude da qual por diversas vezes tem havido alteração da ordem pública» e o posto da cidade não tem o efetivo necessário para fazer o serviço rural e o urbano «que o meio industrial e operário desta cidade frequentes vezes exige».<sup>1385</sup> Rui Delgado é de opinião que «o Tortosendo, ancestralmente rebelde ao poder municipal concentrado na Covilhã, teve também o seu subposto dependente do da Covilhã, pelo menos, a partir de 29 de junho de 1914.»<sup>1386</sup>

«Dividido e enfraquecido, o movimento sindical português não opõe qualquer resistência ao golpe de Estado Militar de 28 de maio de 1926, havendo até setores que apoiam inicialmente.»<sup>1387</sup> Durante sete anos, o país vai ser governado pela Ditadura Militar, até ser institucionalizado o Estado Novo, pela Constituição de 1933. «As antigas organizações partidárias e sindicais, se não formalmente proibidas, estavam porém praticamente dissolvidas e controladas.»<sup>1388</sup>

Em 29 de abril de 1927, na resposta do administrador do concelho, ao pedido da Associação de Classe do Tortosendo para a comemoração do 1.º de Maio, estão já patentes as restrições da liberdade de reunião:

por ordem superior pode a Associação de que V. Ex.<sup>a</sup> é presidente comemorar o 1.º de Maio, não podendo porém realizar publicamente o comício a que o mesmo ofício alude, a não ser em qualquer casa.<sup>1389</sup>

Também *O Trabalho* foi suspenso, temporariamente, pela censura, em 1926. Em Abril de 1927 foi substituído por «O Têxtil» e volta a publicar-se em 1928, atentando-se desta forma, também a liberdade de informação. Na Covilhã, neste ano, a celebração do 1.º de Maio tomou um cariz bastante diferente, «em virtude da resolução da última assembleia da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil que consiste em não fazer manifestação alguma, sendo o silêncio o seu protesto».

Em 14 de abril,<sup>1390</sup> em *O Trabalho*, os operários queixam-se uma vez mais da carestia de vida e falta trabalho<sup>1391</sup>. Esta situação é grave, pois em maio,

---

<sup>1385</sup> 15.5.1926, ACM, *Copiador de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, n.º 83, de 1922 a 1926.

<sup>1386</sup> Rui Delgado, *História da Covilhã (1800-1926): Vida Política*. Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã, 2001, p. 409.

<sup>1387</sup> Francisco Canais Rocha, «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical Português», p.82.

<sup>1388</sup> Manuel Braga da Cruz, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 546.

<sup>1389</sup> À Associação dos Operários 29.4.1927 *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 232, de 1926 a 1927.

<sup>1390</sup> *O Trabalho* de 14.4.1927.

<sup>1391</sup> *Ibidem*, 17.4.1927. Há falta de trabalho porque as teias vão para fora. Pergunta-se a um operário se é da Covilhã ou de fora. *Ibidem*, 10.4.1927. A propósito do horário de trabalho da Júlio Cruz que quer que



Comissão Administrativa Municipal pede ao ministro das Finanças para lhe ser concedida a verba de 400 contos para minorar a situação decorrente da falta de trabalho, da importância destinada pelo Governo a subsidiar os municípios onde a falta de trabalho tem originado desemprego. (...) Que o município tem uma importante obra de fomento, a distribuição de águas para abastecimento, limpeza e incêndios.<sup>1392</sup> Foi concedido um subsídio do ministro do Comércio, no valor de 50 000\$00 para obras na cidade, para ocupar desempregados da indústria têxtil.<sup>1393</sup>

#### ■ O PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO DO TORTOSENDO PEDE UM SUBSÍDIO.

Em Março de 1928, pediu, através de ofício, um subsídio para auxiliar «a pobreza envergonhada» daquela freguesia. A Comissão Administrativa deliberou que fosse concedido o subsídio de 200\$00.<sup>1394</sup> Ainda em 1928, a administração do concelho convida os desempregados a escrever o nome para fazer um cadastro.<sup>1395</sup> De acordo com as declarações do operário Ernesto Craveiro, no Tortosendo, neste ano, surge uma crise, «crise terrível e avassaladora»<sup>1396</sup>, que foi reconhecida oportunamente em *O Trabalho*, com algumas palavras de carinho e revolta à classe operária daquela vila<sup>1397</sup> que obriga aqueles camaradas e a maior parte dos associados a emigrar». «E a Associação, assim forçadamente abandonada ruiu, desapareceu.»

#### ■ CONTINUA O INCUMPRIMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO

Em 1928, volta novamente à liça, o regulamento de aprendizagem, com o objetivo de proteger os menores e as mulheres, nas oficinas<sup>1398</sup>; os industriais não cumprem os horários de trabalho, porque podem contar com a mão-de-obra dos tecelões das aldeias limítrofes que trabalham com os seus teares manuais. Por isso a Associação de Classe

---

os operários trabalhem 3 dias a 16 horas. *Ibidem.*, 14.4.1927 Júlio Cruz mantém a posição e mais dois industriais já fizeram propostas idênticas com o objetivo de inutilizarem o horário de trabalho. *Ibidem.*, 15.5.1927.

<sup>1392</sup> Ministro Finanças s/d anterior a 19.5.1927, Câmara, Livro n.º 345 *Corresp. Expedida*, Copiador de Cartas de jan.de 1927 a set de 1927

<sup>1393</sup> 481 26.8.1927 Of. 391 Livro n.º 345 AMC, Câmara, *Corresp. Expedida Copiador de Cartas*, de janeiro de 1927 a setembro de 1927.

<sup>1394</sup> N.º 80, 22.3.1928 Junta Geral Castelo Branco, AMC, *Livro de Corresp. Recebida na Administração do Concelho*, n.º 34, ano de 1928.

<sup>1395</sup> *O Trabalho*, 15.7.1928.

<sup>1396</sup> Declarações do operário Ernesto Craveiro, numa entrevista de Raul Ribeiro. *Ibidem.*, 29.10.1933

<sup>1397</sup> *O Trabalho*, 19.8.1928.

<sup>1398</sup> Este tema já vinha do ano anterior - *Ibidem.*, 22.5.1927. Surge em vários números de *O Trabalho*, o tema: «Protejam-se os menores e as mulheres nas oficinas»: Decreto 14 498. 24.6.1928, 8.7.1928, 26.8.1928. «Protejam-se» 2.9.1928, 9.9.1928.

envia delegados a essas localidades, «onde se explora desumanamente a mão-de-obra na indústria têxtil para se constituírem comissões e para reclamar o cumprimento do horário. Nos lugares e aldeias produzia-se mais barato porque a população, embora menos especializada, repartia-se entre os labores do campo e a manufatura dos panos, representando esta um suplemento de economia nitidamente agrária. Trabalham desde a madrugada até uma hora tardia. «Toda a família de tecelão vive do tear. O pai e os filhos maiores tecem, as crianças enchem as canelas, as mulheres fiam e dobam.»<sup>1399</sup> Para os industriais, o preço da mão-de-obra compensava os custos do atraso tecnológico. Segundo *O Trabalho*, os fabricantes não aprofundam a mecanização porque não lhes interessa, ante a pequena escala de produção.<sup>1400</sup>

Em 1929, em agosto, as classes trabalhadoras queixam-se da carestia de vida e «só apelam à sua manutenção».<sup>1401</sup> Por sua vez, a direção da Associação Industrial e Comercial pensa pedir aos industriais da Covilhã e Tortosendo dados que a habilitem a organizar uma estatística dos prejuízos sofridos em concordatas e falências nos últimos quatro anos. Também resolveu convidar todos os industriais, a inscreverem-se sócios da Associação até 30 de setembro.<sup>1402</sup>

#### **1.4 Reorganização da Associação de Classe - 1929**

De acordo com o testemunho de um operário da época, no Tortosendo «a crise foi-se atenuando até que desapareceu quase completamente em 1929». Em nosso entender, reabriram postos de trabalho que permitiram o regresso ao Tortosendo daqueles operários que haviam sido forçados a emigrar, devido à grande crise de trabalho, e que se dirigiram, principalmente, para fábricas nos arredores de Lisboa. Esta saída forçada incluiu alguns dos elementos mais dinâmicos da Associação de Operários da Indústria Têxtil o que levou, praticamente, ao seu encerramento. Entre outros, «regressam aqueles camaradas amigos sinceros do seu Sindicato e começa a germinar ideia redentora da sua reorganização».

Foi no dia 27 de outubro de 1929, que «um grupo de operários da melhor boa vontade levantam do esquecimento em que se encontrava a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil, ou seja levaram em frente a sua «reorganização», a

---

<sup>1399</sup> Maria Filomena Mónica, *Artesãos e operários*, Lisboa, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp.157 e 158.

<sup>1400</sup> *O Trabalho*, 30.9.1928.

<sup>1401</sup> *O Raio*, 7.7.1929.

<sup>1402</sup> Pela direção, assina José Laureano de Moura e Sousa.

marcar «uma era nova, para a classe operária do Tortosendo». Esta iniciativa procurou responder ao «desejo de levantar moral e intelectualmente a classe operária», para que ela «possa manter a nossa defensiva e nos leve ao campo do triunfo, em prol das nossas justas reivindicações».<sup>1403</sup>

#### ■ TABELA UNIFORME DE MÃO-DE OBRA

Após cinco meses de Reorganização, os operários lançaram-se em luta para conquistarem, para os tecelões dos teares manuais, a fixação de uma tabela uniforme de preços de mão-de-obra visto que os camaradas dos teares mecânicos já de há muito usufruíam dessa regalia. Essa luta começou no dia 1 de Abril de 1930 e acabou em 14 do mesmo mês, com a vitória para os trabalhadores, pois lhes assistia o máximo de razão e justiça.<sup>1404</sup>

No *Notícias da Covilhã*, a 24 de abril de 1930, Alfredo Oliveira regozija-se, porque terminou no Tortosendo, graças à intervenção da autoridade administrativa, a greve que há 15 dias se vinha arrastando, solução que agradou tanto a industriais como a operários. Não obstante, não deixa de manifestar a sua estranheza, que «ainda nestes tempos se tenha de recorrer a greves que só prejuízos trazem às duas classes em litígio».<sup>1405</sup> Rui Grilo Capelo refere este acontecimento que ocorreu em Tortosendo, nos seguintes termos:

No seguimento de reuniões e assembleias realizadas em diversas localidades do país, quer pelas associações patronais (com destaque para a União dos interesses económicos), quer pelos sindicatos (maioritariamente filiados na CGT) com o objetivo de discutir a situação económica que então se vivia e de propor soluções para a mesma, eclode no Tortosendo (região da Covilhã), em 1930 «(março-abril) um movimento grevista de protesto dinamizado pelos trabalhadores da indústria de lanifícios.»<sup>1406</sup>

#### ■ O FLAGELO DO DESEMPREGO

Ao longo de 1930, o *Notícias da Covilhã*, falará, repetidamente, em crise dos lanifícios e, em novembro, chega a declarar que «a vida da Covilhã está tomando aspetos apavorantes, porque há fome em muitos lares.»<sup>1407</sup>

Logo em janeiro do ano seguinte, afirma-se que «no nosso meio começa de esboçar-se este terrível flagelo [do desemprego].»<sup>1408</sup> Procuram-se soluções. A nível

---

<sup>1403</sup> Alvor José Laço Pinto Júnior, *ALVOR*, N.º único Tortosendo 27 de outubro de 1931 e Comemorativo.

<sup>1404</sup> *Alvor*, N.º único Tortosendo 27 de outubro de 1931 e Comemorativo.

<sup>1405</sup> *Notícias da Covilhã*, 20.4.1930.

<sup>1406</sup> Rui Grilo Capelo... [et al.]; *História de Portugal em datas*, coord. António Simões Rodrigues. [Mem Martins] : Temas & Debates, 1996, p.316.

<sup>1407</sup> *Notícias da Covilhã*, 30.11.1930.

nacional, em março, a Associação Industrial Portuguesa convoca a Associação Industrial e Comercial da Covilhã, para uma reunião em Lisboa, para tratar da «grave crise da nossa indústria».<sup>1409</sup> Por sua vez, o governo anuncia que vai conceder subsídios às Câmaras com mais problemas, para obviar ao desemprego e colaborar com estas autarquias no desenvolvimento da rede de estradas e caminhos rurais, de escolas e de outros melhoramentos de utilidade pública.<sup>1410</sup> Em abril, perante tão grave crise económica, em *O Raio*, alvitra-se a «fixação do salário mínimo e cotação de produtos correspondentes às necessidades económicas de produtores e consumidores, eis o meio a estudar e a adotar. Que importa ao trabalhador que um pão lhe custe dez em vez de quinze se, quando lho oferecem por dez, o não pode comprar?»<sup>1411</sup>

A 10 de maio, o *Notícias da Covilhã* anuncia que vai ter lugar na Câmara, uma reunião de representantes de todas as associações, para formar uma Comissão para tratar problemas do desemprego.<sup>1412</sup> Segundo *O Raio* de 14 do mesmo mês, essa Comissão preparou uma moção para ser entregue ao Governo, para que o depósito central de Fardamentos mande aqui fabricar alguns milhares de metros de fazenda para o exército. Mais informa que essa Comissão segue para Lisboa para se avistar com o governo e expor a gravidade da crise. E acrescenta que «já há homens válidos a pedir esmola pela cidade e povos circunvizinhas».<sup>1413</sup> O mesmo jornal, passada uma semana, participa que a Comissão não trouxe nenhuma resposta do governo. A situação mantém-se.<sup>1414</sup>

#### ■ JÁ ESTÁ A FUNCIONAR A «SOPA DOS POBRES»

Para minorar as maiores dificuldades. O administrador do Concelho, Tenente João José Amaro, preocupado com a situação alarmante de tantos operários sem emprego, em que vive a Covilhã, garantiu em Lisboa que se demitiria, caso não fossem tomadas medidas.<sup>1415</sup> Em 31 de maio, *O Raio* lança o apelo para que «os industriais mantenham os operários mesmo com grande sacrifício».<sup>1416</sup> Neste mesmo jornal, surge a notícia que, no Tortosendo, o desemprego é uma realidade e apontam-se as suas consequências:

---

<sup>1408</sup> *Ibidem*, 18.1.1931.

<sup>1409</sup> *Ibidem*, 8.3.1931.

<sup>1410</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.3.1931.

<sup>1411</sup> *O Raio*, 16.4.1931.

<sup>1412</sup> *Notícias da Covilhã*, 10.5.1931.

<sup>1413</sup> *O Raio*, 14.5.1931.

<sup>1414</sup> *Ibidem*, 21.5.1931.

<sup>1415</sup> *Ibidem*, 24.5.1931.

<sup>1416</sup> *Ibidem*, 31.5.1931.

as fábricas reduziram já os dias de trabalho» e «é confrangedor ver homens válidos na ociosidade, por falta de trabalho, com a miséria a torturar as famílias.»<sup>1417</sup>

Em *O Raio*, a 9 de julho de 1931, a propósito da crise que se vive em Seia, outra povoação dos lanifícios no outro lado da Serra a Estrela, comenta-se que também na Covilhã «a crise é pavorosa e incomportáveis os sacrifícios que a indústria está fazendo, para suportar os seus encargos, mesmo dolorosa compressão de pessoal que vem operando». Em 19 do mesmo mês, o *Notícias da Covilhã* anuncia:

À última hora somos informados da publicação de um Decreto sendo a abertura da estrada do Tortosendo ao Barco, para acudir à crise da falta de trabalho. O governo da Ditadura votou a verba de 10 000 contos destinados a subsidiar a construção de estradas rurais, fontes e lavadouros públicos.<sup>1418</sup>

Por sua vez, em *O Raio* de 20 de Agosto seguinte, a propósito de «A crise económica», observa-se: «A vida da Covilhã está tomando aspetos apavorantes, porque há fome em muitos lares. Urge, por isso, que se ataquem na sua origem as causas da falta de trabalho. (...) Ora tendo nós, pelo menos, dois organismos económicos a quem incumbe estudar o problema, propor aos poderes públicos as soluções de momento, e mais eficientemente as soluções que o podem resolver na sua extensão, urge que dele se ocupem com afinco.»<sup>1419</sup>

#### ■ SOLIDARIEDADE A NÍVEL LOCAL

Não obstante, os operários desempregados podiam contar, ainda, com a solidariedade a vários níveis. No Tortosendo, de forma esporádica, em maio passado, num «ato de benemerência», um grupo de senhoras organizou uma sessão cinematográfica a favor dos operários desempregados da vila.<sup>1420</sup> Também um grupo de rapazes levou ao palco, no cineteatro no mês de junho algumas comédias e um drama, «revertendo o produto líquido da récita, em proveito dos operários desempregados desta vila e verificou-se grande concorrência.»<sup>1421</sup> Por parte dos camaradas de trabalho, a direção da Associação dos Operários da Indústria Têxtil, com o fim de minorar a angustiada situação destes trabalhadores, nomeou uma Comissão angariadora de donativos que, à custa de grandes canseiras, conseguiu arranjar cerca de oito mil escudos, os quais foram distribuídos pelos operários desempregados. Mas em dezembro, a Comissão resolveu suspender as obras que se estavam a realizar no campo da Feira

---

<sup>1417</sup> *Ibidem*, 31.5.1931.

<sup>1418</sup> *O Notícias da Covilhã*, 19.7.1931.

<sup>1419</sup> *O Raio*, 20.8.1931.

<sup>1420</sup> *Notícias da Covilhã*, 31.5.1931.

<sup>1421</sup> *Ibidem*, 12.7.1931. Raúl Ribeiro, José Ribeiro Júnior, Artur Meireles, Nascimento Fonseca, Joaquim Lopes e José Moura Batista.

(Tortosendo) e que eram subsidiados pelos donativos recebidos, porque a maior parte dos subscritores se negou a continuar a colaborar.<sup>1422</sup>

Apesar destes tempos conturbados, em 1 de julho de 1931, o administrador do concelho envia ao governador civil os estatutos da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil e artes correlativas da Vila do Tortosendo. Os três primeiros que assinam são: António da Cruz Poeta, Cândido Aguilar e Apolinário dos Santos Barata. Entre outros. Américo Craveiro Ramos; Albino da Cruz; José de Almeida Passarinho.<sup>1423</sup> Também o *Notícias da Covilhã* de 13 de dezembro de 1931 dá esta notícia: «Nova Associação: Dos Operários da Construção Civil, na Calçada das Pontes, Tortosendo».<sup>1424</sup>

#### ■ EM TORTOSENDO, OS OPERÁRIOS EMBELEZAM O LARGO DA FEIRA

Em março de 1932, para tornar menos «aflitiva» a situação dos desempregados, novamente por ação da Comissão Administrativa da Câmara da Covilhã, o Governo continua a conceder subsídios para os desempregados, com os quais o Município realiza alguns melhoramentos de utilidade pública nas povoações rurais, em lugar da concessão de subsídios pecuniários.<sup>1425</sup> No Tortosendo, ocupam-se os operários desempregados a «embelezar» o espaço do Largo da Feira, fazendo plantações de árvores próprias de jardim. Desta forma, deu-se continuidade a trabalhos ali feitos «a expensas dos industriais e proprietários» para auxiliar os desempregados, esta resolução da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia caiu muito bem.<sup>1426</sup>

Ao longo deste ano, os problemas económicos ainda se agravaram, em resultado do mau ano agrícola que se fez sentir no ano anterior e a crise continuará pelos anos seguintes. Quanto aos lanifícios, o mercado nacional continua a ser a única forma de escoar os tecidos e, em tempo de crise, torna-se mais difícil vendê-los. Em 18 de junho, *O Trabalho* dizia do Tortosendo:

É cada vez mais confrangedor, mais repugnante o espetáculo que oferecem as ruas do Tortosendo, peçadas de andrajosos que estendem a mão à caridade pública.»<sup>1427</sup>

São muitos os «brados e protestos» que surgem em *O Trabalho*, reveladores da existência de uma consciência operária: «O desemprego e a miséria tomam aspetos

---

<sup>1422</sup> A Comissão: Leopoldo de Matos Canhoto, José Pereira de Matos, José Fernandes Calado, António Mendes Ferreira e José Lopes da Silva. *O Trabalho*, 13.12.1931.

<sup>1423</sup> 1.7.1931, *GCDTB E/B Corresp. Recebida, 1ª Secção*, 1929-1936, 01, Cx. 008.

<sup>1424</sup> 13.12.1931.

<sup>1425</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.3.1932.

<sup>1426</sup> *Ibidem*, 14.2.1932.

<sup>1427</sup> *O Trabalho*, 18.6.1933.

apavorantes»<sup>1428</sup>; «O negro espetro da miséria»; A fome junta «os mendigos, os desempregados e as crianças»; «A prostituição já não é um privilégio das mulheres. Também das raparigas que deviam frequentar as escolas tal como os rapazes.»<sup>1429</sup> Tais «brados e protestos» tanto dizem respeito à Covilhã como ao Tortosendo.

#### ■ TRABALHO PÚBLICO

Perante esta «situação aflitiva», os operários dirigem-se, então, por carta, ao ministro das Finanças e ao Presidente do Ministério, na «esperança de se poderem encostar ao tronco da árvore da previdência». E queixam-se que «a Covilhã luta com uma grande falta de habitação para as classes menos abastadas e as que existem estão muito longe de oferecerem as condições mínimas».<sup>1430</sup> Iguamente se invoca o direito que lhes assiste de serem socorridos pelo Comissariado do Desemprego, para aqueles operários que trabalhavam em fábricas que foram encerradas.<sup>1431</sup> Por isso, *O Raio*, informa que se deslocou a Lisboa uma representação da Classe Operária da Covilhã para tratar de subsídios para os que não têm ocupação, para poderem receber «auxílio» – o correspondente ao desconto dos 2% já obrigatório.<sup>1432</sup> O Comissariado do Desemprego envia um delegado para analisar *in locu* as condições dos operários<sup>1433</sup> e, passada uma semana, surge a indicação que o Ministro das Obras Públicas vai estudar os problemas do Desemprego, em função das informações do referido delegado.<sup>1434</sup> Jornais da capital, como o *Século*, chamam a atenção para a situação da Covilhã o que funciona como forma de pressão. Em outubro, também o governador civil, em prol das necessidades da Covilhã, deslocou-se a Lisboa para dar informações ao Governo. Em seguimento do anterior, o Ministro das Obras Públicas mandou um funcionário da sua confiança à Covilhã para se certificar dos problemas, concretamente o da habitação que é uma das verdadeiras causas da tuberculose.

#### ■ CONSTRUÇÃO DO BAIRRO SINDICAL <sup>1435</sup>

Passada uma semana, surge a informação que o ministro das Obras Públicas já concedeu o subsídio de 20 000\$00 para as obras onde hão-de trabalhar os

---

<sup>1428</sup> *Ibidem*, 23.7.1933.

<sup>1429</sup> *Ibidem*, 22.10.1933.

<sup>1430</sup> *Ibidem*, 24.9.1933.

<sup>1431</sup> *O Raio*, 24.9.1933.

<sup>1432</sup> *Ibidem*, 24.9.1933.

<sup>1433</sup> *O Trabalho*, 1.10.1933.

<sup>1434</sup> *Ibidem*, 8.10.1933.

<sup>1435</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.10.1933. Durante 20 anos, a Câmara receberá as rendas para amortizar o empréstimo. Findo o prazo as casas serão pertença dos moradores; concessão de 20 contos para ocupação dos desempregados na terraplanagem do campo de jogos.

desempregados. Finalmente, os operários desempregados já tiveram alguma coisa de fêria. Espera-se que comece brevemente a terraplanagem do campo de futebol. Para ocupar os operários do Tortosendo, o Comissariado do Desemprego prevê a obra de alargamento e terraplanagem de uma rua na vila de Tortosendo.<sup>1436</sup>

Mas os operários, em *O Trabalho*, mostram-se igualmente preocupados com a situação dos trabalhadores rurais, em número muito elevado no País e que, dificilmente, teriam possibilidades de satisfazer as necessidades mínimas:<sup>1437</sup>

Como pode, por exemplo, essa gente do campo comprar vestuário e calçado, artigos estritamente necessários, além do alimento, ganhando, quatro, cinco, seis escudos nos dias em que pode trabalhar?

#### ■ LIBERDADE DE APRENDIZAGEM

Uma circular de 10 de janeiro de 1931, chama a atenção para o cumprimento das oito horas de trabalho e, principalmente, para a parte da circular que diz respeito à proibição de trabalho noturno das mulheres e crianças para os casos de laboração contínua que não estão devidamente autorizados pelo poder central. Pede resposta a quesitos anteriores.<sup>1438</sup> Em ofício da Associação, de 1 de outubro de 1931, dirigido ao administrador do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, Joaquim Dias Simões, presidente da direção da Associação do Tortosendo, queixa-se que a «liberdade de aprendizagem neste ramo da Indústria Têxtil estava a prejudicar bastante». Reclama ainda o cumprimento da lei do horário de trabalho.<sup>1439</sup>

---

<sup>1436</sup> Ofício do Comissariado do Desemprego, 22.11.1933. ACMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal*, Maço n.º 1680, 1927.

<sup>1437</sup> 15.1.1933.

<sup>1438</sup> Direção das Bolsas Sociais do Trabalho 20.2.1931 GCDTB E/B *Corresp. Recebida*, 2ª Secção, 1927-28, 01, Cx 026.

<sup>1439</sup> <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projeto1/c/B0/1196/index.htm> 13.2.2010 Acedido em 20.1.1915.





Fonte: <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projecto1/c/B0/1196/index.htm> 13.2.2010

Em janeiro de 1932, o operário tortosendense António Joaquim Gervásio, queixa-se, em *O Trabalho*, que não faz sentido que o Tortosendo, «centro bastante industrial», onde se cumpre a rigor, principalmente na classe de tecelagem, o dia normal de oito horas de trabalho, estejam os povos limítrofes de Dominguiso, Peso, Coutada e Paul a desrespeitar esta regalia do proletariado, convertida ao mesmo tempo, numa lei do País.<sup>1440</sup>

Entre «os abusos», aponta-se, pois, o desrespeito pelas leis do horário de trabalho e de proteção às mulheres e menores nas oficinas, e acrescenta que vão dar conhecimento às autoridades das transgressões, para que estas entidades, com o auxílio dos fiscais, ponham um termo a tais abusos:<sup>1441</sup> Tal acontece, porque «continua sem se cumprir o disposto no Decreto n.º 14 498, de 27.10.1927, teima-se em se obrigarem a trabalhar doze e dezasseis horas por dia mulheres e menores de oito anos de idade» O cumprimento do horário contribui também para a «moralização nas oficinas». Mais se acrescenta:

Escalpelizados estes atos imorais e detestáveis (nas oficinas), compete-nos aconselhar os operários a que tenham mais cautela com as esposas ou filhas, evitando que elas permaneçam nas oficinas depois das cinco horas, ou seja, depois de terminada a jornada de trabalho diário, porque só assim se evitarão tantos abusos a que de vez em quando somos obrigados a presenciar.<sup>1442</sup>

Em relação a estas práticas, Carlos da Fonseca considera que «um dos processos clássicos consistia (e consiste) na utilização de mão-de-obra feminina e infantil,

<sup>1440</sup> *Trabalho*, 17.1.1932.

<sup>1441</sup> *Ibidem*, 31.7.1932.

<sup>1442</sup> *Ibidem*, 4.9.1932. *O Trabalho*, 21.8.1932.

considerada mais dócil, menos exigente e seguramente mais barata. Na história do capitalismo português o *tributo de sangue* das mulheres e menores trabalhadores foi de tal importância que sem ele grande parte da indústria nacional teria ficado pelo caminho.»<sup>1443</sup> Acrescenta: eram «expedientes usados pelos industriais para manter elevada a taxa de mais-valia, sem que para isso se obrigassem a remodelar a tecnologia existente. Em *O Trabalho* acrescenta-se algo mais:

hoje o desemprego é o maior flagelo de todos os povos porque, para além do não cumprimento do horário de trabalho, os operários são em maior número que o necessário; os reformados continuarem a trabalhar, acumulação de empregos.<sup>1444</sup>

Este último aspeto era um outro «expediente» a juntar aos anteriores.

Em abril, a direção da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, entendeu, e com toda a razão, iniciar uma aturada campanha com o fim de conseguir a organização de todos os operários têxteis nos povos denominados do «Rio Abaixo»: Peso, Dominguiso, Coutada, Paul e incentivar a sua sindicalização. Falaram Germano Laço Pinto, Ernesto Craveiro Ramos, José Pereira de Matos e José Laço Pinto Júnior, tendo como objetivo último o cumprimento das oito horas de trabalho.<sup>1445</sup> Apesar desta aturada campanha por parte dos dirigentes operários tortosendenses, em setembro, Lopes Jorge, dirigente sindical da Covilhã, permite-se chamar a atenção «Aos Têxteis do Tortosendo».<sup>1446</sup> Mas, passado pouco tempo, Leopoldo Canhoto respondeu e diz, que no Tortosendo, se cumpre.<sup>1447</sup> Pode, pois, dizer-se que os operários do Tortosendo desempenhavam um papel ativo e Mário Simões disse-nos mais:

O Tortosendo era um polo de ligação com as terras do «Rio Abaixo» em que funcionavam delegações da Associação». Os operários do Tortosendo sentiam que era absolutamente necessário encorajar os tecelões dessas terras ao cumprimento da jornada de oito horas, pois o não cumprimento da mesma funcionaria como boicote às lutas dos companheiros do Tortosendo e da Covilhã, quando em situação de greve.<sup>1448</sup> Os operários do Tortosendo, eram, até, chamados a integrar delegações para resolver problemas naquelas terras que se situavam nas cordas da Serra, como Manteigas, por exemplo.<sup>1449</sup>

---

<sup>1443</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: II Os primeiros Congressos Operários 1865-1894*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, pag.33.

<sup>1444</sup> *O Trabalho*, 25.9.1932.

<sup>1445</sup> *O Trabalho*, 17.4.1932.

<sup>1446</sup> *Ibidem*, 4.9.1932.

<sup>1447</sup> *Ibidem*, 18.9.1932.

<sup>1448</sup> Adélia Carvalho Mineiro «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

<sup>1449</sup> *Idem, Ibidem*.

## ■ 2.º ANIVERSÁRIO DA REORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL -1931

Em Tortosendo, em 27 de outubro de 1931, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil comemorou festivamente o segundo Aniversário da sua Reorganização. Do programa, fez parte a edição do jornal *Alvor* que contou com a colaboração dos vários operários responsáveis da Associação. O operário Manuel dos Santos Fonseca considera que «O *Alvor*, para os operários do Tortosendo, será a Estrela de Alva, a sua Aurora a despontar num novo horizonte, anunciando-lhes a aproximação de uma nova era de paz e amor».

### ALVOR, NÚMERO ÚNICO – 27.10.1931



Fonte: Fotocópia cedida por Ernesto Canhoto, filho de Leopoldo Canhoto.

No âmbito da Comemoração, a Associação promoveu também uma Sessão Comemorativa<sup>1450</sup> Nessa Sessão teve lugar a inauguração do Estandarte da Associação<sup>1451</sup>, de seda natural, com dois símbolos igualmente bordados a fios de seda: um deles, duas mãos unidas e o outro, uma lançadeira.

<sup>1450</sup> *O Trabalho*, 29.11.1931.

<sup>1451</sup> *Ibidem*, 29.11.1931.

ESTANDARTE DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO TORTOSENDO -  
1931

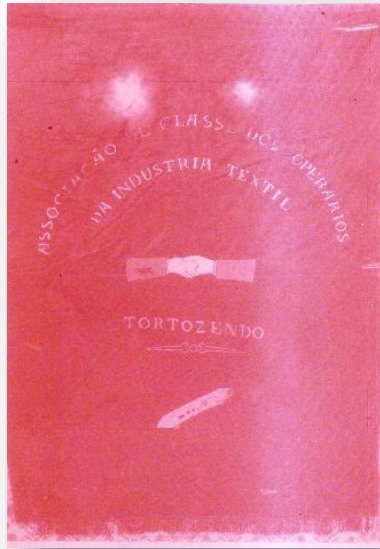


Foto cedida pela LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo

De entre os símbolos das associações sindicais, vem a propósito referir o estandarte por ser considerado entre «os instrumentos indispensáveis e simbólicos da capacidade de autoadministração de uma coletividade sindical», um elemento «altamente simbólico».<sup>1452</sup> Da Associação de Classe conhecemos, ainda, o carimbo, impresso em correspondência atrás utilizada.

Em 1974, na primeira celebração do 1.º de Maio, em liberdade, à frente da concorridíssima manifestação que se organizou perto da Secção do Sindicato, na Rua do Terroeiro, e percorreu as ruas do Tortosendo, o estandarte da Associação de Classe foi levado, com muito orgulho, por Leopoldo Canhoto, um dos antigos dirigentes desses anos da Reorganização. O estandarte escapou àquele espólio que foi entregue no início dos Sindicatos Nacionais, a José Laureano de Moura Sousa.

---

<sup>1452</sup> João Freire, *Anarquistas e operários. ... op. cit. p. 157. p.157.*

**Leopoldo Matos Canhoto (Tortosendo, 1907-1980)**

Homem simples e bom, operário modesto da indústria de lanifícios. Pelo que dele conheci, foi um homem de "vanguarda" no seu tempo.»

Em finais dos anos 20 e primeiros de 30, pertenceu àquele grupo de operários que reorganizaram a Associação de Classe e ainda que com pouca formação escolar, colaborou em jornais de classe como *O Trabalho*. Com ele partilharam nessas lutas outros homens como Ernesto Craveiro Ramos, José Pereira de Matos, Joaquim Dias, José Laço Pinto, António Mendes, José Calado, António Joaquim Gervásio e outros. Já nesta altura se pugnava por melhores tabelas salariais, melhores horários e condições de trabalho, melhores habitações e outros benefícios para os operários.

Conheci ainda o "ti" Leopoldo, duas décadas mais tarde, já no limiar do seu trabalho como operário e como colega de trabalho e sempre admirei a sua verticalidade, a sua delicadeza, a sua bondade.

*Testemunho de Alberto Oliveira*

■ CAIXA DE AUXÍLIO AOS DESEMPREGADOS

Em 17 de maio de 1932, o Instituto de Seguros Obrigatórios e Previdência Geral, através do governador civil, comunica à Associação Industrial e Comercial da Covilhã que pelo Diário do Governo de 16 do corrente, nº 103, 1.ª Série, Decreto-Lei n.º 21 238, foi aprovado o Regulamento provisório da Caixa de Auxílio aos Desempregados, «para minorar os efeitos da crise económica geral entre as classes que se acham mais sacrificadas pela falta de trabalho».<sup>1453</sup> Para tal, os trabalhadores eram obrigados a descontar 2% nos salários e a trabalharem mais uma hora, para não verem os seus salários diminuídos. A verba obtida com os descontos não seria aplicada em subsídios para os desempregados, mas, sim, em obras públicas para combater o desemprego.»<sup>1454</sup> Medida que não foi muito bem aceite.

■ O PERIGO DAS MÁQUINAS E O REGULAMENTO DE APRENDIZAGEM

Pelo final de 1932, em *O Trabalho*, e do ponto de vista dos operários, encara-se a importação de máquinas, de maior produção na tecelagem, para a modernização da indústria, como «um perigo»: «não só ameaçam reduzir o número de empregados, como desorganizarão os elementos de produção existentes, que pela riqueza e valor representado, com o seu aniquilamento afetará a economia geral da indústria.»<sup>1455</sup> Em meados de janeiro do ano seguinte, já se encara a mecanização de forma diferente:

<sup>1453</sup> Instituto de Seguros Obrigatórios e de Previdência Geral 17.5.1932 GCDTB E/B *Corresp. Recebida*, 2ª Secção, 1927-28, 01, Cx. 026. Associação Industrial e Comercial Covilhã 8.7.932 GCDTB E/B *Corresp. Recebida*, 2ª Secção, 1927-28, 01, Cx. 026.

<sup>1454</sup> Determina que haverá em cada distrito uma delegação dessa Caixa, gerida por cinco membros, designada por representantes de associação de agricultura, comércio e indústria e por representantes de duas associações de empregados e operários legalmente constituídas, existentes na sede de distrito. Caso tal não suceda, a escolha é da responsabilidade do governador civil. Francisco Canais Rocha, *op. cit.*, p. 86.

<sup>1455</sup> *O Trabalho*, 18.12.1932.

Não somos contra a importação de máquinas consideradas necessárias», embora se deseje assegurar o trabalho todos. Como a produção é inevitável, é indispensável elevar os salários para «melhorar a sorte dos que trabalham»<sup>1456</sup> e para que possam consumir.

No mês de outubro, surgem mais reflexões sobre «as máquinas» e um autor procura desmistificar a ideia de que a máquina é «como poderoso inimigo e desleal concorrente» a que se é obrigado a dar batalha. E socorrendo-se de Marx: «A máquina é inocente das misérias a que dá lugar; não é culpa sua se o nosso meio social separa os operários dos seus meios de subsistência.» E esclarecendo:

Se a máquina em vez de diminuir o trabalho quotidiano, o prolonga, é por estar nas mãos dos capitalistas e resultado da «sua exploração capitalista».

■ Finalmente, em fevereiro de 1933, «para que um maior aperfeiçoamento se opere nas diversas secções profissionais na indústria têxtil, e para que se mantenha dentro da classe operária o princípio de defesa contra uma certa concorrência, por vezes bastante prejudicial para quem tem encargos de família, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã entendeu por bem regulamentar a aprendizagem nas diferentes secções profissionais, através de um Regulamento de Aprendizagem<sup>1457</sup>, do seguinte teor:

1.º Não permitir que se inicie a aprendizagem, em qualquer das secções profissionais da Indústria Têxtil, sem prévia autorização da direção da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, que inquirirá das condições morais do pretendente, dos seus encargos familiares e se há ou não operários desempregados na Secção onde pretendem iniciar o seu aprendizato. 2.º Os menores, para iniciarem a aprendizagem em qualquer Secção da Indústria Têxtil, (...) idade, que não poderá ser inferior a 14 anos e na sua condição literária, que será obrigatoriamente o saber ler, escrever e contar. 3.º Às mulheres não lhes será permitido a aprendizagem em máquinas até aqui ocupadas por homens. 4.º A passagem de uma secção para outra só se poderá fazer desde que se prove que nesta Secção há falta de braços e que o pretendente é sócio da Associação há mais de um ano. 5.º Quando qualquer operário doutra indústria quiser fazer o aprendizato em qualquer das Secções da Indústria Têxtil ao pretender empregar-se nelas, só o poderá fazer desde que prove ser sócio da Associação de Classe da Indústria em que exerceu a profissão, e de combinação com a Direção desta coletividade. 6.º A passagem de uma categoria inferior a outra superior dará direito aos operários a serem compensados pelo salário regularizado já na tabela aprovada pelas Associação Operária e Industrial. 7.º Qualquer operário que tenha de abandonar a máquina em que trabalha, quer por doença, quer por qualquer outro motivo, só outro operário da mesma secção, o poderá substituir, desde que ande desempregado. 8.º Serão preferidos na aprendizagem: os que se apresentem munidos do respetivo diploma, comprovando que tiraram qualquer curso na Escola Industrial e os órfãos de pai, dando-se-lhe todas as facilidades possíveis (...)

Porém, como seria de esperar, no mês seguinte, a Associação Industrial e Comercial da Covilhã queixa-se que a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, julgando-se no direito de regulamentar a aprendizagem nas diferentes secções

---

<sup>1456</sup> *Ibidem*, 15.1.1933.

<sup>1457</sup> *Ibidem*, 19.2.1933.

da indústria têxtil, elaborou e fez publicar um regulamento, «que além de ser altamente atentatório da liberdade do indivíduo, constitui uma intromissão abusiva nos direitos que à classe industrial pertencem.»<sup>1458</sup>

#### ■ PAPÉIS DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE: DO REIVINDICATIVO À LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

São os próprios operários que nos indicam os papéis da sua Associação de Classe. A Associação era «esse baluarte indispensável ao apoio moral e material das massas operárias».<sup>1459</sup>

Reivindicativo Do ponto de vista material, as reivindicações de salário e de horário, que temos vindo a referir, eram, certamente, as que mais mobilizavam as classes trabalhadoras. Em 1933, em outubro, releva-se o valor da conquista do horário de trabalho. Porque, quando na Covilhã já se cumpria, no Tortosendo trabalhava-se de dia e noite, com salários relativamente mais baixos. (...) Uma coisa era preciso para se conseguir: organizar-se, pois só assim poderia demonstrar quem é, quanto vale e quanto merece o que por ele se faça.<sup>1460</sup> João Freire explicita:

Todas as energias dos militantes sindicais parecem, pois, orientadas para conseguir o estabelecimento dessa norma, e em seguida, garantir a sua aplicação efetiva, estendendo-se também a certas categorias que dela haviam sido excluídas.»<sup>1461</sup>

No entanto, Maria Filomena Mónica sustenta que «se a fábrica significava, para os capitalistas, um benefício indiscutível, para os que nela iam trabalhar, ela representava, acima de tudo, um regime laboral cruel, bem simbolizado pelas despóticas sinetas e pelos novos regulamentos».<sup>1462</sup> Tortosendo confirma esta asserção. Embora a elite operária, principalmente a partir de 1929, lute e defenda com ardor a jornada de oito horas, assume uma posição que havia sido difícil de entender por muitos dos companheiros, mais velhos que, no regime do trabalho doméstico, geriam o tempo a seu bel-prazer, nem sempre da melhor maneira, e que, posteriormente, quando ingressaram nos casões, se viram confrontados com horários de trabalho.

---

<sup>1458</sup> GCDTB E/B, *Corresp. Recebida, 2ª Secção*, 1933-34, 01, Cx 028.

<sup>1459</sup> Ernesto Craveiro, in *O Trabalho*, 29.10.1933.

<sup>1460</sup> *O Trabalho*, 16.4.1933.

<sup>1461</sup> João Freire, *Anarquistas operários ... op. cit.*, p.141.

<sup>1462</sup> Maria Filomena Mónica, *A formação da classe operária portuguesa: Antologia da imprensa operária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 20 e 21.

**António Joaquim Gervásio ( - †)**

Homem simples e bom, operário modesto da indústria de lanifícios. Pelo que dele conheci, foi um homem de "vanguarda" no seu tempo. Em finais dos anos 20 e primeiros de 30, pertenceu àquele grupo de operários que reorganizaram a Associação de Classe e ainda que com pouca formação escolar, colaborou em jornais de classe como *O Trabalho*. Com ele partilharam nessas lutas outros homens como Ernesto Craveiro Ramos, José Pereira de Matos, Joaquim Dias, José Laço Pinto, António Mendes, José Calado, Leopoldo Matos Canhoto e outros. Já nesta altura se pugnava por melhores tabelas salariais, melhores horários e condições de trabalho, melhores habitações e outros benefícios para os operários. Revelou-se muito empenhado na instrução dos seus companheiros e dos filhos dos sócios, no âmbito da Associação de Classe..

*Testemunho de José Ribeiro*

O operário Joaquim Dias Simões valoriza, ainda, essa conquista do ponto de vista familiar: «ainda hoje, para nosso mal e para mal da nossa família, seríamos obrigados a caminhar ainda de escuro para as oficinas e regressaríamos de lá altas horas da noite, indo encontrar os nossos filhos a dormir e a nossa companheira caindo de sono e cansada. Nossos filhos ficavam, pois, privados de educação que somos obrigados a ministrar-lhes e daí o facto de eles seguirem muitas vezes uma diretriz errada que não só os perverte e desmoraliza, como nos desonra e envergonha.»<sup>1463</sup> No Tortosendo, são pois as elites operárias que chamam a si o papel de mentalizar os seus companheiros.

Luta pela Emancipação O outro papel da Associação era, também, ser «esse baluarte indispensável ao apoio moral» dos operários na sua luta pela Emancipação. Nesta altura, «o sindicato é visto como um organismo de resistência mas igualmente como uma instituição moral, cujo aperfeiçoamento deverá traduzir-se, nas condutas dos seus membros, por atitudes mais emancipadas, livres e solidárias.»<sup>1464</sup>

Educação de adultos e crianças Nos finais do séc. XIX e durante a primeira República, as associações de operários, as federações e uniões de sindicatos e outras associações populares promoveram, sobretudo nos grandes centros urbanos, várias atividades no âmbito da educação de adultos. Para além de demonstrarem grande coragem nas suas lutas reivindicativas, os operários demonstraram também grande abnegação, ao colocar-se ao serviço dos outros, concretamente no que respeita à alfabetização. Acreditavam, apesar das suas limitações, «que podiam contribuir para uma revolução cultural, cientes que esta seria o importante motor para as transformações económicas e culturais de que os operários tanto careciam.»<sup>1465</sup> «Quanto à educação, o interesse dos sindicalistas por este tema materializava-se sobretudo pela criação de escolas por parte dos sindicatos»,

<sup>1463</sup> *Alvor*, N.º único Tortosendo 27 de outubro de 1931 e Comemorativo

<sup>1464</sup> João Freire, *Anarquistas e operários. ... op. cit., Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p.157.

<sup>1465</sup> Adélia Carvalho Mineiro «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1931- 2.º Aniversário da sua Reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 6, 3.º Trim., 1993.



menos «como questão teórica», mais «como tarefa prática imediata e importante.» Por isso, a prioridade era conseguir meios materiais para a abertura e funcionamento das escolas primárias, quer para os filhos dos sócios, quer noturnas, para os próprios membros. «Mas a precariedade ou exiguidade de instalações não era motivo suficiente para dobrar a vontade dos militantes: as salas onde se faziam as reuniões sindicais eram muitas vezes as mesmas onde, a outras horas, funcionavam as aulas.»<sup>1466</sup>

Por este motivo, «um dos primeiros cuidados que tiveram em vista os corpos gerentes da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil desta localidade [Tortosendo], logo após a sua reorganização, foi a criação de uma escola na sua sede. Entenderam que, «sendo a instrução a verdadeira alavanca do progresso, não poderia esquecer-se de contribuir com a sua quota-parte para a resolução de tão momentoso problema.<sup>1467</sup> Em 1933, António Joaquim Gervásio, recorda, a respeito da instrução, que, quando por 1920 entrou pela primeira vez na Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, os seus dirigentes eram quase todos, semi-analfabetos. Mas a geração que então dirigia o sindicato foi-se gastando lentamente para dar lugar a outra a quem não tinha sido sonegado entrada na Escola Primária. Em 1927, no início do ano letivo, a Associação de Classe do Tortosendo pede a colocação de duas lâmpadas na escola oficial do sexo masculino, onde funciona um curso noturno para a classe operária.<sup>1468</sup> Em fevereiro do ano seguinte, o professor António Duarte Calado comunica ao inspetor escolar que encerrou o curso noturno no dia três do corrente, por falta de frequência, por os operários serem obrigados pelos seus patrões a seroar nas suas fábricas até à meia-noite. Em finais de outubro do mesmo ano, a pedido da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, o professor António Calado pede a reabertura do curso noturno na vila o qual havia terminado por falta de energia elétrica. A Associação informa «estar com a resolução tomada de não trabalharem nas fábricas durante as horas de funcionamento do curso».<sup>1469</sup> Por sua vez, a Comissão Reorganizadora do Sindicato, em 1929, cria uma escola, na sede, que mantem, desde essa data, apesar de todos os sacrifícios, com bastante aproveitamento.

Passados mais de 60 anos, José Rodrigues Ribeiro recordou que foi convidado a lecionar na escola da Associação que tinha, então, como diretores António Gervásio,

---

<sup>1466</sup> João Freire, *Anarquistas e operários .. op. cit.*, p. 161.

<sup>1467</sup> *O Trabalho*, 28.1.1933.

<sup>1468</sup> *O Raio*, Ata 61 12.10.1927, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Executiva Municipal da Covilhã*, n.º 55 de 1926 a 1927.

<sup>1469</sup> Inspetor Círculo Escolar - Covilhã 30.10.1928

Ernesto Craveiro, José Pereira, José Laço, Joaquim Dias e outros. Todos entusiasticamente devotados ao trabalho associativo que se processava dentro da sede. A responsabilidade da escola cabia a António Gervásio e Ernesto Craveiro, dois homens respeitáveis, considerados os líderes do movimento operário local. As suas aulas nunca deixavam de ser antecedidas por dissertações de elevado sentido humano e doutrinário, escutadas atentamente por todos os alunos e não alunos. Graças à escola da Associação, «bastantes pessoas se alfabetizaram no Tortosendo, morigeraram os costumes e baniram da sua vida atos de violência». Os responsáveis da Associação de Classe tinham perfeita consciência da elevada taxa de analfabetismo do Tortosendo. Por isso, para além de proporcionarem a instrução aos companheiros, procuravam ainda responsabilizá-los, como, aliás, o fez o operário Germano Laço Pinto em o *Alvor*:

compete-me advertir a todos os camaradas que querendo ser operários conscientes e conhecedores dos seus deveres e direitos, têm a estrita obrigação de aproveitarem as horas disponíveis na frequência do sindicato, das Escolas, das Aulas de leitura, (...) porque sem os devidos conhecimentos, ser-lhe-á impossível a conquista de regalias que há muito devia esta gozar.<sup>1470</sup>

Em abril de 1932, em *O Trabalho*, afirma-se que «na educação e instrução dos povos está a base fundamental do progresso e evolução que tende à transformação da sociedade num sentido de mais equidade e justiça». Em junho do ano seguinte, em *O Raio*, defendem-se as mesmas causas e dão-se sugestões:

não deve desprezar no proletariado, a preparação cultural. É uma das condições necessárias para que se criem, dentro das massas proletárias, os quadros técnicos e intelectuais que dirigirão a sociedade de amanhã.»<sup>1471</sup>

Para a falta de escolas e de professores devidamente habilitados, «sugerem-se nos quartéis, por exemplo, formarem-se escolas onde os oficiais ensinassem os soldados a ler e a escrever, as igrejas ou em casas particulares, onde o clero se dedicasse também ao ensino, seguindo o exemplo da Associação de Classe, da Casa do Povo e do Centro socialista, na Covilhã».<sup>1472</sup>

Em setembro de 1933, a Comissão Administrativa Municipal deliberou «tomar a responsabilidade pelo expediente e iluminação dum curso noturno no Tortosendo.»<sup>1473</sup> Perante o antagonismo existente, entre os dirigentes da Associação de Classe e os de uma instituição católica de Tortosendo, no início do ano letivo, a Associação de Classe

---

<sup>1470</sup> *Alvor*, N.º único Tortosendo 27 de outubro de 1931 e Comemorativo.

<sup>1471</sup> *O Raio*, 11.6.1933.

<sup>1472</sup> *O Trabalho*, 3.4.1932.

<sup>1473</sup> 7.ª Sessão 6.9.1933, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã n.º 59*, de 11 de janeiro de 1933 a 6 de setembro de 1934.

deseja que o curso noturno funcione na escola oficial, apesar das precárias condições desta. Porque tudo leva a crer que funcionará na sede dos Escuteiros católicos, mas, caso se confirme, os operários «avisam» que não o frequentarão: «Um curso noturno só na escola oficial.»<sup>1474</sup> No entanto, no que respeita à instrução, em piores circunstância está a mulher:

entre nós há uma grande falta de instrução e educação nas classes populares, mas a que mais se faz sentir deploravelmente é aquela que pode influir no espírito feminino. A mulher operária, a simples filha do povo, de tenra idade é atirada para a oficina, no geral analfabeta, ignorante.<sup>1475</sup>

Em *O Trabalho* pode ler-se: «Trocar a taberna pela escola, ler um bom livro em substituição de revistas pornográficas, eis o que se impõe para bem duma sociedade que deseja e quer caminhar e também contribuir para a formação de valores equilibrados sob o ponto de vista físico, moral e intelectual, que sirvam a humanidade, combatendo tiranias, preconceitos e erros.»<sup>1476</sup>

Mas, para além da preocupação com a alfabetização dos adultos, a Associação preocupa-se também com a alfabetização das crianças. Em 1927, quando se defendia a justiça da elevação de Tortosendo a Vila, não deixou de se referir que, «de mais urgente, o Tortosendo precisa de um edifício escolar e dos telefones»<sup>1477</sup>.

Em 1931, nas comemorações do segundo ano da Reorganização da Associação, quarenta crianças frequentavam a escola da Associação, apesar de muitas delas frequentarem a escola primária. Fonte próxima, criança que, nessa altura, ainda não tinha idade para frequentar a escola, lembra-se que seu pai trouxe da Associação dois exemplares da Cartilha Maternal, um para ela, outro para seu irmão. O que prova que a mensagem da importância da alfabetização se ia propagando. Por outro lado, a Associação exerceu uma ação pedagógica sobre os operários no sentido promoverem a alfabetização das crianças. A mesma fonte recordou palavras de seu pai: «Hei-de deixar os meus filhos todos ricos, a saber ler e a escrever.»<sup>1478</sup> Em entrevistas que fomos fazendo, temos vários testemunhos relativamente a esse assunto. Duas mães, viúvas,

---

<sup>1474</sup> *O Raio*, 22.10.1933.

<sup>1475</sup> *O Trabalho*, 11.12.1932. «Para remediar a falta de instrução criaram-se os cursos noturnos. Deles não têm aproveitado nem ainda aproveitam as mulheres. Já há tempo se abriram cursos femininos no verão. Deram muito bom resultado. Algumas mulheres aproveitaram. Não se continuou.»

<sup>1476</sup> *Ibidem*. 16.10.1932.

<sup>1477</sup> *Ibidem*, 21 de agosto de 1927.

<sup>1478</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994. (Testemunho de Maria Lídia Proença).

que criaram os filhos com muitos sacrifícios, nas décadas de 20 e 30 do século XX, disseram-nos:

Eu mandei os rapazes para a escola. Naquele tempo quem tinha a 4ª classe era rei. A 4ª classe já não presta para nada.<sup>1479</sup>

Eu, à escola, infelizmente, não pus nem pé. Eu graças a Deus mandei os meus filhos à escola.<sup>1480</sup>

Num ato de solidariedade entre as Associações, irmanadas no mesmo ideal, o Grupo Instrução e Recreio da Covilhã promoveu duas récitas a favor da escola que funciona na Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo.<sup>1481</sup>

Como incentivo, no mês de junho de 1933, as crianças foram premiadas com um passeio à Serra da Estrela. «Decorreu com enorme entusiasmo o passeio que a petizada da escola do Sindicato dos Operários do Tortosendo realizou à Serra da Estrela, inculcando na criança o amor pela escola, pela instrução, desviando dum caminho errado os miúdos»<sup>1482</sup> Também neste mês, teve lugar no Parque-cinema uma Festa Infantil organizada pela Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, muito concorrida, e que contou com uma conferência do distinto professor da Escola Industrial, António Esteves Lopes<sup>1483</sup>. Foi curta, mas muito interessante e escutada por muitos operários, «mais precisados de ensinamentos úteis do que de conhecimentos literários.» Depois da conferência, coube a vez aos «miúdos» do Grupo Musical Covilhanense e da Escola da Associação Têxtil do Tortosendo, «que se houveram, representando, cantando e recitando, de forma a que agradem às crianças que ali afluíram em número elevado e em frente das crianças que se estiolam nas igrejas – as crianças que no domingo encheram de alegria as ruas da vila, entoando um hino de glória à escola». Cabe aqui dizer que esta iniciativa partiu de António J. Gervásio, coadjuvado pelo José Ribeiro Júnior, a quem os operários da indústria têxtil alguma coisa devem – a um, pela orientação que imprimiu à direção do Sindicato operário e a ambos pelo esforço desinteressado, e por isso mesmo valoroso, como se dedicam à instrução dos pequeninos, filhos dos operários também.<sup>1484</sup> Fazem-se votos que «prossigam na educação da criança, futuros homens de amanhã»,<sup>1485</sup> para que esse amanhã se nos apresente mais alegre e risonho, que o presente, (...) tornando-se, assim,

<sup>1479</sup> Manuel Carrola e Adélia Carvalho Mineiro, «Ti Cecília», in *Boletim da LAT*, n.º 4, 4.º Trim., 1992.

<sup>1480</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Fevereira: caneleira», in *Boletim da LAT*, n.º 40, 4.º Trim., 2001.

<sup>1481</sup> *O Trabalho*, 29.5.1932.

<sup>1482</sup> *O Raio*, 11.6.1933.

<sup>1483</sup> O conferencista foi apresentado por Américo Ribeiro.

<sup>1484</sup> *O Raio*, 11.6.1933.

<sup>1485</sup> *O Trabalho*, 25.6.1933.

possuidores duma consciência reta e justa».<sup>1486</sup> Reiterando esta opinião, o professor Joaquim da Costa Salvado<sup>1487</sup>, do Alcaide, defende que não basta que a escola prepare o advento do alfabetismo. É necessário que «a escola atraia, pelo carinho e pela educação ministrada, a criança e a família.» Joaquim Salvado vai mais além nas suas pretensões e afirma que «o ensino primário tem de deixar de ser última etapa». No jornal *O Raio*, um outro professor defendia também, abertamente, o alargamento da escolaridade, nos seguintes termos<sup>1488</sup>:

Que o ler, escrever e contar, seja um degrau para atingir o nível mínimo de cultura, está bem, mas que se queira converter em última etapa para o Ensino Primário, é simplesmente vexatório e ridículo para um país civilizado.

O tortosendense Artur Antunes, em *O Raio*, elogia António Gervásio, «humilde filho do Povo» que para o Povo trabalha ininterruptamente, coadjuvado por José Ribeiro, «rapaz que se interessa a valer pela ação do seu companheiro». Serve de escola uma espaçosa sala, bem arejada, cuja frequência vai, por vezes, além de 40 alunos, com um mobiliário decente e bem disposto.<sup>1489</sup> Artur Antunes acredita que «António Gervásio e José Ribeiro têm um método especial que incita o aluno e fá-lo compreender e aproveitar o mais possível.»<sup>1490</sup>

Tempos livres A sede da Associação era também local onde podiam gastar-se os momentos de ócio, com ocupações diversas, mas com objetivos bem definidos. Alfredo Dias recordou:

Passávamos os serões na Associação. Jogávamos dominó, cartas, xadrez. O que queriam era tirar os homens da taberna. Olhe que o povo estava dividido ao meio pela Praça. Os daqui [Escabelados] não passavam da Praça e os outros não passavam para cá». Por dá cá aquela palha, puxava-se da faca.

#### ■ O PERIGO DA TABERNA

Logo em 1927, pede-se horário de funcionamento para as tabernas, para que os operários regressem a casa. Porque «a taberna é a escola da ociosidade, é a escola do crime; o abuso do álcool é um passo em frente para as grades da prisão ou para as celas do manicómio». Artur Antunes aponta a Associação como alternativa às solicitações da taberna. «Em Tortosendo eu sei que existe uma Associação de Classe dos Operários da

---

<sup>1486</sup> *Ibidem*, 28.01.1933.

<sup>1487</sup> *O Raio*, 16.7.1933.

<sup>1488</sup> *Ibidem*.16.7.1933.

<sup>1489</sup> Os alunos são preparados para as 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> classes, aproveitando estas aulas alguns que frequentam as escolas oficiais. Ignoramos o motivo porque estes rapazes frequentam as duas escolas: mas quase que o adivinhamos.

<sup>1490</sup> *O Raio*, 22.10.1933.

Indústria Têxtil. (...) Dentro dessa casa, eles podem passar as horas livres do seu pesado trabalho; mas não o compreendem assim alguns inconscientes que procuram a taberna, para, entre copos do roxo, estabelecerem dois dedos de conversa animada, que tem, quase sempre, um final bem triste.» Prossegue, mostrando a triste realidade:

Na taberna, as discussões são falhas de senso, porque o espírito está embrutecido pelos vapores do álcool; as reclamações da classe a que pertencem só na Associação se devem tratar, sendo, por isso, muito triste, debater casos dessa natureza em locais de degradação e querer uma organização mais perfeita e mais harmónica, quando a nossa conduta é severamente censurável e deprimente.

Conclui: «É preciso, acima de tudo afugentar para bem longe esse antro de depravação moral que é a taberna.»<sup>1491</sup> Em outubro de 1933, apresentam-se frutos da luta da Associação, em relação à taberna:

A sua sede passou a ser preferida à taberna, onde até então os operários se entretinham nas suas horas de ócio, por ser ali que melhor podiam estudar as questões que mais perto lhe dizem respeito e levantar, ao mesmo tempo, o nível moral e intelectual da classe a que pertencem.<sup>1492</sup>

José Ribeiro, que, como já realçámos, se implicara com o ardor da sua juventude, na alfabetização dos operários, na Associação, em 1994, deu a seguinte opinião: «Com toda a ação desenvolvida os homens tornaram-se mais ordeiros. A Associação veio a iniciar relações de vária ordem com o Sindicato Têxtil da Covilhã que era das organizações sindicais do país, das mais ricas em atividades culturais e recreativas. Possuía valorosos conjuntos: cénico, musical, folclórico. Dispunha de uma biblioteca com milhares de volumes, um jornal semanário, escola com professores oficiais, um amplo salão destinado às assembleias. As relações mantidas com a Covilhã foram imensamente gratificantes para a Associação de Classe. Deslocaram ao Tortosendo o seu teatro, música, folclore, em espetáculos aplaudidíssimos. Levaram a efeito imensas palestras no sentido de disseminar o livro e criar o gosto pela leitura. Tudo fizeram para que o saber e a cultura do povo tivessem lugar predominante na vida do Tortosendo.» No entanto, concluiu, com tristeza: «Foi lamentável que os homens que ascenderam ao poder em 28 de Maio de 1926 tivessem, ano a ano, coartado as liberdades até à ilegalização completa dos sindicatos livres.»<sup>1493</sup>

---

<sup>1491</sup> *O Trabalho*, 28.01.1933.

<sup>1492</sup> *Ibidem*, 29.10.1933.

<sup>1493</sup> Adélia Carvalho Mineiro «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

## ■ O GRUPO DRAMÁTICO E A SOLIDARIEDADE

Em setembro de 1932, António Gervásio fala da «vida proletária» em Tortosendo: «O Tortosendo possui já uma boa organização operária que «representa um esforço importante e um trabalho que pode classificar-se de admirável, de José Laço Pinto, Fernandes Calado, Leopoldo Canhoto, José Pereira, Ernesto Craveiro, António Mendes, Joaquim Dias e ainda muitos outros. (...) As regalias que os operários deste centro industrial estão desfrutando, deve-se a um grupo de boas-vontades, a que não é estranho o desejo bem vincado por todos os meus camaradas de se dignificarem e servirem a coletividade:

Temos promovido festas para que os operários tenham a alegria relativa de vida; mantemos com evidentes sacrifícios, na sede da Associação, o curso noturno, que há tempos instalámos; temos dado incremento aos grupos excursionistas e procurado elevar o nível intelectual de todos nós. (...) Ainda não nos ataca esse mal [de pertencerem a uma Internacional]. Mais do que nunca devemos estreitar os laços com os nossos irmãos de todo o mundo.»<sup>1494</sup>

Para além das atividades já referidas, a Associação de Classe tinha também um grupo de teatro – o Grupo Dramático Recreativo «Instrução e Beneficência» - que atingiu um nível bastante elevado. Neste grupo, destacou-se Raúl Ribeiro, que era ao mesmo tempo autor e ator, e merece referência especial o facto de o elenco ter chegado a incluir figuras femininas.<sup>1495</sup> O ponto alto foi atingido com a representação da peça: «Rosa do Adro». A atividade do Grupo Dramático é divulgada na imprensa de 1931 e 1932 e as peças são apresentadas no Parque Cinema. No entanto, já em 1923, o administrador do concelho comunica ao regedor do Tortosendo «que foi dada licença ao Grupo Dramático Tortosendense para dar duas récitas na freguesia e, mais tarde, mais três».<sup>1496</sup> Em julho de 1931, os atores são: Raúl Ribeiro, José Ribeiro Júnior, Artur Meireles, Nascimento Fonseca, Joaquim Lopes e José Moura Batista; representaram algumas comédias e um drama e o produto líquido da récita reverteu, em proveito dos operários desempregados desta vila, grande concorrência. Em 1932, o grupo de amadores é constituído novamente por Raúl Ribeiro e José Ribeiro Júnior e, ainda, por António Gervásio, José Pereira de Matos, José Gomes Mineiro, Luís Dias, a que se juntaram algumas meninas apodadas de «vedetas»: Piedade Centeio, Adosinda Dias e Deolinda Fonseca, que «deram um certo brilho aos espetáculos». Estes tinham lugar no

---

<sup>1494</sup> *O Raio*, 29.9.1932.

<sup>1495</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo – 1929 – Sua reorganização», in *Boletim da LAT*, n.º 10, 2.º Trim., 1994.

<sup>1496</sup> 21.4.1923, AMC, *Copiador Geral do Registo de Corresp. Expedida da Administração do Concelho da Covilhã*, n.º 258, de 1922 a 1923.

Parque cinema da vila, no Barracão do Dr. Afonso, cedido pelo proprietário. Representaram, então, o drama «Rosa do Adro» e algumas comédias. Em *O Trabalho*, elogia-se «a atitude verdadeiramente simpática a destes rapazes, que assim se vão aperfeiçoando, fugindo também do ambiente deletério das tabernas, ao mesmo tempo que praticam um belo ato». O espetáculo foi repetido, não só por ter sido bem representado, mas porque «o seu produto líquido reverte a favor da Instrução e Beneficência desta vila.»<sup>1497</sup> O Grupo Dramático da Associação distribuiu pelos pobres e alguns enfermos a importância de 1 100\$00, ficando em caixa 480\$00, destinados à compra de livros e obras a fazer na escola noturna, que funciona naquele sindicato.<sup>1498</sup>

Em outubro de 1933, a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo promoveu ainda a Taça de Bronze, de futebol, «sendo o produto destinado ao desenvolvimento da escola que esta coletividade mantém na sua sede.»<sup>1499</sup>

■ **GRUPOS EXCURSIONISTAS** Logo no início da década de 30, o dirigente da Associação de Operários, António Gervásio, elogia as excursões «por concorrerem para a educação dos operários, proporcionar-lhes «contato com a mãe natureza», «maior alento» e «levando-os a uma economia forçada, obriga-os a desviarem-se do caminho tortuoso da taberna», «uma outra modalidade aonde só imperam os vícios e maus hábitos».<sup>1500</sup> Por esta altura, é noticiada a realização de várias excursões. Depois, espera-se também que sirvam de motivação e que outros, especialmente a gente moça, sigam as suas pisadas em busca de novos hábitos de educação, tanto cívica como intelectual.<sup>1501</sup> Temos, mesmo, notícia delas, ainda na década de 20.

---

<sup>1497</sup> *O Trabalho*, 2.10.1932. «Uma excursão de 24 operários a Arganil, Coja, Coimbra, Bussaco. Em Coimbra visitaram os principais monumentos e a biblioteca da Universidade.» *Notícias da Covilhã*, 21.8.1932.

<sup>1498</sup> *Ibidem*, 16.11.1932.

<sup>1499</sup> *Ibidem*, 1.10.1933.

<sup>1500</sup> *Ibidem*, 21.6.1932.

<sup>1501</sup> *Ibidem*, 21.8.1932.





Fonte: Documento cedido por Hernâni Costa, marido da tortosendense M<sup>a</sup> Gonzaga Mineiro, Lisboa, 2012.

O jornal *A Comarca de Arganil*, de 19 de agosto de 1932, relata a visita de um desses grupos excursionistas: «No domingo, passou aqui o Grupo Excursionista Operário, de Tortosendo, que nesse dia, de manhã saíra daquela vila, tendo atravessado a Serra da Estrela e visitado Gouveia, Seia e outras localidades. Seguiram no mesmo dia para Coimbra e dali para a Figueira da Foz, voltando depois, por Luso, Bussaco, Santa Comba Dão, Mangualde, Celorico da Beira e Guarda, contando chegar a Tortosendo na terça-feira. Fazem parte do grupo os senhores:

Leopoldo Matos Canhoto, Ernesto Craveiro Ramos, Germano Laço Pinto, José Pereira de Matos, Joaquim Dias Simões, Carlos Barata, José Gomes Mineiro, Joaquim Gomes Mineiro, Francisco Simão Dias, António dos Santos Dias, António Mendes dos Santos, Joaquim Barata, Ermildo Coelho, Raúl Ribeiro, Manuel dos Santos da Fonseca, Manuel Cavaca, José Pinto Pereira, António Calado, José Lopes da Silva, António Apolinário Lopes, Américo da Cruz Poeta, José da Cruz da Praça, Artur Fervereiro, José Brás dos Santos e Artur d'Almeida Campos, que viajavam numa esplêndida camioneta da Empresa Transportes do Zêzere, do Fundão.

Nesta vila, os excursionistas visitaram as oficinas do nosso Jornal e os pontos mais interessantes de Arganil e arredores.»<sup>1502</sup> Também o *Notícias da Covilhã* deu essa notícia e informa que, em Coimbra, visitaram os principais monumentos e a biblioteca da Universidade.<sup>1503</sup> No ano seguinte, saíram os seguintes grupos excursionistas: «Operários tortosendenses», «Operário Modesto», «Os Bem Unidos» e «Os Amigos do

<sup>1502</sup> Documento facultado por Hernâni Costa. Em novembro de 2012.

<sup>1503</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.8.1932.

Bem», grupo excursionista do Sport Lisboa e Tortosendo, com «alguns sócios e admiradores do velho clube».<sup>1504</sup>

Em *O Trabalho* opina-se o seguinte: «O primeiro destes grupos marcou já no ano anterior o seu aprumo e correção, impondo-se, assim, à consideração de todas as pessoas que tiveram o ensejo de conhecer durante toda a viagem.» Outro tanto esperamos dos restantes grupos que este ano dão início ao seu primeiro passeio. Itinerário: Lisboa, Sintra, Cascais, Mafra, Caldas da Rainha, Leiria, Coimbra, Figueira da Foz, seguindo alguns deles para Espinho, Vila Nova de Gaia, Porto, Viana do Castelo, Braga e Guimarães.<sup>1505</sup>

### 1.5 Modelo sindicalista da Associação de Classe

A Associação de classe é claramente marcada pelo anarco-sindicalismo, mas não deixam de ressaltar também, por parte das elites próximas do operariado, a ideologia republicana e alguma dose de anticlericalismo.

O anarco-sindicalismo A Associação de Classe pode considerar-se já como um sindicato único. Segundo João Freire <sup>1506</sup>, «a favor dos novos sindicatos únicos são, não simples trabalhadores de ofício, mas militantes operários, proselitistas de um ideal de emancipação social. Os seus comportamentos têm pois de ser vistos no duplo plano dos valores e comportamentos do grupo profissional e social a que eles indubitavelmente pertencem, mas também no de adeptos de um movimento de opinião que é, genericamente, o anarquismo.»<sup>1507</sup> De acordo com o mesmo autor, o modelo desta «fase do sindicalismo autónomo e revolucionário, impulsionado pelos anarquistas,<sup>1508</sup> repousa sobre características marcadas por valores da ideologia libertária não podendo, por isso, ser completamente explicado apenas pelo recurso às condições económicas e sociais da estrutura produtiva da época.<sup>1509</sup> Os militantes por nós aqui estudados assumem-se, com maior ou menor clareza e vigor, como atores de um processo de mudança que atribui ao movimento operário um lugar preponderante «enquanto movimento social

---

<sup>1504</sup> *O Raio*, 6.8.1933.

<sup>1505</sup> *O Trabalho*, 13.8.1933.

<sup>1506</sup> Segundo João Freire, «O sindicalismo em Portugal até cerca de 1920 é fundamentalmente um sindicalismo de ofício, no que se refere às suas estruturas orgânicas. Na têxtil, há estruturas próprias de tecelões de seda, de tecelões mecânicos, de tecelões manuais, de fiandeiros. João Freire, *Anarquistas e operários... op. cit.*, p. 131. *Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p.131.

<sup>1507</sup> *Idem, Ibidem*, p.134.

<sup>1508</sup> *Idem, Ibidem*, p.195.

<sup>1509</sup> *Idem, Ibidem*, p.162.

transformador».<sup>1510</sup> Para estes operários, era importantíssimo o «conceito de ação direta» que João Freire clarifica num trabalho sobre anarco-sindicalismo:

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, e concretizava-se na defesa do relacionamento direto entre trabalhadores sindicalizados e patronato para o estabelecimento das suas condições de remuneração e de trabalho, quer através de meios pacíficos como o acordo e o contrato coletivo, quer por via de meios de pressão como a greve, o boicote ou as ações de solidariedade (e, eventualmente, a sabotagem), com repúdio da intervenção do Estado e das suas instituições (polícia, tribunais, força armada) para a resolução destes diferendos.<sup>1511</sup>

O jesuíta tortosendense, Lúcio Craveiro da Silva, na sua obra *Movimento Operário*, acrescenta a respeito da ação operária:

Mas [para] o ímpeto que arrasta o movimento (...) Não basta tender à elevação individual do operariado, ao seu aperfeiçoamento técnico e cultural, às exigências e direitos da pessoa humana. (...) O movimento operário propõe ainda uma elevação ou promoção da classe operária inteira, o que supõe um plano mais vasto e exigente.<sup>1512</sup> Desde há muito que ele [o operário] se convenceu que a sua promoção tem de ser solidária;<sup>1513</sup> «Eis que o movimento operário ambiciona como objetivo final: salvar o operário mas através dum movimento próprio, salvar o indivíduo mas através da libertação geral da classe operária.<sup>1514</sup>

Também os anarquistas portugueses assumiram estas ideias e passaram a atuar nos sindicatos com o objetivo de lhes imprimir maior autonomia, solidariedade e insistência na ação direta, tentando transformá-los em agremiações de luta dos trabalhadores assalariados em prol da sua emancipação social.»<sup>1515</sup>

O ideal da emancipação é já vivido pelos operários de Tortosendo e expresso, entre outros, por Ernesto Craveiro, secretário da Associação de Operários da Indústria Têxtil local, no *Alvor*. Este dirigente saúda fraternalmente os trabalhadores de todo o mundo, «para que cheguemos mais depressa à meta que almejamos: a Emancipação integral da Família trabalhadora.»<sup>1516</sup>

---

<sup>1510</sup> *Idem, Ibidem*, p.162. «A importância dada ao conceito de unidade, por exemplo, ilustra as diferenças que o separam de sociais-democratas e de bolchevistas.», p. 197.

<sup>1511</sup> João Freire, «Anarco-sindicalismo» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 101.

<sup>1512</sup> Lúcio Craveiro da Silva, *O Movimento Operário*, Braga, Livraria Cruz, 1957, p.91.

<sup>1513</sup> *Idem, Ibidem*, p.92.

<sup>1514</sup> *Idem, Ibidem*, p.93.

<sup>1515</sup> João Freire, «Anarco-sindicalismo» ... *op. cit.*, p. 101.

<sup>1516</sup> *Alvor*, Tortosendo 27 de outubro de 1931, N.º único e Comemorativo.

**Ernesto Craveiro Ramos** (Tortosendo, 1903 – 1985)

Em finais dos anos 20 e primeiros de 30, pertenceu àquele grupo de operários que reorganizaram a Associação de Classe e que ainda que com pouca formação escolar, colaborou em jornais de classe como *O Trabalho*. Com ele partilharam nessas lutas outros homens como António Joaquim Gervásio, José Pereira de Matos, Joaquim Dias, José Laço Pinto, António Mendes, José Calado, Leopoldo Canhoto e outros. Já nesta altura se pugnava por melhores tabelas salariais, melhores horários e condições de trabalho, melhores habitações e outros benefícios para os operários.

Foi presidente da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, após a reorganização da mesma. Colaborou no jornal *Alvor*, número único, comemorativo do segundo aniversário da Reorganização. Em 1976, foi presidente do Centro de Convívio da Terceira Idade.

José Rodrigues Ribeiro

Já quanto à solidariedade, os sindicatos criam, frequentemente, estruturas de entreajuda no seu seio, quer em relação ao risco de falta de trabalho ou desemprego, quer para fazer face a problemas de doença, acidente ou morte que possam afetar os seus sócios, quer ainda perante as consequências da atividade militante.<sup>1517</sup> «A solidariedade prestada nas oficinas aos operários, quando doentes ou despedidos injustamente, é também uma regalia incontestável que só as classes operárias organizadas podem usufruir<sup>1518</sup> Ainda Ernesto Craveiro sustenta:

Convençamo-nos que só unidos e norteados pelos são princípios da Solidariedade Humana, seguindo à risca as prescrições das Associações Profissionais, poderemos conseguir as regalias indispensáveis a que temos incontestável direito.»<sup>1519</sup>

Em *O Trabalho*, defende-se também:

Ele [o operário] que ontem não ligava importância ao infortúnio do seu camarada, sempre que a doença ou qualquer azar o procurava, hoje criou grupos mutualistas, pequenas células que existem em quase todas as oficinas<sup>1520</sup> Tudo, efeitos da organização operária.

No mesmo jornal, insiste-se ainda que embora o objetivo primeiro da luta associativa seja a defesa das melhorias económicas e sociais das classes trabalhadoras, essa luta pretende ainda «aperfeiçoar a mentalidade dos povos e criar neles a solidariedade inquebrantável, que (n)os há-de conduzir a um melhor equilíbrio social de mais justiça e equidade. Relembra uma vez mais:

é, pois, necessário estender e intensificar essa luta no campo sindical, ao princípio mutualista e na ação cooperativista, através dos quais «firmará o seu futuro e dos seus em bases de mais sólido e seguro bem - estar que só a solidariedade dos trabalhadores poderá garantir.<sup>1521</sup>

---

<sup>1517</sup> João Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p.157.

<sup>1518</sup> *O Trabalho*, 16.4.1933.

<sup>1519</sup> *Alvor*, Tortosendo 27 de Outubro de 1931, N.º único e Comemorativo.

<sup>1520</sup> *O Trabalho*, 21.8.1932..

<sup>1521</sup> *O Trabalho*, 22.1.33.

No Tortosendo, a Associação de Classe procura exercer a sua ação pedagógica neste campo. Para tal, chama José Ramalho, operário covilhanense do Centro Socialista e responsável na Associação de Classe, nos primeiros anos da sua existência, um acérrimo defensor do mutualismo, a fazer uma palestra no Tortosendo, sobre «Vantagens do Mutualismo». A sessão decorreu no Parque-cinema e, à mesma, assistiu «numerosíssima assistência».<sup>1522</sup> O tema suscitou entusiasmo, pois em *O Raio*, diz-se que a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo estuda a maneira de fazer naquela vila, a instalação de uma filial da Associação de Socorro Mutualista da Covilhã.<sup>1523</sup> Posteriormente, o operário António Gervásio, outro responsável na Associação do Tortosendo, em carta aberta, em *O Trabalho*, questiona a direção da Associação Mutualista Covilhanense, se não seria possível «criar uma célula no Tortosendo para beneficiarem esses Covilhanenses que se viram privados dos benefícios da Mutualista», porque vieram viver para o Tortosendo e muitos outros».<sup>1524</sup>

Anticlericalismo - No período em estudo é já patente o anticlericalismo operário em *O Raio* ou em *O Trabalho*. O anticlericalismo<sup>1525</sup> verbal surge, de forma aberta, em *O Raio* por parte de elementos de grupos de elite ligados ao operariado. Em agosto de 1931, em *O Raio* pode ler-se: «O nosso povo não é católico, apostólico, romano, como espalham em cada momento, porque o catolicismo é a religião da morte, dos cilícios, das penas eternas.»<sup>1526</sup> Passada uma semana, um outro colaborador aponta «o fanatismo religioso, uma das heranças da monarquia, como obstáculo à religião do povo»<sup>1527</sup>. Em fevereiro do ano seguinte, ainda em *O Raio*, defende-se uma posição mais conciliadora, porque embora se apontem os seminários «como focos de mutilação moral e mental»<sup>1528</sup>, no que respeita a «Limites Confessionais», a fórmula deve ser esta: «liberdade no domínio espiritual a todas as confissões religiosas, mas restrição absoluta no domínio temporal.»<sup>1529</sup> Mas passado pouco tempo, ainda no mesmo jornal, o tortosendense Américo Ribeiro defende que não basta o desinteresse pelo problema religioso. Vai mais longe e sugere que tem de se «hostilizar uma religião que só nos tem servido de

---

<sup>1522</sup> *O Raio*, 9.7.1933.

<sup>1523</sup> *Ibidem*, 9.7.1933.

<sup>1524</sup> *O Trabalho*, 13.11.1932.

<sup>1525</sup> E m ponto posterior deste trabalho, analisaremos alguns pressupostos teóricos do anti-clericalismo.

<sup>1526</sup> *O Raio*, 20.8.1931.

<sup>1527</sup> *Ibidem*, 27.8.1931.

<sup>1528</sup> *Ibidem*, 21.2.1933

<sup>1529</sup> *Ibidem*, 12.2.1933.

empecilho, mancomunando-se com os piores déspotas» e «brilhar lugubrememente à luz das fogueiras de S. Bartolomey e dos morticínios de Languedoc?»<sup>1530</sup>

Em Tortosendo, e logo em 1929, assestam-se baterias contra os padres Marianos que permaneceram em Tortosendo, de 1921 a 1934.<sup>1531</sup> Em *O Raio* sugere-se que «a maquia que [estes padres] juntam na vila do Tortosendo e vai para Espanha», «que antes se dê aos pobres do que aos Marianos».<sup>1532</sup> A polémica continua e Raúl Ribeiro insurge-se contra o facto de «os padres Marianos porem a circular pelas casas uns santos, com caixas de esmolos. Já lhes não chega as ajudas das senhoras endinheiradas.»<sup>1533</sup> Embora por final do mês, se diga que a «Senhora a... dias» dos Marianos foi proibida pelo Bispo da Guarda<sup>1534</sup>, afinal continua a circular, sem mealheiro. De toda a maneira se pedem esmolos com fins caritativos.<sup>1535</sup> Para além disso, em 1931, chamara-se a atenção dos trabalhadores, eventualmente dos que duvidassem do procedimento dos padres Marianos, para o seguinte:

(...) as regalias que presentemente [os operários] desfrutam foram alcançadas à custa do esforço sindical, porque a igreja apesar da sua longa existência, nunca arriscou uma palavra a favor dos desprotegidos. Ainda, agora, onde a fome invadiu os lares dos trabalhadores sem trabalho, qual foi o esforço despendido por suas reverências (os padres Marianos)?!... Que nós saibamos, nenhum. Pois ao contrário a atual direção da Associação dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo, nomeou uma comissão angariadora de donativos que conseguiu arranjar cerca de oito mil escudos, os quais foram distribuídos pelos operários desempregados.<sup>1536</sup>

Em *O Raio* divulgam-se os enterros civis da Covilhã, defendendo-se a sua prática.<sup>1537</sup>

O idealismo republicano. A voz de membros da elite ligada ao operariado ergue-se em defesa da pureza dos ideais republicanos, apresentando a República versus Religião:

Somos chegados aos pódmomos duma nova religião, que se espalha pelo mundo. Nem senhores, nem servos. Nem patrões, nem operários. Desapareçam as castas e as classes. Haja no mundo uma só grande família: - a dos trabalhadores.<sup>1538</sup>

Não admira que, em antítese aos «10 mandamentos da Lei de Deus», se ofereçam «Os 10 mandamentos dos Republicanos».

---

<sup>1530</sup> *Ibidem*, 17.4.1932.

<sup>1531</sup> *Onda Claretiana*, s.d. A animosidade do pároco local e pretensos atos menos edificantes praticados por um membro da comunidade local levam a que todos se dispersem e abandonem residência, a 15 de dezembro de 1933.

<sup>1532</sup> *Raio*, 17.11.1929.

<sup>1533</sup> *O Trabalho*, 10.7.1932.

<sup>1534</sup> *O Raio*, 19.4.1931

<sup>1535</sup> *Ibidem*, 14.8.1932.

<sup>1536</sup> *O Trabalho*, 13.12.1931

<sup>1537</sup> *O Raio*, 23.12.1934

<sup>1538</sup> *Ibidem*, 24.6.1931.

#### «OS 10 MANDAMENTOS DOS REPUBLICANOS».

- 1.º Amar a Pátria e a República, defendo-as com ardor de todos os ataques, venham de onde vierem, para o que devem manter-se sempre unidos e irmanados num ideal comum
- 2.º Promover pela palavra e pelo exemplo o seu engrandecimento e dignificação, acatando e fazendo acatar as suas leis basilares.
- 3.º Fomentar por todos os meios ao seu alcance o progresso da instrução e do desenvolvimento duma cultura mais sólida, perfeita e científica.
- 4.º Assinar e divulgar a imprensa republicana.
- 5.º Prestar assistência real e efetiva a todos os republicanos que dela necessitem. 6.º – Appreciar com serenidade os atos dos homens públicos que pela República se têm sacrificado, não fazendo juízos temerários ou erróneos que possam afetar a sua reputação, e que atingirão em última análise, o Regime.
- 7.º Manter viva e inalterável a fé nos destinos da Democracia, sem tergiversões, nem pusilanimidades.
- 8.º Ensinar os filhos no culto da Verdade e Fraternidade humanas, sem dogmas ou preconceitos arcaicos.
- 9.º Abolir a caridade, por deprimente, substituindo-a pela solidariedade, - dever que sobre todos impede de auxiliar o próximo.
- 10.º Manter absoluta coerência em todos os atos da sua vida, ainda que à custa da sua tranquilidade e bem -estar. (Manuel Borges Grainha)<sup>1</sup>

Fonte: *O Raio*, 24.6.1931.

### 1.6 Os Sindicatos Nacionais: antecedentes

Segundo Fernando Rosas, «a ditadura, a partir de julho de 1926, mantém, abertos os sindicatos existentes e a sua imprensa, até 1933.<sup>1539</sup> «Pode dizer-se que entre 1926 e 1930-31, as organizações anarco-sindicalistas e comunistas, num contexto de claro abrandamento da conflitualidade social, apostam tudo e tudo sacrificam no apoio ao reviralhismo, sem evidenciarem uma estratégia e uma tática próprias, sem mesmo negociarem politicamente o seu apoio ao republicanismo revolucionário. (...) A situação conhece alguma mudança no início da década. Desde logo, porque se começaram a fazer sentir em 1930, agravados em 1931, os efeitos da depressão internacional. O desemprego cresce e o patronato, apertado pela crise e seguro do apoio da nova situação política, aumenta as jornadas de trabalho, baixa os salários mesmo em termos nominais e despede sem grandes contemplações. Em 1930, voltam a registar-se greves de algum impacto e há uma nítida reanimação da luta económica e da atividade sindical.»<sup>1540</sup>

<sup>1539</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.230.

<sup>1540</sup> Idem, *Ibidem*, p. 231.

■ CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS E OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL - 1932

Para Francisco Canais Rocha, «em 1931, os católicos tentam fundar sindicatos católicos. Pensavam que Salazar permitiria tal coisa. O seu esforço foi em vão, pois apenas na Serra da Estrela (Covilhã, Loriga, Guarda e Lamego) conseguem algum sucesso, fundando sindicatos de lanifícios e da construção civil. Mas, quando chegou a fascização dos sindicatos, foram obrigados a integrarem-se na organização corporativa.»<sup>1541</sup>

Justamente, em julho de 1931, na Covilhã, operários católicos que vêm assumindo algum protagonismo, tendo em vista a criação de um sindicato, queixam-se da «atitude desleal, vexames e perseguições por parte de dois ou três *meneurs* [da Associação de Classe] que, às ordens de alguns políticos adversos à Ditadura, abusam despudoradamente da bondade do operariado da Covilhã»<sup>1542</sup>, polémica que se vai alimentando entre as duas facções. Em 15 de maio de 1932 (15 de maio, data gloriosa que os operários católicos de todo o mundo festejam), foram fundados os sindicatos dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e Construção Civil, sindicatos católicos» E esclarecem:

Sim, porque foi em 15 de maio de 1891 que se levantou a voz do Santo Padre Leão XIII publicando a sua Encíclica *Rerum Novarum* na qual se preocupava sobretudo com a redenção dos operários. (...) Mas passados 40 anos (...) surge de novo, e mais enérgico, o grande Papa Pio XI, publicando a sua Encíclica, *Quadragesimo Anno*, dizendo a todo o mundo que era preciso trabalhar a favor do operário, condenando a miséria imerecida e a riqueza sem limite.<sup>1543</sup>

Simultaneamente, este Sindicato <sup>1544</sup> funda um jornal, para porta-voz e arauto das suas ideias - *A Voz dos trabalhadores*. Os elementos de esta nova organização operária cristã assumem que «se honram de ter um padre como seu diretor, pois não prescindem da moral, nem da religião». Mas os socialistas e comunistas, em *O Trabalho*, insurgem-se contra o que consideram uma «intromissão», porquanto, dizem ele, o «padre não pode defender os interesses das classes, tem relações amistosas com o industrial e com o capitalista.»<sup>1545</sup>

---

<sup>1541</sup> Francisco Canais Rocha, *Ibidem*, p. 86. «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical, p. 86.

<sup>1542</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.7.1931.

<sup>1543</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 15.05.1933.

<sup>1544</sup> Em agosto, informam o presidente da Câmara que os seus Estatutos já estão devidamente aprovados. Of. de 24.8.1932, ACMC, *Corresp. Recebida - Câmara*, Maço n.º 1629, 1932.

<sup>1545</sup> *A Voz dos Trabalhadores*, 15.5.1932.



Em julho, a direção da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã torna público que o encerramento da sua sede é «devido à solidariedade dos operários na oficina desse industrial [Manuel Abílio], pelo despedimento de dois companheiros<sup>1546</sup>. Mais esclarecem que «é falso terem encontrado na Casa do Povo, qualquer coisa comprometedora»; a reabertura verifica-se passado pouco tempo, embora alguns industriais «maldosamente», julgassem já «desmantelada» a organização operária.<sup>1547</sup> Defende-se, em continuação que, «no momento que passa»<sup>1548</sup> é, pois necessário, que os operários da Covilhã continuem cada vez mais organizados nos sindicatos. Em finais de agosto, é o próprio *O Trabalho* que informa que foram aprovados os estatutos da Associação dos «Cacarros» (Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria Têxtil) e houve, como diz o correspondente da «Voz» nesta cidade grande regozijo. Critica-se a atitude de alguns sem concretizar.<sup>1549</sup>

O mau ambiente entre os operários aderentes ao Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e os da Associação de Classe continua. Consta, por exemplo, que numa determinada fábrica, os atadores se recusam a trabalhar para os tecelões filiados no primeiro dos Sindicatos pelo que o respetivo industrial proibiu aos atadores que fizessem serviço aos outros tecelões.<sup>1550</sup> Em setembro, assiste-se a uma polémica aberta entre as duas fações, nos respetivos jornais. Assim, os primeiros, na *Voz dos Trabalhadores*, criticam a falta de tolerância dos «comunistas e anarquistas» da Casa do Povo - os «malhados» -, que avisaram que não iriam a Santarém, caso a embaixada [covilhanense que acompanhava o Orfeão] incluísse representantes dos «cacarros» (elementos do Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e Construção Civil). Imposição que, aliás, os responsáveis do Orfeão não aceitaram.<sup>1551</sup> Acusam-se mutuamente: os elementos do Sindicato acusam os da Casa do Povo de «comunistas», dizem eles, «com provas»<sup>1552</sup>: «Toda agente sabe, na Covilhã, que foram apreendidas em Lisboa, numa célula comunista, as fichas de indivíduos filiados na Casa do Povo. (...) É ou não verdade que chegaram a ser presos dois comunistas da Casa do Povo? (...) É ou não verdade que estava preparado para o dia 29 de fevereiro um movimento reviralthista-comunista e que abortou em virtude das

---

<sup>1546</sup> *O Trabalho*, 3.7.1932.

<sup>1547</sup> *Ibidem*, 17.7.1932.

<sup>1548</sup> *O Trabalho*, 10.7.1932.

<sup>1549</sup> 28.8.1932.

<sup>1550</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 15.7.1932.

<sup>1551</sup> *Ibidem*, 15.9.1932.

<sup>1552</sup> *Ibidem*, 15.10.1932.

providências do Governo?» «Os da Casa do Povo» tentam desmistificar, desde logo, com o argumento:

Hoje qualquer pessoa que defenda princípios de equidade e justiça e que preconize um melhor equilíbrio social que liberte os trabalhadores da miséria e escravidão em que vivem, é logo alcunhada de bolchevista.<sup>1553</sup>

«Os da Casa do Povo» mantêm a acusação que os sindicatos católicos são retintamente defensores da classe patronal.<sup>1554</sup>

Precisamente, quando da visita a Santarém, uma numerosa representação dos operários católicos da Covilhã foi junto da presidência do Governo.<sup>1555</sup> Foi recebida pelo chefe de gabinete e apresentou as suas «justas reclamações», através de uma exposição. Nesta se refere que a indústria nacional de tecidos de lã está caminhando, dia a dia, para uma completa ruína. Como motivos apresentam: ambição desmedida e desorganização. A concorrência, proveniente dessa desorganização, leva os industriais a sacrificar o preço do metro e, conseqüentemente, a baixar o salário dos operários. Apresentam, no entanto, algumas medidas para resolver esses problemas:

1) A criação de uma inspeção de trabalhos encarregada de fazer cumprir em todo o País a legislação de caráter social, como horário de trabalho, proteção a mulheres e crianças 2) A criação de um organismo oficial que fiscalize e garanta a genuinidade e a pureza das matérias-primas empregadas e faça cumprir as tabelas de preços uniformes para todo o país 3) O estabelecimento do salário mínimo individual para todas as classes 4) O estabelecimento das Caixas de Compensação para a distribuição do salário familiar 5) A reforma na invalidez para todos os trabalhadores.<sup>1556</sup>

#### ■ ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DO TORTOSENDO: «O CANTAR DO CISNE»

Em Tortosendo, em janeiro de 1933, reuniu a assembleia-geral ordinária da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil, a fim de apresentar e discutir o relatório de contas referente a 1932, bem como a lista dos novos corpos gerentes para 1933. Ernesto Craveiro Ramos foi indigitado para presidir à direção.<sup>1557</sup>

Em março, na Covilhã, vendo-se perigar a Associação, em *O Trabalho*, surgem apelos à união dos trabalhadores. A direção da Associação de Classe lança, igualmente, um apelo, depois de uma clara alusão ao Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios»<sup>1558</sup>:

---

<sup>1553</sup> *O Trabalho*, 16.10.1932

<sup>1554</sup> *Voz dos Operários*, 30.9.1932.

<sup>1555</sup> Adiante, apresentar-se-á o conteúdo do documento.

<sup>1556</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 1.12.1932.

<sup>1557</sup> *O Trabalho*, 22.1.1933.

<sup>1558</sup> *O Trabalho*, 19.3.1933.

Na fase que a classe operária atravessa, presentemente, em que a classe patronal, escudada com os clericais, pretende fazer volver os trabalhadores aos tempos de submissão, resta-nos tornar cada vez mais compacta a nossa união, tornando-a invulnerável aos ataques traiçoeiros dos nossos inimigos. (...) União compacta, solidariedade espontânea, devem ser a preocupação de cada trabalhador.

Também a União local dos Sindicatos lança idêntico apelo:

Trabalhadores! Agrupai-vos nos sindicatos profissionais, pois só assim podereis contribuir com o vosso esforço para se tornar forte a organização operária e, por esta forma, ela poder fazer valer os seus direitos.<sup>1559</sup>

Apelos deste tipo repetir-se-á, em *O Trabalho*, mesmo que não identificados: «só unidos e acolhidos nos nossos respetivos sindicatos, (...) poderemos cuidar dos nossos direitos, da nossa instrução e da nossa própria técnica, etc.»<sup>1560</sup>

Em 24 de abril, o governador civil defere o programa proposto pela Associação de Classe do Tortosendo, para a comemoração do 1.º de Maio.

#### PEDIDO PARA COMEMORAR O 1.º DE MAIO



Fonte: ADCB, Governo Civil, 26.4.1933

Entretanto, na Covilhã, o Dia 1.º de Maio foi comemorado com normalidade. Do programa desse dia, *O Trabalho* observou o seguinte:

Foi [dia] grande nesta cidade. Não há lembrança de uma manifestação tão majestosa, que tanto demonstrasse a união das classes trabalhadoras deste centro fabril.» Todas as classes organizadas: têxteis, construção civil, metalúrgica, empregados de comércio, chauffeurs, manufatores de calçado, etc. «se uniram numa mesma comunhão de ideias, para comemorar a data trágica que enlutou a família trabalhadora mundial, pois perdeu na luta defensiva travada contra a burguesia, no dia 1 de Maio de 1886, alguns dos mais ativos e inteligentes

<sup>1559</sup> *Ibidem*, 16.4.1933.

<sup>1560</sup> *Ibidem*, 28.5.1933.

precursores do nobre ideal que há-de conduzir a humanidade à sua integral emancipação».

A sessão decorreu no salão da Casa do Povo. Na noite de domingo, realizou uma Conferência o Sr. Bourbon e Meneses. António Lopes Jorge, «em homenagem às mulheres que se encontravam presentes em grande número, exortou-as a que se interessassem mais pelas questões associativas, pois, em parte, delas depende também o fracasso ou o êxito dos movimentos proletários.» Na manhã seguinte, depois da alvorada, realizou-se um cortejo em que se incorporaram mais de 3 000 pessoas. Depois do cortejo percorrer as diferentes ruas da cidade, regressou à casa do Povo, onde se realizou uma sessão de propaganda. Nesta sessão, «O operariado da Covilhã (que incluía os trabalhadores do Tortosendo), reunido para apreciar a sua situação moral e material, assim como o estado geral da organização operária através de todo o País,» resolveu reclamar dos poderes do estado as seguintes medidas, que reputa cheias de justiça, contidas numa moção que foi aprovada: <sup>1561</sup>

1º Liberdade completa de imprensa e reunião, de forma a poder fazer-se ouvir nas suas justas aspirações. 2º Amnistia ampla a todos os presos políticos. 3º Reabertura de todos os sindicatos profissionais encerrados. 4º Instituição de um salário mínimo para todos os operários de ambos os sexos, de acordo com as suas necessidades. 5º Cumprimento integral do horário de trabalho de oito horas. 6º Abolição pura e simples do imposto dos 2% para o fundo de desemprego, e que o mesmo fundo se constitua a expensas do patronato e do Estado. 7º Que aos patrões não seja permitido servir-se dos desempregados auxiliados pela verba do desemprego. 8º Que uma maior proteção seja dada aos menores e mulheres nas oficinas. 9º Se construam casas higiénicas a preços módicos para as classes menos abastadas. 10º Que seja o máximo respeitada a prisão de todos aqueles indivíduos que tiveram a desdita de dar entrada nos calabouços ou nas esquadras de polícia. 1.º Construção de um bairro de cem casas para as classes em questão. 2.º A construção de um balneário, no qual toda a gente possa banhar-se por um preço módico. 3.º A construção de três lavadores públicos, para que as classes pobres possam lavar a roupa, sempre que disso careçam. 4.º Darem conhecimento deste documento à respetiva entidade.

O Sindicato dos Empregados e Operários segue em frente. Em 15 de maio de 1933, festejam a passagem do 1.º Aniversário dos «nossos queridos sindicatos», com missa, sessão solene em que de «uma maneira especial foram saudados os nossos queridos camaradas de Manteigas, Unhais, Tortosendo e Aldeia de Carvalho que quiseram vir até nós partilhar da nossa alegria.»<sup>1562</sup> O que leva a crer que o Sindicato abrangia empregados e operários de outras povoações limítrofes. Em agosto, *A Voz dos*

---

<sup>1561</sup> *Ibidem*, 7.5.1933 e 1.5.1933. Este foi inteiramente dedicado à efeméride do 1.º de Maio.

<sup>1562</sup> *A Voz dos Trabalhadores*, 1.6.1933.

*Trabalhadores*, ao longo de três números, faz a apologia da nova organização corporativa. No segundo, defende-se a ideia da seguinte forma<sup>1563</sup>:

E ninguém pode negar que há uma certa comunidade de interesses entre todos os indivíduos da mesma profissão. Desde o patrão até ao mais modesto empregado de uma empresa, todos interessados em que ela prospere e se desenvolva. E sendo assim, é evidente que a melhor reforma do Estado é aquela que promover a leal colaboração dos diversos elementos que constituem a profissão ou sejam os grupos corporativos.

O mesmo jornal operário anuncia a publicação dos decretos do governo, sobre a organização corporativa do Estado: Estatuto do Trabalho Nacional, Grémios Patronais, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e casas económicas. Conclui que «não concorda, em absoluto, mas é melhor que nada».<sup>1564</sup> No *Notícias da Covilhã*, ainda em agosto, surgem esclarecimentos sobre sindicatos nacionais:

O Estado só reconhece como entidade de direito público um único sindicato nacional por categorias profissionais. Estes sindicatos têm de viver em colaboração com o Estado, não lhes sendo permitidas ligação internacionais, nem podem ser animados pelo espírito de luta de classes, vindo a substituir o conceito obsoleto da Associação de Classe.<sup>1565</sup>

Em *O Raio*, questionam-se os novos sindicatos de forma indireta: «Lá de fora, porque sabem que na Covilhã existe uma organização, operária regularmente montada, perguntam-nos o que pensam os trabalhadores dos novos decretos-lei, vindos recentemente à publicidade, pelo subsecretário das Corporação. Nada nos consta, de nada sabemos. Possivelmente, os trabalhadores limitam-se a aguardar os acontecimentos até 31 de dezembro não esquecendo que, num dos decretos se concede direito de prioridade às associações de classe que já estejam a funcionar e que mais se aproximem das ideias do Estado Novo. Mas conclui-se pela inevitabilidade. «E ao encerrar-se o movimento dos trabalhadores na Covilhã, será oportuno lembrar-se que ele prestou magníficos serviços à educação, à economia, à tranquilidade e aos progressos da sua e nossa terra:

Uma organização que tem a página brilhante de, só por si, contribuir com mais de 45 contos anuais para a manutenção do Albergue dos Inválidos do Trabalho; que não se fecha a quaisquer obras de benemerência social, mas antes contribui generosissimamente; uma organização que modificou o ambiente de algumas aldeias; uma organização que fez prosperar a assistência através do socorro mútuo e do cooperativismo, pode, pela doutrina da lei, deixar de servir a coletividade. Sim pode. Mas não esquece. E mais lembrará quando o seu lugar for ocupado por outras

---

<sup>1563</sup> *Ibidem*, 1.8.1933.

<sup>1564</sup> *Ibidem*, 15.8.1933.

<sup>1565</sup> *Notícias da Covilhã*, 13.8.1933.

instituições que sirvam os desígnios de confissões religiosas e mais nada. Temos a convicção de que há-de, um dia, escrever-se essa página brilhante.<sup>1566</sup>

## 1.6 Sindicatos Nacionais: a inevitabilidade

*«Abre-se, um período de cerca de 40 anos de um sindicalismo para-estatal sem movimento operário, de sindicatos sem possibilidade de fazer greve e sem livre negociação salarial, a despeito de alguns sucessos pontuais das táticas de “entrismo”.»<sup>1567</sup>  
João Freire*

O Estatuto do Trabalho Nacional foi promulgado pelo Decreto-Lei nº 23 048 de 23 de setembro de 1933 e lançou as bases da doutrina corporativa portuguesa. Por sua vez, o Decreto -Lei nº 23 050 cria os «sindicatos nacionais»<sup>1568</sup>. Armando Serrano apresenta as competências dos sindicatos, de acordo com os princípios da legislação corporativa:<sup>1569</sup>

os sindicatos gozavam de personalidade jurídica, representando os interesses profissionais da respetiva categoria; exerciam as funções políticas conferidas pela Constituição aos organismos corporativos; eram chamados a dar parecer sobre os assuntos da sua especialidade quando consultados pelo Estado ou por organismos corporativos de grau superior; desempenhavam as funções de que eram incumbidos pelo regimento da corporação que integravam; promoviam a criação de instituições sindicais de previdência; podiam organizar agências de colocação de profissionais; podiam organizar cooperativas de produção e de consumo, assim como órgãos de imprensa de defesa dos interesses profissionais, económicos, intelectuais ou morais e elaboravam contratos coletivos de trabalho.

O mesmo autor alerta: «Qualquer reivindicação é tomada como alteração à ordem pública.»<sup>1570</sup> Portanto, «no regimento do espírito e da letra da legislação instituída em 1933, eram proibidas as greves»,<sup>1571</sup> mas tanto se proibia o direito à greve como o lock-out. Após a publicação da lei sindical, o semanário católico, *A Voz dos Trabalhadores*, opina:

A nova lei sobre corporações não consente que [os sindicatos] tenham, pela doutrina, pela ação e pela influência, ligação com Moscovo. Os diretores da Casa do Povo veem assim condenado seu condado. São obrigados a escolher entre a submissão inteira às diretivas da nova organização corporativa, ou a morte do seu morgadio.<sup>1572</sup>

---

<sup>1566</sup> *O Raio*, 13.8.1933.

<sup>1567</sup> João Freire, «Movimento operário» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/0, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.559.

<sup>1568</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, pag.186.

<sup>1569</sup> Armando Serrano, «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, janeiro de 1980, p.76.

<sup>1570</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>1571</sup> *Idem, Ibidem*, p. 77.

<sup>1572</sup> *Voz dos Trabalhadores*, 1.11.1933.

*A Voz dos Trabalhadores*, ainda, acrescenta em outras edições: «Bem sabemos que os Sindicatos Nacionais não os trazem bem impressionados, porque os vêm fazer recuar no caminho que tinham traçado.»<sup>1573</sup> Porque o decreto que cria os Sindicatos Nacionais «dá um golpe de morte no comunismo e liberalismo, causas principais de desordem no mundo económico e moral.»<sup>1574</sup> Conclui: «os elementos operários inimigos da organização corporativa do Estado (...) espalham o boato de que os sindicatos nacionais só foram criados para que o operário ganhe menos e trabalhe mais horas.» Mas «os sindicatos nacionais darão ao operariado regalias que os políticos nunca deram.»<sup>1575</sup> Apesar de os jornais serem visados pela censura, tanto *O Trabalho* como *O Raio* manifestaram a sua oposição em relação aos sindicatos nacionais.

---

<sup>1573</sup> *Ibidem*, 15.11.1933.

<sup>1574</sup> *Ibidem*, 1.12.1933.

<sup>1575</sup> *Ibidem*, 15.12.1933.

## **2 . Estabelecimento da Organização corporativa: Sindicatos Nacionais e Grémios 1934-1945**

No início de 1934, assiste-se à criação do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Lanifícios do distrito de Castelo Branco (SNOILDCB), cuja sede é estabelecida na Covilhã. Das suas funções, neste período merecerão especial realce: a contratação coletiva e a criação da Caixa de Previdência.

As relações patrões /operários e o anticlericalismo vão ser alvo de análise, bem como a presença do partido Comunista a alimentar a chama contestatária da Associação de Classe junto de uma elite operária que se impõe e é reconhecida pelos companheiros. Para os industriais é criado o Grémio dos Industriais de Lanifícios.

A crise dos lanifícios continuará sempre como pano de fundo, com maior incidência no período da Segunda Guerra Mundial, em que há falta de matérias – primas para a indústria, agravada com a carestia e falta dos alimentos.

### **2.1. Criação do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Lanifícios do distrito de Castelo Branco (SNOILDCB) , na Covilhã - 1934**

Precisamente no primeiro dia do ano de 1934, a *Voz dos Trabalhadores* informa que o subsecretário de Estado das Corporação e Previdência Social apresentou ao presidente do Conselho de Ministros os delegados do Instituto Nacional de Trabalho, que irão ser colocados nas capitais de distritos. Salazar, «com fé na organização corporativa», refere a missão desses delegados:

são os defensores natos dos que trabalham; conciliarão com espírito de justiça e de proteção do mais forte ao mais fraco; (...) procurarão o bem comum pela união dos principais fatores da riqueza pública e particular.<sup>1576</sup>

No dia seguinte, o presidente da Câmara da Covilhã é informado da nomeação do Dr. João Ubach Chaves para delegado do Instituto Nacional de Trabalho, no distrito de Castelo Branco,<sup>1577</sup> que funcionará na Covilhã.

Em meados de janeiro, «comunistas e anarquistas promovem uma greve geral revolucionária, contra a fascização dos sindicatos. O ponto central da agitação foi a Marinha Grande, mas em Coimbra, Barreiro, Setúbal e Lisboa rebentam bombas e

---

<sup>1576</sup> *Ibidem*, 1.1.1934.

<sup>1577</sup> Ofício do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de 2.1.1934, AMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Maço n.º 1631*.



paralisa-se, por vezes, o trabalho».<sup>1578</sup> O movimento sindical sofre uma pesada derrota, os seus dirigentes acabam na prisão e «suprimem-se as liberdades sindicais».<sup>1579</sup>

Ainda no mês de janeiro, enquanto o Diário de Governo publicou uma lista das diferentes associações de classe e profissionais,<sup>1580</sup> o *Notícias da Covilhã*, em relação ao destino das Associações de Classe, esclarece que há um número relativamente pequeno que «ostensivamente votou contra a nova legislação»; mas «grande número reformou já os seus estatutos.»<sup>1581</sup> Em fevereiro, o subsecretário das Corporação e Previdência Social, Dr. Teotónio Pereira, realizou mais três conferências sobre Corporativismo, com vista à catequização dos operários. Das três, retiramos um princípio comum:<sup>1582</sup>

Aos sindicatos nacionais e aos grémios patronais cabe estudar e resolver, dentro de cada categoria económica e profissional, os problemas que mais lhes interessa, com plena consciências das responsabilidades recíprocas. Onde surgirem dificuldades ou hesitações, o Estado intervirá por intermédio dos Tribunais de Trabalho, para dizer a última palavra, cessando por esta forma a encarniçada luta de classes, que gerou manifestos prejuízos para as próprias classes e para a própria vida social.

Em maio de 1934, *O Raio* lembra que o dia 1.º de Maio na Covilhã foi considerado feriado pela primeira Comissão Administrativa Municipal e que se tem mantido como tal. Posteriormente, o *Notícias da Covilhã* refere a forma como decorreram as celebrações do 1.º Maio, agora designado por «Dia do Trabalho», e aproveita para criticar o cariz das celebrações anteriores:

Decorreu com toda a tranquilidade em todo o país o 1º de Maio, outrora tão agitado e tão cheio de sinistras preocupação, motivadas por uma ideologia que durante anos andou a transviar o operariado dos seus verdadeiros e legítimos interesses.

No entanto, deve dizer-se que os operários pertencentes à Associação de Classe ainda puderam reunir-se, normalmente, nesse dia.<sup>1583</sup> Dessa reunião, saiu uma petição para enviar à Câmara, da qual se realça:

1) A construção de um Bairro de cem casas. 2) A construção de um balneário, no qual toda a gente possa banhar-se por um preço módico. 3) A construção de três

---

<sup>1578</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia, op. cit.*, p. 187. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, pag.187.

<sup>1579</sup> Apesar de não se conhecerem reações por parte do operariado do Tortosendo, devia temer-se a sua reação, pois «segundo informação do comandante da GNR não há pessoal para a criação dos postos daquela Guarda nas vilas de Tortosendo e Cernache de Bonjardim,» sinal de que um posto havia sido pedido. GCDTB E/B Corresp. Recebida, 2ª Secção, 1933-34, 01, Cx 028. Ministério do Interior Gabinete do Ministro 8.1.1934.

<sup>1580</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.1.1934.

<sup>1581</sup> *Idem*, 21.1.1934.

<sup>1582</sup> *Ibidem*, 25.2.1934.

<sup>1583</sup> 38.ª Sessão 26.5.1934. Of. da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil., *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 59 de 11 de janeiro de 1933 a 6 de setembro de 1934.

lavadouros públicos para que as classes pobres possam lavar a roupa, sempre que disso careçam.

Mas com o avançar do tempo, «fora da atividade sindical ainda consentida, o movimento libertário denotava dificuldades em subsistir na clandestinidade. A cultura libertária jamais se adaptaria à cultura leninista da clandestinidade.»<sup>1584</sup>

Com o fracasso da greve geral revolucionária de 1934, a classe operária entra no período mais difícil da sua história. Para Fernando Rosas, «a fascização dos sindicatos e a repressão científica diferem das brutalidades republicanas por serem sistemáticas e preventivas. Não admira pois que, durante os trinta negros anos que constituem esta época, a oposição seja quase sempre clandestina ou tome características especiais, tais como as greves e movimentos espontâneos, a *cera*<sup>1585</sup>, ou se manifeste através de campanhas de assinaturas.»<sup>1586</sup>

Em março de 1934, foi aprovado oficialmente, com sede na Covilhã, o Sindicato Nacional dos Motoristas do distrito de Castelo Branco<sup>1587</sup>. Na mesma fonte, para além de se anunciar que está para breve a aprovação dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria da cidade, acrescenta-se que «estão em vias de se associarem na organização corporativa do Estado Novo os operários da indústria têxtil desta cidade, criando um sindicato nacional.»<sup>1588</sup> Em junho, o Sindicato Nacional dos Empregados e Técnicos dos Lanifícios do Distrito de Castelo Branco recebe os estatutos devidamente aprovados e o alvará que aprovou a comissão organizadora.<sup>1589</sup> De acordo com Fátima Patriarca, foi um processo que decorreu de forma mais rápida, porque «entre os que aderem e se transformam em sindicatos nacionais», conta-se o dos Sindicatos Católicos dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e da Construção Civil da Covilhã.<sup>1590</sup>

Finalmente, em agosto, para descanso da organização corporativa, foi inaugurado o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Castelo Branco, com sede na Covilhã, «facto culminante para a vida do operariado covilhanense nas

---

<sup>1584</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974), in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.233.

<sup>1585</sup> *Cera* - Fazer que se trabalha.

<sup>1586</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974), in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.233.

<sup>1587</sup> *Ibidem*, 11.3.1934.

<sup>1588</sup> *Ibidem*, 11.3.1934.

<sup>1589</sup> O *Notícias da Covilhã*, 10.06.1934. Of. do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência 5.9.1934 GCDTB E/B, *Corresp. Recebida, 1ª Secção*, 1933-1934, 01, Cx. 009.

<sup>1590</sup> Fátima Patriarca «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. XXVI (110), 1991 (1.º), p. 30.

suas relações necessárias com o Estado Corporativo», no entender do *Notícias da Covilhã*.<sup>1591</sup> O presidente da Câmara da Covilhã foi convidado pela Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Operários de Lanifícios deste distrito para assistir à inauguração solene do mesmo sindicato, no Teatro Covilhanense.<sup>1592</sup>

Ainda, conforme o *Notícias da Covilhã*, para o bom êxito da organização corporativa, muito contribuiu o Dr. Ubach Chaves, digno delegado do INT, na cidade. Para este responsável, «nesta hora, os nossos louvores, extensivos a toda a classe operária sindicalizada que tão bem soube compreender as largas vantagens morais e materiais que lhe advirão da inauguração do seu sindicato, pondo de parte velhos preconceitos e ilusórias esperanças que ainda os prendiam às antigas associações de classe, que o Estado Novo aboliu em benefício do operariado.»<sup>1593</sup>

Em dezembro de 1934, foi sancionada a eleição dos corpos gerentes do mesmo Sindicato, com sede na Covilhã. Como forma de apoio, a Câmara «autoriza os Serviços Municipalizados a fornecerem energia elétrica e água para gastos normais, a partir de 1 do corrente, ao preço de 1\$00 cada KW e cada m3, a todos os Sindicatos Nacionais que se tenham constituído ou venham a constituir».<sup>1594</sup>

### **2.1.1 Encerramento da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil do Tortosendo**

Desconhecemos a data do Encerramento. Segundo um testemunho, depois de 1934, em data que não podemos precisar, os dirigentes operários, Leopoldo Canhoto, Ernesto Craveiro e António Gervásio foram obrigados a entregar a chave e o espólio e haveres existentes na Associação à autoridade máxima da União Nacional, o sr. Laureano Moura Sousa. [Este senhor] Mandou-os entrar para uma sala, onde tiveram de esperar cerca de meia hora. –Vem? Não vem? [Interrogavam-se.] Quando deu entrada, fez, mais ou menos, o seguinte comentário: -Sim senhor! Se viesse agora alguém da PIDE e nos visse aqui, pensaria que estávamos numa reunião de comunistas!»<sup>1595</sup>

---

<sup>1591</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.8.1934.

<sup>1592</sup> Sessão 15.8.1934. AMC, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 59 de 11 de janeiro de 1933 a 6 de setembro de 1934.

<sup>1593</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.8.1934.

<sup>1594</sup> Of. do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 4.12.1934, GCDTB E/B, *Corresp. Recebida, 1ª Secção*, 1933-1934, 01, Cx. 009. 19.ª Sessão 19.12.1935, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*, n.º 60 de 26 de setembro de 1934 a 7 de setembro de 1936.

<sup>1595</sup> Depoimento oral de Alfredo Craveiro de Matos, em Tortosendo, 12.8.2008.

Oficialmente, a Secção do Trabalho e Corporações, em 26 de fevereiro de 1938<sup>1596</sup> produz a seguinte «Informação»: «Comunica o comando da Polícia de Segurança Pública da Covilhã, por intermédio do governador civil de Castelo Branco que a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil de Tortosendo, com estatutos aprovados por alvará de 18 de março de 1922, foi dissolvida em data que se ignora. Não sendo já por impossível proceder à liquidação dos bens, se acaso existem, entende a Secção que o processo dessa Associação de Classe pode ser definitivamente arquivado.» Este documento permite concluir que Laureano Moura Sousa não fez entrega do espólio recebido.

Logo em 1935, a propósito da criação de um grupo orfeónico, lamenta-se que se tenha perdido o dinamismo da Associação de Classe, expresso em várias atividades:

Pouco ou quase nada se tem feito nesta vila em organizações de carácter recreativo, cultural, onde as classes pobre e média, após oito horas de trabalho contínuo, nas fábricas, oficinas e escritórios, possam recrear o espírito, desenvolvendo simultaneamente a inteligência. Grémios musicais que se finaram, grupos dramáticos que se extinguiram, uns e outros criados no decorrer dos tempos, pelo ardor do entusiasmo da mocidade de então. Eram os risinhos escarninhos dos despeitados que não entravam, a maledicência perpétua dos empatas, que conquistavam muitas vezes o cérebro fraco de alguns elementos que debandavam, deixando assim pouco a pouco, numa atitude vergonhosa a agremiação a que pertenciam, em paz e às moscas. Uma nova organização do mesmo género está constituída. Retirados os seus associados ao convívio dos vícios.<sup>1597</sup>

Lúcio Craveiro da Silva procura explicar a reação anticorporativista dos operários: «O Corporativismo congrega o capital e o trabalho segundo a comunidade dos interesses naturais e das suas funções sociais e opõe-se, portanto, pela mesma essência, à luta de classes, substituindo-a pela colaboração.»<sup>1598</sup> «Porquê então certa indiferença e até hostilidade [por parte dos operários]?». O autor aventa esta hipótese:

A razão principal parece-nos estar neste facto psicológico: que o operário sentiu o corporativismo como solução imposta e não como exigência das suas necessidades.<sup>1599</sup>

## 2.2 Os Grémios: Organização corporativa dos industriais - 1936

Salazar conseguiu, efetivamente, um equilíbrio económico e social, graças à aceitação, por parte da sociedade, de várias exigências para a implementação do valor da Ordem. Para esta, muito contribuiu a estabelecimento da organização corporativa.

---

<sup>1596</sup> <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projeto1/c/B0/1196/index.htm> Acedido em 13.2.2010

<sup>1597</sup> Artur Antunes, *O Raio*, 29.12.1935.

<sup>1598</sup> Lúcio Craveiro da Silva, *O Movimento Operário*, op. cit., p.70.

<sup>1599</sup> *Idem, Ibidem*, 1957, p.71.

«Através dos organismos de coordenação económica ou dos grémios obrigatórios, o Estado regulava tudo ou quase tudo:

dimensão mínima das empresas, cotas de produção, normas de produção, cotas de consumo de matérias-primas, preços desde o produtor ao consumidor, autorizações de importação, preços de exportação, etc.»<sup>1600</sup>

A constituição dos grémios foi mais lenta que a constituição dos sindicatos, e o mesmo aconteceu na Covilhã. Na Covilhã, existia a Associação Industrial da qual também faziam parte os industriais de Tortosendo.<sup>1601</sup> Em 1927, a Associação Industrial aprovou as listas dos industriais propostos pela direção que incluía os tortosendenses: José Craveiro Júnior, José Laço Pinto, da firma João Afonso e C<sup>a</sup>, e Américo da Cruz Sousa, da firma José da Cruz Sousa e Filhos.<sup>1602</sup> Em 1929, em setembro a direção da Associação Industrial e Comercial pede aos industriais da Covilhã e Tortosendo dados que a habilitem a organizar uma estatística dos prejuízos sofridos em concordatas e falências nos últimos quatro anos.<sup>1603</sup> A direção decide, ainda, convidar todos os industriais, a inscreverem-se sócios da Associação até 30 de setembro. Pela direção assina José Laureano de Moura e Sousa, do Tortosendo.<sup>1604</sup>

Em janeiro de 1934, o Notícias da Covilhã anuncia para breve a constituição do Grémio dos Industriais de Lanifícios, pois os governadores civis de Castelo Branco e Guarda encontram-se em Lisboa para a sua organização, «reunindo todas as sociedades, empresas e firmas que exercem o mesmo ramo de atividade no comércio, na indústria ou na agricultura, subordinados ao interesses coletivo e ao bem comum, repudiando a luta de classes e o predomínio das plutocracias.»<sup>1605</sup> Em abril, no mesmo semanário, surge a publicação das «Bases para a organização dos grémios da indústria de lanifícios».<sup>1606</sup> Passado um ano, lamenta-se o facto de ainda não existir o grémio, mas informa-se que, apesar disso, pode «obrigar-se os industriais ao cumprimento da tabela, tanto para a Covilhã como para os povos, conjuntamente com o horário de trabalho, podendo recorrer ao Instituto Nacional de Trabalho».<sup>1607</sup> Nova queixa em maio, desta vez motivada pelo Contrato Coletivo.<sup>1608</sup> Até que «a propósito de horários e tabelas»,

---

<sup>1600</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 255.

<sup>1601</sup> «José Álvaro de Moraes acaba de ser eleito para a Associação Industrial da Covilhã». *O Jornal*, 18.8.1927.

<sup>1602</sup> *O Jornal*, 27.10.1927.

<sup>1603</sup> *O Raio*, 1.9.1929.

<sup>1604</sup> *Ibidem*, 1.9.1929.

<sup>1605</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.1.1934.

<sup>1606</sup> *Ibidem*, 22.4.1934.

<sup>1607</sup> *A Covilhan*, 18.4.1935.

<sup>1608</sup> *Ibidem*, 16.5.1935.

«para que se cumpram», se pergunta: «Por que não há de o Governo obrigar os patrões? (...) E que se organize o Grémio.»<sup>1609</sup> Em agosto, tomou posse a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, no Ministério do Comércio, perante o ministro Dr. Teotónio Pereira.

Com efeito, relativamente às estruturas gremiais, para cuja constituição não fora imposto qualquer prazo, ao contrário do que se passou com os sindicatos, o Estado Novo encontrou grandes dificuldades para a sua criação, o que era sintomático, antes de mais, da falta de espírito associativo do patronato português.<sup>1610</sup> Finalmente, em agosto de 1936, *O Raio* anuncia que, reunidos os industriais de lanifícios da Covilhã e Tortosendo, foi nomeada a direção do Grémio de Lanifícios da Covilhã.<sup>1611</sup> A partir deste momento, com a criação do Grémio, já existem as duas instituições que podem arbitrar as questões de trabalho, segundo o Estatuto do Trabalho Nacional: os sindicatos e os grémios.

Em abril de 1937, realizou-se a primeira assembleia geral do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã. Um interveniente defendeu que não há super produção de fios de estambre, mas apenas algumas fábricas com falta de serviço. Nesta eventualidade, devem deixar-se trabalhar as fábricas com mecanismos modernos. José Laureano de Moura e Sousa, industrial do Tortosendo, focou a questão dos tecidos com percentagem de algodão. Que se indicasse se poderia levar à suspensão da sua venda. Que há uma ideia errada a respeito desta matéria-prima.<sup>1612</sup>

Na «importante reunião» da assembleia-geral de 5 de abril de 1939, discutiram-se, entre outros, os seguintes aspetos:

direito a voto, mesmo por parte daqueles que têm dez ou menos operários; quanto à representação dos Grémios no Conselho Geral, se o Grémio da Covilhã representa 47% da produção total dos lanifícios, não deve ter apenas um voto como os outros; proposta de revogação do Decreto n.º 28.133, sobre a produção de tecidos com algodão pelo que vai ser apresentada uma moção, neste sentido, ao governo; estudada a melhor forma de substituição de máquinas; solucionar a disparidade que existe entre industriais com teares mecânicos e manuais (estes pagam o dobro dos encargos sociais).<sup>1613</sup>

---

<sup>1609</sup> *Ibidem*, 30.5.1935.

<sup>1610</sup> Hélder Miguel Marques, «O movimento sindical durante o Estado Novo: estado atual da investigação» in Revista da Faculdade de Letras 299, HISTÓRIA, Biblioteca Digital Porto, III Série, vol. 8, 2007, p. 308. [ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim](http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim)

<sup>1611</sup> *O Raio*, 23.8.1936. Sabemos que o Sr. Dr. João Megre, da Federação da Indústria de Lanifícios, partiu já para outros centros industriais a fazer a nomeação de diretores de novos Grémios.

<sup>1612</sup> Presentes os presidentes de Castanheira de Pêra e Gouveia e industriais de Manteigas, Gouveia, Guarda e Tortosendo. *Notícias da Covilhã*, 4.4.1937.

<sup>1613</sup> *Notícias da Covilhã*, 5.4.1939

Ainda no mesmo mês, o jornal *Notícias da Covilhã* informa que, em assembleia-geral do, «é proposta a revogação do condicionamento imposto».<sup>1614</sup>

### 2.3 Ação do Sindicato

«A um só sindicato nacional reconhecia o Estado Novo em cada distrito o direito de representar todos os trabalhadores de cada categoria (profissão ou ramo de atividade), independentemente de estarem sindicalizados ou não.»<sup>1615</sup>

#### SEDE DO SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO TORTOSENDO

Rua do Terroeiro, n.º 8



Fonte: Postal

#### ■ INSCRIÇÃO E COTIZAÇÃO

Quanto às inscrições nos sindicatos nacionais, prevalecia o princípio da liberdade de inscrição. Como o valor da quotização baixara, diminuíram as receitas do sindicato, enquanto que os benefícios referidos eram extensivos a todos os trabalhadores. «Em 1934, um decreto do governo fez depender da inscrição sindical, a utilização desses serviços de colocação e, em certos casos, a própria admissão de trabalhadores pelas entidades patronais.»<sup>1616</sup> Como não se atingiu o resultado desejado, ou seja, a inscrição dos trabalhadores, foi um decreto de 1939 que permitiu a imposição de cotização aos trabalhadores não sindicalizados, «ao mesmo tempo que lhes era atribuída [aos sindicatos] a competência para emissão de carteiras profissionais»<sup>1617</sup>

A imposição de cotização «significava também o abandono da concepção “voluntarista” do associativismo sindical corporativo, que o Estado Novo pretendia. A

<sup>1614</sup> *Ibidem*, 16.4.1939.

<sup>1615</sup> José Barreto, «Sindicatos Nacionais» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 439.

<sup>1616</sup> José Barreto, «Sindicatos Nacionais» *op. cit.*, p. 439 in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 439.

<sup>1617</sup> José Carlos Valente, «Sindicatos Nacionais» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 917.

pertença sindical, portanto, banaliza-se e isso poderá ter levantado vários entraves morais àqueles que se opunham ao corporativismo. Por isso, os sindicatos nacionais foram crescendo no número de associados e transformaram-se em organismos de massas, que os comunistas, reorganizados a partir de 1940-41, procurarão capitalizar a seu favor.<sup>1618</sup>

Em outubro de 1934, no primeiro aniversário da organização corporativa, no *Notícias da Covilhã*, destaca-se:

essa data «será sempre bendita, pelos verdadeiros trabalhadores, que desejam ver estas organizações nos princípios do amor da Pátria e da colaboração de classes, pondo assim fim à ideologia do crime».<sup>1619</sup>

Por final do ano, um outro jornal, *A Covilhan*, baseando-se em Marcelo Caetano, reitera:

o corporativismo «organiza o trabalho, regula a produção, evita a exploração dos humildes pelos grandes, põe cada um no seu lugar, vê no operário não uma coisa, mas um homem, e sobrepõe ao interesse coletivo, ao interesse da Nação, o interesse do indivíduo e da empresa.»<sup>1620</sup>

Em 1935, no mesmo periódico, lembra-se que o corporativismo está em marcha: a nova organização sindical, forçada a trabalhar em cooperação social de classes, deixa de ser instrumento das minorias audaciosas dos diversos matizes políticos e revolucionários.<sup>1621</sup> Passado algum tempo, no mesmo jornal, compara-se a Associação de Classe com os Sindicatos Nacionais:

enquanto a Associação de Classe, mesmo quando os seus fins pretendiam ser honestos, não eram nem podiam ser mais do que uma reação contra o individualismo económico e social, os Sindicatos Nacionais, pelo contrário, são unidades primárias de um todo, dum completo sistema económico-social. Estão, pois, enquadrados no seu lugar próprio, têm a sua função própria e agem de harmonia e em conjunto com a organização de que fazem parte essencial.»<sup>1622</sup>

No final de 1938 ocorreu a «inauguração solene» da Secção do Sindicato dos Operários de Lanifícios de Unhais da Serra.<sup>1623</sup> A celebração do 1.º de Maio de 1939 consta de uma sessão solene sob a superior orientação da delegação do INTP, com um representante do Grémio dos Indústria de Lanifícios e presidentes dos sindicatos

---

<sup>1618</sup> Hélder Miguel Marques, «O movimento sindical durante o Estado Novo: estado atual da investigação» in Revista da Faculdade de Letras 299, HISTÓRIA, Biblioteca Digital Porto, III Série, vol. 8, 2007, p. 308. [ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim](http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim)

<sup>1619</sup> *Notícias da Covilhã*, 21.10.1934.

<sup>1620</sup> *A Covilhan*, 20.12.1934.

<sup>1621</sup> *Ibidem*, 13.1.1935.

<sup>1622</sup> *Ibidem*, 14.3.1935.

<sup>1623</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.12.1938.



locais.<sup>1624</sup> Em dezembro do mesmo ano, a nova direção do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Lanifícios da Covilhã «saúda todos os seus associados e bem assim todos os operários e convida os que não são sócios a associarem-se».<sup>1625</sup>

*O Raio*, apesar de se publicar até 1937, deixará de referir a comemoração desta efeméride, por não concordar com a forma de celebração adotada, dito embora de forma indireta, em virtude da censura.

#### ■ A CONTRATAÇÃO COLETIVA

Em maio de 1935, em *A Covilhan*, toma-se conhecimento que a delegação do INT está diligenciando regularizar horário e tabela. Até que a nova organização Grémios apareça, essa instituição deve fazer cumprir o que foi estabelecido pelos representantes das coletividades e o que está consignado nas leis que defendem e protegem os trabalhadores.<sup>1626</sup> Em junho seguinte, na mesma fonte, questiona-se por que não acordaram ainda os patrões na formação do Grémio: impõe-se a definição do salário mínimo, «humanamente suficiente» para que a concorrência por insuficiência de ordenados não seja tão funesta por este lado.<sup>1627</sup>

Em junho do ano imediato, (1936) a Associação Industrial da Covilhã, de acordo com as entidades oficiais, estuda uma nova tabela de salários para os respetivos operários. Ainda há operários a ganhar sete e oito escudos: não têm garantia «do suficiente para a alimentação.»<sup>1628</sup> Passado pouco tempo, sugere-se que em casos de acidentes de Trabalho, em virtude do procedimento das seguradoras, intervenha um dos magistrados da delegação do Instituto Nacional de Trabalho.<sup>1629</sup> Em novembro seguinte, *O Raio* informa que a Federação Nacional da Indústria de Lanifícios estabeleceu o salário mínimo. Baseando-se na retribuição média da Covilhã, melhorou a situação da maioria do seu pessoal, incluindo logicamente os Operários do Tortosendo. Com a ação da política social do Estado Novo Corporativo, o estabelecimento deste salário na indústria de lanifícios, beneficiaram algumas centenas de operários da Covilhã e dos

---

<sup>1624</sup> Em 1939, estiveram presentes: presidente do INTP, Dr Antão da Cunha; presidentes dos sindicatos: José de Abreu, Sindicato Nacional dos Operários de Lanifícios; Amândio dos Santos Diogo, Sindicato Nacional dos Motoristas; José Inácio, Sindicato dos Operários da Indústria de Panificação; o Presidente do Sindicato de Unhais da Serra. José Laureano de Moura e Sousa, a representar o Grémio dos Industriais de Lanifícios.

<sup>1625</sup> *Ibidem*, 12.3.1939.

<sup>1626</sup> *A Covilhan*, 9.5.1935.

<sup>1627</sup> *Ibidem*, 13.6.1935.

<sup>1628</sup> *O Raio*, 28.6.1936.

<sup>1629</sup> *Ibidem*, 13.8.1936.

arredores (caso do tecelão manual). As tabelas tinham desaparecido, «vigorando o arbítrio da oferta e da procura, num aviltamento flagrante do justo salário. Maiores proporções no Teixoso. A Federação Nacional dos Lanifícios resolveu este problema. Para efetivar vai entrar em ação a fiscalização.»<sup>1630</sup>

Em março de 1937, em Assembleia Geral do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã, entre outros assuntos, Francisco Fino, presidente do Grémio, prestou ainda algumas elucidações sobre o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), anotando de uma maneira geral os encargos que dele resultarão. Chamou ainda a atenção para o Decreto n.º 1 952 que regula as condições mútuas entre patrões, empregados e operários, lembrando a conveniência de todos lerem e possuírem esse documento oficial.<sup>1631</sup>

O CCT na indústria de lanifícios, que «abrange essencialmente quadros permanentes de pessoal, salários mínimos, encargos sociais»,<sup>1632</sup> veio a ser assinado, no dia 24 de julho de 1939, perante o Subsecretário de Estado, entre a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e a Federação Nacional dos Sindicatos da mesma Indústria. Entretanto, a Direção do Sindicato Nacional dos Operários de Lanifícios da Covilhã apresentara uma representação ao Grémio, contra a suspensão do subsídio que vinha sendo distribuído aos operários desempregados, com mais de 60 anos. Fala-se no entendimento entre as duas entidades.<sup>1633</sup>

Em boa verdade, nos lanifícios veio a ocorrer com alguma regularidade a revisão das condições de trabalho, embora nem sempre a contento dos trabalhadores. O processo negocial decorria sob a alçada do Ministério das Corporações (nominalmente, do INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.) Esta entidade iniciava o processo junto dos representantes patronais e desempenhava «no fundo o único papel ativo, como negociador, mediador, árbitro e, até, homologador final.»<sup>1634</sup> Para o *Notícias da Covilhã*, a entrada em vigor do CCT «marca um começo de ação corporativa, com largos objetivos a atingir, e afirma princípios de colaboração (entre patrões e empregados), ordem, disciplina e justiça, cuja realização se impunha como

---

<sup>1630</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.11.1936.

<sup>1631</sup> *Ibidem*, 25.4.1937.

<sup>1632</sup> *Ibidem*, 2.7.1939.

<sup>1633</sup> *Ibidem*, 2.4.1939.

<sup>1634</sup> José Barreto, «Sindicatos Nacionais» *op. cit.*, p. 441. in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 441. Os Sindicatos Nacionais agrupavam-se em Federações (regionais ou nacionais, de organismos idênticos). A Federação dos Lanifícios foi a primeira a constituir-se, em 1939. José Carlos Valente, «Sindicatos Nacionais» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 917.

necessário e inadiável.»<sup>1635</sup> De destacar, pela sua importância, que o Contrato é renovável por períodos sucessivos de um ano. É apontado um senão em relação ao Contrato: neste deveria estar definido o número de operários, por determinadas máquinas, caso de batanos, râmolas, por ex., para se evitar a excessiva redução dos quadros fabris, «os que abusam concorrem deslealmente com os que cumprem.»<sup>1636</sup> Outros aspetos importantes: as entidades patronais obrigam-se a recrutar o seu pessoal dentro dos inscritos como sócios contribuintes dos Sindicatos Nacionais da sua área.<sup>1637</sup>

O Sindicato, como «uma perfeita agência de colocação deve procurar dar trabalho a toda a mão-de-obra disponível, controlar a situação do mercado de trabalho, estabelecer a orientação profissional e fixar o número de aprendizes em função do número de operários a substituir». «Na admissão de operários para a tecelagem mecânica, terão sempre preferência, enquanto os houver, os operários da tecelagem manual, julgados em condição de exercer a profissão,»<sup>1638</sup> o que se verificou no Tortosendo com os tecelões mais jovens. «Reservava-se ao governo um direito de interferência na vida dos sindicatos nacionais que, em pouco tempo, se revelaria ilimitado: suspensão e destituição dos dirigentes, sua substituição por comissões administrativas, direito de sancionar alterações estatutárias, controlo financeiro, inspeção da atividade corrente, dissolução, etc.»<sup>1639</sup>

Passado um ano sobre a entrada em vigor do primeiro Contrato Coletivo, no *Notícias da Covilhã*, realçam-se como aspetos positivos: o tabelamento dos salários e a «garantia de quatro dias de trabalho e férias graciosas». De seguida, destaca-se o que não está tão bem <sup>1640</sup>:

A tabela de preços baseia-se na anterior dando origem a algumas confusões em relação aos preços praticados noutras localidades; nos assalariados estabeleceu-se um valor inferior ao que se praticava na Covilhã; não se estabeleceu o mínimo de pessoal por máquina; alguns patrões têm fugido ao cumprimento dos quatro dias, nos meios rurais; há tecelões com mais de quinze dias sem trabalho, sem terem tido qualquer garantia - nem o salário mínimo se tem dado, mesmo a título de abono; quanto a férias muitos se queixam; patrões que têm operários no meio rural, não os consideram como integrando os seus quadros.

---

<sup>1635</sup> *Notícias da Covilhã*, 16.7.1939.

<sup>1636</sup> *Ibidem*, 23.7.1939.

<sup>1637</sup> *Ibidem*, 6.8.1939.

<sup>1638</sup> *Ibidem*, 13.8.1939.

<sup>1639</sup> José Barreto, «Sindicatos Nacionais», *op. cit.*, p. 439 in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 439.

<sup>1640</sup> *Notícias da Covilhã*, 10.3.1940.

Também se propõe que os elementos da mesma família possam usufruir as férias em simultâneo. Mais se diz que, para o incumprimento do Contrato, se pode recorrer à Comissão Corporativa ou ao Tribunal de Trabalho<sup>1641</sup>.

Em março de 1942, somos informados que os Grémios dos Industriais de Lanifícios da Covilhã e do Sul, representados pelos seus presidentes, respetivamente, José Laureano de Moura Sousa, do Tortosendo, e Carlos Augusto Farinha, resolveram pôr em vigor, com início na última semana do mesmo mês, as alterações acordadas em 4 de dezembro de 1941, entre a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da mesma Indústria (...) o que esperam seja bem compreendido e aceite por todos os seus agremiados. Por sua vez, o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, diz que as alterações ao Contrato não satisfazem plenamente, mas suavizam as difíceis condições de vida. Junta-se também ao aumento, o subsídio de família, que em dezembro e janeiro já atingiu o de um filho.<sup>1642</sup>

Em novembro, o industrial do Tortosendo, Américo da Cruz e Sousa foi nomeado para fazer parte da comissão arbitral criada pelo despacho que fixou salários mínimos e horário de trabalho na indústria de lanifícios, como representante da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, em substituição de Luís Elísio Casanovas.<sup>1643</sup>

Em 1945, conforme o estabelecido no CCT, os operários da Indústria têxtil começaram a gozar, em 11 de agosto, o seu período de férias, aliás bem merecidas. «Os operários que não terão fundos para ir gozar as praias, sairão para a Serra da Estrela e para os vales do rio Zêzere como é de costume.»<sup>1644</sup> «As fábricas fecharam para que o seu pessoal fosse fruir as gratas férias retribuídas que por lei – uma lei do Estado Novo - lhe são dadas todos os anos. Deve ser-se grato.»<sup>1645</sup>

## 2.4 Criação da Caixa de Previdência - 1939

Entendemos ser importante referir alguns dos antecedentes da Caixa de Previdência. O Instituto de Seguros Sociais Obrigatório e de Previdência Geral, em junho de 1919, envia à Câmara, uma circular do ministro do Trabalho que informa que os decretos com força de lei n.ºs 5.637 e 5.638, de 10 de maio de 1919, «criaram em Portugal, respetivamente, os seguros sociais obrigatórios na doença, desastres de

---

<sup>1641</sup> 1940 – novembro – O Decreto-Lei n.º 30 909 estabelece os estatutos dos tribunais de trabalho. Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia, op. cit.*, p. p.195.

<sup>1642</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.3.1942.

<sup>1643</sup> *Ibidem*, 8.11.1942.

<sup>1644</sup> *Ibidem*, 12.8.1945.

<sup>1645</sup> *Ibidem*, 22.8.1943.

trabalho, invalidez, velhice e sobrevivência em todas as profissões da atividade nacional». (...) [Que] O seguro na doença é uma das mais belas conquistas, como medida de eficaz proteção às classes trabalhadoras. Prossegue-se:

Em Portugal o exercício desse seguro é uma obrigação imperiosa, sabendo-se que atualmente estão privados de todo o socorro na doença mais de 2.300.000 indivíduos de ambos os sexos, espalhados em 180 concelhos nos territórios do continente e das ilhas adjacentes. (...) O seguro dos empregados de todas as profissões é obrigatório para o patrão, abrangendo os indivíduos ao seu serviço que recebam salário, ordenado ou remuneração de qualquer natureza.<sup>1646</sup>

Através da circular n.º 1 do dia 7 de agosto do mesmo ano, depois de se informar que foram dirigidas circulares a todas as agremiações interessadas no seguro de desastres no trabalho, é pedido à Câmara «o seu valioso concurso» para, no mais curto espaço de tempo, ficar organizada uma Sociedade Mútua no concelho.<sup>1647</sup>

Em março de 1931, «na hora angustiosa que passa», pensa-se na criação de uma Caixa de Previdência dos Desempregados e surge uma Comissão.<sup>1648</sup> Em novembro seguinte, o *Notícias da Covilhã* informa que para implementar esse «baluarte que é a Caixa», necessitam-se de pelo menos 100 sócios a contribuir e só existem 80.<sup>1649</sup>

No ano seguinte, em maio de 1932, foi aprovado o regulamento provisório da Caixa de Auxílio aos Desempregados, «para minorar os efeitos da crise económica geral entre as classes que se acham mais sacrificadas pela falta de trabalho».<sup>1650</sup> Pelo Decreto n.º 21 699 de 19 de setembro de 1932, foi criado o Comissariado do Desemprego com o objetivo de «procurar dar trabalho, promover a colocação dos desempregados, facultar o direito a um salário, em vez de criar por lei, para homens válidos, o direito a um óbolo».<sup>1651</sup> Em 1934, *O Raio* lembra que a Caixa de Previdência dos Desempregados necessita manter-se, não só para garantia daqueles que nela se associaram, mas também para honra da Covilhã, onde o Mutualismo não está compreendido em todo o seu valioso alcance.<sup>1652</sup> «Não admira, porque começam já ser contadas algumas centenas de

---

<sup>1646</sup> Instituto de Seguros Sociais Obrigatório e de Previdência Geral 17.6.1919. APMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal*, Maço n.º 1674, 1919. (C) (A) (01) (02) (03)

<sup>1647</sup> Ministério do Trabalho Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social Dir dos Serviços de Desastres no Trabalho e das Sociedades Mútuas, 12.9.1919. APMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal*, Maço n.º 1674, 1919. (C) (A) (01) (02) (03).

<sup>1648</sup> Aviso: Reunião aos sábados, 21 h, na sede do orfeão, cota 3\$00 semanais, pela contenção, não há cobrador *Notícias da Covilhã*, 15.3.1931.

<sup>1649</sup> *Notícias da Covilhã*, 16.11.1931.

<sup>1650</sup> 17.5.1932 GCDTB E/B Corresp. Recebida, 2ª Secção, 1931-32, 01, Cx 027. “A obrigatoriedade da contribuição de 2 e 1 % a pagar respetivamente por operários e patrões, sobre o montante dos salários, só terá início após a data de publicação do respetivo diploma, a sair no Diário de Governo.

<sup>1651</sup> Carlos M. do Carmo, «Desemprego», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 6, Lisboa, Editorial Verbo, 1967, p. 1098.

<sup>1652</sup> *O Raio*, 1.7.1934.

operários, principalmente tecelões, que não encontram quem lhes aproveite o braço forte.»<sup>1653</sup>

Em junho de 1935, em *O Raio*, transcreve-se parte de uma entrevista dada pelo presidente da Câmara ao Século: A Covilhã, terra de trabalho – participou com 519 contos em 1933-34; existem na Covilhã, várias obras de Assistência Social, faltando, no entanto, referir, a Associação de Socorros Mutualista Covilhanense.<sup>1654</sup>

A Federação Nacional da Indústria de Lanifícios estabelecendo, em 1936, o salário mínimo melhorou a situação da maioria do seu pessoal.<sup>1655</sup> Em março de 1938 foi estabilizada a permanência do trabalho do pessoal da tecelagem e criou-se o Fundo de Assistência Social para auxiliar os que não encontravam ocupação normal na indústria.<sup>1656</sup>

Finalmente, nasceu a Caixa Sindical de Previdência da Indústria de Lanifícios, em julho de 1939, da assinatura do CCT entre a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios.<sup>1657</sup> Tem ainda como função o subsídio de família, o subsídio no desemprego e o auxílio na velhice e na invalidez, só daqui a dez anos se pode pagar integralmente a reforma.<sup>1658</sup> Para tal, com o Contrato passou a ser cobrada pela Caixa Sindical da Previdência uma percentagem sobre os salários, a qual rende anualmente 800 contos, e a reverter a favor da Caixa a receita do Fundo de Assistência Social extinto.<sup>1659</sup>

Em janeiro de 1940, a Caixa Sindical do Pessoal da Indústria de Lanifícios já está a distribuir subsídios de Família, Invalidez, Desemprego. Pelo que, segundo o *Notícias da Covilhã*, «desde já se podem candidatar os operários a estes subsídios<sup>1660</sup>, benefícios que desde há muito os operários reclamavam. Passado algum tempo, o mesmo jornal esclarece que o Subsídio de Família é um dos mais interessantes subsídios instituídos

---

<sup>1653</sup> *Ibidem*, 14.10.1934.

<sup>1654</sup> *Ibidem*, 2.6.1935.

<sup>1655</sup> *Notícias da Covilhã*, 24.3.1940.

<sup>1656</sup> *Ibidem*, 24.3.1940.

<sup>1657</sup> «Esta Caixa Sindical divide-se em duas partes: uma de previdência, propriamente dita, outra de ação social ou assistência como também pode ser designada. A primeira consiste em conceder subsídios na doença, estabelecer reforma por invalidez ou na velhice ou ainda conceder subsídio por morte. A outra modalidade, designada para a ação social tem por fim dar assistência médica aos beneficiários, isto é, aos operários e operárias da indústria e distribuir por eles os médicos que necessitem.»

<sup>1658</sup> *Notícias da Covilhã*, 28.11.1940.

<sup>1659</sup> *Ibidem*, 16.7.1939.

<sup>1660</sup> *Ibidem*, 28.1.1940.

pela Caixa de Previdência. E que a Covilhã já recebeu uma fatia do mesmo que foi distribuída por dezenas de mães pobres.<sup>1661</sup>

Em março, a Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios monta um Posto Médico, na Covilhã.<sup>1662</sup> A inauguração desse serviço ocorreu em 19 do mesmo mês e todo o pessoal sindicalizado no Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios começa a usufruir de assistência médica e consultas.<sup>1663</sup> Em novembro, já fazem parte da Caixa Sindical da Indústria de Lanifícios 14.000 operários. O seu rendimento anual está calculado em 5.000 contos e com ele se realiza uma das melhores obras sociais do sistema corporativo.<sup>1664</sup>

Em fevereiro de 1942, o *Notícias da Covilhã* divulga que «alguns industriais tiveram a gentileza de enviar ao Sindicato a importância da cotização do seu pessoal, referente ao mês de janeiro». Entretanto, aumentou sensivelmente o montante de subsídios concedidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios. Para a área da Covilhã (incluindo Tortosendo), no fim de janeiro, foram atribuídos, em Subsídios de Família, 59.064\$00 e, em Auxílio na Velhice, 24.430\$00. «É uma boa importância que atenua a situação económica dos beneficiários, principalmente os que ganham ordenados mais inferiores. Se juntarmos a este auxílios a assistência médica e farmacêutica, devemos convir que são já bastante elevados os benefícios concedidos.»<sup>1665</sup>

Em agosto do mesmo ano é criado o Abono de Família<sup>1666</sup>, medida que vem beneficiar, em especial, as famílias numerosas. Por causa da Guerra, a carestia da vida elevou-se em 50%. «Não podiam os chefes de família numerosas educar e sustentar os filhos. «E quando a miséria entra pela porta, a virtude sai pela janela. Embora o Abono de Família, por si só, não resolva a parte moral do problema, contudo muito facilita a sua solução.»<sup>1667</sup> Em 1943, à assistência médica junta-se a assistência medicamentosa, bem

---

<sup>1661</sup> *Ibidem*, 10.3.1940.

<sup>1662</sup> O Posto está instalado na R dos Bombeiros Voluntários, no 1.º andar da casa do Sr Mário Quintela. Nele prestam serviço o Dr. Aristides Vaz de Barros, Dr. José Ranito Baltazar e Dr. Carlos Coelho.

<sup>1663</sup> «Presença do Dr. João Ubach Chaves, delegado do Governo junto da Federação Nacional dos Indústria de Lanifícios; representantes da Câmara, do Grémio e dos Sindicatos Nacionais. Usaram da Palavra o Dr. Ranito Baltazar em nome dos médicos, António Joaquim Saraiva, em nome do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios; José Laureano de Moura e Sousa, em nome do Grémio dos Industriais de Lanifícios; Manuel Maranhães Mouzaco, em nome do Sindicato dos Empregados; José Bernardo Gíria, em nome dos operários». *Notícias da Covilhã*, 17.3.1940.

<sup>1664</sup> *Ibidem*, 28.11.1940.

<sup>1665</sup> *Ibidem*, 15.2.1942.

<sup>1666</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia, op. cit.*, pag.196.

<sup>1667</sup> *Notícias da Covilhã*, 15.8.1942.

como a concessão do Abono de Família. Em abril deste ano, no *Notícias da Covilhã*, recorda-se que, graças aos Sindicatos Nacionais da Organização Corporativa, conseguiu-se<sup>1668</sup>:

Garantia de trabalho por meio de contratos coletivos com a segurança do salário mínimo; Caixas de Previdência Social onde encontra gratuitamente médicos e remédios na enfermidade, e não tardará muito tempo sem que lhes sejam asseguradas pensões de reforma, incapacidade de trabalho temporário de velhice, etc,<sup>1669</sup> regalias em que sonhavam no tempo da luta de classes sem nunca atingirem qualquer delas, a não ser por meio de greves turbulentas um pequeno aumento de salário.

Mas conclui-se com uma censura:

É porém lamentável que a classe operária não se reconheça grata aos cuidados que o Estado Novo lhe vem dispensando, dando ao seu Sindicato aquela força e dinamismo que outrora dava à Casa do Povo de sinistra memória. Limitar-se a pagar a quota a que por força de lei é obrigado sob pena de ficar sem trabalho.

Relevamos que, em dezembro de 1944, foi aprovado o Regulamento da Caixa Regional do Abono de Família do Distrito de Castelo Branco/Covilhã que abrange obrigatoriamente as entidades patronais e os empregados ou assalariados de todas as atividades comerciais ou industriais do mesmo distrito, com exceção apenas das que estejam ou venham a ser especialmente abrangidas por outras Caixas.<sup>1670</sup> E que correspondeu a um número bastante elevado de pessoas.

## 2.5 Conflitualidade social

Em janeiro de 1934, o *Notícias da Covilhã* divulga que o ministério das Obras Públicas, para minorar o problema do desemprego, «utilizou o fundo de Desemprego na abertura de trabalhos rurais e urbanos pelo Estado».<sup>1671</sup> *O Raio*, em outubro refere que se encontram, sem trabalho, algumas centenas de operários, principalmente, tecelões.<sup>1672</sup> No mês de novembro distribuem-se roupas pelos pobres.<sup>1673</sup>

No ano seguinte, em *A Covilhan*, nos meses de abril e maio, J. B. G., sustenta que «uma das mais flagrantes injustiças, na presente conjuntura, é a que resulta do desemprego e de se não cumprir o horário de trabalho:

Do desemprego, porque para ele pagam os operários que trabalham, sem que nada tenham recebido os que se desempregam. Do horário de trabalho, porque ainda há

---

<sup>1668</sup> *Ibidem*, 11.4.1943.

<sup>1669</sup> Será ainda referido o Abono de Família.

<sup>1670</sup> Por despacho de 2 dezembro do corrente ano, do Subsecretário de Estado das Corporações. *Notícias da Covilhã*, 26.12.1944.

<sup>1671</sup> *Ibidem*, 21.1.1934.

<sup>1672</sup> *O Raio*, 14.10.1934.

<sup>1673</sup> *Ibidem*, 11.11.1934.



quem se extenua com o excesso de trabalho, quando há pessoas na inatividade forçada.<sup>1674</sup>

Por isso, insiste na necessidade de respeitar o horário de trabalho, que se adotem outras providências para os desocupados<sup>1675</sup> e que se distribuam os fundos do Desemprego.<sup>1676</sup>

Apesar dos permanentes problemas do desemprego, pela mesma altura, *O Raio* preocupa-se por, entre os distritos do País, o de Castelo Branco «figurar à cabeça do rol com uma população de iletrados que toca 80,3%» - «um cancro maligno». Como solução, aventa: «Fechem-se as tabernas e abram-se escolas, onde o povo receba a bendita luz da instrução.»<sup>1677</sup> Por isso, em relação à taberna, todas as alternativas eram saudadas com carinho. Assim, em janeiro de 1936, em Tortosendo, na altura da apresentação de um Orfeão, a cargo de Ricardo Prata e Armando Costa, Alfredo Oliveira, no *Notícias da Covilhã*, manifesta, também, a sua satisfação pelos seguintes motivos:

porque o seu fim é educar a juventude na mais sublime das artes - a música; porque é constituído por quase uma centena de rapazes, de diversas profissões e condições sociais, numa confraternização que sem esta organização não existiria; é um dos melhores meios de afastar a juventude da taberna; por último a ação beneficente.

Artur Antunes, em *O Raio*, insiste que o Orfeão é uma forma de retirar «os seus associados ao convívio dos vícios»<sup>1678</sup>, ao mesmo tempo que recorda a importância do Grupo Dramático da Associação de Classe que desapareceu com a extinção desta Associação.

Em 1936, a situação agrava-se devido a «um Inverno rigoroso como não há memória»<sup>1679</sup>. «Os trabalhadores rurais vêm-se reduzidos à mais desoladora das misérias, pois sendo já pessimamente remunerados nos dias úteis de trabalho, nem essa mísera receita ganham, por o tempo não permitir trabalhos agrícolas.» Em consequência, «os géneros têm encarecido e também devido à ganância dos especuladores»<sup>1680</sup>, todos os orçamentos familiares se têm vindo a ressentir. Em *O Raio*, destaca-se em relação à carestia de géneros que, no caso da batata, por exemplo, o

---

<sup>1674</sup> *A Covilhan*, 4.4.1935.

<sup>1675</sup> *Ibidem*, 25.4.1935.

<sup>1676</sup> *Ibidem*, 16.5.1935.

<sup>1677</sup> 21.4.1935.

<sup>1678</sup> *O Raio*, 29.12.1935.

<sup>1679</sup> *Notícias da Covilhã*, 23.2.1936.

<sup>1680</sup> *Ibidem*, 19.2.1936.

Governo é o culpado. Permite pagar razoavelmente aos trabalhadores e lhes vender géneros alimentícios por preços fora do razoável.<sup>1681</sup>

Em janeiro de 1938, à semelhança do que acontecera no ano anterior, o INTP, em nota oficiosa, comunica<sup>1682</sup>:

Torna-se necessário conhecer para cada profissão o número de desempregados da indústria de lanifícios a fim de se proceder ao estudo de medidas tendentes a atenuar as consequências da atual crise de desemprego, (...) deve preencher-se o boletim.

Também em Tortosendo, principia a fazer-se sentir a crise de trabalho, quer na indústria, quer, particularmente, na construção civil.<sup>1683</sup> A crise foi motivadora de instabilidade e, em abril de 1939, perante o pedido de criação dum posto da GNR, por parte da Junta de Freguesia, a Câmara responde que «o pedido [foi] transmitido superiormente com o meu absoluto apoio e aprovação.»<sup>1684</sup>

#### ■ CAMPANHA DE AUXÍLIO AOS POBRES NO INVERNO (C.A.P.I.)

Para obviar a tantas dificuldades, o Decreto-Lei n.º 26 154, de 24 de dezembro de 1935, instituiu a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno (C. A. P. I.), criando para a sua efetivação, comissões executivas locais (distritais, concelhias e paroquiais). Logo no mês de janeiro implementa-se o programa do governo - «Auxílio aos pobres de inverno» para socorrer com alimentos e roupa. Este programa foi bem recebido e, no mês seguinte, iniciou-se a distribuição de uma sopa diária. Neste âmbito, também no Tortosendo, foram contemplados os pobres e desempregados, «com o bodo, mandado distribuir pelo governo em todo o País.»<sup>1685</sup> Passado pouco tempo, a Comissão da Campanha vem dizer que seria ideal manter o subsídio ao longo do ano.<sup>1686</sup> Defende-se, ainda, que, «para valer à crise excecional resultante do desemprego e miséria, agravados pela invernã, torna-se mister a cooperação do Estado, das autarquias locais e de todos os que possuem meios de fortuna.»<sup>1687</sup>

---

<sup>1681</sup> *O Raio*, 5.4.1936.

<sup>1682</sup> *Ibidem*, 9.1.1938.

<sup>1683</sup> *Ibidem*, 27.2.1938.

<sup>1684</sup> Of. à Junta de Freguesia do Tortosendo 28.4.1939 Fundo GCCTB Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Ministérios e Autoridades do distrito, 2ª Secção, 1939, Pasta s/nº, Cx. 132.

<sup>1685</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.2.1936.

<sup>1686</sup> *Ibidem*, 23.2.1936.

<sup>1687</sup> *Ibidem*, 8.3.1936.

## ■ O PERIGO COMUNISTA

Em fevereiro, o administrador do concelho participa ao governador civil<sup>1688</sup> outro tipo de preocupações: «que embora sem elementos certos e concretos para julgar, está convencido de que se prepara qualquer movimento revolucionário, pois os conhecidos elementos adversos [supostamente ligados ao Partido Comunista] apresentam-se nas atitudes».<sup>1689</sup> Na verdade, Carlos Fonseca afirma que «dos centros polarizadores da resistência antiditatorial, o Partido Comunista português seria o único sobrevivente à longa e mortífera travessia do deserto»<sup>1690</sup>. Em boa verdade, podemos juntar o depoimento de Joaquim Dias, um operário de Tortosendo, que confirma a ação do Partido Comunista e já há bastante tempo atrás<sup>1691</sup>:

Em 1932 fui trabalhar para a Covilhã e o meu pai também e, por isso, lá nos radicámos como moradores, no Bairro da Tapada. Tinha eu, nessa altura, 18 anos de idade. Um dia, um indivíduo que eu ainda pouco conhecia, pediu-me para levar um pequeno embrulho para o Tortosendo e para o entregar a um primo meu, Honorato Simões. Foi quando vim a saber e a ver pela primeira vez o pequeno jornal *Avante*. Sem dar por isso comecei por ser o elemento de ligação entre Covilhã e o Tortosendo, da organização clandestina (Partido Comunista), que já não era nova.

No final do ano de 1936, no *Notícias da Covilhã*, numa notícia intitulada «Comunismo autêntico», pode ler-se<sup>1692</sup>:

Parece que se começa a ver que há mais comunistas do que os que já nos eram conhecidos e mais do que os que se proclamam como tais. Há-os nas fábricas onde a coação sobre os elementos operários da parte dos camaradas, para que não entrem ou abandonem o Sindicato Nacional, chega a tomar todas as feições, desde pregação de todos os dias até ameaça para quando isto mudar.

Juntamos, neste momento, mais um testemunho do operário Joaquim Dias que ele achou por bem gravar, por escrito, em maio de 1937<sup>1693</sup>:

---

<sup>1688</sup> que por sua vez fará chegar ao Ministro do Interior

<sup>1689</sup> Fundo GCCTB *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades dentro e fora do distrito, 2ª Secção*, 1934-36, Pasta 14, Cx. 131 (Confidencial).

<sup>1690</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia, op. cit.*, pag. 25.

<sup>1691</sup> Joaquim Dias Alves, «Coisas pessoais», in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003.

<sup>1692</sup> *Notícias da Covilhã*, 6.12.1936.

<sup>1693</sup> Este calabouço diziam que tinha lotação para doze pessoas em 4x4 metros ou seja 16 metros quadrados, mas a verdade é que estivemos lá 38 homens, quase dois meses, onde se comia, se dormia, se mijava, se cagava a qualquer hora do dia ou da noite. E, por vezes, quando alguns comiam outros eram atacados de diarreia pelo que forçosamente te tinham de servir da pia que havia dentro do próprio calabouço. Tinha uma tarimba para dormir em cima das tábuas para o que tivemos que organizar turnos de doze homens, para dormirem duas horas cada turno. Ninguém tinha onde tomar banho, todo o tempo

Todos cinco fomos conduzidos para a Guarda, onde nos foi formado o processo. (...) No dia 27 de maio de 1937 meteram-nos no comboio com destino a Lisboa e fomos parar à sede da PIDE para as respetivas «formalidades»: tirar fotografias várias e em diversas posições para juntar à ficha de cada um que ficava arquivadas no volumoso arquivo da sinistra PIDE. É certo que custou um bocado passar pela PIDE nos anos da revolução, guerra civil espanhola, mas não adianta agora falar do que se passou comigo, direi apenas que ninguém que por lá passasse de lá sairia sem ser bem convidado, mesmo depois da Guerra Civil Espanhola ter terminado. Em seguida enviaram-nos para o Governo Civil de Lisboa, calabouço n.º 6, onde ficámos acamados como sardinhas enlatadas.

Mais tarde, em dezembro de 1939, segundo o *Notícias da Covilhã*, a Polícia de Segurança Pública conseguiu também deitar mão aos autores das expressões subversivas estampadas nalguns pontos da cidade, na madrugada de 30 de novembro. São seis indivíduos da indústria, entre os 17 e 25 anos. Constituíam uma célula comunista.»<sup>1694</sup>

## 2.6 A Segunda Guerra Mundial

Francisco Canais Rocha, em relação aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, no nosso país, opina o seguinte:

Embora não tenha participado na carnificina, os efeitos da guerra fizeram-se sentir profundamente na população, tal como acontecera em 1914. A escassez dos géneros de primeira necessidade, o açambarcamento desenfreado, o mercado negro e o racionamento que foi imposto passaram a fazer parte do quotidiano dos trabalhadores e do povo. Esta situação, mais a contenção salarial imposta pelo Governo, criaram as condições objetivas para que os trabalhadores levem a cabo vários movimentos de protesto, exigindo melhores condições de vida.»<sup>1695</sup>

■ «Escassez e agitação social» A nível local, perto do início da Guerra, revelam-se, efetivamente, alguns sinais na economia que virão a conturbar a paz social. Ainda no mês de maio, a imprensa fala da falta de arroz<sup>1696</sup> e, em julho, o governador civil chama a atenção das câmaras municipais para a venda e fabrico clandestino de pão.<sup>1697</sup> Na

---

que ali permanecesse. Joaquim Dias Alves, *Ibidem*. «Coisas pessoais: Parte I», in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003.

<sup>1694</sup> Foram alguns destes os autores de igual proeza praticada na capela de S Cruz, em 1 de Maio. *Notícias da Covilhã*, 10.12.1939.

<sup>1695</sup> Francisco Canais Rocha, *Ibidem*, p. 95. «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical Português (1838 – 1970)» in *Contributos para a história do movimento operário e sindical*, Coord. geral Manuel Carvalho da Silva ; autores Américo Nunes... [et al.], [Lisboa] : CGTP-IN : IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, p.95.

<sup>1696</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.5.1939.

<sup>1697</sup> *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, Ata n.º 18, de 19.07.1939, abril de 1939 a 15 de janeiro de 1941. Entretanto, para prevenir esta situação, a Circular 19.10.1939 informa que pelo Dec-Lei n.º 29 815 de 10.8.1939 foi concedido novo prazo para registo na Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas dos fornos de cozer pão à maquia existentes à data da publicação do decreto n.º 18

Covilhã, na indústria de lanifícios, o fabrico das mantas, produto próprio da Guerra, mas de produção e venda irregulares, gera polémica. Este trabalho de tecelagem das mantas no princípio da Guerra fomentou grande ocupação, mas quando afrouxou, lançou grande número de operários no desemprego. No entanto, quando aumentava, eram os operários em exercício que faziam trabalho extraordinário, permitindo-se, mesmo, o trabalho, aos domingos.<sup>1698</sup> Os desempregados clamam, com razão que enquanto uns trabalham horas de mais outros não têm onde empregar a sua atividade. Para mais, alguns patrões não pagaram essas horas com os 50% suplementares.<sup>1699</sup> Em setembro, relembra-se que a crise da indústria dos lanifícios se deve à redução das horas de trabalho, «impostas pela força das circunstâncias e o agravamento progressivo do custo de vida».

Em março de 1940, já se fala da «penosa situação» dos velhos, inválidos e desempregados.<sup>1700</sup> Em setembro, acrescenta-se que há lares invadidos pela miséria, pois falta o trabalho e o pão. Com o inverno inclemente, alguém lembra a oportunidade de distribuição de uma sopa destinada aos desempregados e seus familiares, que pelo Fundo de Desemprego havia sido votada uma quantia para uma sopa. Tal incumbência poderia ser desempenhada pela Conferência de S. Vicente de Paulo<sup>1701</sup> O INTP pede elementos para o estudo do desemprego no concelho, mas a Câmara responde que não possui esses dados.<sup>1702</sup> Em novembro, o desemprego já é classificado de chaga social, apesar das obras públicas abertas pelo Estado com verbas do desemprego.<sup>1703</sup> Uma comissão constituída pelos: presidente, secretário e sócio (António Lopes Jorge), do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios; com governador civil de Castelo Branco; com o Dr. Ubach Chaves, representante do Governo, junto da Federação Nacional de Lanifícios, e o delegado do INTP, deslocou-se a Lisboa, avistou-se com o Dr. Trigo de Negreiros, subsecretário de Estado das Corporações, «a tratar de vários assuntos de grande interesse da classe operária.»<sup>1704</sup>

---

820 de 5.9.1930. Este prazo (3.º concedido) e termina em 13.11 próximo futuro. *Cópia da Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades do distrito, 3.ª Secção, 1939-1942, Pasta s/nº, Cx 132.*

<sup>1698</sup> *Notícias da Covilhã*, 3.3.1940.

<sup>1699</sup> *Ibidem*, 1.3.1940.

<sup>1700</sup> *Ibidem*, 10.3.1940. Alguns dos velhos e inválidos recebem só 20\$00 por semana.

<sup>1701</sup> *Ibidem*, 10.9.1940.

<sup>1702</sup> Ata n.º 15 15.9.1940 *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 53, abril de 1939 a 15.1.1941.

<sup>1703</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.11.1940. J B Gíria já o havia sugerido em *Notícias da Covilhã*, 10.3.1940.

<sup>1704</sup> *Ibidem*, 10.11.1940.

«Numa economia fortemente dependente do exterior relativamente a matérias-primas essenciais (incluindo a energéticas), bens intermédios (incluindo adubos, máquinas, aparelhos industriais e meios de transporte) e bens alimentares, a redução da oferta por parte dos países beligerantes e ocupados (tradicionalmente fornecedores de Portugal) e a quebra e a irregularidade dos fornecimentos provocados pela falta de capacidade das marinhas mercantes provocaram escassez, inflação (que viria ainda a ser alimentada por mecanismos monetários) e agitação social.»<sup>1705</sup>

Em 1941, no *Notícias da Covilhã*, embora em agosto se apresenta-se uma queixa «suave» em relação às dificuldades de abastecimento causadas pela Guerra,<sup>1706</sup> mas em dezembro, classifica-se a vida operária de «muito difícil» e alvitra-se que se pense nisso.<sup>1707</sup>

■ Regressam as greves e a repressão Para Eduardo Cintra Torres, «quando irrompeu a Segunda Guerra Mundial, optando Salazar pela proteção aberta do patronato e desleixando o abastecimento de alimentos, o que provocou as últimas fomes do século, o “sentimento essencial” irrompeu em lutas abertas, algumas espontâneas (sem organização política por detrás) e a insolência regressou às ruas».<sup>1708</sup> Fátima Patriarca corrobora esta opinião: «Agitação, manifestações, protestos ocorrem um pouco por todos os centros industriais, a partir de 1941»<sup>1709</sup>, claros sinais do descontentamento popular. E continua: Os operários de lanifícios da Covilhã e Tortosendo, entraram em greve, em finais de 1941, quando, depois de negociado um CCT, o subsecretário de Estado das Corporações não o homologa. É preciso não esquecer que se está já em plena guerra e que a política económica é de contenção salarial, no sentido de não fazer pressão sobre os preços. A não homologação deste Contrato e a repressão dos grevistas da Covilhã cairão mal nos meios operários e entre os próprios dirigentes sindicais corporativos.»<sup>1710</sup>

---

<sup>1705</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 319.

<sup>1706</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.8.1941.

<sup>1707</sup> *Ibidem*, 12.10.1941.

<sup>1708</sup> Eduardo Cintra Torres, *Da Insolência à obediência: Alterações nas atitudes dos despossuídos (1900-1945)*, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a07.pdf>, 15.1.2010, p. 16.

<sup>1709</sup> Fátima Patriarca, *op. cit.*, p. 25. «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. xxvi (110), 1991 (1.º), p. 25.

<sup>1710</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 25. Fátima Patriarca «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. xxvi (110), 1991 (1.º), p. 25.

Francisco Canais Rocha conta o que sucedeu: «No dia 5 de novembro de 1941, os operários de lanifícios da Covilhã e de Tortosendo, depois de uma concentração no sindicato, entraram em greve. (...) Chamada a polícia pelo presidente do sindicato, esta procedeu, de imediato, à prisão de 16 operários. Levados para Castelo Branco, foram depois transferidos para o Porto.»<sup>1711</sup>

Estes acontecimentos mereceram de imediato, o relato do jornal *AVANTE*.

AVANTE VI SÉRIE N.º 4 NOVEMBRO DE 1941



Fonte: [http://www.pcp.pt/avante-clandestino#decada\\_40.html](http://www.pcp.pt/avante-clandestino#decada_40.html) Acedido em

Do *Avante*, destacámos:

(...) a greve estalou a 5 de novembro na fábrica Alçada e alastrou rapidamente a toda a cidade. Logo da Guarda e de Castelo Branco seguiram forças do Exército, Polícia e Guarda Republicana para a Covilhã. De Lisboa partiram Brigadas da Polícia de Informações que uma vez chegadas prenderam logo doze trabalhadores, entre os quais, um rapaz de quinze anos e um soldado. (...) A greve tomou maiores proporções. Uma multidão de operários, mulheres com filhos nos braços, jovens, famílias inteiras marcharam para a praça principal (Pelourinho), exigindo a libertação dos presos. As valentes operárias da Covilhã foram incansáveis, indo de porta em porta, chamando as famílias trabalhadoras, gritando bem alto o seu protesto.

Foi a altura da intervenção das Forças Armadas, Polícia, Guarda e Forças do Exército, abriram fogo, os operários ainda tentaram resistir, defendendo-se com pedras. Mas as metralhadoras crepitam. Um operário caiu com uma perna esfacelada que posteriormente foi amputada. Outros foram feridos. Os operários tiveram que bater em retirada. Mas a greve não estava ainda vencida. Só no dia 8, sábado, os operários retomaram o trabalho numa atmosfera de repressão. E com a promessa de satisfação das

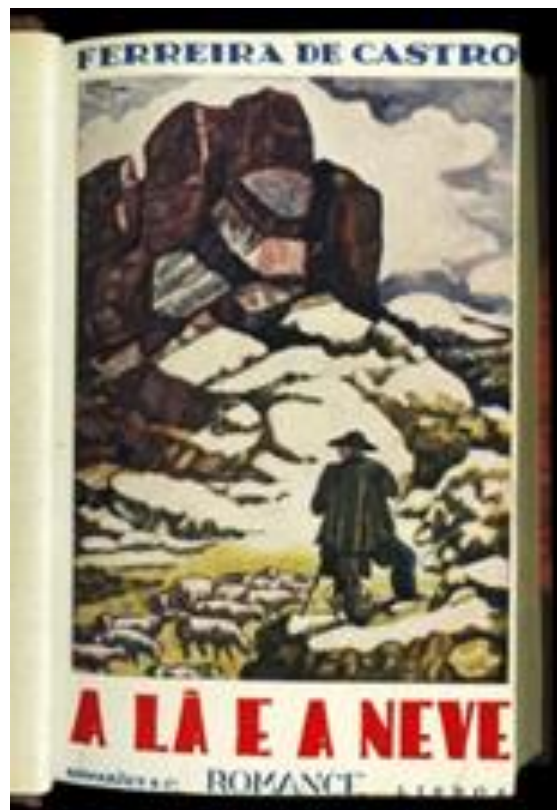
<sup>1711</sup> Francisco Canais Rocha, *Ibidem*, 96 «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical Português, p. 96.

reivindicações....»<sup>1712</sup> No *Avante*, em maio do ano seguinte, elogia-se a coragem das mulheres da Covilhã: «Contra a situação de miséria, se levantaram já as valentes operárias da Covilhã que ao lado de seus maridos e filhos lutaram com sacrifício da própria vida pelo aumento de salários.»<sup>1713</sup>

Segundo Eduardo Cintra Torres, por sua vez, em 6 de novembro de 1941, a PVDE, sempre atenta, através de relatório, dava conhecimento do sucedido, com a sua interpretação dos factos: «uma grande multidão de operários de ambos os sexos» chega à frente da Câmara Municipal da Covilhã, «em grande algazarra e atitude hostil». A polícia comenta: «a cidade da Covilhã é um meio» em que «talvez devido a influência do passado, os operários «querem conquistar» e não que lhes «ofereçam». Termina propondo uma solução: «só com uma repressão enérgica, como a que se está fazendo, será possível normalizar a situação». (Patriarca, 1995, vol. II: 578).<sup>1714</sup>

■ A Covilhã é cenário para *A Lã e a Neve* Estes acontecimentos mereceram o relato do escritor Ferreira de Castro, no romance *A Lã e a Neve*, publicado em 1946.

CAPA DA 1ª EDIÇÃO, 1946



Fonte: [www.custojusto.p](http://www.custojusto.p)

<sup>1712</sup> *Avante!*, Série VI, n.º 4, novembro de 1941.

<sup>1713</sup> VI Série, n.º 40, maio de 1942.

<sup>1714</sup> Eduardo Cintra Torres, *Da Insolência à obediência: Alterações nas atitudes dos despossuídos (1900-1945)*, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a07.pdf>, 15.1.2010, p. 16.



Para tal, Ferreira de Castro, entre 1945 e 46, veio por diversas vezes à Serra da Estrela para recolher elementos para o seu romance, tendo, também, permanecido na Covilhã.<sup>1715</sup> Sabemos que, enquanto esteve na Covilhã, também veio ao Tortosendo, onde falou, entre outras pessoas, com José Ribeiro, de acordo com o que este tortosendense nos revelou. Em junho de 1945, já está instalado no Hotel Neve, facto confirmado através de correspondência. Concordamos com a apreciação de Pedro Calheiros: «Este livro é um testemunho ousado e vigoroso sobre homens corajosos, e outros nem tanto, e até cobardes, injustos e maldosos nesse tempo de ditadura feroz.»<sup>1716</sup>

Após o início da greve, e depois de se saber que alguns operários haviam sido detidos, Ferreira de Castro relata<sup>1717</sup> o que se passou no Pelourinho, através do narrador:

O Pelourinho andava em obras, para alargamento da sua área e as pedras do calcetamento enfurecidas mãos femininas agarravam-nas e arremessavam-nas sobre a polícia. De repente, desembocaram ali soldados do exército e da guarda republicana, luzindo metralhadoras. A praça fora cercada. A multidão deu conta do acontecido, hesitou uns segundos e continuou a avançar para a cadeia. – Quero o meu filho! Quero o meu homem! Queremos os nossos presos. – Queremos pão!- e a voz isolada logo se multiplicou e se repercutiu por toda a praça: -Pão! Pão! Pão!

O narrador prossegue: «Na Covilhã constituíra-se um novo comité. Mais uma vez, porém, os industriais haviam declarado ser-lhes impossível atender a tais reivindicações. Que tivessem paciência, mas eles não podiam elevar os salários, porque o Governo continuava a não lhes permitir elevar o preço dos tecidos. O Governo entendia que, se se cedesse, cair-se-ia num círculo vicioso, pois o aumento de salários provocaria, fatalmente, um aumento de custo de vida, prejudicial para todos. Assim, a única promessa que podiam fazer era não despedir quem houvesse tomado parte na greve – isto se não se desse qualquer incidente.»<sup>1718</sup> Os aumentos salariais só viriam a ser concedidos através do novo Contrato Coletivo do setor, no início de 1943.»<sup>1719</sup>

---

<sup>1715</sup> [http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro\\_calheiros.htm](http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro_calheiros.htm). Consultado em 6.7.2014.

<sup>1716</sup> Pedro Calheiros, *A lã e a neve* testemunho corajoso sobre homens ousados  
[http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro\\_calheiros.htm](http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro_calheiros.htm)

<sup>1717</sup> Ferreira de Castro, *op. cit.*, p.227.

<sup>1718</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 230.

<sup>1719</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.354.

## ■ TORTOSENDO - OPERÁRIOS PRESOS

Podemos ainda acrescentar um testemunho oral. No Tortosendo, também foram presos alguns operários, por terem feito greve e, entre estes, contava-se o jovem Francisco Carrola. [-✚]. João Alberto Antunes ouviu este interveniente e registou esse episódio:

Francisco Carrola e seu grupo de catraios do Casal da Serra (...) também fizeram gazeta (...) a GNR calcorreou de cabeça em cabeça até avistar um grupelho de jovens aprendizes, (...) intimidou o pessoal a comparecer nas Fábricas à uma da tarde, se não queriam ser presos no dia seguinte. (...) A patranha da patrulha mais não era que uma astuta manha: a mãe do “nosso pequeno” Francisco encheu-lhe as algibeiras de broa e um punhado de figos secos... que intuição de mãe lhe palpitava, que dias de aperto-de-coração se avizinhavam negros. À hora aprazada, os esbirros da Ordem interpelavam os faltosos barrando-lhes o acesso à entrada da Empresa. (...) quem se apresentava recebia um bilhete de carreira motorizada para a Covilhã. Nos Pinhos Mansos organizou-se uma excursão de três camionetas quase superlotadas que despejaram operários e caneleiras ao portão de armas do Quartel de Infantaria da Covilhã.<sup>1720</sup>

Continuamos com as palavras do próprio Francisco Carrola:

Era umas cinco e meia da tarde quando saímos da Covilhã (...) Em Castelo Branco, primeiro apeadeiro, meteram-nos nos curros do governo civil, a fazer horas para o comboio que nos havia de levar pela primeira vez a Lisboa. (...) De Santa Apolónia, (...) enfiaram-nos de novo em jipões da tropa rumo a Caxias. (...) Foram catorze dias de solitária (...) Soltaram-nos perto do Natal.

No *Notícias da Covilhã* de 8 de Março de 1942, criticam-se as vozes de descontentamento, de «toda a gente, grandes e pequenos, pobres e remediados» tanto em relação ao racionamento de gasolina, como dos outros combustíveis<sup>1721</sup> Entre essas vozes sobressaem a do juiz de direito da Comarca da Covilhã<sup>1722</sup> e a da própria Câmara.<sup>1723</sup> Em 10 de abril, novamente em relação ao pão, e apesar das medidas tomadas, o governador civil em ofício dirigido a entidades superiores, assume que causa «grandes embaraços e dificuldades (...) a falta de tão grande quantidade de farinha centeia»,<sup>1724</sup> enquanto o milho é mais do que suficiente para todo o distrito.»<sup>1725</sup>

---

<sup>1720</sup> João Alberto Antunes, «Anos quarenta do século Vinte», in *Boletim da LAT*, n.º 41, 1.º Trim., 2002.

<sup>1721</sup> *Notícias da Covilhã*, 8.3.1942.

<sup>1722</sup> Informa que mais do que um transportador não efetua carreiras por falta de combustível *Copiador* de 1942.

<sup>1723</sup> «numa quinzena haver nas bombas do concelho 10, 20, 30 ou 40% do combustível necessário para satisfazer os contingentes do racionamento». Como alternativa à falta de combustíveis, pensa utilizar gasogéneo em dois veículos e, nesse sentido pede informações a uma firma do Porto. Ofício à Eletro Central Vulcanizadora, garagem Batalha Porto, 10.7.1942, ACMC, Câmara, *Copiador* de 1942.

<sup>1724</sup> Do governador civil Of ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícola 10.4.191942 Fundo GCCTB, Cópia da *Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades fora do distrito*, 3.ª Secção, 1942, Pasta 4, Cx 132

<sup>1725</sup> Fundo GCCTB, Cópia da *Corresp. Expedida do Governo Civil para Autoridades fora do distrito*, 3.ª Secção, 1942, Pasta 4, Cx 132

## ■ SEMANA DE QUATRO DIAS

No mesmo semanário, em 22 de novembro seguinte, fala-se da grave situação que se atravessa, que abrange a situação de todo o país, mas na Covilhã, «ela tem aspetos mais lúgubres e torturantes com a falta de trabalho. Parte das oficinas a trabalhar a quatro dias, com ordenados insuficientes, a vida para esses trabalhadores é um verdadeiro calvário.» «Um pouco de boa vontade de todos e essa situação melhorará.»<sup>1726</sup> Ferreira de Castro também registou esta situação<sup>1727</sup>:

A indústria sofria, porém, constantes oscilações. Ora fabricava sem descanso, ora, por escassez de matéria-prima ou parco consumo, diminuía os dias de seu trabalho. Então, homens e mulheres, que à lã haviam entregue a sua vida, defrontavam-se com uma miséria mais descarnada ainda do que a normal. Com seu fabrico reduzido, a Covilhã, em vez de exportar panos, passara a exportar raparigas para o meretrício de Lisboa. (...) No século XX, mais do que sons de flautas pastoris descendo do alto da serra para os vales, subiam dos vales para o alto da serra queixumes, protestos, rumores dos homens que, às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão.

No Tortosendo, José Ribeiro também rememorou esses tempos<sup>1728</sup>:

Os têxteis foram obrigados a laborar somente quatro dias por semana, aumentando assim as dificuldades dos operários que já viviam com bastante austeridade. Valendo o facto de quase todas as famílias cultivarem um pedaço de terra de onde lhes vinha as batatas, hortaliças, legumes e alguma fruta.

Impõem-se as ajudas para ajudar a minorar as grandes dificuldades que afetam, principalmente, grande parte da população operária. Em consequência, o Comissariado do Desemprego, em 29 de Abril de 1942, remete à Câmara certidão dos subsídios que lhe foram concedidos<sup>1729</sup> e pede à Junta de Freguesia de Tortosendo, para que sejam indicados os nomes das pessoas mais necessitadas, para serem contempladas com donativos de roupas, etc. A Ação Social fizera também essa distribuição, em novembro do ano anterior.<sup>1730</sup> Ainda em 1942, na Covilhã, sob a alçada da Conferência de S. Vicente de Paulo, foi criada uma Cozinha Económica «para assim atender às necessidades urgentes deste momento difícil de toda a gente, mas de uma maneira especial dos que mais precisam socorrer-se dos benefícios da caridade». No ano seguinte, alguém sugere que se acentuar o estado de fome, no meio da classe operária, poderia aproveitar-se a Cozinha Económica devendo cotizar-se para tal os

<sup>1726</sup> *Notícias da Covilhã*, 22.11.1942.

<sup>1727</sup> Ferreira de Castro, *Ibidem*, Pórtico.

<sup>1728</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

<sup>1729</sup> Ata n.º 18 29.4.1942 Circular n.º 134/3ª Livro 55 Atas 2.1.1942 a 28.10.1942.

<sup>1730</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.11.1941.

industriais.<sup>1731</sup> Confirma-se o objetivo, pois em 1942, dia a dia vê aumentar o número dos seus protegidos. O *Notícias da Covilhã* em Abril de 1943, divulga que também o Comissariado do Desemprego fez distribuição de vestuário e calçado aos filhos dos desempregados.<sup>1732</sup>

Em 1943, a indústria de lanifícios, base da economia da nossa região, continua a atravessar maus dias. Tal tem sido veiculado, até, pela imprensa nacional.<sup>1733</sup> Mas «as dificuldades atuais da vida económica, em geral, que da guerra dependem, têm agravado e tornado difícil a vida de quase toda a gente. No nosso meio, impressiona o espetáculo anormal das ruas e largos cheios de homens, nos dias de semana de paragem forçada do trabalho, por falta de matérias –primas».<sup>1734</sup> Como natural consequência «da proibição da lã estrangeira para suprir as deficiências da falta da lã nacional», estamos assistindo a uma «estagnação da vida industrial,» diminui a receita da Nação e «coloca a classe operária numa situação de quase miséria, com a semana de trabalho reduzida, a que naturalmente corresponde um salário que não chega para fazer face às mais instantes necessidades da vida.»<sup>1735</sup> Em *A Lã e a Neve*, pela voz do narrador, comenta-se esta situação, da seguinte forma:

As outras mulheres, esquecidas já da Maria Antónia, largaram a falar do preço das coisas, que era a sua obsessão quotidiana. Um quilo disto ou daquilo, que, no ano anterior, custava tanto, agora custava o dobro. As sardinhas haviam aumentado duas e três vezes mais. E as batatas, quem as não tinha, via-se doido para as arranjar. E, se as arranjava, pagava-as a peso de ouro. Só o que estava racionado não subia muito de preço, mas isso pouco valia, pois o que davam no racionamento não chegava para nada.<sup>1736</sup>

Novamente o *Notícias da Covilhã* destaca que bastantes patrões, «cujos nomes não revelamos, para não ofender a sua modéstia», «condoídos da misérrima situação dos seus operários, abonaram espontaneamente, aos chefes de família, homens e mulheres, a importância de 500\$00 para compra de géneros, especialmente batata, cujo comércio é livre e alguns foram mais longe e ofereceram aquela quantia aos seus trabalhadores, num rasgo de generosidade, que lhes ficou bem.» Por sua vez, a Câmara, em 27 de Novembro, nesta quadra de Inverno, e, «numa terra de vida caríssima, como esta da Covilhã,» deliberou que se procurasse dar, pelo Natal, um bodo a 1.000 pobres

---

<sup>1731</sup> *Ibidem*, 7.3.1943.

<sup>1732</sup> *Ibidem*, 18.4.43.

<sup>1733</sup> *Ibidem*, 30.5.1943.

<sup>1734</sup> *Ibidem*, 4.4.1943.

<sup>1735</sup> *Ibidem*, 1.5.1943.

<sup>1736</sup> Ferreira de Castro, *Ibidem*, p. 216. *A Lã e a Neve*, p.216.

(principalmente a velhos e doentes). É ainda pouco, para tantos que precisam. (...) Pedese, pois, reforço.<sup>1737</sup>

#### ■ O RACIONAMENTO NÃO É BEM ACEITE

Chegados a 1944, um articulista do *Notícias da Covilhã* considera, como «falta de espírito de solidariedade», a atitude das classes populares aceitarem mal o racionamento.<sup>1738</sup> Fernando Rosas destaca: «Desde o princípio desse ano (1944), uma vaga de conflitos que se estendia um pouco por todo o país: ‘marchas de fome’ manifestações de mulheres em frente à Câmara, assaltos a estabelecimentos comerciais, etc.»<sup>1739</sup> A este respeito, um operário, Joaquim Dias Alves, escreveu mais tarde<sup>1740</sup>:

Talvez no ano de 1945 e em data que também não sei, houve uma manifestação na Covilhã a que mais se chamava Marchas da Fome, em que eu participei e encabecei com um cartaz que dizia: «Queremos mais pão» [...] sem vivas nem morras e muito silêncio, ao fim do que fomos presos cinco pessoas e processados. No dia seguinte fomos soltos, mas em liberdade condicional, e por isso ficámos obrigados a irmos todos os meses à esquadra da polícia, até sermos julgados.

Alguns autores entendem que o comportamento do operariado contou com adjuvantes. Assim, Eduardo Cintra Torres entende que «A ira popular contra a escassez de alimentos e os baixos salários poderia já não resultar da “insolência” incentivada pelos anarco-sindicalistas das primeiras décadas do século, mas estava agora em condições de ser transformada em oposição política ao regime.<sup>1741</sup> No entanto, Fátima Patriarca vai mais além: «a sucessão de importantes greves intersetoriais e regionais, entre 1942 e 1944 onde se notará uma crescente politização marcada pelo reforço da influência do Partido Comunista nesses movimentos,<sup>1742</sup> será indiscutivelmente um dos fenómenos essenciais da conjuntura da guerra», «tudo culminando com a primeira greve significativa do período: a da indústria de lanifícios da Covilhã, em novembro e novamente em dezembro desse ano».<sup>1743</sup>

Para os tempos mais difíceis propõem Uma vez mais «trabalhos públicos» e é criado o Socorro de Inverno.

<sup>1737</sup> 27.11.1943 Ofício do presidente da Câmara ao Delegado Distrital da Intendência G. de Abastecimentos *Corresp. expedida* Ano de 1943 III.

<sup>1738</sup> *Notícias da Covilhã*, 30.4.1944.

<sup>1739</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *op. cit.*, p. 364.

<sup>1740</sup> Joaquim Dias Alves, «Coisas pessoais», in *Boletim da LAT*, n.º 46, 2.º Trim., 2003.

<sup>1741</sup> Eduardo Cintra Torres, *Da Insolência à obediência: Alterações nas atitudes dos despossuídos (1900-1945)*, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a07.pdf>, 15.1.2010, p. 17.

<sup>1742</sup> Fátima Patriarca. «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. xxvi (110), 1991 (1.º), p. 25.

<sup>1743</sup> Fátima Patriarca «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. XXVI (110), 1991 (1.º), p. 25.

### 3. 1945-1968 SITUAÇÃO OPERÁRIA NO PÓS-GUERRA

#### 3.1 Luta pelos direitos: greves e prisões

Do mesmo modo, as autoridades oficiais também manifestavam a sua preocupação. Logo em fevereiro de 1946, o presidente da Câmara envia uma exposição ao governador civil para apresentar uma situação que «reputa de grave»<sup>1744</sup>

Embora os salários dos operários tivessem sido aumentados, não se havia conseguido estabilizar os preços e por isso não podem comprar em quantidade suficiente os bens essenciais à sustentação, o mesmo se poderá dizer da chamada classe média, principalmente do funcionalismo; os géneros racionados são manifestamente insuficientes e os preços (retirados do último mercado semanal de sábado), com destaque para os que são a base da alimentação: batata, feijão e pão, não se conseguiram estabilizar.

E conclui: «Todavia, quem tem dinheiro pode dizer-se que quase nada lhe falta.»

Em abril, a mesma entidade comunica ao governador civil que ocorreram «um cortejo e uma manifestação a que a Polícia pôs cobro, cenas de pugilato no mercado, lamentações contínuas junto dos comerciantes, impaciência constantemente revelada aos organismos sindicais dão o sinal da seriedade do momento.»<sup>1745</sup> Pede que interceda junto do ministro do Interior e subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

#### ■ MAIS PRISÕES DE OPERÁRIOS

Por essa altura, António Rojão é detido, com outros companheiros, no seu local de trabalho, a Sociedade de Lanifícios (Fábrica do Ribeiro). Este operário apresenta-nos a leitura desse facto tão marcante na sua vida<sup>1746</sup>:

Na Fábrica do Ribeiro, eu e o Manel Francês éramos tosadores. Como nós líamos o jornal, eles [os companheiros] «consideravam-nos a nós», porque nós íamos a ouvir as notícias, à noite, à casa do Sr. Manuel Álvaro. Ouvíamos a rádio BBC que era o Fernando Pessa o locutor, e depois íamos lá ao resto do pessoal, porque havia um pisão, havia a tinturaria, havia a ultimação por cima, e eles todos nos contactavam ao meio-dia, quando a gente almoçava. Juntavam-se todos cá ao pé das râmbolas e tinham lá umas mesas onde se costumava sentar um senhor que também era muito simpático e muito popular, que era o Sr. Artur Meireles, que conversava muito connosco.» Nós ajudávamos a esclarecer os trabalhadores. Perseguiam-nos por tudo e por nada, porque a gente não se podia ajuntar. Como nós líamos os jornais e informávamos os trabalhadores, a PIDE foi lá e prendeu-nos.

<sup>1744</sup> Por estar de acordo com o Grémio, representantes dos sindicatos da indústria de lanifícios, da Construção Civil, dos Motoristas e dos Empregados do Comércio.

<sup>1745</sup> 29.4.1946, ACMC, Câmara Municipal *Corresp. Expedida*, 1946 I.

<sup>1746</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «António Craveiro Rojão» in *Boletim da LAT*, n.º 55, 3.º Trim., 2005.

Prossegue: «Também foram presos: o Honorato Simões que era um homem muito culto, mais velho; o Emílio Pina, que trabalhava no João Afonso; o António Cavaca, que trabalhava nas fiações da Covilhã; o Manuel de Almeida Francês trabalhava na Sociedade de Lanifícios comigo; [e ainda] o Leopoldo Matos Canhoto, no Leonel Sousa Rebordão; o José Ralo e António Craveiro eram da Sociedade de Fabricantes. Eles iam a falar com o patrão, com o Sr. Laureano, a reivindicar mais dinheiro, frente ao trabalho que eles faziam, que era tecelão. Quando veio a PIDE, andaram de fábrica em fábrica, eles levaram aqueles que mais se salientavam.»<sup>1747</sup>

Cátia Teixeira corrobora esta opinião: «Em janeiro de 1946, desencadeia-se um movimento grevista de operários têxteis da zona da Covilhã. Apesar da intervenção policial conseguem obter um aumento salarial e a redução nos seus horários de trabalho».<sup>1748</sup> Em Abril seguinte, «dá-se a grande greve na Covilhã, que se alastrou ao Tortosendo e também a Gouveia. Vieram forças da GNR<sup>1749</sup> de vários pontos do país para sufocar a desordem que não havia, mas sim um movimento operário reivindicando aumentos salariais. Para o operário, Joaquim Dias Alves, «foi esta greve a maior de sempre contra a ditadura de Salazar e para amedrontar os operários, autorizaram os patrões a despedirem todos os seus quadros e a contratarem só pessoal do seu agrado. Claro, desde o princípio da greve me compenetrei de que não entrava mais na fábrica onde trabalhava, o que veio a acontecer».<sup>1750</sup>

Em 1947, o *Notícias da Covilhã* denuncia que a fome na Europa continua.<sup>1751</sup> Ferreira de Castro denuncia, também, essa situação<sup>1752</sup>:

Os jornais continuavam a falar de fome e de frio na Europa. Havia cento e quarenta milhões de bocas famintas. Milhares de crianças morriam por falta de alimentos, milhões de homens erravam de terra para terra, assaltando e matando nas encruzilhadas da noite outros homens, por um simples naco de pão. A miséria instalara-se na Europa, mais negra e mais densa ainda do que fora sempre e só ela parecia dominar tudo, inexoravelmente.

---

<sup>1747</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «António Craveiro Rojão» in *Boletim da LAT*, n.º 55, 3.º Trim., 2005.

<sup>1748</sup> Cátia Sofia Ferreira Teixeira, *As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, (Tese de Mestrado), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

<http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20C%3%A1tia%20Teixeira.pdf>

<sup>1749</sup> Requisita-se o rés-do-chão da casa que serve de aquartelamento ao Posto desta Guarda habitado, para alojamento do pessoal do mesmo Posto e das praças destacadas por motivo da greve operária.<sup>1749</sup> ACMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos*, n.º 1744, 1941-1949. Of n.º 150 D 13.4/46 GNR B n.º 5 5.ª C.

<sup>1750</sup> Joaquim Dias Alves, «Coisas pessoais», in *Boletim da LAT*, n.º 48, 4.º Trim., 2003.

<sup>1751</sup> Provavelmente só será normalizada a situação alimentar em 1950. *Notícias da Covilhã*, 23.3.1947.

<sup>1752</sup> Ferreira de Castro, *Ibidem*, p.316. *A Lã e a Neve*, p.316.

Em janeiro de 1948, o presidente da Câmara oficia ao governador civil de Castelo Branco que prestará o seu maior interesse à Campanha de Socorro Social, tendo já sido ordenada a afixação de selos do «Socorro Social» em todas as licenças camarárias.<sup>1753</sup> Em relação a esta Campanha, o *Notícias da Covilhã* acentua: «Bem fazer (...) Os que podem, aos que precisam! Este o lema, certo e condensado, em que numa hora feliz se definiu o espírito de Socorro Social, criado em boa hora e com tão assinalado êxito.»<sup>1754</sup>

Em 1952, continua a falar-se, em relação à Covilhã, em tempo de crise, com oficinas encerradas e outras a quatro dias de serviço, por semana<sup>1755</sup>. Lembra-se a necessidade para atenuar que se distribua o trabalho pelo maior número de operários. Os deputados pelo Círculo de Coimbra propõem ao ministro das Obras Públicas a construção da Estrada das Pedras Lavradas.<sup>1756</sup>

Carlos Fonseca, na *História do Movimento Operário, I*, informa que em 1956, ocorreu uma vaga de greves na qual se incluíram Covilhã, Tortosendo, Aljustrel e Grândola.<sup>1757</sup>

Em julho de 1958, o presidente da Câmara, Dr. Ranito Baltazar, em correspondência confidencial, preocupado com a situação de muitos operários da indústria de lanifícios, expõe ao governador civil os «problemas latentes e que constituem preocupação das autoridades:

as reclamações que dizem respeito às pensões de reforma que são manifestamente insuficientes (...) a forma demasiadamente legalista como é calculado o subsídio na doença. (...) Há qualquer coisa que não está bem e que se torna mister corrigir para não dar origem a males maiores.»<sup>1758</sup>

### **3.2 Sindicato: Ilusória abertura e Contratação Coletiva no pós-guerra**

Para José Barreto, no imediato pós-guerra, em 1945, «algumas forças da oposição tinham podido alcançar sucessos relativamente importantes nas eleições sindicais então realizadas, graças, muito provavelmente, a um recuo tático do salazarismo na conjuntura política internacional do momento. (...) Mas o salazarismo ia resistir à euforia

---

<sup>1753</sup> Ofício do presidente da Câmara para o governador civil, de 26.1.1948, ACMC, Câmara Municipal *Corresp. Expedida* 1948 I.

<sup>1754</sup> *Notícias da Covilhã*, 3.11.1951.

<sup>1755</sup> *Ibidem*, 19.1.1952.

<sup>1756</sup> *Notícias da Covilhã*, 19.1.1952.

<sup>1757</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia*, *op. cit.*, p. 206.

<sup>1758</sup> Of. Do presidente da Câmara dirigido ao governador civil, 14.7.1958 ACMC, *Corresp. Expedida*, Avulsos, n.º 1692, 1945-1958 (Confidenciais)



demoliberal do pós-guerra e voltar a cerrar fileiras contra o inimigo interno». <sup>1759</sup> Como tal, até meados dos anos 60, as vitórias de direções «da escolha dos trabalhadores» ou «integrando elementos honestos» tornar-se-ão mais raras, embora pontualmente importantes. As eleições eram então «disputadas» em pouquíssimos sindicatos: em 1953-1954, no dizer do PCP, apenas se «lutou» em 20 dos 301 sindicatos existentes. <sup>1760</sup>

No Tortosendo, segundo o *Livro de Autos de Posse das direções do Sindicato*, com início em três de julho de 1945, pode ler-se que precisamente nesta data, compareceram os sócios: Américo Pereira d'Ascensão (empregado indústria têxtil), Carlos Barata (operário), António Evaristo Gonçalves (operário), Carlos Augusto Rodrigues Ferreira (empregado indústria têxtil), Américo da Cruz Poeta (operário), e Leopoldo de Matos Canhoto (operário, antigo dirigente da Associação de Classe), a fim de tomarem posse dos cargos de gerência do mesmo Sindicato, durante o ano de 1945, para que foram eleitos, em reunião da assembleia-geral ordinária, do dia 13 de maio último. A referida posse foi-lhes dada, por Marcelino Jota da Cruz Figueiredo, António Joaquim Gervásio e Joaquim Pereira de Matos, que constituíram a Comissão Administrativa das Gerências anteriores, «entrando em exercício de suas funções os empossados eleitos, assinando todos». <sup>1761</sup>

«Surpreendido com a movimentação à volta dos SN, o Governo, como sempre [retrocede e] promulga, em 28 de dezembro de 1945, o Decreto-Lei n.º 35 404. Com ele, as eleições nos SN passaram a ser trienais, contrariando, uma vez mais, o que estipulavam os respetivos estatutos. Isto quer dizer que, em 1946 e 1947, não se podiam realizar eleições sindicais. E assim aconteceu de facto.» <sup>1762</sup> Pelo que, no Tortosendo, em junho do ano seguinte, 1946, já tomaram posse dos cargos de gerência do Sindicato para os quais foram nomeados, em Comissão Administrativa, para substituição da direção anterior, a quem foi retirada a sanção de gerência pelo mesmo despacho e entraram no

---

<sup>1759</sup> José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), p. 294.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf>

<sup>1760</sup> José Barreto, «Comunistas, católicos ...», *op. cit.*, p. 295 e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), p. 295.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf>

<sup>1761</sup> *Livro de Autos de Posse das direções e Comissões Administrativas deste Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, Secção de Tortosendo*, com a data de abertura de 3.7.1945, «que para tal fim sejam nomeadas pelas autoridades competentes».

<sup>1762</sup> Francisco Canais Rocha, *Ibidem*, p.103.

exercício das suas funções, os sócios Carlos Augusto Rodrigues Ferreira, Américo Pereira d'Ascensão e José Fernandes Tiago, todos empregados da indústria têxtil.<sup>1763</sup>

Em 15 de junho de 1951, pelo delegado do INTP, é empossada a Comissão Administrativa recentemente nomeada, composta por José Fernandes Tiago, José Graça e José Rodrigues, todos empregados da indústria têxtil. Esta ocorrência foi noticiada pelo *Jornal do Fundão*.<sup>1764</sup>

Em agosto seguinte, na delegação do INTP, o delegado, o presidente da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e representantes do Grémio e dos Sindicatos reuniram para estabelecerem as bases de um novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).<sup>1765</sup> Os operários conseguiram as seguintes regalias: feriados remunerados - Dia de Ano Novo, 1º de Dezembro e Dia de Natal<sup>1766</sup> - e as férias nos centros fabris do distrito, a gozar na semana que medeia entre 9 e 16 de agosto.<sup>1767</sup> O Notícias da Covilhã, de dia 11 do mesmo mês, informa que, «de harmonia com o disposto no CCT existente entre o Grémio dos Industriais de Lanifícios e o Sindicato do Pessoal da Indústria Têxtil, com o acordo das entidades superiores, durante a semana imediata estarão encerradas as fábricas».<sup>1768</sup>

Nas atas das sessões ordinárias, realizadas entre 18 de novembro de 1955 e 4 de junho de 1959, consta que reúne a Comissão Administrativa e estão presentes, o presidente, José Fernandes Tiago, o tesoureiro, José Rodrigues, o escriturário José Fernandes Brito e, numa delas, o contínuo, António Apolinário Prazeres, quando foi tratada a atualização do seu vencimento. De 1956 a 1958, reuniram anualmente, em média, 14 vezes por ano. Como assuntos correntes, trataram:

apreciação dos «mapas financeiros mensais» (Numa reunião diz-se a respeito dos mesmos «a causa principal da reunião»); leitura da correspondência recebida; assinatura da correspondência expedida, das ordens de pagamento e dos documentos de despesa; estudo, elaboração e aprovação dos orçamentos ordinários e suplementares; leitura e aprovação das contas de gerência.

---

<sup>1763</sup> Por despacho de 7 deste mês de S. Ex.<sup>a</sup> o Sub-Secretário de Estado das Corporações, Arquivo do Sindicato, Livro de *Autos de Posse das direções e Comissões Administrativas deste Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, Secção de Tortosendo*, de 3.7.1945 a 30.9.1990.

<sup>1764</sup> Estavam presentes, o responsável da Comissão cessante, Carlos A. R. Ferreira e o chefe de serviços do organismo, Manuel Carvalho dos Santos. Livro de *Autos de Posse das direções e Comissões Administrativas deste Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, Secção de Tortosendo*, de 3.7.1945 a 30.9.1990. *Jornal do Fundão*, 1.7.1951. Até 23 de março de 1970, há apenas as tomadas de posse anteriores.

<sup>1765</sup> *Notícias da Covilhã*, 4.8.1946.

<sup>1766</sup> Regalia de 13.9.1946 do Subsecretário das corporações. *Notícias da Covilhã*, 24.11.1946.

<sup>1767</sup> Por determinação do delegado do INTP e de acordo com os org corporativos – Grémios e sindicatos. ACMC, Of n.º 69 *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos*, n.º 210, 1945-50. *Notícias da Covilhã*, 27.7.1947.

<sup>1768</sup> *Ibidem*, 11.8.1951.

Como exceções, destacam-se: apreciação do pedido do subsídio para a Cantina Escolar, por parte do diretor da Escola Masculina, Prof. Vasco Leitão<sup>1769</sup>, que foi deferido; condenação da «vil e selvagem agressão soviética à Hungria», após reunião da comissão administrativa, com a presença dos funcionários, «grande número de operários» e intervenção do presidente.<sup>1770</sup>; a elaboração de um orçamento suplementar que englobava a compra de uma máquina de escrever; a aquisição de livros para a formação de uma Biblioteca; reforço para despesas de correio e para a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho». <sup>1771</sup> Na sessão de 8 de agosto de 1958, para além do expediente normal, justificou-se o aumento da despesa em virtude de se pagarem as contribuições ao Sindicato da Covilhã e haver muitas despesas com desportos.<sup>1772</sup> Na sessão de 10 de dezembro do mesmo ano, decidiu-se que a verba dos desportos fosse trasladada para a instrução, com o fim de se criar fundos para uma Bolsa de Estudo a conceder aos filhos dos sócios.<sup>1773</sup>

#### ■ A CONTRATAÇÃO COLETIVA

Em junho de 1959, no *Jornal do Fundão*, o correspondente em Tortosendo, referiu que se aguardava a assinatura do novo Contrato e que essa demora estava a provocar algum descontentamento. Classificou o assunto como «um problema da maior importância para a nossa vila visto que no setor dos lanifícios se empregam milhares de braços». <sup>1774</sup> Em outubro o presidente da Câmara, propôs, para que fosse exarado em ata, «um voto de regozijo pela efetivação e concretização» do CCT da Indústria de lanifícios porque:

traz os maiores benefícios aos operários, técnicos e empregados e nos demonstra a alta compreensão dos patrões em melhorarem a situação dos seus colaboradores ainda pelo resultado e grande interesse manifestado por S. Ex.<sup>a</sup> no sentido de ser solucionado o importante problema da habitação na cidade e no concelho, com a promessa de construção de casas de renda económica destinadas às classes menos abastadas.<sup>1775</sup>

---

<sup>1769</sup> Ata de 7.12.1955

<sup>1770</sup> Ata de 12.11.1956, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1771</sup> Ata de 18.11.1957, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1772</sup> 8.8.1958, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1773</sup> 10.12.1958, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1774</sup> *Jornal do Fundão*, 7.6.1959.

<sup>1775</sup> Ata 3.10.1959 Livro n.º 89 de 24.2.59 a 30.6.59

O *Jornal do Fundão*, quanto a alterações, «espera uma aprovação total dos acordos a que chegaram a direção daquele organismo e a Federação dos Sindicatos do Pessoal dos Lanifícios. E concretiza:

Ao que nos consta, os salários, em nível muito inferior às necessidades vitais dos trabalhadores, beneficiarão como já se disse de um aumento nunca inferior a 25%. Os operários que trabalhem em regime de tarefa verão ainda satisfeita uma das suas mais caras aspirações: o período de fixação do salário mínimo é a semana, mantendo-se aquele sempre, seja qual for o ganho nas semanas anteriores. Quanto ao horário das mulheres e menores, julgamos saber que o período de trabalho irá normalmente das sete às vinte e duas nos dois turnos. Mas às operárias e aos menores, que viverem a mais de três quilómetros da fábrica, será abonado um subsídio para transporte.<sup>1776</sup>

Em meados de novembro, o Ministro das Corporações, Dr. Veiga de Macedo, homologou o novo CCT para a Indústria de Lanifícios, que classificou como «um documento de paz, porque realiza a justiça».<sup>1777</sup> Da intervenção do presidente da FNIL, José Laureano de Moura Sousa, industrial tortosendense, destacamos:

os industriais de lanifícios não se furtaram nunca a cumprir os seus deveres, seja do plano económico, seja do social. Não houve hesitações em aumentar os salários. Não houve temores em dignificar o trabalho. Não houve preocupação em definir um rumo corporativo no qual todos nós, empresários e obreiros, nos afirmamos como uma só família industrial. A isso nos conduziram uma consciência tradicional, afeiçoada ao reconhecimento do esforço dos trabalhadores, e um humanismo de estirpe cristã, sempre presente nas nossas decisões responsáveis.»<sup>1778</sup>

Cabe ressaltar que em janeiro de 1960, foi alargada a Previdência aos profissionais do comércio do Distrito de Castelo Branco.<sup>1779</sup> Este dispositivo legal contemplará um elevado número de pessoas, entre associados e familiares.

Em setembro do mesmo ano, o ministro das Corporações, por meio de comunicação ao país, anuncia «novas perspectivas da Previdência Social»<sup>1780</sup>, a saber:

alteração ao regime de abono de família; atribuição do direito de subsídios de casamento, nascimento e aleitação; melhoria dos esquemas farmacêuticos aos Beneficiários da Previdência e atribuição aos seus familiares do direito à mesma assistência; fixação de pensões mínimas e atribuição do direito a abono de família aos reformados por velhice; atribuição do direito a assistência médica e medicamentosa aos reformados por velhice ou invalidez; alargamento do abono de família aos pais de estudantes de cursos médios e superiores até aos vinte e um e vinte e quatro anos.

---

<sup>1776</sup> *Jornal do Fundão*, 25.10.1959.

<sup>1777</sup> *Notícias da Covilhã*, 14.11.59. Entre FNIL: Grémios dos Industriais da Covilhã, Gouveia, Castanheira de Pêra e ainda os do Sul e Norte) e a Federação dos Sindicatos Nacionais que integra os Sindicatos do mesmo pessoal dos distritos de Castelo Branco (com sede na Covilhã), Lisboa, Guarda, Viseu, Leiria e Porto.

<sup>1778</sup> *Jornal do Fundão*, 15.11.1959.

<sup>1779</sup> *Ibidem*, 3.1.1960.

<sup>1780</sup> *Notícias da Covilhã*, 24.9.1960.

Em fevereiro de 1962, em entrevista, a direção do Sindicato do Pessoal da Indústria de Lanifícios da Covilhã diz que é constituída por elementos que a massa associativa escolheu por grande maioria de votos. Declara-se também que, através de um estudo demorado, se pretende:

rever o CCT e obter, pelo estabelecimento de deveres e direitos mútuos, melhores e mais justas medidas reguladoras das eficientes relações entre patrões e trabalhadores.»<sup>1781</sup>

Em 2 de junho, surge a informação de que os CCT beneficiaram 28 650 trabalhadores.<sup>1782</sup>

#### ■ REELEIÇÃO DA DIREÇÃO DO GRÉMIO DOS INDUSTRIAIS DE LANIFÍCIOS

Nesta mesma data, o *Notícias da Covilhã* informa que foi reeleita, por aclamação. A composição era a seguinte: da assembleia geral, Sociedade de Fabricantes, Lda., do Tortosendo, representante José Carvalhão Sousa; da direção, presidente - Sociedade de Penteação e Fiação de Lãs, Lda. de Unhais da Serra, representante eng. Gonçalo de Almeida Garrett, e Sociedade de Lanifícios do Tortosendo, Lda. – Representante, Emílio Moura Batista.<sup>1783</sup>

Em janeiro do ano seguinte, ainda o *Notícias da Covilhã*, relembra o assunto CCT.<sup>1784</sup> Em fevereiro de 1965, pede-se a aprovação de um novo Contrato, por desatualização dos vencimentos. Refere-se a muita emigração não só proveniente do meio rural. Pudemos demonstrar no Capítulo Sociedade que os operários do Tortosendo também ajudaram a engrossar os números da emigração.

#### ■ A NOVA TABELA MANIFESTA DEFICIÊNCIAS.

Na primeira semana de fevereiro de 1967, é aprovado o aumento de 20% para o pessoal da Indústria de Lanifícios.<sup>1785</sup> Perante as tabelas salariais constantes desse Contrato, vários grupos de tecelões, que trabalhavam à tarefa e com dois teares, «manifestaram o seu descontentamento pelas deficiências da nova tabela salarial», junto do delegado do INTP. Este responsável «dialogou com os operários» e achou que «há um fundo de

---

<sup>1781</sup> «Este trabalho está sendo feito de colaboração simultânea entre os Sindicatos da Covilhã, Gouveia, Lisboa, Castanheira de Pêra e Porto em laboriosas reuniões.» *Notícias da Covilhã*, 17.2.1962.

<sup>1782</sup> *Notícias da Covilhã*, 2.6.1962.

<sup>1783</sup> *Ibidem*, 2.6.1962.

<sup>1784</sup> *Ibidem*, 26.1.1963.

<sup>1785</sup> *Jornal do Fundão*, 19.2.1967.

razão na maior parte das queixas formuladas». Portanto, sugeriu que o Sindicato fizesse uma exposição para ser levada à Câmara Corporativa. O *Jornal do Fundão* procurou dar esta notícia, mas tal não se verificou, porque entrou em ação o «lápiz azul» da censura. A redação do *Jornal do Fundão*, quando em 1995 publica o «recorte censurado», explicita: «A censura proibia a divulgação de problemas laborais. Para ela o conveniente era dar a ideia de existência de uma paz social. Defender as aparências.»

#### CONTRATAÇÃO COLETIVA – Censura - 1967



Fonte: *Jornal do Fundão*, 3.2.1995.

O operário Germano Pombo [1943- †] conclui:

Só depois do 25 de Abril acabámos com aquela grande dor que foi o trabalho à tarefa». O tecelão ganhava em função da quantidade de tecido produzido, medido pelas passagens da lançadeira. Na maioria das empresas, quando não havia muito serviço e (se) estava a chegar ao mínimo, faltava a trama ou não havia teia, havia sempre um motivo qualquer para a pessoa esbarrar no mínimo e «governa-te com isso». [Após o 25 de Abril] Aí passou-se a um trabalho mensal, fizesse, não se fizesse, houvesse ou não trabalho. Conquistámos um mês de subsídio de férias e o 13º mês»<sup>1786</sup>.

#### ■ «PEGAR» EM DOIS TEARES

Em finais dos anos 50, em virtude da modernização dos teares, surge uma nova questão laboral, na indústria de lanifícios. O patronato confrontou o operariado para «pegar» em dois teares o que gerou grande polémica. Segundo um operário, «no J. Pontífice e Filhos, quando isso aconteceu, não sou assim lá muito bem, porque as pessoas começaram a dizer que começava a ir muita gente para a rua, que estavam a roubar postos de trabalho. (...) [Mas] A gente caminhando para a frente, chegou-se à conclusão

<sup>1786</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Germano Pombo: tecelão», *op. cit.*

que tinha que ser, porque as máquinas começaram a ser equipadas com caça-barbins e tal, que já eram mais modernos»<sup>1787</sup>. De um outro operário, João Rebelo, este a trabalhar em Moura & Batista, ouvimos o seguinte:

Lá na fábrica, «foi logo a malta nova toda a pegar em dois teares. A outra parte já era toda velha, trabalhava com um. Já não tinham mãos para pegar em dois. Aqui não houve problemas». Mas que numa outra fábrica, «houve gajos até que agarraram em ferros para bater noutros gajos. Mas os piores, tome atenção, que disseram que não queriam agarrar, foram [afinal] os primeiros»<sup>1788</sup>.

Em boa verdade, colocavam-se vários problemas a este respeito. Para além do fantasma do desemprego, os custos da preparação dos teares (O tecelão pagava, de sua conta, a um ajudante os trabalhos de preparação: empeirar, dar fios e atar) continuavam por conta do tecelão e, apesar de passarem a trabalhar com dois, mantinha-se o «mínimo» (salário mínimo) relativo a um tear, o que não era de forma nenhuma um incentivo.

#### ■ COMEMORAR O 1.º DE MAIO

Já iam longe os tempos em que os operários podiam reunir-se no âmbito da sua Associação de Classe, realizar sessões de propaganda<sup>1789</sup>, aprovar moções, no sentido da defesa dos seus mais prementes direitos, mas principalmente, conviver livremente, no campo, pois até essa liberdade veio a ser limitada. «Em geral, quando a gente ia pra um lado qualquer, pró campo, quando vínhamos, já vínhamos acompanhados (pela polícia). Iam muitas outras pessoas, ia, por exemplo, o Sr. Ribeiro e não estava filiado [no Partido Comunista].»<sup>1790</sup>

As entidades oficiais procuravam, por todos os meios, evitar qualquer tipo de manifestação de que poderemos dar exemplos. Em abril de 1948, o governador civil comunica ao presidente da Câmara:

prevendo-se que se pretendam levar a efeito, a propósito da passagem do 1.º de Maio, quaisquer manifestações, encarrega-me Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Interior adotar as providências convenientes para que elas não sejam permitidas.<sup>1791</sup>

---

<sup>1787</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Germano Pombo: tecelão», *op. cit.*

<sup>1788</sup> Idem, «João Rebelo», in *Boletim da LAT*, n.º 44, 4.º Trim., 2002.

<sup>1789</sup> *O Trabalho*, 7.5.1933.

<sup>1790</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Helena Ascensão Tourais», in *Boletim da LAT*, n.º 75, 2.º Trim., 2011.

<sup>1791</sup> 28.4.1948 Gov Civil Do Gabinete do Ministério do Interior ACMC, *Corresp. Recebida-Câmara Municipal, Avulsos*, n.º 210, 1945-50.

Em abril de 1957, o *Notícias da Covilhã* defende que o 1º de Maio - Festa Cristã do Trabalhador- não pode ser um dia de «foco de discórdias, ódios e violências, é e será repetida instância dirigida à sociedade moderna para que leve a efeito o que ainda falta à paz social. Festa cristã em que os problemas postos à consciência de patrões e operários, segundo a lei de Deus e as condições atuais do nosso tempo, as soluções surjam para triunfo dos ideais em que todos os homens de boa vontade estão empenhados.»<sup>1792</sup>

Mas, apesar de tudo quanto o Salazarismo fizera para extinguir a memória deste dia, jamais o conseguiu. Preste-se atenção ao testemunho do operário Mário Venâncio:

No meu tempo, a nossa grande luta era a do 1º de Maio, porque foi um direito que nós perdemos. Tinha sido um dia que os operários tinham conseguido à custa de grandes lutas. Embora sem direito ao dia, como nós cumpríamos dentro da fábrica, parávamos por ordem do patrão. Os patrões iam fechando os olhos. No meu caso e dos meus companheiros de fábrica, contávamos com a compreensão do Sr. José Sousa em nos dispensar. Lá veio um ano em que tivemos mesmo de trabalhar: os patrões cada ano eram mais pressionados e fomos mesmo obrigados. Mas fomos de gravata preta. Na tarde do dia em que trabalhávamos, íamos para o Rio. Era aí a concentração. Quando calhava ao sábado é que era um dia de festa.<sup>1793</sup>

Por isso, os operários tortosendenses aguardavam pelos anos em que o 1.º de Maio ocorria ao domingo, ou mais tarde também ao sábado. Nós mesmas nos recordamos que « (...) manhã cedo, os guardas e jipes invadiam as ruas do Tortosendo. «Ninguém segurava o povo. Pobre, remediado, tudo para a Ponte Pedrinha. Aí cantava-se e dançava-se. Recordo que uma vez, viemos todos cantando o Santo Antão do Refúgio, dizendo: “Viva o nosso, viva o nosso/ Que é melhor que o vosso”, escoltados pela Guarda Nacional Republicana.»<sup>1794</sup>

Em 1962, o *Notícias da Covilhã*, do dia 1 de Maio, informa que a festa cristã do Trabalho foi marcada para o 1.º de Maio com o objetivo de vincar este desejo de presença por parte dos católicos. Mas, de seguida, alerta:

será impedida qualquer alteração da ordem pública no dia 1 de Maio com o pretexto de comemorar o 1.º de Maio. Vem o chamado Partido Comunista, desenvolvendo desde há tempos, intensa atividade de agitação nos principais centros urbanos, nas zonas mais industrializadas e em certos meios rurais, através de profusa distribuição clandestina de panfletos, jornais e vinhetas. (...) Incitam-se as massas trabalhadoras a abandonar naquele dia o trabalho e em algumas cidades e vilas, a concentrarem-se em determinados locais.... O Governo está firmemente decidido a impedir qualquer alteração da ordem, usando para tanto dos meios que julgue adequados.<sup>1795</sup>

---

<sup>1792</sup> *Notícias da Covilhã*, 27.4.1957.

<sup>1793</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Mário Venâncio», in *Boletim da LAT*, n.º 23, 3.º Trim., 1997.

<sup>1794</sup> Fernanda Ramos Barradas, «Em 25 de Abril a palavra liberdade teve liberdade» in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

<sup>1795</sup> *Notícias da Covilhã*, 1.5.1962.



### 3.3 Relação patrões/operários

Em janeiro de 1933, em *O Trabalho*, procura justificar-se a «luta de classes». Assim, no primeiro jornal do ano, em altura de «balanço», alvitra-se:

A classe operária, aquela que passou os 366 dias a produzir tudo quanto de útil a sociedade consumiu e consumiria, se não fosse o egoísmo do homem, procedeu ao seu balanço (...) deu como resultado verificar-se uma falência fraudulenta. (...) Isto é porque alguém a roubou. Doutra forma não se compreende. (...) e verificou, com raras exceções, que o seu físico estava mais depauperado, devido à compressão de despesas; que as roupas de agasalho estavam quase todas a pedir reforma; que as dívidas aumentaram no padeiro, no merceeiro, no senhorio, em toda a parte.<sup>1796</sup>

Por final do mês, retoma-se o assunto: «Dizem alguns intelectuais que operários e patrões se deviam dar como amigos. (...) O que vimos a toda a hora é o patrão avaliar o esforço do operário, que produziu cem, em dez ou vinte, arrecadando para si que pouco ou nada contribuiu para essa produção, a maior parte. Donde se conclui: «Os interesses do que explora, portanto, não podem de modo algum ser os mesmos do que é explorado.»<sup>1797</sup> Mais tarde, em 1940, no *Notícias da Covilhã*, aconselha-se dentro do espírito do cooperativismo reinante:

Não deve o operário pensar que o patrão apenas pretende utilizar o seu esforço, nem o patrão deve ver no operário um elemento que procure prejudicá-lo e arruiná-lo. Antes em cooperação mútua.<sup>1798</sup>

Sobre este assunto, Jorge Fernandes Alves, traz à colação Adam Smith, o teórico fundador do liberalismo económico, que explica linearmente, desde 1776, «o funcionamento assimétrico da relação entre patronato e operariado»:<sup>1799</sup>

se o produto do trabalho se exprime pelo salário, a verdade é que, no quotidiano, os salários correntes são estabelecidos por contratos tácitos ou explícitos entre patrões e operários, através dum jogo de mercado, em que os operários pretendem obter o máximo possível e os patrões pagar o mínimo possível.

Neste campo de ação, Adam Smith defende o espírito de associação, seguindo o lugar-comum de que a união faz a força, mas o autor alerta que, normalmente, «os patrões levam a melhor, embora se oiça falar menos em coligações de patrões do que nas dos operários». Porquê? Porque:

os patrões são em menor número; porque têm mais facilidade de movimentos para se associarem; porque a lei, normalmente, não proíbe as suas coligações, enquanto proíbe as dos trabalhadores; porque têm ainda mais capacidade de resistência, podendo sobreviver muito mais tempo sem empregar trabalhadores, ao contrário do

---

<sup>1796</sup> *O Trabalho*, 1.1.1933.

<sup>1797</sup> *O Trabalho*, 28.1.1933.

<sup>1798</sup> *Notícias da Covilhã*, 17.3.1940.

<sup>1799</sup> Jorge Fernandes Alves, Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. In MENDES, José Amado; Isabel Fernandes (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 112-125.

que acontece com estes que não sobrevivem sem o trabalho regular; porque «os patrões mantêm sempre e por toda a parte uma espécie de acordo tácito, mas constante e uniforme, tendente a que os salários do trabalho se não elevem para além da taxa que vigora no momento», fazendo afinal funcionar aquilo que outros autores designaram, em termos naturalistas, como a «lei de bronze»<sup>1800</sup>

Entretanto, A. Smith acrescenta, ainda: quando os trabalhadores se organizam para enfrentarem os interesses patronais utilizam muitas vezes o «clamor e o desacato», com os patrões logo a reivindicarem o auxílio das autoridades e o cumprimento das leis, de modo que raramente os trabalhadores tiram vantagem das coligações, que “ficam em nada”, salvo a punição ou ruína dos chefes do movimento (SMITH 1776: 159-180). Ou seja, embora se possa considerar o trabalho como um mercado específico, percebeu-se desde o início que, neste domínio, a concorrência sempre foi imperfeita, situação derivada de fatores exógenos às leis puras da concorrência, tais como o poder económico detido pelo patronato e a sua capacidade de pressão junto dos poderes políticos, fatores que têm como contraponto a maior ou menor capacidade de organização do operariado.

Dois sacerdotes tortosendenses, conhecedores da realidade social do Tortosendo, manifestaram também a sua opinião a respeito das relações patrões/operários. O Pe Dr. António Mendes Fernandes escreveu um breve testemunho, por solicitação da autora. Nele considera que apesar da necessidade recíproca entre patrões e operários, nunca chegou a vigorar «uma cordial e justa colaboração». E justifica:

Durante anos não houve desemprego tanto na Covilhã como no Tortosendo, mas não há formosa sem senão. As empresas tinham como finalidade o lucro que, no final de cada ano era avultado, mas quase só para benefício dos patrões. Os salários dos operários eram demasiado baixos e precários e mal chegavam para fazer face às despesas das famílias. Por isso, como as empresas não eram «comunidades humanas de trabalho», não eram amistosas as relações entre patrões e operários. Os operários nunca falavam das nossas empresas de que eram as colunas vertebrais mas sempre e só das fábricas dos patrões.

E prossegue: «Nestas condições, nos centros de convívio de operários, muitos deles por vezes não conseguiam esconder a sua revolta perante a situação injusta em que viviam e a exploração de que eram vítimas. Mas os agentes da PIDE tinham lá os seus fiscais que, à paisana, se introduziam nestes convívios e tanto na Covilhã, como no Tortosendo não tardaram a executar a sua missão compulsiva, obrigando pela força a abandonar os

---

<sup>1800</sup> Tese de Ferdinand Lassalle de 1864, onde defende que os salários não devem estar abaixo de um mínimo vital, dado que aumentando a população trabalhadora de forma contínua, os salários, por força da lei da oferta e da procura, poderão ficar abaixo desse nível, dado que a população aumenta mais depressa que os postos de trabalho. José Adelino Maltez, «Tópicos Jurídicos e Políticos», 2008/2009, in <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Lei%20de%20bronze%20dos%20salarios.htm>, 8.1.2013

seus lares para residências desumanas – os calabouços da PIDE – a que já fizemos referência. É mister sublinhar que a totalidade ou quase destes incautos operários de forma alguma eram militantes da ideologia comunista que sub-repticiamente se foi introduzindo entre nós através do seu órgão clandestino – *Avante* -, mas simplesmente simpatizantes com a ideia que preconizavam de maior e melhor justiça social.»<sup>1801</sup>

**António Mendes Fernandes (Soalheira, Fundão, 1917- )**

Criou-se no Tortosendo. Frequentou os Seminários Menor do Fundão e Maior da Guarda. Em 1940 foi a sua Ordenação Sacerdotal na Sé da Guarda e Primeira Missa, no Tortosendo.

Por sua vez, Lúcio Craveiro da Silva, sacerdote Jesuíta, no seu livro *A Idade do Social*, escrito em 1959, a este respeito, defende o seguinte:

O empresário tem unicamente em linha de conta considerações pessoais, económicas ou financeiras, e não repara no operário senão como roda da engrenagem da produção. Assim, o aspeto moral ou psicológico, numa palavra, o valor humano está ausente da estrutura da empresa capitalista liberal. O operário ressentido desta atitude: nunca pode interessar-se pela empresa como coisa sua, pois tudo aí lhe é estranho: o horário de trabalho, a oficina, os processos e os companheiros de trabalho, as máquinas, a cadência de produção e os benefícios ou lucros. Assim pouco a pouco se foram distanciando os dois fatores de produção: o capital e o trabalho, o empresário e o assalariado.<sup>1802</sup>

**Lúcio Craveiro da Silva (1914 – 2007)**

Sacerdote Jesuíta, figura destacada da cultura e filosofia portuguesas, nasceu a 27 de novembro de 1914, em Tortosendo, e ingressou na Companhia de Jesus, em 1931. Em 1934 foi para Braga, onde estudou ciências e filosofia. Em 1952/53 fez o doutoramento e foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, cargo que exerceu em três ocasiões. Posteriormente passou para a Universidade do Minho, onde foi vice-reitor e reitor, sendo o primeiro reitor eleito das Universidades Portuguesas.

Após a sua aposentação, é nomeado Professor Catedrático Jubilado e Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho, cargo criado por proposta da Universidade e sancionado pelo Conselho de Ministros.

Apresenta uma vasta obra bibliográfica, publicada em livros e revistas nacionais e estrangeiras para além de participações em colóquios e congressos. Dos seus livros destacamos: *A Idade do Social: Ensaio sobre a Evolução da Sociedade Contemporânea*, *o Movimento Operário* e *Ser Português*.

Em 21 de dezembro de 2004, a cidade de Braga inaugurou a sua Bibliopolis à qual a Universidade do Minho e a Câmara Municipal atribuíram o nome de Lúcio Craveiro da Silva. Faleceu em Braga

Fonte: Adélia Carvalho Mineiro, «O tortosendense Lúcio Craveiro da Silva dá nome à Bibliopolis de Braga », in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

Cabe aqui fazer uma referência a um pequeno grupo, que se situa entre padrões e operários: é a dos técnicos, vulgarmente designados, no Tortosendo, durante o Estado Novo, por «empregados». Para Paolo Macry, as diferenças entre operários e empregados, são, entre outras, as seguintes:

<sup>1801</sup> P.e dr. António Mendes Fernandes, «Breve testemunho sobre o prof. dr. Oliveira Salazar», 20.12.2009.

<sup>1802</sup> Lúcio Craveiro da Silva, *A Idade do Social*, Braga, Livraria Cruz, 1959, p. 82.

Los empleados son grupos sin propiedades, a diferencia de los artesanos o los comerciantes, pero tampoco pueden ser asimilados en los sectores de las profesiones libres porque no tienen autonomía (al depender de empresas privadas o del Estado) ni las rentas. (...) los empleados realizan un trabajo limpio y por esto son “cuellos blancos” (contrapuestos a los “cuellos azules”, a la clase obrera, son los black-coated.

E o autor acrescenta:

Será diferente la retribución del trabajo: el sueldo pasa pronto a ser mensual, mientras que el salario, casi subyugando su dimensión de inmediata subsistencia, es semanal; además, las rentas de los empleados son progresivas (con mejoras por vejez) y la ocupación estable, a diferencia de los obreros, más expuestos al ciclo económico. Y también están los consumos, los modelos de vida, el tipo de familia. A nivel social, entre empleados y obreros se abre una brecha insalvable.<sup>1803</sup>

O autor conclui:

Sin embargo, en el conjunto de la estratificación social, ellos son el punto de unión entre la verdadera burguesía y las clases trabajadoras. Quizás esta sea la razón de su importancia social y política.<sup>1804</sup>

Os empregados, ao partilharem as atividades na empresa, comungavam do prestígio dos patrões. Também eles se transformaram em notícia, sempre com a referência à firma a que pertenciam. Nos periódicos locais, noticiaram-se casamentos, frequentemente apadrinhados pelos próprios empresários, batizados, falecimentos. «A vivência do êxito económico era, assim, alargada. Servia para a própria reprodução da imagem de sucesso, uma vez que a simples referência ao local de trabalho significava a distinção, face aos parceiros de atividade.»

### **3.4 Anticlericalismo operário versus JOC (Juventude Operária Católica)**

Ainda na infância, mas principalmente, na juventude, no Tortosendo, apercebi-me, da existência de um antagonismo entre uma facção ligada ao movimento católico, concretamente à JOC, e outra ligada ao operariado. Os elementos deste grupo assumiam-se como ateus e diziam nortear-se pelos valores da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes operários eram apelidados, «à boca pequena» de «comunistas» e, em boa verdade, não se inibiam de manifestar um certo anticlericalismo.

No entanto, seguindo a opinião de Joyce Firshberg Riegelhaupt, do ponto de vista analítico, é preciso reconhecer a diferença entre um anticlericalismo que é fundamentalmente «anti-igreja», baseado na posição institucional que esta ocupa num

---

<sup>1803</sup> Paolo Macry, *La sociedad contemporánea: una introducción histórica*, [traducción Maribel Capmany], Barcelona, Ariel, 1997, p. 205.

<sup>1804</sup> Idem, *Ibidem*, p. 205.

determinado estado, e um anticlericalismo mais lato que é equivalente à «antireligião». No entanto, em qualquer destas dimensões, os ataques ao clero fazem parte de um ataque mais amplo à Igreja como instituição.<sup>1805</sup> Eram precisamente esses «ataques» ao clero, por parte de elementos do sexo masculino da minha família, que a nós, como criança, nos «chocava» e para a qual ao longo do tempo procurámos uma explicação. A este respeito, o já referido jesuíta tortosendense Lúcio Craveiro da Silva defendia que em grupos determinados da região ao sul de Lisboa, da região da Covilhã, da região de S. João da Madeira e S. Pedro do Sul, Guimarães, Matosinhos, «não é só a irreligião que alastra, é a propaganda subversiva e marxista que, por meio de organizações e jornais, se infiltra, é a mentalidade de classe que aparece.»

E L. Craveiro da Silva continua:

Podemos afirmar, com conhecimento de causa, que estas regiões industriais, que foram já trabalhadas pelo comunismo antes de 1933, continuam na sua maioria muito próximas das mesmas ideias,<sup>1806</sup> que em nosso entender se manifesta na referida “antireligião”.

Não obstante, L. Craveiro da Silva, próximo da primeira posição de Rieglhaupt, acrescenta:

o operário julga averiguar que a mentalidade católica média não encara os problemas do seu lado. Muitas vezes os operários queixam-se de que nós [Igreja Católica] por um lado pregamos uma moral que parece fazer-lhes justiça e, por outro, desconhecemos ou aceitamos ou desculpamos com facilidade as injustiças que lhes cria uma situação de miséria ou inferioridade social.<sup>1807</sup>

Opinião semelhante apresenta o escritor covilhanense António Alçada Batista, em *O Tecido de Outono*:<sup>1808</sup>

Eu sentia a necessidade de me desligar de uma igreja e de uma classe social que dominava e organizava a sociedade segundo os seus interesses. Era o que me fazia olhar para o comunismo com alguma simpatia mas a verdade é que, embora tocado pela razão, continuava a viver num universo de sentimentos que foram mais determinantes do que a inteligência e a razão.

De acordo com Alfredo Ancel, «en efecto la clase obrera, en la hora actual, es anticapitalista. Es una realidad. Por otra, parte la clase obrera está persuadida de que la iglesia está vinculada al capitalismo. Esta es otra realidad. Hablo de la oposición a la Iglesia, no de la oposición a Cristo o al Evangelio.»<sup>1809</sup>

---

<sup>1805</sup> Joyce Firstenberg Riegelhaupt, «O significado religioso do anticlericalismo popular», in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1213-1230.

<sup>1806</sup> Lúcio Craveiro da Silva, *O Movimento Operário*, op. cit., p.68.

<sup>1807</sup> *Idem*, *Ibidem*- p.75.

<sup>1808</sup> António Alçada Baptista, *O tecido do Outono*, Lisboa, Editorial presença, 1999, p.21.

<sup>1809</sup> Alfred Ancel, *Los obreros y la religión*, Bilb1ao, Desclée de Brouwer [etc.], 1966, p. 75.

Para Maria Filomena Mónica, «se há, e certamente houve, um anticlericalismo operário, a sua própria violência pode revelar sobretudo o extremismo de quem se sabe minoritário. (...) Historicamente, foi a hostilidade dirigida contra o privilegiado - papel institucional desempenhado pela igreja católica.<sup>1810</sup>

Todavia, «se objeta también contra al anticlericalismo de clase el hecho de supervivencias religiosas entre los obreros: Bautismo, Catecismo y Primera Comunión de los hijos, Matrimonio religioso, Funerales.»<sup>1811</sup> Também em Tortosendo, apesar desse manifesto «anticlericalismo», os operários continuavam a realizar o matrimónio católico, a batizar os seus filhos, a realizar os funerais católicos. No entanto, recordamos que muitos já não mandavam os seus filhos à catequese, embora acompanhassem o funeral católico, mas não entrando na Igreja, o que aliás ainda acontece no presente.

Por sua vez, o filho de um desses operários ligados ao PCP, José Rogério Carrola [1947-2014], apresentou a seguinte interpretação<sup>1812</sup>:

Começara um solipsismo caseiro, por parte da classe operária que, julgando-se esclarecida inculcava em casa «outros» valores de um além paradisíaco mas terreno, que existia algures na União Soviética ou Rússia, como eles diziam. Eram valores de desejo reprimido e de crenças sem sentido ou significado. Por exemplo, havia operários que punham a mão no lume em como existia uma sociedade sem fome, sem medo, sem prostituição, sem corrupção e onde todos eram iguais e felizes até morrerem.

O tortosendense Alberto Oliveira [1936- ], ligado à facção católica, militante jocista, retratou essa época, num dos Boletins da LAT:

Terra de progresso pelo seu trabalho e dinamismo, o Tortosendo dessa época (anos 50), estava profundamente marcado por correntes de opinião e idealísticas, antagónicas que se hostilizavam no seu viver. Dum lado, a corrente dos católicos praticantes que se acantonavam num catolicismo fechado e profundamente dogmático, muito ligado ao poder constituído e às classes mais abastadas. Do outro lado a corrente operária, «de inspiração humanista e ateísta, fundamentada no humanismo enciclopédico e nas doutrinas revolucionárias dos pensadores filosóficos, foi-se formando, organizando e lutando por um maior sentido humanitário, de justiça social e um outro tipo de sociedade que aspirava e batalhava por mais justiça social e outra forma de sociedade.»<sup>1813</sup>

José Barreto entende que «o talvez vago e impreciso rótulo de católicos (outras vezes cristãos) com que se designou e se designavam a si próprios esses ativistas eram, no entanto, o suficiente para os demarcar de toda a esquerda «ateia» e simultaneamente

---

<sup>1810</sup> Maria Filomena Mónica, *A formação da classe operária ... op. cit., portuguesa: Antologia da imprensa operária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 29.

<sup>1811</sup> Alfred Ancel, *op.cit., Los obreros y la religión*, Bilbao, Desclée de Brouwer [etc.], 1966, p. 78.

<sup>1812</sup> Testemunho escrito de José Rogério Mineiro Carrola [1947-2014 ].

<sup>1813</sup> Alberto Oliveira, «Memória de um tempo vivido: anos 40 e 50», in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

para expressar um certo posicionamento crítico ou uma certa autonomia em relação ao corporativismo instituído». <sup>1814</sup> Para João Freire, esta fase (a seguir à 2.ª Guerra) consagra a hegemonia organizativa e ideológica do Partido Comunista, com o correspondente afundamento do anarquismo operário e dos restos da velha influência socialista, ao mesmo tempo que começa a despontar um novo polo ideológico, com quem os comunistas tentam dialogar, no campo do obreirismo católico mais empenhado e antifascista. <sup>1815</sup>

Em Tortosendo, e, com raras exceções, eram profundamente antagónicas estas duas correntes e, até, talvez, um pouco fundamentalistas. Com a ação de alguns elementos e pela cooperação comum em lutas e objetivos idênticos e a evolução natural de outros acontecimentos, foi-se esbatendo esse antagonismo, que a partir da segunda década dos anos 60, foi normalizando o relacionamento.

■ Criação da Juventude Operária Católica (JOC) masculina Ainda Alberto Oliveira lembra que no Tortosendo, «nos anos 1950/60, com a vinda do novo pároco (P.e José Ardérius), o meio católico tomou nova dinâmica e desenvolveu meritória ação social quer com a construção das chamadas “casas dos pobres”, quer com a ação das conferências vicentinas, contudo sempre no conceito “caritativo” da mentalidade estabelecida nesse meio. Em oposição a esta forma de pensar, (...) surgiu depois o setor juvenil da Ação Católica que foi positivo na quebra do antagonismo existente e no relacionamento normal entre os dois setores.» <sup>1816</sup> Prossegue: «Juntamente com outros amigos fundámos a JOC masculina em Tortosendo, movimento por onde passaram muitos jovens da nossa terra e que de algum modo, marcou ou deixou gratas recordações nas suas vidas.» <sup>1817</sup> «Ver, julgar e agir era o método utilizado na observância concreta da vida e o fundamento da sua militância, princípios criados pelo seu fundador monsenhor Cardijn, um padre belga.» Cardijn considerava este método de trabalho como o mais simples da terra. <sup>1818</sup> Alberto Oliveira concretiza:

Ver o mundo que nos cercava nos seus aspetos concretos, religioso, moral, cívico e social, profissional e sentimental: julgar os ambientes e meios de violência,

---

<sup>1814</sup> José Barreto, «Comunistas, católicos ... *op. cit.*, p. 288.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf>, p. 308.

<sup>1815</sup> João Freire, «Movimento operário», *op. cit.*, p. 559.

<sup>1816</sup> Alberto Oliveira, «Memória de um tempo vivido: anos 40 e 50», in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

<sup>1817</sup> Alberto Oliveira, «Memória de um tempo vivido: anos 40 e 50», in *Boletim da LAT*, n.º 47, 3.º Trim., 2003. «Na vivência jocista, para além das responsabilidades locais, assumimos mais tarde compromissos a nível diocesano e, também, contribuição a nível nacional.»

<sup>1818</sup> M. Campos, adapt., *Jocismo autêntico*, Lisboa, Tipografia União Gráfica, p. 47.

equacionando-os com a sua doutrina e princípios e agir em conformidade com os mesmos na tentativa de alterar essa situação e modo de vida, e conseguir estabelecer mais dignidade, maior justiça e melhor vivência.<sup>1819</sup>

Na realidade, «dentro dos organismos da Ação Católica, era então a JOC, já um setor contestatário em relação à hierarquia eclesial (salvo raras exceções como atrás mencionámos) e em relação a outros movimentos mais ligados à alta hierarquia e a uma mentalidade mais retrógrada e conservadora e mais imbuída num espírito caritativo e fundamentado, bem como noutra conceção e visão da igreja e da sociedade.»<sup>1820</sup>

Alberto Oliveira e os seus companheiros jocistas podem perfeitamente incluir-se numa a apreciação de José Barreto, a respeito da JOC: «Tratava-se de jovens entusiasmados por uma ação de proselitismo e também por ideais de justiça, fraternidade e redenção, que iam beber à doutrina social da Igreja e às palavras do padre [Abel] Varzim e outros. Segundo José Teodoro da Silva, jocista nos anos 40-50, os membros da JOC (tal como, aliás, o próprio padre Varzim) chegaram a ser rotulados de «comunistas da Igreja», se bem que para eles as diferenças em relação aos comunistas propriamente ditos fossem enormes e claramente estabelecidas.<sup>1821</sup> Para o mesmo autor, a nível nacional, «este processo vai suscitar uma relação cada vez mais conflituosa com a própria hierarquia da Igreja. Certos bispos achavam que a revisão de vida era uma «praga», uma «heresia». A orientação da hierarquia era ainda muito no sentido de que a Ação Católica não deveria imiscuir-se no terreno social (para já nem falar do político), sobretudo quando isso provocava atritos no relacionamento com o Estado.<sup>1822</sup>

Um verdadeiro «atrito» ocorreu em 1971, quando o ministro das Corporações, Dr. Veiga de Macedo, se deslocou à Covilhã. Alberto Oliveira relata o sucedido: «Havendo no salão nobre dos Paços do Concelho uma receção em que estiveram presentes várias entidades e organizações e em que nos incluímos novamente os três: Alfredo Costa, Alfredo Craveiro e eu (devidamente identificado como responsável sindical e, ainda, como membro da JOC, em relação ao Tortosendo, em geral, e ao Unidos, em particular). No período de esclarecimentos ou perguntas, eu pedi intervenção e coloquei ao ministro o interesse e o desejo de uma direção sindical para a nossa Secção [do Sindicato] devidamente escolhida e sancionada pela classe. (...) Ripostou com energia o

---

<sup>1819</sup> Alberto Oliveira, «Memória de um tempo vivido: anos 40 e 50», in *Boletim da LAT*, n.º 47, 3.º Trim., 2003.

<sup>1820</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>1821</sup> José Barreto, «Comunistas, católicos ... *op. cit.*, p. 288

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf>, p. 308.

<sup>1822</sup> Idem, *Ibidem*, p. 288.,



ministro e, com possíveis informações que teria, tratou de desancar no Tortosendo, onde havia um clube de comunistas e mais verbosidade deste género. E que não era por estarem encobertos com emblemas da Ação Católica (referia-se a mim que tinha o emblema na lapela do casaco) que esta gente, os comunistas e o clube do Tortosendo, onde havia em circulação livros proibidos, que os enganavam a eles, «autoridades». Eu que pretendia ripostar, fui impedido pelo amigo Alfredo Costa, que num repentino e vigoroso desassombro, ripostou ao ministro, defendendo o Tortosendo e o Unidos.<sup>1823</sup>

A Pastoral dos Bispos Portugueses de julho de 1971 continuava a defender:

«A Ação Católica, na estrutura da sua organização como nos seus métodos e planos de trabalho saberá manter-se sempre fora e acima de todos os partidos políticos e não aceitará compromissos com nenhum programa concreto em matéria temporal.»<sup>1824</sup>

Ainda José Barreto, na conclusão do seu trabalho atrás referido, defende que o que fez a proeminência das escolas comunista e católica sob o corporativismo foi, no caso da primeira, a maior capacidade de luta, organização e resistência dos comunistas em regime ditatorial e, no caso da segunda, o «guarda-chuva» eclesiástico, protetor dos militantes com rótulo católico. Podia ter-se acrescentado a motivação religiosa da militância católica, importante pelo menos até aos anos 60, sobretudo na medida em que desviava para Deus a fidelidade a César que era requerida na organização corporativa. Defendeu-se também a ideia de que as correntes sindicais laicas e moderadas, socialistas, sociais-democratas ou mesmo sem partido, tinham sido as que, nas circunstâncias da ausência de liberdade, menos se organizaram e menos resistiram ao meio adverso do salazar - caetanismo, quase desaparecendo completamente ou nem sequer chegando a desabrochar. Daí, o ter-se falado da responsabilidade histórica do regime corporativo pela gradual entrega dos sindicatos nacionais à militância comunista e à fação católico-esquerdista que, em 1970-1971, criaram a Intersindical e que, após o 25 de Abril, estenderam o seu domínio à quase totalidade do aparelho sindical existente.<sup>1825</sup>

Também uma militante da Ação Católica, Antónia Gonçalves [1925- ] deu-nos o testemunho da sua passagem pelas organizações católicas.

Quando acabou o Patronato já havia a JOC. Não sei quem me chamou, se foi a Judite (Almeida). Também era uma grande amiga minha. Gostei muito dos passeios, magustos que a gente fazia, a Mariazinha Taborda era uma pessoa muito

---

<sup>1823</sup> Alberto Taborda Martins Oliveira, Depoimento facultado à autora em 2.9.2008.

<sup>1824</sup> *Jornal do Fundão*, 18.7.1971.

<sup>1825</sup> José Barreto, «Comunistas, católicos ... *op. cit.*, p. 288. e os sindicatos sob Salazar», in *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), p. 288.

alegre, muito reinadia. Tinha um realejo. Uma vez fomos fazer um para a Boidobra e ela lá foi todo o caminho a tocar. A JOC funcionava mesmo na Casa Garrett, na parte da casa onde mora agora o Sr. Eng. Francisco. Ainda andei (na JOC) uns 7 anos, solteira. Casei-me com 24 anos. No dia do meu casamento foram, então, à missa, as duas presidentes, a da JOC e a da LOC. Foi a da JOC, a Menina Mariazinha Taborda, a tirar-me o emblema e a da LOC, a D. Rosária, a pôr-me o outro. Eu continuei na LOC. Não!... O meu marido não se importou. Depois, infelizmente, ele adoeceu, passados logo uns meses.

Antónia Gonçalves, questionada sobre se a JOC se preocupava com a defesa dos direitos dos trabalhadores, redarguiu:

Na LOC as pessoas já estavam de mais idade, já conheciam melhor tudo, a vida. Encontrei pessoas mais preocupadas em defender. Estava um casal de Unhais que eram impecáveis para lutarem e informavam. Antes do 25 de Abril, íamos a Lisboa e ao Porto. (...) A minha prima Maria das Malhas (...) Foram lá a uma reunião na Buraca, em Lisboa. Que teve tanto medo quando entrou que viu da maneira que estava tudo tão fechado, tudo guardado mas por eles mesmos. Que se alguém do Governo desconfiasse que era tudo preso.<sup>1826</sup>

Alberto Oliveira remata: «Mas, essencialmente, foi uma época das nossas vidas, em que também nos foi possível participar na “quebra do gelo” de então, existente entre duas correntes aparentemente antagónicas e que se confrontavam na nossa terra: a corrente comunista, clandestina, por nós desconhecida, e com forte influência no meio operário; a corrente católica tradicional e conservadora, de certa maneira identificada com a igreja tradicional e o poder político estabelecido, assente numa filosofia caritativa e de subserviência e de que nós, éramos já então no seu interior, os elementos contestatários.»<sup>1827</sup>

### **3.5 O Partido Comunista ganha terreno em Tortosendo**

Já atrás falámos a ligação do operariado do Tortosendo ao Partido Comunista na década de 30 do século passado. Mas ouvimos testemunhos em que a mesma se teria iniciado na década de 20.

Paula Cristina Antunes Pinto concretiza / defende esta ideia com a situação do Couço (Coruche) e que bem pode aplicar-se ao Tortosendo, o que aliás se repetirá em relação a outras ideias levantadas pela mesma autora:

A organização política, corporizada no Partido Comunista Português, é tida como a forma mais eficaz de agir para conseguir obter vitórias, atendendo ao conflito, implícito ou explícito, entre duas classes.»<sup>1828</sup>

---

<sup>1826</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Antónia Gonçalves», in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003.

<sup>1827</sup> Alberto Oliveira, «Memória de um tempo vivido: anos 40 e 50», in *Boletim da LAT*, n.º 60, 3.º Trim., 2007.

<sup>1828</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 181.

Para a mesma autora, «a consciência de classe, presente em todos os discursos, mesmo entre os indivíduos pouco alinhados politicamente, é constante; (...) para um militante comunista a batalha na organização dos trabalhadores encontrava-se na transformação da consciência de classe em consciência política, ou seja, no alinhamento organizativo com o objetivo de alterar as condições sociais.»<sup>1829</sup>

Coube ao Partido Comunista o papel de não deixar que se perdesse a consciência de classe e de alimentar as ações reivindicativas, contando, *in loco*, com o suporte de operários mais esclarecidos e corajosos, detentores de prestígio junto dos seus companheiros. Já mencionámos a ligação de Joaquim Dias Alves ao Partido Comunista, cerca de 1932 e Lino Barata ligou-se por finais dos anos 30. Mas a ligação regular com o Partido estabeleceu-se, por finais da década de 40 do século passado.

#### ■ A VINDA DO «CONTROLEIRO»

Também no Tortosendo, a ligação com o Partido Comunista era feita através de um «controleiro» que vinha de mês a mês: trazia consigo a imprensa clandestina (*Avante e O Militante*) e transmitia, ainda, informações. Lino Barata relatou-nos a sua própria experiência a este respeito<sup>1830</sup>:

Sabia-se de antemão quem vinha. Marcava-se o encontro, sempre em lugares diferentes. O controleiro vinha à noite (...) Ainda dormiu um uma noite em minha casa e a minha mulher até tremia. Em geral, contatava com um trio, uma espécie de célula superior. Estes nunca davam o nome: o Alfredo Pereira era o Miguel, o Frazão era o Salgueiro, o Praça era o Andorinha<sup>1831</sup>. O controleiro também não dava o nome. O Tortosendo era responsável a nível distrital. De vez em quando o controleiro mudava, até porque os prendiam. Quando vinha um novo, ia um responsável esperá-lo a uma estação de caminho-de-ferro, fora (Alcaria, Fundão, Covilhã) e havia uma senha de boca, raramente escrita num papel ou objeto. (...) Por voltas de (19)59 é que houve um encontro de chefes de células e convidámos militantes. Foi numa casa, numa vinha, no Mata Mouros. Pertencia ao pai do Manuel Carriço, que também era militante. Para despistarmos, íamos dois, três, por diversos lugares e juntámo-nos no local. Foi para prestar esclarecimentos, orientar, dinamizar.

Fernanda Barata Ramos falou, igualmente, desta situação:

---

<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1829</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *op. cit.* p. 182.

<sup>1830</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Lino Barata, tecelão», in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

<sup>1831</sup> Quando o neófito é admitido, a atribuição de um novo nome, um pseudónimo, constitui um batismo conspirativo. Este pseudónimo, que passou a constituir uma das máscaras necessárias à atividade clandestina, foi introduzido após a reorganização de 1929 para fazer face às condições de repressão que emergiram depois de 1926. *Paula Cristina Antunes Godinho, Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962), op.cit.* p. 183.

Eu não sabia que vinham os «controleiros», mas desconfiava que devia haver alguém que viesse. Porque ele [o Alfredo Craveiro de Matos], às vezes, dizia-me: «Arranja-me aí um lanche...» E depois andava por lá.<sup>1832</sup>

Alfredo Craveiro de Matos<sup>1833</sup> destaca a importância do *Avante* e de *O Militante*:

O *Avante* e *O Militante* alertavam para assuntos sociais e políticos. E incitavam os operários à luta pelos direitos fundamentais: igualdade, fraternidade e a liberdade que tanto faltava. E para formas de luta por melhores condições de vida a desenvolver no campo reivindicativo, que só se poderiam concretizar com greves que davam mais impacto quando nós estávamos com dificuldades.

### EXEMPLARES DO AVANTE E MILITANTE

Jornais Clandestinos do Partido Comunista



[http://www.pcp.pt/avante-clandestino#decada\\_40.html](http://www.pcp.pt/avante-clandestino#decada_40.html)

[http://www.pcp.pt/sites/default/files/images/dossiers/o\\_militante\\_clandestino](http://www.pcp.pt/sites/default/files/images/dossiers/o_militante_clandestino) Acedido em 20.1.2013

Por sua vez, em cada fábrica do Tortosendo existia pelo menos uma «célula» e temos conhecimento da existência de uma célula feminina, na Sociedade de Fabricantes, cuja responsável era a operária Maria Helena Tourais.<sup>1834</sup> Ela própria nos deu testemunho das «obrigações» de um chefe de célula:

E eu é que distribuía os *Avantes* (o *Avante* que era em papel de seda, os tais pequeninos) na Sociedade, nas mulheres e nos homens, também. Eu ia aos teares, conforme ia a levar as tirelas (amostra de tecido), levava-os escondidos no peito e entregava. Houve uma vez uma greve, acho que foi em Aljustrel. Então pedia dinheiro na minha secção e dizia que era pra mandar. Na minha célula era eu, a Irene (a mulher do Joaquim Pinheiro), a Maria Rojão e a Irene do Zé Coelho. Conversávamos sobre o conteúdo do jornal e eles até nos pediam prá gente dizer aquilo que se passava, as injustiças... ou se havia castigos e depois eu transmitia ao António [Frazão]. Ao chefe de célula competia distribuir a imprensa clandestina, cobrar a importância e quem quisesse dava mais alguma coisa. (...) Se chegasse

<sup>1832</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Fernanda Ramos Barradas», in *Boletim da LAT*, n.º 63, 2.º Trim., 2008.

<sup>1833</sup> Testemunho oral de Alfredo Craveiro de Matos.

<sup>1834</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Helena Ascensão Tourais», in *Boletim da LAT*, n.º 75, 2.º Trim., 2011.

muito bem; se sobrasse, era rapidamente queimado. Quando não chegava, passava de uns para os outros. Mas, no fim de lidos, destruíam-se imediatamente. Não podia haver inscrições, não havia registos.

De Fernanda Barradas, ouvimos que também ela teve de destruir *Avantes*:

E muitas vezes cheguei a ir além p'rá Tapada, de manhã cedo, para queimar lá aqueles papéis. Aquilo era muito fininho, muito fininho. Nem imagina... Falavam muito em liberdade e que não se podia falar nisto e naquilo...<sup>1835</sup>  
Mas eu via-o, por exemplo, ler livros, e depois havia prisões, e eu não sabia onde é que havia de esconder aqueles livros. Eu ia p'ró sobrado, eu metia-os nas telhas do sobrado, eu fazia tudo isso p'ra esconder.<sup>1836</sup>

#### ■ RECRUTAMENTO DE SIMPATIZANTES

No Tortosendo, no que respeita à presença do Partido Comunista, à semelhança do Couço, mesmo «não havendo uma comunidade local partilhada - como não existia uma comunidade de sentidos atribuídos - havia contudo uma perceção da identidade grupal forte, ainda que nem todos tivessem o mesmo grau de consciência política, comprometendo-se alguns com a causa comunista mas sem empenhamento total».<sup>1837</sup> Apesar de todas dificuldades, mesmo da «vigilância dos *Bufos*»<sup>1838</sup>, o número de militantes ia crescendo. Numa tentativa de recrutamento, na fábrica, «nós aproximávamo-nos daqueles camaradas que nos mereciam alguma confiança»<sup>1839</sup>. Antes de alguém ser recrutado, era *acompanhado*, ou seja, sujeito a um período de observação e de atenções redobradas por parte dos militantes, com a passagem por pequenas provas, como, por exemplo, «a atribuição de tarefas com um grau de perigosidade que ia aumentando». Maria Helena Tourais recorda como lhe foi feita essa abordagem:<sup>1840</sup>

Depois, um dia, o António Frazão deu-me um livro que era «Os subterrâneos da liberdade». Ele começou a entrar em contato comigo, foi ele é que me meteu e me disse: - Nós estamos inseridos no Partido (Comunista) e a nossa tarefa é defender a classe operária. Tu, agora, passas a fazer isto, isto e isto...

Armando Madeira acercou-se do Partido Comunista sob a influência dos companheiros mais velhos, na firma João Pontífice<sup>1841</sup>:

<sup>1835</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Fernanda Ramos Barradas», in *Boletim da LAT*, n.º 63, 2.º Trim., 2008.

<sup>1836</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>1837</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 166.

<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1838</sup> José Laço, «Lino Barata Fonseca, tecelão, Depoimento», in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

<sup>1839</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>1840</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Helena Ascensão Tourais», in *Boletim da LAT*, n.º 75, 2.º Trim., 2011.

<sup>1841</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Armando Madeira, Ex-Emigrante», in *Boletim da LAT*, n.º 72, 3.º Trim., 2010.

Aquilo [a fábrica] era quase como uma escola, havia lá pessoas, principalmente um, que faz parte aqui da casa (LAT) que é o Alfredo (Craveiro de Matos). Eu devo-lhe muito. Oh! O tempo era nosso, no trabalho, quer dizer, íamos conversando, ia-me dizendo coisas e dava-me coisas a ler.

Em nosso entender, tal como no Couço, no Tortosendo também o «esforço organizativo,» por parte dos militantes comunistas, desenvolve-se «num terreno em que a cultura de resistência assente na classe reivindicava uma memória de luta,» que vinha do tempo da Associação de Classe e, obviamente, «conta ainda com condições favoráveis, que levarão a um incremento das adesões».<sup>1842</sup> Estas razões são suficientes para explicar o sucesso do Partido, na angariação de filiados e, principalmente, de muitos simpatizantes.

#### ■ SIGILO E «COMPARTIMENTAÇÃO»

Para além disso, o Partido Comunista contava ainda com muitos simpatizantes e a simples convivência de outros podia funcionar como adjuvante para a sua ação. Não podiam organizar grandes reuniões, mas faziam-se convívios com frequência (bailes, festas, piqueniques, etc.). Os ativistas reuniam-se nos jardins públicos, na praia, no campo, em casa de amigos, onde fosse possível. Helena Tourais deu-nos um exemplo dessa situação:

Houve uma vez que veio uma pessoa de fora, apareceu aqui em casa, veio com o [António] Rojão, simulámos que havia um aniversário, fizemos os convites. Veio um grupo grande. Fiz um almoço e a pessoa que veio nem se deixava fixar. Aquela reunião era pra ele se reunir com as mulheres. Depois os homens ficaram aqui e nós, as mulheres, fomos pra cima, prá minha salinha. Aí falámos de tudo o que era o Partido e o que a gente tinha a dizer, como se procedia nas fábricas. Esse Senhor até veio ali pra Quelha mais o António [Frazão].

«As normas de segurança fundamentais para o trabalho ilegal incluíam, em primeiro lugar, o sigilo e a compartimentação, cumpridos obrigatoriamente como forma essencial de defesa perante a repressão e a tortura em particular»<sup>1843</sup>, o que também foi confirmado por Armando Madeira<sup>1844</sup>:

Não, não tinha conhecimento de outras situações. As coisas eram estanques; podia-se passar outra coisa mesmo ao lado e nós não sabermos. Cada militante só devia saber daquilo que fosse necessário para a sua atividade e nada mais.

---

<sup>1842</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 182.

<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>. Acedido em 5.10.2014

<sup>1843</sup> António Barreto, «Clandestinidade» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir), Maria Fernanda Rolo (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. I, p.154.

<sup>1844</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Armando Madeira, Ex-Emigrante, in *Boletim da LAT*, n.º 72, 3.º Trim., 2010.

Maria Helena Tourais corrobora esta forma de agir:

O meu marido pertencia à célula do João Pontífice, nem ele sabia de mim, nem eu sabia dele. Houve uma vez que veio uma pessoa de fora, (...) pra ele se reunir com as mulheres. (...) No fim, o meu marido disse-me: -Com que então estavas ligada ao Partido e não me dizias nada?! E eu dei-lhe em resposta: -E com que então tu também estavas ligada ao Partido e também nunca me disseste nada?! Era assim que funcionava, porque nós a dizermos uns aos outros, era isso que dava as prisões. Nós tínhamos que trabalhar clandestinamente.<sup>1845</sup>

Fernanda Ramos Barradas atestou no mesmo sentido:

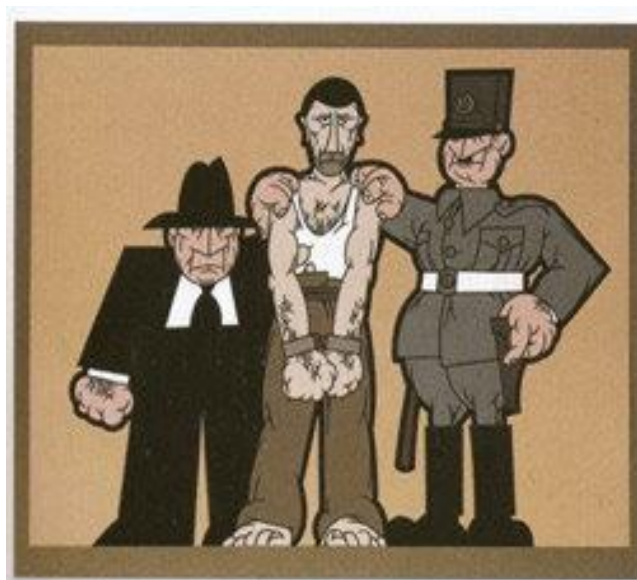
Houve um dia, tinha eu a minha Maria Elfrida pequenina, que ele [o meu marido] disse que saía e que não sabia quando chegava. E andou por lá três dias. Já dava ais da minha vida. Só mais tarde é que ele contou... Ele nem soube bem onde é que tinha ido. Foi p'lo comboio, p'los carros e, agora, fechas os olhos e, agora, não abres os olhos. Não falávamos abertamente. ...<sup>1846</sup>

#### ■ PRISÕES E TORTURAS SOFRIDAS POR OPERÁRIOS DE TORTOSENDO

A promessa de Churchill, dos «Aliados», de porem fim às ditaduras de Espanha e Portugal não se cumpriu. Em Portugal, «por todo o país continuaram bandos de informadores e delatores que espiavam, dirigidos por secretários de Estado e ministros, que intimidavam e julgavam arbitrariamente. Foram bastantes os tortosendenses presos e torturados.»<sup>1847</sup>

#### DETENÇÃO DE UM OPERÁRIO PELA PIDE

(do caricaturista Abel Manta)



Fonte: <http://grupo400.webnode.pt/banco-de-imagens/>

<sup>1845</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria Helena Ascensão Tourais», in *Boletim da LAT*, n.º 75, 2.º Trim., 2011.

<sup>1846</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Fernanda Ramos Barradas», in *Boletim da LAT*, n.º 63, 2.º Trim., 2008.

<sup>1847</sup> José Ribeiro, «No tempo do minério», in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

Principalmente, em virtude da sua ligação ao Partido Comunista, Tortosendo e a sua classe operária tornaram-se conhecidos e temidos pelo regime salazarista. Por isso, não faltaram as perseguições aos operários, especialmente, em épocas de maior agitação social. Foi em 1963, que ocorreram as últimas prisões políticas (por duas vezes), «ditadas pela raiva ao Tortosendo, devido às lutas travadas ao longo do tempo por melhores condições de vida»<sup>1848</sup>. Juntamos o testemunho de Apolinário Proença, um desses operários detidos [ -2011]<sup>1849</sup>:

Fui preso em 23 de dezembro de 1963, na ante-véspera do Natal. Era tempo do frio e as fábricas estavam muito frias. Tínhamos alguma lenha a arder nuns caldeiros para nos aquecermos. A GNR é que me prendeu, às ordens da PIDE. O Sargento chegou ao pé de mim, deitou-me as mãos ao braço e disse que estava preso. Eu disse-lhe: -Largue-me a mão que eu não fujo! -Não foge, não! Disse isto porque sabia que a fábrica estava cercada. Levaram-me para o Posto que era lá nos Pinhos Mansos. Juntei-me lá no Posto com outro camarada, o Manuel Quinteiro. Pois... Não fui apanhado de surpresa. Já tinham sido presos no mês de novembro outros quatro de cá: o Frazão, o Agostinho, o Ramiro, e o Mário Evaristo e outros aqui de perto.

#### TORTURAS DA PIDE



Fonte: <http://diariodebordo7e.blogspot.pt/2011/03/as-torturas-da-pide.html>

<sup>1848</sup> Alfredo Craveiro de Matos, in *Jornal do Fundão*, 25.4. 2003.

<sup>1849</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Apolinário Proença: preso político», in *Boletim da LAT (Liga dos Amigos de Tortosendo)*, n.º 30, 2º Trimestre de 1999.



Juntamos, ainda, o testemunho de Apolinário Proença [ -2011] a respeito dos interrogatórios<sup>1850</sup>:

Os interrogatórios eram sempre na António Maria Cardoso e foram durante meio ano. Eram terríveis, de sete horas seguidas. Perguntavam se havia mais comunistas, quem era os chefes. Queriam que respondêssemos à viva força. Nunca me bateram, mas cuspiam para a cara de uma pessoa. Mostravam a comida e tiravam-na. Faziam-nos estar de pé, virados para a parede e de braços abertos. “Daqui ou vais para o cemitério ou para o hospital”.- ameaçavam eles. Até apontavam coisas às nossas mulheres para nos desmoralizarem.

Mas, «o principal ponto de honra e dever indeclinável de todos, sem exceção, era não falar na polícia, recusar-se a prestar declarações, resistir à tortura em quaisquer circunstâncias.»<sup>1851</sup> Mas já ouvimos testemunhos de operários que se queixaram de não estarem devidamente preparados para poder resistir.

Não obstante, «a cadeia, com indivíduos encerrados, era paradoxalmente um local de contacto entre grupos sociais e culturais com capitais simbólicos e materiais distintos; esse contato entre pessoas de diferente escolarização, de raiz rural ou urbana, é referido em todas as histórias de vida como enriquecedor.<sup>1852</sup> O testemunho de Manuel Quinteiro Gomes<sup>1853</sup> confirma-o:

Sim, valorizei-me [na cadeia]. Como já lhe disse, nos últimos oito meses estive isolado: só tinha convívio com os amigos e recreio. O resto estava sempre fechado. E aí é que eu me dediquei ao estudo. Facultavam livros na Biblioteca, em Peniche, mas isso já veio do Porto. Após o julgamento, o Mário Barreto veio-me perguntar se queria aprender Francês. E mandei comprar um livro de 1º, outro de 2º, um dicionário e uma gramática, e ele deu-me as instruções porque ele era um indivíduo já com muita experiência. E eu assim fiz. E não há dúvida nenhuma que aproveitei muito bem, porque, quando cheguei ao final, já lia livros em Francês e não precisava de dicionário. Muito bom!!!

Deve, no entanto, destacar-se que, nessa altura, no Tortosendo, se gerou um grande movimento de solidariedade «com as famílias dos presos, auxiliando-os monetariamente»<sup>1854</sup>, facto que as autoridades «fingiam» ignorar. Alfredo Craveiro de Matos elogiou, a este respeito, o papel de Jorge Craveiro de Sousa, presidente da Junta de Freguesia.

---

<sup>1850</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Apolinário Proença: preso político», in *Boletim da LAT (Liga dos Amigos de Tortosendo)*, n.º 30, 2º Trimestre de 1999.

<sup>1851</sup> António Barreto, «Clandestinidade» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir), Maria Fernanda Rollo (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. I, p.155.

<sup>1852</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 458.

<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1853</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Manuel Quinteiro Gomes, ex-presos político», in *Boletim da LAT*, n.º 62, 1.º Trim., 2008.

<sup>1854</sup> Idem, *ibidem*.

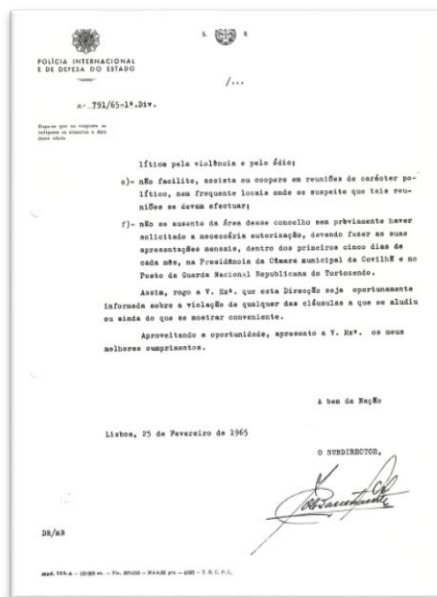
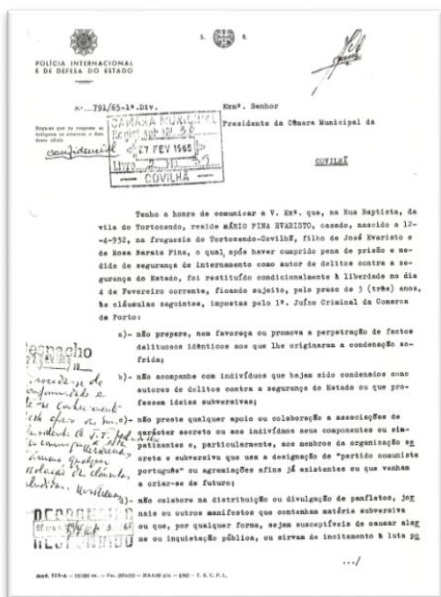
■ «AS MEDIDAS DE SEGURANÇA»

As lutas e sofrimentos à volta das perseguições políticas foram, assim, sintetizados por Américo de Oliveira [ - †]:

Tortosendo é terra mártir, terra que conheceu nas suas vísceras, o tormento da perseguição política, terra cujos filhos – tantos – sofreram rera o inferno da prisão da PIDE.<sup>1855</sup>

«Após haverem cumprido pena de prisão e medida de segurança de internamento, como autores de delitos contra a segurança do Estado, foram restituídos condicionalmente à liberdade. Para Mário Evaristo, tal aconteceu, em 4 de fevereiro de 1965, depois de estar preso três anos, três meses e sete dias, ficando sujeito pelo prazo de três anos às cláusulas seguintes, impostas pelo 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto.»

DOCUMENTO RELATIVO ÀS «MEDIDAS DE SEGURANÇA» DE MÁRIO EVARISTO



Fonte: ACMC, *Corresp. Recebida, Avulsos*, (Confidencial), Maço n.º 187, 1964-1965. PIDE 791/65 – 1.ª Div 25.2.1965.

Para além do termo de residência, indicava-se a inibição de uma série de procedimentos relacionados com a atividade política. A observância do cumprimento

<sup>1855</sup> Palavras proferidas por Américo de Oliveira, em abril de 1974, na Praça Almeida Garrett.

ficava a cargo do presidente da Junta de Freguesia, que exercia a vigilância. O presidente da Câmara pede ao presidente da Junta de Freguesia «que comunique a esta Câmara qualquer violação das cláusulas aludidas».<sup>1856</sup>

Constatámos ao longo do tempo que, no Tortosendo, os elementos de um pequeno grupo de comunistas que formavam uma elite, hoje praticamente já desaparecidos, eram respeitados não só pelos seus camaradas, mas em geral pelos restantes membros da comunidade. Chamamos novamente à colação a opinião de Paula Cristina Antunes Godinho em relação ao Couço. No discurso desses elementos, era/é manifesto «o orgulho comunista, radicado na consciência de uma abnegação que confere distinção aos membros do coletivo».<sup>1857</sup> Mas ressalta igualmente a sua fidelidade ao partido. Viviam «a conceção de que quem é resistente e se fideliza em determinada organização deve prosseguir lealmente ligado a ela, sem ater-se ao carácter favorável ou hostil das conjunturas e das reorganizações da estrutura dos grupos sociais».<sup>1858</sup> E assim se mantiveram ao longo da vida- Por isso, quando referiam «o» partido, o artigo definido dá conta da determinação: trata-se do PCP».<sup>1859</sup> Quando se refere «o» partido, o artigo definido dá conta da determinação.

---

<sup>1856</sup> PIDE 791/65 – 1.ª Div 25.2.1965. ACMC, *Corresp. Recebida, Avulsos*, (Confidencial), Maço n.º 187, 1964-1965. PIDE 791/65 – 1.ª Div 25.2.1965.

<sup>1857</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 388.  
<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1858</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 393.  
<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

<sup>1859</sup> Paula Cristina Antunes Godinho, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade. Nova de Lisboa, 1998, p. 398.  
<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>

#### 4. ATIVIDADE SINDICAL NO MARCELISMO - 1968-1974

Marcello Caetano, «forçado a ceder perante a crescente movimentação iniciada, começou por liberalizar o movimento sindical, adentro de uma visão mais europeizante, quase chega ao ponto de a alguns parecer que permitia o afastamento da linha corporativista».<sup>1860</sup>

Os operários não deixam por mãos alheias os direitos que lhes assistem. Em 1969, assim que a legislação o permite, um grupo «bastante numeroso» reúne-se na sede do Sindicato Nacional para invocar a legitimidade de uma direção eleita pelos trabalhadores sindicalizados. De uma segunda reunião, em casa do presidente da direção, José Fernandes Tiago, foram escolhidos, para terem um encontro, na Covilhã, com o delegado do INTP, Dr. Corte Real, três elementos: Alfredo Costa, Alfredo Craveiro de Matos (mais conhecido entre nós por Alfredo Pereira) e Alberto Oliveira, os dois primeiros, operários, e o terceiro, empregado, assumidamente, membro da JOC, como atrás foi referido. O delegado do INTP comunicou telefonicamente a Alberto Oliveira que os outros dois elementos não poderiam integrar um elenco diretivo. O regime continuava atento, a vigiar os elementos considerados perigosos e a excluí-los.

Demos atenção à situação da mulher operária, com discriminações acrescidas em relação aos companheiros; desde a exclusão em eleições sindicais até ao assédio, passando pela situação das metedeiras de fios a trabalhar ao domicílio.

Consultámos a bibliografia respeitante a cada um dos pontos, consultámos documentação no Sindicato e no Arquivo Municipal e recolhemos testemunhos que permitiram confrontar posições.

##### 4.1 Alterações na legislação e vida sindical

O Governo promulgou em 1969, o Decreto-Lei nº 49 058, com vista à atualização da legislação sindical, cuja necessidade cada vez mais se vinha impondo, em face, não só da evolução entretanto operada no plano interno, como também dos compromissos internacionais... Este decreto devia, de acordo com as esferas oficiais, representar uma autêntica viragem, de sentido progressivo, na legislação do trabalho, no nosso país. Segundo Armando Serrano, continha essencialmente duas inovações:

substituir a homologação ministerial das direções eleitas, pela verificação e legitimação prévia das condições de elegibilidade; confiar aos Tribunais a decisão acerca da suspensão e distribuição dos dirigentes<sup>1861</sup>.

---

<sup>1860</sup> *Idem, Ibidem*, p. 79.

<sup>1861</sup> *Idem, Ibidem*, p. 78.

De acordo com o mesmo autor, não estávamos perante uma nova lei sindical, mas apenas tinham sido feitas algumas alterações à legislação de 1933. «Apesar da legislação ficar muito aquém dos princípios básicos da liberdade sindical preconizada pelo OIT, o Governo achou por bem fazê-lo, dadas as alterações e, sobretudo, a tomada de consciência operada nas massas trabalhadoras. Havia também os problemas de concorrência de outros fatores de natureza económica e política que começaram a agitar o País, no sentido de uma maior tomada de consciência de classe por parte da classe laboral.»<sup>1862</sup> Passado pouco tempo, o Decreto-Lei n.º 49 212, de 20 de agosto de 1969 fixava as regras da contratação coletiva. «Até então, o patronato só negociava uma convenção coletiva de trabalho se quisesse. A partir de agora, desde que houvesse uma proposta sindical, teria de haver negociações.»<sup>1863</sup>

Entretanto, a «liberalização», no mundo sindical tal como a política de Marcelo Caetano, terá entretanto um retrocesso, através do Decreto-Lei n.º 502/70 de 26 de outubro que vem permitir a suspensão e destituição de dirigentes sindicais, através de simples instrução emanada do Ministério e dirigida aos Tribunais de Trabalho. Mas a situação agravou-se ainda com a promulgação do Decreto-Lei n.º 51/72 que estabeleceu um apertado e ambíguo condicionalismo na prova das condições de elegibilidade dos dirigentes sindicais. Para alguns, esta via significou um modo eficiente de derrotar, fora das urnas, por via administrativa, as listas que aí haviam merecido confiança por parte do eleitorado. Persistindo-se numa linha orientada no sentido de se exercer maior controlo sobre as atividades sindicais, desencadeia-se sobre os sindicatos o Decreto-Lei 447/72, com vista a pôr em causa a sua idoneidade.»<sup>1864</sup>

Apesar de tudo, verificou-se a reanimação da vida sindical, que até então havia como que vegetado: é a contratação coletiva que durante todo o anterior período de vida do Estado Novo, praticamente, nada havia evoluído e pouco ou nada havia contribuído para uma melhoria de vida dos trabalhadores e que passa a assumir um papel central na vida dos sindicatos, que para isso se munem de técnicos qualificados, como advogados e economistas (sobretudo estes); é a afluência muito maior de trabalhadores às reuniões e assembleias dos sindicatos (os Bancários de Lisboa, por exemplo, «chegaram a reunir 7 000 trabalhadores numa assembleia geral, em abril de 1970 (59) para discutirem os

---

<sup>1862</sup> *Idem, Ibidem*, p. 78 Armando Serrano, «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, janeiro de 1980, p.78.

<sup>1863</sup> Francisco Canais Rocha, *op. cit.* p. 113..

<sup>1864</sup> Armando Serrano, *op. cit.* p. 79.

mais diversos assuntos da vida sindical, começando as assembleias gerais a realizar-se com mais frequência do que a única assembleia geral ordinária que os sindicatos nacionais estavam obrigados a realizar todos os anos, para a discussão e votação do relatório e contas; é, ainda, o aumento da informação permanente dos associados sindicais através da circulação de folhetins, circulares, panfletos, jornais e revistas».<sup>1865</sup>

#### ■ OS OPERÁRIOS PRETENDEM UMA DIREÇÃO ELEITA

Em 1969, perante a possibilidade de eleições, os operários do Tortosendo mobilizam-se nesse sentido. Assim, por sua solicitação, realizou-se uma primeira sessão pública, na Secção do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, na Rua do Terroeiro. Alberto Oliveira, empregado têxtil e membro da JOC local, que já vinha «estabelecendo pontes», integrou-se nessa reunião, com a mesma já em andamento. Ali foi encontrar «um grupo razoavelmente numeroso, em relação às pequenas instalações da Secção [na Rua do Terroeiro, n.º 8] e, que «perante o presidente da Comissão Administrativa, José Fernandes Tiago, invocavam a legitimidade de uma direção eleita pelos trabalhadores sindicalizados que então – mesmo naquele regime, eram obrigados a sindicalizar-se, mas no Sindicato único como então existia (...) daí saindo o apoio à integração de um grupo que pudesse constituir-se como o embrião desse desejo e dessa iniciativa.»<sup>1866</sup>

Seguiu-se nova reunião em casa do presidente da Comissão Administrativa e aí foram escolhidos três elementos, para terem um encontro, na Covilhã, com o delegado do INTP, Dr. Corte Real: Alfredo Costa, Alfredo Craveiro de Matos (mais conhecido entre nós por Alfredo Pereira) e eu próprio (Alberto Oliveira). Conseguido esse encontro, estes três elementos apresentaram ao referido delegado «um conjunto de nomes suscetíveis de fazerem parte do futuro elenco diretivo, duma direção verdadeiramente eleita pela classe.» Contudo, passados alguns dias, o delegado do INTP, comunicou telefonicamente a Alberto Oliveira que seria desejável a substituição dos outros dois nomes propostos, «a fim de que a lista pudesse ser posteriormente homologada pelo Ministério». Alberto Oliveira continua: «Manifestando o meu

---

<sup>1865</sup> Hélder Miguel Marques, «O movimento sindical durante o Estado Novo: estado atual da investigação» in Revista da Faculdade de Letras 299, HISTÓRIA, Biblioteca Digital, Porto, III Série, vol. 8, 2007, p. 312.

*ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim*

<sup>1866</sup> Alberto Taborda Martins Oliveira, Depoimento facultado em 2.09.2008. Neste mesmo depoimento, Alberto Oliveira esclarece, ainda, que «Havia lido, um pouco tempo atrás, um livro existente na pequena biblioteca da delegação feminina também da JOC e na mesma sede, que se baseava na ação militante e sindicalista dum jovem jocista francês e que fortemente me havia influenciado.»

descontentamento em ter sido só eu a ser chamado e a possível interpretação no meio da minha própria classe, aceitei a incumbência da transmissão do recado, o que fiz, não sem alguma contestação de alguns elementos da classe.»

#### ■ ELEIÇÕES 1970.

Neste ano foi desencadeado o processo eleitoral. O presidente da Comissão Administrativa, José Fernandes Tiago, acusa a receção de uma relação de 120 assinaturas de sócios, para apoio à gerência do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios – Secção de Tortosendo - para o triénio de 1970/1972.<sup>1867</sup> Em 8 de março seguinte, o operário Leopoldo Matos Canhoto, servindo de presidente da Assembleia Geral, por incumbência do presidente da Comissão Administrativa, faz constar que havendo-se procedido à eleição dos Corpos Gerentes para o triénio de 1970/1972, verificou-se terem entrado 118 listas, devidamente, controladas pelos cadernos eleitorais e que o apuramento da votação foi o seguinte:

Assembleia Geral Efetivos: presidente, José Dias Cardoso (empregado); 1.º secretário, Alfredo Craveiro de Matos (empregado), 2.º secretário Alberto Taborda Oliveira (Empregado). Suplentes: presidente, José Teixeira de Almeida (operário), 1.º secretário Joaquim Rodrigues Pinheiro Operário), 2.º secretário, António dos Santos Ferreira (operário) Direção: Efetivos: António Silva Curto (empregado); Júlio Machado Cruz (operário); Carlos Alberto Silva Gomes (?) Suplentes: Américo de Jesus Duarte (empregado); José Henriques (operário); Manuel de Almeida Francês (operário).<sup>1868</sup>

Numa rápida análise pode constatar-se que todos os elementos da Assembleia Geral pertenciam ao grupo «empregados». José Cardoso, frequentara a Escola Industrial e Comercial da Covilhã, onde tirara o curso de debuxador. Alfredo Craveiro Matos desde bem jovem fora operário e, por mérito, ascendera a ajudante de debuxador, continuando, no entanto, a ser um elemento da confiança dos operários. Autodidata, um dos «discípulos» de José Rodrigues Ribeiro, na escola do Unidos Futebol Clube.

Mormente dessa elite operária com ligações ao PCP. Alberto Oliveira, empregado de armazém, mais jovem que Alfredo Craveiro M., igualmente autodidata, membro ativo da JOC. Na Direção António Silva Curto, empregado, com escolaridade. Os restantes elementos eram operários

---

<sup>1867</sup> Of dirigido ao sócio n.º 873 António dos Santos Ramos, 12.1.1970 Pasta Assembleias/reuniões Gerais de sócios de 7.3.1973 a 29.6.1984.

<sup>1868</sup> Secção do Tortosendo Edital, 8.3.1970, *Pasta Assembleias/reuniões Gerais de sócios* de 7.3.1973 a 29.6.1984.

#### ■ A DIREÇÃO ELEITA ENTRA EM AÇÃO.

Em 26 do mesmo mês, realiza-se a primeira sessão de trabalhos <sup>1869</sup>. De entre as decisões tomadas, destaca-se: estabelecimento de um horário - das 10 às 13, reabrindo das 15 às 20; presença diária de um elemento diretivo, na Sede, desde as 18 e 30 às 20; que o presidente da Direção, António Silva Curto, seja o representante da Secção, junto do Sindicato da Covilhã; dirigir uma circular a todos os sócios, dando-lhes conhecimento da posse e convidando-os, também, «a começar a utilizar o Sindicato para tratar dos seus assuntos»; dirigir um ofício a todas as empresas locais, comunicando-lhes também a posse. Neste ofício, comunica-se às firmas que, «ao cabo de tantos anos», o Sindicato passou, finalmente, a ser gerido por Corpos Gerentes completos e eleitos, em eleições autênticas, por Assembleia Geral, em 8 do corrente.<sup>1870</sup> Mais se acrescenta:

É nossa intenção promover relações de bom entendimento entre patrões e trabalhadores. Aliás, é sabido, como é que a classe patronal tem necessidade da classe trabalhadora e vice-versa, não poderia ser outra a nossa atitude. No entanto, devemos afirmar a V. Ex.<sup>as</sup> que tudo faremos no sentido de promover e apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores, na certeza, de que só com os trabalhadores satisfeitos é possível existir progresso. Tal apoio, em defesa dos justos direitos dos nossos camaradas, não exclui que trabalhemos para incutir no seu espírito o cumprimento total dos seus deveres.

---

<sup>1869</sup> Ata n.º 1 26.3.1970 *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios* - Secção de Tortosendo. Direção - 18.12.1955 a 22.6.1976.

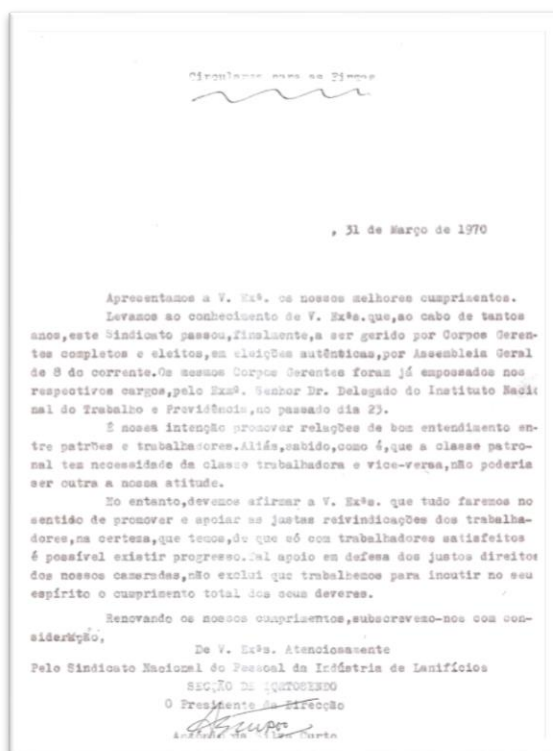
<sup>1870</sup> Do Sindicato Tortosendo p/ as Firms do Tortosendo 31.3.1970 *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.



## CARTA AOS SÓCIOS 1970



## CARTA ÀS FIRMAS 1970



Fonte: Arquivo do SNPIL Distrito de Castelo Branco Secção do Tortosendo Pasta de Corresp. Recebida e Expedida de 14.3.1961 a 23.10.1974

Pela sua importância, embora não diga respeito diretamente aos operários dos lanifícios, cabe mencionar, conforme declaração publicada no Diário do Governo, II Série, nº 64 de 17.3.1969 que foi aprovado o Estatuto da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito de Castelo Branco.<sup>1871</sup>

Em novembro de 1969, o *Jornal do Fundão* divulga que os trabalhadores dos lanifícios vão ter 20% de aumento, o maior aumento de sempre. Mas que o custo de vida nestes três anos subiu quase essa percentagem.<sup>1872</sup>

Na reunião de 3 de abril do ano seguinte, o presidente da direcção do Sindicato, António Silva Curto, de mais relevante, apresentou o projeto do CCT recebido na reunião em que tomou parte no Sindicato da Covilhã. Pelo que se deliberou designar, entre os membros dos Corpos Gerentes, «alguns que tomem a cargo o estudo desse importante projeto.»<sup>1873</sup> Em agosto de 1971, no *Jornal do Fundão*<sup>1874</sup>, Alberto Oliveira

<sup>1871</sup> Da Caixa de Previdência do Distrito de Castelo Branco, 25.4.1969 *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

<sup>1872</sup> *Jornal do Fundão*, 16.11.1969.

<sup>1873</sup> Ata n.º 2, 3.4.1970 *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direcção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1874</sup> Secção: *Jornal do Tortosendo*.

queixa-se que «vai decorrido um ano sobre a denúncia que os sindicatos fizeram ao atual CCT da indústria de lanifícios e apresentaram um projeto para a elaboração de um novo. (...) Que decorridos onze anos, apenas houve umas ligeiras retificações salariais.»

<sup>1875</sup> Finalmente, em 20 de dezembro, entrou em vigor, com efeitos retroativos a partir de 1 de novembro, o novo CCT, com importantes regalias sociais para os operários: subsídio de Natal, em dezembro, equivalente a 18 dias úteis de cada ano e esse pagamento deve ser feito até 20 dezembro); subsídio de férias (igual à retribuição dos dias de férias a que tenha direito <sup>1876</sup>; subsídio de casamento (oito dias úteis pagos, independentemente do direito que tem a férias anuais); todos os menores de dezoito anos têm direito a férias anuais de dezoito dias úteis; definição da situação do «praticante» <sup>1877</sup>; o homem casado tem direito a dois dias de férias quando do parto da esposa <sup>1878</sup>; feriados (1 de Dezembro e feriado municipal, que na Covilhã ainda não foi escolhido); faltas pagas. Destacamos, ainda, os benefícios para a mulher operária:

quando casada, tem direito a duas faltas mensais consideradas justificadas; ao descanso de dez minutos a meio de cada período de trabalho durante a gravidez; e a uma redução de uma hora, em cada período, após o parto, para alimentação do filho.

Em 1972, em novembro, momento adequado para a atualização do CCT, o *Notícias da Covilhã* informa que a FNIL oficiou ao Sindicato dos Lanifícios, o seguinte: «foi entendido não proceder, presentemente, qualquer ajuste previsto pela cláusula 45.<sup>a</sup> do Contrato Coletivo de Trabalho (...) por quanto se devem considerar nulas a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei 196-72, por força do n.º 2 do artigo 14 do diploma em causa, as cláusulas de revisão periódica automática de remunerações incertas em convenções coletivas homologadas. <sup>1879</sup> Perante esta informação, o Sindicato reage com uma circular em que se defende:

a luta «por uma remuneração mínima; por uma menos injusta repartição dos rendimentos; por uma substancial subida das remunerações»; principalmente contra «o congelamento das remunerações» (até novembro de 1975), a «pretexto da chamada “luta contra a inflação”». <sup>1880</sup>

---

<sup>1875</sup> *Jornal do Fundão*, 22.8.1971.

<sup>1876</sup> «Custo de vida» era calculado através de um índice médio.

<sup>1877</sup> terá como ordenado mínimo, durante o 1.º ano de fábrica, 50 % do auferido pelo mestre. No 2.º ano, 60 %. No 3.º 80 %. A partir do 4.º ano deixa de ser praticante. Recebe o ordenado como mestre.

<sup>1878</sup> *Jornal do Fundão*, 26.12.1971.

<sup>1879</sup> *Notícias da Covilhã* 4.11.1972.

<sup>1880</sup> Circular 32/1972 da Federação Nacional do Pessoal da Indústria Lanifícios 17.10.1972.

Justifica-se, porque o salário recebido «é incessantemente devorado pela subida dos preços».<sup>1881</sup> A esta circular, relativa à negociação salarial, junta-se outra em relação à luta desenvolvida na resolução do problema relacionado com o pagamento dos 25% sobre as remunerações do período compreendido entre as 20 e as 23 horas <sup>1882</sup>. Desde logo, o título desta circular é incisivo: «Se não queremos ser espoliados das regalias conquistadas, temos de saber dar resposta adequada às manobras do patronato».<sup>1883</sup>

#### ■ O DIREITO AO FERIADO MUNICIPAL

A questão do feriado municipal põe-se com maior agudeza, a partir do momento em que CCT concede esse direito aos trabalhadores. Recordamos, por exemplo, que em maio de 1934, *O Raio* noticia que o dia 1 de Maio, na Covilhã, foi considerado feriado pela primeira Comissão Administrativa Municipal e tem-se mantido como tal. Em 15 de maio de 1940, o presidente da Câmara comunica ao chefe do Distrito de Recrutamento que o feriado Municipal deste concelho é no 1.º de Maio.<sup>1884</sup> Em 23 de janeiro de 1943, informa-se o governador civil de Castelo Branco que o feriado do concelho é o 1º de Maio.<sup>1885</sup> Apesar destas informações, em 1971, quando o CCT concede, entre outras regalias, o direito ao feriado municipal, comenta-se que na Covilhã não estava escolhido a data desse feriado, pois as opiniões dividiam-se entre o dia 1 de maio e o 20 de Outubro, data da elevação da Covilhã a cidade. Como tal decisão cabia à Câmara, é natural, que se exercessem pressões sobre a edilidade para que tal decisão fosse votada com urgência. Em 11 de novembro de 1972, o *Notícias da Covilhã*, informa que em relação ao tema feriado Municipal, feita nova votação a mesma recaiu sobre o 1.º de Maio.<sup>1886</sup> Apesar disso, uma vez mais a votação não foi respeitada.

Em 11 de abril de 1974, em ofício enviado ao presidente da Câmara, expressa-se o descontentamento dos aproximadamente 400 trabalhadores, reunidos na Assembleia Geral do Sindicato de 23 de março, pela inexistência do feriado municipal e pede-se a sua intervenção «para que possa ser concedido aos trabalhadores o benefício a que têm

---

<sup>1881</sup> Circular 34/1972 de 19.10.1972 da FNPIL. *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974. Circ 34/1972 de 19.10.1972 da FNPIL.

<sup>1882</sup>2 Circulares Informativas Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria Lanifícios Distrito de Castelo Branco de 31.10.1972, *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

<sup>1883</sup> *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974. Circ 50/72 de 26.12.1972 da FNPIL.

<sup>1884</sup> *Corresp. Expedida* (sem número) 1940.

<sup>1885</sup> *Corresp. Expedida*, Ano de 1943 I.

<sup>1886</sup> *Notícias da Covilhã*, 11.11.1972.

direito». <sup>1887</sup> Os operários sentiam-se lesados por não gozarem um direito que lhes assistia.

Entretanto, também surgiam consultas ou queixas no Sindicato. Duas operárias queixam-se que lhes foi sonogado o direito que têm em relação a dois períodos de meia hora para aleitação dos filhos. A uma delas foi negado pelo facto da alimentação do filho ser dada artificialmente e a outra, alegava-se que já estava ultrapassado o período da aleitação, de que já usufruía seis meses. <sup>1888</sup> Posteriormente esclareceu-se o assunto: licença até aos oito meses; poder combinar, de comum acordo, um período diário de uma hora; nos sábados, ditos de semana-inglesa, direito a meia hora. <sup>1889</sup> Um operário veio consultar o Sindicato sobre a tabela, a propósito dos tecidos com urdidura de fio penteado a um cabo, terem ou não a adicional de 20%, quando tecidos em teares largos, pois esta adicional só se verificava nos teares estreitos. No entender dos dirigentes deve ser extensivo a todos os teares, «por razões bem conhecidas e fundamentadas.» <sup>1890</sup> Posteriormente, um técnico superior consultado sobre o assunto, opinou que moralmente é de pagar, mas a tabela está confusa e, por ela, não é de pagar. <sup>1891</sup> Quanto à remuneração de dois teares, quando um deles esteja em amostras, verificou-se que a circular que existe sobre o assunto é desfavorável ao trabalhador. No entanto, sabe-se que o assunto já está na Comissão Corporativa e que a Empresa onde se pensa que o problema venha a surgir, se prontifica a colaborar nessa altura. <sup>1892</sup>

Relativamente ao problema habitacional do Tortosendo, decidiu-se que o presidente telefone ao Sindicato da Covilhã para que venha ao Tortosendo, o encarregado desses assuntos na Junta de Ação Social. Foi divulgada a abertura das inscrições para a estadia dos filhos dos beneficiários da Caixa em colónias de férias através de «Obras Sociais» – Federação da Caixa de Previdência. <sup>1893</sup> Bem como se se divulga que as inscrições para a colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», decorrem no mês de fevereiro. <sup>1894</sup>

---

<sup>1887</sup> 11.4.1974 ao Presidente Câmara Municipal, *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*.

<sup>1888</sup> Ata n.º 3, 10.4.1970, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1889</sup> (Ata n.º 5, 24.4.1970):

<sup>1890</sup> Ata n.º 3, 10.4.1970, *Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção* - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1891</sup> Ata n.º 6, 1.8.1970.

<sup>1892</sup> Ata n.º 6, 1.8.1970.

<sup>1893</sup> Circular 1/1971 Da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Castelo Branco *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974 *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

<sup>1894</sup> Ao Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Lanifícios Lisboa, 16.3.1971, *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

Em outubro de 1970, uma reunião de direções sindicais decide a criação da Intersindical.<sup>1895</sup> Em 1971, já 41 sindicatos se reuniam na Intersindical. Armando Serrano sublinha que se «reivindicava a representação autêntica dos trabalhadores do País na OIT, e que as alterações à lei fossem mais evidentes de modo a que houvesse maior identificação com a legislação de trabalho dos países mais evoluídos».<sup>1896</sup> Em consequência, entra-se num período de autêntico abuso de autoridade:

fazem-se prisões por prazos injustificáveis, fazem-se punições sem justa causa, proíbem-se reuniões sindicais e reprime-se toda e qualquer reunião, a pretexto de que eram subversivas.»<sup>1897</sup>

Na assembleia geral ordinária, realizada no dia 11 de março de 1971, o presidente, José Dias Cardoso<sup>1898</sup> manifestou tristeza pela pouca adesão dos associados: cem em mil. Referiu o espírito de sacrifício de todos os membros dos corpos gerentes com destaque para o presidente da direção, António Silva Curto. Pediu que quando fizessem alguma reivindicação «usassem da máxima honestidade», que se procurou defender os interesses dos trabalhadores e que encontraram a melhor compreensão em quase todas as firmas em relação às reclamações apresentadas pelos trabalhadores. Informou terem sido conferidos os últimos quadros do pessoal e das ilegalidades dado conhecimento ao I.N.T.P, que se deseja promover colóquios e que o saldo é negativo.<sup>1899</sup> Prestou, ainda, outras informações: que se procura uma casa com melhores condições para o Posto Médico; que foram envidados esforços junto da Caixa de Previdência com vista à construção de um bairro de casas.

Em maio, anuncia-se que a biblioteca foi enriquecida com a aquisição de novas obras, conforme deliberação anterior, e decide-se adquirir os doze volumes da Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura.<sup>1900</sup>

---

<sup>1895</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas: I Cronologia, op. cit.*, p. 226. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, pag. 226.

<sup>1896</sup> Armando Serrano, *Ibidem*, p. 79 «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, janeiro de 1980, p. 79.

<sup>1897</sup> Armando Serrano, *Ibidem*, p. 79 «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, janeiro de 1980, p. 79.

<sup>1898</sup> Secretariado por Alfredo Craveiro de Matos e Alberto Oliveira.

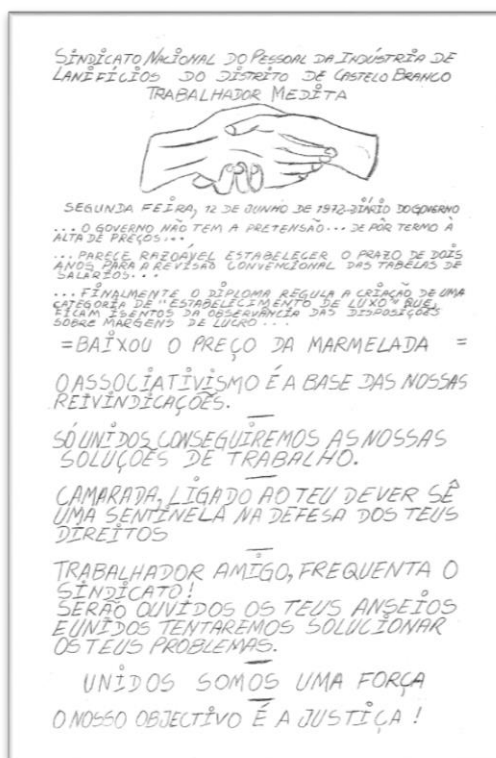
<sup>1899</sup> *Jornal do Fundão*, 28.3.1971.

<sup>1900</sup> Em 20.5.1971, envia ao diretor do Centro de Cultura Operária, por vale registado, 95\$00, para pagamento de livros adquiridos pelo presidente da direção António Silva Curto: As negociações Coletivas, Los salários, La OIT al Servicio del progreso Social, Las Cooperativas, e Cuadro de Convénios Internacionales del Trabajo. *Pasta de Corresp. Recebida e Expedida*, de 14.3.1961 a 23.10.1974.

## ■ A questão da sindicalização

### SINDICATO CARTAZ REIVINDICATIVO

Outubro 1972



Fonte: Arquivo do SNPIL Distrito de Castelo Branco Secção do Tortosendo Pasta de Corresp. Recebida e Expedida de 14.3.1961 a 23.10.1974

Em abril de 1970, tendo-se concluído que os ficheiros de sócios estavam desatualizados, foi deliberado proceder-se à elaboração de um novo ficheiro<sup>1901</sup>, trabalho que efetivamente foi realizado por elementos dos corpos gerentes.

Em janeiro de 1972, no Notícias da Covilhã, perante o último volume da publicação: «Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência», comparando o número de trabalhadores representados por sindicatos com o número de beneficiários da Previdência, conclui-se, com preocupação, que ficam ainda cerca de meio milhão de trabalhadores não representados, «número que expressa a deficiente cobertura sindical do país.»<sup>1902</sup> Já em 1974, porventura devido à dúvida da cotização sindical, ou seja a quem cabia pagar cotas, é publicado o Decreto-Lei n.º 30/74 de 1 de fevereiro que procurou clarificar a situação. Através de circular foi comunicado ao Sindicato o que se segue, retirado desse conteúdo. «O sistema corporativo português definido na

<sup>1901</sup> Ata n.º 2, 3.4.1970, SNPILCB- ST Livro de Atas do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios - Secção de Tortosendo. Direção - 18.12.1955 a 22.6.1976.

<sup>1902</sup> Notícias da Covilhã, 22.1.1972.

Constituição Política, desenvolvido no Estatuto do Trabalho Nacional e precisado nos seus documentos complementares, integra-se no tipo classificado de “corporativismo livre ou de associação”, caracterizando-se fundamentalmente pela circunstância de a iniciativa da constituição dos organismos pertencer aos interessados e ser livre a sua filiação neles.» Mas «como não se atingiu o resultado desejado, ou seja, a inscrição dos trabalhadores», foi o Decreto-Lei 29 931 de 15 de setembro de 1939 que permitiu a imposição de cotização aos trabalhadores não sindicalizados, o dever de contribuir para as despesas do respetivo funcionamento, o qual, no rigor dos princípios, apenas deveria atingir os associados»,<sup>1903</sup> «ao mesmo tempo que era atribuída aos sindicatos a competência para emissão de carteiras profissionais»<sup>1904</sup>

Parece ter surtido efeito o conteúdo da circular. A direção do Sindicato do Tortosendo «recomenda a quotização, porque as estruturas corporativas necessitam dessas verbas para a prossecução das suas finalidades».<sup>1905</sup> Ainda segundo José Barreto, na realidade, pelo final do regime, «a quase totalidade dos trabalhadores sindicalizáveis, já descontavam para o sindicato, criando assim um automatismo que após o 25 de Abril reverteria durante anos a favor das finanças sindicais.»<sup>1906</sup>

## 4.2 Discriminação da mulher operária

Na indústria de lanifícios, as mulheres as desempenhavam várias tarefas, algumas delas tipicamente, femininas. As mulheres eram ajuntadeiras, esbicadeiras, desbarradeiras, urdideiras, cerzideiras/metedeiras de fios, passadeiras.

### ■ PROFISSÕES TÍPICAMENTE FEMININAS

A cerzideira «tinha a arte de reparar um rasgão numa peça de fazenda nova, destinada ao comércio, ou numa peça de vestuário de uso. Para isso ela desfiava a própria fazenda, no final da mesma, ou bainhas das peças de vestuário. Por este processo, obtinha os fios necessários, rigorosamente iguais em cor e textura, e com eles fazia no tecido a reparação necessária. Munida desses fios, de uma agulha própria e de uma inesgotável paciência, a cerzideira também chamada metedeiras de fios, reparava o tecido, reconstituindo por vezes um complexo debuxo e com tal perfeição que, no final,

---

<sup>1903</sup> Pasta de Documentos Especiais (antes do 25 de Abril) (Arquivo) Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco Secção do Tortosendo.

<sup>1904</sup> José Carlos Valente, «Sindicatos Nacionais» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 917.

<sup>1905</sup> Pasta de Documentos Especiais (antes do 25 de Abril) (Arquivo) Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco Secção do Tortosendo.

<sup>1906</sup> José Barreto, «Sindicatos Nacionais», *op. cit* p. 441.

ninguém apontava qualquer defeito ou anomalia no pano reparado!»<sup>1907</sup> A desbarradeira «tinha por tarefa disfarçar defeitos na uniformidade da cor das fazendas. Por vezes, por deficiência no tingimento dos fios (tingimento não homogéneo), resultava que, à saída do tear, os tecidos mostravam nuances, apresentando barras ou manchas. (...) Então, recorrendo a um conjunto de tintas e gizes de várias tonalidades, a desbarradeira repunha no tecido a uniformidade da cor.» A esbicadeira, «também chamada espinçadeira (...) usando uma pinça de aço, a que aqui na região se dá o nome de esbica. (...) dedicava-se a libertar as impurezas que a fazenda ia ganhando ao longo do seu processo de fabrico e manuseamento: restos de palhas, pequenos pedaços de cardo (usado para puxar o pêlo em certas espécies de tecido, nas flanelas, por exemplo), restos de fios soltos, nós, etc.» A urdideira «dispunha os fios na teia ou urdidura; montada no tear, a teia permitia o fabrico do tecido.» A passadeira «executava a tarefa de verificar cuidadosamente os tecidos, para assinalar as imperfeições (falha de fios, manchas, nós) com vista à posterior regularização dos defeitos encontrados.»

#### ■ A FIGURA DA MESTRA

A propósito do trabalho feminino, merece-nos uma referência especial «a mestra», uma figura feminina, com um certo prestígio na indústria de lanifícios. Esse prestígio provinha das funções que desempenhava. Na fábrica, era responsável pelas metedeiras de fios e pelas «passadeiras»<sup>1908</sup>. Com a mestra se aprendia o ofício de meter fios e dela se obtinha a «garantia» para o desempenho da função. Por estas razões, a mestra gozava de um certo estatuto, transformando-se mesmo em ascendente junto das outras operárias, mormente das mais jovens.. Às mais novas, a mestra sentia-se quase na obrigação de dar «conselhos», como prova o depoimento que se segue<sup>1909</sup>:

A minha mestra dava bons conselhos. (Dizia-nos) Para termos tato, para não darmos confiança aos namorados. Para não darmos confiança aos empregados, para não nos fiarmos na conversa deles. Prometiam umas coisas...

#### ■ A QUESTÃO DO ASSÉDIO

O anterior depoimento remete para o problema do assédio, tema que iniciámos anteriormente e que retomamos agora. No Tortosendo, na minha adolescência, contavam-se «à boca pequena» histórias de assédio sexual, baseadas, principalmente no

---

<sup>1907</sup> José Pinheiro da Fonseca, «Em louvor e memória dos ofícios de cerzideira, esbicadeira, urdideira, desbarradeira e passadeira», in *Boletim da LAT*, n.º 68, 3.º Trim., 2009.

<sup>1908</sup> Trabalho de apreciar a perfeição dos tecidos e assinalar as «faltas».

<sup>1909</sup> Testemunho oral de Maria Lúcia Proença.



«disse que disse...» apontavam-se casos passados em fábricas, entre patrões ou empregados e operárias, e recordavam-se outros mais antigos, também com os nomes das visadas, muitas vezes em ar de censura.

Quando questionámos uma nossa Tia [1922 -†] sobre a autoria de uns bordados executados em roupa de cama, com todo o primor, disse-nos:

Foram feitos por uma rapariga que tinha muito boas mãos. Era muito bonita, mas morreu muito cedo de tuberculose. Fulano... começou a andar com ela, «enganou-a», prometeu-lhe casamento e ela iludiu-se... Mas constou-se que ele andava com outra solteira, ele começou a pô-la de parte, cada vez mais... A rapariga deu-se a esse desgosto, ficou tuberculosa e morreu.

Num trabalho realizado pela UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta), Projeto UMARTivismo - Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual,<sup>1910</sup> diz-se:

assédio sexual refere-se a quaisquer tipos de conduta por parte de um indivíduo, afetando um outro explícita ou implicitamente, uma vez que este não o deseja, tais como: avanços sexuais; pedidos de favores sexuais; outros tipos de condutas verbais ou físicas de natureza sexual.

Acrescenta-se que « a vítima e o ofensor podem ser homem ou mulher, não tendo de ser opostos; é uma forma de abuso de poder, refletindo também desigualdade de género».

Explicita-se: «Na realidade, no assédio sexual, a relação de desigualdade de poder entre o perpetrador e a vítima é mais determinante que a idade ou a aparência.»

Duas mulheres disponibilizaram-se a testemunhar, factos ocorridos no seu local de trabalho, em inícios de 1970, uma nascida em 1953 e outra em 1956. Ouvimos de uma delas:

Na primeira fábrica, ainda não tinha 14 anos. Fazia tudo, desde o varrer até ao trabalho do armazém: até já contava os fios. Já havia ciúmes. Numa altura, o patrão mandava-me lá ficar à tarde, enquanto lá estivesse fulana para acabar o trabalho. Eu ficava, lá, muito chateada, mas era o patrão que mandava. Então, as outras raparigas avisaram-me: –Se não te acautelas, saís daqui com uma «fama» porque tu és a «manta» de fulana.

E continuou: - A minha mãe, quando mudei para essa (outra) fábrica, disse-me: - Eu não estou muito contente por mudares de fábrica; os patrões dessa fábrica têm muito má fama.

Íamos já ensaiadas. As mais velhas diziam-nos: - Olha, eles a nós nunca levantaram olhos. Por isso, vós, se eles vos disserem alguma coisa, não ide com eles,

---

<sup>1910</sup> UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta), Projecto UMARTivismo - Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual, Lisboa, 2011. Consultado em 8.11.2013  
[https://sites.google.com/site/rotadosfeminismos/home\\_pt](https://sites.google.com/site/rotadosfeminismos/home_pt)

deixai-os falar. Quando os patrões estavam a chegar, cheirava a perfume, elas faziam moafas e diziam: -Cheira a cão.

O salão era enorme. Estávamos nas urdideiras, ao fundo. Um patrão chegou-se lá e disse: - Não tenhas medo de mim. Nunca iludi mulher nenhuma por dinheiro, nem forcei.

Um dia vinha a pé, sozinha. Na Estrada, parou um carro, eu tremia que eu sei lá. Era um dos patrões. Abriu a porta do carro: - Onde é que tu moras? Anda, vamos fugir os dois. Eu fiz que não percebi e continuei a andar.

A outra mulher testemunhou o seguinte: «Nós éramos todas novas, usávamos mini-saias. (risos) Ele dizia: - Só tenho respiguinhos.

- Tu és tão boa! Como é que eu não me hei-de perder.

- Tu tens peito de cabide. O que é bom é pra se ver.

- És mal empregada só pra um homem.

-Tens uns lábios tão bons! Agora dava-te um beijo nesses lábios carnudos!

Num lugar escondido e ele a encostar-se. Dei-lhe um encontrão. - Leva já com a caixa dos fios nos cornos. - Ó tu, páras de te meter comigo, ou eu parto-te os cornos.

Em relação a estes incidentes, as atestadoras observaram que elas se «acautelavam», porque haviam «dado ouvidos» às mais velhas. Que esses dichotes ocorriam quando os dois interlocutores estavam sozinhos. Nesta situação concreta, entendemos que a partilha entre elas levava a que não tivessem receio e se escudassem em relação a tais situações. Mas continuava a existir um certo secretismo: - Nós dizíamos umas às outras, mas em casa evitávamos.

Numa tentativa de interpretação dos comportamentos de assédio ocorridos nas fábricas durante o Estado Novo, servimo-nos do estudo feito em 1992, por Lígia Barros Queiróz Amâncio e Maria Luísa Pedrosa de Lima. Hoje como nesses tempos, as mulheres apesar de reconhecerem o assédio «como frequente e grave no mercado de trabalho, revelam uma ausência da consciência coletiva do assédio, enquanto fenómeno social».<sup>1911</sup> A reação das vítimas ao assédio caracteriza-se pela passividade, tanto na situação como posteriormente, em especial nos casos que não envolvem contacto físico

---

<sup>1911</sup> Lígia Barros Queiróz Amâncio e Maria Luísa Pedrosa de Lima, Assédio sexual no mercado de trabalho, CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), Ministério da Segurança Social, Lisboa, 1992, p. 69. Consultado em 2.11.2013  
[http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio\\_Sexual.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio_Sexual.pdf)

e nos quais é possível fingir que não se nota». <sup>1912</sup> No episódio do assédio, numa primeira vez, esperam que a situação não se repita. É também este o comportamento considerado mais apropriado pela maioria das mulheres (assediadas ou não) para este tipo de incidentes. No entanto, são de opinião que tal «passividade» «pode ser interpretada como um indicador de aquiescência, que favorece o aumento da frequência e da gravidade de episódios posteriores.» <sup>1913</sup>

Quanto à representação do assédio, podemos distinguir a reação das mulheres que já passaram por essa situação e as que nunca a viveram. As primeiras julgam-se impotentes para enfrentar tais situações, justificando-se que ocorreu numa situação de «uma posição de poder diferenciada»; as segundas, numa atitude «de autovalorização», colocam o assédio «a um nível interpessoal e simétrico», em que a mulher é considerada responsável pelo incidente, e vista como podendo exercer o controlo sobre a situação, evitando-a. É algo que acontece às outras e por razões individuais, porque não sabem dar-se ao respeito. <sup>1914</sup> Levava por isso a criar-se um silêncio à volta dessa ocorrência e as visadas serem alvo de comentários menos abonatórios. Em que o ofensor, em virtude do seu poder, não pode sequer ser referido, pelas possíveis consequências que daí poderiam advir. Sempre para evitar represálias, salvaguardar um posto de trabalho, porque comentários desse tipo poderiam afetar a admissão, mesmo, de pessoas de família.

#### ■ SINDICALIZADAS, MAS SEM DIREITO A VOTO

Em 7 de novembro de 1971, a Assembleia Geral das Nações Unidas publica uma Declaração sobre a eliminação da discriminação que se exerce sobre as mulheres. «Artigo primeiro. A discriminação relativa às mulheres, uma vez que nega ou limita a igualdade de direitos da mulher com o homem é fundamentalmente injusta e constitui um atentado à dignidade humana.» Em 1972, o *Jornal do Fundão* (documento n.º ), depois desta referência, procurou denunciar a situação de discriminação das operárias da Covilhã e fábricas dos arredores, mas o «lápiz-azul» não permitiu essa publicação.

---

<sup>1912</sup> Lúcia Barros Queiróz Amâncio e Maria Luísa Pedrosa de Lima, *Assédio sexual no mercado de trabalho, CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego)*, Ministério da Segurança Social, Lisboa, 1992. Consultado em 2.11.2013, p.70.

[http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio\\_Sexual.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio_Sexual.pdf)

<sup>1913</sup> *Idem*

<sup>1914</sup> *Idem*, p. 69.

## A SITUAÇÃO DA OPERÁRIA – 1972

### MEMORIA DA CENSURA — 1972

A mulher, companheira de trabalho  
Assembleia Geral das Nações Unidas, 7 de Novembro de 1967. Declaração sobre a eliminação da discriminação que se exerce contra as mulheres. «Artigo primeiro. A discriminação relativa às mulheres, uma vez que nega ou limita a igualdade de direitos da mulher com o homem, é fundamentalmente injusta e constitui um atentado à dignidade humana.»

Ora vejamos o que se passa neste país de autoritários, maiores e menores, por exemplo entre a classe trabalhadora:

Covilhã, Julho de 1972. Sindicato com cerca de dez mil associados nega o direito de voto nas respectivas assembleias quatro mil deles, pela razão muito simples de serem... mulheres.

Temos de coibir em que interesse o machismo dominante trava quando é possível o movimento reivindicativo das mulheres não interessado ao machismo existente, e não só.

Por se os homens emigram para França ou para cascos de rola, precisamos ter de reserva a mão de obra feminina que, diga-se de passagem, até é mais barata. Por enquanto...

...mas o que é preciso é que este por enquanto se prolongue por muitos anos e bons. Será? De modo que, para isso:

1.º — É preciso conservar o mais possível intactas as estruturas obsoletas do sindicato, com os seus estatutos discriminativos, etc..

2.º — As mulheres que paguem as suas quotas e contribuam para que o sindicato bote figura nas estatísticas (dez mil sócios neste país é obra).

3.º — Quanto a terem voto na matéria, isso mais devagar. Enfim, um dia mais tarde, talvez. E que os estatutos dizem... e estas coisas levam tempo a modificar-se.

Agora, só mais uma pergunta, que é esta: Quando é que o bicho homem compreenderá que a sua própria libertação passa obrigatoriamente pela emancipação da sua companheira — a mulher?

D. O.

Fonte: Jornal do Fundão

Deve salientar-se, desde logo, que, em 1972, o Sindicato da Covilhã tem cerca de dez mil associados dos quais quatro mil são mulheres, número suficientemente representativo; estas, no entanto, não têm direito a voto.

No entanto, conhecemos alguma movimentação das operárias junto Sindicato para tentarem ultrapassar algumas das discriminações negativas de que eram vítimas. Assim, em 12 de maio de 1972, o comandante da Polícia informa o presidente da Câmara que se realizou uma reunião no Sindicato<sup>1915</sup>, em que predominavam mulheres, «sem que algo de anormal tenha ocorrido»; junta-se a «circular informativa» do Sindicato, de conteúdo reivindicativo, em relação ao trabalho das mulheres. Em 18 de novembro do mesmo ano, ainda o *Jornal do Fundão* noticia que um grupo de mulheres esteve no dia 8, na delegação do INTP da Covilhã, «manifestando o seu desacordo pelo não cumprimento pela remuneração devida ao trabalho noturno e pelo não cumprimento do ajustamento dos ordenados previstos na cláusula 45<sup>a</sup> referida no jornal anterior.»<sup>1916</sup>

### ■ A SITUAÇÃO DAS METEDEIRAS DE FIOS

«As trabalhadoras deste ofício podiam exercer a sua atividade trabalhando nas fábricas, como assalariadas; mas a maioria delas trabalhava na sua própria casa, constituindo como que um subproletariado. Neste último caso, não usufruíam praticamente de quaisquer direitos sociais: ao contrário dos restantes operários do setor,

<sup>1915</sup> APMC, 12.5.1972, *Corresp. Recebida* Nos Avulsos Confidencial Maço com o n.º 188 1966-1973

<sup>1916</sup> *Notícias da Covilhã*, 18.11.1972.

não eram sindicalizadas, não usufruíam da proteção da Segurança Social, não tinham salário garantido... Recebiam à peça, acumulando o seu “trabalho nos cortes” com a lida da casa e a criação dos filhos. Da minha juventude guardo memória deste aspeto da paisagem urbana: frequentemente, pelas ruas, viam-se passar mulheres carregando à cabeça peças de fazenda, os chamados “cortes”, enroladas de uma maneira peculiar. Faziam o trajeto da fábrica para casa, levando o corte para ser tratado, ou da casa para a fábrica, devolvendo-o à procedência, uma vez executado o trabalho necessário.»<sup>1917</sup>

Entre outros, temos o testemunho de Maria da Conceição Ourives, uma metedeiras de fios do Tortosendo:

Ia buscar os cortes à cabeça, cortes de 60 metros. Eram gabardinas de forro. Só os davam entre a 1 e as 2 da tarde. Aquilo no verão era horrível. Também fiz da Sociedade de Fabricantes e ia lá buscá-los. Também trabalhei no Sr. João Pontífice. Também trabalhei uma temporada no Sr. Vitória e trazia ainda um corte para fazer. (...) Fiz cortes do Sr. Antunes, fiz de Moura e Matos. Nós é que íamos às fábricas a pedir os cortes. Quando andava grávida, uma vez ia levar um corte e caí na descida do Colégio. Não me aconteceu nada e nessa noite nasceu a minha filha. Olhe que eu tinha noites que não ia à cama, passava pelo sono, em cima do corte. Espinçava um corte, pra vir à tarde a fazê-lo. A vida era muito dura. Já por fim, no Sr. Vitória, já os vinham pôr cá a casa. Antigamente era tudo à cabeça.<sup>1918</sup>

Em janeiro de 1971, na Assembleia Geral da Secção Feminina do Sindicato de Lanifícios, na Covilhã, uma vez mais, foi sugerida a sindicalização das metedeiras de fios que trabalham à tarefa<sup>1919</sup> de cujo grupo fazia parte um elevado número de mulheres, no Tortosendo. Mas não foi possível concretizar este direito de serem coletadas.

Depois do 25 de Abril, o Sindicato procurou empenhadamente acabar com esta discriminação negativa, de que eram vítimas as metedeiras de fios (serviço externo); pelo menos, as fábricas já vinham entregar os «cortes» e posteriormente recolhê-los, poupando-se-lhes, assim, esforço e tempo.

Uma circular do Sindicato, de 27 de abril de 1976, justifica este «zelo» do Sindicato:

---

<sup>1917</sup> O trajeto entre a fábrica, na Covilhã ou no Tortosendo, e as aldeias limítrofes – Teixoso, Canhoso, Aldeia do Carvalho, Refúgio, Boidobra, Casal da Serra, Dominguiso - era por vezes longo... Tendo em conta que um corte de fazenda tinha normalmente quarenta metros, pesando em média cerca de 30 quilogramas, o seu transporte à cabeça, palmilhando a pé o percurso casa/fábrica, ou fábrica/casa, era decerto uma penosa tarefa para estas mulheres! José Pinheiro da Fonseca, «Em louvor e memória dos officios de cerzideira, esbicadeira, urdideira, desbarradeira e passadeira», in *Boletim da LAT*, n.º 68, 3.º Trim., 2009.

<sup>1918</sup> Adélia Carvalho Mineiro, «Maria da Conceição Paulos Ourives: metedeiras de fios», in *Boletim da LAT*, n.º 87, 2.º Trim., 2014.

<sup>1919</sup> *Jornal do Fundão*, 4.1.1971.

Foi pela situação existente deste serviço que não tem estado sujeito a qualquer regulamentação, sendo apenas objeto da lei da oferta e da procura que o Sindicato se preocupou e conseguiu inseri-lo no nosso atual contrato. Era justa a preocupação das companheiras, pois estas trabalhadoras não tinham qualquer proteção social: Nunca tiveram direito a férias ou a uma garantia mínima de salário. (...) Muito menos direito a uma a reforma.<sup>1920</sup>

Para tal foi feito um levantamento exaustivo das metedeiras de fios abrangidas pelo Sindicato, cujo apuramento nos permitiu elaborar o quadro que se segue, em relação ao Tortosendo. Em virtude do nosso conhecimento do meio local, achámos por bem utilizar estes dados do pós 25 de Abril, pelo facto do número de metedeiras de fios, especialmente aquelas que há mais tempo se dedicavam a este ofício, não se ter alterado substancialmente.

**QUADRO 4.1 NÚMERO DE METEDEIRAS DE FIOS, POR FIRMAS - TORTOSENDO<sup>1921</sup> 1976**

(Serviço externo)

Firmas	Nº	Firmas	Nº
António Elisiário Filhos, Lda	8	M. Figueiredo	11
Eurico Fiadeiro, Lda.	7	Moura & Batista	8
Têxtil Godilança, Lda.	6	Ranito & C <sup>a</sup>	2
João Afonso & C <sup>a</sup> , Lda.	6	Sociedade de Fabricantes, Lda.	48
João Pontífice & Filhos	16	Sociedade Têxtil Moura Cabral, SARL	20
José Rodrigues Trindade	3	Sousa, Ramos & Batista, Lda.	16
		Têxteis Moura e Matos, SARL	97
		<b>TOTAL</b>	<b>248</b>

Fonte: Dossier "Metedeiras de fios" in Pasta com documentação vária, de 1970 a 1983.

No Tortosendo, o número de metedeiras de fios, em cada Fábrica, variava entre uma delas que tinha apenas duas ao seu serviço e outra que tinha 97. Atingiam um total de 248 mulheres que, em virtude desta luta ter chegado a bom termo, vieram a conseguir usufruir dos direitos da Caixa de Previdência. «Em plenário de metedeiras de fios ficou combinado que nenhuma trabalharia sem caderneta a partir de 1 de abril de 1976. No entanto, numa ação concertada, os patrões resolveram ignorar as suas decisões e resolveram ignorar as cadernetas, tentando "aliciar" as suas "protegidas" para desmobilizar as camaradas metedeiras de fios.» Mas o lema das companheiras, no Sindicato, era: «Solidarizemo-nos com as nossas camaradas. (...) Unidos e organizados, venceremos.»<sup>1922</sup>

<sup>1920</sup> Dossier «Metedeiras de fios» in Pasta com documentação vária, de 1970 a 1983 Sindicato dos Trabalhadores de Lanifícios Covilhã, Circular, 27.4.1976

<sup>1921</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>1922</sup> Idem. *Ibidem*.

Posteriormente, numa reunião ocorrida em 14 de maio de 1976, onde compareceram representantes dos industriais e representantes do Sindicato do distrito de Castelo Branco e, pela Secretaria de Estado, igualmente o representante no distrito, saiu «uma plataforma de entendimento» composta de vários pontos. O primeiro deles diz o seguinte:

O trabalhador externo passa a ter direito aos benefícios da Previdência, pelo que os industriais se comprometem a inscrevê-los na Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios.

Seguem-se oito pontos que especificam o que fazer para concretizar este ponto Um. O trabalho das metedeiras de fios viria, finalmente, a registrar-se em cadernetas.

#### **4.3 Pretensão: que a seção do Tortosendo do Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios passe a delegação**

**ELEIÇÃO DE CORPOS GERENTES**  
na Secção do Tortosendo do Sindicato Nacional, (para o triénio de 1973/75).



Fonte: *O Sindicato* (órgão informativo do SNPIL), n.º 16, abril/maio de 1973

Em janeiro de 1973, em assembleia-geral, a direção do Sindicato do Tortosendo apresenta a proposta de integração da Secção do Tortosendo do Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco, na sua Sede, na Covilhã, passando a haver no Tortosendo uma delegação do Sindicato da Covilhã, de modo a que os sócios do Tortosendo acedam a todas as regalias que possuem os sócios do Sindicato da Covilhã, como por exemplo:

serem servidos por advogados, pagos pelo Sindicato; terem pleno direito nas Assembleias da Covilhã (concretamente poderem votar, os CCT); poderem votar e ser votados, inclusive nas próximas eleições para o Sindicato da Covilhã, poderão integrar listas.»<sup>1923</sup>

Entretanto, a direção do Sindicato comunica à entidade superior um facto que atenta a liberdade de reunião. Estando os trabalhadores reunidos na Secção do Sindicato para terem «conhecimento direto» do preceituado na alínea J da Cláusula 23ª do CCT, isto é, a nomeação de delegados sindicais nas empresas, já no final da reunião «surgiu na nossa sede e trajando civilmente, o sargento que dirige o Posto da GNR desta localidade e que, sem sequer se fazer anunciar ou pedir autorização, nela entrou.» Questionado em relação a esta atitude, pelo presidente da direção, «atitude inteiramente apoiada pelos trabalhadores presentes», alegou «o senhor em questão que não precisava de pedir autorização a ninguém para entrar no Sindicato, pois como autoridade, estava permanentemente em serviço e nem o facto de trajar civilmente, o inibia de poder cumprir com as suas funções». Seguidamente, inquiriu dos motivos da reunião. «Da troca de impressões destaca-se: a) da parte do referido senhor, manifestando que não nos surpreendêssemos se, em qualquer altura semelhante, surgissem elementos da autoridade ou «pessoas» a quem não deveria ser impedida «a presença no Sindicato». b) da nossa parte, manifestando a posição de que esta casa é dos trabalhadores dos lanifícios e só eles aqui têm permissão de livre entrada, «salvo casos em que qualquer elemento de autoridade nos demonstrasse existir ordem superior nesse sentido.»<sup>1924</sup>

O Sindicato notificou a gerência da Firma António Elisiário Antunes, em dezembro de 1973:

Determina a Cláusula 9.ª do CCT que a Admissão do trabalhador é feita a título experimental por um período determinado, findo o qual se processará a contratação efetiva desde que se mantenha ao serviço da Empresa. Temos vindo a verificar determinadas irregularidades (...) reclamaremos das infrações que viermos a verificar. Confiamos em que de agora em diante, este problema deixará de existir, contribuindo-se assim, para uma melhoria das relações de trabalho.<sup>1925</sup>

---

<sup>1923</sup> *Pasta Assembleias/reuniões Gerais de sócios de 7.3.1973 a 29.6.1984* Palavras proferidas pelo presidente da direção, António Silva Curto, em 21.1.1973, Assembleia Geral Extraordinária

<sup>1924</sup> Ofício para o Presidente do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios Covilhã, 9.7.1973 SNPILCB – ST, *Pasta de Documentos Especiais (antes do 25 de Abril)* (Arquivo) Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco Secção do Tortosendo. Assina Alberto Oliveira.

<sup>1925</sup> Do Sindicato à gerência da Firma António Elisiário Antunes, 22.12.1973. SNPILCB – ST, Pasta “António Elisiário Antunes & Filhos, Lda.



#### 4. 4 «Ocasionalmente», balanço em final de Regime

Cerca de um mês antes do dia 25 de Abril de 1974, em assembleia geral, é feito o balanço do trabalho realizado. Antes de entrar, propriamente, no assunto, o presidente da assembleia geral, José dias Cardoso, teceu considerações da máxima importância, das quais destacamos:

Sou de opinião que as direções dos sindicatos nada valem se todos os trabalhadores as não apoiarem totalmente – as direções devem limitar-se a efetivar os desejos dos trabalhadores». (...) «há cerca de três anos deparámos com uma casa (...) à qual nunca chamaríamos Sindicato, pois não funcionava como tal. Uma lamentável decisão ministerial, só compreensível num país como o nosso, colocou, durante cerca de 25 anos, à frente do Sindicato, uma Comissão, dita Administrativa, que só no nosso país é possível arranjar (...) que nunca serviu os interesses dos trabalhadores, sendo muito da sua responsabilidade o desinteresse gerado à volta do Sindicato da nossa terra. São conhecidos os esforços que os trabalhadores sempre fizeram para eleger uma Direção para o Sindicato, que sempre foi seu.

Portanto, e em resumo, para obviar a este comportamento, o Sindicato pôs a funcionar: reuniões periódicas; semanalmente, diretores para atender os associados; funcionários para servir quem lhes pagava; defesa dos interesses da classe, junto da outra parte – nesta outra parte englobamos o patronato e o governo, pois somos de opinião que ambos são aliados. Informou, ainda, que, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado integrar a Secção Sindical, na Sede da Covilhã.<sup>1926</sup>

Para além da apresentação das contas, também referiu realizações: nomeação de delegados sindicais nas empresas (Das dezoito empresas existentes no Tortosendo, estão nomeados e oficializados delegados, em catorze.); criação de dois Grupos de Trabalho, um sobre o «custo de vida» e o outro sobre a Previdência; criação de Comissões de Higiene e Segurança, que já existem em algumas Firmas, e espera-se que «se venham a instituir em todas». No que respeita ao «contencioso», a norma tem sido e será «de não vacilarmos, quando entendermos que nos assiste a razão». No que toca à Caixa Sindical, lamentamos que «os nossos representantes àquele organismo, por nós escolhidos há já tanto tempo, ainda não tenham tomado posse.» Também informou que houve a preocupação de valorizar a Biblioteca que o Sindicato possuía, embora os trabalhadores, sobretudo os mais jovens, «queimam demasiado o seu tempo livre» e não requisitam os livros da biblioteca. Destacou, ainda, acontecimentos que vieram afetar a vida dos trabalhadores: legislação publicada, «que constituiu retrocesso ou seja perda de benefícios conquistados», caso do Decreto-Lei 196/72 que congelou os salários e a

---

<sup>1926</sup> Relatório de 1973, (desta assembleia Geral) Presidente da Assembleia Geral, José Dias Cardoso. SNPILCB – ST, *Pasta Assembleias/reuniões Gerais de sócios de 7.3.1973 a 29.6.1984.*

contratação;<sup>1927</sup> o Decreto – Lei 456/72 que veio perturbar o Subsídio de Natal; também o «custo de vida» e, ainda, a galopante inflação que se verificou no ano transato e continua, no dia-a-dia, atual. Invoca-se que «nela não tem cabimento, como se diz, o aumento salarial aos trabalhadores e não se combate com congelamento de salários.»<sup>1928</sup>

De seguida, o presidente deu a palavra ao operário e dirigente Lino Barata Miguéns da Fonseca que abordou o problema do custo de vida e da habitação. Em relação ao primeiro aspeto, realçou o seguinte:

Os salários dos operários portugueses eram dos mais baixos da Europa e os produtos aumentam constantemente, entre eles os essenciais, vida difícil mais ainda para um casal de trabalhadores que auferia o salário de 1.245\$00 para um agregado familiar de seis pessoas. Que gastaram num quilo de carne, um de pescada e um litro de azeite, a importância de 215\$00. Todos esses produtos consumidos em três refeições.

No segundo aspeto, o da habitação, salientou que, apesar «do reconhecimento internacional do direito a uma habitação condigna, (...) a maioria dos trabalhadores vivia em casas inadequadas»<sup>1929</sup>.

Por sua vez, o operário Germano de Oliveira Pombo, prestou um depoimento que confirma o apontado: auferia um salário semanal de 780\$50 líquido e «uma despesa cingida ao elementar de 911\$20». Rematando: «Daqui a situação dos trabalhadores em contraste com os empresários.»

Tomou a palavra, o operário, José Quintela, delegado sindical, que garantiu «que se está perante um problema grave de inflação, bem mais sentido por trabalhadores, sabendo-se que as empresas aumentam os seus produtos logo que se verifica uma atualização dos vencimentos, mantendo assim os seus lucros e aumentando-os.». Referiu, ainda, parte de um discurso do Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, aos elementos da Ação Nacional Popular (ANP) em que afirmava atravessar o País uma hora grave e que não eram oportunas as reivindicações dos trabalhadores. Mas que, entretanto, «o Governo permitia a desenfreada subida dos produtos, vendendo cada um como queria e lhe apetecia». Terminou a sua intervenção, apelando à unidade.

---

<sup>1927</sup> Concretamente, prejudicou logo no início de 1973 o aumento automático e a possível denúncia do atual CCT em 1972, em vez de 1974.

<sup>1928</sup> «Vejamos, por exemplo: desde novembro de 1971, até novembro de 1973 não houve alteração de tabelas salariais, no nosso caso. E o custo de vida... parou antes do aumento de novembro último? Porventura para a inflação, não contribuirá mais a própria especulação dos patrões do que as tabelas dos trabalhadores?»

<sup>1929</sup> «pois não havia casas suficientes e as que havia disponíveis eram incompatíveis para os trabalhadores. Que a Previdência que acumula dinheiro proveniente dos trabalhadores, podia promover a construção de casas de renda económica.»

Alberto Oliveira, presidente da direção apoiou as palavras de José Quintela e «reafirmou que os salários atuais dos trabalhadores, de modo algum, podem opor-se à inflação que é a mais galopante da Europa. Referiu uma vez mais o Decreto –Lei 196/72 que congelou os salários, como pretexto de combate à situação inflacionária do País, mas que, ao contrário, ela não foi sustida e tem crescido cada vez mais. Terminou manifestando o seu apoio à antecipação das tabelas salariais previstas para novembro.<sup>1930</sup>

---

<sup>1930</sup> Relatório apresentado em 23 de março de 1974, por Francisco Ferreira de Matos, segundo a Ata n.º 7 das Assembleias Gerais, SNPILCB – ST, *Pasta Assembleias/reuniões Gerais de sócios de 7.3.1973 a 29.6.1984*



**CAPÍTULO 5**  
**CONCLUSÕES**



Vamos procurar retirar as conclusões no final do nosso trabalho, em função dos objetivos definidos.

#### 1 - Investigar como a Ditadura incidiu a nível político em Tortosendo

Após o 28 de Maio de 1926, inicia-se a «instalação do Regime» a nível local, com a aplicação das várias disposições legais. Entrementes, pensa-se na criação de uma «organização civil de apoio à ditadura». Na concretização desta ideia, destaca-se o industrial tortosendense Laureano de Moura Sousa, que integra a Comissão Concelhia da União Nacional e está presente na tomada de posse da Comissão de Tortosendo, em casa do proprietário dr. Francisco Almeida Garrett. Em novembro de 1931, toma posse a nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Covilhã e o Dr. Francisco Garrett é o presidente. Nas eleições legislativas de 1934, Francisco Garrett integra a lista da União Nacional.

Em 1936, é criada a Legião Portuguesa, que também vai ter uma sede em Tortosendo; os legionários desfilam pelas ruas da vila, mas são mal aceites pelo operariado.

O Estado Novo impõe-se, através de uma elite que vai crescendo em simultâneo com o regime.

Os operários poucas oportunidades tinham para manifestar a sua oposição, sem que a sua liberdade perigasse. Avançando no tempo, manifestaram-se como oposição, em 1949, a favor de Norton de Matos, segundo apreciações da Câmara, e pode acrescentar-se que dum lista de apoio à candidatura que se organizou na Covilhã, também faziam parte o industrial Tortosendense, José Craveiro Júnior, republicano liberal, afastado da política desde o início da Ditadura e outro republicano liberal, o dr. António Afonso. Em 1958, os operários aderem à campanha de Humberto Delgado e têm oportunidade de se manifestar quando o candidato passa por Tortosendo, a caminho da Covilhã. Nas eleições legislativas, em 1961 e em 1968, a sua ação é elogiada pelo candidato da Oposição, o covilhanense António Alçada Batista; em 1961, realizou-se uma sessão de apoio aos candidatos no Cine Teatro de Tortosendo, com bastante assistência (de operários).

Elementos da Elite Operária foram aos Congressos da Oposição Democrática, prova do seu interesse pela política. Este grupo era temido pelos situacionistas; os seus nomes eram retirados das listas do Recenseamento para maior segurança. No entanto, essa elite era em número restrito e formara-se graças à valorização conseguida,

principalmente, no Unidos e sob o patrocínio de José Ribeiro. Era também esta elite operária que estava mais em contacto com o Partido Comunista, que recebia os «os controleiros», que distribuía os *AVANTES*, que captava novos elementos para a causa Comunista. Tudo com a máxima cautela, porque a PIDE estendia os seus tentáculos, nem que fosse de forma indireta através de «bufos». É esta elite que se «confronta» com os jovens jocistas entre os quais se destacavam Aníbal Gadanho e Alberto Oliveira.

Com a criação do Sindicato Nacional da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco, em 1934, os operários assistem ao encerramento da sua Associação de Classe, ao mesmo tempo que perdem os mais elementares direitos, como tivemos ocasião de apresentar detalhadamente. São proibidas as greves, que no período da Segunda Guerra ninguém conseguirá sustentar, mas que algumas vezes se pagarão com a cadeia. Em 1969, já no Marcelismo, assim que lhes é possível eleger uma direção para o seu Sindicato, não perdem tempo.

## 2- Examinar como a Ditadura contribui para o desenvolvimento industrial

No Inquérito Industrial de 1890, em relação a Tortosendo, surge o nome de um «fabricante» com uma tecelagem, com 8 teares manuais e 8 pessoas ao seu serviço e iniciando-se a concentração de teares e operários, pela primeira vez. No Inquérito Industrial de 1881, os teares pertenciam ainda a «diversos» proprietários.

Incluimos um parêntesis, para destacar que, no número especial de *O Jornal* (Tortosendo) de 1 de setembro de 1927, comemorativo da subida de Tortosendo a vila, relevam-se «as figuras altas», «na dinastia industrial» de Tortosendo: famílias Afonsos, Pontífice, Moura e Sousa, Cruz de Sousa, Craveiro, Pereira de Matos, Brás, Batista, Trindade, Laço e Mendes, etc. a quem o Tortosendo deve nomeadamente o seu aformoseamento e a sua notoriedade, as suas fábricas e o seu regular conforto e bem-estar»<sup>1931</sup>. É uma elite, neste caso concreto a comerciar, para adquirir matéria prima. Mas também preocupada, com outras necessidades. Se atentarmos aos nomes dessas famílias, veremos que vários deles integravam a lista dos fabricantes de 1911 e que, anteriormente, já constavam do «Mapa dos rendimentos das contribuições indiretas e impostos, sobre a lã», entre os anos de 1887 e 1906. Em *O Jornal* acrescenta-se que essas famílias, cujos nomes permanecem ao longo do tempo, dedicam-se à atividade industrial com os seus capitais particulares. Podemos apelidar de «dinastia industrial», pois já vinha de gerações anteriores. Algumas destas famílias conseguiram ultrapassar

---

<sup>1931</sup> *O Jornal*, 1.9.1927 (nº especial)



o 25 de Abril de 1974, até à grande crise da indústria de lanifícios, que levou à sua quase extinção.

Posteriormente, de acordo com o Boletim Industrial do Trabalho de 1926, à semelhança da Covilhã, refere-se que «os lucros anómalos do tempo da [Primeira] Guerra, em que a indústria nacional não tinha que enfrentar a concorrência estrangeira, posta fora de combate por motivo da guerra submarina e restrições impostas às importações, terminaram já, e felizmente, porque o custo de vida tinha-se tornado insuportável.<sup>1932</sup> Segundo a mesma fonte «a expansão industrial» foi um facto, mas era e continua a ser voz corrente que os lucros «desses anos de prosperidade» não foram aproveitados em favor da indústria, a melhorar a estrutura produtiva. Destaca-se que só depois da eletrificação de Tortosendo se justificava a construção de edifícios adequados o que sucedeu na década de 30, ainda antes do início da Segunda Guerra. Na realidade vários industriais construíram habitações para residir.<sup>1933</sup> Pelo que foram acusados da crise que se seguiu. Assim que se repôs a normalidade europeia, diminuiu a produção e volta a pairar a palavra crise.

Para Elisa Pinheiro e Manuel Santos Silva «a fase subsequente, abarcando a primeira metade do séc. XX, terá constituído o derradeiro período de fulgor industrial da Covilhã» a que podemos juntar o de Tortosendo.<sup>1934</sup>

Durante a década de 30, mesmo durante a Guerra (Segunda), construíram-se modernos edifícios fabris. A produção aumentou durante as Guerras (1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>), mas os benefícios gerados não se converteram na «necessária modernização das anquilosadas estruturas produtivas».<sup>1935</sup>

Assiste-se então «à acentuada e brusca decadência do modelo de desenvolvimento da indústria local, decorrente de uma profunda mudança estrutural, que se vinha desenhando mais nitidamente, a partir de finais da década de cinquenta e que veio a agudizar-se durante a década de sessenta, quando se acentuou a perda da

---

<sup>1932</sup> Relatório dos Serviços das Circunscções Industriais no ano de 1926, in *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, N.º 136, Ministério do Comércio e Comunicações, Direção Geral das Indústrias, Coimbra, Imprensa da Universidade 1930.

<sup>1933</sup> Foi o caso de: José Laureano de Moura Sousa (na Estrada, atual Av. Viriato); António Arménio de Moura Sousa (no Largo do Santo Cristo, em frente às instalações da firma, Sociedade de Fabricantes); José Joaquim Rodrigues (no Lobão); José Laço Pinto (na Estrada).

<sup>1934</sup> Elisa Calado Pinheiro e Manuel José dos Santos Silva, *A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade*, pp. 22. P. 10.

<sup>1935</sup> Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 321.

competitividade industrial da cidade, face à emergência de novos pólos industriais, em consequência da abertura de novas áreas económicas e novos mercados.»<sup>1936</sup>

Para aceder ao apoio financeiro externo, Portugal vê-se obrigado, «pela primeira vez a formalizar um plano de desenvolvimento a médio prazo»<sup>1937</sup> e, perante a adesão à EFTA, procura fazer-se a reorganização da indústria. Posteriormente, nova reorganização será perseguida através do Grupo de Trabalho da Cova da Beira. Os industriais, incluindo os de Tortosendo, implicar-se-ão nestes estudos.

«Os empresários locais, habituados ao protecionismo estatal, ampliado pelo Condicionamento Industrial, a partir de inícios da década de trinta, não conseguiram vencer os obstáculos que entravaram a reorganização empresarial e muitos deles refugiaram-se nos mercados garantidos das colónias portuguesas.»<sup>1938</sup>

Não obstante, em 1966, a crise da indústria continua a preocupar o presidente da Câmara. Por isso, comunica ao governador civil de Castelo Branco «que a situação económica e financeira de algumas unidades fabris não é brilhante, que se atravessa uma crise sem carácter alarmante. Justifica do seguinte modo:

Mercê das restrições no crédito por parte dos estabelecimentos bancários, fraco poder de compra e, ainda, do reflexo proveniente do imposto de transações ultimamente lançado, vem-se verificando nos últimos tempos, uma diminuição nas vendas e, conseqüentemente, um afrouxamento na produção.

E prossegue, alegando outros motivos: que alguns industriais contavam com a isenção do pagamento de taxas de importação, na compra de maquinismos ao estrangeiro, como tal não aconteceu e, ainda aumentaram, tal facto veio «abalar a estrutura financeira» e conseqüentemente pô-las em dificuldades.<sup>1939</sup>

Em 1967, a Câmara dá a ajuda possível: a direção do Grémio dos Industriais de Lanifícios agradece os bons ofícios da Câmara no sentido de ser minorado o agravamento do custo da energia elétrica; agradece «sobretudo pela compreensão que revela pela difícil situação que a indústria atualmente está atravessando.»<sup>1940</sup> Neste mesmo ano, realizou-se uma palestra sobre a situação atual dos lanifícios e assumem-se os erros da indústria.

---

<sup>1936</sup> Elisa Calado Pinheiro e Manuel José dos Santos Silva, *A Covilhã..op cit*, p.10.

<sup>1937</sup> Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 39 e 40. p. 46

<sup>1938</sup> Elisa Calado Pinheiro e Manuel José dos Santos Silva, *A Covilhã..op cit*, p.10

<sup>1939</sup> Ofício de 15.11.1966, AMC, *Cópias de Corresp. Expedida*, de 3.1.1965 a 15.11.1972 (confidencial, embora não expresso na capa).

<sup>1940</sup> Ata n.º 6 de 22.3.1967, AMC, *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, n.º 109 de 2.11.1966 a 22.3.1967

A crise do petróleo de 1973 vem lançar a indústria numa crise mais profunda, que se agravará com o 25 de Abril.

3- Em termos de objetivos propusemo-nos também «estudar a mobilidade social e os fatores que a explicam».

Na sociedade de Tortosendo podia observar-se uma «bipolarização» dos tortosendenses, em dois grupos antagónicos: de um lado, o grupo de industriais e de um núcleo de proprietários, que necessitam de utilizar mão-de-obra e, do outro, o vasto grupo dos assalariados. Ou seja, a estrutura social refletia a estrutura económica. No caso da sociedade agrícola, a estratificação baseia-se essencialmente na extensão e qualidade da terra. No topo, «o patronato rural». Por sua vez, também «el proceso industrializador trajo consigo una auténtica bipolarización socioeconómica». De um lado o patronato detentor dos meios de produção, do outro os assalariados que vendem a sua força de trabalho. Quanto à estrutura social na indústria de lanifícios, na década de 60 do século passado, esse proletariado fabril compunha-se, fundamentalmente, de elementos masculinos, mas também por elementos femininos; o número destes aumentará na proporção do desenvolvimento industrial e terá como adjuvante a partida de jovens para a Guerra do Ultramar.

Reportemo-nos à família. Esta de acordo com a ideologia, «deveria ter uma estrutura autoritária, assente na figura do pai e no respeito pela hierarquia e pela idade»<sup>1941</sup>. Para se conseguir essa estrutura autoritária, «na família idealizada do salazarismo, cada membro tinha uma posição e um código de conduta próprios. No topo, o pai; abaixo dele, a mãe e os filhos. Obediência, respeito e gratidão animavam necessariamente estas personagens»<sup>1942</sup>. Na família se ia «modelando» o tipo de pessoa que interessava ao Estado Novo. A criança, à medida que crescia, apercebia-se que os elementos da família tinham atribuições bem definidas. E que existia um certo rigor nas suas relações com os restantes membros da família.

A escola dava também o seu contributo. Para «formar» os indivíduos, a escola, de acordo com a política educativa, atuava a vários níveis, como «os que dizem respeito à organização do sistema educativo, à definição das atribuições e competências dos vários órgãos desse sistema, à organização curricular, à definição dos conteúdos, à sua

---

<sup>1941</sup> Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a rutura», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo (1910–1958)*, Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 590.

<sup>1942</sup> Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade...*, *op. cit.*, p. 273.

hierarquização, aos métodos»<sup>1943</sup>. À laia de parêntesis, neste momento chamamos a atenção, para «la importancia de los libros de texto como parte importante de los procesos de socialización infantil en los que se produce la identidad del niño»<sup>1944</sup>. Em geral, dos textos e imagens dos livros ressaltam «modelos culturais», «una noción de lo adecuado y de lo inadecuado socialmente establecido» ou mesmo «modelos de comportamiento masculino y femenino» que «se solidifican, se fijan, se convierten en normas, en reglas»<sup>1945</sup>. Sendo a identidade de um indivíduo «algo psico-social», por um lado, esses modelos «favorecen la identidad personal», porque «sirven de punto de referencia, ayudan a la configuración del yo, sirven de pauta entre el ser y el deber ser»<sup>1946</sup>, por outro «favorecen la identidad social de la comunidad».

A sociedade é reprodutora, com a ajuda da família e da escola. O ensino torna-se obrigatório, mas baixa de exigência, especialmente para as mulheres. O mais importante é que os seus valores cheguem a todos. Quanto à referida função reprodutora da sociedade, tanto basta que a escola trate por igual o que à partida é diferente ou, ainda, que a escola se rotule de «neutral»<sup>1947</sup> «para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos.»<sup>1948</sup>

Um dos aspetos da organização social comunitária tortosendense é, a rígida hierarquização. As classes eram fortemente marcadas e a separação entre os elementos dos diversos estratos da sociedade era profunda e começava, na infância.

Mas a mobilidade tanto intra como intergeracional vem a acontecer. Vários depoentes relataram que intervieram em proveito de outros ou em seu próprio proveito, para se valorizarem, em especial no seio do Clube Unidos.

Em abril de 1932, em *O Trabalho*, afirma-se que «na educação e instrução dos povos está a base fundamental do progresso e evolução que tende à transformação da sociedade num sentido de mais equidade e justiça». No entanto, em Tortosendo, o que os operários haviam conseguido, graças ao empenho dos dirigentes da sua Associação de Classe, foi-se perdendo com o tempo. Afortunadamente, em 1946, é fundado o Unidos Futebol Clube do Tortosendo. Teve como ponto de partida a vertente

---

<sup>1943</sup> Maria de Jesus Lima e Stefan Haglund, *op. cit.*, p. 20.

<sup>1944</sup> José Luís Álvaro Estramiana y Ignacio Monge Lanzas, «La familia en los libros de texto de lectura infantil», in *Revista de educación*, nº 275, 1984, p. 73.

<sup>1945</sup> Nuria Garreta, *op. cit.*, p. 95.

<sup>1946</sup> Idem, *ibidem*, pp. 95 e 96.

<sup>1947</sup> Idem, *ibidem*, p. 94. A autora baseia-se em opiniões de Bowles y Gintis nos Estados Unidos. Bordieu y Passeron em França. Bernstein em Inglaterra, etc.

<sup>1948</sup> P. Bourdieu e J. C. Passeron, *A reprodução*, Lisboa, Ed. Veja, s/ p., citados por Maria de Jesus Lima e Stefan Haglund, *op. cit.*, p. 55.

desportiva, mas foi-se impondo pela sua ação cultural e social. José Ribeiro, um dos fundadores, procurou reavivar a chama da antiga Associação de Classe, na qual ele ainda jovem trabalhara na alfabetização de adultos e jovens. Por isso, o Unidos adere à *Campanha Nacional de Educação de Adultos*. E os seus sócios decidem alargar horizontes e criam cursos de francês, contabilidade... Não espanta, portanto, que o Clube Unidos e as suas direções fosse abertamente um dos alvos da polícia política.

Os pais, à medida que valorizam, empenham-se em proporcionar uma maior escolarização aos seus filhos. A 4.<sup>a</sup> classe é «pouco». É pouco para eles irem «mais além», para que «subam na vida».

Depois da grande determinação de José Laço, correspondente do *Jornal do Fundão*, Tortosendo conseguiu a criação do Ciclo Preparatório em 1968, mais dois anos de ensino obrigatório. Em Tortosendo, mesmo antes desta data, como o demonstrámos, alguns operários foram tomando consciência que «ter instrução era uma forma de alargar as perspectivas económicas do indivíduo, conseguir mobilidade no sentido sociológico de aumentar o seu prestígio, subir na escala social.»<sup>1949</sup> Com a aquisição de cursos técnicos ou comerciais ou com os diplomas do Ensino Liceal, melhoravam as perspectivas económicas do jovem em relação a seus pais, «o prestígio aumentava», subia-se na escala social. Entre um operário e um «empregado», mesmo em Tortosendo, havia diferenças que já referimos.

Companheiros nossos do tempo da escola primária, até mesmo seus pais, começaram a tratar-nos por «senhor», após termos concluído o curso de magistério primário, em 1964. Com alguns desses com quem retomámos a convivência, difícil ou mesmo impossível se tornou voltar ao tratamento por tu. Não admira, portanto, que entre nós e as meninas da burguesia existissem barreiras no convívio e tratamento que só foram ultrapassadas com o 25 de Abril.

Como conclusão queremos afirmar que reconhecemos valor ao nosso trabalho, principalmente sob o aspeto político. Fizemos a compilação das biografias de todos os deputados do distrito de Castelo Branco à Assembleia Nacional. A primeira Legislatura do Salazarismo integrou Francisco Almeida Garrett e Rui Pontífice de Sousa, filho de Laureano Moura Sousa, faleceu de acidente quando se deslocava para Lisboa para tomar posse na Assembleia Nacional.

---

<sup>1949</sup> Alice Ingerson, «Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão» in *Análise social*, vol. XVII, 1981, p.879.

Salientamos a utilização da História Oral e das fontes orais. Para além de acrescentarmos uma nova fonte à nossa investigação, estamos a dar voz a um conjunto de pessoas que pertence à base da pirâmide da sociedade local, não propriamente por opção nossa. Como uma grande parte dos depoentes já faleceu, os seus depoimentos publicados e divulgados em Boletins da LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo-, e utilizados neste trabalho, estão gravados de forma indelével para perdurar e fazer perdurar os seus autores. São importantes, em primeiro lugar para os seus familiares, e depois para todos quantos amem a sua terra natal.

Com este trabalho de História Local sentimos que estamos a contribuir para reforçar a identidade dos tortosendenses e os laços de pertença a uma Comunidade e a um território que se designa de Tortosendo.

## **ANEXOS**





## Anexo n.º 1 Alargamento do Tortosendo, entre 1873 e 1922

### ■ 1873 - Abertura da construção da Estrada das Pedras Lavradas, - Surge a «Estrada»

#### MONUMENTO --PALMATÓRIA



Fonte: <http://fotos.sapo.pt/pjesus/fotos/?uid=70iHw85RINb3CdSRZiW9#grande>

Em 16 de Outubro de 1873 ocorreu o ato solene da abertura dos trabalhos da construção da Estrada das Pedras Lavradas, registado na Palmatória, na entrada sul da Covilhã. Passado algum tempo, veio a atravessar Tortosendo e fez surgir a «Estrada» (a atual Avenida Viriato), desde o Sítio da Cruz dos Pinhais até ao Baldio do Cabeço. Posteriormente, esta nova artéria proporcionou a abertura e alargamento da povoação e veio a ser aproveitada «pela sua importância na morfologia urbana» para acolher «residências de pessoas socialmente importantes» e (com o passar do tempo) para aí se instalarem «atividades económicas, designadamente o comércio de maior nível»<sup>1950</sup>. Em 8 de novembro seguinte, procede-se à expropriação<sup>1951</sup> amigável a vários proprietários, para a construção do lanço da estrada real n.º 46, compreendida entre Covilhã e Tortosendo.

---

<sup>1950</sup> Teresa Barata Salgueiro, «Paisagens urbanas: Transformação urbana», in Carlos Alberto Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005, p. 245.

<sup>1951</sup> Item 1546, Livro de Expropriações, 8.11.1873.

### ● 1884 – No Centro - Alargamento da Rua Nova dos Olivais

Em 27 de agosto de 1884, abre-se o processo de expropriação amigável de terrenos dum quintal e árvores de fruto para alargamento da Rua Nova dos Olivais, no centro do Tortosendo.<sup>1952</sup>

### ● Inauguração da Linha de Caminho-de-ferro da Beira Baixa. 1891

Em 1891 foi inaugurada a Linha de Caminho-de-ferro da Beira Baixa que veio alterar o Largo da Cruz (hoje Praça Almeida Garrett). Este Largo era fechado por um arco que ligava uma casa onde se encontra hoje a Casa da Família Portela (antiga casa das Amarais) com a Casa de Leopoldo Lopes (antiga Casa das Senhoras Portugais).

Foi a seguinte a origem do arco: Luís Sérvulo Afonso de Lemos, solteiro, morreu em 1895 com mais de 60 anos. Morava numa casa grande, com 1.º andar e lojas, situada no lugar onde hoje existe o prédio pertencente à família Portela (antiga casa das Amarais), na Praça Almeida Garrett, que ocupa o espaço dessa casa, de uma outra e parte do quintal. (...) A atual casa do senhor Leopoldo Lopes (que foi pertença das sras Donas Natividade Barata Portugal e Irmã) estava ligada com um pátio à do Sr. Luís Sérvulo. Um irmão deste -José Paulo- andou na guerra -Lutas Liberais (1820-1838). O pai, Francisco Afonso, prometeu que se o seu filho não morresse, colocaria a culto uma imagem de Nossa Senhora da Paz, voto que cumpriu colocando a dita imagem num nicho, instalado no arco que ligou as duas casas. O arco em referência desapareceu quando foi rasgada a estrada que da Praça Pública, seguia pela Avenida para a Estação do Caminho de Ferro.

«A propósito da história de um tortosendense», in *Notícias da Covilhã*, 18.7.1953

### ● Surge uma nova avenida 1905

Em 17 de Maio de 1905, em *A Covilhã* é publicado um Edital do Juízo de Direito da Comarca da Covilhã das expropriações por parte das Obras Públicas para rasgar a nova Avenida que atravessará esse mesmo Largo, no próprio Largo e acima e abaixo do mesmo. As grandes transformações urbanas de Tortosendo ocorreram no último quartel do século XIX. Por outro lado, graças à construção da Linha de Caminho-de-ferro da Beira Baixa, inaugurada em 1891, foi aberto um ramal para ligar o Largo da Cruz (Praça Almeida Garrett) com a estação ferroviária que permitiu um novo acesso à povoação. Num anúncio publicado, 17 de maio de 1905. Expropriação de prédios, entre

---

<sup>1952</sup> «Joaquim Fernandes Brás Júnior com procuração de sua mulher Maria Rosa Fernandes Calado, proprietários, moradores no Tortosendo, que de sua livre e espontânea vontade cedia a favor da Câmara Municipal para alargamento da Rua Nova dos Olivais, 80 m2 de terreno de quintal, uma oliveira, uma figueira e uma amoreira pelo preço de 50 mil réis.» AMC, Caixa 116 1523 D 05 01 – 1884.

outros: casas, parte de casas, casa com pátio, um logradouro, um quintal, uma horta com vedação, oliveiras, terra de sementeira com um muro de vedação, situados na Rua Machede de Cima, no Largo da Cruz, no Terroeiro.

Documento junto ao Jornal *O Tortosendo*, 1908. Consultado na Biblioteca Nacional de Lisboa.

● **Abertura de uma estrada, em linha reta e perpendicular da estrada distrital que atravessa a povoação e em direção ao Casal da Serra 1919**

Em 1919, o industrial José Craveiro Júnior, na situação de administrador do concelho, para minorar a crise na indústria de lanifícios: vai até junto do Ministro do Trabalho e consegue a atribuição de um subsídio de 50 contos para dar trabalho aos desempregados, cinco dos quais se destinaram ao Tortosendo. Em 3 de Março de 1919, o presidente da Junta de Freguesia apresentou um orçamento suplementar. Constava da oferta de uma verba de cinco contos oferecida para a abertura de uma estrada partindo em linha reta e perpendicular da estrada distrital que atravessa a povoação e em direção ao Casal da Serra «e ocupando nela somente os operários da indústria têxtil para atenuar a crise que a indústria atravessa na presente situação». Deu-se início à obra.

(Ata de 15.3.1919, AJFT, *Livro de Atas*, (sem n.º e faltam pp. 1, 2, 87 e 88) de 20.9.1915 a 7.2.1927 (inc.).

● **1922 – Alguns cidadãos pedem para construir no baldio do sítio do Cabeço**

No início da década de 20 do século passado já são sentidas as faltas de terrenos para edificação de casas. Assim, em 19 de março de 1922, compareceram à reunião da Junta de Freguesia do Tortosendo sobre os baldios alguns cidadãos da freguesia a pedir que esta Junta lhes cedesse alguns terrenos no sítio do Cabeço para edificarem casas para habitação própria, visto não terem onde construir e, atendendo à enormíssima falta de casas para habitação na freguesia. Foi resolvido ceder, gratuitamente, os terrenos requisitados para tal fim e foi encarregado o Sr. José de Matos de elaborar uma planta do terreno, com a designação dos talhões a ceder para construção futura. Foram afixados editais sobre o assunto e, caso não haja reclamações, «serão cedidos em futuras sessões os talhões que forem reclamados, nas condições que serão estimadas para bom alinhamento e embelezamento do sítio onde se farão as construções».

Ata de 19.3.1922, *Livro de Atas da Junta de Freg. do Tortosendo* (sem n.º e faltam pág 1, 2, 87 e 88) de 20.9.1915 a 7.2.1927 (inc).



## ***FONTES E BIBLIOGRAFIA***



## FONTES

### Testemunho Oraís

ALEXANDRE MONTEIRO CALDAS (Entrevista pontual sobre «Indústria de lanifícios» realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 12.6.1996).

Alfredo Craveiro de Matos (Entrevista pontual sobre «Papel do Partido Comunista», realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 5.7.2001).

ANA LUÍSA CUNHA VAZ (Entrevista pontual sobre «O Ciclo Preparatório TV em Tortosendo» realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 20.2.2002).

FERNANDA RAMOS BARRADAS (Entrevista pontual sobre «Brincadeiras e brinquedos» realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 14.2.2001).

LUDOVINA DE JESUS PONTÍFICE (Entrevista pontual sobre «Rezas e bruxedos», realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 22.2.1995).

MARIA DOMITILA MENDES FIADEIRO (Entrevista pontual sobre «Expectativas de uma jovem da burguesia» realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 2.5.2002).

MARIA GABRIELA RAPOSO FERREIRA (Entrevista pontual sobre «A minha instrução primária» realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 14.2.2002).

MARIA LÍDIA PROENÇA (Entrevista pontual sobre «A Mestra», realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 22.2.2001).

MARIA SERRA PEREIRA (Entrevista pontual sobre «A minha instrução primária», realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Tortosendo, 25.10.2001).

MARIA TERESA DO CARMO GADANHO (Entrevista pontual sobre a «A minha instrução primária no do Colégio das Dominicanas», realizada por Adélia Carvalho Mineiro, Fundão, 27.10.2001).

### Testemunho oraís já publicados

MANUEL CARROLA E ADÉLIA CARVALHO, “Ti Cecília”, in *Boletim da LAT*, n.º 4, 4.º Trim., 1992. (Entrevista realizada em Tortosendo, em 20.4.1992<sup>1953</sup>).

ADÉLIA CARVALHO MINEIRO, in *Boletim da LAT*.

“Alfredo Craveiro: Futebol, o desporto-Rei”, n.º 19, 3.º Trim., 1996. (Tortosendo, 1.11.1993).

\_\_\_\_\_, “Antónia Gonçalves: “Bons tempos os do Patronato e os da JOC”, n.º 45, 1.º Trim., 2003. (Tortosendo, 27.11.2001).

\_\_\_\_\_, “Apolinário Proença: ex-presos políticos”, n.º 30, 2.º Trim., 1999. (Tortosendo, 20.4.1999).

\_\_\_\_\_, “Associação dos Operários”, n.º 10, 2.º Trim., 1994. (Testemunhos de: Alfredo Dias, Alfredo Francês, Joaquim Pinheiro; Maria Lídia Proença e Mário Simões, recolhidos pela autora em Tortosendo, em: 9.2.1994, 0.2.1994, 10.2.1994, 15.2.1994 e 10.3.1994, respetivamente).

\_\_\_\_\_, “Carlos Miguel: emigrante em França”, n.º 19, 3.º Trim., 1996. (Tortosendo, 30.7.1996)

\_\_\_\_\_, “Germano Pombo: Tecelão”, n.º 39, 3.º Trim., 2001. (Tortosendo, 25.1.2001)

\_\_\_\_\_, “Jaime Dinis”, n.º 36, 4.º Trim., 2000. (Tortosendo, 9.3.1995)

\_\_\_\_\_, “Janeiras”, n.º 8, 4.º Trim., 1993. (Testemunhos de Fernanda Piedade Craveiro e Rosa de Jesus, recolhidos pela autora em Tortosendo, em 6.6.1993 e 4.7.1993, respetivamente).

\_\_\_\_\_, “João Rebelo”, n.º 44, 4.º Trim., 2002. (Tortosendo, 22.2.2001)

\_\_\_\_\_, “Joaquim Dinis: Em 1958 vence o concurso “Quem sabe, sabe... *Uma enciclopédia humana*”, n.º 37, 1.º Trim., 2001. (Tortosendo, 23.11.2000)

\_\_\_\_\_, “José Azevedo de Matos”, n.º 46, 2.º Trim., 2003. (Tortosendo, 6.5.2002)

<sup>1953</sup> Adiante, figurarão, igualmente, o local e a data da entrevista.

- \_\_\_\_\_, “José de Jesus Carrola”, n.º 35, 3.º Trim., 2000. (Tortosendo, 27.11.1999).
- \_\_\_\_\_, “José Oliveira: Tecelão”, n.º 33, 1.º Trim., 2000. (Tortosendo, 5.2.1999).
- \_\_\_\_\_, “José Pereira: Marceneiro”, n.º 38, 2.º Trim., 2001. (Tortosendo, 20.6.2000).
- \_\_\_\_\_, “José Rebelo Alves”, n.º 21, 1.º Trim., 1997. (Tortosendo, 20.6.1996).
- \_\_\_\_\_, “Lino Barata: Tecelão”, n.º 25, 1.º Trim., 1998. (Tortosendo, 5.1.1996).
- \_\_\_\_\_, “Manuel Filomeno Quelhas: Chamiceiro”, n.º13, 1.º Trim., 1995. (Tortosendo, 3.5.1994).
- \_\_\_\_\_, “Maria Beatriz Calado Dias: A arte de bordar à mão”, n.º 26, 2.º Trim., 1998. (Tortosendo, 14.3.1997).
- \_\_\_\_\_, “Maria do Carmo: A dureza da vida do campo”, n.º 43, 3.º Trim., 2002. (Tortosendo, 20.4.2001).
- \_\_\_\_\_, “Maria Fevereira: Caneleira”, n.º 40, 4.º Trim., 2001. (Tortosendo, 10.1.2001).
- \_\_\_\_\_, “Maria Gabriela Monteiro: Comerciante”, n.º 29, 1.º Trim., 1999. (Tortosendo, 28.1.1999).
- \_\_\_\_\_, “Maria Meireles: Organizadora de excursões”, n.º 22, 2.º Trim., 1996. (Tortosendo, 23.6.94).
- \_\_\_\_\_, “Mário Venâncio”, n.º 23, 3.º Trim., 1997. (Tortosendo, 10.3.1997).
- \_\_\_\_\_, “Nossa Senhora dos Remédios em Quinta-feira da Ascensão” in *Boletim da LAT*, n.º 14, 2.º Trim., 1995. (Testemunhos de Ângelo Craveiro de Sousa e Maria Lídia Proença, recolhidos pela autora em Tortosendo, em 15.4.1994 e 13.4.1994, respectivamente).
- \_\_\_\_\_, “Quinta-feira das comadres/Quinta-feira dos compadres, n.º 9, 1.º Trim., 1994. (Testemunhos de Maria Lídia Proença e Maria Patrocínia da Silva Mendes, recolhidos pela autora em Tortosendo, em: 6.6. 1993 e 7.6.1993, respetivamente).
- \_\_\_\_\_, “Patronato e recreatório. São ocupação dos tempos livres das jovens”, in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003. (Testemunho de Antónia Gonçalves, Tortosendo, 27.11.2001.)
- \_\_\_\_\_, “Recordando... o Ti Barradas”, n.º 5, 1.º Trim., 1993. (Testemunhos de Fernanda Ramos Barradas, António Saraiva Costa, José Ribeiro, Jaime Dinis, Apolinário Proença e Alfredo Craveiro Matos, recolhidos pela autora em Tortosendo, em: 20.11.1992; 6.11.1992, 6.11.1992, 4.12.1992, 6.1.1993 e 20.11.1992, respetivamente).
- \_\_\_\_\_, “Senhor Professor Vasco Leitão”, n.º 15, 1.º Trim., 1995. (Aldeia do Bispo - Penamacor, 14.3.1994).

### ***Testemunho escritos***

CARROLA, José Rogério Mineiro, “Valores” da classe operária” (Depoimento), Vila Nova de Santo André, 20.2.2002. Agradecemos ao autor a amabilidade de haver-nos entregue o respetivo documento (2 folhas).

LAT – Liga dos Amigos do Tortosendo, “Contributo para o reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública ao UNIDOS Futebol Clube do Tortosendo”, em 10.2.1999. (1 folha)

ALVES, Joaquim Dias, “Coisas pessoais”, in *Boletim da Lat*, n.º 46, 2.º Trim., 2003.

BARRADAS, Fernanda Ramos, “Dos bailes do Terreiro aos bailes do Unidos”, in *Boletim da LAT*, n.º 35, 3.º Trim., 2000.



\_\_\_\_\_, “Em 25 de Abril a palavra liberdade teve liberdade” in *Boletim da LAT*, n.º 38, 2.º Trim., 2001.

\_\_\_\_\_, “Ainda hoje tenho amigas da escola”, in *Boletim da LAT*, n.º 45, 1.º Trim., 2003.

MENDES, Maria, “A minha vida na fábrica”, in *Boletim da LAT*, n.º 36, 4.º Trim., 2000.

LAÇO, José, “Unidos Futebol Clube”, in *Boletim da LAT*, n.º 18, 2.º Trim., 1996.

MATOS, Romeu, “O que foi a minha instrução primária no Tortosendo”, in *Boletim da LAT*, n.º 44, 4.º Trim., 2002.

OLIVEIRA, Alberto, “Memória de um tempo vivido”, in *Boletim da LAT*, n.º 24, 4.º Trim., 1997

PROENÇA, Lídia, “Recordações do tempo da Páscoa”, in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1997.

\_\_\_\_\_, “Versos dos cegos”, *Boletim da LAT*, n.º 12, 4.º Trim., 1994.

RIBEIRO, José, “1956 Inauguração do Jardim Público”, in *Boletim da LAT*, n.º 20, 4.º Trim., 1996.

\_\_\_\_\_, “No tempo do minério”, in *Boletim da LAT*, n.º 21, 1.º Trim., 1996.

\_\_\_\_\_, “O velho Unidos”, in *Boletim da LAT*, n.º 25, 1.º Trim., 1998.

\_\_\_\_\_, “As visitas da PIDE”, in *Boletim da LAT*, n.º 30, 2.º Trim., 1999.

### ***Fontes manuscritas***

#### **COVILHÃ**

##### **ARQUIVO MUNICIPAL DA COVILHÃ**

###### *Livros de Atas das Sessões da Comissão Administrativa Municipal da Covilhã*

n.º 59, de 11 de Janeiro de 1933 a 6 de Setembro de 1934;

n.º 60, de 26 de Setembro de 1934 a 7 de Setembro de 1936;

n.º 61, de Outubro de 1936 a Abril de 1939.

###### *Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*

n.º 54, de 15 de Janeiro de 1941 a 31 de Dezembro de 1941;

n.º 55, de 2 de Janeiro de 1942 a 28 de Outubro de 1942;

n.º 58, de 30 de Agosto de 1944 a 30 de Maio de 1945;

n.º 64, de 19 de Outubro de 1948 a 31 de Dezembro de 1949;

n.º 79, de 4 de Outubro de 1955 a 24 Janeiro de 1956;

- n.º 84, de 14 de Maio de 1957 a 3 de Setembro de 1957;
- n.º 91, de 24 de Novembro de 1959 a 29 de Março de 1960;
- n.º 93, de 6 de Setembro de 1960 a 7 de Fevereiro de 1961;
- n.º 104, de 19 de Janeiro de 1965 a 4 de Maio de 1965;
- n.º 107, de 2 de Fevereiro de 1966 a 20 de Junho de 1966;
- n.º 114, de 4 de Setembro de 1968 a 15 de Janeiro de 1968;
- n.º 125, de 9 de Fevereiro de 1972 a 18 de Abril de 1972;
- n.º 126, de 18 de Janeiro de 1972 a 4 de Julho de 1972;
- n.º 128, de 6 de Setembro 1972 a 12 de Dezembro de 1972.

*Livro de Correspondência expedida da Câmara Municipal, 1946, II.*

*Livro de Correspondência recebida da Câmara Municipal (Avulsos), Maço n.º 1 744, de 1945-1946.*

*Livro de Correspondência recebida da Câmara Municipal (Confidencial), Maço n.º 188, de 1966-1973.*

***Relação manuscrita dos mancebos de Tortosendo que lutaram nas colónias***, elaborada com base em dados obtidos oralmente junto de vários militares, em Tortosendo, por MATOS, José Manuel e TABORDA, Romeu que gentilmente a cederam.

### ***Fontes impressas***

#### **Livros e folhetos**

ESCUTEIROS - Agrupamento n.º 580, *Os Trabalhos e os dias: 75 anos de escutismo no Tortosendo*, Tortosendo, Julho 2002

DIAS, Luís F. de Carvalho *História dos Lanifícios (1750-1834)*, Lisboa 1968, vols 4 e 5, p. 1692, 1603, 1655.

***Dicionário de História do Estado Novo Estado Novo***

BRITO, José Maria Brandão de, «Condicionamento industrial» in ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 183-185.

BRITO, José Maria Brandão de, «Política económica», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 765-769.

CRUZ, Manuel Braga da, «União Nacional», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 989-991.

Q, J M, «Eleições para a Assembleia Nacional» in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir), ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Volume I, pp.288-293.

RAMOS do Ó, Jorge, «Censura», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Volume I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 139-141.

RODRIGUES, Carlos Farinha, «Assistência Social», in ROSAS, Fernando, e BRITO, José Maria Brandão de (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 1, Venda Nova, Bertrand, 1996 pp. 70 -.73.

RODRIGUES, Carlos Farinha, «Pobreza», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996 pp. 742 - 744.

RODRIGUES, Teresa, «População», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 786 - 788.

## *Dicionário de História de Portugal*

- BAGANHA, Maria I., «Emigração», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 615-618.
- BAYERLEIN, B., «Lutas Operárias» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp.395-340.
- BARRETO, António, «Revolução de 25 de Abril de 1974» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 250-262.
- BARRETO, José «Sindicatos Nacionais» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 436-445.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «Historiografia do Estado Novo», in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 -Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 187-198.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “Classes Sociais” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 -Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 328-336.
- CAMPOS, António Correia de, «Saúde Pública» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp.405, 406.
- CASTRO, Armando, Lanifícios in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 2, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 656-658.
- CAUPERS, João, «Administração local», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 50-51.
- CONFRARIA, João, «Censura», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 275 a 284.
- CORREIA, Sérvulo e AYALA, Bernardo Diniz, «Câmaras Municipais», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 220-222.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Eleições», in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 607-615.»
- CRUZ, Manuel Braga da, «Ação Nacional Popular» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 32-34.
- CRUZ, Manuel Braga da, «União Nacional» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 545-555.
- FERNANDES, José Manuel, «Habitação social», in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 170 e 171.
- FREIRE, João, «Anarco-sindicalismo» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 101-102.
- FREIRE, João, «Movimento operário» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8- Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 557-559.
- GASPAR, Carlos, «Espanha» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 648-657.

- LOPES, José Silva, «Intervencionismo económico» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8- Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 292-295.
- LOPES, José Silva, «Preços» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 141-143.
- LUÍS, António Santos, «Pobreza» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 102-107.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Methuen Tratado de (1703)», in *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 48-55.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, «Ala Liberal» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7 - Suplemento A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 81 – 83.
- MIRANDA, Jorge, «Leis eleitorais», in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 368 – 370.
- MÓNICA, Maria Filomena, «Sociedade» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 453-460.
- OLAVO, Carlos, «Guerra Civil de Espanha» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 -Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 148-157.
- PATRIARCA, Fátima, «Greves» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p.135-141..
- PÉLISSIER, René, «Guerras coloniais» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 159-163.
- PEREIRA, J.A. Teles, «Medidas de Segurança», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 441-446.
- PINTO, António Costa, «Legião Portuguesa (LP)», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 359-361.
- PINTO, Jaime Nogueira, «Salazarismo» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 390-392.

## Revista

*Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa  
*Alcores*, Revista de Historia Contemporânea, Fundación Veintisiete de Marzo  
*Ayer*, Madrid  
*Cuadernos de Historia Contemporânea, Universidad Complutense* de Madrid  
Educación a Distancia (UNED). *Espacio, Tiempo y forma*, Serie V, Hª Contemporânea,  
Universidad Nacional de  
*HiSTOReLo*, Revista de Historia Regional y Local, Universidad Nacional de Colombia  
*Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Universidad de Barcelona.  
*História*, Lisboa  
*O Estudo da História*, Lisboa, Associação dos Professores de História (A.P.H.).  
*Revista de la Asociación de Estudiantes Graduados de Historia Universidad Interamericana de Puerto Rico*  
*Revista das Letras, História*, Porto  
*Studia Histórica-Historia Contemporânea*, Universidad de Salamanca.  
*O Sindicato*  
*Visão*, Lisboa

## Artigos de Revista

AFONSO, Jorge, [http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=211103](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=211103) Acedido em 10.10.2015

AGERO TEIXIDOR, Rufino, *El movimiento social en Béjar en los siglos XIX y XX hasta nuestros días*, Salamanca, Escuela Social de Salamanca, 1949, 22 pp.

ALMEIDA, Anabela Nunes de, «Meio social, família e classe operária», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, 1992, pp. 27 a 41. Revista Estudos do Século XX. Nº 13 (2013) , p. 341 [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/estado\\_novo\\_e\\_discurso\\_assistencialista\\_1933\\_1944](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/estado_novo_e_discurso_assistencialista_1933_1944) 10.10.2015

ALMEIDA, João Ferreira de, «Quem faz o arraial é o povo»: mudança social e mudança cultural», *Análise Social*, vol. XVI (64), 1980-4.º, 679-698.  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996748L7vPU1uf9St89CO3.pdf> Acedido em 20.4.2015

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, «Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX», *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), 2008, 627-645.

ALVES, Jorge Fernandes, «Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave», in MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002, p. 112-125.

AMÂNCIO, Lígia Barros Queiróz, LIMA, Maria Luísa Pedrosa de, Assédio sexual no mercado de trabalho, CITE (Comissão Para a Igualdade no Trabalho, \_Ministério da Segurança Social, Lisboa, 1992.  
[http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio\\_Sexual.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Assedio_Sexual.pdf) Acedido em 20.4 2015

BARRETO, José, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), 287-317 .  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf>

ANCEL, Alfred, *Los obreros y la religión*, Bilbao, Desclée de Brouwer [etc.], 1966, pp. 75- 95.

BÁEZ SÁNCHEZ, Raúl M. «Ciencia, teoría e historia económica; apología de su importancia para el análisis del pasado», in *Revista de la Asociación de Estudiantes Graduados de Historia Universidad Interamericana de Puerto Rico* Vol.1, Núm.1, 2013.

CABRAL, Manuel Villaverde, «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal» *Análise Social*, vol. xxxiii (146-147), 1998 (2.o -3.º), 381-414.

CALHEIROS, Pedro, *A lã e a neve* testemunho corajoso sobre homens ousados

[http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro\\_calheiros.htm](http://www.ceferreiradecastro.org/silas/pedro_calheiros.htm) Acedido em 10.7.2015

CARASA, Pedro, «El giro local» in *Alcores* 3, 2007, pp. 13-35.

DÍAZ BARRADO, Mario P., «Introducción: La imagen en Historia», in *Ayer*, n.º 24, Madrid, Martial Pons, 1996, pp. 17-24.

DÍAZ SÁNCHEZ, Pilar, «Del taller de costura a la fábrica. El trabajo de las mujeres en la confección-textil madrileña» in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 1999, n.º 21, pp. 279-293.

ELEUTÉRIO, Victor Luís, «Como Portugal viveu a quimera do volfrâmio», in *Visão*, (data desconhecida).

ESTANQUE, Elísio, «Cultura popular e ideologia estatal na produção do consentimento», Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n.º 47, Abril de 1995, pags 1-24.

FARINHA, Luís, «1931: A Ditadura face ao ‘perigo espanhol’», in *História*, Dezembro 1995, pp. 4-13.

FERREIRA, Ana Sofia, «As Eleições no Estado Novo», in *Revista das Letras, História*, Porto, III Série, Vol. 7, 2006, pp.197-212.

FONSECA, José Pinheiro da, «Em louvor e memória dos ofícios de cerzideira, esbicadeira, urdideira, desbarradeira e passadeira», in *Boletim da LAT*, n.º 68, 3.º Trim., 2009.

FRANCISCO, Nuno, «Os que forçaram a porta para a terra dos sonhos», in *Jornal do Fundão*, 11.3.2010.

FRASER, Ronald, LA Historia oral: Como historia desde abajo, in *Ayer*, n.º 12, 1993.

GARCÍA-NIETO PARIS, Maria Carmen, «Fuentes orales e historia», in *Studia Histórica-Historia Contemporánea*, Vol VI, VII, 1988/89, pp. 105-111.

GARRETT, Francisco Xavier Proença de Almeida, «Tortozendo» in *Almanaque das Beiras*, 1932, pp. 113-118.

INGERSON, Alice, «Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão» in *Análise Social*, vol. XVII, 1981, pp. 863-884.

INGERSON, Alice, «Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave» in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982, pp.1465-1500.

JARDÓN PEDRAS, Xoán Xosé et. al., « ‘!Eu tamén son vella e recordo!’ . La fuente oral en la recuperación del pasado: reflexiones metodológicas para una historia sociocultural.» in *Espacio, Tiempo y forma*, Serie V, Hª Contemporánea, t. 11, 1998, pp. 343-364.

JOUTARD, Philippe, «Nuevas polémicas sobre Historia Oral. Algunos retos que se plantean a la Historia Oral del siglo XXI», in *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n.º 19, 1999, 2ª Época, pp. 149-162.

LODOÑO PINEDA, Oscar, «De las motivaciones para escribir historia local», in *HiSTORELo* Vol. 1, No. 1, Junio 2009

MADUREIRA, Nuno Luís, «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa: (1922-1957)», in *Análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), 777-822.

MANIQUE, António Pedro, «Trabalho de projecto e o estudo da História Contemporânea», in *O Estudo da História*, 1, Lisboa, A.P.H., Abril 1996, pp. 169-178.

MARQUES, Hélder Miguel Marques, «O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação» in *Revista da Faculdade de Letras* 299, HISTÓRIA, Biblioteca Digital Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 299-316.

MENDES, José Amado, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos» in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), 357-365.

MENDES, José Amado, «História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização», in *Revista Portuguesa de História* t. XXXI V (2000), Universidade de Coimbra, pp. 349-368.

MENDES, José Amado, «Novas metodologias em História Económica: a arqueologia industrial», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXX (1995) pp. 37 a 70.

MEYER, Eugenia, «Desconstrucción de la memoria, construcción de la historia» in *Historia, Antropología y fuentes orales*, n.º19, 1998, 2.ª época, 15 pp.

MINEIRO, Adélia Carvalho, “Ai, Tortosendo, Tortosendo Não tem saudades quem quer”, in *Florinda*, Dezembro 2000.

- NUNES, Ana Bela, «A evolução da estrutura, por sexos, da população ativa em Portugal — um indicador do crescimento económico (1890-1981)» in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3.º-4.º), 707-722.
- NUNES, Graça Maria Soares, « A história regional e local —contributos para o estudo OLIVEIRA, António de, «As cidades e o poder no Período Filipino» *Revista Portuguesa de História* t. XXXI, Vol. 2,1996, Universidade de Coimbra, pp. 305 -340.
- OLIVEIRA, César de, «No Centenário do nascimento de Oliveira Salazar», *História*, Abril/Maio 1989, p. 4.
- PATRIARCA, Fátima, «A institucionalização corporativa —das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social.*, vol. XXVI (110),1991 (1.º) 23-58.
- PIMENTEL, Irene Flunser, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», in *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), 477-508.
- PINTO, José Madureira, *Análise Social*, «Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em coletividades rurais» vol. XVII (66), 1981-2.º, 199-229.
- RAMOS, Vasco, «Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses», in *Análise Social*, 212, XLIX (3.º), 2014, pp. 626-649.  
[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_212\\_d01.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_212_d01.pdf) Acedido em 15.11.2015
- RIEGELHAUPT, Joyce Firstenberg «O significado religioso do anticlericalismo popular» in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º,1213-1230.
- RIEGELHAUPT, Joyce Firstenberg, «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar—o Estado Corporativo e o “apoliticismo” nas aldeias in *Análise Social*, vol. XV (59), 1979-3.º, 505-523.
- ROSAS, Fernando, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, 1031-1054.  
 Julho/Agosto 2005, pp.36-41.
- SERRANO, Armando, «Os sindicatos corporativos» in *Revista da História*, Janeiro de 1980, pp.84-81.
- SOUSA, Alfredo de, «Os anos 60 da nossa economia» in *Análise Social*, vol. xxx (133), 1995 (4.º), 613-630.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de, «As Elites Municipais e a Revolução: Portalegre 1941-1947» in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 9- 42.
- ASSUNÇÃO, António Rodrigues, *O Movimento Operário da Covilhã*, vol. II (1907-1926), Torres Novas, Edição do Autor, 2008, 447 pp.
- ARAÚJO, António de, «A Ala Liberal: Desencanto do Reformismo» in *1971 A Ala Liberal da Assembleia Nacional* (Coleção Os anos de Salazar), Barcelona, Planeta DeAgostini, 2008, pp. 7 a 27.
- ARAÚJO, António de, «Mandarins, senhores da terra e políticos», in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 131-148.
- ARÓSTEGUI, Julio, *La investigación histórica: teoría y método*, Barcelona, Crítica, 1995, 428 pp.
- ATHAÍDE, Augusto, «Cartel», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1966, p.1207.
- BAENA LUQUE, Eloisa, «Las trabajadoras sevillanas: 1900-1936» in Juan Ramón Medina Precioso, Antonio Rodrigo Torrijos (prólogo), *Industria y clases trabajadoras en la Sevilla del siglo XX*, Sevilla, 1995, Edición, Carlos Arenas Posadas, pp.225-245.



- BARATA SALGUEIRO, Teresa, «Paisagens urbanas», in MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 230-258.
- BARBOSA, David Sampaio, *História de uma presença em Portugal: Missionários do Verbo Divino*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002, 99 pp.
- BARRETO, António e PRETO, Clara Valadas, *Portugal 1960/1995: indicadores sociais*, Lisboa, Público, 1996, 103 pp.
- BELTRÁN, Miguel, «Cinco vías de acceso a la realidad social», in GARCÍA
- BENITO del POZO, Carmen – *La clase obrera asturiana durante el franquismo*, México, Siglo Veintiuno de España Editores, S.A., 1993.
- BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): O condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 19XX.
- BRITO, José Maria Brandão, «Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização» in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 509- 546.
- BURKE, Peter, (ed.), *Formas de hacer historia*, Madrid, Alianza editorial, 1993, 513 pp.
- CAEIRO, Joaquim Croca, *O Papel das Elites Políticas e Sociais na Evolução do Estado Novo*, Lisboa, Coleção Ensaios, 2009, 226 pp.
- CAMPOS, M., adapt., *Jocismo autêntico*, Lisboa, Tipografia União Gráfica, 109 pp.
- CARDOSO, Ciro F. S., *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.
- CARDOSO, P. Luiz, Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa.... Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.
- CARMO, Carlos M. do, «Desemprego», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 6, Lisboa, Editorial Verbo, 1967, pp. 1098 e 1099.
- CARVALHEIRA, José do Vale, *Tortosendo Na história, na tradição e na lenda*, S. Mamede de Infesta, Edições Salesianas, 1981, 228 pp.
- CARVALHO, Rita Almeida de, FERNANDES, Tiago, «A elite política do marcelismo», in PINTO, António Costa, FREIRE, André (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 67-96.
- CASCÃO, Rui, «Modos de Habitar», in *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, José Mattoso (dir.); Irene Vaquinhas (coord.), , Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp 22 a 55.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *Os Deputados à Assembleia Nacional (1934-1974), Biografia e Carreira Parlamentar*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de História, Lisboa, 2007  
[http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1159/1/A%20ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20\(1934-1974\).pdf](http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1159/1/A%20ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20(1934-1974).pdf)
- CASASECA HERNÁNDEZ, Salustiano, *Los Ancares: educación y subdesarrollo*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990, 135 pp.
- COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1979, *As eleições no regime fascista*, Lisboa Presidência do Conselho de Ministros.
- CORREIA, João Carlos, *O admirável Mundo das Notícias*, Teorias e Métodos Covilhã, UBI, LabCom, 2011.

- COSTA, Américo, Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular, Porto, Livraria Civilização, 1948.
- CUESTA BUSTILLO, Josefina, *Historia del presente*, Madrid, Eudema, 1993, 95 pp.
- DIEZ NICOLÁS, Francisco, «Motivaciones, aspiraciones e información», in [ANDRÉS ORIZO, Francisco... (et al.)], *La promoción social en España*, Madrid, Centro de Estudios Sociales de la Santa Cruz del Valle de los Caídos, 1966.
- DELGADO, Rui - História da Covilhã (1800-1926): I Organização Judicial e administrativa. Coutada: Centro Cultural e Desportivo da Coutada, 1991, 176 páginas.
- DELGADO, Rui - História da Covilhã (1800-1926): Vida Política. Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã, 2001, 835 páginas.
- Deu i Baigual, Esteve, Esteve Deu i Baigual, *La indústria tèxtil llanera de Sabadell : 1896-1925*, Sabadell, Col·legi de Doctors i Llicenciats. Delegació de Sabadell, 1990, 203 pp.
- DIAS, L. Sousa, «Estreptomocina», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 7, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, pp. 1 629 e 1 630.
- DIAS, Luís F. de Carvalho, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, Lisboa 1958. I, II e III Volumes.
- DUARTE, Heitor J. F., *Migrações e Transformação Social*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica - Trabalho de Síntese, Universidade da Beira Interior, 1995. (pp.3-5).
- DUARTE, Isabel. *Relações Sócioeconómicas numa região industrial em transformação – o caso da Covilhã*, Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa CIES-ISCTE / CELTA, Out-1988, pp. 125-146.
- EXTRAMIANA, José, «Prensa e historia» in Barrère, Bernard, *Metodologia de la prensa española*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1982, pp. 325-331.
- FERRANDO, Manuel, IBÁÑEZ, Jesús y ALVIRA, Francisco, *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación* (3.ª edición), Madrid, Ciencias Sociales, Alianza Editorial, 2000, pp. 15 a 52.
- FERRÃO, João, «Recomposição social: surpresas e confirmações» in REIS, António (dir.) *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, I parte, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 167-190.
- FERRO, António, «O Decálogo do Estado Novo – 1934», *História Aberta*, 2001-2006, <http://historiaaberta.com.sapo.pt>, em 2.2.2004
- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*: I Cronologia, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, 267 pp.
- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, II: Os primeiros Congressos Operários 1865-1894, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, 232 pp.
- FORNER MUÑOZ, Salvador, *Industrialización y movimiento obrero : Alicante 1923-1936*, Valencia : Institución Alfonso el Magnánimo, 1982, pp.39-120.
- FRANCISCO Y GÓMEZ-REYNO, Manuel, «Movilidad social en los trabajadores», in [ANDRÉS ORIZO, Francisco... (et al.)], *La promoción social en España*, Madrid, Centro de Estudios Sociales de la Santa Cruz del Valle de los Caídos, 1966.
- FREEDBERG, David, *El poder de las imágenes*, Madrid, Cátedra, 1992, (Capítulos 1 e 15).
- FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, 439 pp.
- FREITAS, Gustavo, *Vocabulário de História*, Lisboa, Plátano Editora, s/d, 294 pp.

- GALHARDO, Maria de Aguiar, «Intendência Geral dos Abastecimentos», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 10, Lisboa, Editorial Verbo, 1970, pp. 1 644 e 1 645.
- GARCÍA COLMENARES, Pablo García Colmenares, Pablo, *Evolución y crisis en la industria textil castellana: Palencia (1750-1990) : de la actividad artesanal a la industria textil*, Madrid, Mediterráneo, D.L. 1992, VIII, 376 p. :il.
- GODINHO, Paula Cristina Antunes, *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*, Tese de doutoramento, Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, 1998, 452 pp. <http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3600/1/paula%20godinho.pdf>
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977, pp. 1-195.
- GÓMEZ FORTES, Braulio, «Elites Parlamentares de Espanha e Portugal Estrutura de oportunidades, formas e efeitos de recrutamento» in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, pp217-248.
- GONZÁLEZ GÓMEZ, Santiago Y REDERO SAN ROMÁN, Manuel, Análisis metodológico de dos fuentes de historia social: los padrones municipales y las matrículas industriales, in S. Castillo (coord.), *La historia social en España*, Madrid, Siglo XX, pp.507-539.
- GOUVEIA, Regina *A interação entre o Universo Político e o Campo da Comunicação: A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*, labcom-laboratório de comunicação on-line, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006.  
[www.livroslabcom.ubi.pt/livro.php?l=43](http://www.livroslabcom.ubi.pt/livro.php?l=43) Acedido em 10.10.2014
- HERNANDEZ ARMENTEROS, Salvador, Jaén ante la Segunda República: bases económicas, sociales y políticas de una transición, Granada, Universidad de Granada, 1968,160 p.  
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n188/n188a07.pdf>. Acedido em 14.3.2015
- ISIDORO, Alcina et al, *Do foral à Covilhã do séc. XII*, [apresent. José Mattoso], Covilhã Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã, 1988, 135 pp.
- JENKINS, Robin, Morte de uma aldeia portuguesa, Lisboa, Querco, imp.1983, 152 pp.
- LAGRAVE, Rose-Marie «Una emancipación bajo tutela. Educación y trabajo de las mujeres en el siglo XX», in Georges Duby y Michelle Perrot, (dir.), *Historia de las mujeres*, Vol 5 - El siglo XX, Madrid, Taurus, 2000, pp 506- 551.
- LANG LAORGA, Alicia, «Literatura y sociedad: la ciudad levítica, modelo sociológico en evolución», in S. Castillo (coord.), *La historia social en España*, Madrid, Siglo XX, pp.520-523.
- LEMO, Mário Matos ( coordenação e prefácio de Luís Reis Torgal), *Candidatos da oposição à assembleia nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, Lda, 2009, 309 p.  
[http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf)  
Acedido em 6.7.2015.
- LOPES, Maria Antónia, «As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos», in José Mattoso (dir.); Irene Vaquinha (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011., p.157.
- LOPES, José Silva, *Políticas económicas, 1960-1995*, Lisboa, Público, 1996, 72 pp.
- LUÍS, Alexandre António da Costa, *Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural*, [aluís@ubi.pt](mailto:aluís@ubi.pt), Universidade da Beira Interior, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

- M, J, «Imprensa libertária», in XXX,
- LOUSADA, Maria Alexandra, «A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime» in Maria da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 95-120.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Quercus, 1982, 394 pp.
- MACRY, Paolo, *La sociedad contemporánea : una introducción histórica*, [traducción Maribel Capmany], Barcelona, Ariel, 1997,
- MADRID CALZADA, Rufino Manuel, «La educación de las clases populares sevillanas: 1900-1975» in Juan Ramón Medina Precioso, Antonio Rodrigo Torrijos (prólogo), *Industria y clases trabajadoras en la Sevilla del siglo XX*, Sevilla, 1995, Edición, Carlos Arenas Posadas, pp.183-197.
- MARTÍN FERRERO, María de los Ángeles, *Estructura demográfica y socioeconómica de Toro (1950-94)*, Salamanca, Memoria de Grado, Universidad de Salamanca, 1996.
- MARTÍN GARCÍA, Juan José, *La industria textil de Pradoluengo (1534-2007) : la pervivencia de un núcleo industrial*, Valladolid, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2007, 484 p.
- MARTÍN GARCÍA, Gonzalo, *La industria textil en Ávila durante la etapa final del Antiguo Régimen : la Real Fábrica de Algodón*, Ávila, Institución «Gran Duque de Alba» de la Excm. Diputación Provincial, 1989, 439 p. : il
- MARTÍN, José-Luis (director), *Historia de Salamanca, V, Siglo Veinte*, Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, 2001, 615 pp.
- MARTINS, Fernando, «Visão sintética sobre as realidades estruturais do país» in Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, *Portugal e o Estado Novo*, coord. de ROSAS, Fernando, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 272-305.
- MATOS, Paulo Domingos Ramos, *Tese de licenciatura do Curso de Arquitetura*, Porto, 1990.
- MIRANDA, Sacuntala de, «A evolução demográfica» in Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12, *Portugal e o Estado Novo*, ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 259-271.
- MÓNICA, Maria Filomena, «Os costumes em Portugal,» Lisboa, Público, 1996, 47 pp.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A formação da classe operária portuguesa: Antologia da imprensa operária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e operários*, Lisboa, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, 217 pp.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista (1926-39)*, Porto, Editorial Presença, 1978, 427 pp.
- MONTEIRO, Teresa Líbano e POLICARPO, Verónica, «Media e entretenimento», in *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, José Mattoso (dir.); Ana Nunes de Almeida (coord.), Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp.308-338.
- MONTEIRO, Nuno G. y PINTO, António Costa, «Mitos culturais e identidade nacional», in *Portugal Contemporâneo*, PINTO, António Costa (coordinador), Madrid, Sequitur, 2000, 303 pp.
- MORADIELLOS, Enrique, *El oficio de historiador*, Madrid, Siglo veintiuno de españa editores, sa, 1996, 164 pp.

MORENO SARDÁ, Amparo, «Problemas metodológicos de la historia de la prensa: aplicación de la informática al análisis de las publicaciones», in BARRÈRE, Bernard, *Metodologia de la prensa española*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1982, pp.217-309.

MORGADO, João, *Covilhã e a Imprensa: memórias do primeiro século 1864-1964*, Lisboa, Edição AIND, 1997.

NETO, Margarida Sobral, *Percursos da História Local Portuguesa Monografias e representações de identidades locais*, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura

NUNES, Ana Bela e BRITO, José Maria Brandão de, «Política económica, industrialização e crescimento», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. 12: *Portugal e o Estado Novo*, ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa, Editorial Presença, Lisboa, 1992, pp.306-351.

João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 128-p.269.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal*, vol. 2: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973, pp. 291 - 448.

OLIVEIRA, César, «A evolução social: modificações e tensões» in REIS, António, (dir.) *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 547-560.

OLIVEIRA, César, «Da ditadura militar à implantação do salazarismo», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2 (2.ª parte) (1926 – 1958), pp. 397-416.

OLIVEIRA, César de (dir. de), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 243 a 342.

Oliveira, P. Miguel de – *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950, 220 páginas.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto, *Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939): tesis doctoral*, Universidad Complutense, 2004.

PEREIRINHA, José António; CAROLO, Daniel Fernando, *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social CISEP – Centro de Investigação Sobre a Economia Portuguesa, ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2006, 33 pp.*

PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Ángel Pérez Sánchez, «Una manera de hacer historia social. O la confirmación de un nuevo enfoque», in S. Castillo (coord.), *La historia social en España*, Madrid, Siglo XX, pp.429-432.

PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*, Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, 575 pp.

PINHEIRO, Elisa Calado, (Coord.), *Rota da Lã Translana Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha), Vol II Inventário das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de Lanifícios*, Covilhã, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2008.

PINHEIRO, Elisa Calado e SILVA, Manuel José dos Santos, *A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade*, 22 pp.

<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-pinheiro-elisa-silva-manuel-santos-a-covilha-paisagem-cultural-evolutiva.pdf>. Acedido em 6.6.2012

PINTO, António Costa e FERREIRA, André, «Introdução» in António Costa Pinto, André Freire (organizadores), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, p. 1-5.

PINTO\_CORREIA, Teresa, «Paisagem e identidade: da Memória à Pós-Modernidade», in MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.), Volume 2, *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 151-173.

POLICARPO, Verónica, «Sexualidade em construção, entre o privado e o público», in MATTOSO, José (dir.); NUNES, Ana (coord.), Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011., pp. 48 a 79.

Portugal. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no regime fascista*, C.L.N.F., Lisboa, 1979, 68 pp.

QUEIRO, Afonso Rodrigues Albuquerque, *Constituição política da República Portuguesa: aprovada pelo plebiscito nacional de 19 de Março de 1933*, 6ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1963, 112 pp.

RAMÍREZ, Manuel et al, *Las fuentes ideológicas de un régimen (España 1939 - 1945)*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza - cátedra de derecho político, 1978, 209 pp.

RAMOS, Maria Dolores, «Madres de la Revolución Mujeres en los movimientos sociales españoles, 1900-1930» in Georges Duby y Michelle Perrot, (dir.), *Historia de las mujeres* Vol. 5. - El siglo XX, Madrid, Taurus, 2000, pp. 709-721.

RAMOS, José Apolinário, Algumas notas sobre o topónimo da vila do Tortosendo, Lisboa, 1977, 19 pp.

REDERO SAN ROMÁN, Manuel, XXXX

REIS, António, «A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime», in REIS, António, «Introdução», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2, (1926 – 1958), Lisboa, Edições Alfa, 1996, pp.7 - 10.

REIS, António, «Os Valores salazaristas» in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2 (1926 – 1958) Edições Alfa, Lisboa, 1990, pp. 717 - 722.

REIS, Carlos, «A produção cultural entre a norma e a rutura», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2 (1926 – 1958), Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 585 – 654.

REIS, Luís, MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando, *História da História de Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 432-464.

RIBEIRO, Maria da Conceição Oliveira, «Polícia Política» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 9 - Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 111-116.

RIBEIRO, Maria da Conceição, «Polícias Políticas», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 747-749.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *Pesquisa social: métodos e técnicas*, S. Paulo, Editora Atlas S.A., 1985, pp. 173 - 178.

ROCHA, Francisco Canais, «Resenha histórica do Movimento Operário e do Movimento Sindical Português (1838 – 1970)» in *Contributos para a história do movimento operário e sindical*, Coord. geral Manuel Carvalho da Silva; autores Américo Nunes... [et al.], [Lisboa] : CGTP-IN : IBCJ - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, pp. 25 -126.

RODRÍGUEZ de las HERAS, Antonio, *La alteración de la información en la prensa. Un artificio metodológico*, in Barrère, Bernard, *Metodología de la prensa española*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1982, p. 312-317.

- RODRÍGUEZ FRUTOS, Rodríguez Frutos, Julio, *Repercusiones de la Primera Guerra Mundial en Bejar*, (dirección, Dolores Gómez Molleda), Salamanca, Univ. de Salamanca (Tesis), 1976. Vol. 2.
- RODRÍGUEZ MENÉS, Jorge, «La familia operaria Movilidad social y cambio social en España», Northwestern University. Evanston, Illinois (EE.UU.), 1983.
- ROSA, Eliana Brites, *A Elite Política Municipal e Distrital do Porto (1926-1945)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Trabalho Realizado Sob a Orientação do Prof. Doutor Manuel Loff, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto. 2009. <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20364/2/mestelianarosaelitepolitica000085180.pdf> Em 18.02.2012
- ROSAS, Fernando, «Economia de Guerra» in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir), ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Lisboa, de Leitores, 1994, 589 pp.
- ROSAS, Fernando, «Salazar» in ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974)*, Vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 866-876.
- ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, 134 pp.
- SANTIAGO CASTILLO (coordinador), J. Abellán [et al.] *La historia social en España: actualidad y perspectivas: actas del I Congreso de la Asociación Historia Social*, Zaragoza, septiembre, 1990, Madrid, Siglo Vientiuno Editores, 1991.
- SANTOS, António Fernando Castanheira Pinto, *O combate à tuberculose Uma abordagem demográfico-epidemiológica O Hospital de Repouso de Lisboa (1882-1975)*, Mestrado em História Regional e Local, 2010, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 199 pp.
- SANTOS, Cláudia, «“Dar a quem precisa” - O significado da caridade para a elite micaelense oitocentista: o exemplo da casa Fonte Bela.» [http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia\\_Santos\\_p193-210.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia_Santos_p193-210.pdf) 14.1.2010
- SANTOS, José António, «Freguesias» in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 67-69.
- SANTOS, Manuel Pinto dos «Um governo forte sob a inspiração nacional-corporativa», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2 (2.ª parte), Edições Alfa, Lisboa, 1996, pp. 465-482.
- SERNA, Justo y PONS, Anaclet, *Como se escribe la microhistoria*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2000, 286 p.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* Vol. XV, Da II Guerra à Morte do Marechal Carmona [1941-1951], XXX, Editorial Verbo, 2003, 741 pp.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* vol. XVI, 1.ª Parte História Política, Administrativa e Ultramarina, [1951-1960], XXX, Editorial Verbo, 489 pp.
- SILVA, Manuel Carvalho da (coord. Geral), *Contributos para a história do movimento operário e sindical /; autores Américo Nunes... [et al.]*, [Lisboa] : CGTP-IN : IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, 375 pp.
- SILVA, Susana Serpa, «Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/ Sonhos globais», in *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, José Mattoso (dir.); Irene Vaquinhas (coord.), , Maia, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011., p 382-429.
- SILVA, Lúcio Craveiro da, *A Idade do Social*, Braga, Livraria Cruz, 1959, 286 pp.

- SILVA, Lúcio Craveiro da, *O Movimento Operário*, Braga, Livraria Cruz, 1957, 163 pp.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da, *As fábricas da Covilhã, 1825-1875*, Associação Promotora da Indústria Fabril, ed. Lit., Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1863, 95 p.
- SOBRAL, José Manuel, Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural, in *Análise Social*, vol. xxx (131-132), 1995 (2.º-3.º), 289-313.
- TELO, António José, «Guerra Mundial, Segunda» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 8 - Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 158-159.
- TEIXEIRA, Cátia Sofia Ferreira, *As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, (Tese de Mestrado), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.  
<http://run.unl.pt/bitstream/10362/8643/1/Tese%20de%20Mestrado%20C3%A1tia%20Teixeira.pdf>
- TORGAL, Luís Reis, *HISTÓRIA... Que História?* Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, 221 pp.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, «Portugal frente ao perigo espanhol (1910-1936), TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, Portugal y España: Retórica del iberismo democrático, [http://www.cuentayrazon.org/revista/doc/010/Num010\\_013.doc.](http://www.cuentayrazon.org/revista/doc/010/Num010_013.doc.), 10.07.2009.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel, *Metodología de la Historia Social de España, Siglo XXI de España*, 1984,
- VALE, Mário, «Especificidades da Industrialização Portuguesa», in », in MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.), Volume 3 *Geografia de Portugal.: Atividades Económicas e Espaço Geográfico*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 186-201.
- CANALES MARTÍNEZ, Gregorio, *El Bajo Segura: estructura espacial, demográfica y económica*, Alicante, Universidad de Alicante, 1995.
- CARIA, Manuel dos Santos, *Pêga : uma aldeia tão antiga como a nação portuguesa sua estrutura económica e social e alguns padrões de cultura que a caracterizam*, Lisboa, Tese, Universidade Técnica de Lisboa, 1973, 437 pp. (Impresa por una sola cara)
- EVANGELISTA, João, *A-dos-Negros: Uma aldeia da Estremadura*, Lisboa, Publicação subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, 120 pp.
- CFERNÁNDEZ GARCÍA, M. Mariano, *Asociacionismo y vida política y social en Granollers a principio de siglo (1 cuadernillo con res. de la tesis)*, Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 1993.
- GERMÁN ZUBERO, Luis, *Aragón en la II República: estructura económica y comportamiento político*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1984, 398 pp.
- GOMES, J. Pinharanda, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Editora Pax, 1981, 578 pp.
- GOMES, José Manuel Lousa, *Memórias da Minha Terra : Soito, Sabugal : usos, costumes, tradições e lendas do meu tempo*, Portugal (Edição do autor), 1985.
- GÓMEZ HERRÁEZ, José María, *Instituciones, perspectivas económicas y problemas sociales durante el Franquismo*, Albacete, entre el silencio y el éxodo rural (1939-1962), Albacete, Instituto de Estudios Albacetences, 1993.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Carmen, *Poder político y sociedad civil en la región de Murcia durante la II República y la Guerra Civil* [Microforma], Murcia, Universidad de



- Murcia, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, 1994.  
2 microfichas (754 fotogramas) + 1 cuadernillo con resúmen de la tesis (19 p.)
- HERNÁNDEZ ARMENTEROS, Salvador, *Jaén ante la Segunda República : bases económicas, sociales y políticas de una transición*, Granada : Universidad de Granada, 1988,160 pp.
- NADAL, JORDI, Jordi Nadal, *Moler, tejer y fundir : estudios de historia industrial*, Barcelona, Ariel, 1992, XIV, 334 p
- PALOMARES IBÁÑEZ, Jesús María, *Valladolid, 1900-1931*, Valladolid, Ateneo de Valladolid, 1981,150 pp.
- PAREJO BARRANCO, Antonio, Antonio Parejo Barranco, *La industria lanera española en la segunda mitad del siglo XIX*, Málaga, Área de Historia Contemporánea de la Universidad de Málaga, 1989, 236 pp.
- PÉREZ SÁNCHEZ, Guillermo Ángel, *Ser trabajador: vida y respuesta obrera : (Valladolid, 1875-1931 )-* cuadernillo con res. de la tesis, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1995.  
8 microfichas 694 fotogramas ; 10 p., 11 x 15 cm + 1 cuadernillo con res. de la tesis
- PRIETO BORREGO, Lucía, *Conflictividad social, guerra y revolución [Microformal] : estudio de una comunidad andaluza, Marbella, (1931-1937)*, Málaga, Universidad de Málaga,1992.
- QUINTELLA, Arthur de Moura, *Subsídios para a Monografia da Covilhan*, Covilhã, [s.n.] 1899, 232 pp.
- RODRÍGUEZ SÁEZ, Laura y FERNÁNDEZ CHINARRO, David (coordinación), *Estudio socioeconómico Arenas de San Pedro*, Ávila, Cámara Ávila, 2006
- RUIZ GONZÁLEZ, Cándido *Sociedad y vida cotidiana en la retaguardia castellana durante la Guerra Civil: el caso de Toro (1936-1939)*, Salamanca, Memoria de Licenciatura, Univ. de Salamanca, 1996, 219 pp.
- SABIO ALCUTÉN, Alberto, *A las puertas de la memoria : la historia local en Samper de Calanda (1850-1970)*, Samper de Calanda (Teruel), Ayuntamiento, 1997, 169 pp.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Isidro, *Castilla-La Mancha en la época contemporánea : 1808-1939*, [Toledo] : Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1986, 204 pp.
- SANTOS, Cláudia, «Dar a quem precisa: O significado da caridade para a elite micaelense oitocentista - o exemplo da casa Fonte Bela», pp. 193-210.  
[http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia\\_Santos\\_p193-210.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/339/1/Claudia_Santos_p193-210.pdf)  
14.1.2010
- SANTOS, João Marinho dos, *O Concelho de Almeida : esboço histórico-sociológico*, Viseu, Palimage, 2005, 295 pp.
- SOUSA, Manuel Joaquim, *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, 247.
- THOMPSON, Paul, *La Voz del Pasado: La Historia Oral*, (traducido del inglés por Josep Domingo; prólogo de Mercedes Vilanova), Edicions Alfons, Institució Valenciana d'Estudis y Investigació, Valencia, 1988, 31 pp.
- TONDA MONLLOR, Emilia María, *La ciudad de la transición: aspectos urbanos, demográficos y económicos de Alicante durante el siglo XIX* ( 1 cuadernillo con res. de la tesis), Alicante, Universidad de Alicante, 1995.
- VARELA VARAS, Esther, *La educación como agente de cambio*, Salamanca, Tesina-Universidad Pontificia de Salamanca, 1982.
- VITORINO, Francisco Manuel, 1890-1926, in *História de Portugal em datas*, coord. António Simões Rodrigues, Mem Martins, Temas & Debates, 1996, pp. 233-303.